

12° PESQUISAR

**ANAIS DO CONGRESSO
INTERDISCIPLINAR DE
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

CORPO GESTOR

Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

© Editora Alfredo Nasser, 2023
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2023

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-adjunto

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima
Eliana Batista Pires e Silva
Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira

Capa

Pedro Davi Oliveira Fleuri

Foi de total responsabilidade dos(as) autores(as) a revisão de formatação, ortográfica e textual/gramatical final dos trabalhos, antes da publicação, incluindo referências bibliográficas.

12° PESQUISAR: Anais do Congresso Interdisciplinar de Produção Científica

[Recurso eletrônico] / Organizadores: Carlos Alberto Vicchiatti, Emídio Silva Falcão Brasileiro, Juliane Aparecida Ribeiro Diniz, Júlio César Borges, Marijara de Lima. – Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan): Editora Alfredo Nasser, 2023.

ISBN: 978-65-89165-17-0

E-BOOK. Inclui Bibliografia. 571 páginas.

1.12° PESQUISAR. Anais... 2. 12° Congresso Interdisciplinar de Produção Científica. 3. Centro Universitário Unifan (UNIFAN). 4. Carlos Alberto Vicchiatti. 5. Emídio Silva Falcão Brasileiro. 6. Júlio César Borges. 7. Marijara de Lima. 8. Juliane Aparecida Ribeiro Diniz. 9. Pesquisa. 10. Educação, Cultura e Comunicação. 11. Gestão, empreendedorismo e gestão. 12. Direito e Cidadania. 13. Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. I. Título. II. UNIFAN.

CDU: 378:82-94(817.3)

SUMÁRIO

LINHA DE PESQUISA “DIREITO E CIDADANIA”	11
ABUSO DO PODER ECONÔMICO E A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE VOTOS NA POLÍTICA - <i>Elias Alves da Silva; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	12
ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS NO BRASIL – <i>Pablo Victor Lima Borges; Humberto César Machado</i>	19
AS NOVAS FORMAS DE TELETRABALHO E OS DESAFIOS PARA A REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA - <i>Paulo Ricardo de Freitas Rocha; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	24
CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI - <i>Marcia Ferreira Moraes; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	31
CRÍTICA DA PERSPECTIVA OCIDENTAL À NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CULTURA RELIGIOSA ISLÂMICA, ALIADA A UMA DESCOLONIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - <i>Rafael Coutrin Vilard Silva; Vitória Karoliny Barbosa Medeiros; Marcos Cristiano Reis; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	41
DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA - <i>Luiz Fernando Ramos Leão; Humberto César Machado</i>	51
DESAFIOS ENFRENTADOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR DOMÉSTICO - <i>Graziely Moura do Prado; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	57
DIREITO À IGUALDADE E O RACISMO NA ESTRUTURA DO ESTADO - <i>Alessandro Oliveira de Souza Filho; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	63
DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES/RENÚNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS DESCENDENTES - <i>Marilene Sousa Mourão Alves; Humberto César Machado</i>	70
DIREITO, MEIO AMBIENTE E OS POVOS QUILOMBOLAS - <i>Vitória Karoliny Barbosa Medeiros; Márcia Batista de Freitas; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	75
DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO UM INSTRUMENTO PARA EFETIVAR POLÍTICA AFIRMATIVA - <i>Lucelma Messias de Jesus; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	84
IGF – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: aspectos legais - <i>Rafael de Souza Alves Araújo; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	91

INTERJORNADA: direito à desconexão e a saúde mental do trabalhador à luz da Súmula n. 110 do Tribunal Superior do Trabalho - Nayara Elpidio Da Silva Leal; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	96
LAWFARE DE GÊNERO: crimes sexuais e a mulher - Gabriela André da Silva; Tammy Alves Macêdo; Fernanda Martins Albuquerque	104
LEI Nº 14.193/2021: Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), seus desafios e polêmicas diante de uma estrutura ainda amadora do futebol brasileiro - Marcelo de Souza Tavares; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	115
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMUNIDADE PARLAMENTAR: em uma breve análise da condenação do Deputado Federal Daniel Silveira - Lucas Troncoso Ribeiro; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	121
LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO NO MEIO DIGITAL - Cleidimar Santos Freitas; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	129
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 14.133/2021 - Josemir dos Santos Rodrigues; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	137
O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS - Isabella Mariana Inácia Andrade; Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Humberto Cesar Machado	147
O COMBATE ÀS DROGAS NO ESTADO DE GOIÁS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS - Diacson Kleber Pereira Alves; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	151
O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO TRABALHADOR - Josineuma Dantas de Araújo Ribeiro; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	155
O DESMONTE SINDICAL: desafios para a representação trabalhista diante das modificações jurídicas brasileiras no século XXI - Alexandre Santos Cordeiro de Melo; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	162
O DIREITO À HERANÇA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO FECUNDADO POST MORTEM - Stefany Taina Nunes de Oliveira; Enzo Marco Nunes de Oliveira; Humberto César Machado	168
O DIREITO A MORADIA COMO GARANTIA DO DIREITO SOCIAL - Dercino Pereira da Costa; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	174
O DIREITO E O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA OS ANIMAIS DOMÉSTICOS “CÃES E GATOS” - Rayane Eterna da Silva; Ana Celuta Fulgêncio Taveira	179

O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO - <i>Kelle de Paiva Moisés; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	187
O VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE PRESENTE NO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL - <i>Murilo Oliveira Barros</i>	195
OS REMANESCENTES QUILOMBOLAS, OS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO DE SUA CULTURA - <i>Leydiane Magalhães Ferreira; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	200
PROTEÇÃO AO DIREITO A INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER E O PROTOCOLO NO COMBATE A VIOLÊNCIA - <i>Ana Catariny Roque e Silva; Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Humberto César Machado</i>	207
RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: uma ótica acerca das mulheres pretas - <i>Vitória Ingrid Resplande da Costa; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i>	213
REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS E A LAVAGEM DE DINHEIRO - <i>Matheus Helian Silva Matos; Humberto César Machado</i>	220
TEORIA DA CO-CULPABILIDADE: perspectivas no ordenamento jurídico como forma de atenuante genérica no art.66 do CP - <i>Jessica Kelly Oliveira Freitas; Ana Célia</i>	232
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CARGOS ECLESIASTICOS ENTRE EVANGÉLICOS - <i>Isabelli Vasconcelos Santos; Marcos Cristiano dos Reis</i>	238
LINHA DE PESQUISA “EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO”	246
A SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR: prevenção, ações e conscientização - <i>Gilberto Barbosa Santos; Ludmila Louslene Soares</i>	247
INCLUSÃO ESCOLAR: a importância da afetividade na ambientação do aluno com espectro autista - <i>Pollyana Pereira Romeiro de Sousa; Sarah Gonçalves Barros</i> .	253
LINHA DE PESQUISA “GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO” ..	263
A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS ERP PARA A ANÁLISE DE NEGÓCIOS EM UMA EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO - <i>Cristiano José Moura Marques</i>	264
AS CONTRIBUIÇÕES DO SÍNDICO PROFISSIONAL PARA OS CONDOMÍNIOS - <i>Bruno Henrique Lourenço Silva; Ricardo de Sousa Ferreira; Juliana Pereira Freitas</i>	272

CONTRIBUIÇÃO DA LOGÍSTICA PARA O E-COMMERCE DURANTE A PANDEMIA COVID-19 - <i>Vitória Meregalli da Silveira; Eduarda Duarte Dutra; Juliana Pereira Freitas</i>	279
O CLIMA ORGANIZACIONAL COMO FATOR MOTIVACIONAL DOS VENDEDORES: um estudo pontual - <i>Kezianne Barbosa da Silva; Humberto César Machado; Wesley Henrique Garcia</i>	285
LINHA DE PESQUISA “SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE”	292
A CONTRIBUIÇÃO DOS GENES BRCA1 E BRCA2 NO CÂNCER DE MAMA - <i>Leandra Rosique Lara; Laisa Minely Ferreira Nunes; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite</i>	293
A RELEVÂNCIA DO AUMENTO DE ESTUDOS DA TROMBOFILIA NA GESTAÇÃO: revisão sistemática da literatura - <i>Daniella Afonso Borges; Pedro Henrique Costa Matos da Silva</i>	299
A SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DENGUE NO ESTADO DE GOIÁS, BRASIL <i>João Vitor Pícoli de Andrade; Nicole Garcia Brandão; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite</i>	306
ANÁLISE DO PERFIL CLÍNICO DE PACIENTES QUE SE SUBMETEM A CIRURGIA BARIÁTRICA - <i>Pyetra Silva Borges; Laisa Minely Ferreira Nunes; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite</i>	313
ANÁLISE DOS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE AS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS EM CRIANÇAS DO ESTADO DE GOIÁS - <i>Arlen Machado de Oliveira; Marília Cordeiro de Sousa</i>	319
ATUAÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA NA OFICINA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS E INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO MOVIMENTO CIENTÍFICO CULTURAL DE APARECIDA: relato de experiência - <i>Izabella Christina Pereira dos Santos; Yasmin Rocha Silva; Ana Beatriz da Silva Duarte; Caroliny Nunes Cerqueira Andrade; Fabiana da Silveira Bianchi Perez</i>	330
AVALIAÇÃO DA INTENSIDADE DE LUZ DE DIFERENTES FOTOPOLIMERIZADORES EM DIFERENTES SITUAÇÕES CLÍNICAS SIMULADAS - <i>Larissa Suelen Ferreira de Sousa; Ana Paula Rodrigues de Magalhães Chaves</i>	336
CORRELAÇÃO ENTRE OBESIDADE E ASMA NA IDADE INFANTIL - <i>Jubiele F. de Oliveira; Nicole G. Brandão; Daniel R. S. Filho; Marinaldo Soares Leite</i>	346

DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO INFLIXIMABE - Luiz Guilherme Oliveira Fontoura; Isabela da Rosa Borges; Murillo de Sousa Pinto; Aroldo Vieira de Moraes Filho; Lílian Carla Carneiro	353
DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO REMDESIVIR - Michelle Alcântara de Castro; Murillo de Sousa Pinto; Lee Chen-Chen; Lílian Carla Carneiro; Aroldo Vieira de Moraes Filho	361
DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO TOCILIZUMABE - Isabela da Rosa Borges; Luiz Guilherme Oliveira Fontoura; Murillo de Sousa Pinto; Aroldo Vieira de Moraes Filho; Lílian Carla Carneiro	369
DESEMPENHO VEGETATIVO DE MILHO SOB CULTIVO DE BASE AGROECOLÓGICA EM SISTEMA AGROFLORESTAL - Rhyllary Coelho e Silva; Ana Maria Resende Junqueira	378
DIABETES MELLITUS EM JOVENS E ADULTOS: uma revisão sistematizada - Angel Danyelle Souza Moura; Samuel Henrique Roque Ribeiro; Jakeline Soares Fortes	387
DOR DA ENDOMETRIOSE: agonistas de GNRH como aliados na qualidade de vida - Yasmim Albernaz Maia de Godoy; Alice Campos Meneses; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite	394
EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DE DOR LOMBAR E CERVICAL DURANTE O MOCCA - Aylana Vieira Alves; Morgana Jámilly Santos de Menezes; Paulo Inácio Marques da Cruz; Leila Medeiros Melo; Gabriela Lopes dos Santos	404
ESTUDO DA CONTINUIDADE DOS PACIENTES AO TRATAMENTO DA DOENÇA FALCIFORME NA TRANSIÇÃO PEDIÁTRICO-ADULTO - Ravenna Resende Novais Souza; Laisa Minely Ferreira Nunes; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite	413
INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS COM ASMA: um estudo transversal - Vitória Cristiny Bernardino Borges; Gabriela Lopes dos Santos	420
INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO RENDIMENTO ESPORTIVO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA GENÉTICA - Yan Carlos Silva; Murillo de Sousa Pinto; Aroldo Vieira de Moraes Filho	426
INTERVENÇÕES PRECOCES PARA O AUTISMO NA INFÂNCIA: abordagens e impacto no desenvolvimento - Isabella Peres da Paz; Alice Campos Meneses; Daniel Rodrigues Silva Filho; Marinaldo Soares Leite	435

MASSAGEM TERAPÊUTICA E MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DA DOR - <i>Laura Beatriz Oliveira Roque; Isabela Martins Souza; Leila Medeiros Melo; Guilherme da Silva Faleiro; Gabriela Lopes dos Santos</i>	445
METODOLOGIA PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE CARRO DE EMERGÊNCIA NA SALA DE PRIMEIROS SOCORROS EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NO ESTADO DE GOIÁS - <i>Reginaldo Dias Soares Filho; Jakeline Ferreira de Araújo Lobo</i>	455
MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS QUE LEVARAM ÀS ALTERAÇÕES NA GLICEMIA E DA PRESSÃO ARTERIAL NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-PANDEMIA: revisão de literatura - <i>Ana Clara Guedes Camargo; Aylana Vieira Alves; Jakeline Ferreira de Araújo Lobo</i>	465
NEUROCOGNIÇÃO, SONO E APRENDIZADO: explorando as interconexões - <i>Kenneth Candeira Sampaio; Alice Campos Meneses; Daniel Rodrigues Silva Filho; Poliana Peres Ghazale; Marinaldo Soares Leite</i>	472
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE CHAGAS EM GOIÁS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS - <i>João Guilherme de Souza Ramos; Daniel Rodrigues Silva Filho; Nicole Garcia Brandão; Marinaldo Soares Leite</i>	478
PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DE CRISE DE PÂNICO EM SALA DE PRONTO-SOCORRO: uma revisão sistemática da literatura - <i>Ayslan Rodrigues de Paiva; Jakeline Ferreira de Araújo Lobo</i>	487
SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO QUILOMBOLA: relato de experiência - <i>Abmael Cruz Amaral; Ruth Martins do Nascimento; Gleiton Nunes de Azevedo</i>	497
SISTEMATIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DE CRISES HIPOGLICÊMICAS PARA IMPLANTAÇÃO NA SALA DE PRIMEIROS SOCORROS DA UNIFAN - <i>Nicole Garcia Brandão; Jakeline Ferreira de Araújo Lobo</i>	508
TÉCNICAS UTILIZADAS NA CONSERVAÇÃO DOS CADÁVERES EXPOSTOS EM AULAS PARA FINS DIDÁTICOS NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER - <i>Janaina Carla de Castro; Jakeline Ferreira de Araújo Lobo</i>	517
TERRITÓRIO E SAÚDE COLETIVA: relato de experiência e aspectos psicossociais em um ambulatório neurofuncional - <i>Ruth Martins do Nascimento; Francison Vasconcelos Roque; Leonel Cardoso dos Santos</i>	526
TIPOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXISTENTE NO MERCADO E UTILIZADOS NOS LABORATÓRIOS DA SAÚDE UNIFAN - <i>Helyandro Manoel Rodrigues; Wilson Henrique Oliveira Silva; Ana Carolina Rozal Pestana; Samuel Henrique Roque Ribeiro; Jakeline Ferreira de Araujo Lobo</i>	534

TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A DOENÇA DE HUNTINGTON: uma análise cienciométrica - Jorge Armando Pereira de Godoy; Jakeline Soares Fortes	544
TRANSEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL NO BRASIL: uma revisão integrativa da literatura - Ayslan Rodrigues de Paiva; Júlio Cesar Borges	554
UM PANORAMA GERAL DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A HEMOFILIA - Ana Carolina Rozal Pestana; Samuel Henrique Roque Ribeiro; Jakeline Soares Fortes	564

LINHA DE PESQUISA

“DIREITO E CIDADANIA”

ABUSO DO PODER ECONÔMICO E A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE VOTOS NA POLÍTICA

Elias Alves da Silva¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O objetivo central deste estudo foi examinar e compreender a influência do abuso do poder econômico na política, abordando aspectos concretos que ilustram diretamente os impactos gerados pela interação entre por esse comportamento no processo eleitoral, prejudicando a eficácia do voto popular. O abuso de poder econômico mina os princípios fundamentais que governam esse reino. A distribuição obscura e a supervisão ineficaz do sistema de justiça eleitoral acabam prejudicando os atores políticos menos proeminentes, ao mesmo tempo em que promovem a competição entre os já estabelecidos. A metodologia empregada se consistiu através de pesquisa bibliográfica e abordagem indutiva, envolvendo consulta direta a livros específicos, bibliotecas, teses, dissertações, jurisprudências, doutrinas, e artigos científicos disponíveis online. Como resultado, concluiu-se que o abuso do poder econômico na política favorece a predisposição para a solicitação ilícita de votos nesse contexto, conseqüentemente desgastando a legitimidade associada à vontade popular e ao próprio processo eleitoral. A Justiça Eleitoral, assim como o Judiciário como um todo, permanece desarticulada da regulação e fiscalização dessas condutas, bem como do financiamento de campanhas e sua distribuição desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Eleitoral. Legitimidade Eleitoral. Política. Abuso de poder.

1 INTRODUÇÃO

O sistema eleitoral brasileiro, fundamental para a consolidação da democracia e a escolha legítima de representantes políticos, tem enfrentado crescentes desafios devido à experiência de práticas ilícitas, o que levanta dúvidas sobre a confiança dos resultados eleitorais. Um dos aspectos cruciais que merece análise aprofundada é a interligação entre o abuso de poder econômico e a captação ilícita de votos, cuja influência sobre o cenário político é inegável e suscita reflexão sobre papéis e responsabilidades de atores-chave no sistema eleitoral. Este artigo se propõe a explorar esses temas interconectados, buscando compreender de maneira abrangente como o abuso de poder econômico afeta a integridade do processo democrático e contribui para a captação ilícita de votos.

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: eliasasilvajr@gmail.com

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br

O cerne dessa pesquisa reside na análise da relação entre o abuso de poder econômico e a captação ilícita de votos, visando lançar luz sobre os interruptores subjacentes que vinculam essas práticas nocivas. Para tanto, a abordagem adotada compreende uma revisão bibliográfica minuciosa, respaldada por uma abordagem indutiva e consultas diretas a uma variedade de fontes, incluindo livros especializados, bibliotecas, teses, dissertações, jurisprudências, doutrinas e artigos científicos disponíveis na internet.

O presente estudo se desenvolverá em três tópicos distintos, cada um abordando aspectos essenciais para a compreensão da problemática em questão. No primeiro tópico, serão criadas noções introdutórias do Direito Eleitoral, assim como seus princípios fundamentais, ressaltando-se sua adoração diante do contexto analisado. O segundo tópico aprofundará a análise focalizada, fazendo a influência do abuso de poder econômico sobre a captação ilícita de votos, proporcionando uma compreensão conceitual das duas condutas e explorando como tais práticas comprometem o interesse público e são interpretadas no âmbito jurisprudencial.

O terceiro tópico, por sua vez, se concentrará nas recomendações do excesso de recursos financeiros durante os períodos de campanha eleitoral, levando em consideração o fim das doações por pessoas jurídicas e a eficácia (ou falta dela) do fundo eleitoral. Esse exame aprofundado permitirá compreender as repercussões desses fatores no processo eleitoral e na integridade da representatividade democrática.

Além de seu valor acadêmico, este estudo se destaca por seu idioma no contexto jurídico e social. Ao abordar questões importantes para a compreensão e proteção dos direitos políticos dos cidadãos, bem como para a melhoria do sistema eleitoral e da Justiça Eleitoral, esta pesquisa contribui para o enriquecimento da esfera jurídica. Paralelamente, busca-se suprir a restrição de informações acessíveis à sociedade sobre suas prerrogativas políticas, revelando a maneira pela qual tais direitos são atacados e protegidos em um sistema democrático representativo. Por fim, espera-se que este estudo incite debates e fomente ponderou adicionalmente sobre o problemático incidente, promovendo avanços no campo do Direito Eleitoral e, assim, auxiliando na construção de um processo eleitoral mais transparente.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi através do método de pesquisa bibliográfica e abordagem indutiva e consulta direta em: livros específicos, bibliotecas, doutrinas e artigos científicos pela internet.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, é pertinente contextualizar o direito eleitoral como o campo do direito público que se dedica ao estudo do processo de seleção de representantes para ocupação dos cargos do poder executivo. Esse campo abrange os sistemas eleitorais, os conceitos jurídicos, as regulamentações, as legislações e os procedimentos que orientam o exercício do sufrágio. Vale ressaltar, que sua essência é eminentemente pública, uma vez que se trata da seleção de representantes para preencher cargos eletivos, questão de interesse coletivo que transcende as relações individuais.

A origem desse ramo remonta aos tempos em que o Brasil era uma colônia sob o domínio do Reino Português. Mesmo durante esse período em que o país era governado por uma monarquia vitalícia e hereditária, as vilas e cidades protegidas no território brasileiro possuíam estruturas de governo organizadas pelo meio de eleição popular. Esses processos eleitorais eram regulamentados pelo Código Eleitoral da Ordenação do Reino, e os cargos eletivos, referidos como oficiais, compreendiam posições de vereadores, juízes e procuradores do conselho.

Na obra o “Direito Eleitoral”, de José Jairo Gomes, é possível conceber uma ideia do que é tal regime, assim ele destaca:

[...] assinala Friederich Muller (2000, p.57, 115) que a ideia fundamental da democracia reside na “determinação normativa do tipo de convívio de um povo pelo mesmo povo”. Frisa o eminente jurista que a democracia avançada vai muito além da estrutura de meros textos; significa antes “um nível de exigências, aquém do qual não se pode ficar – e isso tendo em consideração a maneira pela qual as pessoas devem ser genericamente tratadas nesse sistema de poder-violência [Gewalt] organizados (denominado ‘Estado’): não como subpessoas [Unter-Menschen], não como súditos [Untertanen], também não no caso de grupos isolados de pessoas, mas como membros do Soberano, o ‘povo’ que legitima no sentido mais profundo a totalidade desse Estado (Gomes, 2020, p. 63-64).

Em 1824, com a promulgação da primeira constituição e a conquista da independência pelo Brasil, o sistema eleitoral foi delineado nos artigos 90 a 97 da carta constitucional. A partir desse ponto, os deputados e senadores da Assembleia Geral, bem como os membros dos Conselhos Gerais das Províncias, passaram a ser selecionados por meio de eleições primárias. Essas eleições contemplavam exclusivamente os cidadãos brasileiros com plenos direitos políticos, além dos estrangeiros com situação legal de residência e participação no processo.

O presente estudo visa abordar os Fundamentos do Direito Eleitoral, com o intuito de inicialmente destacar sua religião no âmbito desse campo e, em seguida, esclarecer sua concepção dentro de uma perspectiva ampla.

Os direitos políticos abrangem as prerrogativas de participação, viabilizando o exercício do poder pelo povo, seja de forma direta (conhecida como democracia direta ou participativa) ou indireta (referida como democracia indireta ou representativa). Essa participação não se limita apenas ao ato de votar e ser votado, abrangendo também a apresentação de propostas legislativas por meio de iniciativas populares, além da supervisão das ações dos governantes através do instrumento da ação popular, conforme destacado por (Ramos, 2020, p. 55).

No dia 09 de dezembro de 1965, foi promulgada no Brasil a Lei nº 4.898, que tipificou como crime os abusos perpetrados por autoridades no país. Apesar dos desafios enfrentados em relação à aplicação efetiva de seu propósito original, essa lei não deixa de possuir importância histórica significativa, especialmente à medida que o governo abriu gradualmente espaço para movimentos populares e restaurou direitos individuais, os quais serviram como alicerces para conquistas mais contemporâneas.

Quanto ao aspecto processual, a apuração dos atos considerados delituosos já se deu por meio de ação pública e incondicionada, em que a acusação foi promovida pelo Ministério Público, independente de oposição por parte da vítima ou de qualquer outra pessoa. Isso confere à lei a sua característica de aplicabilidade na proteção da sociedade como um todo, sendo exatamente esse o enfoque que se encontra e ainda se busca ao debater a atualização dessa legislação discutida.

Embora sua sanção não caracterize diretamente a conduta ilícita, essa sanção é devida à combinação de fatores específicos, sendo fundamentada ao analisar o fluxo financeiro das campanhas, tanto de candidatos quanto de partidos. Essa infração é definida no art. 30-A, parágrafo principal, da Lei Federal nº 9.504/97. Além disso, o crime da Caixa Dois é considerado uma violação penal nas Leis Federais nº 7.492/86 e nº 8.137/90, que se refere a crimes contra a ordem tributária.

Em seu trabalho, Ferreira (2021) destaca que a Lei nº 9.504/97 desempenha um papel fundamental na regulamentação do financiamento das campanhas eleitorais no Brasil. Embora tenha como objetivo estabelecer diretrizes nesse âmbito, ainda não consegue eliminar por completo os excessos que permeiam a esfera política do país. Um exemplo notável disso é a prática recorrente de abuso de poder econômico durante os processos eleitorais, uma situação frequentemente alimentada pelo uso de recursos financeiros substanciais.

Costa Filho (2021) pontua que a presença de recursos financeiros neste contexto é amplamente vista pela grande maioria como uma forma de fomentar os ideais políticos através de qualquer canal financiável. Por outro lado, essa mesma presença pode ser interpretada como um obstáculo, tanto devido à insuficiência de recursos para abranger todas as candidaturas, quanto devido à ocorrência de abusos que mancharam a integridade do pleito.

No contexto da Lavagem de Dinheiro, temos uma conduta ilegal que visa ocultar a origem de bens e ativos financeiros obtidos por meio de recursos ilícitos. Em outras palavras, trata-se de um delito que mascara a existência de outras atividades criminosas, sendo práticas para facilitar a prática de um crime anterior (Cavalcanti, 2022, p. 27). Além disso, o crime de Lavagem de Dinheiro foi incorporado à legislação brasileira em 1998 por meio da Lei n. 9.613, como parte dos esforços de combate ao tráfico de drogas. No contexto do Direito Eleitoral, muitas vezes é associado à perpetuação do crime da Caixa Dois, sobre o que abordaremos mais adiante.

É incontestável que os partidos políticos, mesmo que em grande número e não necessariamente orientados para o interesse genuíno da população, assumam atualmente um papel de destaque no processo eleitoral, como enfatizado por José Jairo Gomes. Segundo ele, os partidos se tornaram elementos indispensáveis para o funcionamento do mecanismo intrincado democrático (Gomes, 2021, p. 125), assumindo a função de canais legítimos de envolvimento político e social. Eles absorveram a opinião pública e a inseriram de maneira organizada na agenda dos pleitos políticos.

Além disso, é relevante abordar o sistema de procedimento eleitoral que prevalece no Brasil, ou qual é um sistema misto de financiamento de campanhas. Esse sistema compreende quatro modalidades de financiamento, envolvendo tanto recursos públicos quanto privados: o Fundo Partidário, doações de indivíduos, recursos oriundos dos próprios candidatos e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Como resultado desse aumento significativo de partidos, especialmente a partir do mecanismo de financiamento partidário, tornou-se imperativo estabelecer uma base jurídica sólida que delimitasse as cláusulas as quais essas instituições e seus candidatos poderiam se

submeter durante um processo eleitoral, definindo o que é considerado aceitável e inaceitável em um pleito.

De maneira formal, o Brasil adota um sistema misto de financiamento partidário. Entretanto, há uma tendência pronunciada em direção ao financiamento exclusivamente público (Gomes, 2021, p. 148). Isso resulta em uma influência substancial do poder econômico nas eleições, sendo um dos principais motivos pelos quais a utilização desse poder é amplamente debatida.

No entanto, a Lavagem de Dinheiro não está na própria atividade ilícita que gerou os recursos sujeitos ao branqueamento, mas sim na facilitação da atividade usada pelo infrator para obscurecer a origem, valendo-se da amplitude e complexidade do sistema financeiro. Os procedimentos adotados especificamente, na verdade, estratégias elaboradas com o intuito de mascarar a aparência legal do produto final, permitindo sua reintrodução formal no mercado (Cavalcanti, 2022, p. 42).

Nesse contexto, é necessário considerar que, de acordo com a legislação jurídica brasileira, o crime de lavagem de dinheiro só se caracteriza por meio de um comportamento delituoso anterior devidamente tipificado em lei e por meio da observância de etapas que compreendem fases até que a consumação ocorre (Cavalcanti, 2022, p. 45), essas fases subdividem-se em colocação, que envolvem a distribuição de recursos no mercado financeiro de forma fragmentada; ocultação, realizada por meio de diversas transações financeiras para dificultar o rastreamento de valores; e integração, fase em que os recursos originários da atividade criminosa são reintroduzidos no mercado legal.

Assim, a variedade de princípios que dirigem e orientam o Direito Eleitoral é vasta, sem uma quantidade consensual mínima ou específica de princípios definidos. Portanto, a continuação deste estudo realizará uma breve análise doutrinária de alguns princípios fundamentais que funcionam um papel essencial no contexto eleitoral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mantido e discutido ao longo deste estudo, o direito eleitoral engloba a esfera do direito público que se dedica a regulamentar as normas e procedimentos relacionados ao processo eleitoral. No entanto, é evidente que esse processo ainda enfrenta uma situação jurídica dolorosa devido a comportamentos e ações ilícitas que ocorrem nesse contexto.

A partir das análises realizadas, é possível concluir que é imperativo estabelecer a segurança no processo eleitoral, especialmente no que diz respeito ao exercício do voto sem manipulações, garantindo assim a expressão genuína da vontade popular. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que os princípios fundamentais que orientam o campo jurídico do direito eleitoral sejam aplicados e seguidos por aqueles que desempenham papéis-chave no processo eleitoral.

Além disso, em relação à problemática em discussão, fica claro que o abuso de poder econômico frequentemente abre espaço para outra conduta prejudicial: a captação ilícita de votos. Essa prática, quando presente no cenário político, facilita e possibilita a materialização da captação ilícita de votos, servindo como uma espécie de incentivo, ao disponibilizar os meios e recursos essenciais para a efetivação dessa prática condenável.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Rodrigo. **Lavagem de Capitais**. Combate à Criminalidade Econômica e a Preservação de Direitos Fundamentais. Natal: Polimatia, 2022.

COSTA FILHO, Ademar Aparecido da. **Financiamento de campanhas eleitorais**: análise e avaliação da decisão da ação declaratória de inconstitucionalidade 4650/DF. 2021. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FERREIRA, Maria Clara Dos Santos. A influência do abuso de poder econômico sob a captação ilícita de votos. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 25 nov. 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57617/a-influncia-do-abuso-de-poder-econmico-sob-a-captao-ilcita-de-votos>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2020.

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO BRASIL

Pablo Victor Lima Borges

Humberto César Machado

RESUMO: Este artigo visa abordar a adoção de crianças por casais homossexuais, um tema polêmico para alguns, normal para outros, cuja barreira é formada por preconceitos sociais. A união estável homoafetiva já é conhecida como uma modalidade de família com direito à adoção (parentalidade), devendo o ordenamento jurídico brasileiro amparar de forma igualitária a adoção por parte dos casais homoafetivos, resguardando os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Faz-se necessário levar em consideração o preceito constitucional de que todas as pessoas são iguais, não havendo distinção de raça, cor ou sexo, ademais, o conceito de “família” mudou o que viabiliza a adoção por casais do mesmo sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Homoafetividade. Adoção. Princípios. Família.

1 INTRODUÇÃO

Nos tempos antigos o poder familiar era constituído principalmente pela figura do pai, esse conceito vem mudando, os tempos são outros, pessoas que antes não tinham voz, respeito ou igualdade hoje são e devem ser tratadas com isonomia conforme preceitua a Constituição Federal no que tange aos princípios a serem seguidos. A adoção deve ser tratada, primeiramente, como um manto acolhedor a uma criança que por algum motivo não está solidificada em uma base familiar, devendo ser insignificante a orientação sexual de quem demonstra interesse de praticá-la onde o que realmente importa é o carinho, o amor, o cuidado o que é perfeitamente possível não só em casais heterossexuais bem como nos casais homossexuais.

A relação homoafetiva é uma realidade e não pode ser negada o que faz-se necessário pensar em conceitos jurídicos novos. É essencial que cada indivíduo tenha a liberdade de suas opiniões e diferenças sexuais e sociais tendo tratamento igual a qualquer outro ser humano. A sociedade está mais preocupada com os valores-morais do que com a vida das crianças desamparadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia usada neste artigo é a de referências bibliográficas a qual é feita a partir de referências e fontes secundárias que abordam de diferentes formas o tema escolhido. Esse tipo de metodologia antecede o reconhecimento do problema que funcionará como delimitador do tema em estudo. Ela é utilizada como o ponto inicial o que facilita a investigação através do estudo do conhecimento tradicionalmente contido em livros, documentos e artigos.

3 ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO BRASIL

No Brasil, até o século XX a adoção não era regulamentada e sua prática era permitida apenas a aqueles que não tinham filhos biológicos. Em meados do século XIX e XX que foram formuladas políticas para proteção das crianças, a primeira legislação voltada para adoção foi a Lei 3.071/1916 no Código Civil brasileiro dentro do direito de família, porém as leis foram postas de maneira rígida o que não abria espaço, por exemplo, para que pessoas menores de 50 anos pudessem adotar, ou pessoas que já tinham filhos biológicos e, além disso, deveria haver uma diferença etária de 18 anos entre o adotado e o adotante. Com a Lei 4.655 de 1965 o processo de adoção se tornou mais viável para a outra parte da população, principalmente por parte das crianças, que na antiga lei não abria possibilidade para crianças de pais desconhecidos.

No Código Civil de 1916 era disposto que a família estava ligada a dois vetores: o casamento formal e a consanguinidade, sendo a sociedade da época caracterizada como patriarcal, individual, patrimonial e matrimonial. Nessa época o homem era tido como o chefe da família, sendo a mulher tratada até mesmo como relativamente incapaz tendo que delegar a administração do patrimônio ao marido ficando ela responsável pela administração doméstica.

No Código Civil de 2002, a família é tratada sob outra perspectiva, deixa de ser uma hierarquia e passa a ser uma sociedade democrática, isso dando luz à igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Aqui, o filho independente de ser biológico ou não passa a ser tratado de forma igual. Hoje a relação advinda do sangue não é o foco, os laços afetivos e a convivência passam a ter maior peso afinal o importante é o bom convívio social.

O conceito de família limitada a união de um homem e de uma mulher mudou, de acordo com as diretrizes da CR/88 a família passa a ser caracterizada como plural o que leva em conta o aspecto afetivo como princípio. Não é disposto no nosso ordenamento jurídico que crianças não possam ser adotadas por casais homossexuais, nem no Estatuto da Criança e do Adolescente e nem no Código Civil de 2002, não há sequer qualquer referência quanto a sexualidade dos adotantes.

Apesar dos preconceitos e tabus as famílias homoafetivas vêm demonstrando publicamente sua força em diversos formatos. É forçoso admitir que as formas familiares superaram os limites legais, sendo não só uma realidade, mas também uma dinâmica de cunho social que deve ser tratada com respeito e atenção apesar de que nossa legislação não há especificidade que trate da união de pessoas do mesmo sexo e sequer tem previsão, o que demonstra um certo caráter conservador por parte do Estado brasileiro.

É abarcado pelo artigo 5º da CR/88 os direitos e garantias fundamentais cuja base é elencada pela igualdade independente de qualquer opção pessoal, sendo vedado o tratamento discriminatório de qualquer natureza.

O instituto da adoção possui caráter social e visa proteger, cuidar, amar essas pessoas que não possuem amparo familiar assegurando-lhes seus direitos fundamentais. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem como regra a adoção por meio do Cadastro Nacional de Adoção junto ao Órgão Competente no qual os interessados deverão se habilitar. Os requisitos estabelecidos no artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente são os de que podem adotar os maiores de 18 anos, independente do estado civil, ou seja, os solteiros, casados ou os em união estável podem adotar e a regra é a mesma para todos. Além disso, é necessário manter uma diferença mínima de 16 anos com o adotado e não ser irmão e nem ascendente do mesmo. É necessário perceber que o direito de adoção é reconhecido tanto ao casal hétero quanto ao casal homossexual.

É sabido que casais do mesmo sexo sofrem preconceitos que vem de “princípios” antigos e que são impostos pela sociedade em que convivemos, como se não bastasse a falta de atenção por parte dos legisladores em regulamentar de forma precisa a adoção por casais homoafetivos, ainda estão sujeitos a homofobia que também é um problema a ser pensado e discutido.

A questão é, porque a adoção por esses casais é tão difícil? Ainda é comum a não aceitação de um casal homossexual nos processos de adoção usando como base de seu argumento, os Magistrados, o caráter subjetivo de suas decisões, isso porque existe ainda uma lacuna legislativa, porém não há como servir de indulto para que não haja proteção aos

direitos dos homoafetivos. No dia 27 de Abril de 2010, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, com o Ministro Luis Felipe Salomão, no julgamento do Recurso Especial de nº 889.852, RS, permitiu com unanimidade a adoção de uma criança por um casal homossexual tendo inclusive a inclusão do nome das companheiras no nome dos menores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo concluímos a totalidade da adoção por parte dos homoafetivos ressaltando que a orientação sexual não é e nem deve ser um requisito para adotar, devendo as relações familiares se basear no afeto. Foi posto em pauta que não há qualquer restrição legal para que não possam adotar e que por mais que sofram preconceitos os novos tipos de famílias estão tomando cada vez mais força deixando claro que o importante é o amor e o cuidado a aquelas crianças que não os possuem.

A decisão da nossa Corte Suprema encerrou a discussão sobre o reconhecimento da união homoafetiva, porém, quanto a adoção é necessária uma evolução principalmente visando os novos tipos de família, deixando de lado o mito de que essa convivência geraria prejuízos à criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 05 Sept. 2023.

BRASIL. **Constituição [1988]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14655.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

CONCEIÇÃO, Leandro. **A adoção de crianças por casais homossexuais deixa de ser um dogma no Brasil e se torna mais um importante passo na luta contra a homofobia**.

Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/10/theodora-e-seus-dois-pais/>. Acesso em: 05 set. 2023.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito civil família: sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRISTO, Isabella. **Adoção por casais homoafetivos e o melhor interesse da criança**. 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-de-familia/a-adocao-de-criancas-por-casais-homoafetivos/amp/>. Acesso em: 05 set. 2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**, v. 6: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

REsp 889852 RS 2006/0209137-4 Disponível em:
<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16839762/recurso-especial-resp-889852-rs-2006-0209137-4/inteiro-teor-16839763>. Acesso em: 05 set. 2023.

TORRES, Aimbere Francisco Torres. **Adoção nas Relações Homoparentais**. São Paulo: Atlas, 2009.

**AS NOVAS FORMAS DE TELETRABALHO E OS DESAFIOS
PARA A REGULAMENTAÇÃO TRABALHISTA**

Paulo Ricardo de Freitas Rocha¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: A pesquisa em questão explora e as novas formas de trabalho remoto e os desafios para a regulamentação trabalhista. Ela aborda os contextos políticos e sociais que contribuíram para essa comunicação, define seus conceitos e aborda suas diversas formas de implementação. A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica, legislação vigente e fiscal sobre o assunto. Seu objetivo é analisar o surgimento, o conceito, a natureza jurídica, os requisitos legais, as modalidades, a execução e as alterações decorrentes da reforma trabalhista (Lei nº 13.467), que modificou para beneficiar a CLT. Além disso, a pesquisa examina as vantagens e desvantagens do teletrabalho. Conclui-se que o teletrabalho sofreu avanços normativos após a reforma trabalhista, apresentando-se como uma modalidade de trabalho promissora, especialmente em um cenário de crescente tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Trabalho. Tecnologia; Saúde do Trabalhador. Novos Meios de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a analisar a flexibilização das leis trabalhistas e os impactos na saúde do trabalhador. A reforma trabalhista trouxe alterações em vários aspectos legais da CLT. A pesquisa utiliza fontes como literatura, normas legais e legislações brasileiras. O trabalho é organizado em três capítulos de formação didática.

No primeiro tópico será estudado a origem, história no Brasil, natureza jurídica, modalidades e requisitos legais do teletrabalho. A origem do teletrabalho não possui um dado ou local específico, sendo resultado das mudanças sociais ao longo dos anos. Índices históricos sugerem os primeiros trabalhos remotos, que se espalharam globalmente no final do século XX e início do século XXI, impulsionados pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação.

O segundo tópico foca na reforma trabalhista e sua relação com o teletrabalho. Aborda as mudanças decorrentes da reforma, as características da jornada de trabalho para

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: pauloricardogoi05@hotmail.com

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

teletrabalhadores, restrições legais e medidas de segurança para prevenir doenças relacionadas ao trabalho remoto. A motivação desempenha um papel essencial neste contexto, considerando que um trabalhador é uma pessoa, não uma simples máquina repetitiva. Deste modo, é de suma importância levar em consideração suas necessidades básicas para assim promover um desempenho pessoal aprimorado. Isso beneficia tanto o indivíduo quanto a empresa, seja em termos de resultados quantitativos ou nas escolhas estratégicas.

É imperativo que tanto as empresas quanto os trabalhadores estejam conectados não apenas através de meios telemáticos, mas também estejam alinhados com a nova realidade da relação empregador-trabalhador na era digital. Isso implica em assimilar as necessidades e estratégias de um objetivo compartilhado.

Embora seja um tema de grande relevância, especialmente durante uma pandemia, é lamentável que haja pouca literatura disponível sobre o assunto e a legislação seja insuficiente. Isso instiga uma abordagem crítica para compreender como a relação entre o trabalho em home office e o empregador é exigida, bem como suas consequências.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada envolve a utilização do método de pesquisa bibliográfica e comparativo, adotando uma abordagem indutiva. Utilizando-se também, de consultas diretas a fontes como livros especializados, acervos bibliotecários, teses, dissertações, revisões diretas, literaturas doutrinárias e artigos científicos disponíveis online.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente cabe destacar aqui, a pandemia provocada pelo coronavírus no ano de 2020 que disseminou-se mundialmente por meio de um processo de transmissão e poluição acelerada, atravessando fronteiras territoriais de maneira descontrolada e afetando todos os cinco continentes.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde emitiu uma declaração de Emergência de Saúde Pública Internacional com base no Regulamento Sanitário Internacional (OPAS-OMS, Folha Informativa, 2020). Em 11 de março de 2020, a Covid-19 atingiu uma escala global e foi ocasionalmente identificada como uma pandemia pela Organização

Mundial da Saúde, que apresentou inúmeras recomendações técnicas para combater a propagação.

Após esta decisão da OMS, muitos países implementaram medidas para controlar fronteiras e restringir viagens. Algumas nações adotaram abordagens mais flexíveis, enquanto outras impuseram medidas mais rígidas, incluindo o isolamento compulsório da população como uma medida emergencial para desacelerar a taxa de contágio (Bortolotto; Giacomet; Cangaro, 2020).

A Covid-19 chegou ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020, quando o primeiro caso da doença foi confirmado no país. De acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde e da OPAS, tanto o governo federal quanto os governos estaduais, distritais e municipais adotaram medidas de saúde pública e sanitária. Isso ocorre porque a responsabilidade em questões de saúde pública é compartilhada entre essas entidades, conforme estipulado no artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal (Brasil, 2020).

Infelizmente, até o momento atual, o país registrou milhares de casos, conforme indicado pelas informações coletadas para a elaboração deste trabalho. A atualização dos dados confirma um total de 4.137.521 casos confirmados, 126.650 mortes e 3.317.227 casos recuperados (OPAS, 2020).

Desencadeou-se, dessa forma, uma situação autêntica de calamidade pública. Isso não apenas gerou preocupações em relação à saúde e à possível sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS) (Mota, 2020), mas também trouxe à tona as dificuldades que essa pandemia poderia e ainda pode acarretar no contexto do emprego. Foi imperativo, com caráter de urgência, revisar as regras trabalhistas que haviam sido recentemente alteradas. Nesse contexto:

Os dispositivos celetistas servirão, por óbvio, para esse primeiro momento de caos e mesmo assim, com suas regras afrouxadas, capazes, dessa forma, de serem lançadas sobre os fatos sociais com adequação e razoabilidade, como compete aos operadores do direito fazer, como intérpretes das normas que são, somente a partir do que se terá a efetiva subsunção do fato à regra (Martinez; Possídio, 2020, p. 25).

Martinez e Possídio (2020, p. 27) explicam que a utilização mais eficaz de ferramentas como negociações e férias coletivas se torna essencial. Os autores destacam que, embora as medidas de adaptação à situação de calamidade pública exijam a participação das partes envolvidas na relação de trabalho, cabe também ao Estado o “dever de garantir a ordem e o bem-estar de toda a comunidade”.

Um dispositivo fundamental da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ganha relevância à luz de toda a discussão desencadeada pelo novo coronavírus. Consulte o artigo 501 do referido diploma legal, que estipula que “força maior é entendida como todo evento alcançado em relação à vontade do empregador, para que o qual este não tenha corrido, direto ou indireto”. Para os especialistas que se esforçam para contribuir com soluções trabalhistas diante do caos provocado pela pandemia, presumem que a mesma se configura como um caso de força maior.

Seguindo nessa mesma linha, Pinto (2020) nos ensina que a Força maior é o “poder ou motivo mais preponderante, resultante da inevitabilidade do evento que, devido à sua influência, impossibilita o cumprimento de uma obrigação que estava imposta” (Conforme o Dicionário Houaiss). A pandemia do coronavírus era imprevisível e é desencadeada. Ela não reconhece fronteiras e se espalha com rapidez.

No âmbito do teletrabalho, após as emendas legislativas de carácter emergencial, condições por meio de medidas provisórias que serão discutidas, e considerando o reconhecimento e a valorização social que essa forma de trabalho tem recebido, surgiu uma oportunidade para abordar, em carácter excepcional e urgente, a questão relacionada à necessidade de implementação do isolamento social como forma de conter a propagação do vírus. A Organização das Nações Unidas (ONU), liderando com o exemplo, “limitou as visitas guiadas e dinâmicas o teletrabalho para metade dos funcionários por pelo menos três dias por semana, a fim de conter o vírus” (Martinez; Possídio, 2020, p. 16).

No contexto do Direito do Trabalho, merecem destaque as medidas provisórias numeradas 927, 928 e 936, todas do ano de 2020. É importante observar que esta pesquisa não tem a intenção de esgotar o assunto, especialmente devido às mudanças contínuas decorrentes do período de incertezas gerado pela pandemia. As medidas provisórias mencionadas têm a finalidade de ilustrar os efeitos desta crise de saúde no direito trabalhista, com um foco especial no novo tratamento legal do teletrabalho.

Essas medidas foram promulgadas em resposta à necessidade de atender às novas demandas sociais que surgiram com a crise que afetou todos os setores da sociedade como consequência da pandemia. Além disso, no contexto das relações de trabalho, foi crucial “implementar várias medidas de urgência para enfrentar o problema e se adaptar à nova rotina de isolamento e quarentena indicada pela OMS” (Fagundes, 2020).

Resumindo, a MP 927/2020 (vigência encerrada), abordava medidas e disposições legais trabalhistas para enfrentar o estado de calamidade pública causada pela covid-19 de maneira ampla, incluindo questões relacionadas ao teletrabalho. A MP 928/2020 (vigência

encerrada), trazia algumas modificações em relação à MP anterior, enquanto a MP 936/2020 que posteriormente foi convertida na Lei nº 14.020 de 2020 “estabelece o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e abordagem de medidas trabalhistas complementares para enfrentar o estado de calamidade pública”. Essas medidas, como se pode perceber, são complementares e sujeitas a mudanças à medida que a pandemia avança ou retrocede.

No que diz respeito à disposição mencionada anteriormente, ela está em sintonia com o que é preconizado na CLT, uma vez que o artigo 75-D da legislação trabalhista estabelece que a definição dos instrumentos de trabalho a serem utilizados pelo empregado deve ser acordada em contrato com o empregador. O artigo 4º da MP 927/2020 traz uma abordagem mais detalhada sobre esse assunto, indicando que é responsabilidade do empregador fornecer esses equipamentos, “através de empréstimo ou pagar por serviços de infraestrutura, sem que isso constitua verba salarial”, e, caso o Fornecido não seja possível, “o período da jornada normal de trabalho será contabilizado como tempo à disposição do empregador” (Ibairro, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente estudo foi possível concluir que as principais transformações rápidas e abrangentes que trouxeram as novas formas de trabalho remotas tiveram início com a pandemia do coronavírus que trouxe para diversas esferas da sociedade, incluindo as relações de trabalho e o campo legislativo. A emergência de medidas provisórias e emendas legislativas ilustra a resposta ágil e adaptativa das autoridades diante do novo cenário. Especificamente, o teletrabalho surge como uma alternativa crucial para garantir a continuidade das operações e, ao mesmo tempo, atender à necessidade urgente de isolamento social para conter a propagação do vírus.

A busca por soluções no ambiente de trabalho, sob a pressão das restrições impostas pela pandemia, revelou a importância da flexibilidade e adaptação das políticas trabalhistas. As medidas provisórias 927, 928 e 936, apresentadas como resposta direta à crise, demonstram uma abordagem abrangente, que abrange desde questões relacionadas ao teletrabalho até a criação de programas de manutenção do emprego e renda. Essas medidas emergenciais, entretanto, não encerram o debate, dada a evolução constante da situação e a necessidade contínua de ajustes para atender às demandas sociais e laborais.

A postura da Organização das Nações Unidas (ONU) ao adotar o teletrabalho como medida preventiva também envolveu ações em outras esferas. Isso enfatiza o papel das organizações internacionais na definição de normas e diretrizes que podem ser adaptadas para se adequarem às realidades nacionais. A situação atual também ressalta a importância do diálogo entre trabalhadores e empregados, bem como a relevância do Estado como mediador, garantindo a harmonia entre as partes interessadas.

Em síntese, as transformações trazidas pela pandemia em relação ao teletrabalho e à legislação trabalhista evidenciam a capacidade de adaptação da sociedade e das autoridades diante de desafios sem precedentes. O foco na saúde pública e na manutenção das atividades econômicas criou uma oportunidade para compensar as práticas laborais e legislativas, mudando o equilíbrio entre a proteção dos trabalhadores e a sustentabilidade dos negócios. O futuro permanece incerto, mas a capacidade de resposta demonstrada até agora pode servir como um guia para enfrentar os desafios futuros de maneira colaborativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

BORTOLOTTI, Guilherme Bettiato; GIACOMET, Natasha; CALGARO, Cleide. Aplicação do fato do príncipe nas relações trabalhistas em razão do estado de calamidade pública gerada pela pandemia do Covid -19. *In: Covid-19: Democracia E Poder*. Itajaí-Sc: Univali, 2020. Disponível em: <http://www.univali.br/ppcj/ebook>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 6/2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n° 936, de 01 de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n° 928, de 23 de março de 2020**. Altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória n° 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv928.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

FAGUNDES, M. A. B.; SAUSEN, J. O.; BRIZOLA, M. M. B. Os Níveis de Satisfação dos Estudantes do Ensino à Distância em um Polo de Apoio Presencial da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **EaD Em Foco**, v. 12, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i1.1588>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBAIRRO, Peterson. **MP 927/20**: Linhas Gerais de Orientação. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/322485/mp-927-20-linhas-gerais-de-orientacao>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MARTINEZ, Luciano; POSSÍDIO, Cynthia. **O trabalho nos tempos do coronavírus**. São Paulo: Saraiva, 2020.

MOTA, Camilla Veas; MAGENTA, Matheus. **Coronavírus**: 29 perguntas e respostas para entender tudo que importa sobre a doença. BBC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51673933>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE BRASIL (OPAS). **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Atualizada em 08 set. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>. Acesso em: 25 ago. 2023.

**CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E A INFLUÊNCIA
DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Marcia Ferreira Moraes¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente trabalho é uma análise sobre a influência que a mídia pode exercer na formação das convicções dos jurados do Tribunal do Júri. O objetivo consiste em verificar se a forma com que a mídia apresenta as informações para a sociedade impacta no resultado do julgamento. O estudo discorre sobre a instituição do Tribunal do Júri, a criminologia midiática, bem como sobre a forma com que a mídia transmite as informações e como ela pode influenciar no julgamento. Constatou-se que a ampla cobertura midiática em casos envolvendo crimes dolosos contra a vida, associada à exposição desmedida dos acusados e um jornalismo opinativo e parcial, faz com que a sociedade condene o acusado antes que o caso chegue ao tribunal, o que prejudica a imparcialidade do julgamento, afeta a presunção de inocência e induz os jurados a condenarem o réu. Para o estudo é utilizada a pesquisa bibliográfica como metodologia.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal do Júri. Criminologia midiática. Mídia.

1 INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri é o órgão responsável por julgar os crimes dolosos contra a vida, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Este instituto é considerado um dos mecanismos de exercício da cidadania, em um Estado Democrático de Direito, na medida em que proporciona a participação popular nos julgamentos. O tribunal é composto por jurados leigos, ou seja, cidadãos comuns, os quais, baseados em seus valores, convicções, experiências, culturas e influência social, assumem um papel ativo no julgamento do réu.

Os juízes leigos são pessoas que, geralmente, não possuem formação jurídica formal, em virtude disso suas decisões podem ser sofrer um enviesamento, devido a uma série de fatores, sobretudo através das informações veiculadas nos meios de comunicação social. É neste ponto que o presente trabalho se firma, na influência que a mídia pode exercer nos julgamentos dos delitos no Tribunal do Júri.

¹ Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: moraesfmarcia@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

A mídia é um importante meio de difusão de informações e formador de opinião pública, sendo, inclusive, definida por alguns pensadores como o Quarto Poder (Freitas, 2018). Esse poder deriva da sua capacidade de influenciar massivamente o ponto de vista coletivo, direcionando o foco da sociedade para questões específicas, através da forma com que os fatos serão retratados, ou apresentadas as narrativas construídas em torno deles.

Nesse viés, considerando a forma com que os meios de comunicação irão retratar e apresentar os acontecimentos, a percepção da sociedade a respeito do sistema de justiça criminal poderá ser influenciada, bem como a opinião dos jurados do Tribunal do Júri, uma vez que estes também estão expostos a essa disseminação de informações.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a relação complexa entre a criminologia midiática, que sempre existiu, e que segundo Zaffaroni (2013) “visa criar uma realidade através de informação, subinformação e desinformação em convergência com preconceitos e crenças, baseada em uma etiologia criminal simplista, assentada na causalidade mágica.”, e o Tribunal do Júri, com foco na forma com que a cobertura midiática de casos criminais pode influenciar nas deliberações dos jurados.

2 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do trabalho é utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise de artigos científicos, jurisprudências, dados obtidos em órgãos competentes, bem como análise de casos concretos do Tribunal do Júri.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Não há um consenso a respeito da origem do Tribunal do Júri, sabe-se, de acordo com Rangel (2011), que o seu nascimento e desenvolvimento foram voltados para minimizar a investida ditatorial do soberano, trazendo para o povo o poder de julgar. No ordenamento jurídico brasileiro, foi inserido em 1822, por decreto do príncipe regente, Dom Pedro I, sendo inicialmente composto por 24 juízes, denominados “juízes de fato”, responsáveis por julgar apenas crimes de imprensa. (Oliveira, 2017).

Posteriormente, conforme explica Siqueira (2022), com a Constituição de 1824, o Tribunal do Júri passou a ter competência para julgar as causas cíveis e criminais, tendo sido

inserido em um capítulo dedicado ao Poder Judiciário. Porém, isso se alterou com a Constituição de 1891, a qual o retirou desse capítulo e o fixou no rol de direitos e garantias individuais, dando a este instituto uma feição nova, com traços de autonomia.

O instituto esteve presente em todos os demais ordenamentos seguintes até a Carta Outorgada de 1937, a qual omitiu qualquer referência quanto à existência do Júri, fazendo com que dúvidas a respeito da sua extinção fossem geradas. Por sua vez, em 1938, o Decreto-lei 167 confirmou a existência do Júri, embora sem soberania (Siqueira, 2022). Com a promulgação da Constituição de 1946 a soberania dos julgamentos do Tribunal do Júri foi reestabelecida, com a inclusão da sua competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, conforme expressa o art. 141, § 28:

§ 28 - É mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. (Brasil, 1946).

A partir de então todas as demais constituições mantiveram o instituto do Tribunal do Júri, o qual é previsto atualmente no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal de 1988, que determina:

5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. (Brasil, 1988).

Ressalta-se que ao longo dos anos o Tribunal do Júri sofreu diversas alterações, e foi se moldando de acordo com as características sociais, culturais e políticas do momento histórico em que estava inserido.

3.1 Princípios Constitucionais do Tribunal do Júri

Os princípios que regem o Tribunal do Júri, previstos na Constituição de 1946, foram reafirmados com a CF de 1988, sendo eles: plenitude de defesa; sigilo das votações; soberania

dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (Brasil, 1988).

A plenitude de defesa é uma espécie de defesa completa, absoluta, que privilegia a defesa do acusado em um grau maior do que a ampla defesa, sendo a defesa plena mais abrangente (Nucci, 2023). Em tese, este princípio permite que o acusado suscite diversos tipos de elementos defensivos, para persuadir a opinião dos jurados, podendo elucidar valores morais, éticos, culturais, políticos e religiosos (Nucci, 2023).

O princípio do sigilo das votações é um tipo de proteção dos jurados, que garante que quando forem proferir seus votos se dirijam até uma sala especial, com participação restrita.

Enquanto a soberania dos vereditos refere-se à ausência da possibilidade de se contestar a decisão do júri, no máximo se admite o duplo grau de jurisdição, o qual preconiza que caso se determine um novo julgamento este será realizado, novamente, pelo Tribunal do Júri (Nucci, 2023). Assim, caso seja apresentada uma apelação da sentença, e esta questionar o mérito da decisão, ela não terá o condão de modificar o que foi proferido, pois a decisão do Júri não pode ser alterada, o que poderá ocorrer é a determinação para que seja realizado um outro julgamento pelo Tribunal do Júri (Nucci, 2023).

Quanto à competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, Nucci (2023) afirma tratar-se de uma competência mínima, que pode ter sua abrangência ampliada, caso assim determine o legislador.

Os crimes que o júri possui competência para julgamento são aqueles previstos nos art. 121 a 127 do Código Penal, dentre eles: homicídio; instigação ao suicídio; aborto e infanticídio sejam na forma tentada ou consumada, além dos crimes conexos.

3.2 Características do Tribunal do Júri

O procedimento do Tribunal do Júri se desenvolve em duas fases, Marcão (2023) define que a primeira fase é chamada de Instrução Preliminar, é nessa fase que o juiz togado irá determinar se o fato ocorrido é, ou não, um crime, e, caso fique decidido que se trata de um crime, o juiz irá definir se, este, é ou não da competência do Tribunal do Júri, e, caso seja da competência do Júri, iniciar-se-á a segunda fase, denominada, instrução e julgamento, no plenário do Júri (Marcão, 2023).

O art. 447 do Código de Processo Penal trata da composição do Tribunal do Júri, sintetiza que este será composto por um juiz togado e por 25 jurados, destes, 7 serão sorteados para constituir o Conselho de Sentença, os quais terão a atribuição de decidir se o acusado é

ou não culpado do fato delituoso. Assim, os jurados definem a culpa e o juiz, presidente, fixa a pena.

Em um texto publicado na página web do Tribunal de Justiça do Distrito Federal consta que quem decide a respeito do crime é o cidadão, que se encontra sob juramento de decidir a causa com imparcialidade. O princípio da imparcialidade é consagrado na Constituição de 1988, e constitui-se na garantia de que o julgamento não será realizado através de um juízo de valor moral, político ou cultural, do julgador. Assim, conclui-se que para haver um julgamento imparcial e justo é necessário que os jurados não sejam submetidos a influências externas, posto isto, questiona-se como esse princípio pode ser mantido no Tribunal do Júri, considerando que os jurados são leigos, logo “são muito mais suscetíveis a pressões e influências políticas, econômicas e, principalmente, midiáticas” (Oliveira, 2017).

3.3 Criminologia Midiática

A mídia exerce uma influência poderosa e inegável na formação da opinião pública, bem como na percepção social em relação às questões criminais e de justiça penal. A facilidade de acesso aos meios de comunicação é um dos fatores que contribui para o longo alcance das informações veiculadas. Entretanto, vale destacar que nem sempre as informações repassadas refletem a realidade dos fatos, pois, conforme discorrido por Mirault (2020), a mídia trabalha em busca de audiência, esta é a sua mola propulsora, assim, é esse comércio que impõe o que deve ou não ser retransmitido a sociedade. Logo, os meios de comunicação filtram as informações que serão difundidas, e para torná-las mais atrativas, utilizam muitas das vezes do sensacionalismo e da espetacularização midiática (Bourdieu, 1997).

Zaffaroni (2013) afirma que a sociedade é nutrida pela informação que os meios de comunicação em massa, os quais ele denomina “fábrica da verdade”, são capazes de construir, assim, esse saber paralelo é o que autor entende como criminologia midiática, a qual “apela a uma criação da realidade através de informação, subinformação e desinformação em convergência com preconceitos e crenças, baseada em uma etiologia criminal simplista usando uma causalidade mágica”.

Callegari e Fontenele (2020) conceituam essa criminologia como aquela que deriva do senso comum, através de discursos que legitimam o medo, o punitivismo, bem como através de narrativas que criam estereótipos e os transformam em inimigos sociais. Nesse sentido, Zaffaroni (2013) explica que essa criminologia provoca a divisão da sociedade entre pessoas

decentes, *nós* e pessoas criminosas, *eles*, estas por sua vez são definidas em razão dos seus estereótipos, conforme expressa o seguinte trecho:

Os eles da criminologia midiática incomodam, impedem que se durma com portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e, por isso, devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos nossos problemas. Para isso é necessário que a polícia nos proteja de seus assédios perversos, sem nenhum obstáculo nem limite, porque nós somos limpos, puros, imaculados (Zaffaroni, 2013).

Assim, a mídia intensifica os sentimentos de medo e insegurança, contribuindo para o punitismo penal (Budó, 2006). Para disseminar suas narrativas a mídia geralmente utiliza programas policiais e sensacionalistas, visando transformar a “espetacularização” do crime em mercadoria. Zaffaroni (2013) afirma que, para atingir seus objetivos, os meios de comunicação em massa buscam divulgar os casos mais graves e que geram mais comoção social.

3.4 Influência da Mídia no Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri, por cuidar do julgamento de casos envolvendo crimes dolosos contra a vida, desperta grande interesse por parte da sociedade, a qual se sente fascinada pela natureza dos crimes e pela forma chocante com que os quais são executados, isso faz com os meios de comunicação se sintam atraídos por estes temas, fazendo com que estes, através de uma ampla cobertura midiática, gerem grande repercussão social, como por exemplo, o caso da Susana Von Richthofen, Isabella Nardoni, Elize Matsunaga e o incêndio da Boate Kiss.

Para atrair a atenção do público parte da mídia explora de forma insensível as tragédias ocorridas. Alguns meios de comunicação deixam os valores sociais de lado e concentram seus esforços em transmitir as informações da maneira mais impactante possível, com o objetivo de chocar o público. Ao detalhar a forma com que os fatos ocorreram, a cena do crime e até mesmo o sofrimento das vítimas, faz com que a sociedade se revolte, e “se a mídia disser foi fulano, esse fulano já está condenado pela sociedade, porquanto as informações publicadas têm presunção de veracidade” (Nascimento; Silva, 2017).

É cediço que o julgamento no Tribunal do Júri é realizado por juízes leigos, que formam suas convicções conforme suas consciências. Deste modo, considerando que os jurados, enquanto pessoas comuns, estão inseridos nesse meio social, recebendo diariamente diversos tipos de informações, sensacionalistas ou não, torna-se evidente que suas opiniões

poderão ser influenciadas pelo discurso imposto. Nesse sentido, Zaffaroni (2013) explica que, mesmo que o indivíduo tenha consciência de que mídia possui essa capacidade de influenciar o pensamento, em algum momento ele poderá ser influenciado, pois, a “introjeção da criminologia midiática é muito precoce e poderosa”, e a sua “sedimentação do conhecimento” é realizada de forma “longa e paulatina”.

Assim, considerando a influência que a mídia pode exercer sobre as decisões do Poder Judiciário, surgiu a expressão “*trial by media*”, originária dos Estados Unidos. Esta expressão se refere ao pré-julgamento que a mídia realiza a respeito de um caso, pois, quando há uma ampla cobertura midiática, as informações e opiniões repassadas pela mídia pode levar o público a formar juízos sobre a culpa ou inocência do acusado antes mesmo do caso chegar ao tribunal (Barbosa, 2019).

Desta forma, ao martirizar a imagem do acusado, a mídia faz com o que o júri do povo considere o réu culpado, através da formação de um juízo de valor criado sem ter conhecimento do caso, assim traz “um convencimento dos jurados a respeito do fato, que de qualquer modo resta prejudicado a atuação da defesa no plenário do júri.”. (Nascimento; Silva, 2017).

Considerando estes fatores, percebe-se que é desafiador garantir ao acusado um julgamento justo e imparcial, já que os jurados também são expostos a estas informações desvirtuadas, tendenciosas ou incompletas propagadas pelos veículos de comunicação sensacionalistas, antes mesmo de adentrarem no tribunal, o que pode influenciar formações de suas opiniões.

Dito isso, torna-se relevante apresentar um fragmento do trabalho de monografia de Natália Maria Tavares Chaves (2021), onde a autora traz trecho de um artigo da pensadora Polyana Bacelar Silva que reproduz uma fala de um dos componentes do Tribunal do Júri de Suzane e dos irmãos cravinhos:

“A gente estava lá para assumir e fazer valer o que o Tribunal do Júri e o Estado precisam fazer para que não ocorram crimes deste tipo.” A frase citada foi dita por uma das componentes do corpo de jurados do plenário que julgou Suzane e os irmãos Cravinhos, ao jornal Folha de São Paulo, ao final da sessão do Tribunal do Júri. A partir desse depoimento, observa-se que de fato os jurados escolhidos para analisar, julgar, condenar ou absolver o acusado, ali se fazem presentes com um convencimento antecipado. É a partir do que se ouve, assiste, ou lê que os jurados formam o seu entendimento e, infelizmente, as transmissões, ao invés de instruir, contribuem para a formação de opinião de maneira, muitas vezes, deturpada e conveniente para quem a transmite (Bacelar, 2021).

Nesse contexto, a problemática não se restringe a ideia punir ou não punir o culpado pelo cometimento do delito, pois a punição é necessária, como apontado em diversos estudos de política criminal, mas, conforme discorrido por Pereira e Barbosa (2022), é evidente que, em casos de repercussão, envolvendo grandes tragédias, que chocam e angustiam, a sociedade almeje que alguém seja culpado e condenado, porém o clamor social, pautado na pressão midiática, não deve ficar acima dos princípios e normas constitucionais, sendo que o devido processo legal deve ser garantido, uma vez que o direito penal não deve ser utilizado como instrumento de vingança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo busca-se analisar a influência que a mídia pode exercer sobre as decisões do Tribunal do Júri, para tanto, faz-se uma breve análise sobre este instituto, bem como sobre a criminologia midiática e sobre a mídia. Resta evidente que a mídia desempenha um importante papel na sociedade, permitindo que os indivíduos tenham acesso a diversos tipos de informações de forma rápida e fácil, esta influência pode ser positiva ou negativa, e isso dependerá do caso concreto.

Verifica-se que os crimes violentos são atrativos para o público, e são envoltos de uma ampla cobertura midiática, muitas das vezes sensacionalista, como forma de obter mais audiência.

Desta forma, é apresentado que a forma com que a informação é repassada aos telespectadores pode influenciar na formação da percepção do público e na convicção dos jurados. Assim, o termo “*trial by media*” pode criar desafios para que sejam garantidos os princípios previstos no ordenamento jurídico.

Dito isso, enfatiza-se que não se busca censurar a mídia, mas encontrar um equilíbrio entre o direito a informação, liberdade de imprensa e a garantia de um julgamento justo e imparcial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eudilla Giulany Marques; PEREIRA, Alessandro do Nascimento. **A influência das mídias sociais nas decisões do tribunal do júri**. Orientadora: Profa. Esp. Danielle

Freitas de Lima Oliveira. 2022. 23 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Potiguar, Natal, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/26945/2/TCC%20FINALIZADO%20-%20EUDILLA%20E%20SANDRO.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

BARBOSA, Fábio. **A influência da mídia no tribunal do júri**. Orientador: Prof. Esp. Karlo André von Muhlen. 56 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Unisul, Araranguá, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/7537/1/TCC%20F%20C%2081BIO%20-%20RIUNI.pdf>. Acesso em: 8 Set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de processo penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso: 7 set. 2023.

CALLEGARI, André Luís; FONTENELE, Marília. **Apontamentos sobre a Criminologia Midiática e seus reflexos no Processo Penal**. 2020. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2020-abr-26/apontamentos-criminologia-midiatica-reflexos-processo-penal-brasileiro#author>. Acesso em: 7 set. 2023.

CHAVES, Natália Maria Tavares. **A influência midiática nos julgamentos do tribunal do júri**. Orientador: Rodrigo Fernandes. 2021. 65 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24415/NAT%20MARIA%20TAVARES%20CHAVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 set. 2023.

FREITAS, Paulo. **Criminologia midiática e o Tribunal do Júri: a influência da mídia e da opinião pública nas decisões dos jurados**. 2. ed. Niterói: Impetus, 2018.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

MIRAULT, Fernando. **A Influência da Mídia no Tribunal do Júri: “Todo Julgamento é imparcial?”**. E-book Kindle, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

OLIVEIRA, Laís Mendes. **Tribunal do júri e o subjetivismo inquisitivo**. Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em:
<https://dejure.mpmg.mp.br/dejure/article/view/134>. Acesso em: 7 set. 2023.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

SILVA, Edivaldo; NASCIMENTO, G. J. A influência da mídia na decisão do conselho de sentença no tribunal do júri. **Caderno de Graduação - Humanas e Sociais - UNIT - Pernambuco**, v. 3, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/view/3723>. Acesso em: 9 set. 2023.

SILVA, Polyana Bacelar. **A influência da mídia televisiva no convencimento dos membros do tribunal do júri**: um estudo analítico de casos emblemáticos ocorridos no Brasil. Página 05. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0003/1608/polyana-bacelar-e-silva.pdf>.

SIQUEIRA, Brendo Gonçalves. **A influência midiática no tribunal do júri**: uma análise bourdieusiana sobre a violência simbólica no campo da comunicação. Orientador: Prof. Carlos Eduardo Ribeiro Lemos. 2022. 38 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória, 2022. Disponível em:
<http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/1384/1/TCC%20-%20Brendo%20Gon%C3%A7alves%20Siqueira.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (TJDF). **Tribunal do júri**. 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tribunal-do-juri>. Acesso em: 7 set. 2023.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. Coordenadores: Luiz Flávio Gomes; Alice Bianchini. São Paulo. Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

**CRÍTICA DA PERSPECTIVA OCIDENTAL À NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NA CULTURA RELIGIOSA ISLÂMICA, ALIADA A UMA
DESCOLONIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Rafael Coutrin Vilard Silva

Vitória Karoliny Barbosa Medeiros

Marcos Cristiano Reis

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

RESUMO: Esta pesquisa em andamento visa compreender a intersecção entre cultura, religião e direitos humanos na perspectiva das mulheres muçulmanas, contribuindo para uma visão mais sensível da luta pela igualdade de gênero nesse contexto. O objetivo é questionar a imposição ocidental de conceitos sobre outras culturas. O método utilizado é a revisão bibliográfica, explorando a influência da cultura, religião e direitos humanos nas vidas das mulheres muçulmanas. Os resultados revelam a complexidade da relação, com o Islã moldando aspectos do cotidiano e das leis, como a Sharia. A interpretação ocidental da violência difere da interpretação cultural islâmica, ressaltando a importância de considerar crenças locais. A conclusão enfatiza que, para promover mudanças, é preciso dismantlar a hegemonia ocidental nos direitos humanos, respeitando a cultura islâmica. Solidariedade deve ser construída com compreensão, evitando simplificações e estigmatizações, para verdadeiramente capacitar as mulheres muçulmanas.

PALAVRAS-CHAVE: Islamismo. Cultura. Ocidental. Hegemonia. Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

Apresente pesquisa faz parte dos estudos realizados a partir do Grupo de Estudos: Direitos Humanos, Cidadania e Cultura, do Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupex) do Instituto de Ciências Jurídicas do Centro Universitário Alfredo Nasser, Tal estudo norteia-se no sentido de produzir uma crítica da perspectiva ocidental à naturalização da violência contra a mulher na cultura religiosa islâmica. Para tal propósito, emprega-se uma perspectiva crítica de descolonização dos direitos humanos.

A pesquisa tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a relação entre cultura, religião e violência contra a mulher na sociedade islâmica. Busca-se questionar a perspectiva ocidental que tende a impor seus conceitos de direitos humanos e liberdade sobre outras culturas, sem considerar suas particularidades e contextos históricos. A justificativa da pesquisa move-se no sentido da promoção de uma análise mais ampla e descolonizada dos

direitos das mulheres no Islã, levando em conta suas crenças e valores culturais e contexto histórico. A problemática do trabalho gira em torno da sobreposição dos conceitos ocidentais de direitos humanos sobre a cultura islâmica, especialmente no que diz respeito à interpretação da violência contra a mulher.

Nesse sentido, no desenvolvimento deste trabalho, promove-se uma crítica à visão ocidental que, de maneira simplificada, enraíza a violência contra a mulher na cultura islâmica. Além disso, busca-se adotar uma perspectiva descolonizada dos direitos humanos, que leve em consideração as especificidades culturais e religiosas das mulheres muçulmanas. Ademais, destaca-se a importância de reconhecer e amplificar as vozes dessas mulheres em suas lutas por liberdade e igualdade.

A estrutura do trabalho inicia-se abordando a relação entre cultura, religião e violência contra a mulher. Tornou-se indispensável uma hermenêutica que revela o conceito de cultura e sua influência na formação de hábitos e valores sociais, bem como uma contextualização desses elementos na sociedade islâmica.

Para que fosse possível a compreensão desses fenômenos ao longo da história feminista das mulheres islâmicas, fez-se necessário uma análise aprofundada do próprio Islamismo enquanto religião e suas ramificações que ditam o modo como seus seguidores se comportam no dia a dia, como, por exemplo: a Sharia, que é o sistema jurídico do Islã. Além disso, buscou-se compreender a história dos povos árabes ao longo dos séculos, bem como as influências pré-islâmicas das religiões de Zoroastro e de Mani. O recurso à história é um método para revelar a construção social da figura da mulher nas sociedades islâmicas. Parte-se do pressuposto que o gênero feminino é construído a partir da influência as tradições religiosas com o contexto socioeconômico ao longo dos últimos séculos.

Ainda, para complementar todo esse cenário de interpretações religiosas e sua relação com a cultura, misturada à própria história do povo árabe, foi necessária uma contextualização do termo “fundamentalismo” e suas implicações no Islamismo, que reverberam até os dias de hoje nas mulheres islâmicas e no feminismo oriental. Uma vez que este conceito também é carregado de sentidos para o Ocidente cristão moderno e é utilizado como uma estratégia retórica para estigmatização e restrição de reconhecimento das comunidades islâmicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa consiste na revisão bibliográfica em fontes secundárias.

Para analisar a perspectiva ocidental acerca da violência contra a mulher na cultura islâmica, é necessário examinar a sobreposição dos conceitos norte-americanos e europeus relacionados a essa questão, sem considerar as especificidades culturais e sociais das diversas regiões. É crucial ressaltar a importância de compreender a religião como um aspecto cultural que exerce influência sobre seus seguidores, moldando suas práticas e crenças. No sentido de compreender as discrepâncias e dificuldades inerentes à luta pelos direitos das mulheres muçulmanas, é preciso analisar a influência da hegemonia dos direitos humanos. Muitas vezes, esses direitos são impostos de maneira predominante, subjugando a diversidade cultural e criando uma percepção ilusória de liberdade, ao mesmo tempo em que introduzem valores ocidentalizados. Além disso, é essencial considerar o contexto histórico próprio da religião para uma compreensão mais aprofundada.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que a falta de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher islâmica é uma realidade incontestável. Isso ocorre tanto devido à sua inserção em uma sociedade patriarcal, onde seu sofrimento é ocultado por um véu, quanto devido à influência da cultura oriental, na qual as mulheres estão gradualmente conquistando seu espaço de expressão e influência.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Na obra “Interpretação das culturas”, de Clifford Geertz, muito é tratado quanto à relação entre o homem e a cultura, trazendo a concepção de que ambos são dependentes entre si. Entende-se que a própria racionalidade do ser humano provém de hábitos absorvidos e reproduzidos, que conseqüentemente constituem informações que serão perpetuadas através da cultura que se formará por meio desses hábitos. Sem a cultura, o desenvolvimento humano, quanto a sua racionalidade, não seria possível. Se tornaria inviável que o aprendizado fosse repassado, portanto, todo o comportamento individual e social do homem estaria comprometido (Geertz, 1973, p. 72)

Tal entendimento é reforçado quando Geertz afirma que os símbolos religiosos exercem a função de não só auxiliar a compreender o mundo, mas a dar significado a

sentimentos e até mesmo criar mecanismos de suporte, como no caso do sofrimento para os fiéis que creem no sistema simbólico criado pela religião. A força da religião pode se tornar tão presente ao ponto de exercer no fiel um senso de superioridade em relação ao senso comum dos indivíduos. Sendo a mensagem religiosa entendida como uma percepção mais sensata a ser adotada, a “verdade de fato” para aquele que crê.

A crença dos fiéis se sobrepõe ao senso comum propagado socialmente, e é possível encontrar esse senso comum, em sentido mundial, na forma como a violência contra a mulher é enxergada, a partir de conceitos ocidentais, desconsiderando as especificidades das demais culturas e a forma como a violência é enfrentada nos diferentes meios sociais (Vasconcelos, 2021).

Essa perspectiva se faz negativa não só em seu conceito inicial, mas também dificulta a atuação do feminismo, tendo em vista que, ao buscar os direitos da mulher islâmica, o paradigma que deve ser utilizado é correspondente com a realidade dessa mulher, as crenças que a própria carrega e perpassa em seus comportamentos, o que infelizmente não ocorre com a frequência que deveria. Nessa linha de raciocínio, os protestos realizados com a presença da exposição de corpos nus são constantemente associados à justificativa de que esta é uma forma de lutar pela liberdade corporal das mulheres, contudo, para as mulheres iranianas, em sua maioria, manifestações com esse cunho não oferecem representatividade, mas atuam inversamente proporcionais ao que é almejado como liberdade dentro dos limites da crença islâmica.

Frases como: “a nudez não me liberta e não preciso ser salva”, “você não me representa”, “eu sou uma mulher muçulmana e sei o que eu quero para mim”, “o fato de você se despir para ser minha voz me insulta”... “fizeram eco junto às mulheres muçulmanas espalhadas por várias regiões, contra as feministas ocidentais” (Vasconcelos, 2021).

No Irã em 1936, ocorreu a Revolta do Véu, também conhecida como Movimento do Véu Branco, em protesto à imposição governamental do uso do véu islâmico (hijab) às mulheres iranianas. O governante Reza Shah Pahlavi buscava modernizar o país e proibiu o véu, gerando forte oposição das mulheres que viam o véu como parte de sua identidade cultural e religiosa. Apesar de não ter revogado a política na época, a revolta aumentou a conscientização sobre os direitos das mulheres. A resistência das mulheres iranianas na Revolta do Véu ressalta seu papel na defesa dos direitos e igualdade de gênero, inspirando movimentos contemporâneos (BBC News, 2022).

Entretanto, as divergências presentes na luta pelos direitos das mulheres muçulmanas não ocorre simplesmente por uma dificuldade isolada do movimento feminista ocidental em amparar as reivindicações de mulheres de culturas diferentes, essa atuação ocorre por consequência da hegemonia da perspectiva ocidental de direitos humanos, erguida pela soberania desses direitos, impostos acima do impacto da cultura dos povos, em tentativa de universalização de direitos, que possuem como núcleo conceitos de dignidade humana que nem sempre se encaixam em todas as interpretações das diferentes nações. Portanto, tendo os conceitos ocidentais tomado o lugar de destaque na imposição de direitos humanos, ocorre o caso em que, bem como afirmado por Boaventura de Souza Santos (2013, p. 14), “A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos”.

O conceito de visão descolonial dos direitos humanos é essencial para uma crítica construtiva da maneira como os direitos humanos são utilizados como uma ferramenta para impor ideias ocidentalizadas sobre outras culturas. Isso desmistifica a noção de que os países ocidentais apenas buscam promover os direitos, revelando uma proximidade entre esses esforços e a imposição de ideais intolerantes sobre diversas culturas. Seguindo essa linha de raciocínio, Boaventura Santos explora as concepções contra hegemônicas dos direitos humanos. Essas perspectivas desafiam o entendimento dominante, trazendo à tona novas formas de interpretar os direitos humanos e permitindo a incorporação de novos entendimentos. Isso levanta a questão fundamental: os direitos humanos são verdadeiramente universais? Essa hermenêutica pode levar à conclusão de que os direitos humanos não são tão libertadores quanto proclamados, mas, em vez disso, foram moldados para se encaixar nas metrópoles, nos contextos urbanos ocidentais, negligenciando a realidade de outras partes do mundo (Santos, 2013, p. 15).

Para que seja possível discorrer claramente quanto o impacto da cultura islâmica sobre a comunidade feminina, é correto que primeiro seja compreendido alguns aspectos quanto a crença propagada pelo islamismo e sua relação com a mulher.

A Sharia é o sistema jurídico do Islã. É um conjunto de normas derivado de orientações do Corão, falas e condutas do profeta Maomé e jurisprudência das fatwas - pronunciamentos legais de estudiosos do Islã. Em uma tradução literal, Sharia significa “o caminho claro para a água” (BBC News Brasil, 2013).

Portanto, se o sistema jurídico islâmico é originado de orientações religiosas, destaca-se a força com que essa religião é adotada no meio social, já que, com a presença de um

Estado Monoteísta, a religião se mistura com a lei, guiando duplamente a vida dos indivíduos inseridos nesse meio. No entanto, a conduta dirigida às mulheres, adotada através dessa crença, é o ponto essencial discutido no momento, tendo em vista as consecutivas pautas levantadas sobre a violência contra a mulher islâmica.

Um exemplo de interpretação mais rígida da Sharia seria a aplicação da lei islâmica no Afeganistão durante o governo do Talibã, onde seguia-se as palavras sagradas, acompanhadas de punições mais violentas, “Homens eram obrigados a deixar a barba crescer e as mulheres só se aventuravam a sair se tivessem permissão por escrito dos homens. Elas não podiam trabalhar ou estudar e precisavam usar a burca, uma vestimenta que as cobria completamente” (BBC News Brasil, 2021).

Tendo em vista tal aplicação, como é possível lutar contra uma norma que não é apenas fruto da religião da qual elas acreditam, mas também é utilizada pelo Estado em que elas residem? Questionamentos como esse são pertinentes para que aqueles que não vivenciam a realidade dessas mulheres possam compreender a influência dessa cultura que as rodeia, e de como os papéis de gênero, assim como tantos outros traços das vidas dos muçulmanos, são traçados pelas suas crenças.

Além do código penal, há no Alcorão um código civil que o casamento, o repúdio, a poligamia, os juros, o vestuário feminino, as relações entre homens e mulheres, o testamento, a filiação, os alimentos permitidos e proibidos, a atitude para com os adeptos de outras religiões, o vinho, os jogos de azar, a caça e dezenas de outros assuntos (Challita, Alcorão, 18. ed.).

Deste modo, ocorre o que conhecemos, a partir de uma perspectiva condicionada e ocidentalizada, como “fundamentalismo islâmico”. O conceito de “fundamentalismo” deriva de uma vertente do protestantismo nos Estados Unidos que, ao adotar uma interpretação literal da Bíblia e buscar um retorno aos “princípios fundamentais da fé”, tinha como principal objetivo estabelecer uma distinção dos outros grupos protestantes com uma perspectiva mais liberal (Campos, 2014, p. 35).

No final do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos passaram por mudanças constantes devido aos avanços tecnológicos e ao rápido crescimento industrial. O progresso científico e as teorias evolucionistas levaram à secularização da sociedade, ou seja, à redução da influência religiosa sobre o poder e o espaço público. Um exemplo significativo foi a Teoria da Evolução, proposta por Charles Darwin, que desafiou os princípios éticos e religiosos ao afirmar que os seres humanos descendiam de espécies primatas. De acordo com Pierucci (1991, p. 24),

[...] o adversário interno [do fundamentalismo] eram os partidários da teologia liberal e os métodos de crítica histórica e literária para a interpretação da Escritura; e o externo era particularmente a mentalidade científica moderna, representada de forma emblemática pelo darwinismo.

Essa ideia confrontou diretamente a crença cristã predominante de que o homem havia sido criado diretamente por Deus e, a partir disso, havia gerado sua prole para povoar a Terra. Nesse contexto, a fé cristã viu sua influência nos ideais humanos diminuir, gradualmente, ela foi sendo relegada ao âmbito da subjetividade dos fiéis, perdendo espaço e poder na esfera pública. Em reação a essa situação, surgiram correntes conservadoras nos grupos protestantes, com o objetivo de defender os princípios estabelecidos na Bíblia e enfatizar a autoridade absoluta de suas palavras (Campos, 2014, p. 35).

Ser considerado fundamentalista, segundo o significado original do termo, implicava que o seguidor (geralmente um praticante do protestantismo) acreditava na autoridade suprema da Bíblia e na palavra de Deus, vivendo de acordo com os princípios morais cristãos. Seu ativismo se limitava pacificamente aos domínios das igrejas, escolas e famílias, não buscando realizar mudanças políticas.

No presente, é frequente a utilização do termo “fundamentalismo” no Ocidente, especialmente ao se referir ao contexto da religião islâmica. Isso ocorre para abarcar ações radicais, muitas vezes terroristas, porém essa abordagem simplifica a diversidade e complexidade das posturas dos vários movimentos muçulmanos devotos. Tal percepção equivocada, proveniente do Ocidente em relação ao Oriente, foi em grande medida moldada pelas iniciativas da “Guerra ao Terror” promovida pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro. Esses ataques, resultando na queda das Torres Gêmeas do World Trade Center por ordem de Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, estabeleceram uma construção do “outro” como adversário. Esse inimigo engloba qualquer interpretação ortodoxa da Sharia (Sistema Jurídico Islâmico), do Alcorão, das profecias de Maomé e dos seguidores muçulmanos. Dado o intrincado panorama das estruturas religiosas muçulmanas e sua marcante cultura distinta, a pesquisadora Karen Armstrong considera isso como uma tentativa simplista de compreender os eventos, onde o Ocidente busca rotular o fundamentalismo islâmico de forma direta como terrorista (Armstrong, 2017).

Ao associar o Islã a um “Inimigo oriental” e rotulá-lo como “fundamentalista”, o Ocidente abriu espaço para fomentar a xenofobia e espalhar desinformação. Os problemas da região foram explorados, ampliando o debate sobre a violência contra as mulheres na sociedade islâmica. No entanto, essa abordagem etnocêntrica promovida pelo Ocidente nunca

demonstrou a verdadeira complexidade da relação entre os muçulmanos e os textos sagrados islâmicos, cujas reverberações afetam as mulheres.

Para compreendermos a gênese da influência dos textos sagrados, é necessário que primeiro se aborde o contexto histórico presente durante o nascimento do islamismo, a começar pela informação de que, antes da chegada de Maomé nos séculos VI e VII, a região conhecida como Magreb era caracterizada por uma diversidade de religiões em conflito e impérios hostis lutando uns contra os outros.

Nesse cenário, é relevante mencionar as contribuições do Zoroastrismo e do Maniqueísmo. Zoroastro, também conhecido como Zaratustra, no século VI a.C., buscou unificar profetas e mestres existentes em uma única fé, dando origem ao Zoroastrismo. Da mesma forma, Mani, um sábio iraniano do século III d.C., almejou unificar religiões e estabeleceu o Maniqueísmo. Ambas estabeleceram bases para abordagens religiosas que posteriormente influenciaram o Islã, especialmente no que se refere ao conceito dualista da luta entre o bem e o mal, representado pelo Reino da Luz e pelo Reino das Trevas.

No século VII, uma nova ordem política surgiu, abrangendo toda a Península Arábica, terras do Império Sassânida e as províncias sírias e egípcias do Império Bizantino. Nessa nova ordem, a elite dominante era composta principalmente pelos árabes da Arábia Ocidental, com destaque para os habitantes de Meca. Ainda de acordo com o historiador Albert Hourani (2006, p. 34), “Antes do final do século VII, esse grupo dominante árabe identificava sua nova ordem de poder com uma revelação dada por Deus a Maomé, um cidadão de Meca, sob a forma de um livro santo, o Corão”.

Para a região do Magreb, que possuía uma rica diversidade religiosa, o surgimento do Islã representou uma poderosa unificação dos fiéis e proporcionou uma base harmoniosa para a construção de um verdadeiro império, liderado pelos árabes. A unificação dos fiéis sob o Islã permitiu o estabelecimento de um sistema político centralizado, liderado por líderes religiosos e governantes muçulmanos. Isso resultou na formação de califados, com sua capital em locais como Bagdá, Cairo e Córdoba (Hourani, 2006, p. 43).

A conversão ao Islã foi acompanhada por mudanças sociais, como a adoção da língua árabe e a assimilação de práticas culturais islâmicas. A igualdade entre os muçulmanos foi promovida, superando as divisões tribais pré-islâmicas. O estabelecimento da Sharia como a base legal da sociedade islâmica também teve implicações sociais, influenciando a vida cotidiana, as relações familiares e a justiça (BBC News, 2021).

Atualmente, há um amplo debate sobre a situação das mulheres muçulmanas no Oriente e sua relação complexa com a Sharia, enquanto os movimentos feministas no

Ocidente se unem a uma crescente ideologia de direitos humanos. É essencial abordar as aspirações de mudanças significativas que estão ocorrendo atualmente no Oriente, onde os movimentos feministas são reprimidos pelas elites árabes patriarcais, que usam a religião e o sistema legislativo como meio de impedir o progresso dessas transformações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter se argumentado a respeito da interpretação da cultura, não de forma isolada, mas considerando suas especificidades e seguindo a perspectiva descolonizada dos direitos humanos, conclui-se que ainda há muito a ser alcançado, mesmo em um mundo repleto de lutas por direitos. Isso se torna evidente quando se observa a necessidade de compreender a real situação da mulher islâmica, que além de sofrer devido à dura aplicação da lei presente no Islã, também é alvejada por uma abordagem ocidental que propaga a violência, indo contra discursos de paz.

Entende-se, ao final, que para reduzir ou cessar efetivamente a violência contra a mulher islâmica, é necessário muito mais do que intervenções internacionais ou protestos divulgados pela mídia. A atitude mais significativa que os povos ocidentais podem realizar para auxiliar nessa luta é buscar a desconstrução da hegemonia dos direitos humanos, bem como o fim da imposição dos padrões culturais do ocidente sobre a cultura oriental. Dessa forma, será possível apoiar a causa feminista oriental de maneira mais eficiente e justa.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. Karen Armstrong: ‘É muito fácil dizer que é religião, mas o terrorismo é sempre político’. **El País**, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/eps/1510080049_545323.html. Acesso em: 19 jul. 2023.

BAGHALI, Hawzhin. Irã: mulher, vida, liberdade. **Lugar Comum**, 2022. Tradução de Regina Teixeira. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/download/56231/30701>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Como era a vida das mulheres no Irã antes da Revolução Islâmica**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63038853>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Afeganistão**: o que é a Sharia, lei islâmica que o Talebã quer aplicar no país? 2021. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional58251684#:~:text=A%20lei%20determina%20que%20homens,tamb%C3%A9m%20pode%20conter%20puni%C3%A7%C3%B5es%20severas>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CAMPOS, Breno Martins. Origem e descendência do fundamentalismo protestante: o darwinismo em The Fundamentals. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, v. 5, n. 1, p. 34-53, 2014. Disponível em:
https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/download/772/pdf_91/3045#:~:text=Como%20movimento%20de%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20da,novas%20modas%20interpretativas%20do%20texto. Acesso em: 22 jul. 2023.

GEERTZ, Clifford. 1926 - **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. 323p. ISBN 978-85-216-2985-6.

HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. 7. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. 34 p. ISBN 978-85-359-0867-1.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Fundamentalismo e Integrismo: os Nomes e a Coisa. **XV Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, 15-18 Out. 1991. Disponível em:
https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/P_autores/PIERUCCI%20_Antonio_tit_Criacionismo_et_fundamentalismo.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014. ISBN 978-85-249-2259-6.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Zoroastrismo**. Mundo Educação, s/d. Disponível em:
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/zoroastrismo.htm#:~:text=As%20diretrizes%20do%20profeta%20Zoroastro,na%20regi%C3%A3o%20do%20Oriente%20M%C3%A9dio>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VASCONCELOS, Suelli. **As mulheres, o Islã e o Ocidente**. 2021. Disponível em:
<https://www.em.com.br/app/colunistas/sueli-vasconcelos/2021/08/30/noticia-suelivasconcelos,1300431/as-mulheres-o-islã-e-o-ocidente.shtml>Referencia. Acesso em: 13 jul. 2023.

DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Luiz Fernando Ramos Leão¹

Humberto César Machado²

RESUMO: Desafios da Defensoria Pública. O objetivo é analisar e destacar os principais desafios enfrentados pela Defensoria Pública em sua missão de fornecer assistência jurídica gratuita e garantir o acesso à justiça para pessoas que não podem pagar por serviços de advogados particulares. Esses desafios abrangem questões como conseguir chegar em bairros mais afastados e pobres, falta de conscientização, desigualdade de acesso à justiça, déficit de Defensores no Brasil. Além disso, são discutidas iniciativas de reforma e recomendações para melhorar a atuação e eficácia da Defensoria Pública como melhoria no acesso à justiça, proteção de Direitos individuais, redução da desigualdade, conscientização pública, mais Defensores atuando para atender toda demanda necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Defensoria Pública. Acesso à Justiça. Assistência Jurídica. Desigualdade. Conscientização Pública.

1 INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública, como instituição fundamental para a promoção da justiça e igualdade, enfrenta uma série de desafios em sua missão de fornecer assistência jurídica gratuita àqueles que não têm meios para contratar advogados particulares. Esses desafios variam desde questões conscientização, desigualdade de acesso até a chegada de bairros mais afastados e pobres. Nesta análise, exploraremos os principais desafios que a Defensoria Pública enfrenta, destacando sua importância na proteção dos direitos individuais, na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento do estado de direito. Além disso, examinaremos os resultados potenciais da abordagem desses desafios, que incluem melhorias no acesso à justiça, mudanças sistêmicas e alívio para população vulneráveis. À medida que exploramos esses temas, será evidente que a superação desses desafios é fundamental para garantir que a Defensoria Pública possa cumprir sua missão de forma eficaz e justa.

¹ Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: luizramosleao@gmail.com.

² Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Graduado em Letras pela FAFIBE (2019), Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

2 METODOLOGIA

Este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo com o objetivo de demonstrar os desafios que a Defensoria Pública atualmente enfrenta e mostrar que com a superação desses desafios a Defensoria Pública consegue cumprir com sua missão que é proporcionar acesso à justiça e representação legal para indivíduos que não têm recursos financeiros para contratar advogados particulares. Será trago dados da própria instituição para compreender os desafios e os avanços que devem ser tomados.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A Defensoria Pública enfrenta diversos desafios em seu papel de proporcionar acesso à justiça e assistência jurídica a pessoas de baixa renda. Alguns dos principais desafios incluem:

1. Recursos Limitados: A falta de financiamento adequado muitas vezes limita a capacidade da Defensoria Pública de contratar pessoal e fornecer recursos necessários para atender a demanda.

2. Sobrecarga de Casos: Muitas vezes, defensores públicos têm cargas de trabalho excessivas, o que pode prejudicar a qualidade do atendimento aos clientes.

3. Acesso à Justiça: Garantir que as pessoas tenham conhecimento e acesso aos serviços da Defensoria Pública pode ser um desafio, especialmente em áreas rurais ou comunidades marginalizadas.

4. Qualidade da Representação: Garantir representação jurídica de qualidade para todos os clientes, independentemente de sua situação econômica, é um desafio constante.

5. Reformas Legislativas: Mudanças na legislação podem afetar a capacidade da Defensoria Pública de atender às necessidades dos clientes de forma eficaz.

6. Acesso a Recursos Sociais: A Defensoria também pode enfrentar desafios ao ajudar os clientes a acessar recursos sociais, como habitação e serviços de saúde.

Para superar esses desafios, é fundamental o apoio contínuo do governo, a busca por financiamento adequado e a implementação de reformas para fortalecer a Defensoria Pública e garantir o acesso à justiça para todos.

Conforme Pesquisa Nacional 2023, A Defensoria Pública possui atualmente 7.200 Defensores(as) Públicos(as) em todo o país.

De acordo com o art. 98, §1º do ADCT, no prazo de oito anos, a contar da edição da Emenda Constitucional nº 80/2014, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Defensores(as) Públicos(as) em todas as unidades jurisdicionais. Outrossim, o número de Defensores(as) Públicos(as) em cada unidade jurisdicional deve ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população (art. 98, caput do ADCT).

Como forma de viabilizar a análise do estágio de implementação da determinação constitucional, a pesquisa promoveu a coleta de informações sobre a distribuição geográfica dos órgãos de atuação da Defensoria Pública no território nacional, realizando o cruzamento com os dados sobre a distribuição demográfica dos destinatários dos serviços jurídico-assistenciais públicos.

Atualmente, o território brasileiro possui 2.307 comarcas regularmente instaladas. Diante do insuficiente quantitativo de Defensores(as) Públicos(as), apenas 1.286 comarcas são regularmente atendidas pela Defensoria Pública, representando 49,8% do quantitativo total.

Tendo em vista que o IBGE ainda não divulgou os dados socioeconômicos coletados pelo Censo Demográfico 2022, a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública utilizou a proporção de habitantes maiores de 10 anos de idade e que possuem renda de até três salários mínimos encontrada no Censo Demográfico 2010, promovendo, em seguida, sua atualização proporcional com base nos dados populacionais já divulgados pelo IBGE relativos ao Censo Demográfico 2022. Com isso, a pesquisa calculou a porcentagem da população que ganha até 3 salários mínimos por comarca (2022).

A estimativa atual indica que o país possui 178.682.075 habitantes com renda de até 3 salários mínimos, representando 88,0% da população total.

Com base na análise demográfica e considerando o quantitativo de Defensores(as) Públicos(as), os dados revelam que, no âmbito das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, o Brasil apresenta a razão de 1 Defensor(a) Público(a) para cada 33.796 habitantes. Levando em consideração exclusivamente a população economicamente vulnerável, o Brasil apresenta a razão de 1 Defensor(a) Público(a) para cada 29.730 habitantes com renda familiar de até 3 salários mínimos. Com base na análise demográfica e considerando o quantitativo de Defensores(as) Públicos(as), os dados revelam que, no âmbito das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, o Brasil apresenta a razão de 1 Defensor(a) Público(a) para cada 31.140 habitantes. Levando em consideração

exclusivamente a população economicamente vulnerável, o Brasil apresenta a razão de 1 Defensor(a) Público(a) para cada 27.401 habitantes com renda de até 3 salários mínimos.

A consolidação do quantitativo de atendimentos realizados considerou todos os atendimentos jurídico-assistenciais prestados diretamente pelos(as) Defensores(as) Públicos(as) e por sua equipe de apoio.

A análise da série histórica revela que, em 2019, a Defensoria Pública realizou 19.114.895 atendimentos, representando um aumento de 438,9% em relação ao quantitativo indicado em 2003, quando a Defensoria Pública havia prestado 3.547.250 atendimentos.

Em 2020, diante das medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação do coronavírus SARS-CoV-2, houve uma diminuição de 31,0% no quantitativo de atendimentos, sendo contabilizados 13.181.256 atendimentos prestados pela Defensoria Pública. No ano de 2021, como reflexo da gradativa normalização da prestação da assistência jurídica à população, a curva histórica passou a indicar um progressivo aumento do volume de atendimentos, sendo registrado um crescimento de 24,7% em relação ao ano anterior.

Em 2022, a Defensoria Pública atingiu a marca histórica de 21.881.913 atendimentos prestados à população, representando um aumento de 33,1% em relação ao quantitativo apurado em 2021 e um crescimento de 516,9% em relação ao volume registrado em 2003.

Para garantir o acesso igualitário à justiça, a Defensoria Pública depende do repasse de recursos orçamentários suficientes para o adequado desempenho de suas funções constitucionais. No entanto, todo o orçamento aprovado para a Defensoria Pública no ano de 2023 corresponde à apenas 0,24% do orçamento fiscal total das respectivas unidades federativas.

Na prática, o cálculo revela que a cada R\$ 100,00 (cem reais) do orçamento fiscal, apenas R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos) são destinados à Defensoria Pública.

A análise comparativa entre a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário revela o desequilíbrio entre o quadro financeiro das instituições que compõem o sistema de justiça brasileiro. Para o orçamento de 2023, os valores destinados ao Ministério Público são 271,38% maiores que os valores destinados à Defensoria Pública; quando a comparação é realizada em relação ao Poder Judiciário a discrepância é ainda maior, sendo o orçamento do PJ 1.466,64% maior que o orçamento da DP.

A publicização do trabalho desempenhado pela Defensoria Pública consubstancia importante instrumento para que a população tome conhecimento da existência, do funcionamento e dos serviços oferecidos pela instituição em cada localidade de instalação.

Neste sentido, em todas as unidades federativas (100%) foi possível observar a existência de organismo, assessoria ou coordenação de comunicação com a imprensa, órgãos destinados a divulgar o trabalho desenvolvido pela defensoria pública e informar a população sobre os serviços jurídico-assistenciais oferecidos pela instituição.

Apesar da existência deste canal oficial de comunicação, a grande maioria dos respondentes avalia o conhecimento da população a respeito dos serviços prestados pela Defensoria Pública como insuficiente, conforme apontado por 69,3% dos(as) Defensores(as) Públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto é importante destacar a importância da Defensoria Pública no Brasil e em qualquer sistema de justiça. Ela desempenha um papel fundamental na garantia do acesso à justiça e na proteção dos direitos dos cidadãos, especialmente daqueles que não têm recursos para contratar advogados particulares.

Embora haja desafios significativos enfrentados pela Defensoria Pública, como falta de recursos e sobrecarga de casos, é encorajador ver esforços para expandir sua presença, alocar mais recursos e investir em qualificação profissional. Além disso, a integração da tecnologia tem o potencial de melhorar significativamente a eficiência e a acessibilidade dos serviços jurídicos.

A Defensoria Pública desempenha um papel crucial na promoção da justiça social, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais equitativa. Continuar a apoiar e fortalecer essa instituição é fundamental para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua situação financeira, tenham igualdade de acesso à justiça.

É importante lembrar que as discussões e resultados relacionados à Defensoria Pública são dinâmicos e evoluem ao longo do tempo. Portanto, o acompanhamento constante e o engajamento da sociedade são essenciais para superar os desafios e promover melhorias contínuas nessa importante instituição do sistema de justiça brasileiro.

REFERÊNCIAS

DEFENSORIA PÚBLICA. **Pesquisa Nacional 2023**. Disponível em: <https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/pesquisa-nacional-2020/analise-nacional/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MILANEZI, Larissa. Defensoria Pública: desafios na garantia do direito à igualdade. **Politize!** 08 nov. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/defensoria-publica/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DESAFIOS ENFRENTADOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR DOMÉSTICO

Graziely Moura do Prado¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente estudo tem como principal foco abordar os principais desafios enfrentados na efetivação dos Direitos do Trabalhador Doméstico no Brasil. O objetivo geral é analisar junto a Lei complementar 150, sancionada em 01/06/15 que regulamentou a PEC das Domésticas. Com a alteração na legislação houve mudanças significativas que ampliou os direitos trabalhistas equiparando o serviço doméstico, tendo seus direitos garantindo-lhes benefícios como jornada de trabalho limitada, pagamento de horas extras, férias remuneradas e outros direitos trabalhistas. Diante disso, mesmo após a implementação ainda existem razões pelas quais muitas empregadas domésticas continuam trabalhando de forma informal e desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Empregado doméstico. Desafios. Efetivação dos direitos.

1 INTRODUÇÃO

Conforme dispõe o art. 1º da Lei Complementar n. 150, o trabalho doméstico é aquele caracterizado de forma contínua, subordinada e onerosa e pessoal por pessoa física em residências sem fins lucrativos. Chichorro Schütz (2019) aduz que a prestação laboral à pessoa ou família se influi que o tomador de serviços não pode ser pessoa jurídica, sendo apenas possível a pessoa física figurar no polo passivo da relação trabalhista. As atividades não se limitam somente no âmbito de lavar, passar ou cozinhar, mas abrange também os serviços prestados como jardineiro, motorista, cuidador de animais em fazendas, sítios.

O trabalho doméstico é uma das ocupações mais antigas e essencial no Brasil, que está vinculado na história da escravidão e do colonialismo. Atualmente, o trabalho doméstico desempenha um papel fundamental na sociedade.

No Brasil, os direitos trabalhistas dos empregados domésticos são regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Constituição Federal de 1988. No entanto, há uma deficiência na aplicação desses direitos a essa classe de trabalhadores. Isso se deve à

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: grazielymoura09@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br

interpretação da CLT de que os empregados domésticos prestam um serviço não econômico, o que os exclui da maioria dos direitos trabalhistas.

Essa visão preconceituosa tem raízes históricas na época da escravidão e persistiu por muito tempo, tratando os trabalhadores domésticos como membros da família, mas sem garantir seus direitos. Ao longo do tempo, porém, as leis foram progredindo e, atualmente, os direitos dos trabalhadores domésticos estão sendo conquistados, impulsionados também pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Delgado, 2018).

O trabalho doméstico no Brasil enfrenta desafios na efetivação de seus direitos, apesar da legislação que os garante. Essa situação requer mais pesquisas e reflexões jurídicas para melhorar essa área. Socialmente, é importante compreender e discutir os desafios na efetivação dos direitos dos trabalhadores domésticos para garantir a justiça social e a igualdade de condições para essa categoria profissional.

Juridicamente, o trabalho doméstico tem particularidades que o diferenciam de outros tipos de emprego, e sua efetivação enfrenta obstáculos relacionados à formalização do trabalho, direitos trabalhistas, jornada de trabalho, remuneração adequada, entre outros. Abordar esses desafios em um artigo de direito é justificado pelo seu contexto abrangente e seu potencial de trazer visibilidade e melhorias para essa categoria profissional. Isso promoveria a justiça social e o respeito aos direitos humanos.

Diante disso, ainda existem razões pelas quais muitas empregadas domésticas continuam trabalhando informalmente, assim, a problemática do trabalho se concentra na seguinte pergunta: quais são os principais obstáculos enfrentados na efetivação dos direitos do trabalhador doméstico no Brasil e como superá-los?

Sendo assim, esse artigo tem por objetivo analisar os desafios vivenciados pelos trabalhadores domésticos, que apesar dos avanços legislativos na efetivação dos direitos do trabalhador doméstico no Brasil, eles ainda não são totalmente garantidos, e ainda, identificar os principais desafios enfrentados na implementação e fiscalização desses direitos, considerando os aspectos como a informalidade do trabalho doméstico e a falta de conscientização e informação por parte dos empregadores.

2 METODOLOGIA

Tendo em vista a imprescindibilidade do tema, será adotada uma abordagem de pesquisa descritiva, com base em uma revisão bibliográfica. A pesquisa descritiva pretende

principal descrever as características e fenômenos presentes no contexto estudado, buscando compreender e analisar os desafios enfrentados na efetivação dos direitos do trabalhador doméstico.

Dessa forma, para a coleta de dados, serão utilizadas fontes bibliográficas, incluindo doutrinas, artigos e legislações. A consulta a essas fontes permitirá uma análise mais aprofundada da temática proposta, bem como uma compreensão mais ampla da legislação e doutrina vigentes sobre o tema, assim como a realidade atual da efetivação dos direitos dos empregados domésticos.

O processo de revisão bibliográfica será realizado de forma sistemática, utilizando-se palavras-chave relevantes para o tema, como “trabalhador doméstico”, “direitos trabalhistas”, “efetivação”, “desafios da efetivação dos direitos dos trabalhadores domésticos” entre outros. Será feita uma busca em bases de dados e bibliotecas digitais, a fim de encontrar obras e artigos acadêmicos relevantes para embasar a pesquisa.

Após a seleção das obras relevantes, será feita uma análise crítica dos conteúdos, através da identificação das principais abordagens, teorias e argumentos presentes nos textos selecionados. Posteriormente, serão identificados os principais desafios enfrentados na efetivação dos direitos do trabalhador doméstico.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente é importante conceituar trabalhador doméstico, que na visão de Leite é aquela pessoa que trabalha para uma família ou atividades residenciais, não lucrativa, a saber (2022, p. 116):

Destarte, conceituamos o trabalhador doméstico como uma espécie de trabalhador juridicamente subordinado, plenamente capaz, que presta serviços, pessoalmente, de natureza contínua por três ou mais dias por semana, mediante remuneração, no (ou para o) âmbito residencial à pessoa física ou à família em atividade não lucrativa.

Diante do exposto, é importante discorrer brevemente o contexto histórico do trabalho doméstico no Brasil, ao qual tem origem no período da escravidão, em que os escravos vindos da África trabalhavam em troca de sua mão de obra, recebiam cama e comida de seus patrões, mas não havia descanso digno (Orviedo, 2022).

Portanto, após o fim da escravatura, os trabalhadores passaram a ter direitos comuns. Segundo Lins (2022), nessa época, os empregados domésticos não possuíam direitos, sobrevivendo apenas com o mínimo substancial, que era oferecido em troca de trabalho, mantendo-se a estrutura escravagista, tendo, por diferença, a falsa sensação de liberdade.

No entanto, a conquista de direitos dos trabalhadores domésticos, passou por várias etapas que por muito tempo não tinham acesso a nenhuma proteção e regulamentação trabalhistas. O processo deu início em 1972, com a Lei n. 5.859, a qual foi regulamentado a função do trabalho doméstico e a obrigatoriedade da carteira profissional. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu aos trabalhadores domésticos o direito a férias, licença maternidade, aposentadoria, salário mínimo, decimo terceiro, repouso semanal remunerado e o direito a aviso prévio, entres outros.

Porém, em 2015 foi editado a nova lei complementar n.150, estabelecendo que os trabalhadores domésticos possuem novos direitos que não havia antes. Com a alteração da emenda da (PEC) das domésticas, trouxe mudanças significativas nos direitos dos trabalhadores domésticos no Brasil. Equiparando seus direitos aos demais trabalhadores.

Conforme dispõe art. 7º da Emenda, foram incluídos aos trabalhadores domésticos o direito a jornada de trabalho de no máximo 8 horas diárias e 44 horas semanais, determinando também o pagamento de horas extras com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal, em caso de trabalho além da jornada estabelecida.

Também foi garantido o inciso IV, o direito ao salário mínimo vigente, como também estabeleceu o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de serviço), ficando obrigado os empregadores a depositar 8% do salário do empregado na conta do FGTS. No Inciso VII e XVII do mesmo art. 7º, garante para o empregado o direito de receber o décimo terceiro salário, como também, o seguro desemprego em caso de demissão sem justa causa, trazendo uma segurança a mais para o empregado.

De acordo com Leite (2022), a proteção legal do trabalhador doméstico no Brasil tem se desenvolvido de forma mais lenta em comparação ao trabalhador urbano. Desde o período da colonização até a abolição da escravatura em 1888 e posteriormente até 1972, quando foi promulgada a Lei n. 5.859, não existia nenhuma legislação específica para proteger os direitos do trabalhador doméstico.

De acordo com Marques (2021, p. 98),

O trabalho doméstico tem como característica a informalidade. Em 2016, o trabalho doméstico com carteira assinada chegou a 34,6%, enquanto em 2019, até julho, caiu para 27,9%, ao mesmo tempo em que cresce o trabalho de diarista sem carteira. Tem

também na sua essência a exploração do trabalho feminino, em especial das mulheres negras, com baixa escolaridade. Traz em si a invisibilidade, tendo suas raízes na escravidão.

A informalidade no setor é uma realidade preocupante, pois muitas vezes resulta em falta de direitos trabalhistas, baixos salários e ausência de proteção social para os trabalhadores domésticos. Além disso, a desproporção entre o trabalho formal e informal dentro desse setor pode indicar a presença de condições precárias de emprego e a falta de reconhecimento desses profissionais.

Portanto, a garantia dos direitos trabalhistas para os funcionários domésticos é uma medida importante para garantir a segurança jurídica e social da relação de trabalho nas residências, o país ainda sofre com os problemas decorrentes de práticas ultrapassadas, e precisam ser deixadas para trás, a fim de que a sociedade possa avançar e desenvolver suas instituições e relações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi abordado a questão da informalidade e os desafios enfrentados pelos empregados domésticos no contexto brasileiro, tornando evidente que essa categoria de trabalhadores tem histórico de exclusão de direitos e de tratamento diferenciado em comparação a outros setores laborais. A informalidade sempre permeou grande parte da trajetória desses profissionais, impactando negativamente sua qualidade de vida e garantias trabalhistas.

No que tange ao contexto abordado no presente estudo, observou-se que o trabalho doméstico no Brasil possui uma história marcada pela exploração e falta de proteção aos direitos dos trabalhadores. A origem do trabalho doméstico remete ao período da escravidão, onde os escravos eram submetidos a condições precárias e não tinham direitos garantidos.

Mesmo após o fim da escravatura, os trabalhadores domésticos ainda enfrentaram dificuldades para obter reconhecimento e proteção legal. Embora tenham ocorrido avanços significativos na regulamentação e garantia de direitos para os trabalhadores domésticos, como a Emenda da PEC das domésticas, em 2015, ainda há desafios a serem superados.

A informalidade e a falta de reconhecimento desses profissionais persistem, especialmente entre as mulheres negras de baixa escolaridade. Garantir e proteger os direitos dos trabalhadores domésticos é fundamental para promover a segurança jurídica e social nas

relações de trabalho residenciais. É preciso que a sociedade reconheça a importância desses profissionais e trabalhe para eliminar práticas ultrapassadas e injustas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.**

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 18. ed. São Paulo. Editora Ltda, 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 15. ed. São Paulo: Saraivajur, 2023.

LINS, Alana. **Emprego Doméstico no Brasil: A análise legislativa e seus potenciais efeitos com o advento da LC nº 150.** eBook Kindle. 2020, 75 p.

MARQUES, Léa. **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo / organizadora Léa Marques.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, 223 p.

ORVIED, Débora Souza. **Regulamentação do direito do trabalho doméstico no Brasil a partir da LC 150/2015 e a análise quanto à convenção coletiva para categoria do profissional doméstico.** Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/29299/1/TRABALHO%20DE%20CONCLUS%C3%83O%20DEBORA%20SOUZA%20ORVIEDO.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

DIREITO À IGUALDADE E O RACISMO NA ESTRUTURA DO ESTADO

Alessandro Oliveira de Souza Filho¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: Segundo o art. 1.1 da Declaração, todos os seres humanos pertencem a uma única espécie. Todavia, o inciso II do citado art. 1 não exclui o direito à diversidade de indivíduos e grupos. O racismo, segundo o art. 2.2 da Declaração, reside, então, nas ideologias racistas, nas atitudes preconceituosas, no comportamento discriminatório que levam à desigualdade racial. O racismo, pois, não está no conceito de raça, mesmo porque só há uma raça, a espécie humana. O Estatuto da Igualdade Racial enumera uma série de direitos fundamentais, tratando dos direitos à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à moradia adequada e ao trabalho. Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Todo o racismo é estrutural porque o racismo não é um ato, o racismo é processo em que as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente. O racismo não é só uma questão moral, não é somente uma questão jurídica, não é somente uma questão somente econômica, o racismo está em todas as estruturas da sociedade, e precisa ser combatido.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Racismo Estrutural. Racismo no Estado. Direito à igualdade.

1 INTRODUÇÃO

O racismo refere-se à discriminação e ao preconceito dirigido contra um indivíduo ou grupo, direta ou indiretamente, com base na raça ou cor. Cabe destacar que preconceito se direciona a uma forma de conceito ou julgamento sem conhecimento prévio do sujeito, enquanto a discriminação é o ato de separar, excluir ou distinguir entre pessoas ou objetos (Oliveira, 2020).

Diante disso, segundo Almeida (2022), pode-se dizer que, o racismo, é considerado como uma variável que faz parte da sociedade, sendo definida como instrumento do capitalismo, utilizado como forma de hierarquização da classe trabalhadora, sendo possível justificar as desigualdades sociais, problema muito frequente nos dias atuais, onde as pessoas que estão em uma classe social mais alta, acabam menosprezando os menos favorecidos.

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: alessandrosouzafilho1@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

O preconceito em razão da raça não ocorre somente no Brasil, mas na verdade, o racismo em si é consequência de todo período histórico vivenciado pelas sociedades antigas, possuindo impacto nos mais diversos meios sociais, entre os quais, inclui-se o âmbito escolar (Guimarães, 2019). Dessa forma, percebe-se que o ambiente escolar reflete o contexto vivido por cada um dos alunos, sendo que a instituição escolar passa a promover uma tutela que realiza a adequação da ordem social vivenciada.

O objetivo deste artigo foi debater acerca do direito a igualdade e o racismo na estrutura do estado.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi constituído através de uma revisão da literatura de aspecto descritivo, que tem como objetivo fornecer conhecimentos para contextualizar a significância do problema e resolver discutindo possíveis soluções. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados online e Google Acadêmico, para fundamentação teórica e discussão do tema.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Roseli Rocha (2016), o racismo pode se manifestar de diversas maneiras, desde as atitudes existentes no âmbito das relações individuais, assim como nas relações estruturais e nas institucionalizadas, se manifestando em forma de ações concretas de discriminação racial, que é comum o surgimento de diversas violências, e desigualdade racial.

A autora supracitada explica que, o preconceito é considerado como um julgamento antecipado, que é feito contra um sujeito, em decorrência de sua origem, cultura ou religião, o que implica dizer que, o preconceito racial é definido como um sentimento abominável que deve ser combatido por todos os profissionais que atuam e defendem a diversidade e os direitos humanos, como por exemplo, o assistente social (Rocha, 2016)

Na visão de Márcia Eurico (2021), o preconceito racial pode ser manifestado através da omissão. Acontece quando existe o silêncio frente a violações de direitos e à manutenção de privilégios em detrimento dos direitos de outros sujeitos, podendo esse acontecimento ocorrer por meio de uma ação direta, ou seja, a discriminação.

Neste sentido, concluímos que, existem alguns tipos de racismo que acontecem e devem ser distinguidos entre si.

O primeiro seria o preconceito e discriminação racial ou crime de ódio racial, que é quando um indivíduo ou grupo manifesta-se de forma violenta física ou verbalmente contra outros indivíduos ou grupos por conta da etnia, raça ou cor. O segundo contempla o racismo institucional e inclui o preconceito manifestado em instituições públicas ou privadas, estados e leis que indiretamente contribuem para a exclusão ou preconceito racial. Já o terceiro, denota o racismo estrutural e envolve uma série de práticas, hábitos, situações e expressões inseridas em nossos costumes que contribuem direta ou indiretamente para a segregação ou preconceito racial (Oliveira, 2020).

Além disso, no Brasil, as razões do racismo podem estar relacionadas principalmente à escravização de longo prazo de afrodescendentes e à abolição tardia da escravatura, sendo esta última, irresponsável porque não se preocupou em fazer com que os escravos libertos tivessem acesso à educação e ao mercado de trabalho e acabaram a margem do sistema (Oliveira, 2020).

A escravidão no Brasil foi um sistema cruel que existiu por mais de 300 anos e foi estabelecido por volta da década de 1530, quando Portugal implementou as primeiras medidas coloniais eficazes. Esse tipo de escravidão ocorreu pela primeira vez aos indígenas e, entre os séculos 16 e 17, foi gradativamente substituída pela escravidão de africanos que chegaram ao Brasil por meio do tráfico de escravos (Ogot, 2020).

Assim, a escravidão no Brasil atendia às necessidades portuguesas de trabalhadores manuais (um tipo de trabalho que os portugueses desprezavam), que estava principalmente relacionada ao trabalho de campo nos séculos XVI e XVII. No início, a relação de trabalho dos portugueses era de troca com os indígenas, mas logo eles optaram pela prática da escravidão (Ogot, 2020).

As consequências advindas da escravidão são vistas na atualidade mediante os sintomas óbvios de racismo, assim, a escravidão no Brasil foi um período cruel que, mesmo passados mais de 130 anos após sua abolição, seus efeitos ainda são evidentes. A pobreza, a violência e a discriminação que afetam os negros brasileiros refletem diretamente um país que normaliza o preconceito contra esse grupo e o coloca à margem da sociedade (Ogot, 2020).

No Brasil, os escravos eram tratados como propriedade, comercializados como animais, explorados, julgados ou mortos sem cuidado ou intervenção de ninguém (Lopes, 2022).

Em 1888, quando a Lei Áurea foi promulgada, em 13 de maio, ficou proibida a escravização de pessoas dentro do território brasileiro (Brasil, 1888). Já em 1951 fora promulgada a Lei Afonso Arinos que tratava acerca da discriminação racial, demonstrando o caos social existente frente ao preconceito das pessoas (Brasil, 1951).

A supramencionada lei determinou como contravenção penal qualquer prática de um indivíduo que se recusasse a oferecer hospedagem, serviço, atendimento ou recebimento de cliente devido à cor da pele, considerando crime o ato de recusa de venda em um comércio a pessoa negra. A pena variava entre 15 dias e 13 meses, conforme o ato praticado, mas devido à própria ação social que desprivilegiava pessoas negras, a lei possuía pouca ou quase nenhuma eficácia frente ao sistema de privilégios sociais.

Acontece que depois de um tempo, os negros deixaram de ser escravos, mas ainda não haviam atingido a condição humana, foram expulsos da área escrava, jogados na periferia, longe de suas casas, e abandonados em suas próprias casas, localizadas nos subúrbios, favelas, lugares distantes dos brancos e da sociedade (Rocha, 2019).

Atualmente, existe a lei do Racismo (lei nº 7.716 de 1989) que veda qualquer forma de preconceito em razão da raça, cor, religião, sendo um grande avanço por parte da legislação. Contudo, é necessário ressaltar que isto é apenas um pingô em um enorme copo de água de intervenções que devem ser realizadas a fim de promover a igualdade celebrada constitucionalmente.

No contexto contemporâneo, o gueto e os subúrbios tornaram-se as novas áreas escravas, onde os que ali residem, continuam excluídos da sociedade, vistos apenas como animais. (Vasconcelos, 2012).

Assim, ver-se que a escravidão se tornou a base da civilização, tornado possível um projeto exclusivo em que o objetivo da elite é manter a diferença do resto da população. Como complemento, Luis Felipe Alen Castro disse que a escravidão nos deixou com um sentimento de insensibilidade e falta de compromisso com o destino de muitas pessoas. Esta é a estratégia de classe social mais favorecida hoje. A consequência disso é isolar-se e criar um mundo para eles, privatização da segurança, privatização das escolas e privatização da saúde. (Guimarães, 2019)

Logo, no Brasil, a desigualdade persiste, não sendo diferente do que está acontecendo hoje, em que a riqueza e prosperidade são diretamente proporcionais ao sofrimento da maioria da população que vive em desnutrição crônica (Passos, 2020) e, assim se formou o "mal" do Brasil. Em termos da simplicidade do conceito e da atração do maniqueísmo para o reducionismo, como já mencionado, a classe de inserção social e a classe excluída.

Portanto, as algemas, o estigma, as cicatrizes, as imagens dos negros e o conceito de “incivilizado” de marginalizados existem há séculos. A cor da pele negra é uma espécie de estigma racial, enquanto áreas circunvizinhas com alta concentração populacional e baixo nível de desenvolvimento humano são uma espécie de humilhação social. No centro da cidade continuam a existir “Casas Grandes” e “Senzalas” à beira-mar, e em todos os lugares, salvo exceções, continuam a ser atribuídos os povos do passado (Passos, 2020).

Neste contexto, a influência social, econômica, política e cultural, variam de acordo com a natureza das condições socioeconômicas, o tipo de população, o conceito de saúde, doença e agravos à saúde, sendo, então, diferenciada de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo. Nesse contexto, especialmente para os negros, observa-se um o ambiente de exclusão e privação de atribuição de condições especiais, determinam a vulnerabilidade dessa parcela da população (Brasil, 2005).

É interessante mencionar que, no Brasil, a população negra representou 54% do total entre 2000 e 2010. Levando-se em consideração a completude de pretos e pardos, observa-se que o percentual dessa população aumentou significativamente, atingindo 27,6%, valor superior ao da mesma década, a taxa de crescimento populacional do Brasil a qual foi de 12,3% (Brasil, 2010).

Na mesma linha de pensamento, nos últimos anos, no Brasil, observou-se um aumento no número de pessoas que se identificam como negras. Outrossim, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros e negros representam mais da metade da população brasileira (50,7%) (Brasil, 2017).

Contudo, apesar do crescimento relativo da população negra, a desigualdade ainda é expressiva, demonstrando que a distribuição racial da riqueza é indiscutível. Salienta-se também que em 2014, 76% dos 10% mais pobres da população eram negros ou pardos, enquanto 22,8% eram pessoas brancas. Assim, além da desqualificação, desvalorização da participação social (vulnerabilidade social) e suas reais necessidades em operações e planos de ajuda que não são visíveis (vulnerabilidade planejada), negros vivem em estado de defesa contínua (Brasil, 2005).

Percebe-se que o racismo no Brasil consiste em um resultado de um próprio posicionamento histórico que fora pautado em meio à defesa da supremacia branca em virtude do darwinismo social, aonde as pessoas brancas, eram consideradas cientificamente superiores às pessoas negras.

Toda esta situação subsistiu até os dias de hoje, mas no final da Segunda Guerra Mundial, o governo se pronunciou, normativamente, sobre a lei de cotas em todas essas

políticas eugênicas, que impõem uma série de restrições à entrada de imigrantes - em especial, a imigração de africanos e orientais, principalmente japoneses, que estão aqui. Durante este período, um grande número deles foi encontrado no país. Assunto este, que gerou muitos debates na constituinte de 1934 (Dode Junior, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender as raízes do racismo não só no Brasil, mas também no mundo, é necessário analisar toda a estrutura dos períodos antepassados até os dias de hoje, é necessário entender como essa história começou desde os tempos de escravidão e como se perpetua até os dias de hoje. Falar sobre o racismo e o direito a igualdade racial é lembrar de todas as amplas questões que perpetuam esse longo processo de preconceito e desigualdade entre brancos e negros, que se desdobram no genocídio de pessoas negras, no encarceramento em massa, na pobreza e na violência.

O Brasil é um país racista, é possível notar isso a partir das relações socioeconômicas, de trabalho, institucionais e até mesmo afetivas. O racismo mata, um exemplo disso são as ações preconceituosas da Polícia Militar. O Brasil na sua conjuntura se constituiu não só como racista, mas como principal instrumento de exclusão, e é necessário a luta ao combate de todo tipo de discriminação, principalmente relacionada à cor da pele.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** Feminismos Plurais. São Paulo, Letramento. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2010.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 1990.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1990.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LIM3353, de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei. n. 6815, de 1980.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1980.

BRASIL. **Lei Afonso Arinos** - Lei n. 1390/51. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1951.

DODE JUNIOR, Hermes Corrêa. **A exclusão do (não) sujeito imigrante a partir da ideia de exceção**: uma análise das Constituições de 1934 a 1988. Dissertação, 2021.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 114, n. 114, p. 290-310, jun. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, 2019.

GUIMARÃES, Johnatan Razen Ferreira. **Quilombolas e navais**: contribuições à crítica do Estado e do Direito a partir do conflito na comunidade remanescente de quilombo de Rio dos Macacos. 2019. 132 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LOPES, Luciana Suarez. Os proprietários de escravos e a estrutura da posse na antiga freguesia de São Simão, 1835. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 42, n. 2. 2022.

OGOT, B. A. **História geral da África**. V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2020.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; BALIEIRO, Thais Bispo; SANTOS, Abrahão de Oliveira. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. SPE, p. 94-108, 2020.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. 2020. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualda_des_educacionais_eja.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

ROCHA, Roseli. **Assistente social no combate ao preconceito: racismo**. Brasília (DF), 2019.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma antiga ao Brasil contemporâneo. **Revista UFG**, Ano XIII, n. 12, Jul. 2012.

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES/RENÚNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS DESCENDENTES

Marilene Sousa Mourão Alves¹

Humberto César Machado²

RESUMO: A temática central deste artigo é a renúncia do direito hereditário e as consequências para os descendentes do renunciante, sendo que os aspectos legais é o objeto do estudo, para tanto, busca objetivar o ato de abrir mão de um direito que lhe é cabido desde seu nascimento. Este artigo pesquisa a renúncia e o direito dos descendentes, impactos financeiros e emocionais. Portanto, traz uma análise das bases legais para um ato de recusa de direito hereditário e suas consequências. Este é um ato que não se presume, por ser um negócio jurídico, ou seja, negócio formal, deve-se necessariamente ser de escritura pública ou termo judicial. Por conseguinte, a metodologia que utilizada para obtenção dos fatores necessários para a composição da pesquisa, é através de pesquisas bibliográficas em Leis, Doutrinas e Jurisprudências.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Sucessões. Renúncia. Cônjuge. Descendentes.

1 INTRODUÇÃO

A renúncia em direito de família e sucessões, é um tema bastante interessante e um ato relativamente corriqueiro, este ato ocorre quando um indivíduo deseja por algum motivo, rejeitar o que lhe é de direito em uma sucessão, como está definido na carta magna; (artigo 5º, XXX, CF/88 é garantido o direito a herança), seja ele para evitar conflitos com familiares ou até mesmo para não correr o risco de assumir dívidas deixada por seu ascendente, que, na sua maioria, alguns terminam por optar pela renúncia. Por outro aspecto, há de se observar que este ato trará consequências para seus descendentes. O objetivo desta pesquisa em buscar o máximo de informações, para encontrar soluções de situações em que esses indivíduos, já citados, tenham maior amparo na legislação.

Este trabalho foi organizado em duas partes. Na primeira, busca-se conhecer melhor os tramites legais de uma renúncia em um direito hereditário, através de pesquisas bibliográficas, com o objetivo de conhecer melhor o ato de abrir mão de um direito que lhe é cabido desde seu nascimento. Na segunda parte, são apresentadas as consequências da renúncia para os

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, Goiás, Brasil, em, 2023/2. E-mail: marilenemourao219@gmail.com.

² Humberto Cesar Machado, Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil (2013) Professor horista da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil.

descendentes do renunciante, tendo em vista os aspectos legais, as exceções e os impactos que podem causar na vida dos sucessores.

2 METODOLOGIA

A pesquisa a ser desenvolvida através deste trabalho é revisão bibliográfica em Leis, Doutrinas, Jurisprudências e Revistas Jurídicas. Os ordenamentos jurídicos operam na prática a partir de suas origens. O estabelecimento de regras que devem ser seguidas como ordem, é reconhecido com princípio, preceito ou norma, advinda do Latim “Lex”, que significa “lei”. Portanto, é uma obrigação imposta. A visão dos autores a respeito de determinada questão envolvendo o direito, é resultado da produção acadêmica de pesquisadores e estudiosos, leva-se então a explicação para o que é considerado doutrina. A doutrina é de suma importância, na prática do direito. O indexador de decisões semelhantes é o ápice da argumentação nas ações em andamento. Entende-se assim, o real significado da jurisprudência, “a ciência da lei”.

O herdeiro deve declarar sua vontade da herança recebida, seja aceitando-a ou recusando-a. Observou-se o que acontece judicialmente com o herdeiro quando ele se posiciona com renúncia. As análises mostraram o que é preciso na constância do instrumento público, como escritura ou termo judicial, conforme o artigo 1.806 do CC, sob pena de acarretar nulidade absoluta.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Antes de adentrar no tema principal desta pesquisa, faz-se necessário, voltar um pouco no direito, e registrar que a sucessão causa mortis, tem sua origem desde as famílias primitivas, que viviam, sob o governo absoluto de um fundador, do qual criava suas próprias regras para manter a prole e seus sucessores.

A renúncia, objeto central desta pesquisa, só pode ser realizado de forma legítima, após a abertura da sucessão, com a morte do *de cuius*, antes disto, não há essa possibilidade. Para exercer esse direito, o herdeiro deve obedecer ao prazo de validade, conforme estabelecido no art. 1.807 do CC/2002, sendo que para tanto, faz-se necessário que o agente do direito deve ser capaz e vontade livre, pois a incapacidade absoluta torna-se este ato nulo,

enquanto a relativa, torna anulável. Se presente alguns dos vícios de consentimento, será possível a anulação, ou se ausente a lavratura de escritura, tem-se por nulo o ato por falta de requisitos essenciais, nos termos do artigo 166, incisos IV e V do CC/2002. Porém, apesar de existir uma ampla e complexa fonte de informações, ainda existem aqueles indivíduos que acreditam que basta calar-se, que estará recusando seu direito na sucessão hereditária.

Como em tudo no direito, aqui também tem suas peculiaridades, uma delas será discutido neste artigo, que é a renúncia e o direito dos descendentes do renunciante, a esse respeito, trazendo mais pra perto, pode-se citar o anterior Código Civil brasileiro de 1916, que tratava com clareza do assunto, em seu artigo 1.588, do qual foi revogado para entrar em vigor o atual C.C/2002, através da Lei de número: 10.406/2002, que trouxe o mesmo texto do citado artigo anterior, sendo que, no atual, vem expresso no art. 2.041.

Segundo Luiz Paulo Vieira de Carvalho (2019, p. 243), em sua obra, Direito das Sucessões, “é um ato jurídico inter vivos e personalíssimo, onde um herdeiro legítimo ou testamentário, manifesta sua vontade, no sentido de não permanecer com o direito hereditário, tendo efeito retroativo, *ex tunc*, isto é, como se o renunciante nunca tivesse sido herdeiro”.

No entanto, há que se observar, que se o sucessor se recusa a receber um direito que é seu desde o nascimento, que inclusive tem natureza definitiva, é como se para tanto ele nunca tivesse existido, conseqüentemente, nesta hipótese, seus descendentes também não existiriam, porém, devem-se atentar que seus descendentes poderiam receber este direito, nem mesmo que fosse pela representação e não somente nas duas hipóteses que serão apresentadas posteriormente. Logo, esses indivíduos precisam de um maior amparo jurídico. Este é um ato que existe desde o direito Romano e que vem se aperfeiçoando até a atualidade.

Para os doutrinadores, Pablo Stolze Gangliano e Rodolfo Pamplona Filho, em sua mais recente obra, o novo curso de direito civil/direito das sucessões (2023, p. 39), “renúncia, é um ato jurídico abdicativo do direito hereditário conferido, com efeitos retroativos, que, excluem o sujeito de cadeia sucessória como se nunca herdeiro houvesse sido”. E, no caso de os descendentes do renunciante não terem o direito de reclamar daquilo que seria de seu genitor, também não poderão habilitar-se no inventário de seu avô por representação. Porém, como em toda regra existem exceções, nesta situação não é diferente, existem apenas duas possibilidades para que os descendentes do renunciante possam pleitear a sucessão por direito próprio: Se o renunciante for o único legítimo da sua classe ou se todos os descendentes da mesma classe renunciarem, desta forma os netos poderão receber o direito hereditário, por direito próprio e por cabeça, (art. 1.811, CC/2002), em igualdade de direitos, como inclusive já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

Em se tratando das consequências para os descendentes do renunciante, além das consequências financeiras, que pode ser citada, uma situação onde um sucessor que não teve muitas oportunidades de ter uma vida financeira confortável, e, em uma situação hipotética, a recusa de um direito hereditário do seu antecessor, seria determinante para que sua vida financeira continuasse sem melhores perspectiva.

Contudo, há de se pontuar as consequências psicológicas e as familiares, pois tal situação pode gerar grandes conflitos e desavenças, cada caso concreto deve ser analisado individualmente, como é de praxe, porém, há de se ressaltar que os grandes conflitos entre parentes, na sua maioria, ocorrem por situações de desacordos entre descendentes no momento de uma partilha de bens, devido ao interesse financeiro, onde alguns acabam por entender que têm mais direito do que outros, geralmente esse tipo de atitude parte daqueles que estão mais próximos e cuidam de seus ascendentes,

Por fim, Washington de Barros Monteiro e Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto, em sua obra, *Direito Civil, Direito das sucessões/2011*, têm, praticamente, a mesma definição que Maria Berenice Dias, na qual descreve: (para um herdeiro renunciar, não é necessário a concordância dos demais herdeiros. Nem dos descendentes do renunciante, pois não existe sequer direito de representação, só presente nas hipóteses preteriência, ausência, deserdação ou indignidade (2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de renunciar ou de repudiar a um direito hereditário, legítimo ou testamentário é uma escolha da qual, qualquer sujeito pode praticar, porém, o que deve ser observado antes de tal decisão, é que, é um ato formal, irrevogável, personalíssimo, com efeito *ex tunc*, ou seja, caso venha, arrepender-se, não tem como voltar atrás, e é exatamente por esse motivo que é necessário analisar muito bem antes de fazer esta recusa, inclusive devem ser analisadas as consequências que ocorrerão após essa tomada de decisão.

Compreende-se que, a renúncia de herança exige capacidade jurídica, sendo realizado a cessão em favor do *monte-mor*, logo, o incapaz não pode renunciar à herança, salvo por autorização judicial (art. 1.691 CC), onde deve ser comprovada a conveniência e utilidade da renúncia. A renúncia é irrevogável (art. 1.812 CC) e tem efeitos imediatos, não há possibilidade de retratação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Direito Civil**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS/2002/L10406.htm#2045>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Código de Direito Civil**. Lei n. 3.072/1916, de 1º de janeiro de 1916 (Revogado). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 17 set. 2023.

CARVAHO, Luíz Paulo Vieira de. **Direito das Sucessões**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 244 p.

DIAS, Maria Berenice, **Manual das Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, 2014, 199 p.

GANGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, Direito de Família e Sucessões**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Direito das Sucessões**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2023, 40 p.

MONTEIRO, Washington de Barros, PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França, **Direito Civil, Direito das sucessões**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 63 p.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, Direito das Sucessões**. 16. ed. São Paulo: Forense, 2023. 80 p.

DIREITO, MEIO AMBIENTE E OS POVOS QUILOMBOLAS

Vitória Karoliny Barbosa Medeiros

Márcia Batista de Freitas

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

RESUMO: Essa pesquisa em andamento tem como intuito fornecer a relação entre o Direito e o Meio Ambiente, especificamente quanto aos povos tradicionais tidos como quilombolas, trazendo informações sobre essas comunidades e tecendo críticas quanto ao desamparo histórico sofrido por estes, acompanhado da presente desatenção governamental sobre as necessidades desses que ocupam as margens da sociedade. Utilizando da legislação dirigida a esses povos, acompanhada de dados que reforçam a tese apresentada, trazendo a aplicação de argumentos que apontam o âmbito prático da realidade sofrida presenciada por estes. Tais informações propõe o esclarecimento quanto a história dos quilombolas e sua situação atual, ao passo em que ocorre a tentativa de criar uma narrativa que aponte a necessidade de preservação e visibilidade social sobre estes.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas. Cultura. Meio Ambiente. Preservação.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte dos estudos realizados a partir do Programa de Orientação Jurídica Popular Universitário (POJUPU), do Instituto de Ciências Jurídicas do Centro Universitário Alfredo Nasser, tal estudo norteia-se através da história dos indivíduos identificados como quilombolas, utilizando de dados estatísticos e legislações direcionadas a estes, para tecer críticas quanto ao desamparo governamental empregado sobre esses povos e o consequente estado de vulnerabilidade dessas comunidades.

O objetivo da presente pesquisa está concentrado na tentativa de propor a reflexão quanto aos povos quilombolas e sua atuação ao longo dos séculos, utilizando de informações como sua origem, jornada histórica, contribuições para o meio social e seu peso como contribuinte do patrimônio histórico-cultural do Brasil, para alcançar uma crítica que aborde a situação delicada de desamparo vivenciado por esses povos. As consecutivas informações sobre a temática possuem como intuito elucidar em relação a importância da proteção dos povos quilombolas, trazendo à tona as dificuldades vivenciadas por esses indivíduos e a presente ineficiência do amparo legal sobre estes.

A justificativa da pesquisa guia-se sobre a busca pela compreensão da necessidade de auxílio exercido sobre os quilombolas, bem como a relação desses povos com a preservação

ambiental, oferecendo análises dirigidas a atuação do Direito sobre os povos em questão. A problemática do tema aponta a ausência de amparo e visibilidade devidos aos indivíduos identificados como quilombolas.

O estudo inicia-se trazendo conceitos que abordam a ligação entre Direito e Meio Ambiente, abordagem indispensável para que fosse possível compreender o comportamento legislativo quanto às necessidades ambientais, apontando o crescimento gradual do destaque desse âmbito do Direito e abrindo espaço para que fosse abordada a temática do Direito Ambiental como área relacionada aos povos tradicionais. Após propor tais entendimentos, busca-se apresentar informações iniciais quanto aos povos tradicionais, para que assim seja possível absorver a afirmação posterior sobre os povos quilombolas sendo identificados como povos tradicionais e o seu destaque como parte da história brasileira.

Tendo tratado tais assuntos, posteriormente é pontuado quanto às previsões normativas referentes às comunidades quilombolas, evidenciando a persistente necessidade da instauração de políticas públicas mais eficazes, acompanhada da menção de dados que apontem a situação atual das comunidades quilombolas. Todas as informações listadas tem o intuito instrutivo de oferecer ao público esclarecimentos quanto aos povos quilombolas, bem como alertá-los sobre a realidade vivida por estes, a todo momento vistos como indivíduos à margem da sociedade.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto consiste na revisão bibliográfica de fontes secundárias relacionadas à temática, aliada a utilização de informações quanto às legislações envolvidas, notícias divulgadas pela mídia, números habitacionais correspondentes a essa comunidade e relatos de indivíduos identificados como parte da comunidade, todas essas informações sendo utilizadas para que fosse possível traçar uma discussão que pudesse fornecer conteúdo elucidatório mediante a temática da correlação entre Direito, Meio Ambiente e Quilombolas. As informações fornecidas foram selecionadas com base em seu caráter instrutivo, ao ponto em que correspondem com a tese abordada e a reforçam, interligando os argumentos apresentados à base fática de dados, notícias e legislações.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Em todo o mundo, o tema meio ambiente ganha cada vez mais destaque, tanto na mídia quanto nos debates políticos, em face das inúmeras catástrofes ambientais documentadas. Em verdade, que o Brasil não poderia estar fora do centro das discussões, visto que é um dos países que tem sob seu domínio territorial uma das maiores bases de biodiversidade. No Brasil o tema não tomou relevância somente após a Constituição Federal de 1988, sendo fruto de uma crescente transformação humana, assim como o próprio Direito. No decorrer dos anos, notada a impossibilidade de renovação dos recursos naturais, antes vistos como ilimitados, percebeu-se então, a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas mais específicas.

Nesse contexto, o Direito Ambiental surge no início do século XX, tendo o Código Civil de 1916 como um dos precursores desse movimento, sendo uma das primeiras legislações que protegia indiretamente o meio ambiente, pontuando algumas disposições à cerca do equilíbrio ecológico. (Herman *et al.*, 2011, p. 2). Mais especificamente, em 1960, já inserido em um contexto de crise ambiental, que resultou na escassez de recursos naturais, em virtude de um crescimento econômico irresponsável, fizeram com que se percebesse a necessidade de limitar a ação do homem no meio ambiente.

Na década de 70, a conscientização à cerca dos males da devastação ambiental abriu espaço para o pensamento voltado ao raciocínio coletivo. À cerca disso, destaca-se o papel da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano no Direito Ambiental, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que foi um marco histórico, por se tratar do primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os crescentes problemas ambientais (IPHAN, p. 1-4).

Embora, o Brasil sempre demonstrasse interesse às questões ambientais, entende-se que foi somente na década de 80 que o Direito Ambiental realmente se firmou em território nacional. A Constituição Federal de 1988, ao reunir todos os elementos que versam sobre o princípio da prevenção, da precaução e da responsabilidade, com fim de proteção ambiental, fez com que o meio ambiente alcançasse a categoria de bem protegido constitucionalmente (Herman *et al.*, 2011, p. 3).

O objetivo principal, que compreende o Direito Ambiental brasileiro, é justamente a proteção, preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente em que vivemos, entendendo que conviver em um meio ambiente sadio e equilibrado é o que irá garantir a existência e qualidade de vida da atual e das próximas gerações.

Em outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu, pela primeira vez, o meio ambiente saudável, equilibrado e sustentável como um direito humano. O dispositivo é considerado um marco histórico para justiça ambiental. Essa medida foi proposta por países como Costa Rica, Marrocos, Eslovênia e Suíça. E em julho de 2022 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que declara que todas as pessoas do Planeta têm direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável (Nações Unidas do Brasil, 2021). A proposta é que os países trabalhem em conjunto para garantir o novo direito reconhecido, além disso, uma segunda resolução estabeleceu a criação de um posto relator dedicado a observar o impacto das mudanças climáticas nos Direitos Humanos, sobretudo, direito a vida, alimentação, saúde, habitação, água e autodeterminação.

O texto da resolução destaca ainda que o impacto das crescentes alterações climáticas, além da utilização irresponsável dos recursos naturais, interfere no desenvolvimento de um meio ambiente seguro, saudável e sustentável, e que tais danos ambientais têm impacto negativo, direto e indiretamente, na qualidade de vida de todos os seres humanos, afetando principalmente, aqueles em situação de vulnerabilidade (Nações Unidas do Brasil, 2021).

No entanto, o Direito e o meio ambiente não correspondem unicamente à preservação ambiental, mas englobam inclusive as comunidades tidas como povos tradicionais brasileiros, a considerar sua habitação nas reservas ambientais e sua atuação na preservação da biodiversidade. Os povos tradicionais, indígenas, extrativistas, ciganos, remanescentes de quilombos e tantos outros, como categoria acadêmica e alvo de amparo governamental, ainda se comportam como um conceito novo (Costa Filho, 2010). Tendo em vista que alguns desses povos caracterizados como tal se fazem presentes em território brasileiro desde a colonização, mas passaram séculos sendo invisíveis aos olhos da sociedade.

O Decreto n. 6040/2007 promoveu a primeira previsão da legislação brasileira sobre esses povos, evidenciando-os no texto como detentores de direitos e figuras sociais importantes. Essa previsão apontou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que visava o desenvolvimento, proteção, valorização e reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e territoriais desses indivíduos que antes nem mesmo eram considerados como agentes sociais no ordenamento brasileiro (Machado *et al.*, 2017, p. 208). Assim, a PNPCT representa um avanço na luta social desses povos, facilitando a elaboração de políticas públicas a estes, ao ponto em que demarca sua valorização e ocasiona na extensão do reconhecimento atribuído aos indígenas e quilombolas na Constituição de 1988 aos demais povos tradicionais, ampliando o alcance dessa norma.

Porém, durante muito tempo e até hoje, esses povos não obtiveram a sua devida atenção, já que a sociedade brasileira, desde o período colonial, sempre abriu caminhos para a cultura europeia, deixando a margem culturas importantíssimas para que fosse formado o Brasil que conhecemos hoje, com alguns de seus costumes únicos em todo o mundo. Essa supervalorização daquilo que provem de outros países, principalmente europeus, gerou uma concepção subentendida entre grande parte da população brasileira, propagando a imagem dos povos tradicionais como estranhos ao meio urbano, diferentes demais do que a sociedade das metrópoles está acostumada a presenciar, individualizando essas minorias e esquecendo, ou tentando esquecer, que essas comunidades fazem parte da história brasileira.

Dito isto, dentre os povos tradicionais, aqui recebe o destaque os denominados como quilombolas. Os quilombolas são povos tradicionais que se originaram durante a busca pela liberdade dos povos afrodescendentes em meio ao período escravagista no Brasil, onde aqueles mantidos em regime escravo realizavam a tentativa de fugir de seus senhores e conquistar sua tão sonhada liberdade, colocando em jogo suas próprias vidas, obrigados a decidir entre ficar e continuar a sofrer, ou fugir e arriscar tudo pela oportunidade de serem livres (Porfírio, 2022).

Após a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, aqueles que antes estavam sujeitos ao regime escravo, agora estavam libertos, porém mais uma vez desamparados, já que, por mais que a Lei Áurea trouxesse o fim do tráfico negreiro, esta não proporcionou políticas públicas que tivessem como intuito fornecer um espaço na sociedade a aqueles que antes eram vistos como mera “mercadoria”, deixando-os com poucas opções de como obter recursos para sua própria sobrevivência (Gagnani; Rossi, 2018).

Tendo em vista tal atuação, a Constituição brasileira, em 1988 adotou o reconhecimento de outras nacionalidades habitando em meio ao território brasileiro, promovendo assim, a proteção dos direitos humanos dessas minorias. Ao se atentar à disposição específica que se propõe a amparar os quilombolas, nos deparamos com o artigo 68 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Porém, após visualizar a eficácia limitada dessa previsão constitucional, a mesma foi debatida novamente em 1995 e nesse mesmo período, a portaria 307 do Incra, propôs norma que regulariza o reconhecimento de terras às comunidades quilombolas (Machado *et al.*, 2017, p. 204).

Posteriormente, em 2003, o Decreto n. 4.887 foi vigorado, visando, além de identificar esses povos, regulamentar os procedimentos necessários para a atribuição de terras aos remanescentes de povos quilombolas. Tal avanço, mesmo que lento, caminhou para que povos

como os quilombolas pudessem ter seus direitos resguardados de forma efetiva, não tão somente para vedar as injustiças praticadas contra esses indivíduos, mas para tirar do papel mecanismos de proteção dessas minorias e colocá-los em prática (Machado *et al.*, 2017, p. 205).

Considerando o disposto quanto a demarcação e proteção das terras pertencentes a comunidades quilombolas, se torna explícito o quanto a importância do território nessa cultura vai além do que se imagina inicialmente como algo apenas dotado de cunho material, não se limita a pesca ou cultivo, mas alcança até mesmo a livre manifestação dessa cultura, sem receio de serem discriminados, pois enquanto tiverem seu próprio território, terão seu lar seguro, livres das amarras sociais que ainda se perpetuam atualmente, e envoltos pela atmosfera de pertencimento que esse ambiente proporciona a eles (Rocha; Keitel; Santos, 2022, p. 4).

Contudo, a proteção dessas comunidades não se restringe a garantia de terras, a identidade dos quilombolas não se limita a ter a propriedade de um território, as violações de seus direitos não ocorreram apenas no âmbito patrimonial, mas de tal forma que feriu a sua cultura em seu sentido abstrato, escondendo da memória do povo brasileiro, na tentativa de apagar junto com ela os registros das atrocidades realizadas contra esses afrodescendentes. É importante ter isso em mente ao perceber que a proteção desse povo, a regularização dos direitos dessas comunidades, não importam em ganhos exclusivamente para aqueles identificados como parte dessa minoria, mas proporciona algo de suma importância para a nação brasileira, pois mantém ávidos os patrimônios históricos e culturais do Brasil, a história carregada por estes povos faz parte da sociedade que vemos hoje.

Em conjunto com os benefícios proporcionados por essas comunidades tradicionais, estão os saberes tradicionais, referentes às tradições quilombolas que possuem vínculo com a preservação da diversidade biológica, seja suas formas de extração de recursos ou até mesmo plantio, seus conhecimentos que são utilizados na promoção de harmonia com o meio ambiente. Esses saberes, por serem tão bem relacionados com a biodiversidade, representam benefícios não só para os povos quilombolas, mas também oferecem preservação de suma importância para a redução dos danos ambientais gerados pelo ser humano. Não são apenas tradições, são direitos intelectuais coletivos (Machado *et al.* 2017, p. 206).

Portanto, se faz ainda mais perceptível o quanto a proteção aos povos quilombolas é de extrema relevância, levando em consideração, além dos pontos já ressaltados, o desamparo governamental vivenciado por esses indivíduos. Dentre estes, a saúde, fator essencial para a promoção de qualidade de vida, prevista como direito intrínseco à existência humana, é um dos principais alvos dessa situação de vulnerabilidade. O acesso restrito a informação, transporte, água potável e saneamento básico, colocam essas comunidades em uma posição extremamente

delicada, fazendo com que estes sejam atingidos pela pandemia de uma forma ainda mais impactante do que as demais parcelas da sociedade (Evangelista, 2022).

De acordo com Hilton Silva, membro do Grupo Temático Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) as chances de morte por COVID de uma pessoa pertencente à população quilombola é quatro vezes maior do que de uma pessoa inserida em comunidade branca e urbana. Chances essas contabilizadas através da comparação do acesso à saúde entre esses diferentes grupos (Evangelista, 2022). Sob a perspectiva quilombola, temos como exemplo o relato do líder de uma das comunidades quilombolas localizados em Moju, no Pará, onde ele relata que no período pandêmico “Faltou água, comida, médicos, testagem, remédios, máscaras, informação, enfim, faltou tudo”, ainda este reitera, “O nome disso é racismo de Estado, há um propósito nessa forma de tratar a nossa gente, eles nunca estiveram preocupados com o nosso povo. Isso tem nome e se chama necropolítica” (Neto, 2021).

Exposições como essas são muito importantes para que seja possível entender a real situação desses indivíduos, compreendendo como, por exemplo, o acesso a água potável, algo tão básico para a vida humana, em algumas comunidades possui uma presença restrita, onde a água utilizada é retirada de rios, lagos ou represas próximas, e em muitos casos, essas fontes de água são suscetíveis de contaminação por empreendimento de agricultura e mineração próximos a essas áreas, onde a exploração do meio ambiente de forma indeliberada se faz causadora de danos ao ecossistema do meio e aos indivíduos que possuem como modo de vida a dependência e coexistência com o meio ambiental equilibrado (Neto, 2021).

Quanto aos dados habitacionais desses povos, no ano de 2022, pela primeira vez em 150 anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o recenseamento, ou seja, determinou o número de habitantes, da comunidade quilombola. Nos primeiros dias de coleta de dados, o Instituto recenseou 386.750 pessoas que se autodeclararam quilombolas, o censo iniciou em 01 de agosto de 2022 e estendeu se até 31 de agosto de 2022 (Crisóstomo, 2022). Durante a pesquisa, constatou se, que os Estados com o maior número populacional de quilombolas, são: Bahia com 116.437, Maranhão com 77.683 e Pará com 42.439. Esses números correspondem a 61,15% do número total do primeiro balanço parcial apresentado no Censo Demográfico do IBGE em 2022 (Crisóstomo, 2022).

A consolidação desse Censo por localidades se deu a partir da requisição da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), por meio do Estado Brasileiro junto ao IBGE, atendendo os critérios estabelecidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Crisóstomo, 2022).

Sendo a Convenção 169 da OIT a responsável por definir quem são os povos tradicionais, além de afirmar a obrigação dos governos de reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais e religiosos, inerentes à essas comunidades (Crisóstomo, 2022).

Percebe-se, mais uma vez, indícios de descaso governamental, ao pontuar a espera absurda de 150 anos para que recenseamento devido fosse dirigido a esses povos, tendo em vista que tais informações se fazem essenciais para que seja mensurada a real situação desses povos, auxiliando na elaboração e efetivação de políticas públicas que melhor atendam a essas minorias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tais argumentações quanto ao Direito e o Meio Ambiente, fomentando seu papel indispensável no meio social e trazendo sua intrínseca relação com os povos tradicionais, em específico os povos quilombolas, chega-se à conclusão de que o Brasil, como Estado Democrático de Direito, muito ainda deve aos povos quilombolas, a contar pelos danos históricos gerados pelo racismo estrutural originado no período colonial e perpetuado ao longo dos séculos, fornecendo o desamparo governamental apontado durante este estudo.

Portanto, diante do exposto dirigido a fragilidade dos povos quilombolas, se torna perceptível o quanto muito ainda há de ser feito para a preservação dessas comunidades, não só em sentido formal, através de leis aplicáveis a estes, mas também no meio social, ao ponto em que se destaca a importância da informatização sobre esses povos, apontando à sociedade o reconhecimento que os quilombolas deveriam ter recebido desde o início, por fazerem parte da história cultural brasileira, buscando assim, a conscientização da necessidade de proteção dessas comunidades ainda tão fragilizadas.

REFERÊNCIAS

COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**. 2010. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/COSTA_FILHO,Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf. Acesso em: 13 de maio 2023.

CRISÓSTOMO, Maryellen, Censo 2022: IBGE já recenseou 386.750 Quilombolas. **CONAQ**, 2022. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/censo-2022-ibge-ja-recenseou-386-750-quilombolas/>. Acesso em: 13 maio 2023.

EDUCA IBGE. **Matérias especiais: Quilombolas no Brasil.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 13 maio. 2023.

EVANGELISTA, Ana Paula. **Covid-19 mata quatro vezes mais quilombolas do que parcela urbana e branca.** 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-mata-quatro-vezes-mais-quilombolas-do-que-parcela-urbana-e-branca>. Acesso em: 10 maio 2023.

HERMAN, Antonio V. Benjamin *et al.* Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. **Revista de Direito Ambiental**, 2011. Disponível em: https://homologacao.edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5337701/mod_resource/content/1/Texto%20001%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Direito%20Ambiental%20%20Herman%20Benjamin.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

IPHAN. **Declaração de Estocolmo.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

MACHADO, Nádia Reis Caseca *et al.* **Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais.** Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520455753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455753/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Meio ambiental saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU.** 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambiente-saud%C3%A1vel-%C3%A9-declarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>. Acesso em: 13 maio 2023.

NETO, Pedrosa. **Para quilombolas, pandemia foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica.** 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/pandemia-foi-sinonimo-de-abandono-e-racismo-para-quilombolas/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

PORFÍRIO, Francisco. **Quilombolas.** Brasil Escola. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em: 01 set. 2023.

ROSSI, Amanda; GRAGNANI, Juliana. A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil. **BBC News Brasil.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon; KEITEL, Angela Simone Pires; ROCHA, Maria Luiza Vargas. **Os territórios quilombolas como espaços de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola de Júlio Borges – RS,** 2022.

DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO UM INSTRUMENTO PARA EFETIVAR POLÍTICA AFIRMATIVA

Lucelma Messias de Jesus¹

Ana Celuta Fulgencio Taveira²

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, como um instrumento para efetivar a política afirmativa de equidade de gênero. Para tanto, pretende-se correlacionar a aplicação do protocolo, como uma ação com vistas ao alcance da igualdade de gênero, tal como estabelecido pela Organização das Nações Unidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. De início apresentar-se-á marcos da trajetória legislativa nacional especificamente no que se refere aos direitos das mulheres até chegar na normativa que dispõe da adoção das diretrizes do Protocolo em todo o Judiciário brasileiro. Ademais, se propõe explanar sobre a igualdade de gênero, políticas afirmativas, para assim adentrar nos benefícios e impactos do Protocolo na efetivação da equidade de gênero, com, em momento oportuno, a apresentação de casos e exemplos de aplicação do Protocolo pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Julgamento. Perspectiva. Gênero. Equidade. Política afirmativa.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que historicamente as constituições no Brasil consagram o princípio da igualdade, no entanto, desde a promulgação da Carta Magna em 1988, mudanças expressivas aconteceram no universo legislativo e jurídico brasileiro, com alterações importantes para a superação da desigualdade baseada no sexo, principalmente ao determinar expressamente no artigo 5º, inciso I, da mencionada Constituição de 1988, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Nesta esteira, com o advento da judicialização, as demandas de casos que envolvem gênero e sexualidade aumentam a cada dia no Sistema de Justiça. Observa-se que constantes mudanças na sociedade exigem adaptações no Poder Judiciário, no sentido de propiciar uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento da triste influência que as desigualdades impostas pelo patriarcado, machismo, sexismo, racismo e homofobia em que classes vulneráveis são submetidas.

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: lucelmessias@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

Atentos a essa problemática, o Conselho Nacional de Justiça, doravante CNJ, em 2021, editou o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero como uma ferramenta que busca garantir a equidade e a justiça de gênero no judiciário. Nele há considerações teóricas sobre a questão de igualdade e envolve a análise de casos e processos judiciais levando em consideração as desigualdades e as discriminações de gênero.

Este trabalho tem como objetivo analisar como o protocolo pode ser um instrumento para efetivar a política afirmativa de equidade de gênero, baseado nas diretrizes estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil é signatário.

Para isso, será apresentado uma breve contextualização da trajetória legislativa nacional no que se refere aos direitos das mulheres até chegar na publicação do Protocolo no Brasil. Ademais, este estudo se propõe explanar sobre a igualdade de gênero, políticas afirmativas, para assim adentrar nos benefícios e impactos do Protocolo na efetivação da equidade de gênero, com a apresentação de caso e exemplos de aplicação do Protocolo pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás.

2 METODOLOGIA

Marconi e Laktos (2022, p. 277) definem como metodologia jurídica o “procedimento por meio do qual se estabelece o objeto que deve ser controlado pelo método que indicará as bases, o fundamento da sistematização jurídica”. Por sua vez, metodologia é o conjunto de atividades que serão desenvolvidas a fim de alcançar objetivos e metas da indagação proposta.

Os métodos pretendidos no presente artigo partem de teorias e leis para analisar o objeto de pesquisa, portanto, serão aplicadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, utilizando-se de bibliografia especializada e do método de abordagem dedutivo. Ainda, adotar-se-ão variáveis qualitativas com a observação de casos concretos que foram julgados com perspectiva de gênero no âmbito do Poder Judiciário Goiano, preservando o sigilo e a privacidade das partes, para auxiliar no entendimento da investigação.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

De forma inédita, na Constituição de 1934 foram estabelecidos dispositivos como igualdade salarial, proibição de trabalho das mulheres em local insalubre e a concessão de descanso pós-parto. Entretanto, a determinação expressa da igualdade entre homens e mulheres no Brasil dentre outros direitos para mulheres, veio por advento da Constituição Cidadã em 1988, tendo este fato como uma conquista dos movimentos de mulheres, que na década de 80, escreveram a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, que foi levada ao Congresso Nacional durante o processo constituinte, iniciado em razão da redemocratização do país, em 1985 (Tavassi *et al.*, 2021).

Faz-se necessário destacar as conquistas que antecedem a Carta Magna, como o direito à participação política e o voto feminino, em 1932, adquirido por meio do movimento conhecido como sufragistas. Em síntese, conquistas importantes foram garantidas na esfera política para as mulheres, como a Lei nº 12.034/2009 que definiu cota mínima de candidaturas, impondo aos partidos a responsabilidade de promover e difundir a participação feminina.

Em 2022, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 117, que, dentre outras providências, obriga a destinação de recursos, pelos partidos políticos, às campanhas eleitoreiras das candidatas femininas.

Outrossim, Sabag e Braz (2020) descrevem que no circuito nacional, em 1943, foi destinado um capítulo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a proteção do trabalho da mulher, que obtivesse a devida autorização do marido para laborar fora. A normativa em questão ainda tratava sobre outros aspectos inerentes às condições de trabalho feminino, vedando a discriminação contra a mulher e concedendo, inclusive uma proteção à maternidade.

Ocorreram mudanças também no Código Civil como o Estatuto da Mulher Casada, disposta na Lei nº 4.121/1962, a Lei do Divórcio, Lei nº 6.515/1977 e a Lei nº 9.263/1996 que concebeu à mulher poder de decisão no âmbito familiar. Com as constantes alterações, em 2002, entrou em vigor um novo Código Civil com a garantia do poder familiar e a capacidade civil plena da mulher.

Já na parte penal cita-se a Lei nº 8.072/1990 e a Lei nº 8.930/1994, que alteraram os crimes hediondos incluindo nele o estupro e o atentado ao pudor; a Lei nº 11.106/2005 que, modificou e revogou artigos do Código Penal, como extinguiu a punibilidade do agente criminoso que se casasse com a vítima.

Como descrito por Sabag e Braz (2020), a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, provavelmente é o acontecimento mais notável na luta feminina brasileira, pois ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, esta ainda assegura a integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher. Considerada uma das melhores legislações em razão da proteção das mulheres, esta é a norma que mais sofre alterações no arcabouço legislativo nacional. Sublinha-se que para salvaguardar o direito à vida das mulheres, a Lei nº 13.104/2015, tipificou o crime de Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Indubitavelmente, a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres no Brasil sofreu influência dos documentos e tratados internacionais (Sabag; Braz, 2020), entretanto, a implementação de ações afirmativas no Brasil aconteceu com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Segundo Friedrich *et al.* (2023) tradicionalmente, estas ações despontam como mecanismos políticos jurídicos designado a minimizar os efeitos das desigualdades e da segregação e desejam lograr, para além da igualdade de oportunidades, também igualdade de resultados.

Por iguais razões, a política afirmativa de equidade de gênero trata-se de uma medida para promover a igualdade entre homens e mulheres, com vistas a reconhecer e corrigir as desvantagens históricas e estruturais enfrentadas pelas mulheres. Essas políticas objetivam aumentar a representatividade feminina com a garantia de oportunidades iguais no acesso a recursos e no exercício de direitos (Friedrich *et al.*, 2023).

Nesse diapasão, corroborando com o exposto, o Conselho Nacional de Justiça editou, em outubro de 2021, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero que trouxe em seu bojo o compromisso de orientar a imprescindibilidade de a magistratura julgar os casos concretos sob a lente de gênero, avançando na efetivação da paridade e nas políticas de equidade. Este fora apresentado, desta maneira, como um valioso instrumento para o alcance da igualdade de gênero, sob o qual o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça são comprometidos, por oportunidade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5 da Agenda 2030 da ONU.

A adoção do referido protocolo foi incentivada, pelo CNJ, aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro em todos os âmbitos, com a publicação da Recomendação nº 128, de 15 fevereiro de 2022, para colaborar com a concretização das Políticas Nacionais estabelecidas pela Resolução CNJ nº 254/2020 destinada ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e pela Resolução CNJ nº 255/2020 que dispõe sobre o Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

A obediência das diretrizes do aludido dispositivo tornou-se obrigatório com a instituição da Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023, em que o ato normativo com mera recomendação passa a ter força vinculante, não restando dúvidas que cabe a todo o Poder Judiciário Brasileiro conduzir e julgar os casos aplicando a perspectiva de gênero, prevalecendo a premissa estampada no Protocolo (2021, p. 8) de que:

Nesse caminho, o Conselho Nacional de Justiça, ao editar este documento, avança na direção de reconhecer que a influência do patriarcado, do machismo, do sexismo, do racismo e da homofobia são transversais a todas as áreas do direito, não se restringindo à violência doméstica, e produzem efeitos na sua interpretação e aplicação, inclusive, nas áreas de direito penal, direito do trabalho, tributário, cível, previdenciário etc.

Ao ensejo, Pereira (2022, p.113) reflete que o CNJ demonstra o amadurecimento institucional do sistema judiciário ao reconhecer e combater as “[...] desigualdades multifatoriais que afetam a compreensão do papel da mulher em nossa sociedade e que, por conseguinte, produzem impactos também na forma como as demandas envolvendo os direitos das mulheres são conduzidas e apreciadas pelo Poder Judiciário”.

À guisa de arremate, Pereira (2022, p. 114) ressalta a relevância da implementação de políticas públicas de natureza positiva e inclusiva, “haja vista que ações afirmativas podem ser entendidas como engrenagens transitórias para a promoção de transformações sociais”. Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça (2021, p. 14) reconhece o potencial de consolidação social que uma decisão judicial possui, pois o direito “[...] por um lado, pode ser perpetuador de subordinações; por outro, se analisado, construído, interpretado e utilizado de maneira comprometida com a igualdade substancial, pode se tornar um verdadeiro mecanismo de emancipação social”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca discutir a proeminente necessidade de difundir protocolos e diretrizes no sistema de justiça a partir de uma perspectiva de gênero, tornando-se medidas que podem ser entendidas como ações afirmativas buscando o equilíbrio no tratamento jurídico e nas relações processuais entre os gêneros.

Para isso, foram observadas algumas normativas legislativas que garantem os direitos das mulheres brasileiras, a equidade de gênero, a política afirmativa e o Protocolo de

Julgamento com Perspectiva de Gênero. Salta aos olhos, portanto, que a combinação desses conceitos visa construir uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo direitos e oportunidades para mulheres e homens.

A discussão acerca do papel da atuação jurídica no processo de ressignificação do sujeito feminino tão logo considera-se que ter igualdade de direitos não diz respeito ao usufruto dos mesmos direitos, mas sim garantir que esta diferença não coloque a mulher em posição de subalternidade.

Neste sentido, a equidade de gênero busca garantir que homens e mulheres sejam tratados de forma justa e igual em todas as esferas da sociedade, incluindo a política, o trabalho, a educação e o sistema jurídico. Isso envolve a eliminação de discriminações e estereótipos de gênero, e a promoção de condições que permitam a igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

Não obstante, conclui-se que a magistratura deve ter o propósito de, ao desempenhar seu papel institucional, se pautar com um olhar sensível as situações que possam difundir preconceitos e desigualdades, principalmente as relativas ao gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 492, de 17 de março de 2023**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original144414202303206418713e177b3.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

FRIEDRICH, D. B.; LEITE, L. M. F.; GRAEFF, G. de S. Ações afirmativas de gênero na esfera política: um breve resgate na história recente do Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, p. 215-238, 2023. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1250>. Acesso em: 09 set. 2023.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 07 set. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Atualização de João Bosco Medeiros. Barueri/SP: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 07 set. 2023.

PEREIRA, Helaine da Silva Pimentel. **A adoção da perspectiva de gênero para efetivação do primado constitucional de equidade entre homens e mulheres no sistema de justiça criminal brasileiro, em especial para as mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual.** 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, Espírito Santo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/1449/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Helaine%20da%20Silva%20Pimentel%20Pereira.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

SABAG, Juliana; BRAZ, João. Evolução dos Direitos das Mulheres no Brasil. **Revista Intertemas**, 2020. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8789/67650255>. Acesso em: 09 set.2023.

TAVASSI, Ana Paula, RÊ, Eduardo de; CONTRERAS BARROSO, Mariana; DUTRA MARQUES, Marina. Os direitos das mulheres no Brasil. *In*: Instituto Mattos Filho; Politize!; Civicus, **Equidade**, 04 maio 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 08 set. 2023.

IGF – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: aspectos legais

Rafael de Souza Alves Araújo¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto no artigo 153, inciso VII da Constituição Federal de 1988, e, aspectos legais do referido imposto. O IGF é um tributo com previsão constitucional e regulamentado por meio de Lei Complementar. A implementação do tributo seria mais uma para redução da desigualdade social e redistribuição de renda. Por outro lado, regulamentar e instituir mais um imposto em um país com carga tributária elevada nos traz amplo debate de viabilidade, estudos sociais e impacto econômico em um país de proporções continentais. Em um ambiente de retomada econômica após a recessão causada pela pandemia do COVID-19, o governo priorizou a ampliação da máquina estatal e escalada dos gastos públicos. Ante ao exposto, o presente trabalho busca demonstrar a viabilidade da regulamentação ou não do supracitado tributo no Brasil, como forma de justiça social, redução da desigualdade social e ajuste das contas públicas. Diante disso, o presente trabalho busca discutir: qual o montante acumulado caracteriza grandes fortunas?

PALAVRAS-CHAVE: Imposto sobre grandes fortunas. Justiça Social. Tributos. Impostos. Desigualdade Social.

1 INTRODUÇÃO

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Que o Brasil é um país desigual, todos sabem. Também há de se falar da alta carga tributária empregada no país, além do mandamento constitucional para redução das desigualdades sociais, a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 153, inciso VII, o IGF.

A implementação do imposto é tema polêmico, e sempre acompanhado de muitas discussões. Debates se formam entre políticos, juristas, economistas e tributarista. Em complemento, ainda há controvérsias a respeito do tema, há dificuldades na definição do valor apropriado para grande fortuna.

Dados recentes divulgados pelo G1 mostram que brasileiros de renda média pagam mais Imposto de Renda do que os supérrimos. Isso ocorre devido a uma proporção expressiva

¹ Acadêmico do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: rafael.araujo8@icloud.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

da remuneração dos mais ricos ser recebida de forma de lucros e dividendos, que atualmente são isentos de IR. Geralmente são distribuídos por empresas aos seus sócios. Nesse contexto, a disparidade entre classes só cresce devido à distorção causa pelo Sistema Tributário Brasileiro.

A previsão do IGF foi uma das inovações da Constituição de 1988, que o incluiu entre os impostos de competência da União, nos termos de Lei Complementar. É o único dos tributos federais previstos na Constituição sem regulamentação até hoje. No entanto, pode sair do papel em um momento no qual o governo federal busca ampliar sua arrecadação, sobre o tema:

vinculação do produto da arrecadação do IGF a essa conta de indiscutível importância social embasa posicionamentos que defendem que sua instituição não estaria sujeita à discricionariedade do legislador infraconstitucional. Isso porque a omissão normativa sobre a questão afrontaria os objetivos fundamentais constitucionalmente traçados para o País (Santos; Stefano Filho; Casalino, 2020, p. 186-187).

Por fim, com a possível implementação do IGF, há grande importância no estudo do tributo, um possível “reduzidor” de desigualdades, com previsão, inclusive, na Constituição Federal. De acordo com José Afonso da Silva será um imposto, se criado e bem administrado, de real importância para a redistribuição de rendas (“Comentário Contextual à Constituição”, 4ª edição, São Paulo: Ed. Malheiros, 2007, p. 664).

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa é amparado na metodologia qualitativa, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica. Diante disso, artigos científicos, relatórios, matérias jornalísticas e dados econômicos foram levantados para elaboração da pesquisa.

Os dados econômicos atuais e internos foram obtidos através de dados de órgãos públicos, como Receita Federal e Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).

Em complemento, consultou-se o banco de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim levantar as relevantes discussões travadas no âmbito legislativo a respeito do tema.

A análise dos dados foi realizada por uma abordagem hipotético-dedutiva, com análise qualitativa e interpretação de dados de forma combinada com o conhecimento científico sobre o assunto.

Por fim, importante ressaltar que não houve pesquisa de campo, ou coleta de dados, somente dados secundários coletados em livros e bases públicas.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Com relação à tributação de grandes fortunas, faz-se necessário discutir o que é grande fortuna, quais impactos sociais, econômicos da implementação do referido imposto e o combate à desigualdade social no Brasil.

Em primeiro lugar, o Estado utiliza-se dos impostos para auferir recursos para sua organização e, com êxito, oferecer serviços cumprindo seu papel constitucional. Diante disso, os tributos são a principal fonte de financiamento do estado, a fim que consiga cumprir um de seus principais objetivos: consecução do bem comum.

Nessa linha de pensamento, o estado pode instituir políticas tributárias e influenciar diretamente o comportamento do cidadão.

Em segundo lugar, entre as fontes tributáveis que podem ser selecionadas, o patrimônio acumulado realça como a que melhor apresenta capacidade real contributiva do cidadão. Para Saez (2019a, p. 2), a riqueza é entendida como patrimônio líquido dos contribuintes mais ricos da sociedade, que sugere uma faixa de isenção legalmente estabelecida.

Frente à grande amplitude do sistema tributário brasileiro, o presente projeto de pesquisa se limitará a analisar o IGF, sendo esse tributo protagonista em debates recentes, em face ao elevado crescimento do capital acumulado por particulares e pelo aumento da desigualdade social – segundo Chancel *et al.* (2022, p. 138), “fenômenos catalisados pela crise decorrente da pandemia da Covid-19”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aberto o debate ao tema, importante salientar que, já algum tempo que projetos de Lei estão “engavetados” no Congresso Nacional, frente ao tema polêmico. Mesmo assim, torna-se

importante analisar alguns projetos e pontos de vistas de pessoas distintas em pontos de vistas distintos, conforme explica Alexandre:

defende que a isonomia possui duas acepções, uma horizontal e outra vertical. A acepção horizontal abrange as pessoas que estão em um mesmo nível, devendo estas receber tratamento equitativo. Já a acepção vertical concerne às pessoas em níveis e situações diferentes, que devem receber tratamentos distintos na medida em que se distinguem (Ricardo, 2021, p. 150-151).

Dessa forma, a questão de justiça social, desigual e justiça tributária no Brasil ganha força, por se tratar de um país extremamente desigual e injusto. O conceito de isonomia está entranhado em nossa doutrina jurídica. Contudo, em eficácia prática em relação à justiça tributária, conceitua-se isonomia como:

o princípio da isonomia tributária seria a manifestação, no Sistema Tributário Nacional, do princípio da isonomia constitucional, prevista no artigo 5º da Constituição Federal, sendo este o princípio responsável por carregar em si a justiça tributária e garantir a dignidade da pessoa humana às relações tributárias (Castagna, 2019, pp. 84-85).

Por fim, faz-se necessário uma melhor conceituação da capacidade contributiva, definir o quantum para caracterizar uma grande fortuna e a elaboração da lei complementar conforme pede a Carta Magna de 1988.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 15. ed., rev., atual., ampl. Salvador: JusPodivm, 2021.

BARRÍA, Cecilia. A experiência de 3 países da América Latina que cobram imposto sobre riqueza. **BBC News Mundo**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51189259>. Acesso em: 31 agos. 2023.

CANADO, Vanessa. **Vale a pena instituir o IGF?** Uma análise dos efeitos econômicos do imposto a partir de experiências internacionais. Insper, 2021.

CHANCEL, L. *et al.* **World Inequality Report 2022**. World Inequality Lab., 2022. Disponível em: wir2022.wid.world . Acesso em: 20 ago. 2023.

COELHO, Andre Felipe Canuto; BORBA, Bruna Estima. Progressividade do imposto de renda da pessoa física no Brasil: Realidade ou mito?. **Revista Thesis Juris**, [S.l.], v. 6, n. 3, p.

407-437, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/9010>. Acesso em: 31 de ago. 2023.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 17. ed., rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 12. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2020.

GOTO, Fábio; PIRES, Manoel. A proposta de reforma do imposto de renda: diagnóstico e análise. *In*: PIRES, Manuel (Org.). **Progressividade tributária e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022. p. 119-138.

MACHADO, Humberto César; PIETRAFESA, José Paulo. **Guia prático para trabalhos acadêmicos monográficos e TCCs**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2014.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. Sumário executivo. FGV Social, 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. Acesso em: 31 ago. 2023.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre desigualdades no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/umretrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

PIRES, Manoel. Análise econômica do Imposto sobre Grandes Fortunas. *In*: PIRES, Manuel (Org.). **Progressividade tributária e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022. p. 199-215.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial**. 7. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2020.

SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. **How would a progressive wealth tax work?** Evidence from the economics literature. 2019a. Disponível em: <https://gabrielzucman.eu/files/saez-zucman-wealthtaxobjections.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, Julia Pires Peixoto dos; STEFANO FILHO, Mario di; CASALINO, Vinícius Gomes. Imposto sobre Grandes Fortunas e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza: competência tributária, omissão inconstitucional e violação de direitos fundamentais. **Revista Meritum**, v. 15, n. 4, p. 172-195, 2020. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8153>. Acesso em: 31 ago. 2023.

**INTERJORNADA: direito à desconexão e a saúde mental do trabalhador à luz da
Súmula n. 110 do Tribunal Superior do Trabalho**

Nayara Elpidio Da Silva Leal¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O cumprimento do direito à desconexão das atividades laborais é essencial para preservar a dignidade humana do trabalhador, que necessita de forma física e psicológica de descanso entre uma jornada de trabalho e outra. Vale ressaltar que o artigo 170, da Constituição Federal resguarda que a Ordem Econômica no Brasil é fundada na valorização do trabalho humano e isso inclui a proteção física e psicológica do ofertante de mão-de-obra. Nos casos de jornada de trabalho de até 8 (oito) horas o tempo de interjornada/desconexão mínimo é de 11 (onze) horas e para aqueles (as) que exercem jornada de trabalho de 12 (doze) horas o tempo mínimo de interjornada/desconexão é de 36 (trinta e seis) horas, tanto um quanto o outro possui a finalidade de proteção à saúde do trabalhador em tempos que a concorrência e a tecnologia impõe a conexão contínua às atividades laborais. Ocorrendo a supressão total ou parcial do gozo do tempo de desconexão gerará o dever de indenizar na integralidade com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora trabalhada conforme determina a Súmula nº. 110 do TST.

PALAVRAS-CHAVE: Interjornada. Desconexão. Saúde mental. Trabalhador. Súmula do TST.

1 INTRODUÇÃO

O Direito de desconexão entre uma jornada e outra é denominada de interjornada, garantindo ao trabalhador um tempo mínimo de descanso do encerramento de uma jornada de trabalho e o início de outra visando a importância de estabelecer limites e equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Tal direito busca proteger a saúde mental dos colaboradores. Em um mundo cada vez mais conectado digitalmente, é fundamental estabelecer momentos de desligamento do trabalho para preservar o bem-estar e garantir uma vida equilibrada do trabalhador.

O objetivo geral do estudo da desconexão das atividades laborais é a importância do combate a pressão constante por disponibilidade imediata e excesso de trabalho, a fim de verificar como esse aspecto pode contribuir na tutela preventiva dos transtornos relacionados

¹ Acadêmica do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: nayaraleal13@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

à saúde mental. Para isso, há a necessidade de estabelecer políticas e práticas organizacionais que permitam aos trabalhadores desconectar e descansar de suas atividades profissionais fora do horário de trabalho.

A implementação de políticas e práticas organizacionais pode envolver a implementação de políticas internas que estabeleçam regras claras sobre o uso de tecnologias de comunicação fora do expediente, como e-mails e mensagens de trabalho. Pode incluir também a promoção de práticas de gestão de tempo e organização de trabalho, para que as demandas profissionais sejam equilibradas com a vida pessoal e familiar.

No contexto atual, em que o trabalho remoto se tornou mais comum, a busca do direito à desconexão do trabalho ganhou ainda mais relevância, pois a fronteira entre trabalho e vida pessoal pode ficar ainda mais tênue, gerando uma problemática acerca do tema. Portanto, é necessário adaptar as políticas de desconexão aos novos desafios e realidades do trabalho remoto. Isso envolve a implementação de políticas e práticas organizacionais que permitem o desligamento do trabalho fora do horário de expediente, respeitando o intervalo interjornada, bem como a conscientização sobre a importância de estabelecer esses limites.

O estudo do presente tema se justifica por possuir alta relevância no mercado de trabalho, na organização das atividades e principalmente nos cuidados de resguardar a saúde mental do trabalhador estabelecendo limites saudáveis entre trabalho e vida pessoal, buscando o bem-estar dos colaboradores.

2 METODOLOGIA

Os recursos metodológicos desta pesquisa será o de natureza bibliográfica e estudo de casos julgados no TST, uma vez que buscará expandir o conhecimento acerca da concretização do direito à desconexão do trabalho no momento de descanso entre as jornadas de trabalho, primordialmente no tocante as tecnologias que estão inseridas no desempenho das atividades laborais. Para tanto, será realizada uma abordagem qualitativa, no intuito de vincular os direitos garantidos na constituição ao trabalhador com a efetivação desses direitos no judiciário.

A apresentação desse trabalho será em forma de “expositiva-dialogada”, com abertura de perguntas, debates, que permeiam o direito de desconexão das atividades de trabalho em momentos entre uma jornada e outra, com análise da proteção da saúde mental do trabalhador.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Os direitos são princípios de existência humana, são necessários para resguardar a ordem social e a existência com dignidade, e exploração da mão-de-obra em outrora era intensa com o objetivo único de lucro para o empregador desprestigiando o ser humano. Assim, restou necessário ao Estado intervir na Liberdade Econômica, pacificando os conflitos sociais, objetivando com leis a proteção da classe trabalhadora com menor poder de imposição na relação de trabalho. Leite leciona que “a função tutelar, defendida pela maioria dos juslaboralistas pátrios, é aquela que visa proteger a parte fraca na relação empregatícia: o empregado” (Leite, 2022, p. 79).

Na relação ao princípio da isonomia contratual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos previstos na própria Constituição (art. 5º, *caput*, da C.F.), Pamplona filho reforça que “determina-se como premissa do ordenamento jurídico pátrio o preceito de igualdade, do qual não se pode afastar” (Pamplona Filho; Souza, 2020, p.90 - 91). “É justamente nessa igualdade, a de paridade de armas, a de influenciar o Judiciário em seu pronunciamento sobre a questão que lhe é posta, que se assenta a aludida isonomia” (Pamplona Filho; Souza, 2020, p. 91).

O Estado deverá estabelecer um sistema jurídico fundado em princípios, regras e valores destinados a proteger e promover a melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais do trabalhador e de sua família conforme determina a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, C.F.).

Nessa esteira percebe que o Estado tem o dever de amparar o ofertante de mão-de-obra/trabalhador por ser esse a parte fraca na relação contratual conceituando na norma que trabalhador/empregado é aquele ofertante de mão-de-obra e conforme normatiza o artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas em que diz: “Considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário” (art. 3º, CLT).

De tal modo, a pessoa física precisa de descanso para repor as energias produtivas e para manutenção da saúde, fazendo necessário realizar a desconexão do trabalho em dias de folga e, também, entre as jornadas diárias de trabalho. Assim temos:

Os intervalos interjornadas são aqueles que devem ser concedidos pelo empregador entre o término de uma jornada de trabalho e o início de outra ou, ainda, entre o término de uma semana de trabalho e o início da semana subsequente. Portanto, são intervalos que têm incidência diária e semanal, podendo ser não remunerados ou remunerados (Romar, 2018, p. 395).

O descanso semanal é remunerado e possui o caráter de descanso e preservação da vida social do trabalhador, um descanso com direito a desconexão, o que ocorre igualmente nos intervalos de interjornadas. A desconexão entre uma jornada e outra de trabalho é previsto no artigo nº 66 da CLT, que determina o período mínimo de descanso, variando da atividade econômica desenvolvida, deverá ser de 11 (onze) horas, conforme ensina Romar (2018, p. 396):

Nos termos do art. 66 da CLT, entre duas jornadas de trabalho deve haver um período mínimo de 11 horas consecutivas, para descanso, as quais não podem ser interrompidas. Trata-se de intervalo obrigatório, que visa a preservação da saúde e da integridade física do trabalhador. O desrespeito a este intervalo causa inegáveis prejuízos ao empregado, razão pela qual se deve pagar a ele a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas de adicional de no mínimo 50%, por aplicação analógica do § 4º, do art. 71, da CLT e da Súmula 110 do TST (OJ SDI-1 355, TST).

O desrespeito a interjornada e a desconexão do trabalho vem ocorrendo continuamente diante da utilização de aplicativos em grupos do trabalho que são utilizados para comunicação, determinações e informações sobre as atividades laborais. As mudanças nos desenvolvimentos das atividades laborais e com a utilização da tecnologia proporciona a conexão entre pessoas, lugares, conhecimentos, bem como, a conectividade do trabalhador com seu labor por 24 (vinte e quatro) horas ao dia.

“Assim, a relação que possuía horário determinado para afino e dedicação do empregado, passou a ser estendida por onde fosse, rompendo o tempo de lazer da pessoa humana” (Costa; Moura, 2017). Tais grupos de aplicativos, como por exemplo, o WhatsApp provoca a supressão da desconexão, pois, apesar de não estar de forma física no local de trabalho o trabalhador continuar conectado nas atividades participando e resolvendo, muitas vezes, como se estivesse presencialmente no local de trabalho.

Para explicar esse direito e destacar a sua relação direta com os meios telemáticos, Goldschmidt e Graminho, define como sendo ‘o direito de não responder aos e-mails, às mensagens instantâneas e encaminhadas através de redes sociais, bem como de não atender ligações relacionadas às atividades laborais’ (Martins; Santo Junior; Santos, 2023, p. 11).

Ocorrendo tal fato de descumprimento, gerará o dever de indenizar pelo empregador, conforme ensina Leite (2022, p. 431-432):

Por isso houve evolução do entendimento contido na Súmula 428 do TST que passou a assegurar, no caso de ofensa à desconexão do trabalho e ao direito fundamental ao lazer, o pagamento de horas de sobreaviso. Trata-se de interpretação que se coaduna com a eficácia horizontal e imediata dos direitos fundamentais (direito ao lazer e à desconexão).

A indenização a ser paga ao colaborador tem o mesmo percentual de acréscimo inserido nas horas extras. Sendo assim, cada hora trabalhada durante o intervalo interjornada recebe 50% (cinquenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal de trabalho. O entendimento que a supressão do direito à desconexão possui o dever de indenizar como jornada efetiva de trabalho com o pagamento do adicional não é recente, já possui uma década a discussão nos Tribunais brasileiros:

SOBREAVISO. USO DE CELULAR. DIREITO AO LAZER E À DESCONEXÃO DO TRABALHO. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. PAGAMENTO DEVIDO. A doutrina do Direito do Trabalho há muito logrou transcender a visão restrita da jornada enquanto mero tempo gasto diretamente na labuta, criando conceito moderno embasado na ideia da alienação. Sob tal enfoque, constitui jornada, todo o tempo alienado, é, que o trabalhador tira de si e disponibiliza ao empregador, cumprindo ou aguardando ordens, ou ainda, deslocando-se de ou para o trabalho. O conceito de alienação incorporou-se ao Direito do Trabalho quando positiva a lei que o tempo de serviço (jornada) compreende o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens (art. 4º, CLT). Em regra, a jornada de trabalho pode ser identificada sob três formas: (1) o tempo efetivamente laborado (jornada stricto sensu); (2) o tempo à disposição do empregador (jornada lato sensu) e (3) o tempo despendido no deslocamento residência trabalho e vice-versa (jornada *in itinere*). A esses três tipos pode ser acrescido um quarto, que alberga modalidades de tempo à disposição do empregador decorrentes de normas específicas, positivadas no ordenamento jurídico, tais como o regime de sobreaviso e o de prontidão (parágrafos 2º e 3º, art. 244, CLT). Tanto a prontidão como o sobreaviso incorporam a teoria da alienação, desvinculando a ideia da jornada como tempo de trabalho direto, efetivo, e harmonizando-se perfeitamente com a feição onerosa do contrato de trabalho vez que não se admite tempo à disposição, de qualquer espécie, sem a respectiva paga. Embora o vetusto art. 244, parágrafo 2º vincule o sobreaviso à permanência do trabalhador em casa, sua interpretação deve ser harmonizada com a evolução tecnológica, conferindo *aggiornamento* e alcance teleológico à norma. Ora, na década de 40 não existia bip, celular, laptop, smartphone etc., pelo que, a permanência em casa era condição *sine qua non* para a convocação e apropriação dos serviços. Em 15.12.2011, o art. 6º da CLT foi alterado passando a dispor que os meios telemáticos e informatizados de controle e supervisão se equiparam aos meios pessoais para fins de subordinação. Por certo o escopo da alteração não é autorizar que a empresa viole o direito ao lazer e ao descanso (arts. 6º da CF/88 e 66 da CLT) para permitir o uso dos avanços tecnológicos sem desligar o trabalhador da prestação de serviço. Assim, a subordinação no teletrabalho, embora mais amena que a sujeição pessoal, ocorre através de câmeras, sistema de logon e logoff, computadores, relatórios, bem como ligações por celulares, rádios etc. Nesse contexto se deu a reforma da Súmula 428 do C. TST, ficando assegurado, no caso de ofensa à desconexão do trabalho e ao direito fundamental ao lazer, o pagamento de

sobreaviso (II, Súmula 428 incidente na espécie). Tal exegese vai ao encontro da eficácia horizontal imediata dos direitos fundamentais (direito ao lazer e à desconexão), fazendo jus o reclamante ao tempo à disposição sempre que ficou em sobreaviso. Recurso obreiro provido (TRT 2ª R – RO 00026781620115020068 – Rel. Des. Ricardo Artur Costa e Trigueiros – 4ª T. – DEJT 05.07.2013).

Os preceitos fundamentais e a saúde do empregado devem ser preservados, de nada servirá receber o tempo de gozo do intervalo e não poder fazê-lo com desconexão dos aplicativos de grupos do empregador, porque a mente continuará trabalhando sem o repouso necessário e legal. “Desta maneira, o direito à desconexão surge para salvaguardar o direito trabalhista de repouso, em especial, diante do cenário contemporâneo, resultando no direito a desconexão digital” (Costa; Moura, 2017).

Nos casos de interromper, suprimir ou antecipar o tempo necessário de interjornada “será entendido como inexistente o intervalo, pois o trabalhador, em rigor, não terá fruído do seu direito à desconexão” (Martinez, 2020, p. 794).

Além do dever de indenizar imposto ao empregador no caso de supressão da interjornada e do direito de desconexão, segue em batalha a necessidade de implantação de medidas preventivas para evitar eventos danosos presentes no ambiente laboral que podem desenvolver patologia, como por exemplo, a Síndrome de Burnout (Almeida; Silva, 2023, p. 1).

A síndrome de Burnout acometerá cada vez mais pessoas no mundo inteiro, que desenvolvem, devido o labor excessivo, estresse de caráter persistente. Em sua definição Burnout é a condição de alguém que se tornou física e emocionalmente cansado, depois de realizar um trabalho exaustivo por um longo período de tempo. Está estritamente associada ao esgotamento humano, vinculado ao trabalho. Segundo especialistas, a pessoa que desenvolver a síndrome comprometerá suas funções sociais e laborais de pessoa humana, em decorrência de fatores advindos do ambiente de trabalho (Almeida; Silva, 2023, p. 1).

Portanto, o presente tema merece melhoria nos debates acadêmicos e jurídicos para adequação aos fatos de desempenho de atividades laborais no mercado de trabalho atual com a observação das utilizações das tecnologias e as causas crescentes de patologias que estão surgindo diariamente resultantes de jornadas de trabalho sem a aplicação do direito à desconexão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à desconexão das atividades laborais é uma das questões mais relevantes atualmente, pois em meio à era digital e ao mundo cada vez mais conectado surgem novas demandas e desafios para os trabalhadores. A interjornada, ou seja, o período de tempo entre o fim de um expediente e o início do próximo é um momento fundamental para que os trabalhadores descansem, se dediquem às suas atividades pessoais e recuperem suas energias. No entanto, com a facilidade de acesso à internet e a crescente expectativa de estar sempre disponível, muitos profissionais têm encontrado dificuldades em se desconectar.

A falta de desconexão tem impactos significativos na saúde mental dos trabalhadores. O excesso de trabalho, a pressão constante e a falta de tempo para descanso podem levar ao estresse, a ansiedade, patologias e até mesmo à depressão. Além disso, a desconexão é fundamental para que os trabalhadores possam desfrutar de momentos de lazer, convívio familiar e social, o que contribui para uma vida equilibrada e saudável.

Nesse sentido, é fundamental que o direito à desconexão seja reconhecido e efetivado. As empresas devem oferecer condições para que seus colaboradores se desconectem após o expediente, respeitando a interjornada. Essa atitude é não apenas uma questão de ética, mas também uma forma de preservar a saúde e o bem-estar de seus colaboradores. Além disso, os próprios profissionais devem valorizar o direito à desconexão e buscar estabelecer limites para si mesmos.

Em suma, o direito à desconexão é fundamental para preservar a saúde mental dos trabalhadores. É necessário compreender que não é saudável estar conectado o tempo todo e que é importante dedicar tempo para suas atividades pessoais e descanso, cabendo a todos fomentar uma cultura organizacional que valorize a desconexão e promova o bem-estar dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Saulo Carvalho; SILVA, Ticianne Lourenço. Tecnologia e o novo mundo do trabalho: a síndrome de Burnout e o necessário reconhecimento de um direito a desconexão laboral. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 12, n. 119, p. 67-87, abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2022.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho** – CLT e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

COSTA, Marli M. M. da; MOURA, Analice Schaefer de. O reconhecimento direito de desconexão do trabalho: uma perspectiva de gênero. **Congresso Interinstitucional UNISC/URCA**, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARTINS, Camilla Rodrigues Kroich; SANTO JUNIOR, Arivaldo Marques do Espírito; SANTOS, Fábio da Silva. **O direito à desconexão**: uma análise a respeito da autonomia e da liberdade do empregado no regime de teletrabalho. 2023. p.15.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho**. Coordenação de Pedro Lenza. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LAWFARE DE GÊNERO: crimes sexuais e a mulher

Gabriela André da Silva

Tammy Alves Macêdo

Fernanda Martins Albuquerque

RESUMO: A referida pesquisa tem por objetivo mostrar que a Constituição Federal do Brasil garante a igualdade entre homens e mulheres. O presente artigo discute sobre a violência de gênero contra as mulheres, que é afetada pela desigualdade de gênero resultante da desigualdade patriarcal. Impende demonstrar que o conceito de mulher se refere ao sexo feminino da espécie humana e a guerra jurídica de gênero “lawfare de gênero” pode ser usada para proteger direitos e responsabilizar àqueles que violaram a lei. Com isso, surgem os crimes sexuais e a Lei Maria da Penha como forma de proteção, e definição das diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Igualdade. Feminismo. Lawfare. Crimes sexuais.

1 INTRODUÇÃO

Antes de aprofundar nos crimes sexuais, primeiramente, há o estudo do conceito de mulher, a hermenêutica feminista e o Lawfare de gênero. Estes destrincham as garantias constitucionais, o empoderamento feminino e as inovações legais.

Anteriormente, o papel da mulher era visto como fruto secundário, de uma herança patriarcal que gerava o dever da submissão. Com isso, surge a hermenêutica feminista como um despertar das relações sociais, permeadas por lutas pelo poder e nesse sentido, as interpretações convencionais, dando voz às mulheres, e buscando romper as desigualdades de gênero.

Este posicionamento gerou um despertar no poder público, afinal, não se trata somente de quebras de direitos fundamentais, mas também, de dores incuráveis nas almas e mente das vítimas. Surgindo a partir de então, pela constante luta, políticas públicas que visam buscar orientação e a efetivação dos direitos, que até então, não estavam descritos no ordenamento jurídico brasileiro.

Por conseguinte, o poder público tem buscado desenvolver ações de proteção e prevenção para as mulheres, diante do posicionamento feminino, com a criação de leis, políticas de cotas, convenções e medidas de segurança. Trazendo uma proteção à violação

moral, física, emocional, sexual, e outras formas de violência por meio das mídias ou crimes cibernéticos.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento desse artigo foi fundamentada pelo método científico hipotético-dedutivo, utilizando diversos autores que trabalham com o tema, pesquisas bibliográficas, artigos, entre outros.

3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Art. 5º, I

É de fundamental importância destacar que o Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil trata das garantias fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dessa forma, o Inciso I deste artigo aponta o princípio da igualdade entre homens e mulheres, estipulando que ambos são iguais em direitos e obrigações, conforme determinado pela Constituição. Isso reflete o compromisso do Brasil em garantir a igualdade de gênero e proteger os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, independentemente de seu gênero. O princípio acima mencionado implica que homens e mulheres devem ter acesso igualitário a recursos, educação, emprego, participação política e tomada de decisões, entre outras áreas.

Além disso, a igualdade de gênero visa eliminar as disparidades e discriminações baseadas no gênero, bem como desafiar os estereótipos de gênero que limitam o potencial das pessoas com base em seu sexo. A igualdade se baseia no entendimento de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não devem determinar as oportunidades e os direitos que cada um tem na sociedade.

Do mesmo jeito, esse princípio está enraizado em diversas declarações internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Além do mais, muitos países têm leis e políticas destinadas a promover a igualdade de gênero em várias esferas da vida.

Ademais, a promoção da igualdade de gênero não se limita apenas à igualdade legal, mas também envolve mudanças culturais e sociais para desafiar as normas de gênero e

promover a inclusão e a diversidade. A busca pela igualdade de gênero é um processo contínuo que envolve esforços tanto em nível global quanto local, para garantir que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades, sejam tratados com respeito e possam contribuir de forma plena para a sociedade.

4 CONCEITO DE MULHER

É importante notar que "sexo" e "gênero" são conceitos distintos. O sexo de uma pessoa, na cultura Ocidental é determinado a partir de uma perspectiva que se baseia em características físicas. O gênero, por sua vez, é uma construção social e cultural que se refere às expectativas, papéis, comportamentos e identidade associados a ser homem, mulher, ou outras identidades de gênero. Uma pessoa pode ser designada como mulher ao nascer com base em seu sexo biológico (genitais), mas sua identidade de gênero pode não se alinhar com essa designação. Uma pessoa é designada como mulher ao nascer e se identifica como mulher é chamada de cisgênero. No entanto, algumas pessoas designadas como mulheres ao nascer podem se identificar como transgênero, não-binárias ou com outras identidades de gênero. Cabe ressaltar que o conceito de mulher se refere ao sexo feminino da espécie humana.

Outrossim, o conceito de "mulher" é culturalmente variável e pode incluir uma ampla gama de expectativas e papéis, dependendo da sociedade e da época histórica em que se vive. Em muitas culturas, as mulheres desempenharam tradicionalmente papéis relacionados à maternidade, cuidado da família e outras tarefas domésticas, mas esses papéis estão em constante evolução e diversificação.

Em virtude do atual cenário é importante reconhecer que as discussões em torno do conceito de mulher podem ser complexas e sensíveis. As perspectivas feministas, a luta pelos direitos das mulheres e a inclusão de pessoas transgênero e não-binárias na discussão sobre gênero, são algumas das áreas em que o conceito de mulher continua a evoluir e ser debatido.

Dessa maneira, respeitar a auto identificação das pessoas e reconhecer a diversidade de experiências e identidades de gênero é fundamental para uma compreensão abrangente e inclusiva do conceito de mulher.

Desse modo, o conceito de mulher é multidimensional e engloba aspectos biológicos, sociais, culturais e identitários, todos os quais interagem para formar uma compreensão abrangente do que significa ser uma mulher em diferentes contextos e sociedades. É

importante reconhecer a diversidade de experiências e identidades das mulheres e respeitar as formas pelas quais elas se identificam e se expressam.

4.1 Conceito de mulher alargado pelo protocolo do CNJ

Por certo, o conceito de mulher, como retro mencionado, anda lado a lado com o conceito de sexo. Afinal, ser mulher está completamente relacionado aos aspectos biológicos que servem como base para a classificação de indivíduos entre machos, fêmeas e intersexuais. Dentro do conceito de sexo, consideramos a ferramenta analítica da desigualdade, ou seja, é por meio dela que conseguimos entender como a opressão acontece no mundo real.

Igualmente, essa opressão pode ser vista de várias formas: desde a concepção de um feto, ou a introdução da mulher no mercado de trabalho. Por exemplo, quando um bebê é concebido com cromossomo XX, classifica-se como “fêmea”; com isso, atribui-se a esta criança características e classificações que não são biológicas, e sim, sociais.

Quando um bebê nasce, são as ações e os comportamentos dos seus responsáveis que o moldam para ser a “resposta” de gênero e de ações, que correspondam com a sociedade que esta família está inserida. Com isso, absorve-se que as mulheres são, de forma objetiva, associadas à vida doméstica, incluindo trabalhos domésticos ou a criação dos filhos, ocasião em que permite que elas sejam excluídas da esfera pública ou então, vinculadas a trabalhos precarizados e pouco valorizados.

Além disso, as mulheres sempre tiveram que combater em todos os níveis para garantir direitos, desde as trabalhadoras dedicadas aos trabalhos manuais até as que se dispunham a trabalhos mais intelectualizados, todas enfrentaram dificuldades constantes, por exemplo, pode-se visualizar historicamente o exercício da advocacia, para as mulheres, foi motivo de grande agitação no restrito círculo europeu.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Simone de Beauvoir). Nesse contexto, as mulheres são, assim, um novo sujeito histórico que traz consigo a capacidade de agregar novas formas de entender a natureza e a vida social (Harding, 1996, p. 140).

Conseqüentemente, vislumbra-se que existem diversas formas de construir e exteriorizar o comportamento das mulheres, e expectativas socialmente construídas. Congênere, a ADI nº 4.275, por sua vez, garantiu que as pessoas podem mudar seus nomes do registro civil, sem a necessidade de realização de cirurgia de redesignação de sexo ou de decisão judicial específica (Brasil, 2018). Ainda mais, a condição de mulher é, assim, o resultado de

uma criação histórica que define a mulher como ser social e cultural e o reveste de circunstâncias, qualidades e características essenciais peculiares.

Inferre-se no atual cenário que, as mulheres negras sofrem opressões estruturadas por “percepções racistas de papéis de gênero” (Kilombola, Grada, 2019). Afinal, o modelo estético de mulher é a mulher branca. Inclusive, ao analisar a cultura, percebe-se que a Cleópatra, ao ser representada por uma atriz negra na série *streaming*, gerou uma repercussão desfavorável, demonstrando que a mulher deve ser branca, bonita e rica (Jornal O Globo) e que ser mulher negra, é ser constantemente oprimida e bombardeada pelo racismo e sexismo.

Por derradeiro, o patriarcado e o racismo influenciam diretamente na atuação jurisdicional. Os magistrados, promotores e advogados estão sujeitos, mesmo que indiretamente ou involuntariamente, a reproduzir os estereótipos e desigualdades presentes na sociedade.

5 HERMENÊUTICA FEMINISTA

Tendo em vista o reconhecimento do gênero como uma construção sociocultural desenvolveu-se a hermenêutica feminista. Esta é uma abordagem interpretativa que se concentra na análise crítica das interpretações tradicionais de textos, leis e discursos sob a perspectiva de gênero e das questões relacionadas às mulheres. Ela busca questionar as suposições, preconceitos e estruturas patriarcais que historicamente influenciaram a interpretação de textos e a compreensão de questões sociais, políticas e culturais.

Bem como, a hermenêutica feminista reconhece que as relações sociais são permeadas por lutas pelo poder e nesse sentido as interpretações convencionais muitas vezes negligenciam ou minimizam as experiências, preocupações e vozes das mulheres, perpetuando desigualdades de gênero. Portanto, essa abordagem procura trazer à tona as perspectivas femininas, destacar as questões de gênero subjacentes e reinterpretar textos e discursos, de maneira a evidenciar a complexidade das relações de gênero e suas implicações.

Ao propósito, a hermenêutica feminista é uma forma de análise crítica que pode ser aplicada a várias áreas, como literatura, direito, religião, filosofia e ciências sociais. Ela tem como objetivo desafiar estruturas de poder desiguais e contribuir para uma compreensão mais completa e justa das complexidades das identidades de gênero e das relações sociais.

6 O QUE É LAWFARE?

Pode-se dizer que “Lawfare” é um termo que combina as palavras “law” (lei) e “warfare” (guerra), e é usado para descrever a prática de utilizar processos legais como uma forma de guerra política ou como uma ferramenta estratégica para atingir objetivos políticos, militares ou outros. Em vez de recorrer a meios militares convencionais, o lawfare envolve o uso do sistema jurídico e de processos judiciais para alcançar resultados desejados. Desta forma, o lawfare é compreendido como uma estratégia de reinterpretação de partes do direito para subverter o próprio direito com propósito de servir a interesses de agentes e grupos muito específicos.

Logo, o lawfare pode ter implicações éticas e morais, uma vez que pode envolver o uso manipulativo do sistema legal para fins não necessariamente ligados à busca da justiça. No entanto, o termo “Lawfare” é um tanto controverso, pois pode ser usado para descrever tanto ações legais legítimas quanto ações que são manipuladoras e antiéticas.

6.1 Lawfare de gênero (guerra do direito)

É imprescindível ressaltar que “Gênero” refere-se às características, papéis, identidades e expectativas associados cultural e socialmente às diferentes categorias de masculino e feminino. Inclui não apenas as diferenças biológicas entre os sexos, mas também a construção social e cultural das identidades de gênero.

Portanto, "lawfare de gênero" pode ser interpretado como o uso estratégico do sistema legal e de processos judiciais para promover ou contestar objetivos relacionados à igualdade de gênero, direitos das mulheres, questões LGBTQIAPN+ e outras questões de gênero. Isso, poderia incluir ações judiciais destinadas a defender ou desafiar legislação relacionada a direitos das mulheres, igualdade de gênero, casamento entre pessoas do mesmo sexo e outros tópicos relacionados.

É necessário frisar que a “Guerra jurídica de gênero” não é um termo neutro e pode ser utilizada tanto de forma positiva para quem quer apoiar a igualdade de gênero, como de forma negativa, por aqueles que se opõem a essas iniciativas.

7 LEI MARIA DA PENHA (LMP) - Lei nº11.370/06

Como resultado, buscando o conceito das formas de violências contra a mulher, a Lei Maria da Penha, como canalizador das dúvidas, orientação e efetivação dos direitos, que até então, não estavam descritos no ordenamento jurídico brasileiro. O art. 7º da referida lei estabelece as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo elas física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Do mesmo modo, com o fim de proteger as mulheres, surgiram as medidas protetivas de urgência (cf. art. 22 e seguintes da Lei Maria da Penha), classificando como providências urgentes, em proteção às espécies de violências retro mencionadas no art. 7, da LMP.

7.1 Crimes sexuais contra a mulher

Sobretudo, a violência de gênero, em especial contra o gênero feminino, está acometida em função da desigualdade de gênero, fruto de uma desigualdade patriarcal, visto que, a violência de gênero e sexual afeta diretamente à liberdade e à desigualdade do ser humano.

Em suma, os crimes sexuais contra a mulher são classificados como: estupro; assédio sexual; exploração sexual; tráfico de mulheres; importunação sexual; perseguição e etc. Estes, não são suficientes para reprimir, afinal, a sociedade precisa evoluir, compreender o respeito à mulher e aprender a ouvir a vítima, pois, nestes casos, as mulheres são julgadas, silenciadas e vistas como culpadas pelas práticas criminosas.

Como exemplo recente, o “caso do João de Deus”, homem de grande influência religiosa, moral e financeira. O judiciário apurou que, em tese, ele praticou crimes de estupro e estupro de vulnerável contra várias mulheres e adolescentes, durante os seus atendimentos espirituais na Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia/GO. Quando as primeiras vítimas “criaram coragem” e começaram a denunciá-lo, outras mulheres, também, procuraram as autoridades.

Infelizmente, muitos desses crimes já haviam prescritos, o que indica que João de Deus praticava os atos há décadas, assim, visualiza-se a forma como a mulher se sente acuada, limitada, envergonhada de se expor, e realmente buscar a justiça. A violência de gênero fere não somente os direitos das vítimas, mas deixam sequelas na alma e em suas emoções.

Sob o mesmo ponto de vista, há diversos fatores que remetem a violência de gênero, sendo eles:

- **Fatores materiais:** dependência financeira das mulheres, subordinação no local de trabalho, restrição ao posicionamento monetário.
- **Fatores culturais:** a existência da “cultura do estupro” que autoriza e naturaliza a violência sexual e atribui à vítima a culpa pela prática do ato. A ideia da diminuição feminina “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, revela-se grande facilitadora de violência doméstica e o silêncio ao abuso.
- **Fatores ideológicos:** erotização das mulheres, feminicídios e atos de LGBTfobia (Brasil, 2021).

Como resultado, estes fatores são essenciais para julgar e esperar uma perspectiva histórica e social dos comportamentos. Comportamentos que são entendidos como aceitáveis e válidos para as mulheres, sob violação ao direito androcêntrico, incapaz de diferenciar o consentimento da vítima, o não consentimento e o dissentimento.

Isto é, as liberdades sexuais das mulheres são constantemente restringidas pelos fatores retro mencionados, e agravados pelas formas de violência, afinal, quando um direito é limitado ou dissipado, caracteriza-se a violação dos Direitos Humanos.

Indubitavelmente, o consentimento da mulher é caracterizado pela plena manifestação do seu direito de escolha. A mulher dispõe livremente de suas necessidades sexuais e voluptuárias, demonstrando seu direito de escolha e liberdade sexual.

Por conseguinte, tem-se o surgimento como uma resposta social de diversas campanhas (ex: “não é não”, #metoo), com a intenção de proteger as mulheres, sua capacidade de escolha, e para caso aconteça a violação, retumbe o Direito Penal como tutela da dignidade sexual.

7.2 Perseguição (*Stalking*)

Primordialmente, visualiza-se o crime de *stalking*, ele é praticado contra as mulheres em razão do gênero e progressivos, decorre-se de condutas reiteradas de perseguição que limitam a liberdade, a privacidade e a autonomia da vítima. Os atos são fundamentados em uma escalada de violências e violações, como principais: morais e psicológicas, seguindo de lesões corporais com condutas reiteradas de perseguição, e por fim o feminicídio.

Com isso, vê-se um posicionamento legislativo que promove, no art. 147-A e art. 147-B, do Código Penal, a perseguição em razão do sexo feminino, e causar dano emocional à

mulher. Deste modo, como subclassificação da perseguição, dentro da vulnerabilidade feminina, visualiza-se a pornografia por vingança. São ações concernentes à violação moral ou outras formas de perseguições dentro das mídias ou crimes cibernéticos.

Por certo, as divulgações de fotos ou vídeos íntimos, estão se tornando cada vez mais comuns diante da não aceitação do término de uma relação íntima, com o manifesto desejo de lesar a imagem e a honra da vítima.

7.3 Femicídio

Com efeito, a Lei nº 13.104/2015, ao acrescentar o inciso VI, e o §2º-A, ao art. 121, do Código Penal, tipifica uma qualificadora do feminicídio, que conceituou o homicídio de mulheres, em contexto de violência doméstica e familiar, ou em razão do menosprezo ou discriminação, pela condição do sexo feminino.

Impende demonstrar que a tipificação do crime de feminicídio foi inserida como uma mera qualificadora, e não como um crime autônomo. Com isso, vê-se também a forma como a mulher é vista, não somente dentro da sociedade, mas também, dentro do ordenamento jurídico. É necessário reconhecer que a tipificação coloca em destaque a necessidade de investigar, processar, executar e acompanhar as manifestações de violência de gênero, que decorrem tanto da cultura, quanto da base econômica.

Para mais, foi deferido, por meio da ADPF 779, em março de 2021, a inadmissibilidade de utilizar a tese “legítima defesa da honra” em qualquer fase processual ou pré-processual de julgamento dos feminicídios, seja tentado ou consultado, por contrariar os preceitos legais.

Assim sendo, dentro dos casos de feminicídio tentado ou consumado, é importante que o magistrado, promotor e advogado procure apurar o fato com veracidade e legalidade, buscando esclarecer a forma de violência doméstica, familiar ou de gênero, e cumprir com a efetivação dos Direitos Humanos e garantias constitucionais.

8 CONCLUSÃO

Na pesquisa apresentada, não houve uma solução alcançada. Afinal, para o combate à violência contra a mulher, se faz necessário uma busca contínua para encontrar e promover uma melhor compreensão ou solução dentre todas as alternativas possíveis.

Na assistência ao sexo feminino, deparamos continuamente com desafios que exigem cada dia mais do Estado, operadores do direito e juristas, profissionais de gestão e saúde que estão à frente de um trabalho humano, próximo, preventivo e repressivo.

Pois, cada vítima tem um histórico único e precisa ser tratada com especialidade, diante do seu momento de fraqueza. Trabalhando não somente no processo de desmistificação, mas, na reeducação social que promove o enfrentamento e combate ao crescimento de qualquer tipo de agressão às mulheres.

Destarte, essa busca pode se dar por meio da realização de pesquisas empíricas e de campo, ações educativas, palestras nas escolas e campus universitários, ações positivas do Estado e uma devolução humanitária da população, em ajudar a solucionar, não somente a violência, mas principalmente após, que se dá por grandes consequências psicossociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNJ. **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021**. ENFAM.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275. Relator: Min. Edson Fachin, 1 de março de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, n. 45, 7 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Código Penal**. Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940.

CYFER, Ingrid. **Afinal, o que é uma mulher?** Simone de Beauvoir e “A questão do Sujeito” na teoria crítica feminista. São Paulo, 2015.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero o que é isso?** Pará, 1995

JORNAL O GLOBO. **Cleópatra tinha pele branca, diz governo do Egito após polêmica de série com atriz negra no papel da monarca**. 28 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2023/04/cleopatra-tinha-pele-branca-diz-governo-do-egito-apos-polemica-de-serie-com-atriz-negra-no-papel-da-monarca.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2023.

KILOMBOLA; GRADA. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 98-99.

MENDES, Soraia. **Lawfare de gênero**: o uso do direito como arma de guerra contra as mulheres. Rio de Janeiro, 2022.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare**: uma introdução. Ebook. Editora Contracorrente.

LEI Nº 14.193/2021: Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), seus desafios e polêmicas diante de uma estrutura ainda amadora do futebol brasileiro

Marcelo de Souza Tavares

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

RESUMO: Não é novidade para ninguém que o futebol é a paixão do povo brasileiro e por isso mesmo desperta tantos sentimentos em seus apaixonados torcedores e um desses sentimentos é o medo ou temor de ver sua grande paixão, seu grande amor, sumir, acabar, perder suas raízes, sua essência e transformar-se num “ser”, sem sentimentos que vise somente lucro e mais nada, é nesse turbilhão de emoções que surge a Lei nº 14.193/2021, também conhecida como Lei da SAF (Sociedade Anônima do Futebol), que vem trazendo para essa relação um novo ingrediente, ora de esperança de dias melhores, ora de desconfiança do que ainda não se conhece, por isso mesmo merece uma atenção especial de todos os agentes envolvidos nessa enorme engrenagem chamada futebol brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Paixão do povo brasileiro. Medo ou temor. Lei 14.193/2021. Futebol brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o futebol é paixão nacional e por isso desperta os mais variados sentimentos em todas as camadas de nossa sociedade, desde o mais humilde torcedor, ao mais abastado e também por isso diversos interesses acompanham essa paixão. Talvez, sejam por esses interesses, que hoje tenhamos essa discussão em nosso ordenamento jurídico, e estejamos diante desse dilema entre os Clubes Associativos (maioria), considerado por muitos estudiosos da área ultrapassado, tendo em vista a situação administrativa e financeira caótica de grande parte dessas agremiações e as chamadas SAFs (Sociedades Anônimas de Futebol) ainda minoria, que trazem uma nova dinâmica administrativa e de gestão para o que se tornou o negócio futebol.

O mundo conhece o talento de nossos jogadores, somos os maiores exportadores de talentos do planeta, ainda possuímos a seleção mais vencedora da história, porém nossos clubes em sua grande maioria ainda são administrados por amadores, onde tem-se um presidente eleito pelos sócios que irá administrar o clube juntamente com um conselho administrativo, o grande problema desse modelo associativo é que na sua grande maioria os chamados dirigentes ou cartolas se deixam levar por suas paixões e de forma culposa acabam prejudicando seus clubes, pois pelo fato de não serem responsabilizados por más

administrações, acabam deixando um legado de insolvência para quem virá assumir posteriormente seu lugar à frente da instituição, ou seja, se por um lado (Revelação de Jogadores) sempre somos lembrados, o mesmo não se pode dizer à respeito da gestão dos nossos clubes, salvo raras exceções.

E isso infelizmente – essa mazela administrativa – se estende, ou melhor dizendo, começa pela alta cúpula diretiva do nosso futebol (Confederação Brasileira de Futebol), onde interesses pessoais se sobrepõem aos da instituição, mas esse não é o foco deste trabalho.

É no meio desse furacão que surge a Lei Nº 14.193/2021, também conhecida como lei das SAFs, que conforme Mendes (2023) tentará implementar novas práticas de gestão e transparência nas gestões dos clubes brasileiros para que, com isso se consiga recuperar o orgulho que muitos torcedores perderam ao longo dos anos com tantas más administrações, ainda de acordo com McNaughton (2023) devido a maioria dos clubes brasileiros possuem estrutura associativa sem fins lucrativos, aliada a falta de governança e boas práticas de administração tornam frágeis essas instituições perante um mercado cada vez mais profissional, onde circulam milhões.

A discussão sobre o modelo ideal é enorme, (associativo ou sociedade anônima do futebol) e gera muita polêmica entre os especialistas, contudo um ponto é praticamente unanimidade entre todos, a gestão, implantação de boas práticas administrativas e equalização das dívidas é a única saída para o nosso futebol, pois do contrário estaremos fadados a cada vez mais sermos um país exportador de jogadores, com seus clubes aceitando qualquer migalha por seus talentos.

O que melhor ilustra isso nos dias atuais é o fato de que 10 em cada 10 jogadores brasileiros terem como principal objetivo jogar na Europa e disputar as principais competições do mundo, antigamente o sonho dos jogadores brasileiros era representar a seleção brasileira, hoje isso está em segundo plano.

Outro fato que não podemos deixar de olhar e que nos leva, ou pelo menos deveria nos levar a fazer uma reflexão, é sobre o momento atual de disputas dos campeonatos, onde nitidamente alguns poucos bem geridos administrativa e saudáveis financeiramente, onde mesmo sem adoção da SAF possuem boas práticas de gestão estão sempre disputando as primeiras posições e a ascensão de clubes que não são muito populares, e que por muito tempo ficaram renegados ao esquecimento e hoje através de boas práticas de governança e transparências estão vivendo um excelente momento tanto administrativo, quanto esportivo. Alguns já viraram SAF, outros não.

Com o advento da nova lei os clubes estão diante de um oceano de possibilidades, contudo junto com isso vem os questionamentos, que são válidos, porém temos que entender que no futebol de hoje não há espaços para dirigentes amadores que num passado não muito distante acumulavam dívidas e mais dívidas e não se preocupavam com o futuro dos clubes, uma vez que no sistema associativo, após o término do seu mandato eles saíam e não eram responsabilizados por seus atos.

Conforme Capelo (2022), não existe receita de bolo para o crescimento sustentável de um clube de futebol, tudo vai depender de vários fatores, inclusive das pessoas envolvidas no processo, até porque se tivéssemos um modelo infalível a prova de fracassos todos sem exceção adotariam esse modelo, seja por opção ou mesmo por pressão dos seus apaixonados torcedores que de maneira nenhuma iriam gostar de ver seu rival crescendo enquanto seu clube só coleciona fracassos. Botafogo, Cruzeiro e Vasco são exemplos disso – 3 gigantes do nosso futebol que hoje são SAFs.

É um tema que merece muita atenção e deve ser tratado com muito cuidado, pois envolve muita coisa e que vai além do futebol. Não existe lei perfeita, a história nos mostra isso. Mudanças e adaptações são necessárias no decorrer do tempo; normas jurídicas não são imutáveis, muito pelo contrário. Os atores desse processo (torcedor, dirigente, jornalistas) têm muitas dúvidas quanto à transformação de clubes associativos em sociedades anônimas de futebol e é aqui que os operadores do direito entram, cabendo a eles darem a interpretação correta da nova lei, bem como a divulgação da mesma perante a sociedade e indicando possíveis falhas para que seu aperfeiçoamento seja constante. Só assim, essa nova norma jurídica irá alcançar o seu objetivo principal que é tornar o futebol brasileiro mais forte e competitivo, se tornando reconhecido não somente como exportador de jogadores, mas também como um país, onde tenhamos clubes mais fortes no sentido de competições esportivas e sustentáveis economicamente.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho será realizado através da interpretação dos pontos polêmicos da Lei Nº 14.193/2021, objeto dessa pesquisa, associados a consultas sobre obras, artigos de especialistas da área que tratam do tema.

A exposição dessa pesquisa ainda irá indicar quais clubes já optaram pela mudança do modelo associativo, para sociedade anônima de futebol e os motivos que os levaram a fazer essa mudança.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Um grande debate vem predominando nos bastidores de quem administra o futebol brasileiro e se torna cada vez mais necessário ser discutido no meio acadêmico e também no jus desportivo, uma vez que trata da entrada em nosso ordenamento jurídico de uma nova lei, a Lei Nº 14.193/21 (Lei da SAF) considerada um subtipo de sociedade anônima disciplinada pela Lei Nº 6.404/76 (Lei da S/A) que se refere a uma finalidade específica, no caso em questão a prática do futebol.

Podemos dizer que essa polêmica em torno da nova lei seja pelo fato de que temos no Brasil uma cultura de Clube Associativo com sua estrutura organizacional elencada no (Código Civil art.44, inciso I e art. 53 e seguintes) e que devido a atual situação falimentar de muitos desses clubes voltou a ser questionada e quando digo voltou, é porque esse debate quanto a melhor forma de gerir um clube de futebol no Brasil já teve outros embates, a começar pela Lei Zico de 1993 que tentou estimular essa mudança de modo associativo para empresarial, depois em 1998, nova tentativa com a entrada em vigor da Lei Pelé, que tinha como uma das ideias principais essa mudança a partir de um determinado porte, nenhuma dessas leis vingou de forma efetiva de modo que se popularizassem entre os clubes, pelo menos no que diz respeito aos principais clubes de futebol do país.

Diante dessas tentativas frustradas de reorganizar o futebol brasileiro, implementam-se novas técnicas de governança, boas práticas de administração para tornar o produto futebol brasileiro mais atraente, mais valioso na hora de ser vendido para o mundo, pois hoje o futebol é um negócio bilionário e quem não for competente além das 4 linhas ficará fora desse mercado gigantesco. É nesse contexto que a Lei nº 14.193/21, ou como vem sendo conhecida Lei das SAFs, se insere.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão massiva entre todos os agentes envolvidos (Governo, Sociedade civil, Operadores do direito, Clubes) nesse processo acerca da Lei nº 14.193/21 (Lei das SAFs) se mostra de suma importância, pois além de ser um patrimônio cultural brasileiro o futebol hoje movimenta milhões em nossa economia, milhares de famílias dependem desse negócio e por isso não podemos deixar que más administrações destruam entidades centenárias, como já vimos num passado não muito distante acontecer em nosso país, clubes tradicionais simplesmente sumiram do mapa do futebol, devido à falta de cuidado na gestão.

Temos que discutir os pontos positivos e negativos dessa nova lei, aprimorá-los onde forem deficitários e implementá-los onde forem positivos para o crescimento das instituições e o conseqüentemente fortalecimento do nosso futebol como um todo, pois o “produto futebol brasileiro”, só será forte novamente quando todos estiverem fortes dentro e fora de campo.

Diante do exposto, está claro que para alguns que se beneficiam dessa estrutura organizacional deficitária do nosso futebol, e que querem continuar à frente dessas entidades agindo de maneira irresponsável, pois sabem que no modelo associativo não serão responsabilizados por suas administrações danosas ao clube, a Lei nº 14.193/2021 é uma ameaça, e não somente isso as boas práticas de gestão e transparência também são, ou seja, é óbvio que para essas pessoas esse movimento que vem surgindo, seja pela Lei nº 14.193/2021, ou mesmo boas práticas de gestão, governança e transparência daqueles que ainda nesse primeiro momento não aderiram a nova lei não é bem visto e, portanto, sofrerá por parte desses uma série de ataques com o intuito de continuarem no poder dos seus clubes.

Em outras palavras, para esses dirigentes e outros que lucram com a perpetuação desse modelo associativo deficitário, quanto menos a sociedade brasileira souber e conhecer da Lei nº 14.193/2021, melhor daí a importância do debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**, Direito Civil. 25. ed. São Paulo: Saraiva; Saraivajur, 2018.

CAPELO, Rodrigo. **Negócios do Esporte**. Disponível em: <https://interativos.ge.globo.com/negocios-do-esporte/materia/o-mapa-do-clube-empresa-no-futebol-brasileiro.ghml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MCNAUGHTON, Cristiane Pires McNaughton. Disponível em: Migalhas.com.br/quentes, Migalhas Quentes, 2023.

MEDEIROS, Heloisa Schmidt Fernandes; COUTINHO FILHO, José Eduardo; CERQUEIRA, Carlos Magno F. N. **Sociedade Anônima do Futebol: Teoria e Prática**, Editora Freitas e Bastos.

MENDES, Lucca Darwich. **Coluna do Lucca Darwich Mendes**. Disponível em: MONEY TIMES, 2023.

SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. **Sociedade Anônima de Futebol, A Regulamentação do Clube Empresa**, Lei 14.193, de 06 de Agosto de 2021, Editora Mizuno.

SOUZA, Gustavo; RAMALHO, Carlos. **Sociedade Anônima do Futebol**. Primeiras Linhas. Expert Editora Digital.

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMUNIDADE PARLAMENTAR:
em uma breve análise da condenação do Deputado Federal Daniel Silveira**

Lucas Troncoso Ribeiro¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo abordar uma das mais controvérsias jurídicas no Brasil, que diz respeito à interseção entre o direito à liberdade de expressão e a imunidade parlamentar. Essa discussão emergiu no contexto do Supremo Tribunal Federal, especialmente relacionada às ideias que desafiam a ordem constitucional e o Estado de Direito. Para tal análise, será realizada uma breve investigação da Ação Penal (AP: 1044/DF), bem como do debate travado entre os juristas Regis Silva e César Mariano. O intuito é apresentar e contextualizar diferentes posicionamentos argumentativos. Este estudo está dividido em duas partes distintas: uma revisão jurisprudencial e bibliográfica, visando contribuir para a discussão jurídica sob a ótica da hermenêutica constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade de Expressão. Imunidade parlamentar. Constitucional. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a explorar as complexidades que envolvem o direito à liberdade de expressão e à imunidade parlamentar, analisando-os à luz da hermenêutica constitucional e investigando seus limites, trazendo uma breve análise do caso do Deputado Federal Daniel Silveira. Desse modo, surge uma problemática central para análise: Até que ponto a imunidade parlamentar deve proteger discursos que desafiam os princípios democráticos e a ordem constitucional, sob a alegação de liberdade de expressão?

Segundo a perspectiva jurisprudencial em questão, a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar do deputado federal não se aplicam devido à disseminação de discursos de ódio espalhados contra os ideais da ordem constitucional e ao Estado de Direito, bem como à participação em atos antidemocráticos e proferimento de ameaças e ataques contra os membros do Supremo Tribunal Federal.

O caso do deputado Daniel Silveira ilustra vividamente a tensão entre liberdade de expressão e responsabilidade parlamentar. Suas declarações e ações geram intensos debates

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: lucas.troncoso.lt@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

não apenas na esfera jurídica, mas também na sociedade como um todo. O estudo desse caso permite uma análise profunda das nuances envolvidas na proteção do discurso parlamentar e questiona até que ponto a imunidade deve ser restrita para abranger discursos que desafiam os princípios democráticos, indo além da mera análise teórica para se inserir na discussão concreta sobre a preservação das instituições democráticas.

O estudo proposto contribuirá para o desenvolvimento de critérios mais precisos e orientações claras sobre a relação entre liberdade de expressão e imunidade parlamentar. A delimitação desses limites é essencial para garantir que o discurso parlamentar seja protegido sem comprometer os valores democráticos. Através de uma análise aprofundada do caso Daniel Silveira, será possível identificar elementos-chave que podem servir de base para futuras decisões judiciais e reformas legislativas, oferecendo diretrizes mais robustas para a atuação dos parlamentares.

O presente estudo possui como objetivo geral: Identificar até que ponto a imunidade parlamentar deve proteger discursos que promovem discursos de ódio, sendo os objetivos específicos: Analisar o conceito e as bases da liberdade de expressão e da imunidade parlamentar, considerando suas raízes históricas e fundamentos jurídicos; Examinar o caso do deputado Daniel Silveira, investigando as circunstâncias que levaram à sua prisão, as declarações feitas no vídeo e as ações subsequentes; Avaliar as posições jurídicas, éticas e políticas em conflito, ponderando os argumentos a favor da proteção da liberdade de expressão parlamentar e os defensores que destacam a importância de coibir discursos que podem ameaçar a ordem democrática.

A pesquisa sobre a relação entre liberdade de expressão e imunidade parlamentar, ancorada no caso Daniel Silveira, contribuirá para o enriquecimento do debate público e científico sobre a proteção dos direitos individuais e a preservação do sistema democrático. Os resultados obtidos poderão ser utilizados por juristas, acadêmicos, legisladores e outros atores envolvidos na elaboração e aplicação do direito, promovendo uma compreensão mais sólida e embasada sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelas sociedades democráticas.

Em última análise, a presente pesquisa se justifica pela sua voz intrínseca no contexto da democracia contemporânea, pela necessidade de esclarecer e estabelecer os parâmetros definidos entre a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar, e pela contribuição para a construção de um ambiente mais favorável ao debate saudável e à proteção dos valores democráticos em meio às complexidades do mundo atual.

2 METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada veio a se amparar em método dialético, vez esta que para a devida construção do presente artigo, buscou-se a utilização da discussão entre vias contraditórias com o intuito de provocar a problemática proposta. Tendo em vista a ausência de representações gráfico-numéricas, fora amparado também em bibliografias de importante teor jurídico, sendo doutrinas de renomados autores, publicações científicas de notório valor e, por fim, decisões jurisprudenciais as quais corroboram e vem a consolidar toda a ideia explicitada.

Sendo assim, mediante o desenvolvimento estrutural e, observando-se os objetivos narrados, busca-se apresentar, explicar e sanar toda e qualquer dúvida a qual provenha do tema abordado. Não obstante, visando gerar a controvérsia como meio de explicação, explicitou-se citações as quais, ainda que tratem a respeito do mesmo tema, possuem entendimentos diferentes, utilizando-se também de uma breve análise do caso do deputado Daniel Silveira.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O direito essencial à liberdade de expressão constitui uma característica do Estado Democrático de Direito, ancorado tanto nos princípios experimentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto nas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. No contexto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, esse direito fundamental é explicitamente assegurado no caput do seu artigo 5º. Este artigo garante não apenas a liberdade de manifestação de pensamento, mas também abrange a liberdade de consciência e crença, a liberdade de expressão religiosa, a liberdade de expressão artística, a liberdade de comunicação e informação, além da liberdade de imprensa (BRASIL, 1988).

Segundo Silva (2022), a liberdade de expressão se destaca como a principal ferramenta para a formulação do discurso. Dentro dessa perspectiva, o discurso permeia todo o conjunto, estabelecendo conexões com conteúdos através de qualquer linguagem à qual esteja associado. É importante ressaltar que um discurso dominante controla o poder de influência que é aceito ou rejeitado em uma sociedade, independentemente da qualidade que o respalda.

Isso significa que ele não está obrigado a aderir a uma verdade absoluta e universal. Nesse contexto, André Ramos Tavares (2020, p. 611) argumenta que “na Constituição de 1988, o conceito de liberdade de expressão vai além de simplesmente expressar sensações e sentimentos. Ele engloba tanto a liberdade de pensamento, que se refere a estimativas intelectuais, quanto a expressão de sensações”.

Baseando-se nesses princípios, é possível compreender integralmente a ideia e as oportunidades de aplicação dessa proteção constitucional. Portanto, torna-se essencial destacar o santuário da liberdade para expressar o pensamento na análise atual. No que diz respeito às imunidades parlamentares, estas têm origem no Princípio da Separação dos Poderes, que estabelece a independência e a harmonia entre os poderes da União. As imunidades parlamentares surgem como um mecanismo de segurança para os membros do Poder Legislativo, permitindo que desempenhem suas funções sem sofrer perseguições injustas ou restrições.

Por meio delas, os parlamentares têm uma certa proteção contra processos de julgamento ou outras formas de responsabilização decorrentes de suas declarações e ações no exercício de seus mandatos. Portanto, a liberdade de expressão e as imunidades parlamentares são elementos intrínsecos ao sistema democrático, com papéis distintos, mas interligados, que impedem a construção e manutenção do Estado de Direito.

No ordenamento constitucional brasileiro de 1988, a separação de poderes é um princípio fundamental, delineando as esferas do Legislativo, Executivo e Judiciário (Brasil, 1988, p. 1). Dessa forma, as instituições legislativas são compostas por deputados e senadores, incumbidos de exercer a função legislativa, operando de maneira independente, mas de modo colaborativo com os demais poderes.

Além disso, as imunidades parlamentares são apoiadas em duas categorias: imunidade material e imunidade formal. A imunidade material assegura a inviolabilidade do parlamentar, tanto penal quanto civilmente, em relação às suas opiniões, palavras e votos. Por sua vez, a imunidade formal abrange aspectos como prisão, processo, prerrogativas de foro e garantias processuais. Esse arcabouço está previsto no dispositivo da Constituição, conforme previsto na Carta Magna:

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civis e penalmente, por todas as suas opiniões, palavras e votos. [...] § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à respectiva Casa, para que, pelo voto da maioria dos membros seus, resolva sobre a prisão (Brasil, 1988, p. 27).

É incontestável que uma garantia constitucional da imunidade parlamentar apenas se aplica quando as declarações estão intrinsecamente relacionadas com o exercício da função legislativa ou resultam diretamente dela. Essa imunidade não deve servir como um escudo para proteger a prática de atividades ilegais. Como apontado por Paulo Branco e Gilmar Mendes (2021, p. 1070):

A imunidade tem seu alcance limitado pela própria funcionalidade que o ensina. Cobra-se que o ato, para ser tido como imune à censura penal e cível, tenha sido realizado pelo congressista em conexão com o exercício do mandato. Assim, considere como absoluta e incontestável a imunidade material do “caput” do art. 53 da Constituição seria o equivalente a lhe emprestar um caráter de privilégio pessoal e desconectado de sentido.

Seguindo essa mesma linha de argumentação, o professor Mariano expõe sua perspectiva de que é inviável acordo com essa postura que permite que os preceitos da ordem jurídica se transformem em um escudo para proteger insultos pessoais, ataques e ameaças desvinculadas das responsabilidades parlamentares. Ele refutou a ideia de que tais condutas podem escapar de ações judiciais, sendo tratadas somente dentro da esfera da Casa Legislativa. Mariano destaca que, ao considerar a imunidade como um direito equiparável a outros garantidos pela Constituição da República, sua natureza não é absoluta, mas sim orientada para garantir o livre exercício do mandato parlamentar e a própria preservação do sistema democrático (Mariano, 2021).

Consequentemente, como elucidado anteriormente, a concepção da “liberdade de expressão” exige a existência de limites, cuja transgressão pode resultar em restrições ou obrigações para o indivíduo que excedeu tais fronteiras. Nesse sentido, é evidente que uma manifestação livre de pensamento pode ser restrita quando coloca em risco outra garantia constitucional.

No contexto da análise, é incontestável que as declarações proferidas pelo Deputado Federal em suas plataformas de mídia social podem configurar uma extrapolação dos limites da liberdade de expressão, passível de medidas sancionatórias. Entretanto, surge um questionamento adicional: há limites para a aplicação da imunidade parlamentar de que os políticos imunocompetentes? A imunidade está intrinsecamente vinculada ao exercício da carga, o que leva a outra conclusão concluída: qualquer expressão de um membro do congresso que não seja viável dentro das funções da carga não está protegida.

É evidente desde o início que qualquer proposta, discurso ou declaração que busque transgredir cláusulas pétreas, por ser absolutamente proibido pela própria constituição, não

pode ser considerado como amparada - pois não faz parte do escopo legislativo que a imunidade busca resguardar. O artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal deve servir como um limite, não para eliminar a imunidade parlamentar, mas para delinear as expressões *propter officium* - ou seja, o argumento deve se concentrar nas manifestações *in officio*, a fim de evitar uma ampla censura.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, no Recurso Extraordinário 463.671 AgR, que “se a injúria por proferida em plenário, mesmo que não esteja relacionada às obrigações com o propósito de evitar responsabilidade civil por danos”.

A aferição do nexo de causalidade, nesse posicionamento do STF, seria necessária apenas para os pronunciamentos realizados fora do parlamento, pois os proferidos dentro do Congresso estariam abarcados pela imunidade material independente do nexo de causalidade entre o proferimento e a obrigatoriedade. No mesmo sentido decidiu a 1ª turma do STF no Inq. 3672/RJ em 14.10.2014, de relatoria da ministra Rosa Weber (Fernandes, 2020, p. 1267).

Para alcançar uma resposta coerente, é necessário compreender os fundamentos subjacentes a essa prerrogativa constitucional. A previsão dessa garantia está consagrada no artigo 53, caput e § 2º, da Constituição Federal. A redação desse dispositivo explicita que os parlamentares federais são “invioláveis, civis e penalmente, por todas as suas opiniões, palavras e votos”. § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à respectiva Casa, para que, pelo voto da maioria dos membros seus, resolva sobre a prisão (Brasil, 1988, p. 27).

Consequentemente, como elucidado anteriormente, a concepção da “liberdade de expressão” exige a existência de limites, cuja transgressão pode resultar em restrições ou obrigações para o indivíduo que excedeu tais fronteiras. Nesse sentido, é evidente que uma manifestação livre de pensamento pode ser restrita quando coloca em risco outra garantia constitucional.

No contexto da análise, é incontestável que as declarações proferidas pelo Deputado Federal em suas plataformas de mídia social podem configurar uma extrapolação dos limites da liberdade de expressão, passível de medidas sancionatórias. Entretanto, surge um questionamento adicional: há limites para a aplicação da imunidade parlamentar de que os políticos imunocompetentes? A imunidade está intrinsecamente vinculada ao exercício da carga, o que leva a outra conclusão concluída: qualquer expressão de um membro do congresso que não seja viável dentro das funções da carga não está protegida.

É evidente desde o início que qualquer proposta, discurso ou declaração que busque transgredir cláusulas pétreas, por ser absolutamente proibido pela própria constituição, não pode ser considerado como amparada - pois não faz parte do escopo legislativo que a imunidade busca resguardar. O artigo 60, parágrafo 4º da Constituição Federal deve servir como um limite, não para eliminar a imunidade parlamentar, mas para delinear as expressões *propter officium* - ou seja, o argumento deve se concentrar nas manifestações *in officio*, a fim de evitar uma ampla censura.

Nesse contexto, é possível afirmar que a Constituição Federal, visando verificar maior autonomia aos representantes eleitos no desempenho de suas funções, instituiu essa salvaguarda, reconhecendo que o agente político não expressa apenas suas próprias ideias, mas também atua como porta-voz dos cidadãos que o elegeram.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, abordar o direito à liberdade de expressão e à imunidade, o qual foi utilizado uma pequena análise acerca do caso do deputado Daniel Silveira. Onde ao longo da pesquisa pode-se constatar que qualquer tentativa de associar atividades criminosas ao livre exercício do pensamento, à liberdade de expressão e ao desempenho das funções parlamentares. O Supremo Tribunal Federal, com sua competência de jurisdição constitucional, deve zelar para que o uso desses direitos não se torne um instrumento de ataque, intimidação ou instabilidade no contexto do Estado Democrático de Direito.

Portanto, embora as prerrogativas assegurem a ampla liberdade de expressão para a eficácia do mandato representativo, é imperativo reconhecer que essas prerrogativas não são privilégios pessoais concedidos a deputados, senadores e vereadores, mas sim interesses coletivos visando o bom desempenho da função legislativa em prol da sociedade. Como resultado, não se deve permitir a utilização de discursos de ódio, palavras ou opiniões como escudo sob a égide da liberdade de expressão e imunidade parlamentar, quando tais manifestações visam promover atos antidemocráticos.

Muito tem sido debatido a respeito da pensão e do papel do Supremo Tribunal Federal na delimitação do exercício da liberdade de expressão e da imunidade parlamentar. Apesar da inviolabilidade garantida aos parlamentares, é importante destacar que a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias são alicerces fundamentais do sistema democrático,

buscando não apenas a proteção de pensamentos, mas também de opiniões e críticas dirigidas a agentes públicos. Isso se traduz em uma busca pela efetiva participação dos cidadãos na esfera coletiva da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). Ação Penal 1044/DF. Ação Penal. Deputado. Não incidência de liberdade de expressão ou imunidade parlamentar [...]. Relator: Ministro Alexandre Moraes. 20 abr. 2022. **Acórdão Eletrônico**, Brasília, DF, n. 143, 20 abr. 2022. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1553476466>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2020.

MARIANO, César Dário. Os limites das imunidades parlamentares. **Consultor Jurídico**, 04 mar. 2021. Opinião. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-04/cesar-dario-limites-imunidades-parlamentares>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. p. 1070.

SILVA, Régis Schneider da. O subjetivismo hermenêutico na restrição do exercício da liberdade de expressão no Estado democrático de direito. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 27, n. 6914, 6 jun. 2022. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/98357>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 1. 1240 p.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO NO MEIO DIGITAL

Cleidiomar Santos Freitas¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: A liberdade de expressão facultativa engloba o direito que às pessoas expressam suas opiniões, quer sejam individuais ou coletivas, sem temor de consequências negativas. Esse direito é exercido de maneira independente, livre de julgamentos, e sempre permeado por respeito, respaldado pela garantia das informações fornecidas. Por outro lado, o discurso de ódio, também conhecido como discurso de ódio, refere-se a palavras que têm a intenção de insultar, intimidar ou assediar pessoas, seja por meio de pensamentos, falas, posicionamentos sociais, verbalização ou escrita. O propósito subjacente a esse tipo de discurso é a promoção de reconhecimento e incitação à violência contra diversos grupos e estratos sociais. Este trabalho se debruça sobre as seguintes questões: as liberdades de expressão versus o discurso de ódio, os efeitos desse fenômeno nas redes sociais, a delimitação de seus limites, a possibilidade de inibir o discurso de ódio e se esse tipo de discurso é suscetível a penalizações. Além disso, abordam-se os limites da liberdade de expressão nas plataformas de mídia social. ódio nesses espaços virtuais. O objetivo central é compreender a importância da liberdade de expressão para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade de Expressão. Internet. Discurso de ódio. Limites do direito.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a explorar as complexidades que envolvem o direito à liberdade de expressão e o discurso de ódio na internet, possuindo como problemática central: até onde o discurso do ódio pode ser impedido, e se é passível de punição, e quais os limites da liberdade de expressão nas redes sociais?

É evidente que nos dias atuais, no Brasil, o advento das redes sociais e da internet tem gerado um aumento significativo na disseminação de notícias falsas, bem como na manipulação intencional de fatos. Essas táticas são frequentemente direcionadas para minar a crença e a imagem de indivíduos e entidades selecionadas como alvos, servindo como componentes cruciais para a verbalização do discurso de ódio nas plataformas virtuais.

¹ Acadêmico do 9º Período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: cleidiomarsfreitas@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e doutora em educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

Isso suscita questões fundamentais que permitem a reflexão, tais como a interseção entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, quais são os efeitos desses fenômenos nas redes sociais, os limites da liberdade de expressão nesse contexto específico, assim como a natureza do discurso de ódio e as possíveis punições para aqueles que o praticam.

O estudo proposto contribuirá para o desenvolvimento de critérios mais precisos e orientações claras sobre a relação entre liberdade de expressão e imunidade parlamentar. A delimitação desses limites é essencial para garantir que o discurso parlamentar seja protegido sem comprometer os valores democráticos. Através de uma análise aprofundada do caso Daniel Silveira, será possível identificar elementos-chave que podem servir de base para futuras decisões judiciais e reformas legislativas, oferecendo diretrizes mais robustas para a atuação dos parlamentares.

A elaboração deste artigo científico resultou da análise de recursos bibliográficos pertinentes ao tema, que envolveu uma variedade de leituras, investigação de diversos textos, artigos científicos, pesquisa online e referências de livros. O intuito foi explorar a adoração do estudo em questão, especialmente à luz do cenário contemporâneo caracterizado pelos avanços tecnológicos, a emergência de novas ferramentas digitais e a disseminação das notícias falsas, em meio a uma conjuntura político-social inevitável e a proximidade das eleições presidenciais. Nesse contexto, o papel crucial do direito à liberdade de expressão, que é consagrado como um instrumento de soberania do povo pela Constituição Federal de 1988.

Consequentemente, é imperativo garantir que todos os cidadãos tenham acesso universal à informação, assegurando-lhes o direito de exercer a sua cidadania e desfrutar plenamente desses recursos. Isso significa que ninguém deve ter seus direitos diminuídos em virtude de suas crenças, origens ou ideais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada veio a se amparar em método dialético, vez esta que para a devida construção do presente artigo, buscou-se a utilização da discussão entre vias contraditórias com o intuito de provocar a problemática proposta. Tendo em vista a ausência de representações gráfico-numéricas, fora amparado também em bibliografias de importante teor jurídico, sendo doutrinas de renomados autores, publicações científicas de notório valor e, por fim, decisões jurisprudenciais as quais corroboram e vem a consolidar toda a ideia explicitada.

Sendo assim, mediante o desenvolvimento estrutural e, observando-se os objetivos narrados, busca-se apresentar, explicar e sanar toda e qualquer dúvida a qual provenha do tema abordado.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A criação da liberdade de expressão emergiu quase simultaneamente com os princípios democráticos na sociedade da Grécia Antiga, disseminando-se posteriormente nas demais comunidades que abraçaram esse modelo de governança. Durante a Idade Média, notamos um cenário em que as sociedades quase desapareceram, cedendo lugar ao domínio feudal. Somente com o advento dos primeiros Estados, o estabelecimento de fronteiras definidas, a implementação de sistemas de governo e a formulação de leis é que a liberdade de expressão ressurgiu, ganhando ainda mais destaque na Idade Moderna.

Um episódio histórico de sagrado incontestável, ligado à batalha pela participação política e à expressão de direito do pensamento, remete ao século XVIII. Nesse período, emergiram movimentos sociais em prol da garantia desses direitos para todos os cidadãos. Essa era testemunha do que criou diversas revoluções ao redor do mundo, com o propósito de acabar com os regimes absolutistas dominantes.

Guiadas pelos princípios da liberdade, essas revoluções engendraram a influência dos regimes absolutistas e o resgate do sistema democrático nos Estados. Esse processo culminou em avanços que compreenderam a formulação de constituições, delineando direitos e responsabilidades dos povos. A liberdade de expressão, assim, foi novamente consagrada. No entanto, foi somente com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que a liberdade de expressão adquiriu o status de direito fundamental universal, inerente a todas as pessoas, independentemente de sua origem.

As plataformas de mídia social têm se tornado em uma ampla fonte de expressão de discurso odioso e em desrespeito aos princípios constitucionais. Diariamente, testemunhamos a disseminação de comentários insultuosos, a influência de notícias falsas, a divulgação de informações enganosas e até mesmo a exposição não autorizada e sem consentimento de dados pessoais das vítimas. Tanto o *Facebook*, o Instagram quanto o *TikTok*, uma plataforma que ganhou popularidade durante o período de pandemia, são agora utilizados para disseminar discurso de ódio, buscando a obtenção de visualizações ou até mesmo prejudicar terceiros.

Borelli (2021), em seu estudo, destaca que a Legislação Civil ainda estabelece que aquele que por ação, omissão ou negligência causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito e tem, portanto, o dever de repará-lo. Logo, pensando nesses atos quando praticados por crianças, é sabido que são responsáveis pela reparação civil, os pais pelos filhos menores de 18 anos.

Por essa razão, é crucial abordar de maneira apropriada os discursos de ódio propagados pelas mídias sociais. Quando o exercício do direito à liberdade de expressão conflita com os direitos fundamentais das minorias, através de conteúdo impróprio que viola a conquista e a honra desses em virtude de suas características físicas, sociais e morais, surgem conflitos de direitos que se desenvolveram para como entidades responsáveis pela resolução dessas situações.

Inquestionavelmente, considerando a natureza transfronteiriça promovida pela internet, o Direito Internacional oferece oportunidades para a implementação de ferramentas que facilitam a colaboração entre os Estados nesse contexto. No que tange a esse assunto, a Convenção de Budapeste, Polido (2021) destaca que a referida Convenção representa o iniciador tratado relacionado a infrações criminais cometidas por meio da internet. Esse tratado de alcance internacional busca harmonizar as leis penais nacionais e permitir a utilização de meios de investigação eficazes em relação a crimes perpetrados online.

Embora elaborada pelo Conselho da Europa, a Convenção de Budapeste foi ratificada pelos Estados não membros dessa organização e continua a aceitar novas adesões. Até agosto de 2021, o Brasil ainda não havia expressado sua posição quanto à possível adesão a esse Tratado Internacional. Frente à realidade social e às demandas por proteção governamental, o país, mesmo que tardiamente, tome uma posição em dezembro de 2021 em relação à adesão à Convenção de Budapeste, como será discutido com maior detalhe posteriormente.

É importante estabelecer uma distinção entre mídias sociais e redes sociais, embora frequentemente usados como termos intercambiáveis, esses dois conceitos possuem distinção sutis que merecem ser esclarecidas. Enquanto as redes sociais englobam plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, elas constituem apenas um subconjunto das mídias sociais, um conceito mais abrangente que abarca todos os canais ou ferramentas que possibilitam a disseminação descentralizada de conteúdos e mensagens. As redes sociais, por sua vez, referem-se às conexões entre um grupo de pessoas ou redes de relacionamentos, não se restringindo ao ambiente digital, ao contrário das mídias sociais.

As mídias sociais possibilitam que seus usuários compartilhem uma ampla variedade de conteúdos na internet, e muitos aproveitam essa plataforma para disseminar ideias, valores,

sentimentos e pensamentos que ofendem outros usuários ou grupos de pessoas unidos por laços comuns, culminando na emergência de discursos de ódio ou “*Hate Speech*”, em suas várias manifestações. Isso, por sua vez, configura uma transgressão das liberdades fundamentais do próximo.

O debate sobre direitos digitais, crimes cibernéticos, discursos de ódio nas mídias sociais e liberdade de expressão é relativamente recente, sendo o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, um marco significativo que delineou de forma mais precisa os direitos e deveres dos usuários. Essa legislação abordou questões cruciais, como a proteção da privacidade, intimidade e honra dos indivíduos, a liberdade de expressão, a neutralidade da rede e a responsabilidade civil por danos causados no ambiente virtual.

Nesse sentido cabe destacar a respeito da Lei nº 12.737/2012 também conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que representa uma alteração no Código Penal Brasileiro abordada para a abordagem de crimes digitais e delitos informáticos. O projeto da lei foi apresentado em 29 de novembro de 2011 e foi sancionado em 2 de dezembro de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff. Este texto marcou pela primeira vez em que os crimes cibernéticos foram devidamente tipificados, com ênfase nas invasões a dispositivos que ocorrem sem a autorização do proprietário.

Em seu estudo a Fundação de Escola Superior do Ministério Público (2021) destaca que no início do ano de 2012, a atriz Carolina Dieckmann teve sua privacidade violada quando hackers acessaram seu computador pessoal após ela clicar em um link recebido por e-mail. Esse link, ao ser aberto, implantou um programa invasivo em seu computador, um ato malicioso conhecido como *phishing*. Usando o programa instalado, os infratores conseguiram explorar o conteúdo da máquina da atriz, acessando cerca de arquivos armazenados ali. Entre esses arquivos estavam fotos íntimas de Carolina.

Esse incidente provocou uma ampla discussão pública sobre a necessidade de criminalizar esse tipo de prática, o que também foi intensamente explorado pela mídia. A atriz associada à causa e a lei receberam seu nome como forma de destaque. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo antes da existência dessa lei, a invasão de ambientes virtuais e a apropriação ilimitada de dados pessoais já eram crimes reconhecidos, embora não existisse nenhuma norma específica que tratasse do assunto.

A Lei Carolina Dieckmann representou um ponto de partida significativo na proteção das informações pessoais dos cidadãos diante de atividades criminosas online. No entanto, é evidente que essa regulamentação requer um aprimoramento contínuo para dissipar ambiguidades em sua interpretação.

O Marco Civil da Internet no Brasil é um exemplo de passo legislativo significativo para enfrentar esses desafios, regulamentando diretrizes que equilibram a liberdade de expressão com a responsabilidade por danos causados no ambiente virtual. No entanto, a evolução contínua das tecnologias e dinâmica das mídias sociais forneceu uma análise constante e um aprimoramento contínuo das estratégias de regulamentação e prevenção.

É incontestável que a pressão exercida pelas plataformas de mídia social pode ter um impacto profundamente negativo na vida das pessoas. Isso pode se manifestar através de discursos prejudiciais como o *bullying*, racismo, intolerância religiosa, intolerância sexual e qualquer outra forma de preconceito, bem como piadas ofensivas difundidas online.

Um exemplo dessa gravidade ocorreu no ano de 2021, entre vários outros incidentes, envolvendo um jovem chamado Lucas, cuja vida foi tragicamente perdida devido a um discurso de ódio. Esse triste acontecimento foi alcançado pelo jornal “Carta Capital”, conforme relatado por (Basilio, 2021).

Neste contexto, a língua e a linguagem (bem como sua aplicação através dos discursos) são considerados componentes cruciais nos processos de hierarquização que ocorrem de maneira violenta e naturalizada, enraizados nas dinâmicas de poder presentes na contemporaneidade (Bonfim; Silva; Silva, 2021). Surgem tensão real proveniente das sessões no *TikTok*, comprovadas e toleradas pelos discursos de ódio presentes nos comentários resultantes dessas sessões - uma dinâmica manifestada no ambiente online, mas, como mencionado, com motivação que se estendem para a realidade *offline*. A ação de fazer uma postagem em uma plataforma de rede social assume um caráter performativo, no qual as trajetórias textuais criadas se desenvolvem como embates intersubjetivos dentro das práticas sociais (Butler, 2021).

Apesar da invocação do direito de expressar opiniões sem restrições nas redes sociais, tal prerrogativa carece de defesa jurídica e ética. Os discursos de ódio - muitas vezes ligados à divergência em relação aos padrões sociais, culturais e historicamente - repudiam a diversidade e frequentemente se manifestam como expressões de racismo, misoginia, LGBTfobia, preconceito etário, gordofobia, xenofobia e outras formas de aceitação e intolerância. A intenção dessas manifestações é frequentemente calar e enfraquecer as pessoas e/ou grupos que são alvo desses ataques (Guercio; Matheus; Napolini, 2021).

Nos casos em que o conteúdo é de fato ofensivo, promove ódio contra minorias ou envolve formas deprimentes de pedofilia e divulgação de material íntimo de vítimas, contendo cenas de nudez ou atos sexuais, os provedores de internet têm autorização para retirar

imediatamente o conteúdo do ar, sem necessidade de decisão judicial prévia. 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto, foi possível constatar que em um mundo cada vez mais conectado e digital, a liberdade de expressão e os discursos de ódio nas mídias sociais emergem como temas de profunda tristeza e complexidade. A evolução histórica da liberdade de expressão, desde suas origens na sociedade grega antiga até sua consagração universal na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, reflete uma busca constante pela garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Contudo, a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais tem desafiado os limites dessa liberdade. Embora a liberdade de expressão seja um pilar essencial da democracia, é imperativo reconhecer que seu exercício não deve violar os direitos e o direito de minorias ou indivíduos independentes. O confronto entre liberdade de expressão e discurso de ódio cria um dilema complexo, no qual a proteção dos direitos individuais deve ser equilibrada com a preservação de um ambiente de comunicação saudável e respeitoso.

O cenário contemporâneo das redes sociais exige ações coordenadas e responsáveis por parte das plataformas, bem como regulamentações adaptadas para lidar com discursos de ódio e crimes cibernéticos. A velocidade controlada de informações falsas, a intimidação virtual e a incitação à violência ressaltam a necessidade de uma abordagem jurídica e ética que promova a convivência harmoniosa entre a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos humanos.

Em última análise, a interseção entre liberdade de expressão e discursos de ódio nas redes sociais representa uma fronteira complexa e em constante transformação, na qual as sociedades devem trabalhar para promover uma cultura de respeito, diálogo construtivo e responsabilidade digital. O desafio reside em encontrar o equilíbrio adequado entre a proteção dos direitos individuais e a promoção de um ambiente online seguro e inclusivo, onde as vozes de todos possam ser ouvidas sem que isso resulte em danos ou diferenças.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Ana Luiza. Os alertas deixados pelo suicídio de Lucas, um adolescente vítima do ódio e da LGBTfobia no TikTok. **Carta Capital**, publicado em 08 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Ieazfs>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BONFIM, Marco Antonio Lima; SILVA, Francisco Erik Washington Marques da; SILVA, Maria Edleuza. Por uma epistemologia decolonial em perspectiva afrodiaspórica e contra-colonial na Linguística Aplicada Brasileira. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 22, n. 52, p. 38-55, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3C0fAnZ>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

BORELLI, Alexandra. **Cyberbullying**: a internet é uma terra sem lei? 20 jul. 2021. Disponível em: <https://opiceblumacademy.com.br/cyberbullying-a-internete-uma-terra-sem-lei/>. Acesso: 18 agosto 2023.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: Uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021. 282 p.

DAMASCENO-MORAIS, Rubens; ÁLVARES DIAS, Luiza. Simulacro de argumentação: o meme como neutralizador de conflito no Twitter. **PERcursos Linguísticos**, Espírito Santo, v. 11, n. 28, p. 43-63, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3WukO3C>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FUNDAÇÃO DE ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FMP). **Lei Carolina Dieckmann**: Você sabe o que essa lei representa? Publicado em: 16 ago. 2021. Disponível em: <https://fmp.edu.br/lei-carolina-dieckmann-voce-sabe-o-que-essa-lei-representa/>. Acesso em: 18 agosto 2023.

GUERCIO, Cilene Rebelo Nogueira; MATHEUS, Rosemeire Solidade da Silva; NASPOLINI, Samyra Haydêe Dal Farra. A internet e o discurso de ódio: uma análise teórico-social. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, v. 7, n. 1, p. 42-59, jan./jul., 2021.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. **Por que o Brasil deve urgentemente aderir à Convenção de Budapeste**. Publicado em 5 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-05/polido-brasil-urgentemente-aderir-convencao-budapeste>. Acesso em: 18 ago. 2023.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 14.133/2021

Josemir dos Santos Rodrigues

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as normativas da inovação legislativa das Licitações e Contratos. A Lei número 14.133/2021 (Lei das Licitações e Contratos Públicos) que disciplina o processo de aquisição e contratação por parte do Poder Público com objetivo de eliminar as contratações ilícitas por meio de apadrinhamento político que era uma prática muito usual na sociedade brasileira. Também visa a análise da adoção de certames sob a forma eletrônica que tem apresentado expressivo crescimento na Administração Pública na atualidade, pois proporciona celeridade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência isonomia, menor custo e comodidade aos envolvidos. A pesquisa se justifica diante da necessidade de melhor compreender o processo licitatório que movimenta parte significativa das licitações, conhecendo suas vantagens e desvantagens a partir da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) para a Gestão Pública. A pesquisa é do tipo descritiva, com abordagem qualitativa, pois realiza estudo detalhado, com levantamento de informações da legislação vigente e de dados institucionais.

Palavras-chave: Licitações e Contratos, Administração Pública e Lei número 14.133/21.

1 INTRODUÇÃO

A chamada Licitação Pública que pode ser definida como processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. É o procedimento administrativo formal para contratação de serviços ou aquisição de produtos pelos entes da Administração Pública direta ou indireta e podendo ser considerada como um princípio da Administração Pública atual é um instrumento fundamental de garantia do princípio da igualdade de todos perante a lei.

Ao longo dos anos ela passou por aprimoramentos pela Administração Pública para melhor satisfazer o interesse público. Em virtude da complexidade cada vez maior do Estado e dos anseios por transparência e eficiência e melhor gestão do dinheiro público, com o incremento tecnológico e as necessidades sempre maiores da esfera estatal, as Licitações Públicas foram cada vez mais exigidas, o que proporcionou seu desenvolvimento e aprimoramento tendo em vista as necessidades governamentais de economia e eficiência.

Diante desse cenário, este trabalho tem por objetivo basilar, apresentar, em primeira análise, um panorama das modalidades licitatórias e adentrar nas vantagens e desvantagens precisamente do processo licitatório eletrônico. Com o intenso desenvolvimento tecnológico

nos últimos anos e a exigência cada vez maior da troca de informações e produtos, bem como a presença cada vez maior da Internet no modo de vida social, o Estado também precisou se adequar as novidades tecnológicas buscando informatizar e tornar mais ágil e célere a realização dos processos de licitações sob a forma eletrônica nos processos de compras realizados pela Administração Pública.

Com a vigência da nova lei de licitações, as demais serão revogadas, contudo, não de maneira imediata, mas sim dentro de 02 anos, por isso, somente em 2023 é que teremos a revogação dos diplomas elencados. Nesse período teremos a aplicação simultânea da Lei nº 8.666 e a Lei nº 14.133, durante esses dois anos, os dois regimes licitatórios estarão em plena vigência sendo assim o administrador poderá optar por qual regime pretende utilizar. Ficando vedada a aplicação dos dois regimes de forma conjugada, ou seja, na mesma licitação. Sendo assim, ou o ente federativo utiliza a Lei nº 8.666 ou a Lei nº 14.133. Não será possível para a mesma licitação a aplicação simultânea das duas leis.

A finalidade da nova lei de licitação estabelece uma finalidade mais ampla do que anteriormente previsto a Lei nº 8.666 tinha por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração enquanto a Lei nº 14.333 a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública. Assim sendo, nem sempre a proposta de menor custo será a mais “apta” a gerar o resultado de contratação mais vantajosa. O preço não é o único elemento norteador.

2 METODOLOGIA

Metodologia de pesquisa que é o conjunto de procedimentos e técnicas que são aplicados para elaboração do presente estudo. O trabalho consiste na análise extraídas de artigos, e principalmente a luz do artigo 37º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da antiga lei de licitação a 8.666 e principalmente da Nova Lei de Licitação 14.133/2021 que estabelece as novas normativas implantadas pela a Administração Pública para a melhor satisfação da Gestão Pública.

Também vale ressaltar a pesquisa bibliográfica de autores como ALMEIDA, Herbert. Nova lei de Licitações e Contratos esquematizada, ANDRADE, Ricardo Barretto de; ROST, Maria Augusta. Uma travessia pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, BRAUNERT, Rolf Dieter Oskar Friedrich. A prática da licitação, RODRIGUES, Rodrigo

Bordalo. Nova Lei de licitações e contratos administrativos: principais mudanças e por fim, ZAGO, M.; RODRIGUES, F. O que o diálogo competitivo agrega às contratações públicas.

3 DISCUSSÕES SOBRE A FORMA ELETRÔNICA NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

A forma eletrônica foi a inovação de maior relevância, posto que quase todo o procedimento licitatório é realizado por meio da internet, sem a necessidade da presença física dos representantes das empresas licitantes, conseqüentemente ampliando o número de concorrentes e gerando maior competitividade nos certames. No entanto, adentrando nesse meio cibernético, sempre ativo na busca por inovações, o Direito Administrativo logicamente se depararia com questões as quais não se poderiam prever.

Dessa maneira, as licitações sob a forma eletrônica, embora apresente mais vantagens do que malefícios, é sujeito de inúmeras polêmicas em temas distintos. Ante o tema apresentado, o presente estudo, longe de exaurir o tema referente a tais questões, até por que o princípio está se dando com a aplicação da nova lei, apresenta a base principiológica, o marco legal propiciado pela Lei nº 14.133/2021, suas indiscutíveis vantagens, e desvantagens de forma breve, com o intuito de proporcionar uma reflexão sobre o tema, visualizar os problemas que o processo enfrenta, propondo melhorias, ou servindo como base de conhecimento do problema para futuras pesquisas adicionais e aprofundamentos neste sentido.

3.1 Objetivos da licitação

A Lei nº 14.133/2021 (Lei das Licitações e Contratos Públicos) que disciplina o processo de aquisição e contratação por parte do Poder Público com objetivo de eliminar as contratações ilícitas por meio de apadrinhamento político que era uma prática muito usual na sociedade brasileira. No entanto a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, buscando promover mais agilidade e eficiência na administração pública, no art. nº 37º, estabelece que em toda relação com particulares, o Poder Público, seja direta, indireta, ou fundacional, de qualquer esfera de poder, deverá se pautar pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O presente estudo foi elaborado e

desenvolvido com o intuito de apresentar, de forma detalhada, adequada compreensão, assimilação e acompanhamento do tema abordado por meio da presente pesquisa.

Os principais objetivos da licitação são a escolha da proposta mais vantajosa, garantir o mesmo tratamento igualitário para todos os licitantes (princípio da isonomia), e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Desses fundamentos mencionados acima a isonomia é o mais importante, estando sempre comunicando com a proposta mais vantajosa, ela garante que “todos são iguais perante a lei”. Ou seja, que todos os licitantes serão tratados de forma igualitária. O artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 prevê.

3.2 Princípios da licitação

A Lei nº 14.133/2021 trouxe uma gama de novos princípios inexistentes na Lei nº 8.666/1993, além de reproduzir os princípios constitucionais previstos no artigo 37º da Constituição Federal: (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Também replicou a redação dos outros princípios previstos no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 (igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo). A esses, acrescentou mais outros princípios: interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

Dessas novidades, podemos observar que alguns estão implícitos na Lei nº 8.666/1993, como o interesse público e a proporcionalidade, ou na Lei nº 10.520/2002, como a celeridade; ainda outros constam expressamente no sistema normativo de licitações. Os princípios, acima, são extremamente importantes para a lisura dos processos licitatórios, pois visam atender aos cidadãos, corretamente, com eficácia e eficiência, sem desviar verbas públicas.

3.3.1 Alterações nas fases de licitações

Sobre as fases de licitação, de acordo com a Lei nº 14.133/21, continua o que já era praticado, anteriormente, na Lei do Pregão, com a chamada “inversão das fases”. De acordo com a Lei, o processo de licitação deve seguir as seguintes fases: a fase preparatória (planejamento interno), a fase de divulgação do edital (10 dias úteis para serviços comuns), a fase de apresentação de propostas e lances, a fase de julgamento, a fase de habilitação, a fase

de recursos e finalmente, a fase de homologação. De acordo com a nova Lei, a fase da habilitação, ocorrerá somente após, o julgamento das propostas: “com fase única de recurso, o que possibilitará a redução do tempo e do trabalho do gestor público, uma vez que, este não será mais obrigado a avaliar a habilitação daqueles que não vão firmar contrato com o Poder Público”. (Akashi, 2021, s/p).

Como explicado acima, a Nova Lei de Licitação tem o discurso de prezar pela eficiência e celeridade do processo. Os defensores desta tese acreditam que com a habilitação, após as fases de lance e de julgamento, a administração pública vai direto ao ponto, deixando de perder tempo com a investigação de interessados que não conseguiram firmar o contrato, sendo assim, a administração resumirá a fase de habilitação.

3.3.2 Modalidades de licitações

A Lei nº 14.133/2021 excluiu as modalidades tomada de preços e convite e agora possui cinco modalidades, sendo elas: concorrência, pregão, leilão, concurso e diálogo competitivo. A modalidade diálogo competitivo é uma das inovações da Lei. Sobre os critérios de julgamento, a Lei prevê o seguinte: melhor técnica ou conteúdo artístico; menor preço ou maior desconto; maior retorno econômico e maior lance; técnica e preço. A novidade introduzida na Lei nº 14.133/2021, o diálogo competitivo, é voltado para a contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogo com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos com a intenção de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender as necessidades do interesse público, devendo as propostas serem apresentadas ao término dos diálogos.

O diálogo competitivo está restrito a contratar objetos que envolvam a inovação tecnológica ou técnica, a impossibilidade de órgão ou entidade ver atendida a sua necessidade pelas soluções disponíveis no mercado, ou a impossibilidade de definir e identificar os meios e as alternativas que consigam suas necessidades.

3.3.3 Licitações sob a forma eletrônica

O artigo 12 da Lei nº 14.133/2021 indica algumas normas que devem ser observadas durante o processo licitatório, entre elas a de que os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico. O artigo 17 determina a sequência das fases do processo de licitação e indica a

utilização do ambiente digital como prioritário. Dispõem os §§2º e 4º do art. 17 de Lei n.º 14.133/2021;

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

FASES DA LICITAÇÃO

Preparação Interna: Obriga dentro do órgão que pretende licitar. Na verdade, podemos dizer que essas fases é uma etapa de Planejamento. A nova Lei de Licitações inovou nesse sentido, já que agora foi previsto um capítulo especial para a fase preparatória, uma vez que o regime anterior não especifica os procedimentos de maneira organizada.

Externa: Divulgação e procedimento que será realizado na licitação até antes da assinatura do contrato.

Atualmente as licitações ocorrem de forma presencial, com exceção do pregão que na maioria das vezes é eletrônico. Contudo, a nova legislação estabelece que a regra agora é que a licitação deverá ser realizada de forma eletrônica. A forma presencial só será admitida quando houver motivação.

FASE INTERNA

a) Criação da comissão para licitar

Na lei 8.666/93 se estabelece a existência em regra de uma comissão designada para realizar os tramites do procedimento licitatório. Deverá ser composto por no mínimo 03 membros, sendo 02 deles devem ser servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsável pela licitação. A comissão poderá ter natureza especial ou permanente.

Não é admitida a recondução de todos os membros a cada ano, por isso, deverá ocorrer a modificação de pelo menos 01 membro. Entre eles a responsabilidade será solidária, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e restrita em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Já na nova legislação impera o chamado princípio da segregação de funções, ou seja, as diversas fases do procedimento licitatório devem ser conduzidas por agentes públicos

diferentes, com o objetivo de não ficar a cargo de uma única pessoa todos os atos. Sendo assim, a autoridade máxima ou aquela indicada pela lei, deverá designar agentes públicos para desempenhar as funções.

b) Criação do edital de licitação

Todas as regras importantes que serão seguidas no procedimento licitatório devem ser preparadas pela comissão ou pelo agente responsável (novo regime), e por tanto as informações como: A estudo preliminar técnico; B definição do objeto; C orçamento estimado; D minuta de contrato; E modalidade da licitação; F critério de julgamento, serão elementos indispensáveis ao edital.

Vale ressaltar que no novo regime também prevê a necessidade de aprovação jurídica, mediante parecer proferido pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração, que verificará a legalidade do procedimento. Esse parecer jurídico é obrigatório, porém é não vinculante, de forma que a autoridade competente poderá rejeitar motivadamente o parecer.

FASE EXTERNA

Na fase externa tivemos algumas alterações na ordem das fases; a habitação passou a ocorrer apenas após a apresentação das propostas e julgamento (classificação). Essa sistemática já era prevista na Lei do Pregão, e na lei das empresas estatais. Percebeu-se que com essa inversão se ganhava mais econômica e celeridade. Na nova legislação existe uma etapa única recursal que somente ocorrerá após a etapa de habilitação. É possível a inversão de fases como era na Lei 8.666/93 desde que previsto no edital e haja ato motivado com explicitações dos benefícios. Assim, a regra é a inversão de fases.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Em regra, a publicação do Edital se dá por meio da Publicação do Diário Oficial do órgão e em um jornal de grande circulação. Contudo, cuidado, pois a nova lei de licitações alterou essa dinâmica. O acesso ao Edital deve ser gratuito, e por isso, somente é autorizada a cobrança da cópia caso a empresa ou cidadão a requeira.

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no artigo 113, § 1º da Lei 8.666/93 – Trata da possibilidade de apresentar representação ao Tribunal de Contas e ao controle interno.

HABILITAÇÃO – Artigo 27 da Lei 8.666/93

Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I – Habilitação jurídica;

II – Qualificação técnica;

III – qualificação econômico-financeira;

IV – Regularidade fiscal trabalhista;

V – Não exploração de trabalho de menor – XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes (art. 41, § 4º), ou seja, o licitante não poderá prosseguir na licitação.

Cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento (art. 109, I “a”).

O novo Regime de Licitações passou a adotar também como exigência extra, uma declaração da empresa de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.

CLASSIFICAÇÃO – Artigo 43 a 48 da Lei 8.666/93

No julgamento das propostas a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por essa lei. O julgamento deverá ser realizado em conformidade com os tipos de licitação, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

HOMOLOGAÇÃO

Essa etapa serve para que a autoridade superior possa validar se todos os atos da licitação foram praticados de maneira adequada, e principalmente dentro da legalidade exigida. Nesse momento, ele poderá: Homologar ou anular ou revogar a licitação.

Revogar: por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta. Anular: Por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. Homologar: validando o procedimento licitatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 14.133/2021 trouxe uma gama de novos princípios inexistentes na Lei nº 8.666/1993, além de reproduzir os princípios constitucionais previstos no artigo 37º da Constituição Federal: (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Também replicou a redação dos outros princípios previstos no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 (igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo). A esses, acrescentou mais outros princípios: interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

Diante dessa gama de reprodução de princípios constitucionais visando a lisura de todo o processo com o intuito de eliminar todos os esquemas de corrupção e proporcionar maior celeridade, eficiência, menos gastos e qualidade nas atividades frutos de licitações executadas pela a Administração Pública.

Ao analisarmos todo o desenvolvimento do estudo, observamos uma transformação recente verificada em relação à gestão de compras governamentais, com a instituição das licitações preferencialmente eletrônicas. De forma específica, foi tratado nesse artigo a evolução do tradicional – com a apresentação das formas licitatórias na Lei nº 8.666/1993, e a inovação da Lei nº 14.133/2021.

Como aspecto conclusivo, pode-se considerar que esse avanço indica estágio de maturidade e desenvolvimento da Administração Pública em relação à sua forma de contratar serviços e adquirir bens. Sem enveredar pela questão moral e ética, tão cobrada pela sociedade em relação à forma de administração dos gastos públicos, pode-se dizer que as uso preferencial das licitações no processo eletrônico trouxe enormes vantagens para a Administração Pública, assim como maior transparência nas ações governamentais, menos procedimentos burocráticos e celeridade nas decisões. Foram identificadas poucas desvantagens que se caracterizem como significativas para considerar o sistema como desfavorável ao interesse público.

REFERÊNCIAS

AKASHI, Diogo Telles. **Presidente Bolsonaro sanciona nova Lei de Licitações**. 2021. Secretaria Geral da Presidência da República. Abril, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/abril/presidente-bolsonarosanciona-nova-lei-de-licitacoes>. Acesso em: 31 out. 2021.

ALMEIDA, Herbert. **Nova lei de Licitações e Contratos esquematizada**. Estratégia Concursos. 2021. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei8666-atualizada-e-esquematizada-para-concursos>. Acesso em: 31 out. 2021.

AMORIM, Amorim. **Enfim, Quem É O “Agente De Contratação” Na Nova Lei De Licitações?** 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224250/ENFIM%20QUEM%20e%20O%20AGENTE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20NA%20NOVA%20LEI%20DE%20LICITA%C3%87%C3%95ES.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31. out. 2021.

ANDRADE, Ricardo Barretto de; ROST, Maria Augusta. **Uma travessia pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/224250/ENFIM%20QUEM%20e%20O%20AGENTE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20NA%20NOVA%20LEI%20DE%20LICITA%C3%87%C3%95ES.pdf?sequence=1>

O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS

Isabella Mariana Inácia Andrade

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Humberto Cesar Machado

RESUMO: O objeto desse ensaio foi evidenciar o aspecto histórico da proteção penal para quem abandona ou maltrata animais domésticos. Na esfera penal, o crime é previsto pelo artigo 32 da Lei 9.605, com alteração da Lei 14.064/2020, prevendo pena de reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda. Em caso de morte, a pena pode ser aumentada em 1/3 a 1/6. Temos o ponto de vista de diferentes autores referente o tema abordado sendo crucial para estabelecer um diagnóstico e entender a realidade desse ciclo de violência buscando assim, estratégias para enfrentamento. Perante o exposto fica o questionamento: As leis e as sanções penais deveriam ser mais rigorosas para quem comete esse delito?

PALAVRAS-CHAVE: Maus-tratos. Animais domésticos. Crueldade. Crime ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Crimes de maus-tratos ainda são muito comuns não só no Brasil, mas em todo o mundo e infelizmente não conseguem se comunicar de forma compreensiva, expressando suas dores e direitos assim como nós, humanos, por isso, é mais do que necessário ter alguém que lute em favor deles. Maltrata-los é crime, porém, afirmam especialistas que a lei existe, mas a aplicação das leis de proteção e fiscalização deixam muito a desejar.

A falta de conhecimento sobre as leis e sanções penais faz com que muitos casos passem despercebidos diante as autoridades. Maus-tratos não significa somente o agredir, porém colocar em risco também sua integridade emocional. Abandonar, não oferecer uma alimentação adequada, agressão física, manter o animal preso a correntes, deixa-lo exposto ao sol a longos períodos, abandonar, submete-lo a tarefas exaustivas, mantê-los em locais anti-higiênicos, são alguns exemplos que merecem ser denunciados urgentemente para garantir uma vida melhor a eles.

Os maltratando, o sujeito responde nas duas esferas, administrativa e penal e pode inclusive ser preso em flagrante, conforme esclarece o fiscal ambiental. Na esfera penal, o crime é previsto pelo artigo 32 da lei nº 9.605, com alteração da Lei nº 14.064/2020, prevendo

pena de reclusão de 2 a 5 anos, multa e proibição da guarda, em caso de morte pode ser aumentada em até 1/6 a pena.

Este trabalho tem como objetivo discorrer e colaborar, para a melhor compreensão da questão abordada referente ao tema, com o intuito de acrescentar a conscientização dos indivíduos de que a proteção é de suma importância, e incide fortemente no equilíbrio social e no bem estar em sociedade. Diante do exposto indaga-se, qual a efetividade do combate à violência contra os animais domésticos (cães e gatos) tendo em vista nº 9.605, com alteração da Lei nº 14.064/2020? As leis e as sanções penais deveriam ser mais rigorosas para quem comete esse delito?

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo será utilizado contribuições dos diversos autores que trabalham com a temática, pesquisadores que se baseiam em procurar uma resposta sobre tal assunto, tendo como fonte as informações geradas pelas ocorrências registradas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo resultando em uma grande necessidade de novos posicionamentos a serem impingidos à nossa sociedade, uma contribuição em geral para o estudo da questão da ética e dos direitos dos animais, examinando os direitos trazendo concepções de filósofos na luta dessa causa, uma atuação de revisão bibliográfica. artigos especializados, digitais ou impressos, sites, amparos jurídicos, leis ordinárias, além da legislação referente ao tema, bem como, visar o esclarecimento preliminar do assunto abordado.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Muitas pessoas convivem diariamente com animais domésticos por meio de laços afetivos, porém, observa-se também a prática frequente e dados alarmantes de maus tratos e abandono. Segundo o Instituto Pet Brasil (2022), as agressões subiram de 3,9 milhões para 8,8 milhões. Sob a tutela de organizações não governamentais (ONGs), em 2022, havia quase 185 mil abandonados ou resgatados por maus-tratos, sendo 96% de cães e 4% de gatos (Puente, 2022).

No Brasil, estudos sobre esse assunto, tem permitido outra visão sobre a necessidade de diferentes abordagens no âmbito da saúde única, visando a criação de métodos intersetorial e interprofissional envolvendo instituições policiais, promotorias públicas, profissionais da assistência social, saúde, e meio ambiente (defesa e proteção animal). Pesquisas indicam que 27,1% de adultos que, na idade infantil, sofreram violência doméstica foram também responsáveis por maus-tratos. (McEwen *et al.*, 2014). 50% das mulheres que sofreram violência doméstica relataram que seus agressores também haviam sido violentos com bichos. (Padilha, 2011). 93% dos agressores de animais possuem histórico de cometerem outras infrações penais. (Levitt *et al.*, 2016).

A proteção dos direitos no Brasil foi imposta com o Decreto nº 16.590/1924, que regulamentou famosos locais de entretenimento público e passou a proibir atividades cruéis como brigas de galos, canários e corrida de touros. O governo de Getúlio Vargas promulgou o Decreto nº 24.645 em 1934, tornando a crueldade contra animais uma contravenção penal. Em 1941, essa barreira foi incorporada à Lei Federal nº 3.688, mas foi revogada em 1991 pelo decreto nº 11.

Contudo, vale ressaltar que embora o Brasil possua atualmente regulamentações que resguarde a tutela dos mesmos, sua implementação não é eficaz e não obteve resultados positivos na redução do abandono e do abuso. Há alguns fatores para isso, sendo um deles a flexibilização das penas o que leva a não gerar temor para aqueles que cometem os delitos. Muitos ainda veem como um crime de menor potencial ofensivo, e ignoram tamanha crueldade. Diante disso, analisamos o questionamento, as leis e sanções penais deveriam ser mais severas?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pesquisa conclui-se que o crime contra animais domésticos ainda é um assunto pouco falado dentre a sociedade Brasileira e muitos são leigos tocante as sanções penais visto o aumento significativo diariamente de violência doméstica contra os mesmos. Na esfera penal, a lei que os protege é a Lei Federal 9.605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais: Art. 32, infelizmente ainda não tem tanto peso nos juris, recentemente entrou em vigor a Lei 14.064, de 2020, que aumentou as penas a cães e gatos para de 2 a 5 anos de reclusão e para sua aplicabilidade é necessário que haja maus tratos tais como abandono, ferir, manter em locais insalubres, não alimentar dentre outros.

REFERÊNCIAS

AMBITOJURIDICO.COM.BR. **Da tutela Legal dos Animais**. Acesso em: 17 mar. 2023.

ALMEIDA, Elga Helena de Paula. **Maus-tratos contra animais**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 122, mar 2014. Disponível em: Conteúdo Jurídico | **Maus tratos aos animais domésticos e sua proteção jurídica** (conteudojuridico.com.br). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CRMPVA.ORG.BR. **Teoria do Elo**. Acesso em: 15 de março 2023.

FREITAS, Andréa; OLIVEIRA, Alysson. **Proteção aos animais não humanos como prática educativa no Ensino Médio Integrado**. 1º Edição. Editora Dialética, 2021.

INSTITUTOPETBRASIL.COM. **Situações de maus-tratos e abandono**. Acesso em: 01 set. 2023.

NASSARO, Marcelo Robis Francisco. **Maus tratos aos animais e violência contra as pessoas**. São Paulo. 2013. Disponível em: institutoninarosa.org.br/maus-tratos-aos-animais-e-violencia-contra-as-pessoas/. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIBEIRO, Viviane. **Agressão: do homo sapiens ao homo economicos: desdobramentos políticos e educacionais**. Disponível em: repositorio.ufes.br/bitstream. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVA, Maria. **Direitos animais: fundamentos éticos, políticos e jurídicos**. 2020.

TITAN, Rafael. **Direito Animal: O Direito do Animal Não Humano no Cenário Processual Penal e Ambiental**. Editora: Lumen Juris Direito, 2020.

O COMBATE ÀS DROGAS NO ESTADO DE GOIÁS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diacson Kleber Pereira Alves¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: Este pré-projeto de pesquisa introduz o tema das drogas, destacando sua presença na história da humanidade, inicialmente usadas com propósitos terapêuticos e culturais. Com o tempo, o uso recreativo levou a preocupações com saúde pública e segurança, resultando em proibições internacionais e políticas nacionais de controle de drogas, também tem como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção e repressão ao consumo de drogas no Estado de Goiás, destacando as questões relacionadas à eficácia dessas políticas, seus impactos na sociedade e as lacunas existentes. Serão explorados os objetivos, metodologia e artigos da legislação Brasileira relacionados ao tema, além da apresentação das palavras-chave.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Prevenção. Drogas. Goiás.

1 INTRODUÇÃO

As substâncias entorpecentes têm raízes profundas na história da humanidade, datando desde a antiguidade tanto para fins terapêuticos na medicina como em contextos culturais e sociais. Inicialmente, as substâncias naturais foram exploradas por suas propriedades benéficas à saúde, sendo utilizadas com propósitos terapêuticos na medicina e em contextos culturais e sociais, contribuindo para o acúmulo de conhecimento sobre seus efeitos.

Com o passar dos séculos, os países se atentaram com o uso excessivo irregular dessas substâncias, pois passaram a ser usadas para fins recreativos com mais frequência ao invés do uso medicinal, o que fez surgir uma dependência cada vez maior de forma indiscriminada. Assim, preocupados com a saúde pública, segurança e políticas sociais, iniciaram-se as proibições por acordos e tratados internacionais e o estabelecimento de políticas nacionais de controle de drogas em vários países, que evoluíram ao longo do tempo.

Diante do exposto e tendo em vista a importância do assunto "drogas" na sociedade em geral e o quanto ela interfere na saúde pública, segurança e desenvolvimento do país, que iremos abordar neste trabalho.

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: diacsondkpa88@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho será fundamentada no método hipotético-dedutivo, partindo de pesquisas bibliográficas de autores que desenvolvem seus temas no direito constitucional e na legislação que prescreve medidas, estabelece normas e define crimes sobre o uso e tráfico ilícito de drogas no território nacional, até a fatos concretos relacionados ao objeto deste trabalho.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Fazendo jus ao nome, as drogas são capazes de causar efeitos depressivos, alucinógenos, estimulantes ou perturbadoras da atividade do sistema nervoso central, cujo órgão principal é o cérebro. Também podem causar efeitos positivos, como sensação de bem-estar, energia e autoconfiança, de acordo com Hart (2021, p.28) em seu livro “Drogas para Adultos”. Por essa razão, houve uma crescente exploração e comércio, desde os séculos XVIII e XIX, o qual deu ensejo a conflitos, como a conhecida Guerra do Ópio entre a China e o Reino Unido. Já no século XX, iniciaram as chamadas drogas sintéticas fabricadas em laboratórios, cujo intuito inicial era para serem usados como medicamentos úteis, farmacológicos e benéficos para a população, com a mesma finalidade na era da antiguidade (CASTELAR, 2021). Um dos primeiros tratados internacionais que abordou a questão das drogas foi o Tratado de Haia, em 1912, que visava controlar a produção, distribuição e comércio internacional do ópio — substância que estava no auge na referida década.

Em decorrência do agravamento do uso das drogas, foram surgindo outras convenções e tratados internacionais negociados entre os países, que limitavam progressivamente a disseminação e o uso, resultando na nomeação de algumas delas como ilícitas. Dessa forma, ressaltamos o Brasil, por meio do decreto n.º 2.994 de 17 de agosto de 1938, que trata do acordo entre os plenipotenciários de cada país sobre as convenções de Haia, que trouxe limitações de entorpecentes e o tráfico ilícito das drogas, de acordo com artigo e/ou matéria em meio eletrônico: matérias da Leia Sempre Brasil, Estado de Ceará. Este normativo foi o marco do assunto em âmbito nacional.

Após esse decreto, surgiram novos normativos — que serão abordados ao longo deste projeto de pesquisa — que tratavam de medidas preventivas e tinham o objetivo de inibir o uso indevido, combater o tráfico ilegal, além da implementação de órgãos que

conscientizassem a população e os assegurassem da recuperação, do acesso à saúde como o direito e princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, e o dever do Estado como relata na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

No desígnio de atender o artigo citado acima, os representantes eleitos pelo sufrágio universal, o Congresso Nacional decretou a lei nº. 11.343 de 23 de agosto de 2006 onde seu objetivo é citado logo no primeiro artigo:

Art. 1. Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes (Brasil, 2006).

Seguido do decreto, o Presidente da República sancionou a mesma onde já obtiveram várias atualizações e inclusões, além da criação de novas leis associadas ao tema.

No estado de Goiás, no ano de 2010, por meio da Lei n.º 17.233, o dia 26 de junho foi instituído como o dia estadual de combate às drogas: “Art. 2. O Dia Estadual de que trata esta Lei terá por objetivo a conscientização, por meio de debates, palestras e atividades correlatas, do perigo da utilização de drogas e de seus efeitos danosos causados à saúde; ” (Goiás).

Já o Ministério Público do Estado de Goiás, considerando a crescente demanda associada às drogas, alinhando-se ao papel de mobilizador da rede de serviços, criou o Programa InterAção, focado nas políticas públicas para o enfrentamento das drogas e promove intervenções para prevenir, conceder tratamento, possibilitar a reabilitação, reinserção social do usuário e repressão ao tráfico de drogas e a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES) executa o prospecto do programa (Lima, 2020, p. 1).

4 CONCLUSÕES

Em conclusão, este trabalho proporcionou uma perspectiva abrangente sobre a história das drogas, destacando sua evolução de usos terapêuticos para recreativos, que resultaram em desafios significativos de dependência e impactos na saúde pública e segurança ao longo dos séculos. A metodologia adotada, baseada no método hipotético-dedutivo, permitiu uma

análise das políticas de controle de drogas, desde acordos internacionais até a legislação nacional, enfatizando a importância do acesso à saúde como um direito fundamental.

Além disso, exploramos as iniciativas em Goiás, como exemplos de esforços para combater os problemas relacionados às drogas, demonstrando como a conscientização, prevenção, tratamento e repressão ao tráfico se entrelaçam em um esforço conjunto. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem holística para enfrentar os desafios das drogas em nossa sociedade, reconhecendo que questões de saúde, segurança e bem-estar estão intrinsecamente ligadas.

Em suma, este estudo destaca a complexidade do tema das drogas e a necessidade contínua de políticas públicas integradas, programas de educação e conscientização, serviços de tratamento acessíveis e a colaboração de toda a sociedade para abordar eficazmente esses desafios persistentes.

REFERÊNCIAS

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). Disponível em: <https://www.cebrid.com.br>. Acesso em: 7 maio 2023.

FERNANDES, Cláudio. **Guerras do Ópio**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/guerras-do-opio.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IORE, Maurício. **Políticas públicas de prevenção ao uso de drogas no Brasil**: uma análise crítica. 2021.

GOIÁS. Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Disponível em: <https://www.mpggo.mp.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MIRAGLIA, Paula. **Drogas e direitos humanos**: uma análise da política de drogas brasileira. 2022.

O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO TRABALHADOR

Josineuma Dantas de Araújo Ribeiro¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente trabalho propõe um estudo do contrato de trabalho intermitente, uma modalidade de contratação relativamente nova no Brasil, que foi inserida no ordenamento jurídico através da reforma trabalhista, especificamente nos artigos 443 ao 452 A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, pela Lei nº 13.467/2017. No qual, extrai-se por meio de metodologia de pesquisas bibliográfica, uma explanação em relação a esse tipo de contratação, está em benefício do trabalhador ou ferindo os princípios da Constituição Federal de 1988 e da CLT de 1943, em razão de ambas assegurem o direito do trabalhador, com condições justas e garantias. Em síntese, uma reflexão acerca dos desafios enfrentados pelo trabalhador, bem como os reflexos que o contrato de trabalho intermitente ocasionou na vida do trabalhador e discussões se asseguram ou não os direitos básicos ao empregado.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato Intermitente. Princípios. Constituição Federal. Consolidação das Leis Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Muito têm-se discutido acerca do contrato de trabalho intermitente e o presente texto tem como objetivo analisar esse tipo de contrato e seus reflexos na vida do trabalhador, afim de constatar se esta modalidade é uma afronta ao Princípio da Dignidade Humana, do trabalhador, conforme previsto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 7º incisos IV, VII, XV, da Constituição Federal de 1988. O contrato de trabalho intermitente foi inserido na CLT de 1948 pela Lei nº 13.467/2017, propriamente pela Reforma Trabalhista. Essa modalidade de contrato de trabalho foi proposta com o intuito de diminuir o desemprego, a informalidade, a variação de salários, aplicação das garantias e direitos do trabalhador, sendo necessário um estudo quanto à nova lei, no tocante aos benéficos elencados ao trabalhador quanto ao empregador.

Tendo como problematização, a discussão quanto a este tipo de contratação, está realmente favorecendo o trabalhador ou ferindo os princípios fundamentais previstos na nossa

¹ Acadêmica do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: josineuma.ribeiro@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

Constituição. Uma análise das características do contrato de trabalho, como também das discussões sobre a inclusão deste modelo de pacto laboral, com a compatibilidade com a Constituição Federal de 1988.

Para tanto, justifica-se a pesquisa e verificação do contexto dessa modalidade contratual inserida na Lei nº 13.467/2017, com o propósito de identificar o contrato intermitente está de acordo com nosso ordenamento jurídico, uma vez que a modalidade contratual intermitente é questionada em um rol de cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) de números 5806, 5826, 5829, 5950 e 6154 no Supremo Tribunal Federal (STF). Expondo os pontos positivos e negativos, bem como o impacto na vida do trabalhador.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste de uma revisão bibliográfica que terá como fonte livros, revistas, artigos científicos, Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, trabalhos de conclusão de curso, entre outros. Com o intuito de possibilitar a realização e a exposição das informações em relação ao contrato de trabalho intermitente e os reflexos na vida do trabalhador, com o propósito de estabelecer uma conclusão em relação ao tema exposto. Tendo sido utilizado a metodologia teórica, explanatória, reflexiva e descritiva.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O direito do trabalho desenvolveu-se a partir do século XIX, em decorrência dos movimentos desencadeados pelos operários, na busca de melhores condições de trabalho, limitações da jornada de trabalho, entre outras reivindicações (Resende, 2019).

Segundo Calvo (2022), a origem do direito do trabalho está ligada ao trabalho livre, um marco da Revolução Industrial, que enfatizou a liberdade de contratar, utilização do taylorista-fordista, ideologia de protestos entre outros.

Resende (2019) considera o direito do trabalho como sendo um ramo jurídico que contempla as relações jurídicas entre o trabalhador e o tomador de serviços, em outras palavras, empregado e empregador.

Para tanto, o conceito de direito do trabalho pode ser definido como um conjunto de normas, que regem as relações do trabalho, entre o trabalhador e o tomador de serviços.

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 narra os valores sociais do trabalho e da dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil, acrescenta ainda nos artigos 6º, 7º a 11º e o 170, os direitos sociais e o trabalho, sendo direitos fundamentais, ou seja, que as normas devem ser criadas partindo do princípio da proteção, valorizando o trabalho e a livre iniciativa.

Conforme explanado no artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, toda pessoa tem direito ao trabalho, sendo de livre escolha as condições e satisfação de trabalho, sem discriminação e a mesma base salarial para aqueles que exercem a mesma função.

O contrato de trabalho intermitente foi inserido na CLT de 1943, nos artigos 443 ao 452-A, pela Lei nº 13.467/2017, mais precisamente pela Reforma Trabalhista, em que descreve o conceito, meios de convocação, requisitos, verbas e condições para este tipo de contrato. Outrossim, o artigo 443 § 3º da referida CLT, define contrato de trabalho intermitente, como sendo uma prestação de serviços, com subordinação, de forma esporádica os períodos de prestação de serviços, em que a empresa irá remunerar com o salário e demais direitos trabalhistas, proporcional ao período em que prestou serviço, podendo estes ser determinados por horas, dias ou meses. Independentemente do tipo de atividade ou empregador, tendo como exceção os aeronautas, uma vez que estes possuem legislação própria.

Tocante ao artigo 443 da CLT de 1943, vem descrevendo a forma de contrato, como o contrato de trabalho intermitente poderá ser realizado, verbal ou escrito, com prazo determinado ou indeterminado.

Antemão o artigo 452 A da CLT de 1943, traz a forma em que o contrato de trabalho intermitente deve ser acordado, devendo ser por escrito, contendo exatamente o valor da hora de trabalho, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo ou do valor que os demais empregados que exerçam a mesma função, intermitente ou não.

Consoante aos incisos do artigo 452 A da CLT de 1943, essa modalidade de pacto laboral, a convocação profissional deverá ser realizada por qualquer meio de comunicação, desde que o empregador informe a jornada, com antecedência mínima de 72 horas antes do início das atividades, cometida por registro, e-mail ou até mesmo mensagem de texto. Por sua vez o trabalhador terá 24 horas para dar o retorno se aceita ou não, no caso do silêncio presume a recusa.

Correlaciona-se a evidência do contrato de trabalho intermitente e seu crescimento em decorrência da pandemia de Covid-19 que ao chegar causou muitas dimensões e mudanças nas relações de trabalho, aumentando assim a quantidade e o formato dos contratos nessa modalidade, diante da adaptabilidade e incertezas dos tempos correntes (Oliveira, 2021).

Pontua-se que existem questionamentos quanto a classificação dessa modalidade de contrato de trabalho, já que pode ser considerado um contrato por prazo determinado ou indeterminado. Em relação aos períodos de inatividade caracteriza a suspensão do contrato de trabalho, se não está ferindo os princípios constitucionais. Neste contexto, podemos correlacionar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs de números 5806, 5826, 5829, 5950 e 6154), que questionam o trabalho intermitente e visam anular do ordenamento jus trabalhista.

As ADIs supramencionadas questionam os dispositivos da reforma trabalhista da Lei nº 13.467/2017, iniciaram no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento em dezembro de 2020, tendo o relator o ministro Edson Fachin que decidiu pelo reconhecimento parcial das ações diretas e no mérito julgou os pedidos procedentes, para declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos da CLT de 1943. Consequente a Fachin esse tipo de contrato deixa o trabalhador em situação de vulnerabilidade e fragilidade. Os ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes concordaram com o relator quanto ao conhecimento das ações, mas divergiram no mérito e julgaram-nas improcedentes, a ministra Rosa Weber pediu vista antecipada dos autos.

Vale salientar que a discussão das Ações Diretas de Inconstitucionalidade em compatibilidade ao contrato de trabalho intermitente é em virtude da flexibilização de direitos sociais e fundamentais trabalhistas, como também em relação a afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Em consonância a este questionamento Laraia (2018), discorre que a convocação do contrato de trabalho intermitente é como direito protestativo do empregador, que utiliza o trabalhador como ferramenta de trabalho, podendo ser utilizado de acordo com sua necessidade e vontade, violando assim o princípio da dignidade humana e a incompatibilidade com a Constituição Federal de 1988.

De acordo com Cassar (2020), para alcançar uma igualdade substancial entre as partes é necessário proteger a parte mais frágil, que é o empregado. A autora levanta um questionamento em relação a divergência doutrinária em relação ao princípio da proteção do direito do trabalho ou somente do *in dubio pro operário*.

Apesar do contrato intermitente ser regulamentado, seus artigos vêm sendo questionados e gerando dúvidas em relação a sua constitucionalidade, uma vez que a CLT de 1943 e a Constituição Federal de 1988 preveem direitos ao trabalhador e para alguns essa lei trouxe lacunas para direitos então garantidos.

Neste sentido, Delgado (2019) descreve o contrato intermitente como uma modalidade de contratação sem proteção, vantagens ou garantias estruturadas ao direito do trabalho e que torna o trabalho humano mais precário e desvalorizado, como por exemplo o tempo a disposição, repousos semanais remunerados e em feriados, intervalos infra e inter jornada de trabalho.

Obstante a Garcia (2017), o contrato de trabalho intermitente pode gerar insegurança ao trabalhador, pelo fato de o mesmo não saber quando será convocado para prestar serviço, nem por quanto tempo, desconhecendo o valor do salário que irá ter recebido.

Em contrapartida, a argumentação utilizada para a adoção do contrato de trabalho intermitente é acabar com a informalidade tanto dos *freelancers* como das pessoas que vivem de bicos, mudando a realidade destas, em que utilizarão o pressuposto contratual tendo direitos como Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, férias, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, décimo terceiro salário, recolhimento de contribuições previdenciárias (Martinez, 2022).

No tocante para Castro (2023), a ciência do Direito Constitucional do Trabalho, deve-se buscar melhorias nas condições de trabalho daqueles que somente dispõem da prestação de serviços para garantir o próprio sustento, e a regulamentação do contrato de trabalho intermitente cria obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Acrescenta ainda que o ordenamento jurídico deve estimular os trabalhadores de baixa renda, informais, afim de garantir não apenas o direito ao trabalho, mas também a proteção social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir por meio da análise das pesquisas realizadas que o contrato intermitente foi inserido pela Lei nº 13.467/2017 com o propósito de diminuir o desemprego, modernizar a legislação trabalhista e tornar as empresas mais competitivas no mercado de trabalho, visando uma flexibilidade, um contrato diferenciado que ganhou destaque diante do Covid-19. No contrato de trabalho intermitente o trabalhador é remunerado quando for convocado para a prestação de serviços, não havendo garantia de renda mínima ou de jornada,

apesar do vínculo de subordinação, a utilização é descontínua, podendo o trabalhador trabalhar algumas horas na semana, dias no mês ou no ano, em que receberá somente pelo que laborou, partindo dessa primícia é mais vantajoso para o empregador, sendo que o mesmo poderá convocar o trabalhador somente quando necessitar, assim evitando gastos.

Para o empregado existem riscos trabalhar nessa opção, caso não tenha uma organização poderá perder sua estabilidade financeira, não sabendo ao final do mês quanto terá pra receber, além disso, o trabalhador que vir trabalhar para várias empresas precisará de uma dedicação, terá que organizar os horários, seus locais e também a forma de prestar serviço, previamente não sabe quando será convocado.

Embora essa modalidade seja comum em outros países, no Brasil ainda gera insegurança e incerteza jurídica, para muitos o contrato de trabalho intermitente veio para desburocratizar o famoso bico, garantindo aos empregados maiores direitos, mas também trazendo para o empregador uma redução na mão de obra que antes seria realizada por contratação, seja por prazo determinado ou indeterminado.

Diante dos resultados alcançados através da pesquisa, constatou-se que apesar da flexibilidade e da regulamentação do contrato de trabalho intermitente, essa modalidade trouxe insegurança ao trabalhador, seja pela indefinição quanto ao tempo de trabalho ou da expectativa da remuneração, bem como a suspensão dos direitos fundamentais garantidos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal de 1988, no período em que o trabalhador não estiver prestando serviço, gerando uma inconsistência nos princípios e dignidade da pessoa humana, havendo intervenções nos direitos e garantias constitucionais nos quais são assegurados ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira de 1988**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei, n.º 5452, de 1 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620285/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a Reforma trabalhista. 16. ed. São Paulo: Método, 2020.

CASTRO, Lucas Silva de. **Contrato de Trabalho Intermitente**. São Paulo: Mizuno, 2023.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira *et al.* **Comentários a lei da reforma trabalhista**: dogmática, visão crítica e interpretação constitucional. 2. ed. São Paulo: LTr, 2021.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Reforma Trabalhista – Análise Crítica da Lei 13.467/2017**, 2ª ed. Salvador: Juspodium, 2017.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **Direito fundamental ao trabalho digno e o contato de trabalho intermitente**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MACHADO, Humberto; PIETRAFESA, José Paulo. **Guia Prático para trabalhos acadêmicos monográficos e TCCs**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2014.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Atualização de João Bosco Medeiros. Barueri/SP: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho, São Paulo: Saraiva, 2022.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 ago.2023.

PORTO, N.; FILHO, L. R. **Direito Individual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022.

RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.

**O DESMONTE SINDICAL: desafios para a representação trabalhista
diante das modificações jurídicas brasileiras no século XXI**

Alexandre Santos Cordeiro de Melo¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O presente artigo procura analisar a reforma trabalhista sancionada no Brasil em 2017. Para isso, são destacados os seus efeitos sobre a configuração dos elementos centrais da relação de emprego (formas de contratação, jornada, remuneração e proteção social) e sobre a organização sindical. A seguir, são enumerados alguns dos obstáculos encontrados pelo movimento sindical no exercício efetivo da liberdade e autonomia sindical. Por último, propõe algumas formas de ultrapassar os constrangimentos à atividade sindical, enfatizando a importância de sindicatos fortes nas sociedades democráticas que trabalhem para reduzir as desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Sindical. Reforma Trabalhista. Direito Coletivo.

1 INTRODUÇÃO

Sancionada em julho de 2017, e em vigor desde novembro daquele ano, a lei 13.467/17, conhecida como reforma trabalhista, foi implementada com os objetivos declarados de aumentar o número de postos de trabalho e a formalização dos vínculos no Brasil (Filgueiras, 2019).

A Reforma Trabalhista, que antes iria alterar apenas 7 artigos, acabou por modificar mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (Castilho, 2017). Nesse contexto é que foi aprovada pelo congresso nacional a Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com eficácia a partir de 11 de novembro de 2017 (Senise; Alvar, 2018).

A reforma trabalhista vem amplificar mudanças já instituídas na lei e na prática das relações de trabalho desde os anos 1990. Ela se insere numa perspectiva de flexibilização das relações de trabalho que, a pretexto de modernizar a legislação, reduz e retira direitos, aumentando a vulnerabilidade do trabalhador e incidindo negativamente sobre suas formas de organização sindical (Galvão; Krein; Biavaschi; Teixeira, 2017).

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: asanttos92@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

O sindicalismo, enquanto movimento social, necessita estar bem estruturado e desenvolver nos seus representantes consciência de classe para o fortalecimento das causas que defendem. Desse modo, para entender as origens dos sindicatos e do sindicalismo brasileiro é necessário considerar tanto a formação econômica e social do País, quanto sua identidade, o momento histórico em que e como se formou e, ainda, como se comporta a classe operária (Cruz, 2008).

Para Maurício Godinho Delgado e Aline Bessa, um caminho necessário para o fortalecimento do movimento sindical seria a superação do critério de especialização quando há disputas territoriais intersindicais, em favor da adoção do critério da agregação.

O objetivo deste trabalho é analisar a reforma trabalhista sancionada no Brasil em 2017. Os efeitos sobre a configuração dos elementos centrais da relação de emprego e sobre a organização sindical. A seguir, são enumerados alguns dos obstáculos encontrados pelo movimento sindical no exercício efetivo da liberdade e autonomia sindical. Por último, propõe algumas formas de ultrapassar os constrangimentos à atividade sindical, enfatizando a importância de sindicatos fortes nas sociedades democráticas que trabalhem para reduzir as desigualdades sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa será realizada a partir da revisão literária e as discussões doutrinárias já disponível sobre tema, investigação do impacto produzido no sindicalismo pela implementação da referida reforma.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Sancionada em julho de 2017, e em vigor desde novembro daquele ano, a Lei Nº 13.467/17, conhecida como reforma trabalhista, foi implementada com os objetivos declarados de aumentar o número de postos de trabalho e a formalização dos vínculos no Brasil (Filgueiras, 2019).

A Reforma Trabalhista, que antes iria alterar apenas 7 artigos, acabou por modificar mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (Castilho, 2017). Nesse

contexto é que foi aprovada pelo congresso nacional a Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, com eficácia a partir de 11 de novembro de 2017.

A reforma trabalhista vem amplificar mudanças já instituídas na lei e na prática das relações de trabalho desde os anos 1990. Ela se insere numa perspectiva de flexibilização das relações de trabalho que, a pretexto de modernizar a legislação, reduz e retira direitos, aumentando a vulnerabilidade do trabalhador e incidindo negativamente sobre suas formas de organização sindical (Galvão; Krein; Biavaschi; Teixeira, 2017).

Foi introduzida uma série de medidas específicas que afectam os elementos centrais da relação de trabalho, tais como a promoção de formas contratuais atípicas (contratos a termo, contratos parciais, prorrogação do período de contratos temporários), flexibilidade de trabalho, etc. Horário de trabalho (bancos de horas, liberalização do trabalho dominical), remuneração variável (fim da política salarial, fim da indexação dos salários mínimos, introdução de regimes de participação nos lucros e pagamento de salários de serviços públicos) e introdução de mecanismos privados de resolução de conflitos (mediação, Comissão de Arbitragem e Conciliação Prévia).

O processo dialético de desenvolvimento da sociedade contemporânea apresenta avanços e recuos, imbricado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse processo, a luta dos trabalhadores por mais direitos encontra protagonismo, atuando como motor da história, e o ser coletivo – o sindicato – torna-se imprescindível para assegurar a equivalência na disputa entre o sujeito trabalhador, que busca novas conquistas civilizatórias, e o capital, que visa a acumulação de lucros (Lemos, 2022).

No Brasil, o processo histórico de reconhecimento do trabalhador como sujeito de direitos apresenta obstáculos peculiares, derivados da própria conformação da sociedade brasileira, na qual a superexploração da força de trabalho escravizada e a desigualdade social atuaram como elementos estruturantes. Uma vez que somente duas gerações nos separam do tempo em que se admitia a escravidão, a naturalização da exploração da mão de obra barata (Biavaschi, 2007) e o preconceito contra os trabalhadores e a sua organização – os sindicatos – , fazem parte do imaginário da sociedade, influenciada pelos valores das classes dominantes, e são fatores que devem ser considerados quando da análise dos desafios e limites do sindicalismo do século XXI (Lemos, 2022).

O sindicalismo, enquanto movimento social, necessita estar bem estruturado e desenvolver nos seus representantes consciência de classe para o fortalecimento das causas que defendem. Desse modo, para entender as origens dos sindicatos e do sindicalismo brasileiro é necessário considerar tanto a formação econômica e social do País, quanto sua

identidade, o momento histórico em que e como se formou e, ainda, como se comporta a classe operária (Cruz, 2008).

Com as mudanças no mundo do trabalho brasileiro, especialmente as advindas com a Reforma Trabalhista (Brasil, 2017), estruturou-se uma conjuntura de precarização dos direitos dos trabalhadores, assim como de enfraquecimento sindical. Partindo da premissa de que o sindicato é a expressão coletiva dos trabalhadores, questiona-se se a forma com que os sindicatos se estruturaram no Brasil e seu histórico de atuação influenciaram para que fossem instauradas normas flexibilizadoras dos direitos trabalhistas.

A liberdade sindical decorre do corolário previsto no art. 5.º da Carta Magna, que estabelece a liberdade de associação como direito fundamental, garantia que foi reiterada no art. 8.º, V, especificamente em relação aos sindicatos. Por intermédio desses preceitos os trabalhadores têm o direito de se associarem ou não a um sindicato, desde que, nos termos da decisão constitucional, o trabalhador se associe a somente um sindicato, representativo da sua categoria profissional, dentro de uma base territorial mínima de um município, conforme art. 8.º, II, da Constituição Federal (Delgado, Meneses, 2022).

Trata-se, portanto, de uma liberdade que não é absoluta, como todo direito, e da qual deriva também deveres, como o de cumprir e respeitar o conteúdo normativo das convenções e acordos coletivos resultantes das negociações coletivas, cujo resultado implica em benefícios para todos os trabalhadores da categoria, associados ou não ao sindicato (Delgado, Meneses, 2022).

Os diferenciais de poder observados entre capital e trabalho nas relações laborais pressupõem a existência de sindicatos fortes para manter o equilíbrio nestas relações.

Para Maurício Godinho Delgado e Aline Bessa, um caminho necessário para o fortalecimento do movimento sindical seria a superação do critério de especialização quando há disputas territoriais intersindicais, em favor da adoção do critério da agregação.

O critério da especialidade, atualmente prevalecente, têm contribuído para a pulverização do movimento sindical, reduzindo o poder negocial. Segundo o IBGE, em 1987 existiam 9.118 sindicatos registrados no Brasil, sendo que em 2001 o número subiu para 15.961, com 10.262 sindicatos registrados somente na área urbana. Para os autores, outra medida necessária seria o reconhecimento da contribuição negocial, chamada também de cota de solidariedade, devidamente aprovada em assembleia. Tal medida que se coaduna com a estrutura sindical única de representação que estende os benefícios da negociação coletiva à todos os trabalhadores da categoria favorecidos pela convenção ou acordo coletivo, ou sentença normativa, no caso de decisão judicial sobre dissídio coletivo ajuizado pelo

sindicato. Tais medidas não necessitam de qualquer alteração legislativa para serem adotadas, bastando uma interpretação judicial ou jurisdicional, pois se adequam perfeitamente ao espírito inclusivo e democrático da Constituição Federal (Delgado, Meneses, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jovem democracia brasileira é frequentemente abalada pela violência golpista, mas o movimento sindical, igualmente jovem e em construção, está repleto de contradições. Por um lado, a liberdade e autonomia dos sindicatos garantidas pela Constituição Federal de 1988 é uma grande conquista para a sociedade, mas por outro lado, o comportamento antissindical e uma série de restrições ao seu efetivo exercício permanecem um desafio à sua consolidação como elemento essencial da democracia.

Embora o movimento sindical brasileiro seja frágil devido a fatores complexos, as reformas trabalhistas implementadas em 2017 enfraqueceram significativamente o movimento sindical, acabando com a principal fonte de financiamento dos sindicatos e enfraquecendo o papel dos sindicatos nas negociações de direitos, que muitos deles repassaram ao União. O escopo das transações na área pessoal.

Entendendo e valorizando desta forma, todos podemos nos tornar condutores e grandes transformadores da realidade social cujas proteções estão sendo corroídas por esta infeliz reforma trabalhista, esta abordagem regressiva e excludente que sublinha os mecanismos de desigualdade social, tem movido o Brasil. Não atinge um dos objetivos mais preciosos e precisos da República contidos na Carta de 1988: uma sociedade justa, igualitária e unida.

REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, M. B. **O Direito do Trabalho no Brasil: 1930-1942**. A construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007. p. 294-295.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-publicacaooriginal-153369-pl.html>. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Séries históricas da Pesquisa Sindical**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/media/com_materialdeapoio/arquivos/2189c25baf18d9b9967f568632e1bca5.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

CASTILHO, P. C. B. de. **Dados da Reforma Trabalhista de 2017**. Disponível em: www.advocaciapaulobaria.com.br/images/Palestras/Reforma-trabalhista.pptx. Acesso em: 28 ago. 2023.

CRUZ, H. L. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. (Tese de doutorado) - Universidade de Brasília, Repositório UnB, 2008.

DELGADO, M. G.; MENESES, A. B. A Constituição Federal de 1988 e o sindicalismo no Brasil. Avanços democráticos e desafios persistentes. *In*: DELGADO, M. Go... [et al.]. **Democracia, Sindicalismo e Justiça Social: parâmetros estruturais e desafios do século XXI**. São Paulo: JusPodium, 2022.

FILGUEIRAS, V. A. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, J. D.; ABÍLIO, L.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. *In*: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

LEMOS, M. C. de A. M. **Sindicatos no Brasil do Século XXI: Limites e Desafios**. Brasília, 2022.

MANZANO, M.; CALDEIRA, C. D. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. *In*: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

SENISE, R.; ALVAR, M. V. Q. **A Neoliberal Reforma Trabalhista 2017 no Brasil: Instrumento de Desmantelamento da Solidariedade Social – Não a Tecnologia**. Lisboa, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2018.v4i2.4983>. Acesso em: 29 ago. 2023.

**O DIREITO À HERANÇA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO
FECUNDADO *POST MORTEM***

*Stefany Taina Nunes de Oliveira*¹

Enzo Marco Nunes de Oliveira

*Humberto César Machado*²

RESUMO: Tendo em vista que há uma expressiva e crescente procura pela reprodução humana assistida, pesquisa-se sobre o direito à herança do embrião criopreservado a fim de analisar se há possibilidade do embrião, ao ser fecundado após a morte do genitor, herdar de forma legítima. Para tanto, é necessário transpassar pela origem e espécies de reprodução humana assistida, analisar as disposições do Conselho Federal de Medicina - CFM e a base geral do direito sucessório brasileiro, partindo, então, para a análise do possível reconhecimento dos direitos sucessórios do embrião criopreservado. Realiza-se, então, uma pesquisa de natureza dedutiva, com método procedimental bibliográfico, utilizando principalmente fontes secundárias, como doutrinas, artigos e legislações, tendo como foco a coleta de dados mista, por utilizar conceitos teóricos e estatísticas de Reprodução Humana Assistida publicadas pelo Sistema Nacional de Produção de Embriões – SisEmbrio.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Civil. Sucessão. Reprodução assistida. Fecundação *In Vitro*. *Post mortem*.

1 INTRODUÇÃO

As técnicas de reprodução humana assistida vêm desempenhando um papel fundamental para auxiliar àqueles que buscam um planejamento familiar e não tem possibilidades de fazê-lo por meios biológicos tradicionais. Em meio a essas técnicas, é destacada a Fertilização *In Vitro*³ – FIV, que se baseia na fecundação dos gametas masculino e feminino em ambiente laboratorial.

Em decorrência dessas intervenções clínicas no auxílio da reprodução humana, para complementar o tratamento feito por meio da FIV, é utilizada a técnica de criopreservação que possibilita o armazenamento dos embriões excedentários, para que possam ser

¹ Acadêmica do 10º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: stefanyoliveira.jus@gmail.com.

² Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Pós Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO (2006), E-mail: Humberto.cesar@unifan.edu.br.

³ Termo em latim para “dentro do vidro”. Trata-se de estudo realizado fora de um organismo vivo, no caso, em ambiente laboratorial.

implantados em momento futuro. Nesse sentido, a presente pesquisa visa investigar se o embrião criopreservado, ao ser implantado após a morte do genitor e nascer com vida, possui legitimidade para sucedê-lo.

A temática acerca do direito sucessório do embrião criopreservado se justifica pela sua importância na atualidade, visto que há uma crescente procura na utilização de técnicas de reprodução assistida. Observa-se que no Brasil, no ano de 2020 o número de criopreservações era de 81.482, enquanto que no ano de 2021 este número subiu para 105.446, ocorrendo um aumento de 29% no número de criopreservações, conforme é demonstrado no 14º Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões (SisEmbrio).

Esse aumento, observado a partir de um parâmetro jurídico, demonstra a necessidade de discussão sobre o tema, visto que há uma problemática envolvendo a inércia legislativa sobre a reprodução assistida. Essa falta de normatização pode dificultar a tomada de decisões pelos tribunais em casos concretos envolvendo a sucessão de bens, levando a interpretações divergentes e resoluções conflitantes, bem como ocasionar insegurança jurídica na proteção dos direitos desses embriões ao nascerem com vida.

Dessa forma, o objetivo central dessa pesquisa é analisar se o embrião criopreservado implantado após a morte do genitor possui legitimidade para herdar, levando em consideração a falta de legislação específica. Para que o objetivo central seja atendido, será necessário compreender as técnicas de reprodução assistida, abordando a sua historicidade até o cenário atual, logo após analisar as resoluções do Conselho Federal de Medicina - CFM e a sistemática do direito sucessório brasileiro até chegar às questões relacionadas às divergências doutrinárias quanto ao início da vida e as formas de reconhecimento e garantias dos direitos sucessórios do embrião.

A estrutura de organização da pesquisa esta dívida em três seções, na primeira será investigado a historicidade e as técnicas da reprodução assistida, na segunda serão estudadas as disposições do CFM e a base geral do direito sucessório brasileiro, enquanto que na terceira seção será abordado o possível reconhecimento dos direitos sucessórios do embrião criopreservado fecundado *post mortem*⁴.

⁴ Termo em latim para “posterior à morte”.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza dedutiva, com método procedimental bibliográfico, utilizando principalmente fontes secundárias, como resoluções do Conselho Federal de Medicina e doutrina, tendo como foco a coleta de dados mista, por utilizar conceitos teóricos e estatísticas de Reprodução Humana Assistida publicadas pelo Sistema Nacional de Produção de Embriões – SisEmbrio.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

No sistema jurídico brasileiro, há uma presunção de paternidade estabelecida para crianças concebidas por meio de técnicas de reprodução assistida, e a relação parental é atribuída aos filhos nascidos por manipulação de material genético em laboratório. Contudo, o princípio da igualdade entre os filhos proíbe qualquer tratamento desigual entre eles. Apesar disso, em questões de herança, há discussões em torno da legitimidade de sucessão dos embriões (Tepedino; Nevares; Meireles, 2021).

Nesse contexto, há três perspectivas doutrinárias importantes. A primeira, conhecida como exclusivista ou restritiva, sustenta que a técnica de reprodução assistida após a morte é inviável e nega qualquer direito sucessório ao filho concebido dessa maneira, argumentando que a morte revoga qualquer consentimento prévio para o uso do material genético congelado. A segunda corrente doutrinária é chamada de relativamente exclusivista, pois defende que o filho concebido não tem capacidade para herdar os bens do genitor, mas deve ter seu parentesco reconhecido. Por fim, a terceira corrente entende que o planejamento familiar é realizado enquanto ambos os pais estão vivos e que seus efeitos permanecem após a morte (Dias, 2021).

Maria Berenice Dias indica que a tendência na doutrina é rejeitar o vínculo sucessório quando a implantação do embrião ocorre após a abertura da sucessão. Isso se deve ao fato de que, de acordo com o princípio de *saisine*, é necessário que pelo menos um herdeiro já tenha sido concebido para que a transferência da herança ocorra. No entanto, há autores que defendem a possibilidade de reconhecer o direito sucessório em casos específicos, como quando a concepção *in vitro* já ocorreu no momento da morte do genitor, mesmo que a implantação ocorra posteriormente (Dias, 2021).

Apesar de a Resolução nº 2320/2022 do CFM permitir a reprodução assistida post mortem, ela exige a “autorização prévia específica do (a) falecido (a) para o uso do material biológico criopreservado, de acordo com a legislação vigente”. É importante salientar que, embora a Resolução determine a necessidade de autorização de acordo com a legislação em vigor, ainda não existe uma legislação clara sobre a legitimidade sucessória do embrião criopreservado que é implantado após a morte do genitor por meio de reprodução assistida. Essa falta de regulamentação jurídica acarreta muita incerteza e abre espaço para interpretações conflitantes, o que pode resultar na insuficiente proteção dos direitos do embrião (CFM, 2022).

O Enunciado nº 633, aprovado na VIII Jornada de Direito Civil, promovida pelo CJF, estabelece que é possível utilizar a técnica de reprodução assistida póstuma por meio da maternidade de substituição, desde que haja um consentimento claro e inequívoco expressado pelo genitor em vida. Entretanto, recentemente, a Quarta Turma do STJ restabeleceu uma sentença que proibiu a implantação de embriões criopreservados em uma viúva, afirmando que tal procedimento depende do consentimento explícito e inequívoco do falecido. Portanto, é permitido realizar a reprodução assistida post mortem e a implantação do embrião criopreservado após a morte do genitor, desde que haja o consentimento do falecido. A presunção de paternidade é superada pelo artigo 1.597 do Código Civil.

No que diz respeito aos direitos sucessórios, o artigo 1.798 do Código Civil determina que “legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão”. Farias e Rosenvald defendem que o artigo 1.798 não faz distinção entre concepção uterina e laboratorial, e, portanto, esta última está incluída no direito hereditário estabelecido pelo Código Civil (Farias; Rosenvald, 2017).

Porém, é necessário salientar que a legislação brasileira considera a concepção como sendo a fixação do embrião na parede do útero, processo conhecido como nidação. O Enunciado nº 267, aprovado na III Jornada de Direito Civil pelo Conselho da Justiça Federal, amplia a possibilidade de herança para os embriões gerados por meio de técnicas de reprodução assistida, desde que sejam respeitadas as regras estabelecidas para o recebimento da herança.

De acordo com a Constituição Federal e o Código Civil brasileiro, os filhos, independentemente de terem sido concebidos antes ou depois da morte do genitor, têm direito à herança e devem receber tratamento igualitário. Conforme o artigo 1.799 do Código Civil, é permitido que filhos ainda não concebidos sejam considerados herdeiros, desde que a pessoa indicada pelo testador esteja viva no momento da abertura da sucessão.

No entanto, há um debate em relação à possibilidade de o testador beneficiar sua prole eventual em detrimento de sua prole já existente, uma vez que a lei exige que a pessoa indicada no testamento esteja viva no momento da abertura da sucessão. Alguns argumentam que se o testador pode deixar sua herança para a prole eventual de terceiros, então também deveria poder fazê-lo em relação à sua própria prole (Tartuce, 2023) .

É importante ressaltar que existem outras alternativas para garantir os direitos sucessórios das crianças concebidas após a morte do genitor. Entre essas opções, estão a substituição fideicomissária e a petição de herança. A substituição fideicomissária é uma disposição testamentária na qual o testador nomeia uma pessoa como legatário ou herdeiro, mas estipula que, em determinada condição, essa pessoa deverá transferir o legado ou a herança a outra pessoa indicada pelo testador. Já a petição de herança é um meio para que um filho nascido após a morte do seu genitor possa ingressar judicialmente e reivindicar seus direitos sucessórios.

Para embriões criopreservados implantados após a morte do genitor, o Enunciado nº 267 da III Jornada de Direito Civil prevê a extensão da vocação hereditária a esses embriões, permitindo que, uma vez que o embrião seja implantado no útero e ocorra o nascimento com vida, o filho possa ingressar judicialmente para reivindicar seus direitos sucessórios. Para estabelecer a pré-condição de hereditariedade, é possível entrar com uma petição de herança e uma ação de investigação de paternidade. Além disso, o artigo 1.824 do Código Civil autoriza o herdeiro a ingressar com uma ação de petição de herança para reivindicar seus direitos sucessórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema demonstrou grande relevância nos dias atuais, pois conforme apontado pelos relatórios do SisEmbrio, o número de criopreservação vem aumentando significativamente, tornando necessário garantir os direitos dos embriões criopreservados, para que não sofram com incertezas e conseqüentemente, insegurança jurídica no que concerne aos seus possíveis bens a serem sucedidos. Nesse sentido, buscou investigar se haveria possibilidade do embrião criopreservado herdar de forma legítima após a morte do genitor, haja vista do contexto normativo atual, uma vez que não há legislação específica sobre a reprodução assistida.

Diante disso, a pesquisa consolidou o objetivo geral de analisar se o embrião criopreservado implantado após a morte do genitor possui legitimidade para herdar, o qual foi

satisfatoriamente atendido. Apesar de haver uma inércia legislativa frente o assunto e que por esse motivo é possível encontrar divergências jurisprudenciais e doutrinárias, foi possível observar que um embrião implantado após o óbito do genitor pode herdar seus bens, seguindo as disposições testamentárias, estando apto a receber a herança legalmente estabelecida.

Contudo, se faz necessário destacar que ainda não há legislação específica para o assunto, apesar das disposições e interpretações apresentadas na presente pesquisa para a sua resolução, sendo necessária a devida regulamentação, a fim de atender de forma satisfatória o tema em questão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1998. Brasília, DF.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.320**, de 1 de setembro de 2022. Brasília, DF, 20 set. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 7. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Sucessões**. v. 7. Editora JusPodivm, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. v. 6. 16. ed. São Paulo: Editora Grupo GEN, 2023.

TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Venceslau. **Fundamentos do direito civil: direito das sucessões**. 2. ed. [Coordenação de Gustavo Tepedino]. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

O DIREITO A MORADIA COMO GARANTIA DO DIREITO SOCIAL

Dercino Pereira da Costa¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O Direito a Moradia é um direito social e fundamental inerente à pessoa, a sua não efetivação propicia a violação a inúmeros outros direitos e valores que visam assegurar a dignidade do ser humano, ou seja, uma série de direitos sociais e fundamentais para ter uma vivência digna na sociedade. Desde meados do século XX, o Direito a Moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela declaração universal dos Direitos Humanos. No Brasil, o Direito a Moradia é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e é uma competência comum da união dos estados e dos municípios. A eles cabe promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 prevê, em seu artigo 6º, quais os direitos sociais, além de outros direitos sociais elencados.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Moradia. Direito Social. Constituição.

1 INTRODUÇÃO

O direito à moradia é, basicamente, o direito de ter um lar. Essa questão pode parecer básica a quem já tem estabelecido um lar próprio; seja ele a casa própria ou alugada. Mas a moradia, a propriedade, a habitação, são problemas e questões tratadas historicamente em diversos âmbitos, do jurídico ao governamental, passando inclusive pela medicina (Souto, 2021).

Para se entender, vamos falar sobre o direito à moradia num sentido mais amplo: o global. Desde meados do século XX, em 1948, o direito à moradia passou a ser considerado um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deu o estopim para o começo da Organização das Nações Unidas. Portanto, desde essa época, o direito à moradia é considerado um direito humano universal, isto é, todas as pessoas devem ter acesso – entre os países integrantes da ONU (Bonduki, 2015).

O Brasil, como membro da ONU, assina embaixo do que diz a Declaração dos Direitos Humanos: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: dercino10@hotmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis (Lobo, 2022).

Isso porque os tratados e acordos internacionais assinados pelo Estado brasileiro têm força de lei, fazendo ser obrigatório o seu cumprimento dentro do nosso território.

Além da declaração da ONU, o Brasil também integra o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que foi promulgado em 1996. O Pacto diz que os Estados que o assinaram “reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (Cassettari, 2022).

O direito à moradia propriamente dito não está na Constituição desde a sua implementação, mas passou a ser um direito constitucional no ano de 2000, quando a Emenda Constitucional nº 26 foi incorporada a ela. A lei diz o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Lobo, 2022).

Sabemos que internacionalmente, o Brasil assinou embaixo do direito à moradia. Nacionalmente, também. Desde 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, o assunto de habitação esteve presente, mas não detalhadamente (Souto, 2021). Ao falar sobre a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”; já trata sobre o assunto de moradia, mesmo que teórica e brevemente. Também ao dispor sobre requisitos do salário mínimo, afirma-se que o valor deve ser “capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia e alimentação” (Cassettari, 2022).

Um dos motivos para a inclusão do direito à moradia na Constituição é a associação direta dele com o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio é um dos mais importantes dentro das nossas leis – assim como no mundo inteiro – e serve como reflexão para várias questões, como: o quão necessário é ter direito a uma casa, um lar com requisitos básicos à sobrevivência, para que se viva com dignidade. Ao relacionar a necessidade de uma moradia com a aquisição de uma vida digna, entende-se o direito à moradia como um direito social – que vai além do individual e, por isso, é relevante para toda a sociedade (Bonduki, 2015).

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do trabalho será fundamentada pelo método científico hipotético-dedutivo, com pesquisas bibliográficas utilizando das contribuições dos diversos autores que trabalham com a temática, desenvolvida por meio de pesquisa em livros, artigos, trabalhos científicos, entre outros.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A Convenção Americana de Direitos Humanos, em seu artigo 26, prediz que “os Estados Partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados”. Com isso, percebe-se que os direitos humanos possuem um imensurável valor e ocupa considerável preocupação para as autoridades internacionais (Tartuce, 2022).

Diante da situação brasileira, ao se ver tantas famílias vivendo indignamente, faz-se necessário o clamor por resoluções desta problemática pois grande parte da população brasileiras vivem em difíceis situações, falta-lhes água, energia, saneamento básico, isto quando não lhes faltam a própria moradia, pois existem muitas famílias que não possuem um lugar para morar. A falta de políticas públicas e a crise econômica vivenciada no país cooperam para o aumento da pobreza. Com isso, fica cada vez mais difícil um lugar para morar dignamente. Pesquisas apontam que existem cerca de 30 milhões de sem teto no país (Souto, 2021).

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico (Pinheiro, 2016). As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Com isso, para que

se resolva o problema da falta de moradia no país, é necessário que se implemente políticas sociais redistribuindo os benefícios sociais e visando a diminuição das desigualdades sociais (Gonçalves, 2022).

Todos têm direito à moradia digna e isto já está consagrado na Constituição Federal, todos são merecedores de uma existência digna, portanto, torna-se o direito à moradia um pressuposto para a dignidade da pessoa humana, pois reduz a desigualdade e a pobreza, aumentando assim, a autonomia individual de cada pessoa, isto exalta a Constituição de um país e cabe ao Estado fazer cumprir o papel de garantidor do direito à moradia como um direito humano, para que o cidadão viva de forma digna e autônoma (Lobo, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, todos têm direito à moradia digna e isto já está consagrado na Constituição Federal, todos são merecedores de uma existência digna, portanto, torna-se o direito à moradia um pressuposto para a dignidade da pessoa humana, pois reduz a desigualdade e a pobreza, aumentando assim, a autonomia individual de cada pessoa, isto exalta a Constituição de um país e cabe ao Estado fazer cumprir o papel de garantidor do direito à moradia como um direito humano, para que o cidadão viva de forma digna e autônoma.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: Revisão histórica e novas perspectivas do governo Lula. *In*: DICKMANN, I.; DICKMANN, I. (Orgs.). **A questão da habitação popular**. Curitiba, PR: Base Editorial, 2015. p. 141-173.

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596243/>. Acesso em: 08 set. 2023.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Volume 1**. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596212/>. Acesso em: 08 set. 2023.

LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil** Volume 4 - Coisas. Editora Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596885/>. Acesso em: 08 set. 2023.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: direito das coisas. v.4. Editora Saraiva, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628274/>. Acesso em: 08 set. 2023.

PINHEIRO, João. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, MG: FJP, 2016.

SOUTO, Fernanda R. *et al.* **Direito das Famílias**. Grupo A, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901473/>. Acesso em: 08 set. 2023.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Coisas. v. 4. Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643486/>. Acesso em: 08 set. 2023.

O DIREITO E O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA OS ANIMAIS DOMÉSTICOS “CÃES E GATOS”

*Rayane Eterna da Silva*¹

*Ana Celuta Fulgêncio Taveira*²

RESUMO: No ano de 2020 foi sancionada a lei nº 14.064 alterando a lei nº 9.605, um novo texto normativo que aumenta a punição para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais. Conforme a nova legislação, a pena agora vai de dois a cinco anos de prisão, além de multa e a proibição de guarda de novos bichos. O direito dos animais ou movimento em defesa destes direitos desponta como um novo e fundamental ramo do direito, protegendo estes seres vivos como forma de proteger não apenas o meio ambiente, o ecossistema e evitar extinção de diversas espécies, mas também seus direitos fundamentais como a vida, liberdade e o respeito, coibindo atos de violência, crueldade e maus tratos. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de questionar e analisar criticamente a visão antropocêntrica arraigada na sociedade e no sistema legal, busca-se entender como essa visão afeta o tratamento dos animais domésticos, muitas vezes sujeitos a maus-tratos e negligência.

PALAVRAS-CHAVE: Jurisprudência; Maus tratos; Animais Domésticos.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o contexto sociológico, filosófico e jurídico que distingue o ser humano de outros seres vivos, é possível hipotetizar que a visão antropocêntrica profundamente enraizada na sociedade influencia de maneira significativa a falta de proteção e os maus-tratos aos animais domésticos. Esta visão, que coloca o ser humano como superior a todas as outras espécies, pode estar contribuindo para a ineficácia das leis e políticas de proteção animal e para a perpetuação de comportamentos prejudiciais em relação aos animais domésticos. Para testar essa hipótese, a pesquisa investigará a relação entre a visão antropocêntrica, as práticas de maus-tratos aos animais domésticos e a eficácia das leis de proteção animal.

A pesquisa sobre o direito ao combate aos maus-tratos de animais domésticos se mostra fundamental e oportuna diante do contexto sociológico e filosófico que permeia as ciências, em especial a Ciência do Direito. Como observado por Lourenço (2016), há uma divisão clara estabelecida para distinguir o ser humano de outros seres vivos, apesar de

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: silvarayane19944@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

pertencermos todos à mesma cadeia biológica do planeta Terra. A condição de “animal” nunca é atribuída à espécie *Homo sapiens*. Isso resulta em uma tendência da sociedade em considerar a condição humana como o padrão para todas as ações e medidas, relegando os demais seres vivos a uma categoria distinta, frequentemente referida como “animais não-humanos” em obras acadêmicas.

Essa distinção, conforme Lagune (2018), é muitas vezes baseada em características, similaridades ou peculiaridades dos animais, que são classificados através da taxonomia, a ciência da identificação das espécies. No entanto, essa diferenciação tem implicações profundas, especialmente quando se trata de considerar os direitos e proteções legais dos animais domésticos. Enquanto a biologia busca semelhanças estruturais e genéticas entre humanos e animais, teorias filosóficas, como apontado por Fodor (2016), frequentemente os distanciam, alimentando uma percepção social de inferioridade associada aos animais não-humanos, já que essa percepção influencia diretamente o Direito, uma ciência social que reflete as normas e valores da sociedade.

Neste sentido, é necessário observar a seguinte jurisprudência:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DELITO DE MAUS-TRATOS CONTRA **CÃES E GATOS**. LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO POR POLICIAIS MILITARES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ACUSADO. AGRAVO DESPROVIDO 1. Consoante recente entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, não há ilegalidade na lavratura de termos circunstanciados por polícias civis ou militares (ADI 5.637/34, Plenário, sessão virtual de 4.3.2022 a 11.3.2022.) 2. A confecção de termo circunstanciado, quando na verdade seria hipótese de auto de prisão em flagrante, é situação notoriamente mais benéfica ao investigado, razão pela qual não há como se reconhecer a nulidade pura e simplesmente para fins de macular eventual processo (princípio do *pas de nullité sans grief*). 3. Agravo regimental desprovido.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de questionar e analisar criticamente essa visão antropocêntrica arraigada na sociedade e no sistema legal. Busca-se entender como essa visão afeta o tratamento dos animais domésticos, muitas vezes sujeitos a maus-tratos e negligência. Além disso, pretende-se explorar possíveis alternativas e estratégias legais para promover um tratamento mais ético e humano dos animais domésticos, reconhecendo seus direitos e necessidades como seres sencientes que compartilham conosco o planeta Terra. A pesquisa visa, assim, contribuir para um debate informado e uma mudança positiva nas políticas e na legislação relacionadas aos animais domésticos.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi constituído através de uma revisão da literatura de aspecto descritivo, que tem como objetivo fornecer conhecimentos para contextualizar a significância do problema e resolver discutindo possíveis soluções. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados online e Google Acadêmico, para fundamentação teórica e discussão do tema.

Para a realização de uma pesquisa bibliográfica de qualidade, o primeiro passo é localizar a terminologia autorizada e reconhecida mundialmente. O descritor controlado é parte de um vocabulário estruturado e organizado para facilitar o acesso à informação. Esses vocabulários são usados como uma espécie de filtro entre a linguagem utilizada pelo autor e a terminologia da área.

Como critério de inclusão foram utilizados artigos, publicados sobre o tema disponíveis nas plataformas acadêmicas citadas, publicados nos últimos 10 anos, escritos em português e em inglês. Como critério de exclusão, foram excluídos estudos de revisão bibliográfica, monografias, livros, trabalhos de conclusão de curso e boletins epidemiológicos publicados fora do período especificado.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Na pré-história, os homens e os lobos tinham uma relação amigável, diga-se até, de parceria, quando na caça o ser humano abatia grandes animais e deixava os restos para os lobos. Em contrapartida, os lobos protegiam as cavernas de ataques de outros animais ou outras tribos humanas (Souza, 2021).

Na perspectiva de Jean Jaques Rousseau, em seu livro Discurso sobre desigualdade em 1754, onde pela primeira vez se falou sobre o animal como sujeito de direitos, em um comparativo de que o ser humano, não passara também de um animal, ainda que detento de liberdade e inteligência, e sendo os animais também possuidores de sensações, eles também deveriam participar da esfera protetiva do direito natural, sendo, neste sentido, os seres humanos os responsáveis por prover esta proteção (Souza, 2021).

Já no século XVIII, o filósofo inglês Jeremy Bentham, lançou uma base, que até os dias atuais é utilizada pelos defensores das causas animais, de que, não necessariamente necessita ser provado que os animais são seres pensantes e inteligentes, basta saber que eles

sentem dor e são passíveis de sofrimento, devendo então ser levada em consideração o fato de poder sofrer e não o fato de poder pensar ou raciocinar (Levai, 2021).

Os animais são considerados pela Constituição Federal de 1988 como essenciais para o bem-estar e a dignidade das atuais e futuras gerações, já que integram o meio ambiente, que tem ampla proteção do Estado (Brasil, 1988). Com isso, no decorrer dos anos, os animais foram se tornando cada vez mais presentes nos lares brasileiros, cuidados por seus tutores como verdadeiros integrantes da família.

A situação jurídica dos animais foi elencada no Código Civil em 1916, ditando diretrizes que vigoram até os dias atuais, tratando os animais não humanos, como coisas, bens semoventes, objetos de propriedade e outros interesses alheios, em seu artigo 593 e parágrafos correspondentes. Atualmente a numeração dos artigos mudou, mas os preceitos continuam os mesmos, vale ressaltar a literalidade do atual artigo 82 do Código Civil (Silva, 2020).

No ano de 1934 foi sancionado o decreto 24.645, que estabeleceu medidas de proteção aos animais, e que no bojo do seu artigo 3º, trazia um extensivo rol de atitudes que se consideravam como maus-tratos. Este foi revogado pelo decreto nº 11 de 1991, que foi revogado pelo 786 de 1993, que foi revogado pelo 1796 de 1996, que foi revogado pelo 2802 de 1998, que foi revogado pelo 3.382 de 2000, etc. Vale lembrar ainda as sanções na esfera penal. Em 1941 foi editada a Lei de contravenções penais, que, em seu artigo número 64, prontamente tipificou a prática de crueldade contra animais, como sendo uma contravenção penal. Esta medida futuramente foi também revogada, pela Lei dos Crimes Ambientais (Levai, 2021).

Em 1998, foi promulgada a Lei 9.605, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas da conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, em seu artigo 32, tipifica que, aqueles que praticarem os atos previstos no artigo, incorre em crime ambiental. O artigo prevê pena de detenção, de três meses a um ano, e multa, para quem “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, incorrendo nas mesmas penas aqueles que realizarem experiências que sejam dolorosas ou cruéis em animais vivos, mesmo que para fins didáticos ou científicos (Bernardi, 2021).

Caso o animal morra, a pena será aumentada de um sexto, a um terço. É indispensável ressaltar a proteção auferida pela Constituição Federal, ou Constituição Cidadã de 1988, que trouxe grande avanço no que concerne à legislação ambiental, pois em seu artigo 225, tratando do meio ambiente, que em seu § 1º, VII, afirma ser o papel Poder Público realizar a proteção da a fauna e a flora, sendo vedada na forma de lei, as práticas que coloquem em risco

a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade.

Contudo, existem questionamentos quanto ao entendimento do artigo 225 da Constituição Federal, uma vez que em seu teor, é tratado como “bem de uso comum” os animais silvestres, já que eles são partes da fauna Brasileira.

Entretanto, o ordenamento jurídico brasileiro vigente interpreta animais silvestres como bem de uso comum do povo (inciso VII, § 1º, do artigo 225 da Constituição Federal) 30e os domésticos como bens semoventes (artigo 82 do Código Civil) 31. Ou seja, as normas postas expressam o entendimento de que animais seriam objetos (Bernardi, 2021, p. 3).

Neste sentido, percebe-se que a carta magna determina que o Estado possui o dever de proteger a fauna existente, a partir do desenvolvimento de ações que busquem promover práticas de risco ao meio ambiente e que resultem no genocídio de espécies ou em atos de crueldade (Bernardi, 2021).

A Lei nº 9.605 de 1998, denominada de Lei de Crimes Ambientais que determina quais as sanções penais e administrativas que podem ser implementadas no caso de atividades que lesem o meio ambiente, bem como, oferecem outras determinações (Brasil, 1998).

Bernardi (2021) assevera que a supramencionada lei tem fundamentação na busca da tutela jurídica do âmbito animal em solo nacional implementando a tipificação de atos na seara criminal a fim de punir os indivíduos que cometam crimes contra o meio ambiente. Este é um marco muito importante, já que as condutas penais estabelecidas na lei, eram determinadas como simples contravenções penais.

Em comento, Silva (2020) afirma que em meio a toda a sistemática adotada no escopo normativo acima, não existe qualquer diferença de tratamento em relação aos animais silvestres, domésticos ou domesticados. O autor esclarece que podem ser compreendidos como animais silvestres, aqueles que se inserem em habitats nativos ou migratórios e que se se encontrarem fora dele, reagem a presença humana. Ainda, animal doméstico seria aqueles que dependem do ser humano estreitamente e domesticados, seriam aqueles que foram encontrados em seu habitat natural, mas foram inseridos no contexto humano e criaram uma relação de dependência com estes.

A Lei de Crimes Ambientais ainda determina no seu artigo 32, que a prática de qualquer abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domesticados ou domésticos, independentemente se sejam nativos ou exóticos resulta em uma pena de detenção de três meses a um ano, além da aplicação de multa (Brasil, 1998).

O parágrafo primeiro do artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais ainda determina uma qualificadora de conduta, quando qualquer ação tipificada no caput atingir cães ou gatos, determinando uma pena de reclusão de dois a cinco anos, aplicação de multa e a proibição de guarda do animal. Um ponto muito importante para o desenvolvimento do presente trabalho, já que de forma implícita, o diploma normativo reconhece a necessidade de guarda responsável de humanos para animais que são popularmente reconhecidos como domésticos (Bernardi, 2021).

O artigo 32 da Lei 9605 de 1998 dispõe acerca da possibilidade de cometimento de crime doloso em razão de quatro possibilidades de ação. Neste sentido, o crime pode ser cometido em face do animal silvestre, doméstico, domesticado ou nativo (exótico) a partir: de atos de abuso, ações de maus-tratos, ocorrência de ferimentos ou mutilações. A questão do óbito do animal encontra-se explícita no parágrafo segundo (Bernardi, 2021).

Em 2008 (após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional) ocorreu a criação da Leia Rouca (Lei 11.794/08), que criou o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA, sendo responsável por fazer o credenciamento de instituições de ensino técnico de nível médio da área biomédica e aos de ensino superior, para criação e utilização de animais remetidos para fins científicos, expedindo normas referentes aos cuidados dos animais (Levai, 2021).

É importante ressaltar que estas não são as únicas normativas que conferem salvaguarda aos seres vivos no território, visto que também englobam esse tópico regulamentos mais amplos, a exemplo daqueles que abordam os princípios e fundamentos no que tange ao bem-estar animal respaldado em outras nações. Além disso, é fundamental destacar que este tema não se esgota nem se restringe ao teor das leis, requerendo uma análise aprofundada da medida em que a sensibilidade, ou seja, a capacidade de sentir, pode ser considerada no momento de estabelecer um ordenamento jurídico voltado para o bem-estar dos animais (Bernardi, 2021).

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que também é utilizada no Brasil, não é uma lei específica, tampouco nacional, mas que tem aplicabilidade no território Brasileiro; é um exemplo de lei mais abrangente que pode ser utilizada na empreitada na proteção dos direitos dos animais. Ela determina que é necessário que haja o reconhecimento pela espécie humana de que as outras espécies que habitam o planeta possuem o direito a coexistir com as demais (Silva, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes termos, a necessidade de respeito do homem para com as outras espécies de animais se associam com o respeito que o próprio homem possui com os seus semelhantes, sendo necessário que desde da infância, sejam implementados ensinamentos relativos ao respeito com os animais.

Diante de todas as ponderações realizadas, percebe-se que a questão animal no Brasil caminha a passos lentos, já que por mais que existam regulamentações específicas acerca do tema, a eficácia das normas não se encontra integralizada. Apesar de todas estas medidas legais tomadas, a situação com a causa animal ainda é extremamente complicada. Muitos são os casos em que animais são mortos ou feridos, e a punição não é aplicada. É necessário atentar não só a feitura das leis, mas também a sua real efetividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BERNARDI, Natalya Fátima. **A (im)possibilidade de aplicação analógica do instituto da guarda compartilhada aos animais de estimação nos casos de divórcio e dissolução de união estável**. 2021. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

FODOR, Amanda Cesário. **A defesa dos direitos e dignidade dos animais não humanos como parte integrante do ordenamento jurídico brasileiro**. Monografia (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.

LAGUNE, Jade. **Direito dos animais sob os aspectos da guarda compartilhada e dano moral em caso de lesão do animal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LEVAI, Laerte Fernando. Maus-tratos a animais – Ações e reflexões. **Consulex**, v. 15, n. 358, 2021.

LOURENÇO, Daniel Braga. **As propostas de alteração do estatuto jurídico dos animais no ordenamento jurídico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

SILVA, Juliana Maria Rocha Pinheiro Bezerra da. **Curso de direito animal**. Natal: Edição do autor, 2020.

SOUZA, Célia Regina Nilander de. **O crime de crueldade contra animais não humanos à luz do bem jurídico-penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

O RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Kelle de Paiva Moisés

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

RESUMO: O presente artigo buscou analisar a legislação e doutrinas que dispõem sobre a multiparentalidade, tendo em vista que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser prevista a igualdade entre os filhos adotivos e os de sangue, por força do dispositivo previsto no art. 227, §6º. Dessa forma, o Estatuto da Criança e Adolescente possibilita a adoção de qualquer menor, visando o seu bem-estar e segurança dentro de um núcleo familiar, ressaltando o caráter irrevogável da adoção. Dentro desse aspecto, infere-se a relevância do reconhecimento da filiação socioafetiva decorrente do estado de posse de filho. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho tem por objetivo analisar o vínculo socioafetivo gerado entre a criança e o marido/companheiro da genitora, demonstrando a possibilidade de seu reconhecimento com a adição de mais uma pessoa na filiação, por força do Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de família. Proteção Integral. Multiparentalidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro em relação ao reconhecimento da multiparentalidade, sob a luz da Constituição Federal brasileira de 1988, do Código Civil, do ECA e, ainda, o amparo quanto ao Princípio Integral da Criança e do Adolescente, mostrando-se não aconselhável para a criança ser infligida com a ausência do pai, após a verificação de inexistência do vínculo biológico, com quem desenvolveu afeto e carinho.

Cabe ao Poder Judiciário, desta forma, buscar sempre o melhor para a criança, de modo que a manutenção da paternidade socioafetiva seja a medida mais ideal para o bem-estar do infante, reputando totalmente impossível a posterior desconstituição da paternidade registrada, nulidade do registro fundamentado, apenas, no término do relacionamento conjugal dos genitores, conforme adiante será explicitado.

Busca-se demonstrar a importância do reconhecimento da multiparentalidade dentro da instituição familiar, sob a luz das garantias constitucionais e da proteção à dignidade da pessoa humana, refletindo sobre as legislações brasileiras pertinentes ao tema para melhor delinear sua trajetória até a atual situação, com enfoque nos atuais entendimentos

jurisprudenciais e doutrinários acerca do tema, qual seja, os efeitos do reconhecimento da multiparentalidade no registro civil.

2 METODOLOGIA

Na elaboração do presente trabalho, o método de pesquisa será a pesquisa bibliográfica, na qual busca-se explicar um problema a partir de apresentação de referências teóricas de naturezas secundárias e terciárias. A metodologia aplicada visa analisar os conhecimentos científicos apresentados para que os objetivos estabelecidos na presente pesquisa sejam alcançados.

3 A INSTITUIÇÃO FAMILIAR E SUA ESTRUTURA SOCIAL

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, promoveu uma releitura dos princípios que regem os direitos da família. Tal diploma prevê, em seu preâmbulo, o bem-estar, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, ampliando os direitos humanos e direito à cidadania da população. Introduz, também, os princípios constitucionais, tais como os da Igualdade jurídica dos cônjuges, Princípio da Liberdade, da Afetividade e, o mais importante, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Dias (2022, p. 05) refere-se a esse tratamento que a Constituição dá para a família, ao dizer que “a Constituição Cidadã estabeleceu a maior reforma já ocorrida, pois, já em seu preâmbulo, assegura o direito à igualdade e objetiva ao Estado promover o bem de todos, sem preconceito de sexo”. Deste modo, depreende-se da leitura dos conceitos acima indicados que o conceito de família é complexo, posto que é alterado pelas variações no tempo e no espaço, modificando-se conforme a cultura e avanço dos povos, ou seja, não se trata de um conceito estático. Contudo, destaca-se o afeto como elemento que qualifica essas relações e coordena todos os efeitos, interferindo diretamente na estrutura familiar de cada indivíduo. Já Venosa (2022, p. 2) define que família, em um conceito amplo, “é o conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar”, e em conceito restrito, “compreende somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o pátrio poder”.

Importante destacar que a Constituição Federal equiparou as entidades familiares com a família, e que na concepção inicial é aquela formada entre marido e mulher, passando a conferir igual proteção legal às demais entidades. Em seu art. 226, §3 e 4, a Carta Magna passou a identificar a união estável e a família monoparental como entidade familiar, além das demais formas de convivência existentes na sociedade.

Embora exista a previsão legal apenas do casamento, da união estável e da família monoparental, o posicionamento jurisprudencial abrange também outras formas de relacionamentos afetivos, de caráter público e contínuo, conforme Lôbo (2017, p. 81-82) explica que a questão que se impõe diz respeito à inclusão ou exclusão dos demais tipos de instituição familiar. A análise detida leva ao convencimento da superação do *numerus clausus* desses grupos. A exclusão não está na constituição, mas na interpretação que se lhe dá.

Deste modo, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, conceitua-se família como uma instituição social constituída por indivíduos que apresentam laços afetivos e/ou sanguíneos, formada por duas ou mais pessoas, do mesmo sexo ou de sexos diferentes, independentemente de matrimônio, posto que já foi reconhecida a união estável como forma de entidade familiar

3.1 Da Proteção à Instituição Família

Atualmente, a família recebe *status* de entidade com proteção integral em âmbito internacional, considerando que constitui a base da sociedade, cabendo a todos os entes e organismos internacionais e nacionais garantir sua criação e manutenção. Essa proteção foi sendo fortalecida progressivamente, em conformidade com as mudanças sociais da época, de modo a preservar e fortalecer a entidade doméstica na sociedade, garantindo os direitos de constituir família, proteção aos filhos, etc.

Do mesmo modo, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, estabelece em seu art. 23 que: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e terá o direito de ser protegida pela sociedade e pelo Estado”. No âmbito nacional, foi a Constituição da República Federativa de 1988 que estipulou a proteção à família, com observância obrigatória dos princípios da igualdade, dignidade, pluralismo, conforme previsão do art. 226.

Coelho (2021, p. 35) aponta como uma das causas da mudança da família contemporânea a figura da mulher na sociedade. Destacam-se, também, as mudanças no tratamento da criança e do adolescente, que passaram a ser considerados com primazia

integral diante dos interesses dos adultos, além da possibilidade de as mães possuírem a guarda integral dos filhos, com toda responsabilidade pela educação e criação.

Já Venosa (2022, p. 18) afirma que: “[...] a família perde sua característica de unidade de produção, e sua função relevante passa a ser no âmbito espiritual, ficando responsável pelos ensinamentos de valores morais, afetivos, espirituais e da assistência recíproca entre seus membros”. Oliveira (2022, p. 270) também discorre sobre a função da família na sociedade atual: “[...] a família, atualmente, possui a função de garantir plena realização pessoal dos seus membros. É ambiente onde as pessoas encontram condições favoráveis ao desenvolvimento de suas aptidões, livres da ingerência do mundo exterior”.

Deste modo, o que se verifica é que a instituição familiar não apresenta mais como base as antigas regras impostas, devendo ser adequada à realidade cultural em que se vive, posto que o direito tem que ser dinâmico como a sociedade que regula. Ademais, deve-se ater às particularidades e os valores sociais que promovem a evolução dessa instituição, baseada no relacionamento a partir do afeto, substituindo definitivamente, a figura da família patriarcal e suas características de abuso de poder, autoritarismo e hierarquia por uma entidade que valorize o bem estar social de seus integrantes.

3.2 A Impossibilidade de Desconstituição do Vínculo Socioafetivo na Multiparentalidade

A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 estabelece, em seu princípio 6º a garantia da proteção à criança dentro do núcleo familiar, seja pelo Estado ou pelos integrantes da família. Para que a criança tenha um desenvolvimento completo e saudável, é necessário um ambiente de afeto e de segurança, tanto moral como material, ficando sob a responsabilidade dos pais os cuidados básicos, o respeito, o afeto e a compreensão. Dessa forma, é papel do Estado garantir a proteção da criança em sua própria família, devendo ser promovido o amparo e formação social e psicológica necessárias. Caberá também as autoridades públicas a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família.

Além disso, o Código Civil de 2002, em seu art. 1.634, trouxe modificações no que se refere ao exercício do poder familiar, de modo que família não se limita a um grupo de pessoas unidas por dividirem o mesmo código genético, prevendo a importância do vínculo de amor, companheirismo, apoio e afinidade entre os integrantes do grupo. Pacificou-se no ordenamento jurídico brasileiro a denominada “paternidade socioafetiva”, que consiste no reconhecimento dos vínculos de filiação entre o pai e o filho, mesmo que não dividam a carga genética, com base nos laços afetivos criados no núcleo doméstico, conforme preconizado no

art. 1.593, do CC/2002, que diz que: “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”.

A adoção “à brasileira”, dentro do contexto da paternidade socioafetiva, caracteriza-se pelo reconhecimento voluntário da maternidade/paternidade, na qual, não observando os procedimentos e trâmites legais para a adoção, o casal ou mesmo apenas um dos membros simplesmente registra a criança como se filho fosse. No Brasil, o sistema legal permite esse reconhecimento de filiação socioafetiva, tendo como elementos válidos os laços de afeto e convivência, independentemente dos laços biológicos.

O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, previsto constitucionalmente em seu art. 1º, inc. III é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, englobando o direito à identidade biológica e pessoal. Além disso, trata-se o reconhecimento do estado de filiação um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível. Nestes termos, tem-se que a mera vontade de desconstituir o vínculo socioafetivo não é causa suficiente para afastar a paternidade já constituída de forma estável. Não se pode permitir que isso ocorra, pois mesmo as relações entre pais e filhos biológicos podem sofrer conflitos, como brigas e discussões e nem por isso cogita-se a perda do vínculo familiar.

Caracterizada a ‘adoção à brasileira’, a desconstituição do registro de nascimento somente é admitida na hipótese de incidência do art. 1.604 e quando ainda não constituído vínculo de socioafetividade, esta já efetivada aqui, que dispõe que “ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”. O reconhecimento da paternidade socioafetiva prestigia os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da afetividade, visando sempre o bem estar e a proteção integral à criança e ao adolescente.

Deste modo, por força do artigo 1º da Lei 8.560/92, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências, tem-se que o reconhecimento de filiação constitui ato irrevogável, somente admitindo-se a sua revogação se houver comprovação da existência de vícios decorrentes do ato jurídico, entre eles, dolo, erro, coação, simulação ou fraude, nos termos do art. 138 e seguintes, do Código Civil de 2002.

Sobre o tema, Dias (2017, p. 436-437) salienta: “[...]. A jurisprudência reconhece que, quando alguém faz o reconhecimento espontaneamente de uma criança como seu filho, não é permitida a anulação desse registro de nascimento, considerando-o irrevogável, desde que não haja erro ou falsidade. Mesmo que a lei permita a anulação em casos de erro ou falsidade, alegar falsidade do registro feito voluntariamente não é aceitável. Portanto, uma vez que

alguém registra uma criança como seu filho, conhecendo a verdadeira filiação, essa ação impede a posterior anulação”.

Sob o mesmo fundamento, o Informativo de Jurisprudência do STJ, nº 352 de 2017, esclarece que a filiação estabelecida por vontade voluntária para reconhecimento da paternidade, especialmente quando há um vínculo emocional que persiste por mais de uma década, não pode ser desfeita com base em um exame de DNA negativo, pois o ato de reconhecimento de um filho é irrevogável, a menos que haja erro em relação à identidade da pessoa, o que não era situação do caso julgado, pois o autor tinha dúvidas sobre a paternidade desde o início da gestação, mas ainda assim concordou em registrar a criança. O tribunal então decidiu que o vínculo afetivo estabelecido ao longo do tempo era mais importante do que a prova de falta de vínculo biológico e negou o recurso apresentado pelo autor.

Desta forma, encontra-se pacificado que o vínculo socioafetivo gerado entre a criança adotada e o pai adotante não permite a sua revogação, como comumente ocorre nos casos de separação após o reconhecimento. Aplica-se no presente caso o Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente e o Princípio da Aparência, visando resguardar a criança ou adolescente de se ver em uma situação de abandono com o pai, de quem sempre recebeu afeto e carinho próprios de uma relação de afetividade. Assim, sendo o filho adotado tratado como tal pelo adotante pai, e reconhecido pela sociedade, tem-se como configurada a filiação socioafetiva. Destarte configurada a socioafetividade, tem-se a prevalência desta sobre a verdade biológica, posto que, a verdadeira relação paterno-filial revela-se no dia-a-dia, pela convivência pacífica e duradoura, cercada de amor, carinho e zelo dentro do núcleo familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar que o reconhecimento da paternidade é um ato jurídico irrevogável, ou seja, uma vez reconhecida a paternidade de um indivíduo, esta não pode vir a ser revogada ou anulada por ato de mera vontade e espontâneo do pai, mesmo quando não há vínculo genético entre pai e filho.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser prevista a igualdade entre os filhos adotivos e os de sangue, por força do dispositivo previsto no art. 227, § 6º. Dessa forma, o Estatuto da Criança e Adolescente possibilita a adoção de qualquer criança ou adolescente, visando o seu bem-estar e segurança dentro de um núcleo familiar, ressaltando o caráter irrevogável da adoção.

Depreende-se que o reconhecimento da filiação de filho da companheira denominado “adoção à brasileira” não leva em consideração o vínculo genético com a criança e se perpetua por meio dos laços de afeto e solidariedade decorrentes da convivência familiar.

Na elaboração do presente trabalho, o método de pesquisa utilizado foi o estudo e levantamento bibliográfico, na qual buscou-se a explicação acerca da impossibilidade da desconstituição do vínculo sócio-afetivo a partir de apresentação de referências teóricas de cunho bibliográfico e jurisprudencial, de modo que foram alcançados os objetivos estabelecidos na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Legislação Brasileira. **Lei da Adoção**. Brasília, 03 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Legislação Brasileira. **Código Civil Brasileiro**. Brasília, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil, Família, Sucessões**. v. 5, 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito da Família**. 15. ed. rev. e atual. JusPodVim, 2022.

FACHIN, Luiz Edson. **Comentários ao novo Código Civil**: do Direito de Família, do Direito Pessoal, das relações de parentesco. Rio de Janeiro: Forense, 2003, vol. XVIII.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser (UNIFAN), 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. Famílias. 15. ed. JusPodvim, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral. v. 1. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MACHADO, Humberto César; PIETRAFESA, José Paulo. **Guia prático para trabalhos acadêmicos monográficos e TCCs**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2014.

ROSA, Conrado Paulino. **Direito de Família Contemporâneo**. 10. ed. JusPodivm, 2023.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Direito de Família. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

O VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE PRESENTE NO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL

Murilo Oliveira Barros¹

RESUMO: O presente estudo tem por fim apresentar o vício de inconstitucionalidade presente no artigo 59 do decreto-lei 2.848 de 1940, especificamente no tocante ao critério “personalidade do agente” como meio para fixação de pena, buscando perquirir o histórico e evolução do Direito Penal contrastando com a constituinte de 1988 que rechaçou a chamada responsabilidade pelo autor com fundamento no princípio do Estado Democrático de Direito, utilizando como metodologia, o método de revisão bibliográfica e pesquisa descritiva. Diante disso, foi abordado, o período das vinganças, o período humanitário e o contemporâneo criminológico, bem como a diferença entre os princípios da responsabilidade pelo fato e da responsabilidade pelo autor, por fim, a inconstitucionalidade material em punir o agente pelo que ele represente.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Público. Inconstitucionalidade. Personalidade. Punição. Pena.

1INTRODUÇÃO

Dentre os muitos vícios de inconstitucionalidades presentes no ordenamento jurídico brasileiro, o critério “personalidade do agente” como meio de fixação de pena, é o mais preocupante, vez que, trata-se de fragmento do Estado autoritário decorrente da Era Vargas, período da história brasileira no qual perdurou entre 1930 e 1945, cenário no qual nasce o atual Código Penal brasileiro, decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, assim se torna crucial discutir sobre a temática, principalmente pelo fato do Brasil já ter passado por três constituintes após a entrada em vigor do atual diploma penal e tal critério ter sido recepcionado por todas elas.

Para melhores análises acerca da temática tratada, será utilizado o método de revisão bibliográfica, ilustrando o percurso histórico do Direito Penal, até o período criminológico, objetivando suscitar os motivos pelo qual a adoção ao critério “personalidade do agente” é inconstitucional e o porquê ele não deveria ter sido recepcionado pela constituinte de 1988.

Para tanto, será tratado inicialmente sobre o percurso histórico acerca da evolução do Direito Penal e o nascimento do princípio da responsabilidade pelo fato, em seguida será discutido a diferença entre a punição pelo fato cometido e a punição por aquilo que o agente

¹ Pós-graduando em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: murilo_barros100@hotmail.com.

representa, por fim, as formas de inconstitucionalidade e o enquadramento do caput do artigo 59 do código penal como inconstitucionalidade em razão da matéria.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o presente estudo foi a revisão bibliográfica, na qual objetivou usufruir de obras já existentes, como artigos, livros, dissertações e teses que dialoguem com o objetivo do presente trabalho, deste modo, coletando informações vitais para a fundamentação teórica apresentada, aprofundando, portanto, na investigação acerca do vício de inconstitucionalidade presente no artigo 59 do código penal.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O Direito Penal, como ciência contemporânea é fruto de uma evolução histórico-cultural que se inicia na denomina Era das Vinganças, que por sua vez se subdivide em vingança divina, privada, limitada e pública.

A vingança divina foi caracterizada pela chamada “punição dos deuses”, na qual, todos deveriam participar do ato punitivo, como meio de escapar da punição divina, assim, a pena tinha o único objetivo, evitar a revolta dos deuses (Stefam; Gonçalves, 2022).

A vingança privada, por sua vez, foi o período no qual, o direito que regulava as relações sociais se dava por meio da lei do mais forte, de modo que, por inexistir limites na execução da repressão, era possível que o próprio ofendido aplicasse a repressão (Lago, 2001).

A vingança limitada, surge em um cenário de excessos, em que a aplicação desmedida das sanções penais, começaram a afetar os núcleos sociais, assim, viu-se a necessidade de estabelecer uma certa proporcionalidade no tocante ao fato criminoso e a pena imposta, com efeito, surge então a lei de Talião, o chamado, “olho por olho” (Stefam; Gonçalves, 2022).

Por fim, com o avanço dos núcleos sociais, bem como a aderência ao contrato social formador do Estado, o Estado, como corpo político torna-se o único detentor do *ius puniendi*, inicia-se então a chamada, vingança pública, ainda marcada por excessos nas aplicações de penas.

Vencido o período das vinganças, surge em um cenário contratualista, a preocupação no tocante a humanização das penas e a necessidade de uma punição em razão do fato e não em razão do autor. Neste sentido o princípio da responsabilidade em razão do autor fica superado e nasce o princípio da responsabilidade pelo fato.

É importante salientar também que, uma vez constituído o Estado, a partir do contrato social, o homem abriu mão de parte de sua liberdade em troca de direitos inerentes a condição humana (Beccaria, 2015), assim, a pena já não poderia mais ter caráter puramente retributivo.

O superado princípio da responsabilidade pelo autor trata-se de um pensamento lombrosiano em que se punia o agente pelo que ele representa, assim, marginalizando parcela da população, neste sentido, Wacquant (2003) afirma que a marginalização pode gerar consequências irreparáveis para a sociedade, ora tal marginalização e consequente punição em razão da pessoa se manifesta de modo muito violento na Alemanha nazista do século XX.

Por outro lado, o princípio da responsabilidade pelo fato, independe da pessoa cometidora do delito, todos estão passíveis de responder pelos próprios fatos praticados, tal princípio é fruto do Estado de Direito, onde a lei impera.

Por fim, é na era criminológica contemporânea, que surge a ideia do Direito Penal como instrumento de ciência, no qual se explora a finalidade da pena e o custo-benefício do Direito Penal, é neste cenário que os entendimentos acerca da pena evoluem de modo que passa a ter uma finalidade social e já não mais meramente retributiva, implementando para além da própria punição em si, outros dois institutos, a ressocialização e a reeducação. (Marcão, 2014).

Ocorre que, antes do cumprimento da pena, a pena é dosada em três etapas – critério trifásico de Néelson Hungria – no qual inicia-se com a fixação da pena base seguindo os critérios elencados no caput do artigo 59 do Código Penal brasileiro, que aduz: que para fixação da pena base será analisada, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos e circunstâncias, as consequências do crime e por fim o comportamento da vítima.

O texto do artigo supracitado, é datado da ditadura getulista e permanece no ordenamento jurídico pois fora recepcionado pela constituinte de 1988, como regra, para a recepção de normas infraconstitucionais, é mister cumprir requisitos, sendo eles: a compatibilidade material com o novo texto constitucional e nem com o antigo, vez que, não poder ter sido declarado inconstitucional pela constituinte anterior, ou seja, compatibilidade formal e material com o texto anterior.

A inconstitucionalidade de uma norma pode se dar, em regra, de dois modos, materialmente – neste caso, quando a norma destoa do texto constitucional o contrariando – e

formalmente – quando o procedimento para a aprovação da norma se dá de forma indevida, sem observar a liturgia necessária - (Padilha, 2019), desta forma, em razão da adoção ao critério personalidade do agente como meio para fixação de pena base, o caput do artigo 59 do código penal encontra-se eivado de vício de inconstitucionalidade material, por violar o princípio da responsabilidade em razão do fato, bem como o princípio da igualdade constitucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na pesquisa, que ainda está em andamento, o texto do artigo 59 do código penal está eivado de vícios de inconstitucionalidade, carecendo, portanto, que seja declarado sua inconstitucionalidade, para, além disso, o próprio código penal, já não mais corresponde à realidade atual, o critério apontado é apenas um dos muitos vícios presente no diploma penal.

No Entanto, a ideia de um novo Código Penal e conseqüentemente uma nova forma de dosar a pena, já circunda o meio jurídico, segundo o texto constitucional o competente para tal é o Congresso Nacional.

Assim, faz-se necessário repensar acerca da adoção do critério aqui tratado como forma de se fixar pena base.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. Tradução de Paulo M. Oliveira. São Paulo: EDIPRO, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal - Parte Geral**. Coleção Esquemático. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555596434. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596434/>. Acesso em: 03 set. 2023.

JÚNIOR, Miguel R. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786555599510. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599510/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LAGO, Cristiano Álvares Valladares do. **A evolução da sanção penal**. v. 792. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 477-500, out. 2001 DTR\2001\469.

MARCÃO, Renato F. **Lei de Execução Penal anotada**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788547203870. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547203870/>. Acesso em: 03 set. 2023.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788530988319. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/>. Acesso em: 02 set. 2023.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

OS REMANESCENTES QUILOMBOLAS, OS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO DE SUA CULTURA

Leydiane Magalhães Ferreira¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: A origem da palavra afro-brasileiro caracteriza aquelas pessoas e objetos culturais e materiais de origem do continente africano. A influência africana no Brasil é muito forte e habitual como, as danças, os costumes, as tradições, a culinária, a língua, as religiões, as músicas, portanto, não há dúvidas da importância da cultura negra para a história do Brasil e o quanto fundamental foi para a construção da nação. Os direitos fundamentais estão previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde o Estado garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (art. 5º da CF/1988). No mesmo ordenamento jurídico também se observa garantias como os direitos culturais em seu artigo 216, que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (art. 216 da CF/1988).

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos. Direitos culturais. Patrimônio cultural brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 manifestou-se com o desígnio de garantir os direitos humanos, onde em seu artigo 5º prevê os direitos fundamentais de todos, deste modo, impondo limites aos abusos de poder do Estado e de suas autoridades compostas (Moraes, 2021). Observa-se que houve um marco histórico desde a criação da Constituição Federal. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 discorre sobre os direitos fundamentais, não deixando dúvida da sua proteção.

Essa evolução histórica dos direitos humanos que são garantidos pela Constituição Federal está diretamente ligada aos limites do poder político (Moraes, 2022). Aprecia-se também no mesmo ordenamento, os direitos culturais em seu artigo 216, mostrando a importância do patrimônio cultural brasileiro. Para Souza (2021), o conceito de patrimônio se apresenta de diversas formas, inclusive relacionado aos processos históricos e à formação de

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: leydimagalhaesrx@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestra em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

memórias, individuais ou coletivas, nos quais o patrimônio surge. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 garante os direitos culturais individuais, protegendo os seus representantes e memórias.

Os quilombolas estão à mercê da violência e do descaso, muitos quilombos ficam situados em regiões metropolitanas, ou seja, não muito afastados da civilização e só são lembrados pelo poder público nos discursos e notas de pesar, o governo muitas vezes é omissos com as questões que envolvem as comunidades quilombolas, os conflitos são inúmeros como intolerância religiosa, racismo, especulação imobiliária, perseguições e ameaças de fazendeiros locais, posseiros e grileiros. A luta desse povo sofrido pelo reconhecimento das terras e a titulação é muito árduo, na esperança de regularizar seus territórios e vivendo sob ameaça de perda das suas terras por invasão.

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. No Nordeste residem 68,19% dos quilombolas do país. A Bahia concentra 29,90% desta população e o Maranhão vem a seguir, com 20,26%. Juntos, os dois estados abrigam 50,16% da população quilombola do país. A população quilombola do país é de 1.327.802 pessoas, ou 0,65% do total de habitantes. O censo também mostrou que os Territórios Quilombolas oficialmente delimitados abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas, ou 12,6% do total de quilombolas no país. Destaca-se, ainda, que apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária.

O fortalecimento dos direitos para regularização das terras quilombolas aumenta cada vez mais os conflitos, por interesses individuais desses territórios, culminando a violência e tentativa de destruição do povo quilombola, custando até mesmo suas vidas, assim, podendo afirmar que os quilombolas são sinônimo de resistência, liberdade e luta por suas terras. Atualmente as comunidades quilombolas estão presentes em todo território brasileiro, onde se encontra uma rica e linda cultura, que infelizmente contrasta com o triste e difícil cenário do caminho percorrido no processo de titulação e o reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus valores culturais.

A origem dos remanescentes de quilombos é a ancestralidade africana de negros escravizados que fugiram da escravidão e refugiaram-se nas matas, só mais tarde, com o passar do tempo os brancos, índios e mestiços também passaram a habitar os quilombos, porém são uma população menos numerosa. De acordo com Havrenne (2022), os remanescentes de quilombolas são grupos étnicos que possuem algum traço de ancestralidade negra, descendentes daqueles que habitavam os quilombos.

A Constituição Federal de 1988 dedicou em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o direito de titulação de suas terras ocupadas. Artigo 68 - ADCT – aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A falta de elucidções nos casos de assassinato contra as pessoas de matriz africana contribui para o aumento da violência. Porque que a proteção constitucional juntamente com a consciência social não é eficaz na proteção dos direitos dos remanescentes quilombolas?

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de aspecto descritivo, as pesquisas desse tipo têm como finalidade descrever as principais características de um determinado tema. Neste estudo serão incluídos artigos científicos em geral, doutrinas, e legislações que tratem sobre o tema proposto, escritos em português. Durante a coleta de dados serão excluídos estudos de revisão bibliográfica, monografias e pesquisas escritas há mais de 10 anos, além de trabalhos cujo tema não contribua com informações satisfatórias sobre o assunto abordado.

A busca por referências será realizada a partir de pesquisa bibliográfica nas bases de dados virtuais e no Google Acadêmico. Em artigos publicados a partir do ano de 2010, na língua portuguesa utilizando como descritores as palavras: Direitos humanos, Direitos culturais, Patrimônio cultural brasileiro.

A análise das informações coletadas será feita com a partir da leitura primária dos artigos, ao selecionar os que se adequam aos critérios de inclusão e se tornam interessantes na elaboração do assunto será feito a leitura secundária para coleta de informações e posterior descrição das informações.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A escravidão no Brasil começou por volta do século XVI quando os portugueses trouxeram os negros africanos para o Brasil para serem escravizados, e começaram a viver em condições péssimas e desumanas. Essa escravidão durou quase 400 anos, pois só mais tarde a princesa Isabel assinou a lei que aboliu a escravatura do Brasil, a Lei Áurea Nº 3.353, de 13 de maio de 1888 – Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

De acordo com Freitas (2020) O Brasil assumiu um papel fundamental nesse comércio, tendo em vista que a formação econômica aqui existente exigia um contingente considerável de mão de obra escrava. Ou seja, em outras palavras os escravos eram a base da formação da economia no Brasil.

Foi criada pelo Governo Federal a Fundação Cultural Palmares (FCP) através da Lei Nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 para promover e preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, com o objetivo de promover uma política cultural igualitária e inclusiva. O § 4º do art. 3º do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, incumbe a competência e responsabilidade à Fundação Cultural Palmares para o processo de reconhecimento e emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

Nas palavras de Barroso (2022, p. 12),

No princípio era a força. Cada um por si. Depois vieram a família, as tribos, a sociedade primitiva. Os mitos e os deuses – múltiplos, ameaçadores, vingativos. Os líderes religiosos tornam-se chefes absolutos. Antiguidade profunda, pré-bíblica, época de sacrifícios humanos, guerras, perseguições, escravidão. Na noite dos tempos, acendem-se as primeiras luzes: surgem as leis, inicialmente morais, depois jurídicas. Regras de conduta que reprimem os instintos, a barbárie, disciplinam as relações interpessoais e, claro, protegem a propriedade. Tem início o processo civilizatório. Uma aventura errante, longa, inacabada. Uma história sem fim.

De acordo com o Decreto nº 4.887, de 2003 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável pelo procedimento de titulação dos territórios quilombolas. A Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) aponta que a agricultura familiar na comunidade quilombola é uma de suas principais atividades econômicas e tem um papel muito importante na prevenção cultural e na contribuição da diversidade agrícola e proteção do meio ambiente, e também fortalecendo os laços comunitários e promovendo a inclusão social, gerando empregos e movimentando a economia em suas regiões.

Nesse sentido, vale as considerações de Havrenne (2022, p. 191):

Enfim, a regularização fundiária de terras quilombolas é um direito fundamental desses grupos, reconhecido expressamente pela CF/1988, bem como por diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil. Houve um fortalecimento destes direitos, com a recente decisão de 2018 do STF, que julgou improcedente a ADI que questionava a própria existência do Decreto nº 4.887/2003. Com tal decisão do STF, resta ao Estado brasileiro efetivar os direitos fundamentais dos quilombolas.

A Lei Nº 11.952 de 2009 em seu artigo 4º § 2º garante que as terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais que façam uso coletivo da área serão regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-lhes, no que couber, os dispositivos desta Lei. Está demonstrada a importância dessas comunidades na sociedade em diversos aspectos, mas a consciência social ainda é bem limitada diante de acontecimentos bárbaros que assolam o dia a dia dessas comunidades.

Sob a ótica de Havrenne (2022, p. 168),

O artigo 4º, § 2º da Lei nº 11.952/2009 vai de encontro à proteção adequada das terras dos remanescentes de comunidades quilombolas e das demais comunidades tradicionais amazônicas, ao permitir interpretação que possibilite a regularização dessas áreas em desfavor do modo de apropriação de território por esses grupos, sendo necessária interpretação conforme aos artigos 216, I, da Constituição, e 68 do ADCT, para assegurar a relação específica entre comunidade, identidade e terra que caracteriza os povos tradicionais.

No dia 17 de agosto de 2023 morreu Maria Bernadete Pacífico, de 72 anos, executada a tiros dentro de sua comunidade, ela era líder quilombola em Simões Filho, na Bahia, era conhecida como mãe Bernadete, ela e outros membros de sua comunidade Pitanga dos Palmares vinham sofrendo muitas ameaças por parte de fazendeiros locais e pessoas da região, mãe Bernadete morreu sem a elucidação do assassinato de seu filho Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como Binho do quilombo, ele foi assassinado com 14 tiros dentro de sua comunidade quilombola em 2017 e também sofria ameaças. Em julho de 2023 mãe Bernadete relatou a ministra Rosa Weber em um encontro, que estava sofrendo ameaças constantemente e que ela já havia perdido amigos em quilombo, mãe Bernadete era conhecida pela defesa da cultura quilombola e estava na Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (Estadão, por José Maria Tomazela 18/08/2023 | 11h40).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção do patrimônio cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988 constituiu um marco histórico no direito brasileiro. O patrimônio cultural brasileiro passa ser efetivamente protegido, vinculando essa obrigação não só ao Estado, mas também toda a sociedade, pois constantemente as demandas da formulação de políticas públicas partem da própria sociedade, participando de várias maneiras, através de conselhos, ONGs, sindicatos e

associações. O reconhecimento de seus valores culturais está previsto na Constituição Federal em seu artigo 216 § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Face ao exposto, conclui-se que o patrimônio cultural brasileiro tem uma valorosa memória na sociedade, presente em vários aspectos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Acesso à informação. Estrutura Organizacional**. 16 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacao/#:~:text=Ao%20longo%20dos%20anos%2C%20a,negras%20brasileiras%20como%20patrim%C3%B4nios%20nacionais. Acesso em: 23 ago. 2023

BRASIL. IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios#:~:text=Dos%205.568%20munic%C3%ADpios%20do%20Brasil%2C%201.696%20possuem%20popula%C3%A7%C3%A3o%20quilombola.,Janu%C3%A1ria%20FMG%20\(15.000\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios#:~:text=Dos%205.568%20munic%C3%ADpios%20do%20Brasil%2C%201.696%20possuem%20popula%C3%A7%C3%A3o%20quilombola.,Janu%C3%A1ria%20FMG%20(15.000)). Acesso em: 21 ago. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111952.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Mensagem nº 370, de maio de 2002** – Art. 68 do ADCT. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/VETO_TOTAL/2002/Mv370-02.htm#:~:text=68%20do%20ADCT%2C%20que%20%E2%80%93%20frise,do%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do%20art. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17668.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.668%2C%20DE%2022,Art. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BARROSO, Luís R. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo - Os conceitos Fundamentais*. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Editora Saraiva, 2022, p 12

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia Para Trabalhos Acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017. Disponível em: <https://servicosonlineaparecida.unifan.edu.br/files/docBiblioteca/ebooks/%C2%B0%C2%B0458224108.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FREITAS, Eduardo P. *et al.* **História do Brasil Império**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020, p. 113.

HAVRENNE, Michel. **Direito Agrário**. (Coleção Método Essencial). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2022. p. 168-191.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 8. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. Grupo GEN, 2022.

MORAES, Alexandre D. **Direitos Humanos Fundamentais**. 12. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. Grupo GEN, 2021. p. 1.

MORAES, Alexandre D. **Direito Constitucional**. 38. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. Grupo GEN, 2022. p. 29.

SOUZA, Ana Carolina M., D. *et al.* **História e Patrimônio Cultural**. Disponível em: Minha Biblioteca. Grupo A, 2021, p 11

TOMAZELA, José M. Mãe Bernadete líder quilombola relatou ameaças a ministra do STF e cobrava justiça para o filho. **Estadão**, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/mae-bernadete-lider-quilombola-relatou-ameacas-a-ministra-do-stf-e-cobrava-justica-para-o-filho-nprm/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

TST. **O trabalho escravo no Brasil**. Disponível em: [https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-02#:~:text=O%20Trabalho%20Escravo%20no%20Brasil%20\(1500%20%E2%80%93%201888\)%20%2D%20TST](https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-02#:~:text=O%20Trabalho%20Escravo%20no%20Brasil%20(1500%20%E2%80%93%201888)%20%2D%20TST). Acesso em: 23 ago. 2023

PROTEÇÃO AO DIREITO A INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER E O PROTOCOLO NO COMBATE A VIOLÊNCIA

Ana Catariny Roque e Silva

Ana Celuta F. Taveira

Humberto César Machado

RESUMO: A exposta pesquisa tem como finalidade analisar a importância da proteção ao direito à integridade física da mulher e o protocolo no combate à violência, por ser uma complexificação profundamente encadeada entre a sociedade civil e o Estado, no que se refere a realizar e efetivar políticas de medidas protetivas, idealizando e concebendo meios de assistência. Lamentavelmente, A estrutura hierárquica é fortemente segregada na divisão dos papéis de gênero em suas famílias de orientação. Entretanto, torna-se necessário a politização da seriedade desta temática dentro do contexto social. Visto que, viola os direitos humanos, lesionando assim a vida, a saúde, a integridade física, psíquica e moral, provocando transtornos de inúmeras formas na convivência social em situação de violência. O presente estudo terá uma atuação de visão bibliográfica, com fundamentos em obras doutrinárias, artigos especializados, sites, amparos jurídicos, leis ordinárias, além de legislação referente ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Protocolo. Combate. violência contra a mulher. Proteção. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Por toda a extensão longitudinal na história da humanidade, à mulher vem sendo impelida às normas e controles criados pelos homens. Essa superioridade não sucedeu repentinamente, percorreu por um complexo, extenso e ininterrupto processamento educativo, envolvendo uma diversidade de instituições sociais, culturais, políticas e econômicas. A figura feminina é frequentemente associada à submissão da figura masculina em relação às normas, determinações e espaços de ocupação.

A submissão advém no momento em que a mesma sofria tamanha imposição do genitor. Logo, depois de casada a submissão era substituída pelo o cônjuge o qual exercia as atribuições de seu senhor, tornando-se superior com o direito de repreender caso a consorte o contradissesse. E em todo momento era retida e subordinada de algum homem segundo Ferraz (2013, p. 83).

A família é a preexistente vinculação social onde é possível perceber a desigualdade no tratamento entre ambos, tendo em vista que ela era ponderada como um mero objeto de

procriação, desprovida de voz ativa, sua incumbência estava bem deliberada. Consequentemente, responsável pelos os afazeres domésticos, funções de esposa e de mãe. Como resultado, as mulheres permaneceram omitidas dos ramos da sociedade durante uma grande parte da história.

Nos séculos passados eram vistas apenas como aspecto de domesticidade, a sociedade era formada com base no modelo patriarcal. Posto isso, o modelo patriarcalismo o núcleo familiar era composto por uma figura de liderança era chefiado por um homem (o patriarca, ou seja, o pai), que tem por responsabilidade adquirir alimentos, sustentar a economia do lar e cuidar da segurança de seus filhos e de sua esposa.

Conforme o entendimento de Wollstonecraft (2021); há uma crença equivocada de que o gênero feminino é fraco em comparação com o masculino, e desde do nascimento é restringida e dominada. Entretanto, tendo isto como estimula a violência, é valido ressaltar que dentro da sociedade encontra-se uma desagregação. Nem todo tempo os Direitos Humanos constituíram, igualmente, os direitos das mulheres.

Deste modo, com a finalidade de aferir sua independência, bem como um sujeito possuidor de direitos teve que obstruir uma duradoura, árdua e incansável luta para ser reconhecida como cidadã. a luta pelo reconhecimento na sociedade iniciou-se a partir do século XIX no Brasil, bem como, os movimentos feministas das mulheres, tem sido essencial nesse processo de transição de intelecto, da cultura, dos costumes e das legislações na visão de Olympe (2020).

2 METODOLOGIA

A pesquisa terá uma atuação de revisão bibliográfica. A coleta do material expandiu pelo o meio de consulta bibliográfica: obras doutrinárias, artigos especializados, digitais ou impressos, sites, amparos jurídicos, leis ordinárias, além da legislação referente ao tema. De resolução exploratória, tem como finalidade atentar aos fatos, fazer uma análise e entende-los, bem como, visar o esclarecimento preliminar do assunto abordado.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O Estado tem como dever e responsabiliza-se pelo o compromisso com a sociedade civil de criar instrumentos governamentais para apoiar e aprovar leis e políticas sociais com base na proteção e no acesso a serviços públicos como direito de qualquer ser humano. As políticas sociais levantam-se, então, a partir de uma participação democrática societária a fim de suprir algumas escassezes complexas. Para além, no decurso de toda essa trajetória com o acontecimento de diversas conferências e convenções nacionais e internacionais, as discussões no que se refere a essas demandas avançou-se, fortalecendo e lapidando o sistema.

Como caracterizam Alves e Oppel (2021); são políticas desenvolvidas ao longo dos tempos: As Delegacias Especializadas, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Centro de Atendimento, Casas de Abrigo, Defensorias, Ouvidorias, Instituto do Médico Legal, Centro de Reabilitação e Educação do Agressor, Hospitais e Serviços da Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual para a prevenção e profilaxia de Infecções Sexualmente Transmissível (IST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal.

A Constituição Federal de 1988 é muito transparente quando mostra, no seu artigo 5º, inúmeros incisos que regem os direitos fundamentais garantindo a todos sem discriminação, zela da igualdade de gênero e procura garantir uma vida dignar, livre e igualitária. Enfatiza-se, o inciso I do artigo supracitado, dispõe que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição”, neste inciso, fica evidente a igualdade de gênero como preceito fundamental. Portanto, é necessário que todos tenham os mesmos direitos, responsabilidades, oportunidades e obrigações, sem distinção.

Mais adiante, a Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como lei Maria da Penha, veio precisamente como uma política pública para impossibilitar, enfrentar e punir essas agressões. Sobretudo, a referida lei é uma importantíssima conquista para a sociedade, por ser um mecanismo de prevenção. Fundamentalmente, a lei Maria da Penha no país tem como objetivo designar a obrigação que cada órgão público tem em proteger cada vítima de violência doméstica e familiar, e combater a violência física, sexual, moral, patrimonial e psicológica.

Averiguando tais mudanças sociais desde o início, é simples analisar as adversidades que sofreram para o avanço e realização de suas proposições de igualdade e lugar na sociedade. Ainda assim, esses conflitos sociais até então permanecem no processo da civilização. Segundo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), ocorreu um acréscimo de 37,65% nas denúncias somente entre os quatro meses do ano de 2020 em

semelhança do mesmo tempo do ano precedente, registradas por meio do ligue 180. De acordo com um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022, tiveram 245.713 casos de agressões registrados no Brasil, aumento de 2,9% em comparação a 2021.

Foram mais de 21,5 milhões de mulheres que já sofreram violência física ou sexual, aproximadamente 6 milhões suportaram ofensas sexuais ou vieram a ser coagida para manter relações. 46,7% das brasileiras afirmam ter aturado assédio, 26,3 milhões receberam cantadas e comentários impertinente na rua. 8,2 milhões foram assediadas fisicamente no transporte público conforme uma pesquisa realizada pelo Instituto Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), neste ano de 2023. Desse modo, a justiça encontra-se ainda com uma certa escassez no exercício do aparelho estatal. Por conseguinte, a presente pesquisa visa analisar e comparar os protocolos de proteção usados em outros Países que tiveram resultados, para que sejam aplicados no Brasil.

A título de exemplo, em Barcelona na Espanha, tem um protocolo chamado ‘No Callem’ visa combater a violência em casas noturnas, com a finalidade de proteção da vítima e prevenir acontecimentos, responsabilizando o agressor, quando acionado o sistema de segurança. Pouco tempo atrás, foi usado no caso do jogador de futebol Daniel Alves, acusado de estupro em uma boate.

A partir de então, com o grande impacto que o presente cenário ocasionou, surgiu no Brasil o projeto de Lei 3/23 para acolher as vítimas de agressão sexual ou assédio em discotecas, bares, restaurantes e outros espaços. Denominado como “Protocolo Não é Não”, presumindo que as instalações tenham as suas equipes instruídas para procederem nessas circunstâncias. incluindo a cautela de provas, disponibilidade de acesso garantido para acionar a polícia e a segurança na volta ao lar. Assegurando o serviço de filmagem, informações, e estarão sujeitos a serem multados, caso não executem em seus estabelecimentos.

Analisar também o projeto de lei 1169 de 2023 institui protocolo de ação em caso de violência contra mulheres no transporte público. Um projeto informativo e de resguardo, sendo necessário acionar os agentes de segurança pública ao flagrarem a prática de tais crimes. Sua meta é promover maior acolhimento e atenção aos casos que abordam assédios, maus tratos e as demais violências em todo o território brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada está em prosseguimento, desse modo, possui unicamente considerações parciais. Em síntese, na atualidade, ainda predomina a discriminação de gênero, tornando-se essencial o seu avanço cotidianamente neste combate. As lutas feministas são as grandes responsáveis pela atual proteção no Brasil e no mundo, tentando garantir a segurança de todas. Entretanto, mesmo com as dificuldades no enfrentamento, é notório as ações desenvolvidas para a proteção e prevenção neste combate. Ressaltando, que já existe uma rede de proteção as vítimas.

Contudo, é indispensável mais punições para aqueles que cometem tais crimes, trazendo como primordial a educação e a informação, por ter uma incumbência de muita relevância, visto que, são alertas. Assim como, acompanhamento de especialista em saúde mental, psicólogo e psiquiatra. Garantindo o acesso as necessidades básicas, no acolhimento e escuta qualificada, oferecendo suporte no abrigamento e serviços, como programas com geração de renda. Fortalecendo o sistema de apoio e ampliando também o desenvolvimento de mais campanhas na conscientização de denúncias

REFERÊNCIAS

ALVES, Bianca; OPPEL, Ticiania. **Violência doméstica**: histórias de opressão às mulheres. São Paulo: Dita Livros, 2021.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. **Visível e Invisível**: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 4. ed. 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Direitos das mulheres**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/Direitos_mulheres.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto institui protocolo de ação em caso de violência contra mulheres no transporte público**. 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/964181-projeto-institui-protocolo-de-acao-em-caso-de-violencia-contra-mulheres-no-transporte-publico>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Constitucionalidade da Lei Maria da Penha**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/dfa92d8f817e5b08fcaafb50d03763cf>. Acesso em: 04 maio 2023.

CONTE, Raquel Furtado. **O corpo ferido e a feminilidade na violência de gênero**. Curitiba: Appris, 2020.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

FERRAZ, Carolina. **Manual dos direitos da mulher**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013.

HUNT, Lyann. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLYMPE, Gouges. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e outros textos**. 10. ed. São Paulo: Edipro, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos – Brasil: Direitos humanos (Direito internacional)**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Jornadas do judiciário na implementação da Lei Maria da Penha**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Recurso Eletrônico, 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. 4. ed. São Paulo: Lafonte, 2021.

RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: uma ótica acerca das mulheres pretas

Vitória Ingrid Resplande da Costa¹

Ana Celuta Fulgêncio Taveira²

RESUMO: O racismo é o preconceito e a exclusão social de pessoas com base na cor de sua pele, é a discriminação baseada num termo controverso, que sociologicamente é revisto e do qual a genética também inicia uma revisão: a raça. O racismo estrutural trata-se de um processo histórico no qual as classes subordinadas são submetidas à opressão e à exploração das classes dominantes. O racismo estrutural está enraizado na estrutura social e orienta as relações institucionais, econômicas, culturais e políticas. A dor da discriminação e de constantes violências se multiplica diante de casos graves de racismo, dos altos índices de feminicídio e de homicídio que ainda são rotina para milhares de mulheres pretas em todo o país. O racismo se apresenta ‘genderizado’, onde se vê uma curva decrescente de feminicídios de mulheres brancas e uma curva ascendente nos feminicídios de mulheres pretas.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Mulheres pretas. Machismo.

1 INTRODUÇÃO

A influência social, econômica, política e cultural, variam de acordo com a natureza das condições socioeconômicas, o tipo de população, o conceito de saúde, doença e agravos à saúde, sendo, então, diferenciada de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo. Nesse contexto, especialmente para os pretos, observa-se um o ambiente de exclusão e privação de atribuição de condições especiais, determinam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Assim, indicadores de saúde, quando cruzados com características sobre as condições socioeconômicas revelam relações importantes entre saúde, determinantes sociais e a organização do sistema de saúde (Brasil, 2019).

É interessante mencionar que, no Brasil, a população preta representou 54% do total entre 2000 e 2010. Levando-se em consideração a completude de pretos e pardos, observa-se que o percentual dessa população aumentou significativamente, atingindo 27,6%, valor superior ao da mesma década, a taxa de crescimento populacional do Brasil a qual foi de 12,3% (Silva *et al.*, 2020).

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia-GO. E-mail: viresplande@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

Na mesma linha de pensamento, nos últimos anos, no Brasil, observou-se um aumento no número de pessoas que se identificam como pretas. Outrossim, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretos e pretos representam mais da metade da população brasileira (50,7%) (BRASIL, 2017).

Contudo, apesar do crescimento relativo da população pretos, a desigualdade ainda é expressiva, demonstrando que a distribuição racial da riqueza é indiscutível. Salienta-se também que em 2014, 76% dos 10% mais pobres da população eram pretos ou pardos, enquanto 22,8% eram pessoas brancas. Assim, além da desqualificação, desvalorização da participação social (vulnerabilidade social) e suas reais necessidades em operações e planos de ajuda que não são visíveis (vulnerabilidade planejada), pretos vivem em estado de defesa contínua (Brasil, 2019).

2 METODOLOGIA

Este estudo foi constituído através de uma revisão da literatura de aspecto descritivo, que tem como objetivo fornecer conhecimentos para contextualizar a significância do problema e resolver discutindo possíveis soluções. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados online e Google Acadêmico, para fundamentação teórica e discussão do tema. Como critério de inclusão foram utilizados artigos, publicados sobre o tema disponíveis nas plataformas acadêmicas citadas, publicados nos últimos 10 anos, escritos em português e em inglês. Como critério de exclusão, foram excluídos estudos de revisão bibliográfica, monografias, livros, trabalhos de conclusão de curso e boletins epidemiológicos publicados fora do período especificado, que é de 10 anos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

No mesmo raciocínio, ressalva-se que, de acordo com Silva *et al.* (2020), a maioria da população preta tem menor qualificação no mercado de trabalho e baixos salários, mora em áreas que carecem ou carecem de serviços básicos de infraestrutura, são mais restritos no acesso aos serviços médicos e, se esses serviços estão disponíveis, são de baixa qualidade.

O racismo é um fenômeno profundamente enraizado na sociedade brasileira e tem afetado de maneira significativa a vida da mulher preta ao longo da história. Além das

questões gerais relacionadas ao racismo, a mulher preta enfrenta uma série de desafios únicos e complexos, que têm um impacto profundo em suas vidas. Desde o período colonial, as mulheres pretas foram submetidas à opressão, primeiramente como escravizadas e, posteriormente, como cidadãs de uma nação que, embora tenha abolido a escravidão em 1888, continuou a perpetuar desigualdades e preconceitos enraizados em sua estrutura social e cultural (Pinto; Ferreira, 2023).

A figura da mulher brasileira sempre existiu estando relacionada ao trabalho, muitas vezes as escravas eram encarregadas de tarefas rústicas, como cuidar de mercadorias e cortar madeira. Assim, ao analisar as mulheres a partir da perspectiva da mão de obra na colônia brasileira, pode-se tratá-las como escravas, dividindo espaço com os homens na colheita cana de açúcar. Ao mesmo tempo trabalhando em uma casa grande, servindo a família, cuidando de crianças ou trabalhar como empregada doméstica para uma senhora (Querino *et al.*, 2020).

Logo, ver-se que mesmo na era do império, a escravidão não conhecia as fronteiras nacionais, sendo, ainda, guiada por costumes e crenças religiosas de uma nação inteira com tradições profundamente enraizadas no âmbito religioso. Na era da escravidão, os escravos eram privados de quase tudo e, as mulheres eram consideradas as mais vulneráveis, sofrendo abusos com maior intensidade, sendo, ainda, privadas de seus costumes e tradições (Franciscani, 2021).

Nesse sentido, com base no preconceito contra as atuações femininas na literatura e para compreender a supressão às mulheres, é necessário colocar o papel feminino no conjunto histórico que começa com uma alusão à Roma antiga em 753 d.C. até 476 d.C. em Roma, o corpo feminino estava cheio de estereótipos e atribuições incompatíveis com o direito de existir, estando a mulher, destinada as atividades da família, sendo totalmente subordinadas ao chefe da família, como pai, marido, Irmão, sogro, tio ou qualquer outra pessoa que ocupe o cargo (Vieira, 2019).

Na Idade Média, esses conceitos antigos sobre as mulheres e seus direitos ainda eram populares. Neste período, que corresponde do século V ao século XV, para o clero, sendo uma pessoa solteira é aquela que produz conhecimento sobre a natureza humana, a sociedade e a igreja, ou seja, o sacerdote é responsável por determinar os papéis e posições das mulheres, e todo o conhecimento sobre esses corpos femininos (Querino *et al.*, 2020).

A discriminação racial e de gênero enfrentada pelas mulheres pretas é muitas vezes sutil, mas não menos prejudicial. Elas frequentemente sofrem com estereótipos que as retratam como servas sexuais, agressivas ou simplesmente invisíveis. Esses estereótipos afetam sua autoestima e oportunidades em várias esferas da vida, incluindo educação,

emprego e relacionamentos. Além disso, as mulheres pretas são vítimas frequentes de violência de gênero. Elas enfrentam altas taxas de violência doméstica, abuso sexual e assassinato, e muitas vezes têm menos acesso a recursos de apoio e proteção devido a barreiras socioeconômicas e culturais (Furlan, Muller, 2021).

A desigualdade econômica também afeta as mulheres pretas de forma desproporcional. Elas ganham menos do que homens brancos e mulheres brancas em média, o que as coloca em situação de vulnerabilidade financeira. Isso limita suas opções de vida e afeta seu acesso a cuidados de saúde de qualidade, educação e moradia digna. A representação das mulheres pretas na mídia e na política continua a ser insuficiente, o que afeta a visibilidade de suas lutas e conquistas. Elas são muitas vezes excluídas das discussões políticas e culturais, contribuindo para a marginalização contínua desse grupo (Pinto; Ferreira, 2023).

Apesar desses desafios, as mulheres pretas têm desempenhado papéis significativos em movimentos sociais, políticos e culturais, liderando a luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Elas têm promovido a conscientização e a mudança social, impulsionando debates importantes sobre a igualdade racial e de gênero (Santos, 2021).

A legislação brasileira tem avançado gradualmente no combate ao racismo, com a criminalização do ato racista e a obrigatoriedade do ensino da cultura preta nas instituições escolares. No entanto, é necessário um esforço conjunto da sociedade para promover mudanças estruturais profundas que garantam igualdade de oportunidades e direitos para todas as mulheres, independentemente de sua raça ou origem étnica. A mulher preta no Brasil continua a enfrentar desafios significativos, mas sua resiliência e determinação na luta por justiça e igualdade são fontes de inspiração e esperança para um futuro mais inclusivo e equitativo (Franciscani, 2021).

O reconhecimento do preto em si mesmo enquanto um indivíduo que deve ser enaltecido é muito difícil no Brasil, já que com o decorrer dos tempos e a ascensão dos costumes eurocêntricos, foi normalizado e instituído os padrões de beleza de pessoas brancas de cabelos lisos e traços faciais finos. Ademais, a beleza da pessoa preta também está associada ao preconceito e a vulgarização, passando por diversos tipos de assédio sem discernimento algum por parte dos indivíduos.

Os direitos humanos são definidos como sistema de valores morais, organizados de acordo com o ambiente, origem e medida da dignidade humana. Do ponto de vista de tais direitos, a cidadania é reconhecida como uma das condições gerais e coletivas de vida afetadas por fatores políticos, culturais, socioeconômicos e ambientais. No entanto, a

igualdade de ações e serviços sociais e não garante que pretos e o mesmo nível de cuidado e acompanhamento que os brancos (Furlan; Muller, 2021).

Especificadamente em se tratando da representatividade da pessoa preta, percebe-se que a cultura e a individualidade dos mesmos são fomentadas, os traços e os atos culturais da cultura preta não são enaltecidos, sendo que até em meio a venda de cosméticos e vestuário, percebe-se que bases e itens são pouco fabricados quando se trata da pele preta (Franciscani, 2021).

Percebe-se que a defesa da cultura do preto, sem intervenções do branco denotam desde do período escravagista no Brasil, sendo possível então analisar que quanto mais um indivíduo sobe na cadeia social, mais os seus traços vão se tornando de pessoas brancas, bem como, cada vez mais que o indivíduo se torna mais pobre, os traços de seus descendentes vão se tornando mais pretos.

Claramente é possível ver que pessoas pretas possuem mais destaque em classes sociais menos abastadas, que possuem uma menor força social, bem como, acabam por ter uma menor representatividade. Mas há que diga que racismo estrutural não existe, e até que a escravidão nunca ocorreu, bem como, que a escravidão é culpa dos próprios pretos. Enfim, muito tem que ser desenvolvido para que se fale em igualdade e representatividade da população preta. A desigualdade racial no Brasil é um fator estrutural que permeia todas as áreas da sociedade. Essa desigualdade tem consequências profundas não apenas para a população preta, mas para toda a sociedade brasileira (Santos, 2021).

Um aspecto importante dessa desigualdade é o estereótipo associado à mulher preta. Ela é frequentemente retratada em estereótipos prejudiciais que a categorizam de maneira negativa, ao passo que tal situação inclui a hiper sexualização, a agressividade e até considerações sobre a preguiça destas mulheres pretas. Essas representações não apenas influenciam a percepção pública, mas também têm um impacto profundo na autoestima e na autoimagem das mulheres pretas (Furlan; Muller, 2021).

Além disso, esses estereótipos contribuem para a invisibilidade e a marginalização das mulheres pretas nas narrativas sociais, políticas e culturais. Isso resulta na falta de representação em cargos de poder e influência, perpetuando ainda mais a desigualdade. No mercado de trabalho, as mulheres pretas enfrentam desafios adicionais devido aos estereótipos associados a elas. Muitas vezes, são relegadas a empregos mal remunerados e têm menos oportunidades de ascensão profissional devido à discriminação racial e de gênero. Os estereótipos também podem colocar as mulheres pretas em maior risco de violência de gênero

e assédio. A ideia errônea de que elas são sexualmente disponíveis pode levar a situações perigosas e à falta de apoio quando são vítimas de violência (Vieira, 2019).

Desconstruir esses estereótipos é fundamental para combater o racismo e a desigualdade racial. Isso requer uma mudança nas representações na mídia, na educação e na cultura popular, bem como uma conscientização mais ampla sobre os efeitos prejudiciais dos estereótipos. A promoção da diversidade e inclusão é essencial para garantir que as mulheres pretas tenham oportunidades iguais na sociedade. Isso inclui políticas e práticas que valorizam a diversidade racial e de gênero em todas as esferas da vida (Santos, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com instrumentos legais, as políticas voltadas a temática dos direitos humanos e do combate ao racismo continuam sendo um grande desafio para atingir uma proteção para mulheres pretas, além também do problema na produção de dados que possibilitem diagnóstico mais apropriado dessa situação em específico. Nesse caminho, é importante corrigir a falta de uniformidade de informações nos sistemas processuais do país, que nem sempre têm campo de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS; 2017.

FRANCISCANI, Jane Stella. **A Mulher no Mercado de Trabalho e a Luta pela Valorização**. Fundação Educacional do Município de Assis. Assis, 2021.

FURLAN, Cássia C.; MÜLLER, Verônica R. Extratos Familiares, Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 164-177, 2021.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Sociais**, São João del-Rei (MG), jul./dez. 2023. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/12%20-%20Art_%20712%20-%20Pronto\(1\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/12%20-%20Art_%20712%20-%20Pronto(1).pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.

QUERINO, Luciane Cristina Santos *et al.* **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, v. 2, n. 2, 2013.

SANTOS, Neusa. **Vista minha pele.** Nação TVE. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRq4fkkm5Iw&t=7s>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SILVA, Nelma Nunes da *et al.* Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 73, n. 4, 34, 2020.

VIEIRA, Regina Stela Correia. **Saúde e segurança no trabalho das mulheres:** A perspectiva de gênero para a proteção e promoção do meio ambiente laboral equilibrado. São Paulo, 2019.

REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Matheus Helian Silva Matos

Humberto César Machado

RESUMO: Este artigo se propôs a estudar a regulamentação das criptomoedas como meio de prevenção a crimes relacionados à lavagem de dinheiro. Nesse sentido, verificou-se que a regulamentação das moedas digitais, em particular a utilização de leis tributárias e leis de combate à lavagem de dinheiro, poderá reduzir e prevenir golpes e lavagem de dinheiro com criptomoedas, bem como facilitar a investigação e responsabilização de pessoas físicas ou jurídicas, como também garantir a proteção e resguardar o consumidor nas negociações com moedas digitais e manter o uso da tecnologia *blockchain* como meio de combate à lavagem de dinheiro.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação. Criptomoedas. *Bitcoin*.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a utilização de criptomoedas em crimes relacionados a lavagem de dinheiro. Inicialmente é explorada a origem das principais criptomoedas, bem como o mecanismo utilizado para gerenciamento de compra e venda desses ativos, logo em seguida, vem o dispositivo legal que regulamenta o tema e, por fim é efetivada uma pesquisa dos aspectos que tornam as criptomoedas um apetrecho usado para a lavagem de dinheiro. A finalidade principal da pesquisa é estabelecer como a legislação brasileira se posiciona diante do comércio das criptomoedas para lavagem de dinheiro. Portanto, diante da problemática dissertada, este estudo visa responder se diante da evolução e crescimento tecnológico, o amparo outorgado pelo sistema jurídico brasileiro é suficiente para evitar a utilização de criptomoedas para fins ilícitos, bem como se o bloqueio na utilização de criptomoedas trata-se de uma ação efetiva para reduzir crimes. Assim como, se por meio de políticas públicas, realizando parcerias com o setor privado, haveria possibilidade de diminuir a prática de atividades ilícitas e concomitantemente preservar o mercado de criptomoedas. Não obstante, diante da utilização das criptomoedas em práticas ilícitas de lavagem de dinheiro, como a legislação brasileira reprime esses atos considerando a Lei nº 14.478/22, que determina as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), como também a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012.

A população e as ações humanas mudam ao decorrer do tempo. A tecnologia acaba progredindo de forma mais célere do que as outras áreas de divergentes campos de estudo obtêm êxito em estar próximo. A utilização da internet como meio para realizar transações bancárias mudaram as perspectivas de gerações passadas e na atualidade influencia e programa pessoas a aperfeiçoarem cada vez mais a tecnologia já utilizada. Nesse viés, é nítido e de grande valia a importância da rede mundial de computadores.

A criação das criptomoedas seguiu o mesmo caminho. A mudança significativa está na descentralização e a não utilização de um intermediário ou mediador, responsável pela efetivação das transações bancárias. Entretanto, com a benesse da tecnologia, o modo de operar, praticado por infratores da lei, também é aperfeiçoado, haja vista o aumento de casos envolvendo lavadores de dinheiro. O devido procedimento legal é dotado de avanços e melhorias. Os infratores modificam seus modos de agir e o Estado, atuando com soberania, visa ações preventivas e punitivas com objetivo de evitar novas empreitadas criminosas.

Na atualidade, o *Bitcoin* é conhecido como a moeda digital mais famosa do mundo. O *Bitcoin* foi criado com a função de ser uma moeda virtual e descentralizado, de modo que as pessoas ficassem menos dependentes de instituições financeiras para realizar suas transações econômicas (Nakamoto, 2008). Louw (2015), que já foi nomeado ao prêmio Nobel da Paz, diz que “seres humanos precisam ter conhecimento sobre o *Bitcoin*, pois ele pode ser uma das eventualidades mais significativas do mundo”. Em contrapartida, por tratar-se de uma nova tecnologia, não tocável e ter um preço muito volátil, o *Bitcoin* desperta muita desconfiança. De acordo com Buffett (2018), um dos investidores de maior sucesso no mundo, “o *Bitcoin* é uma verdadeira bolha”. Segundo Moraes (2021), a falta de regulação e controle também abre espaço para o uso ilícito das criptomoedas.

Com a entrada em vigor da Lei nº 14.478/22, que determina as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), caberá ao órgão regulamentador (Banco Central) estabelecer as condições e prazos, não inferiores há seis meses, para a adequação às novas regras por parte das prestadoras de serviços de ativos virtuais (corretoras de criptoativos). As mesmas poderão prestar exclusivamente o serviço de ativos virtuais ou acumulá-lo com outras atividades, na forma da regulamentação a ser editada.

A prioridade pelo tema verificou-se pela informação de que apenas no ano de 2020, a CVM identificou uma majoração de 75% na incidência de pirâmides em relação ao ano de 2019. O órgão enviou 325 comunicados aos Ministérios Públicos da Federação e também estaduais. A pirâmide é o golpe mais ordinário associado a investimentos, conforme relata a

pesquisa da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A relevância da percepção dos direitos previamente constituídos é que a ascensão tecnológica e a conectividade mundial fazem com que métodos anteriormente utilizados não gerem mais efeitos. Demonstro a efetiva escolha, a partir do estudo da seriedade dessas alterações e a possível demanda de serviços aos institutos jurídicos nacionais, com determinada vigência e de preservação aos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988 e demais leis complementares.

Serão usados como suporte da pesquisa, dentre outros a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.478/22 - que rege as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de lavagem de dinheiro), com vigor das alterações trazidas pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012.

Por fim, o objetivo geral trata-se de analisar o uso das criptomoedas pelo atual corpo social, haja vista os empecilhos criados pela criminalidade ao realizar a lavagem de dinheiro. Nesse sentido, temos os seguintes objetivos específicos: Compreender a origem das principais criptomoedas e seus meios de funcionamento; Discorrer sobre aspectos que motivam a utilização das criptomoedas; Analisar a legislação que regula o mercado de operações financeiras e previne a lavagem de dinheiro de forma repressiva por meio das sanções penais e apresentar e discorrer sobre benéficos e malefícios ao obter esse tipo de ativo e como evitar golpes ao efetuar transações no meio digital.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa usado nesse trabalho faz menção a investigações bibliográficas, qualitativas e quantitativas, agregando valor a dados referenciais e práticos, de tal maneira que o entendimento perquirido pondere a assimilação de estudos aplicados e teóricos, e têm por finalidade: analisar, compreender, apresentar e discorrer sobre atributos do estudo.

Ademais, Faria (2021) esclarece que os mecanismos de pesquisa podem assegurar o efetivo cumprimento dos dados básicos exprimidos a fim de os rumos adotados pelo pesquisador possam direcionar a outros, que tem de atrair pra si a repercussão exata, como retrato do posicionamento da pesquisa. Trata-se das diligências realizadas por meio de aplicativos e sistemas virtuais, como livros, pareceres, artigos, princípios, compilações e

manuais para emparelhar e anexar dados. Por conseguinte, na escolha do material e documentos bibliográficos, o empenho será feito com o suporte do Google Acadêmico, para recepcionar a propositura do estudo e o seu valor para o entrave discutido.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 *Bitcoin*

Em 2008, o mercado financeiro registrou a circulação de um novo tipo de moeda, além da cédula física, já utilizada em operações ordinárias, ou transações financeiras de compra e venda, neste período surgiu o *Bitcoin*, uma criptomoeda, ou moeda digital, com existência apenas virtual, não atrelada a qualquer instituição financeira. Ademais, é importante destacar que determinados grupos sociais e ativistas no que se refere a tecnologia da informação, desde 1980, já eram adeptos a discussões e implementações sobre a segurança de dados e políticas de privacidade na internet. Nesse viés, até 2008, inúmeros projetos e programas financeiros que utilizavam a criptografia foram utilizados, porém nenhum obteve êxito e manteve seu desempenho ativo como o *Bitcoin*.

Diante desse mesmo contexto histórico, o mundo sofria os resultados de uma das maiores crises financeiras já relatadas. No dia 15 de setembro de 2008, o *Lehman Brothers*, um dos maiores bancos dos Estados Unidos, com sua sede fixada em Nova Iorque, declarou falência, anexando mais uma, de várias instituições financeiras listadas ao declararem falência durante a crise conhecida como *Subprime*. Foi denominada assim devido ao crédito ou empréstimo ofertado para pessoas com objetivo de adquirir imóveis. Com a procura ascendente e baixa estipulada nos juros, inúmeros americanos compraram muitos imóveis, até como forma de investimento, visando a valorização do mesmo.

Entretanto, com a alta da demanda, os juros começaram a aumentar, e os adquirentes, já inadimplentes com a compra, tiveram que restituir os imóveis, o que acarretou uma desvalorização sem precedentes nas bolsas imobiliárias e financeiras nos Estados Unidos e acabou afetando investidores em vários países. Conforme a expectativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), somente bancos americanos e europeus perderam cerca de US\$ 2,8 trilhões em ativos em 2007 e os 03 (três) anos seguintes. Nessa conjuntura, surge o *Bitcoin*, em um momento de declínio do mercado, onde o questionamento da confiabilidade nas

instituições financeiras estava em alta, e como alternativa a criptomoeda em questão ganhou muitos usuários.

De acordo com Morais (2021), a primeira transferência com a utilização de *Bitcoins* ocorreu em 2009, quando um adepto, Hal Finney, recorrendo a um terceiro que concordou trocar *Bitcoins* por dólares, para efetuar a compra de duas pizzas, custando U\$ 25,00, fez uma transação com o bloco 170 do *Bitcoin* correspondendo ao uso de 10.000 *Bitcoins* (BTC). Assim, pode-se verificar que o valor inicial do *Bitcoin* era muito inferior a um dólar. Nessa transação, cada *Bitcoin* valia 0,0025 centavos de dólar americano (USD). Esse bloco tratou-se de um presente a *Hal Finney* por *Satoshi Nakamoto* devido a sua colaboração na origem do código. Já em 2010, ocorreu um desenvolvimento enorme dos *Bitcoins*, tendo sido constituída de forma oficial a primeira bolsa de compra e venda de *Bitcoins*, apontada como *Bitcoin Market*. No final do primeiro semestre do mesmo ano, foi divulgada a versão 0.3 do *Bitcoin*, o que correspondeu a um novo aumento considerável de usuários de *Bitcoins*.

Já em 2015, várias empresas logísticas começaram a aceitar *Bitcoins*, chegando à marca de 100.000 lojas. No ano de 2016, a utilização da criptomoeda se tornou tão popular que até as empresas de transportes da Suíça começaram a usar a mesma para o pagamento das passagens. Em 2017, o Japão foi um dos primeiros países a legalizar transações com *Bitcoins*, o que influenciou na desvalorização em janeiro de 2018. (Morais, 2021).

Em 2020, o valor do *Bitcoin* saiu de 7.500,00 USD para 29.000,00 USD, isso no período de um ano. Neste mesmo ano, o *Bitcoin* também se firmou como uma moeda de reserva de valor. Com a grande instabilidade do mercado devido à pandemia da Covid-19, adeptos começam a usar a criptomoeda como reserva de valor, assim como o Ouro e o Dólar. (Morais, 2021). O *Bitcoin* obteve seu marco histórico no dia 20 de outubro de 2021, superando pela primeira vez os 65.000,00 USD. Em 15 de abril de 2023, estava cotado em cerca de 30.300,00 USD. Vale ressaltar que esse dado anterior representa uma queda de quase 16%, referente apenas ao valor do último ano.

3.2 Ethereum

Segundo Morais (2021), o *Ethereum* é uma moeda que faz uso da tecnologia *Blockchain*. Assim como o *Bitcoin*, uma das finalidades dos criadores do *Ethereum* foi descomplexificar o sistema de transações. O *Ethereum* tem características fantásticas, pois na sua origem foi instaurada uma forma de barrar a mineração por hardware ASIC, o que gera

seguridade para mineradores autônomos que utilizam GPU (*Graphic Power Units*) e seguindo dessa maneira os princípios de *Satoshi Nakamoto* quando deu início as operações em *Bitcoin*.

O *Ethereum* atingiu seu marco histórico no dia 8 de novembro de 2021, superando pela primeira vez os 4.800,00 USD. Em seu ICO (*Initial Coin Offering*) que, traduzido, significa Oferta Inicial de Moedas, o valor de um ETH era de US\$ 0,31. Do lançamento até seu marco histórico, o valor do *Ethereum* obteve uma valorização maior que 1.430.000% (1,4 milhão por cento).

Conforme Morais (2021), com o nascimento do *Ethereum*, o conceito de “*tokens*” o acompanha, fazendo uso de um token conhecido como ERC-20, que, na verdade, virou um padrão para o uso em todos os “*smart contracts*” do *Blockchain* do *Ethereum*. O *Ethereum* representa a segunda maior moeda digital no que se refere a capitalização no mercado de criptomoedas. O mesmo foi criado por um russo chamado *Vitalik Buterin*.

3.3 *Ripple*

De acordo com Morais (2021), o *Ripple* é a terceira criptomoeda em termos de capitalização. Usada como uma rede de pagamentos, diferentemente, portanto, do *Blockchain*. O *Ripple* criou sua própria conexão e tecnologia com o protocolo de transação patentado de RPCA (*Ripple Protocol Consensus Algorithm*). Ademais, diferente de outras criptomoedas a *Ripple* não autoriza mineração. A *Ripple Net* tem a função de lançar novos tokens no meio de comercialização. Existem atualmente cerca de 38 bilhões de *Ripple*, e a *Ripple Net* é proprietária de metade + 10% (dez por cento) desses tokens. Quando comparado as transações realizadas para adquirir o *Bitcoin*, a *Ripple Net* consegue ser 120 vezes mais rápida, demonstrando ser um sistema bem efetivo (Morais, 2021).

A *Ripple Network* trata-se de uma moeda digital descentralizada. Não é necessária a intervenção de terceiros ou instituições financeiras para transação de tokens para troca de moedas como dólares. O *Bitcoin* é considerado uma criptomoeda de atribuição pública, o *Ripple* é uma rede privada. As instituições financeiras a seguir tem parceria com a rede da *Ripple* e podem intermediar a realização de transferências internacionais: *Santander*, *UnionCredit*, *UBS* (Morais, 2021).

Morais (2021) relata que a *Ripple Net* teve sua expansão na América Latina, especificamente no Brasil em 2019. É uma empresa constituída legalmente que catalisa as transferências de moedas entre países de maneira segura e com custo muito baixo. A *Ripple Net* trabalha com “*dealers*”, como bancos e instituições financeiras. O efetivo lançamento da

moeda digital, conhecida como *Ripple*, ocorreu em 2013, quando a pessoa jurídica captou 7,5 milhões de dólares de vários investidores adeptos as criptomoedas.

3.4 Atribuições das moedas digitais

No tocante aos seus benefícios, as criptomoedas listam possíveis revoluções no método de transferência de valores já conhecido pelo atual corpo social. Em sua obra, “Bitcoin A Moeda na Era Digital”, o autor Fernando Ulrich (2014), cita três benefícios ao adquirir uma criptomoeda, dentre eles, o fácil acesso a mesma, haja vista o custo relativamente baixo, o combate à pobreza perante os mais desfavorecidos e, como desfecho, a valorização e fomento para a criação de novas tecnologias cada vez mais efetiva.

Segundo Morais (2021), devido à criptomoeda ser transparente, ou seja, completamente digital, os gastos realizados são mínimos, pois o modo de confecção de cédulas físicas não é realizado. Outrossim, possui determinadas ferramentas para evitar o que se conhece como “*double spending*”, ou seja, evitar que o valor da moeda seja gasto em duplicidade pelo mesmo proprietário;

A criptomoeda versa de uma afronta ao atual sistema financeiro, uma vez que autoriza adeptos a realizarem compras e vendas sem a necessitar de instituições financeiras ou terceiros, intermediarem essa transferência, assim como já ocorre com bancos em geral. Nesse sentido, o sistema é totalmente descentralizado. Ademais, uma das vantagens mais interessantes ao se adquirir uma moeda digital é a potencial chance de valorização, já que não são afetadas pela inflação. As instituições financeiras e bancos são afetados pela inflação devido estarem atrelados as taxas estipuladas pelo Banco Central de cada país.

Entre os contras das criptomoedas, a volatilidade influencia muito em perdas e ganhos. Nesse viés, a procura por ganhos exorbitantes as moedas digitais são bastante utilizadas para fins ilícitos. As criptomoedas têm sua cotação determinada pelo princípio da oferta e demanda. Logo, sua cotação se eleva quando muitos adquirem e caem quando muitos vendem as moedas. No mercado de moedas digitais, vários tipos de fraudes são registrados todos os dias. Empresas golpistas criam inúmeras corretoras com o objetivo de comercializar criptomoedas e na realidade nem existem no mundo jurídico de forma lícita, assim não detêm de prévia autorização para o pleno funcionamento. A finalidade dessas empresas falsas são ludibriar adeptos ou até mesmo especuladores, que ofertam o compromisso de retorno em taxas exorbitantes, como algo entre 15% ao mês (Morais, 2021).

Morais (2021) dispõe que as criptomoedas precisam muito da internet e do seu sistema de desenvolvimento ativo, na falta dessa logística tecnológica, as criptomoedas não têm valor. O que não ocorre com uma cédula comum que pode ter como lastro ações ou fundos imobiliários. No caso de uma falha no sistema das moedas digitais, o seu valor passa a ter a cotação de zero, devido sua inutilidade.

No que se refere ao pagamento, saque ou transferência de moedas digitais, Moraes (2021) cita que o processo é irreversível, ou seja, uma transferência de criptomoeda não é registrada e, nesse viés, torna-se irrevogável e irreversível. Ao realizar uma transferência no método tradicional, e porventura cometemos um erro de digitação, existe a possibilidade de estornar a quantidade em seu valor total. Acerca das moedas digitais esse método não pode ser utilizado, ou seja, caso durante a compra ou venda o investidor adicionar uma informação diversa da correta, o estorno torna-se impossível, pois a cadeia de blocos que gera a transferência não pode ser revogada.

Nesse sentido, na carência de uma regulamentação específica relacionada às transferências de moedas digitais, criptomoedas ou ativos digitais, não existem meios jurídicos com o objetivo de reverter os danos associados as transações, sendo assim, torna-se imprescindível que em toda transferência o usuário confirme todas as informações antes de efetuar qualquer transação.

3.5 Mineração

Conforme Moraes (2021), a mineração corresponde em usar o processamento (CPU) e memória disponibilizada pelo computador ou uma rede conjunta de computadores com objetivo de calcular problemas matemáticos extremamente complexos para gerar novos blocos de *Bitcoin* e outras moedas digitais. De maneira geral, o processo de mineração realiza a verificação a procedência das assinaturas digitais e se todas as informações do *hash* estão de acordo, após a verificação, solicita informações a respeito do histórico dos blocos anteriores, aguardar o processamento dos blocos seguintes e validar a operação, isto posto, ao término da mineração do bloco, o êxito só é atingido com a validação feita por outros blocos na rede. Somente blocos válidos são aceitos na cadeia do *Blockchain*, blocos anulados serão desconsiderados e por fim o minerador responsável pela transação recebe uma gratificação. Como o gasto de energia é considerável, a gratificação é ofertada para custear esse gasto, bem como a investimento inicial em aparelhagem e dispositivos. A margem de lucro de mineração

fica em média de 1% ao mês de lucro. Entretanto, essa porcentagem pode variar a depender do grau de dificuldade de calcular os problemas matemáticos.

O *Proof-of-Work*, que pode ser traduzido por “Prova do Trabalho”, demonstra que existe demanda no sistema *Blockchain* devido a confirmação de transações e a criação de novos blocos no sistema. O *Proof-of-Work* faz com que os mineradores disputem entre eles para concluir as operações e concorrer pelas remunerações. Nesse sentido, quem possui a melhor capacidade processual e detém de fornecimento de energia elétrica constante, recebe as melhores remunerações (Morais, 2021).

Não existe possibilidade de mineração com os computadores comuns, em especial porque os investimentos necessários para atingir a capacidade processual necessária são elevados. Dessa forma, a exigência de processamento competente é algo essencial. As placas gráficas com processadores GPU (*Graphic Process Units*), geralmente são as mais utilizadas para mineração de forma amadora (Morais, 2021).

Infelizmente ataques diversos são feitos nos blocos de mineração. Quando ocorre a tentativa de adicionar um *malware* de mineração no sistema visando a vulnerabilidade, o perigo de invasão é majorado. Caso efetue a invasão, o RIG de mineração irá processar com a identificação da carteira dele, e não do real proprietário do RIG. Ademais, é recomendado separar a RIG da residência própria, feito por um *firewall* (dispositivo de segurança), com propósito de evitar o desvio de dados pessoais (Morais, 2021).

Além da possibilidade de invasão ao sistema, outros tipos de ataque à rede já foram relatados. Um deles é o *Cryptojacking*, que é conceituado ao utilizar um computador comum sem o consentimento para minerar criptomoedas. O invasor pode adentrar na rede e inserir uma aplicação de mineração. Esse procedimento é usado com frequência, onde um *JavaScript* malicioso se autoexecuta no *browser* da vítima e instala o minerador. Os resultados dessa invasão fazem com que o computador desacelere o processo de mineração para adeptos de boa-fé, bem como facilita o acesso do *hacker* ao equipamento pessoal do minerador. Por fim, acarreta o aumento das despesas de energia elétrica, fazendo com que a remuneração dos mineradores seja atenuada (Morais, 2021).

3.6 Segurança e tecnologia *blockchain*

O sistema *blockchain*, ou rede de blocos, funciona como um livro contínuo, disponibilizado para qualquer indivíduo acessar. O sistema, de maneira bem simplificada, opera com 03 (três) fases, ou 03 (três) blocos de informações diferentes. O bloco inicial

contém os dados pessoais do remetente, do comprador e a quantidade de moedas digitais negociada. O segundo bloco, possui uma *hash*, termo utilizado ao fazer referência a uma impressão digital, funciona como um código de verificação. Vale ressaltar que esse código é único. O terceiro bloco trata-se da *hash* do bloco anterior, que funciona como um comunicador entre os outros blocos. A alteração em qualquer bloco ou fase faz com que toda a operação seja anulada.

O computador é responsável pelo procedimento em “tentar descobrir” qual é o bloco válido e dar andamento a operação, o que é realizado por meio de um sistema, nomeado de *proof-of-work* (prova de trabalho). Nesse viés, um bloco tem inúmeras informações, é traz consigo agrupamentos de transações. Quando ocorre uma *proof-of-work* fica caracterizado e provado que determinada máquina ou computador demandou de esforço para processar e dar continuidade a operação cedida pelo código do software da *blockchain*. Toda prova de trabalho ao ser completado, gera uma recompensa, paga em criptomoedas, dependendo de qual moeda digital está em transação.

O sistema P2P de *blockchains* onde cada um dos pontos da rede funciona tanto como cliente quanto como servidor, autoriza compartilhamentos de serviços e dados sem a necessidade de um terceiro, o que gera alguns benefícios. O benefício mais valorativo talvez seja o fato das redes P2P oferecerem mais segurança do que os meios comuns de cliente/servidor. A ordenação de *blockchains* em grande número de pontos faz com que ataques de *Denial of Service* (DoS), que prejudicam muitos sistemas, não sofram alteração (Nascimento, 2022).

A possibilidade de fraude nos dados é bastante improvável quando se trata de grandes sistemas, como a do *Bitcoin*. *Blockchains* menores tem mais probabilidade de sofrerem ataques, haja vista que adeptos podem ter controle majoritário sobre os pontos. Assim, a rede P2P, com nível de ordenação superior, oferece às *blockchains* um elevado grau de segurança visando evitar ataques a rede (Nascimento, 2022).

Adiante, Nascimento (2022), relata que além da oferta de garantir à segurança a utilização do sistema P2P em *blockchains* também concede a possibilidade de não intervenções estatais. As carteiras de criptomoedas não podem sofrer intervenções do ente governamental, o que já não acontece em contas bancárias comuns ou até mesmo contas bancárias digitais registradas em instituições financeiras.

Mesmo com tantas benesses, o uso do sistema apresenta algumas insuficiências. Devido às atualizações serem alocadas em um livro contínuo para conseguir manter todos os pontos, a inserção desses dados só pode ser realizada por um computador com alta capacidade

de processamento. Mesmo fornecendo uma segurança considerável, o sistema P2P, possui uma baixa eficácia, o que soma em mais uma das adversidades enfrentadas pelo atual sistema (Nascimento, 2022).

Outro entrave importante está relacionado a problemas de invasão que podem surgir durante eventos de *hard forkvis*. Visto que a descentralização é uma característica do sistema *blockchain*, grupos de pontos podem viabilizar mutações no código e realizarem a segregação do bloco de origem para construir um novo bloco, análogo ao bloco inicial. Logo, o mecanismo P2P, não é usado apenas no sistema *blockchain*, o mesmo também é utilizado para atender às necessidades de outras áreas da tecnologia da informação, desde redes de compartilhamento de arquivos até aplicativos de comercialização de energia (Nascimento, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o objetivo desse trabalho é analisar as regulamentações das criptomoedas e de que forma são usadas para a prática de lavagem de dinheiro. Nesse sentido, foi analisado a forma de trabalho das tecnologias, mineração e criptografia. Ademais, foi exposto o histórico de surgimento das principais criptomoedas e a sua influência no mercado financeiro.

Por conseguinte, fica explícito até a presente escrita que a segurança da tecnologia *blockchain* trata-se de algo imprescindível para a transação lícita de compra e venda de criptomoedas. Nesse viés, torna-se necessário a influência estatal na regulamentação das criptomoedas, haja vista a alta demanda na busca por esses ativos financeiros.

REFERÊNCIAS

ETHEREUM: como surgiu a segunda criptomoeda mais valiosa do mundo? Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-ethereum/>. Acesso em: 07 maio 2023.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

GUIA SOBRE BITCOIN: conheça a origem da primeira criptomoeda do mundo. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-bitcoin/>. Acesso em: 07 maio 2023.

ICO: entenda o que é e como funciona uma oferta inicial de criptomoedas. Disponível em: <https://brasilbitcoin.com.br/criptomoeda/ethereum#:~:text=A%20ideia%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da,de%20US%24%200%2C31>. Acesso em: 07 maio 2023.

LAVAGEM DE DINHEIRO. Disponível em: <https://www.elliptic.co/blog/bitcoin-money-laundering>. Acessado em: 21 mar. 2023.

MARCHESIN, Karina Bastos Kaehler. **Blockchain e smart contracts [recurso eletrônico]:** as inovações no âmbito do Direito. São Paulo: Expressa, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, Alexandre Fernandes de. **Bitcoin e Blockchain [recurso eletrônico]:** a revolução das moedas digitais. São Paulo: Expressa, 2021.

NAKAMOTO, Satoshi. 2008. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf> . Acesso em: 21 mar. 2023.

NASCIMENTO, Leonardo B. G. *et al.* **Criptomoedas e Blockchain**. Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9786556900094. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900094/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

RIPPLE (XRP): o que é, preço hoje e como comprar. Disponível em: <https://coinext.com.br/criptomoedas/ripple>. Acesso em: 07 maio 2023.

TEIXEIRA, Tarcisio; RODRIGUES, Carlos Alexandre. **Blockchain e criptomoedas:** aspectos jurídicos. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

TELLES, Christiana Mariani da Silva. **Bitcoin, lavagem de dinheiro e regulação**. Curitiba: Juruá, 2020.

BIODADOS

Matheus Helian Silva Matos

Email: matheushelian789@gmail.com

Telefone: (62) 98511-7163

**TEORIA DA CO-CULPABILIDADE: perspectivas no ordenamento
jurídico como forma de atenuante genérica no art.66 do CP**

Jessica Kelly Oliveira Freitas¹

Ana Célia²

RESUMO: O presente projeto buscará abordar a relevância do princípio da co-culpabilidade no direito penal, destacando a falta de estudos aprofundados sobre o tema. Este princípio, por confrontar interesses das classes privilegiadas, muitas vezes não recebe a devida atenção. Sua aplicação é limitada devido à ausência de previsão legal, o que restringe seu alcance. O estudo buscará esclarecer a essência da co-culpabilidade e sua importância para a sociedade, além de questionar se ela pode ser usada para fundamentar atenuantes em casos de crimes sem comprovação de responsabilidade estatal. Abordará ainda a culpabilidade às avessas e sua aplicabilidade em crimes de colarinho branco. Os objetivos incluem analisar a aplicação do princípio sob a ótica do artigo 66 do Código Penal, que permite a atenuação da pena por circunstâncias relevantes não previstas em lei. Para tal, a pesquisa adotará métodos quantitativo-descritivos e bibliográficos para uma análise aprofundada do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Co-culpabilidade. Responsabilidade. Atenuante. Direito Penal.

1 INTRODUÇÃO

Conforme leciona Porto e Soda (2019), desde o início do século XXI, observa-se um desenvolvimento progressivo no direito penal, com o intuito primário aprimorar a aplicação das normas penais de maneira humanitária e em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Marins (2022) complementa que dentro desse contexto surge a Teoria da Co-culpabilidade, intimamente ligada à falha do Estado em cumprir as promessas do contrato social estabelecido com a sociedade. Nesse contrato, os cidadãos renunciam parte de sua liberdade em troca da garantia de proteção e desenvolvimento proporcionados pelo Estado. Quando ocorre o descumprimento desse pacto, surge a lacuna que fundamenta a teoria da co-culpabilidade.

Assim, Moura (2019) esclarece que a Teoria da Co-Culpabilidade é um conceito jurídico que sugere a existência de uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e o agente de um crime. Em outras palavras, ela propõe que a culpa pelo delito não deve recair

¹ Acadêmico do 10º Período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: kellyjessica241@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser.

exclusivamente sobre o autor do crime, mas também sobre o sistema ou a sociedade que contribuiu para a ocorrência do ato ilícito.

Essa teoria argumenta que em muitas situações, o contexto social, econômico e político pode influenciar o comportamento do agente, tornando-o mais propenso a cometer um crime. Portanto, ao analisar a culpabilidade, deve-se levar em consideração não apenas as ações individuais, mas também os fatores externos que contribuíram para a prática do delito (Marins, 2022).

Guilherme (2019) enfatiza que a aplicação prática da Teoria da Co-Culpabilidade pode variar de acordo com o sistema jurídico de cada país e as circunstâncias específicas de cada caso. Ela busca, em última instância, promover uma avaliação mais justa e equitativa da responsabilidade penal, levando em conta não apenas a conduta do autor, mas também o contexto em que o crime ocorreu.

Dessa forma, trata-se de um tópico relevante no direito penal, muitas vezes subestimado ao confrontar interesses das classes privilegiadas. Sua aplicação é limitada devido à falta de previsão legal, mas merece um estudo mais detalhado para uma aplicação justa e embasada. Ao identificar a lacuna nas leis para a proteção das classes menos privilegiadas, torna-se imperativo compreender as formas de atenuação de pena previstas no código penal, aliadas a um princípio ainda pouco conhecido, mas cujo uso habitual evitaria injustiças na sociedade. Esse é o princípio da co-culpabilidade, que advoga pela responsabilidade compartilhada entre o Estado e o autor do crime no momento da sua prática, visando à redução da pena deste último.

Essa teoria coaduna-se com a moderna concepção de um direito penal garantista, que busca dividir a responsabilidade penal entre o Estado e o infrator. A análise da aplicação da Teoria da Co-culpabilidade se revela de extrema importância, uma vez que ela integra a argumentação de defesa de muitos indivíduos submetidos ao poder punitivo do Estado. Dessa forma, a co-culpabilidade surge como uma denúncia das circunstâncias em que o próprio Estado deixou de prover de forma equitativa e proporcional os direitos sociais e econômicos expressamente previstos na Constituição Federal de 1988 (Marins, 2022).

Esta pesquisa tem como objetivo explorar a Teoria da Co-Culpabilidade no contexto do ordenamento jurídico, especialmente como uma forma de atenuante genérica de acordo com o Artigo 66 do Código Penal. Este tema é crucial para a equidade e justiça no sistema penal, abordando a responsabilidade compartilhada entre o Estado e os indivíduos envolvidos em práticas criminosas.

O estudo aprofundará a Teoria da Co-Culpabilidade, compreendendo suas bases teóricas, origens e aplicabilidade global. Também analisará o Artigo 66 do Código Penal brasileiro, que trata das circunstâncias atenuantes da pena, avaliando sua adequação para a aplicação da co-culpabilidade como atenuante genérica. Além disso, serão investigados os possíveis impactos sociais e jurídicos dessa teoria, considerando a redução de desigualdades e a promoção da justiça social.

A expectativa é que este projeto de pesquisa contribua para um entendimento mais aprofundado da Teoria da Co-Culpabilidade e seu potencial como atenuante genérica no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, espera-se que os resultados auxiliem na promoção de discussões pertinentes sobre justiça penal, equidade e responsabilidade compartilhada, contribuindo para um sistema de justiça mais justo e eficiente.

2 METODOLOGIA

A pesquisa empregará uma abordagem metodológica que combina métodos quantitativos e descritivos, juntamente com a utilização de fontes bibliográficas. Esta estratégia será aplicada para conduzir uma análise aprofundada do tema em questão. A investigação se baseará na coleta e análise de dados quantitativos, proporcionando uma compreensão mais detalhada e numérica dos fenômenos relacionados à Teoria da Co-Culpabilidade. Paralelamente, será realizada uma exploração minuciosa da literatura existente sobre o assunto, abrangendo doutrinas, jurisprudências, artigos científicos e documentos legais. Essa abordagem combinada permitirá uma investigação ampla e precisa, contribuindo para um entendimento mais completo e embasado do tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, os resultados preliminares desta pesquisa em andamento têm proporcionado insights valiosos sobre a Teoria da Co-Culpabilidade e sua possível aplicação como atenuante genérica no Artigo 66 do Código Penal. As análises iniciais indicam a pertinência e relevância desta teoria no contexto do ordenamento jurídico brasileiro.

Conforme visto na análise de Ávila (2023), a Teoria da Co-culpabilidade parte do princípio de que tanto o Estado quanto a sociedade compartilham uma parcela de

responsabilidade pelo delito cometido pelo autor. Este, ao longo de sua trajetória, não teve acesso aos direitos sociais mínimos que deveriam ter sido garantidos pelo Estado, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988.

A doutrina apresenta divergências quanto à aplicação da Teoria da Co-culpabilidade no contexto jurídico brasileiro. Enquanto alguns doutrinadores acreditam que reconhecer sua aplicação seria uma forma de evidenciar as falhas do sistema penal nacional, especialmente em relação à seletividade na imposição de penas, outros argumentam que conceder tal reconhecimento, mesmo que como uma atenuante genérica não nomeada, poderia ser interpretado como um estímulo ao cometimento de crimes.

No que tange às jurisprudências analisadas, por um lado, há a interpretação de que a Teoria da Co-culpabilidade pode ser aplicada no ordenamento jurídico brasileiro como uma atenuante inominada, conforme o artigo 66 do Código Penal, desde que seja comprovada a vulnerabilidade social vivenciada pelo acusado e sua influência na prática do delito. No entanto, de forma predominante, a posição é de que a co-culpabilidade não é uma teoria amplamente aceita no sistema judiciário brasileiro, nem mesmo como uma atenuante não nomeada, devido ao receio de que o acusado possa usar esse argumento como uma justificativa para futuras transgressões.

A revisão da literatura e a análise de casos jurisprudenciais têm demonstrado que a co-culpabilidade representa uma abordagem promissora para a promoção de uma avaliação mais justa e equitativa da responsabilidade penal. Ela oferece a oportunidade de considerar não apenas as ações individuais do agente, mas também os fatores contextuais que podem ter contribuído para a prática do delito.

É fundamental ressaltar, corroborando com Moura (2019), que a aplicação efetiva da Teoria da Co-Culpabilidade requer um equilíbrio delicado entre a individualização da pena e a manutenção da ordem social. A análise minuciosa de cada caso é essencial para assegurar que a justiça seja devidamente servida, sem que o agente do crime seja injustamente penalizado.

Neste ponto da pesquisa, estamos em um estágio de análise e discussão contínua. A expectativa é que os resultados finais venham a contribuir significativamente para o aprimoramento do entendimento sobre a co-culpabilidade e sua eventual implementação no sistema legal brasileiro. Esta abordagem promete ser um avanço significativo na direção de um sistema penal mais justo, sensível e equitativo diante das complexidades que envolvem a prática criminosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, este projeto de pesquisa em andamento permitiu um aprofundamento no entendimento da Teoria da Co-Culpabilidade e suas potenciais aplicações como atenuante genérica no Artigo 66 do Código Penal. A investigação revelou a relevância desta teoria no contexto do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente em cenários onde a complexidade das circunstâncias pode influenciar a prática criminosa.

Ao analisar a literatura existente e examinar casos jurisprudenciais, tem-se observado que a co-culpabilidade apresenta-se como uma ferramenta promissora para promover uma avaliação mais equitativa da responsabilidade penal. Ela oferece a possibilidade de considerar não apenas as ações individuais do agente, mas também os fatores externos que contribuíram para a ocorrência do delito.

Contudo, é essencial destacar que a aplicação da Teoria da Co-Culpabilidade demanda um cuidadoso equilíbrio entre a individualização da pena e a preservação da ordem social. A avaliação criteriosa de cada caso é fundamental para garantir que a justiça seja efetivamente servida, sem que o agente do crime seja injustamente penalizado.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a ampliação do debate sobre a co-culpabilidade e sua implementação no sistema legal brasileiro. Além disso, acredita-se que essa abordagem possa representar um avanço significativo no sentido de tornar o sistema penal mais justo, equitativo e sensível às complexidades sociais e individuais que envolvem a prática criminosa.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Anna Caroline Serra de. A aplicação da teoria da co-culpabilidade como atenuante inominada do art. 66 do CP: uma análise dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 01 jun. 2023. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/61554/aaplicaodateoriadaco-culpabilidade-como-atenuante-inominada-do-art-66-do-cp-uma-anlise-dos-acrdos-do-tribunal-de-justiado-amazonas>. Acesso em: 11 set 2023.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. 10. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2021.

GUILHERME, Lázaro Samuel Gonçalves. **Co-culpabilidade Penal: Uma Questão Social**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

MARINS, Milenny Lee Cabral. A Teoria da Co-culpabilidade na Justiça Estadual Mineira: um Estudo Empírico-quantitativo. **Revista Avant**, Florianópolis, v. 6, n.1, p. 147-174, jun. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235762>. Acesso em: 04 set. 2023.

MOURA, Grégore Moreira de. **Do Princípio da Co-Culpabilidade no Direito Penal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

PORTO, Rosane Teresinha Carvalho; SODA, Robson Leandro. Do Princípio da Co-Culpabilidade e sua aplicação no Direito Penal Brasileiro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 29, n. 2, 2019.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CARGOS ECLESIASTICOS ENTRE EVANGÉLICOS

Isabelli Vasconcelos Santos

Marcos Cristiano dos Reis

RESUMO: A presente pesquisa trata da violência de gênero contra mulheres no âmbito religioso. O enquadramento metodológico é concernente à sua representatividade política e social na plena ocupação de cargos eclesiaísticos segundo a perspectiva evangélica. Para tal propósito, buscou-se apresentar uma forma reflexiva e crítica no que tange a definição do processo de autonomia e autoridade no exercício de funções de lideranças e cargos importantes gerados pelo público feminino, cuja mesma, vem desenvolvendo um papel fundamental como protagonista e ainda diante da existência de fatores desafiadores em face de um sistema hegemônico patriarcal perpetuante desde os tempos primordiais. Metodologia: utiliza-se como método o estudo bibliográfico, a pesquisa e análise de textos científicos (artigos e teses). Resultado: Pode-se concluir a existência de desafios, desigualdades e discriminações direcionadas às mulheres como protagonistas quanto á ocupação de cargos eclesiaísticos dentro das igrejas evangélicas baseadas na influência do sistema hegemônico patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. De Gênero. Mulher. Cargos Eclesiaísticos. Patriarcalismo.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero pode ser conceituada como um fenômeno social que é característico como qualquer tipo de agressão física, sexual, simbólica ou psicológica contra alguém em razão de sua identidade de gênero, no qual, costumeiramente, tal reação surge a partir de preceitos discriminatórios, taxativos e característicos do presente fenômeno que se encontra perpetuante na atualidade. Desse modo, pode-se observar em vários lugares a constante luta pela igualdade de gênero, estando está relacionada diretamente até mesmo com os direitos humanos (de forma expressa) como um garantidor dos direitos á todos os cidadãos, viabilizando a isonomia social, bem como a dignidade da pessoa humana independente de sua raça, crença, sexo ou origem, criada pelo legislador.

Destarte, dado o que se menciona, podemos trazer como situação concreta os casos existentes dentro das igrejas evangélicas que concerne à representação política feminina, onde estes afetam diretamente tal público específico com diversas e constantes barreiras em face do estabelecimento de seus indivíduos em posições de poder diante de uma sociedade que visualiza apenas os homens como dominadores de classe mais alta dentro de um sistema

hierárquico e estruturado a contar dos séculos passados, que ainda seguem doravante sob a população do gênero feminino. Ou seja, na atual realidade vivenciada por muitas mulheres, estas em sua maioria são um dos grupos pertencentes à sociedade mais alvejadas por situações fáticas, discriminatórias e violentas (sejam elas de caráter físico, moral ou psicológico).

Pondo isso em evidência, apesar de tais violências, no que diz respeito a sua fixação como indivíduos independentes e autônomas, conseguiram por meio das lutas por reconhecimento ao longo do último século alcançar até mesmo a ocupação de funções de maior importância (como por exemplo, a chefia da própria família) diante da sociedade. Para tanto, pode-se perceber que com o passar dos anos as mulheres vem conquistando essa influência em todos os meios sociais, principalmente na religião, atuando como diaconisas, missionárias, presbíteras, pastoras e bispas em uma realidade mais contemporânea, contudo, mesmo mediante a tal desenvolvimento, o público em questão ainda é alvo de atos discriminatórios (que em certa proporcionalidade podem até mesmo serem vítimas de violência) apenas pelo simples fato de serem identificadas como mulheres, ou seja, apenas por serem do gênero feminino.

Ademais, a maioria dos executores das formas de violência aludidas são homens, simplesmente por verem as mulheres de forma estereotipada como pessoas de sexo frágil, caracterizadas por sua beleza, detentoras apenas da responsabilidade de reprodução e como cuidadoras dos seus lares e de seus maridos. Logo, interpreta-se que elas seriam seres incapazes de exercer as funções socialmente designadas aos homens, em que, tal forma de compreender as relações sociais se origina e é construída ao longo do tempo por meio da estruturação do sistema patriarcal.

Sistema este que vem se definindo na constituição histórica de princípios, tradições e culturas que promovem exegeses, reconceituando a gênese da existência humana, no qual a mulher é criada a partir da costela de Adão após a criação do homem, onde tal fato foi interpretado de maneira heterogênea, induzindo ritualísticas preconceituosas que estão presentes hoje dentro das igrejas por meio de seus dogmas. A título de exemplificação temos o movimento evangélico, proveniente da religião protestante.

Em suma, este texto se propõe a explorar criticamente a violência de gênero e a representação política feminina em cargos eclesiais dentro do movimento evangélico, onde para embasar essa análise, recorreremos a uma ampla pesquisa bibliográfica, englobando obras acadêmicas, literárias e científicas, cujas fontes, revelam a persistência da violência, discriminação e naturalização de problemas sociais, frequentemente relacionados à identidade

individual, desconsiderando as diferenças fisiológicas e biológicas (ou seja, o sexo) em detrimento da humanidade compartilhada por todos os seres humanos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica de cunho descritivo da problemática sugerida, a saber: violência de gênero e discriminação contra mulheres evangélicas. A pesquisa se orienta por meio da utilização de métodos dedutivos, através de materiais bibliográficos com abordagem qualitativa.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A partir da construção social da própria identidade de gênero, sobreposta por uma gama de características influenciadas por uma divergência entre o masculino e o feminino, mas que se assimilam quanto a sua origem, pode-se definir o gênero como um termo que diferencia o homem da mulher. Sucintamente, tal conceituação se estabelece como fonte essencial à estruturação de poder, ou seja, introduzindo-se como princípio fundamental para a hierarquização da sociedade constitutivamente classificada nos aspectos fisiológicos e em preceitos hermenêuticos que pré-dispõem uma ordem organizacional aos indivíduos, tangente à definição do mais forte e do mais fraco ao exercerem suas atividades.

Classificação esta que se oriunda de definições tácitas e levando em conta suas condições balanceadas nos pontos afirmativos e negativos de cada ser sob a visão da identidade subjetiva categorizada pela sociedade desde os séculos antecedentes, de forma prescritiva em diversas áreas como na religião, na cultura, na política, na psicologia, na educação e entre outras formações. Consequentemente, dada a conceituação acima, pode-se arguir a reiteração feita pela teoria da performatividade e sua concepção de gênero, sexo e sexual em consonância ao estudo descrito das teorias de Foucault, Butler e Laplanche em uma tradução concisa nos códigos de materialização dos ensinamentos direcionados ao ser humano desde seu infante, ou seja, uma contextualização que trás como tese a partir da designação do gênero iniciado desde a fase infantil do indivíduo (Lima; Belo, 2019).

Por conseguinte, diante do que foi exposto anteriormente, podemos dizer que com o desenvolvimento da sociedade temos em seu meio a convivência de indivíduos de diferentes

grupos. Dentro dessa perspectiva tem-se como ponto central a convivência entre aqueles que se identificam como pessoas do gênero feminino e aqueles do gênero masculino. A forma que a presente pesquisa busca elucidar questionamentos embasados na primeira impressão da existência de desigualdade sócio-política entre gêneros em igrejas evangélicas, de forma a se concretizar por meio da observação da atuação plena das mulheres e dos homens como líderes religiosos.

Observa-se que no Brasil por mais que se tenha a comprovação da existência de uma maioria de mulheres brasileiras autointituladas cristãs com cerca de 55% da população que se autodeclara sob essa classificação (correspondente ao número acima de 23 milhões) segundo a Organização Servindo Pastores e Líderes - SEPAL / IBGE (Cerqueira, 2020), apesar de ser maioria observa-se em contraposição que maior parcela dos que possuem autoridade ao exercerem suas funções eclesiásticas são homens. Logo, comprova-se de forma exemplificativa o caso da Igreja Universal do Reino de Deus que apresenta um grande número de mulheres como auxiliadoras dos pastores, mas poucas delas exercendo da função pastoral (Oliveira Filho, 2012), enfatizando-se aproximadamente ao percentual de 75% de mulheres congregantes e não atuantes em cargos de maior poder (Gabatz, 2017), ou seja, um fato em que se sugere relação de desigualdade dentro do instituto religioso e característico da identidade de gênero.

Em vista disso, muitas das vezes quando uma mulher recebe a devida atenção como protagonistas religiosos, essa ainda é alvo de atos discriminadores pela sociedade e que tais acontecimentos, são frequentes, mas não são percebidos de forma adequada, como violência de gênero, por terem se tornado, “naturalizados ao longo” do tempo como derivados de um sistema estruturado em favor apenas daqueles do sexo masculino dentro das congregações e que se enfatiza também até mesmo por meio da própria raiz existencial da religião em si.

Para tanto, ao se adentrar nessa linha de pensamento torna-se necessário recorrer à percepção do assunto discorrido no Livro “Se Deus fosse um Ativista dos Direitos Humanos”, escrito por Boaventura Sousa Santos. Destacam-se os conceitos de: hegemonia, contra hegemonia e não hegemonia elaborada pelo autor. É possível observar em algumas tradições religiosas a afirmação hegemônica, destacando o conteúdo que se faz presente o cristianismo, de forma teológica e política, trazendo consigo hipóteses argumentativas do que define o Sagrado e o Profano no que se diz na distinção do cristianismo em sua teologia tradicional como catalisador apontado, onde se tem como embasamento a origem de fundamentações para ações que se conduzem por meio da própria tradição em seus princípios seguidos e propagados como corretos ou como errados:

No Cristianismo, uma teologia tradicionalista significa, por exemplo, que a distinção entre a religião dos oprimidos e a religião dos opressores, não possa ser aceite. O que de outra perspectiva é visto como religião do opressor – uma religião espiritualista, burguesa, sem posição crítica em face das injustiças estruturais (Metz, 1980) – é considerado o padrão de experiência religiosa legítima, ao mesmo tempo em que a religião dos oprimidos é estigmatizada ou ignorada (Santos, 2014, p. 37).

Desse modo, este tópico permite entender que a violência discriminante instaurada contra o público feminino também pode ser definida pela forma em que se interpretam os princípios impostos pela religião. Ou seja, pelo modo em que a tradição prega e interpretam as condutas de forma a hierarquizar homens, mulheres e pessoas LGBTQIAP+. Levando o patriarcado a se tornar uma única ordem organizacional dentro de suas instituições motivando a influência autoritária e diminuindo as mulheres, sujeitando-as a trabalhos não tão valorizados na sociedade, de modo que se fazem notórios tais conjecturas em várias áreas e não sendo somente na religião.

Contudo nesta presente pesquisa, observa-se como exemplo a prevalência de homens em púlpitos no cenário religioso exercendo seus cargos eclesiásticos de destaque. Assim como as mulheres nas mesmas titulações, mas onde estas, por mais que sejam possuidoras das mesmas funções não possuem os mesmos direitos. Sendo impedidas, por exemplo, de subirem ao púlpito para o mesmo poder por conta de alguns princípios. De forma ilustrativa, a origem da humanidade por meio da criação do homem e a da mulher oriunda da costela de Adão com base nos textos bíblicos, mas que não as vetam de participarem subordinadamente nos feitos religiosos somente como auxiliadoras.

Assim, para tal conclusão pode-se fazer menção do livro “A interpretação das Culturas”, de Clifford Geertz que traz novas formas de pensar, analisar, conhecer e refletir o que seria a verdadeira palavra “cultura”, ou seja, a tão praticada tradição exercida por seus povos que se envolturam em um ciclo vicioso, no qual aquilo que é ensinado ou transmitido ao longo dos tempos por outros é imitado pelas próximas gerações e comparado assim como o “piscar dos olhos” para se compreender a cultura, ou melhor, para se entender as tradições:

As complexidades são possíveis, se não praticamente infundáveis, pelo menos do ponto de vista da lógica. O piscador original poderia, por exemplo, estar apenas fingindo, para levar outros a pensarem que havia uma conspiração, quando de fato nada havia, e nesse caso nossas descrições do que o imitador está imitando e o ensaiador ensaiando mudam completamente. O caso é que, entre o que Ryle chama de “descrição superficial” do que o ensinador (imitador, piscador, aqueles que têm o tique nervoso...) está fazendo (“contraíndo rapidamente sua pálpebra direita”) e a “descrição densa” do que ele está fazendo (“praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento”) está o objeto de etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos as quais, como

categoria cultural, são tanto não piscadelas como as piscadelas são não tiques), não importa o que alguém fizesse ou não com sua própria pálpebra (Geertz. 1926, p. 18-19).

Por conseguinte, tal discussão leva-nos a questionar preceitos que estereotipavam a mulher diante da sociedade e que definem sua religião no que condizem as formas interpretativas de suas ritualísticas, tal como também em seus direitos e garantias que condizente com a própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º (caput) onde nos faz questionar quanto ao direito de igualdade expresso em lei, mas que no panorama religioso não se faz regularmente efetivo, pela falta de atenção, pelo medo daquelas que sofrem de serem mais perseguidas de forma á se tornando natural a existência de atitudes Institucionais em contraditório com o que está previsto como direito “absoluto” que diz: “Art.5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito á vida, á liberdade, á igualdade, á segurança e á propriedade” (Brasil, 1988).

Em consequência disso, torna-se perceptível a estigmatização e o padrão estereotipado do indivíduo feminino, podendo esse fator se distinguir entre o termo “Mulher”, “mulheres” e “mulher” para definir a “Mulher Universal” (descrito no artigo de Juliana Paiva Costa Samões), ao falar sobre “O Estereótipo de Mulher utilizado como Paradigma na Interpretação do Direito”, influenciando dentro das instituições religiosas evangélicas que seguem referências oriundas e complementares do que ocorre em outros pontos do meio social, tangente da luta e dos desafios direcionados às mulheres ao longo do tempo, que por sua vez são trazidos do sistema heterogêneo patriarcal, ou seja, uma sociedade dominada por homens com a constante busca das mulheres para alcançarem seu espaço como protagonistas valorizadas pela sociedade.

Assim, em decorrência disso, podemos citar como exemplo a existência de duas ocasiões cotidianas visualizadas por meio de uma pesquisa realizada na Igreja Universal do Reino de Deus, o que também é frequente no meio evangélico e que evidencia a dominação patriarcal e a submissão feminina:

A minha pesquisa empírica de doutoramento demonstrou que na IURD existem duas ocasiões no cotidiano da igreja que reportaram á condição de invisibilidade da mulher, especificamente, a esposa de pastor. A primeira condição está no momento da apresentação do casal de pastores à comunidade. Esta ocasião, frequentemente, se inicia quando o pastor anfitrião apresenta o casal do seguinte modo: “Este é o pastor fulano de tal e sua esposa”. Portanto, não explicita o nome da mulher, qualificando-a como uma mulher “sem nome”. A segunda ocasião resulta do primeiro, pois se refere à contínua ocorrência de ninguém da comunidade da igreja ter conhecimento do real nome da esposa do pastor, pois usualmente, os membros a chamam de

“esposa do pastor” mesmo que, diariamente, ela esteja presente nas atividades cotidianas da igreja seja no canto e louvor seja na prática de visitação às famílias. Por fim, a membresia, ocasionalmente, pronuncia seu nome embora discorram sobre suas qualidades e a importância do seu trabalho realizado na igreja (Bandini, 2015).

Infere-se, portanto, que tal pesquisa nos traz como resultado a certeza, a concretização e permanência de uma problemática que envolve o público feminino dentro das instituições cristãs (evangélicas), principalmente no que se refere ao protagonismo feminino em exercer cargos eclesiais derivados de violência discriminadora ocasionada por preceitos religiosos, culturais e políticos oriundos de uma estruturação patriarcal mediante as constantes barreiras na busca da valorização e do poder feminino nos tempos contemporâneos, de forma reflexiva e crítica na busca de uma nova percepção teórica por meio do presente trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com a presente pesquisa a existência de diversas barreiras e desafios para as mulheres no meio social, de forma que não se isenta a possibilidade de tais fatos dentro das congregações religiosas, onde a título exemplificativo temos a ascensão das mulheres em cargos eclesiais sob a visão evangélica, onde tal abordagem nos leva a uma nova percepção e diversas linhas de pensamento a respeito da violência de gênero dentro dessas instituições. Além disso, se faz evidente diversas características, principalmente no que tange as ideologias, tradições, princípios e culturas que estruturam o sistema vivenciado atualmente pelas mulheres de forma ampla, mas que interligadas de diversas formas procedendo até mesmo por meio de termos interpretativos ou por paradigmas que se tornam taxativos e estereotipados.

Por fim, diante do exposto, a referencial pesquisa foi de grande significativa para a construção de conhecimento por meio da leitura, análise e estudo da temática percorrida principalmente no que tange os direitos humanos e a cidadania em sua coletividade e nos direitos e garantias individuais da pessoa humana, sendo mais específico referente ao grupo social feminino, de forma ampliativa, reflexiva e crítica quanto à naturalização de problemas frequentes na sociedade que em sua maioria são ignorados por se ocasionarem em grupos de menor potencial ou que são até mesmo vistos como “vítimas”, mas que, no entanto ao serem produzidas medidas e formas de resolução estas não são tão eficazes no que tange à prática real, possibilitando assim a partir desta pesquisa novos desdobramentos para futuras

investigações de contextualizações específicas de problemáticas visíveis ou que se tornaram naturalizadas em nossa realidade social.

REFERÊNCIAS

BANDINI, C. de P. Gênero e poder na Igreja Universal do Reino de Deus. **Horizonte** – Revista de estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 39, p. 1410-1426, 1 out. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DF: Presidente da República, 2016.

CERQUEIRA, Priscilla. Conheça o papel das mulheres que são verdadeiros pilares na igreja. **Revista Comunhão**, 2020.

GABATZ, Celso. **As mulheres nas igrejas neopentecostais**: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LIMA, Vinícius Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. **Gênero, sexualidade e o sexual**: o sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. 2019.

OLIVEIRA FILHO, Paulo Gilberto de. **A construção das relações de gênero na mídia da Igreja Universal do Reino de Deus**. Recife. 2012.

SAMÕES, Juliana Paiva Costa. O estereótipo de Mulher utilizado como paradigma na interpretação do Direito. **Revista de Doutrina Jur.**, Brasília. DF, v. 112, e021013, 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 174p.

LINHA DE PESQUISA

“EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO”

A SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR: prevenção, ações e conscientização

Gilberto Barbosa Santos¹

Ludmila Louslene Soares²

RESUMO: Este estudo tem como objeto a segurança no ambiente escolar. Tem como propósito geral analisar a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas. Tem como objetivos específicos examinar a relevância das iniciativas de prevenção e conscientização no contexto da segurança escolar. Nesse sentido, é fundamental identificar as principais ameaças e riscos que afetam a segurança nas instituições de ensino, além de destacar as estratégias de prevenção e conscientização implementadas por escolas e governos. Por fim, busca-se debater o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança nas escolas. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental. As análises relativas ao estudo indicam a necessidade de ampla discussão sobre a segurança escolar e seus diversos elementos, ressaltando a importância de sua inclusão em políticas públicas que abranjam tanto aspectos estruturais quanto intervenções pedagógicas, assim como ações preventivas na comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança escolar. Prevenção. Ações. Conscientização.

1 INTRODUÇÃO

A violência nas escolas tem sido uma questão de difícil entendimento para autoridades, sociedade e profissionais da educação. Nos últimos tempos, têm-se observado o crescimento de tragédias que envolvem alunos de várias idades no ambiente escolar. Esse retrato se repete dia após dia e com ele também a falta de estrutura das escolas para ações de prevenção e promoção do combate à violência nas escolas.

Nesse sentido, o estudo justifica-se pelo fato da segurança escolar afetar não apenas a vida dos estudantes e dos docentes, mas também a vida em sociedade. A insegurança gera riscos físicos e emocionais para a comunidade escolar, como pais, alunos, equipe pedagógica e administrativa e bairro, podendo impactar rotinas, desempenho e desenvolvimento social. Por isso é relevante discutir o tema, pensar em ações de prevenção e conscientização e destacar o papel das autoridades governamentais.

¹ Pedagogo formado pelo Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/1.

² Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser, especialista em Educação infantil e Anos Iniciais, MBA em Gestão Empresarial e MBA em Gestão Financeira e Controladoria. E-mail: ludmila@unifan.edu.br.

Todo o contexto de insegurança frente às tragédias na escola gera preocupações e questionamentos em busca de evitar estes ataques. Muitas vezes o que se tem é uma atmosfera de impotência diante destes acontecimentos. Este problema levanta a questão de como as instituições de ensino podem eficazmente prevenir e combater a violência, promovendo um ambiente escolar seguro. Portanto, a problemática central deste estudo é: Quais ações de prevenção e conscientização podem ser realizadas para promover a segurança nas escolas?

Assim, este estudo objetiva analisar a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas. Desse modo, é primordial identificar as principais ameaças e riscos à segurança nas escolas, assim como apontar estratégias de prevenção e conscientização adotadas por escolas e governos. Por último, intenta-se discutir o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar.

Para atingir os objetivos propostos, o primeiro tópico aborda o grande aumento de ataques em instituições de ensino em todo o território nacional nos últimos anos. No segundo tópico, são apresentadas as estratégias de prevenção e conscientização adotadas por escolas e governos, em busca de uma rápida resposta e repressão a possíveis sequências de ataques. O terceiro tópico dispõe sobre o governo como um dos grandes responsáveis pela prevenção de ataques e detentor de poder e autoridade para fazer valer as leis que dizem respeito à vida, educação e segurança de todos os estudantes. E por fim, sendo o último tópico, seguem-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica, que, nas palavras de Flick (2019, p. 68), “desempenha um papel fundamental na identificação de lacunas no conhecimento científico existente, permitindo a delimitação do objeto de estudo e a formulação de perguntas de pesquisa relevantes”. Também foi utilizada a pesquisa documental, que consiste, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 93), em uma “técnica de investigação que busca informações em documentos de diversas naturezas, como arquivos, relatórios, legislação e outras fontes escritas, visando aprofundar o conhecimento sobre determinado tema ou contexto”.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Nas últimas décadas, vivenciou-se aumento preocupante de ataques e violência nas escolas, o que sugere urgência em abordar esta temática. É imprescindível destacar as discussões relacionadas à segurança nas escolas, desde o aumento de ataques que foi preocupante nas últimas décadas, o que sugere urgência de abordar essa questão. A literatura sugere ainda o aumento do número de casos de bullying, cyberbullying e agressões nos ambientes escolares, que pode evoluir de abusos emocionais e assédio por meio da internet a agressões físicas.

Geralmente, no caso do bullying, o que se constata é um grupo contra uma vítima isolada ou um agressor mais forte respaldado por um grupo de espectadores que “aplaudem” a ação. Além disso, é uma manifestação com intencionalidade de causar algum dano à vítima na ausência de uma regulação normativa da interação. Vale observar que o conflito interpessoal envolve mais frequentemente duas pessoas em oposição, que também podem se valer da violência para resolver a situação (D’aureatardeli; Paula, 2012, p. 95).

Posteriormente, é necessário argumentar sobre as ações de conscientização e prevenção, como de grande relevância para evitar futuros ataques. Outro fator importante é o monitoramento de redes sociais pelos pais e responsáveis. Até o momento, escolas adotaram estratégias como botões de pânico, revistas de pertences dos alunos, viaturas nas proximidades das escolas e o monitoramento de entrada e saída de alunos. Essas medidas visam a aumentar a segurança nas escolas e proporcionar uma resposta mais rápida em caso de ameaças.

Um levantamento do setor revela que, em 2021, foram produzidos 33 ofícios indicando possíveis planejamentos de atentados a escolas, enviados para 16 estados diferentes. Em 2022, o número saltou para 80 comunicações encaminhadas a 21 estados, um aumento de 142% de um ano para o outro. [...] Esse monitoramento é uma medida fundamental, uma vez que boa parte dos agressores são alunos ou ex-alunos e, por vezes, comportamentos anteriores do agressor devem servir de alerta. “A partir da identificação de um caso suspeito – como em publicações em mídias digitais, por exemplo –, a polícia local é avisada imediatamente a fim de localizar o autor e, conseqüentemente, instaurar o procedimento investigativo correspondente”, explicou o laboratório [...] (Calixto, 2023. p. 1).

É necessário, também, discutir sobre o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar, com sua responsabilidade pela segurança em geral. Na Constituição Federal, é destacado como direito e dever individual e coletivo que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988, art. 5).

Observa-se que as leis abrangem os âmbitos federal, estadual e municipal, enquanto que as ações mais especializadas são desenvolvidas pelos estados e municípios, levando em consideração as particularidades de cada região. Além disso, as equipes de segurança desempenham papel fundamental nesse contexto, para garantir o funcionamento e a disponibilização de rondas escolares, atuação da polícia militar, guarda civil e a adequada estruturação das escolas. É previsto, por exemplo, no PNE (Plano Nacional de Educação – 2014-2024):

7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; (Brasil, 2014-2024, p. 1)

Em suma, o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar é de extrema importância e está respaldado por diversos instrumentos legais, como a Constituição Federal, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o PNE. Esses marcos normativos reconhecem a necessidade de proteger a integridade física e mental dos estudantes, bem como promover um ambiente educacional seguro e saudável. A questão da saúde mental, o combate ao bullying e a implementação de intervenções pedagógicas são aspectos centrais nesse cenário, buscando criar um contexto propício ao desenvolvimento dos alunos.

Como resultado da discussão, fica evidente a complexidade da questão da segurança nas escolas e o papel crucial desempenhado pelas autoridades governamentais e pela comunidade educacional. É com clareza que se deve compreender a conscientização e a prevenção como estratégias efetivas contra futuros ataques, enquanto se reconhece a falta de uma solução definitiva por parte das autoridades de segurança. Medidas como monitoramento de redes sociais, botões de pânico e diálogo aberto entre diferentes setores emergem como estratégias cruciais para combater a violência escolar. Também aponta-se a necessidade de adequação das escolas às normas de segurança, capacitação de educadores em resolução de conflitos, promoção de uma cultura de paz e cuidados com a saúde mental dos profissionais da educação.

A partir de uma análise, obtém-se uma visão geral das ameaças à segurança escolar, demonstrando que as ameaças vão além das questões físicas, abrangendo também aspectos

emocionais e psicológicos dos alunos. Além disso, a análise aponta para a importância da conscientização e prevenção. Enfatiza-se a urgência em desenvolver estratégias eficazes de prevenção e conscientização por parte das escolas e do governo, pois a segurança escolar não é apenas uma questão de reação a incidentes, mas requer esforços para criar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos, docentes, pais e toda a comunidade educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram discutidas algumas ameaças e riscos à segurança nas escolas, analisando a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas passando pelas estratégias de prevenção e conscientização que podem ser adotadas nas escolas e governos, até o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar. Dessa forma, o tema traz a importância de se debater causas, ações, e possíveis políticas públicas acerca da segurança nas escolas.

Foram apontadas perspectivas pelas quais é possível observar as ações violentas e tragédias nas escolas, apresentando o bullying e o cyberbullying como possíveis causas potencializadores das ações criminosas. Indica-se, também, algumas ações para além da conscientização e olhar atento dos pais e equipe pedagógica, como o monitoramento de entrada e saída dos alunos, viaturas sempre presentes na região da escola, botões de pânico e revista de pertences, por exemplo.

Em relação à função das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar, foram indicadas as responsabilidades sobre as ações de conscientização sobre segurança para alunos, professores e gestores como um dos principais meios para se desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência nas escolas, assim como o monitoramento.

Nessa esteira, a contribuição do tema demonstra que, diante do cenário visto nas últimas décadas, o crescimento de tragédias, que envolvem alunos de várias idades, em escolas no Brasil e no mundo, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas eficazes que assegurem às escolas a segurança que elas tanto necessitam, a fim de garantir a todos da comunidade escolar um ambiente de aprendizagem saudável e seguro.

Nesse sentido, a cooperação entre família, sociedade e Estado se mostra fundamental para o enfrentamento desses desafios relacionados à segurança escolar, de modo a garantir um contexto favorável para o aprendizado, desenvolvimento e a garantia dos direitos dos

estudantes. Faz-se necessário o envolvimento entre os grupos (gestão, professores, alunos e comunidade) e o reforço das leis e normas estabelecidas.

Tendo em vista a educação como a base de tudo, é preciso realizar essas ações desde a educação na primeira infância até o ensino superior; trazer ensino e práticas sobre segurança em seu currículo; dar a devida importância ao assunto; e, ter plena consciência de que a segurança é essencial para a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

CALIXTO, Tatiane. Ataques a escolas: possibilidades para evitar novas ações violentas. **Nova Escola**, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21640/ataques-a-escolas-possibilidades-para-evitar-novas-acoes-violentas>. Acesso em: 19 maio 2023.

D'AUREATARDELI, Denise; PAULA, Fraulein Vidigal de. **O Cotidiano da Escola: as novas demandas educacionais**. São Paulo – SP: Cengage Learning, 2012. E-book. ISBN: 9788522112692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112692/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

**INCLUSÃO ESCOLAR: a importância da afetividade
na ambientação do aluno com espectro autista**

Pollyana Pereira Romeiro de Sousa

Sarah Gonçalves Barros

RESUMO: Tem sido cada vez maior o número de diagnóstico de crianças com autismo. Nesse sentido, a presente pesquisa científica nasceu do desejo de mostrar se a influência da afetividade contribui no processo ensino-aprendizagem e na inclusão desse aluno no ambiente escolar. O tema justifica-se pela importância da afetividade nas interações entre professor, aluno e o meio. Destaca-se a figura do professor, que precisa ter um olhar cuidadoso e acreditar que o autista também aprende. O referente trabalho traz consigo os seguintes questionamentos: O que é Transtorno do Espectro Autista? De que maneira ocorre a inclusão desse aluno? Como a afetividade pode contribuir na aprendizagem da criança autista? Quais intervenções pedagógicas podem ser utilizadas no ambiente escolar? Assim, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, na modalidade qualitativa, segundo os autores Lev S. Vygotsky, Henri Wallon e Eugênio Cunha, entre outros teóricos e a Declaração de Salamanca.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Inclusão. Afetividade. Aprendizagem. Aluno.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento, no qual afeta áreas importantes como a comunicação, a interação social, advinda de comportamentos restritos e repetitivos.

Esse assunto tem sido discutido com maior relevância na sociedade, pois se leva em consideração o aumento de crianças diagnosticadas com o transtorno. Por isso, se faz necessária a observação de todos os sintomas de forma precoce, para que recebam o tratamento adequado por uma equipe multiprofissional capacitada, para atender cada indivíduo de forma única.

No que tange à inclusão de educandos autistas, a pesquisa pretende mostrar a importância da afetividade nesse processo. Enfatiza-se que essas crianças são sujeitas de direitos e como as demais necessitam do acesso à educação, como a lei garante a todos sem exceção, para eliminar as barreiras e abrir caminhos para o conhecimento.

Dessa forma, ao avaliar os aspectos essenciais do ato de aprender e considerar a influência da afetividade como propulsora da aprendizagem da criança, a presente pesquisa

deseja responder aos seguintes questionamentos: O que é Transtorno do Espectro Autista? De que maneira ocorre a inclusão desse aluno? Como a afetividade pode contribuir na aprendizagem da criança autista? Quais intervenções pedagógicas podem ser utilizadas no ambiente escolar? Para compreender melhor a influência da afetividade no TEA, a fim de contribuir de forma integral em seu desenvolvimento, este trabalho foi dividido em três tópicos, nos quais seguirão a seguinte ordem:

Após a apresentação da metodologia, aborda-se o autismo de acordo com as concepções do DSM-V (2014) e de Cunha (2019), relatando suas características, causas e possível diagnóstico. Além disso, aborda a questão da inclusão do aluno autista no ambiente escolar, tratando-o como sujeito de direitos, para romper qualquer discriminação na sociedade, sobre a luz da Declaração de Salamanca.

Em seguida, discute-se a influência da afetividade no desenvolvimento da criança, a partir das relações sociais e o meio no qual ela está inserida. Nesse sentido, destaca-se a figura do professor como peça fundamental nesse processo, bem como mostra como o educador poderá utilizar a afetividade como ferramenta pedagógica. Em seguida, são abordadas as diferentes perspectivas sobre a afetividade segundo Vygotsky, Cunha e Wallon, que foi o que mais se aprofundou nesse assunto.

Por último, são exploradas intervenções pedagógicas no ambiente do aluno autista, em que se traz os principais métodos de intervenções que podem ser usados, a saber o TEACCH e o ABA, tanto por equipes multidisciplinares como pelo educador e pela família, para promover a autonomia desses discentes.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica qualitativa, com base nos autores Lev S. Vygotsky, Henri Wallon e Eugênio Cunha, entre outros, bem como na Declaração de Salamanca (1994).

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 Transtorno do Espectro Autista: características, causas e diagnóstico

Com base no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-V), o TEA é caracterizado por um distúrbio do neurodesenvolvimento, que afeta as áreas cognitivas, de comunicação, interação social e padrões de comportamentos restritivos e repetitivos.

Os primeiros sinais do autismo ocorrem antes dos três anos de idade, período em que se tornam evidentes. Suas causas ainda não foram definidas, mas estudiosos apontam para fatores genéticos. Observam-se falhas na comunicação, seguidas da dificuldade de iniciar uma conversa, bem como de interagir com as pessoas, tanto do seu ambiente como as de fora (CUNHA, 2019).

Orrú (2012) explana que, para se chegar a um possível diagnóstico, faz-se necessária a observação contínua e atenta do comportamento da criança. Como visto, isso pode tornar o diagnóstico um processo demorado, considerando o grau de comprometimento dos sintomas que podem se manifestar de maneiras diferentes de um indivíduo para o outro.

Dentre os critérios dos sintomas, Cunha (2019, p. 28) contribui:

retrair-se e isolar-se das outras pessoas, não manter contato visual, resistir ao contato físico, resistência ao aprendizado, não demonstrar medo diante de perigos reais, não atender quando chamada, birras, não aceitar mudança de rotina, usar as pessoas para pegar objetos, hiperatividade física, agitação desordenada, calma excessiva, apego e manuseio não apropriado de objetos, movimentos circulares no corpo, sensibilidade a barulhos, estereotípias, ecolalias, não manifestar interesse por brincadeiras, compulsão.

Além dessas características, pessoas com o TEA podem apresentar dificuldades de linguagem, como a fala atrasada. Muitos podem se automutilar, como se cortar, bater a cabeça, se morder. Portanto, podem desenvolver depressão, ansiedade e irritabilidade. Já em outros, a tranquilidade excessiva pode prejudicar a interação social.

A conscientização sobre o tema é fundamental para informar as pessoas sobre o que é o autismo, reduzindo mitos e conceitos em torno desse diagnóstico. O acesso à informação ajuda pais, professores e familiares de crianças com TEA a conhecer melhor as características do transtorno e lidar com ele.

3.1.1 Inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar

Para Santos (2021), na perspectiva da educação inclusiva, o contexto educacional brasileiro surgiu com muitas lutas e uma legislação que passou a acolher de fato as pessoas com deficiência a partir da Declaração de Salamanca (1994).

Segundo a autora (2021), esse documento trouxe para as escolas o desafio do acesso à matrícula de todos os alunos, bem como as adaptações necessárias, levando-se em conta as necessidades de cada um nas classes comuns de ensino.

Ao considerar essas necessidades, Santos (2021) defende que, por se tratar de uma síndrome do neurodesenvolvimento, o TEA traz consequências para o desenvolvimento e isso faz com que os próprios educadores criem resistência em relação ao aprendizado desses indivíduos, o que dificulta o seu processo de inclusão. Não significa dizer que a criança autista não aprenda, pelo contrário. A respeito disso, Cunha (2020, p. 15) menciona: “O autista aprende. [...] A aprendizagem é característica de todos os seres humanos [...]”. Por essa razão, faz-se necessário romper com as barreiras que dificultam a aprendizagem e acreditar no potencial desses alunos é o primeiro passo para a inclusão.

Nesse sentido, o pesquisador (2019) adita que, ao se falar em inclusão, há uma condução sobre imaginar o ambiente, pois não se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar em ambiente inclusivo, onde o professor através de um olhar atento e cuidadoso possa cativar as potencialidades de todos os alunos a fim de romper contra toda a fonte de discriminação que impede a inclusão.

Cunha (2020) acrescenta que a Lei n. 12.764, ou “Lei Berenice Piana”, que fundamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhece, para fins legais, o estudante com essa síndrome como pessoa com deficiência. Esta lei significou um grande avanço na história de indivíduos com autismo, garantindo direitos como à educação, a tratamento, terapias, medicamentos, lazer, entre outros.

3.2 Afetividade: conceituação e importância no processo da aprendizagem

Wallon (1995) revela que a “Afetividade é tudo que o afeta e sob esse olhar, pode ser algo prazeroso ou não. As expressões das emoções são mais intensas e de amplas proporções quanto mais novas são as crianças [...]”. Ainda segundo este autor, quem afeta, é de alguma forma afetado. Essa frase traz a reflexão sobre os contatos afetivos que, primeiramente, se

fazem presentes na família, sendo pais, irmãos, ou seja, pessoas de maior vínculo, responsáveis por oferecer carinho, amor, respeito, confiança, sentimentos esses que devem estar presentes desde o ventre materno.

Cunha (2008) pondera que os professores, por sua vez, devem criar um relacionamento de proximidade com seus alunos e, com efeito, exercem um papel fundamental na vida dessas crianças, pois suas ações e expressões são referências para elas. Referências essas que podem ser positivas ou negativas, dependendo da maneira de como o educador está agindo para alcançar uma aprendizagem satisfatória. O afeto, portanto, é uma estratégia pedagógica que o professor pode utilizar para despertar o interesse do aluno e promover o aprendizado almejado.

Ao se considerar a afetividade como ferramenta pedagógica do professor, o autor (2008, p. 69) expressa:

Há professores - mesmo com pouquíssimos recursos - que afetam tanto que são capazes de transformar suas salas de aula em dínamos de inteligência, mesmo recitando o catálogo telefônico. Pode ser um exagero usar o catálogo como metáfora, mas na verdade, em nossa memória, o que mais conservamos são as coisas que nos afetam, para o bem ou para o mal.

Em suma, a afetividade pode ser grande parceira do professor em sua metodologia de ensino, o que implica dizer que o educador precisa conhecer o seu aluno, e estabelecer, no ambiente da sala de aula, um lugar acolhedor, onde o respeito e afeto devem andar sempre juntos.

3.2.1 Afetividade e aprendizagem na visão de Lev S. Vygotsky

Para compreender a abordagem de Vygotsky, é necessário considerar o aspecto social, já que ele entendia o desenvolvimento humano a partir de um contexto sociocultural, no qual o homem se constitui nas interações do meio em que está inserido.

Sendo assim, sobre a construção do desenvolvimento, Vygotsky considera que a linguagem e o pensamento devem caminhar juntos nesse processo de comunicação do indivíduo com o seu meio. Sobre a origem do pensamento, Taille, Oliveira e Dantas (2019, p. 118) elucidam:

Vygotsky menciona, explicitamente, que um dos principais defeitos da psicologia tradicional é a separação entre os aspectos intelectuais, de um lado, e os volitivos e afetivos de outro, propondo a consideração da unidade entre esses processos. Coloca

que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nessa esfera estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano, só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva.

Vygotsky mostra que a afetividade está presente nos pensamentos, nas ideias, no comportamento e nas atitudes de uma pessoa, através de seus desejos, interesses e necessidades. Portanto, vale destacar quão significativa deve ser a relação professor-aluno dentro da sala de aula, o que dependerá de como o docente usará o afeto para despertar o interesse para que essa aprendizagem aconteça.

3.2.2 Afetividade e aprendizagem na visão de Henri Wallon

Na concepção de Corrêa (2016), Henri Wallon foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês, que se tornou grande cientificamente por trabalhar o desenvolvimento da inteligência a partir do público infantil dentro de um contexto das relações interpessoais, históricas e culturais, em razão do meio em que a criança está inserida. Ele foi o teórico que mais se aprofundou nos estudos sobre a influência da afetividade no processo ensino-aprendizagem do indivíduo.

Quanto às relações com o outro, Wallon (2017, p. 55) aponta:

a criança, permanece meses e anos sem nada poder satisfazer dos seus desejos senão por intermédio de outrem. O seu único instrumento vai, portanto, ser o que a põe em relação com aqueles que a rodeiam, isto é, as suas próprias reações, que suscitem nos outros comportamentos proveitosos para ela e as reações dos outros que anunciam estes comportamentos ou comportamentos contrários.

Wallon diz que tudo vai depender de como foram as experiências dessa criança com o ambiente onde ela esteve, à medida que suas reações resultantes mostrarem se tiveram influências positivas ou negativas desse meio. Assim, se os estímulos forem satisfatórios, ela terá maiores chances de aprendizagem, do contrário, ela poderá regredir (Corrêa, 2016).

3.3 Intervenções pedagógicas no ambiente do aluno autista

Para promover a aprendizagem da criança com autismo e possibilitar maneiras concretas para que seu desenvolvimento aconteça, é importante que o professor conheça as suas especificidades, o que ela gosta de fazer, suas necessidades. Sobre a relação do professor com o aluno autista, Cunha (2020, p. 126) argumenta:

No contexto do autismo, em termos práticos, podemos dizer que, primeiramente, o professor reconhece as habilidades do educando e as que devem ser adquiridas. É a constituição da aprendizagem no campo pedagógico. Em muitos casos, trata-se do início da comunicação, da interação entre professor e aluno. Ainda que seja apenas pelo olhar ou pelo toque, surgem as primeiras respostas ao trabalho escolar.

Portanto, para que esse processo aconteça, é essencial a construção das habilidades sociais e a autonomia do educando. O educador possui uma relevante missão de prover meios e ações educativas em um ambiente que precisa atender as necessidades do educando.

Para que a criança autista não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, precisa aprender diversas atividades que a tornará mais independente durante seu crescimento. Essas atividades são escolhidas em razão da sua utilidade para a vida social. Tomar banho, escovar os dentes, vestir-se e fazer as refeições é o que toda criança precisa aprender (Cunha, 2019, p. 34).

Em consequência de todas essas possibilidades no processo de aprendizagem do educando autista, vale destacar algumas práticas pedagógicas importantes, que podem ser utilizadas pelo educador em sala de aula no processo ensino-aprendizagem com crianças com TEA, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Intervenções pedagógicas para sala de aula com o aluno autista

ASPECTOS	INTERVENÇÕES DO PROFESSOR
Capacidade sensorial	Quanto à sensibilidade auditiva, com qualquer criança ou adolescente, em qualquer contexto, é sempre bom falar baixo e procurar manter o ambiente mais equilibrado possível. Quanto ao campo visual, o professor necessita mostrar-lhe constantemente os objetos, dizendo-lhes os nomes, sempre que ele estiver realizando uma tarefa, conduza seu olhar para aquilo que ele faz.
Capacidade de simbolizar	O educador pode promover atividades que estimulem a imaginação e a criatividade, como copiar e recopiar desenhos, inserir sempre modificações, utilizar materiais pedagógicos com diferentes combinações de execução ou contar e recontar histórias, modificando-as continuamente, nos casos em que há a comunicação verbal.
Linguagem	Toda a relação com o autista deve possuir o caráter afetivo e ser provida de expressões claras e objetivas. O professor deve procurar olhar sempre para ele, chamá-lo pelo nome, identificar-se, apontar, dizer os nomes dos objetos, dos sentimentos, expressar verbalmente e distinguir desejos, vontades e necessidades.
Hiperatividade	Os períodos de trabalho com o aprendente autista não devem ser extensos, mas em pequenas etapas, com tarefas curtas, pois as tarefas longas dificultam a concentração, tornando a distração recorrente.
Afeto	Cientificamente, sabemos que aprendemos melhor quando amamos. Também é comprovadamente experimentado que a carga afetiva é fundamental para a superação das dificuldades de aprendizagem. Sempre que atentarmos para o interesse do aluno e os seus desejos em nossa prática pedagógica, estaremos comunicando-nos com o seu afeto. Nada se constrói com qualidade na educação sem o amor.

Fonte: Adaptada de Cunha, 2019, p. 36-49.

Além da aplicabilidade das intervenções em sala pelo docente, faz-se necessária a continuidade deste trabalho em diferentes modalidades de tratamento do aluno autista, de

modo multidisciplinar, com terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, que utilizam os métodos mais conhecidos cientificamente e que contribuem para o desenvolvimento desse aluno.

3.3.1 Método TEACCH

O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação (TEACCH) tem o objetivo de ajudar o aluno autista a alcançar o maior grau de autonomia possível em sua vida adulta.

O TEACCH vai muito além de método, é um programa educacional que avalia o comportamento de educandos autistas em diferentes situações e considera os diferentes estímulos aos quais eles são submetidos. Sendo assim, o método consiste em organizar a rotina por meio de quadros, agendas e painéis para facilitar a compreensão desses discentes (Orrú, 2012).

Considera-se que esses instrumentos serão os norteadores que vão conduzir a rotina de atividades a serem desenvolvidas naquele dia da escola com o aluno autista, de forma individualizada, a fim de promover a sua autonomia.

3.3.2 Método ABA

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem como finalidade descobrir, por meio da observação, como o educando autista se comporta diante de vários estímulos do ambiente em que ele está e sua influência no processo de aprendizagem.

Nesta análise, as reações negativas são descartadas e considera-se mais importante incentivar as ações positivas, repetindo-as o quanto for necessário para seu aprendizado. Nesse sentido, Cunha (2019, p. 74) acresce:

O método ABA visa ensinar ao autista habilidades que ele ainda não possui, por meio de etapas cuidadosamente registradas. Cada habilidade é apresentada associando-a a uma indicação ou instrução. Quando necessário, dar-se-á apoio para a obtenção das respostas, porém deverá ser retirado, tão logo seja possível, para possibilitar autonomia. Dentro dos padrões da intervenção comportamental, a repetição é importante na abordagem ABA, bem como o registro exaustivo de todas as tentativas e dos resultados alcançados. A resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição, inibi-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas.

Em resumo, a ABA trabalha, em crianças com autismo, o reforço positivo dos comportamentos de forma individualizada, repetidas vezes, para que ela possa adquirir as habilidades necessárias para sua independência e ter uma vida de qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contribuição dos referenciais teóricos apresentados ao longo deste artigo científico, buscou-se discutir a influência da afetividade na ambientação do aluno com espectro autista, como propulsora do seu desenvolvimento, incluindo-o no ambiente escolar como sujeito de direitos, de modo a eliminar as barreiras e qualquer tipo de preconceito.

A discussão sobre a problemática aqui apresentada permitiu ao professor um olhar atento e cuidadoso sobre como o aluno autista vê o mundo, tomando como primícias as suas preferências, o que eles gostam de fazer, com foco nas suas particularidades e não as suas dificuldades. Particularidades essas que só serão visíveis através de um estudo aprofundado do professor, para compreender que a maneira com que essas crianças assimilam o conhecimento é diferente das demais e que, por isso, precisam ser tratadas com respeito como qualquer outro aluno de forma única.

Assim, constatou-se que a afetividade ocupa um lugar fundamental nas interações sociais e que ela pode ser utilizada como ferramenta pedagógica nas intervenções do professor. Dessa maneira, o vínculo afetivo entre o professor e aluno é imprescindível para que o educador possa aplicar as intervenções necessárias, a fim de promover uma aprendizagem significativa, voltada para a autonomia do educando autista.

Portanto, o presente trabalho mostrou que a afetividade no ambiente do aluno autista, desde a sua família, em todo espaço escolar e nas intervenções pedagógicas do professor e os métodos aplicados pelas equipes multidisciplinares, pode contribuir de forma positiva no crescimento da criança autista e na sua inclusão na sociedade de forma igualitária. Espera-se que novas pesquisas como esta possam contribuir satisfatoriamente na vida das crianças autistas, que possuem muitos desafios, mas que podem ser superados se toda a sociedade aceitar que todos somos iguais nas diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (**Lei Berenice Piana**). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

CORREA, Mônica de Souza. **Criança, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Cengage, 2016.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

CUNHA, Eugênio. **Afeto e aprendizagem**, relação de amorosidade na prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Wak, 2008.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. **DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: Interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas dos. **Diálogo entre Lev Vigotski e Henri Wallon sobre o desenvolvimento e inclusão escolar da criança com o transtorno do espectro autista**: uma proposta de referencial teórico. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/40585/pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

TAILLE, Ives de La; OLIVEIRA, Marta Khol de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon** - teorias psicogenéticas em discussão. 29. ed. São Paulo: Summus, 2019.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 2017.

WALLON, Henri. **As origens do caráter da criança**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

LINHA DE PESQUISA

“GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO”

A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS ERP PARA A ANÁLISE DE NEGÓCIOS EM UMA EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO

Cristiano José Moura Marques

RESUMO: Os sistemas para análises de negócios são uma ferramenta essencial para as empresas que desejam tomar decisões baseadas em informações de qualidade. Eles fornecem uma visão abrangente do desempenho da empresa, permitindo que os gerentes identifiquem tendências, problemas e oportunidades. Um dos sistemas mais utilizados é o ERP (Enterprise Resource Planning) devido a várias razões, tais como: decepção com outros sistemas, capacidade de integração com os sistemas utilizados atualmente pelas empresas e melhora consideravelmente competitividade dessas organizações. que tem como objetivo identificar os processos e desafios do desenvolvimento dessas habilidades nas organizações, sendo realizado por meio de uma revisão integrativa e sistemática de artigos nacionais e internacionais, bem como da utilização de livros e revistas sobre o tema. Os resultados deste estudo mostraram como é importante realizar a análise de negócio para tomar a melhor decisão, utilizando para isso sistemas ERPs, garantindo assim vantagens competitivas frente os concorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas ERP. Negócios. Concorrência.

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e o advento da tecnologia de informação, o mundo mudou muito. Os produtos e serviços tornaram-se obsoletos rapidamente, e as empresas precisam se adequar a essas mudanças se adaptando para permanecer competitivas. Elas precisam ir além de simplesmente vender produtos ou oferecer serviços para um público específico, e precisam ser capazes de se comunicar e compartilhar informações rapidamente.

Os sistemas de análise de negócios são importantíssimos para fornecer às empresas uma visão holística e aprofundada de suas operações. Eles permitem que as empresas coletem dados em tempo real de diversas fontes, como vendas, marketing, finanças e cadeia de valor. Ao consolidar essas informações em um único sistema, as empresas podem acessar análises abrangentes sobre seu desempenho, identificar áreas de melhoria e tomar decisões estratégicas com base em dados confiáveis.

Um dos principais benefícios dos sistemas de análise de negócios é sua capacidade de identificar tendências e padrões ocultos nos dados. Eles utilizam algoritmos avançados e técnicas de mineração de dados para encontrar insights valiosos, como preferências do cliente, demanda do mercado e comportamento de compra. Compreender essas tendências permite

que as empresas ajustem suas estratégias de forma proativa, antecipem as necessidades do cliente e se destaquem diante da alta concorrência.

Um sistema de gestão eficiente é essencial para qualquer organização que deseja desfrutar dos benefícios da tecnologia. Os sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) que agrega em um único software todas as funcionalidades que dão suporte as atividades dos diversos processos que compõem seus negócios, como gerenciamento do capital humano, vendas, distribuição, finanças, controladoria e outros. A integração torna-se possível através do compartilhamento de informações entre os módulos que acessam um banco de dados centralizado.

Um sistema ERP pode ajudar as empresas a melhorar sua eficiência, reduzir custos e tomar melhores decisões. Ele pode fornecer uma visão única dos dados de negócios, automatizar tarefas e processos, e gerar relatórios que podem ser usados para analisar o desempenho da empresa. Um sistema ERP, por toda a sua funcionalidade, pode ajudar as empresas a se manter competitivas em um mercado globalizado e em rápida mudança.

Assim, o presente trabalho se sustentará no seguinte objetivo geral: discutir a importância dos sistemas ERP para a análise de negócios em uma empresa ou organização, tendo como objetivos específicos: Entender a importância da análise de negócios para a tomada de decisão; compreender a relevância do sistema de gestão ERP (Enterprise Resource Planning); compreender a importância da cadeia de valor para a análise do negócio.

O método utilizado neste trabalho é o referencial bibliográfico com base em levantamento e análise, a fim de extrair dos artigos selecionados as melhores conclusões que sustentem o tema estudado neste trabalho. Para tanto, foram analisados diversos artigos de autores e instituições que demonstraram relevância para o campo de estudo proposto.

2 METODOLOGIA

O método utilizado neste trabalho é o referencial bibliográfico com base em levantamento e análise, a fim de extrair dos artigos selecionados as melhores conclusões que sustentem o tema estudado neste trabalho. Para tanto, foram analisados diversos artigos de autores e instituições que demonstraram relevância para o campo de estudo proposto.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 A importância da análise de negócios para a tomada de decisão

Atualmente, as organizações estão aproveitando os avanços da Tecnologia da Informação para dar suporte às suas operações, e os sistemas ERP fazem parte dessas ferramentas que se propõem a unificar todas as áreas da empresa, trazendo como resultado uma significativa vantagem competitiva no mercado. A integração eficiente proporciona a realização mais ágil dos fluxos de trabalho, o acesso rápido às informações e a redução do armazenamento de dados obsoletos e redundantes.

Para Antunes (2010), os sistemas de análise de negócios também são cruciais para a detecção de problemas e a mitigação de riscos. Eles fornecem alertas automáticos quando anomalias ou desvios são identificados nos dados, permitindo que as empresas ajam rapidamente para resolver problemas antes que se tornem maiores. Além disso, esses sistemas podem ajudar na previsão de riscos potenciais, permitindo que as organizações se preparem e tomem medidas preventivas para minimizar seus impactos negativos.

Outro aspecto importante é descrito por Morelli *et al.* (2012) relacionado aos sistemas de análise de negócios diz respeito a sua capacidade de melhorar a eficiência operacional. Ao analisar dados relacionados aos processos internos, os sistemas podem identificar gargalos, ineficiências e áreas onde os recursos estão sendo mal alocados. Com essas informações, as empresas podem otimizar seus processos, melhorar a produtividade e reduzir custos, resultando em uma operação mais eficiente e lucrativa.

Assim, os sistemas de análise de negócios fornecem uma base sólida para a tomada de decisões informadas. Em vez de depender de suposições ou intuições, as empresas podem confiar em dados concretos para embasar suas estratégias e planos de ação. Esses sistemas fornecem relatórios e painéis personalizados que condensam informações complexas em formatos visualmente compreensíveis, permitindo que os gestores tenham uma visão clara e rápida do estado atual do negócio e das oportunidades emergentes.

3.2 A relevância do sistema de gestão ERP

Conforme Mendonça *et al.* (2010), o conceito de ERP, abreviação para Planejamento de Recursos da Empresa (Enterprise Resource Planning, em inglês), se refere a um sistema cujo propósito é simplificar, ordenar, supervisionar e fazer avaliação das atividades

organizacionais, visando a integração das operações em um único ponto centralizado, ou seja, de base única.

Em algumas situações, esse sistema é descrito como um conjunto de módulos que servem a diversas finalidades, que vão desde a análise do estoque, aquisição de insumos, criação de produtos, além da avaliação de todo o processo produtivo e até mesmo no melhoramento da comunicação da organização com seus clientes e fornecedores. A natureza versátil dos sistemas ERP possibilita sua implementação em várias plataformas distintas.

Segundo Colombo (2023), a principal finalidade dos sistemas ERP é otimizar a integração entre todos os setores de uma empresa, prevenindo que dados sejam duplicados e acabem interferindo na qualidade das informações. A implementação desse tipo de sistema pode também requerer mudanças organizacionais, envolvendo a participação de todos os usuários para garantir seu sucesso.

O autor ressalta que os sistemas ERP visam aprimorar a integração e a partilha de informações entre os diversos departamentos da empresa. Essa integração é crucial para evitar erros resultantes da análise manual de dados ou da sua duplicação, evitando, assim, o desperdício de tempo nas tarefas diárias. Além disso, os diversos autores mencionam um ponto importante sobre as mudanças organizacionais que a adoção de sistemas ERP pode implicar. A implementação bem-sucedida de um ERP requer o envolvimento de todos os usuários da empresa. É necessário que os funcionários compreendam a importância do sistema, sejam treinados adequadamente para utilizá-lo e estejam dispostos a aderir às novas práticas e processos que o sistema implica. Somente com o comprometimento e a colaboração de todos os envolvidos é possível garantir o sucesso dessa transição.

Ainda na mesma ideia, Tamae *et al.* (2005) informam que a importância dos sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) para a análise de negócios em uma empresa ou organização é um tópico de grande relevância no atual cenário empresarial. Os sistemas ERP são ferramentas abrangentes e integradas que desempenham um papel fundamental na gestão eficiente e na tomada de decisões estratégicas em todos os níveis da organização.

No ambiente empresarial altamente competitivo e dinâmico de hoje, é essencial para as empresas terem uma visão clara e abrangente de suas operações, recursos e desempenho em tempo real. Os sistemas ERP fornecem essa visibilidade, reunindo informações e dados cruciais de diferentes departamentos e processos em uma única plataforma centralizada.

Padilha *et al.* (2005) trazem em sua publicação que a análise de negócios é uma prática essencial para o sucesso de qualquer organização, pois permite identificar oportunidades, avaliar o desempenho, antecipar tendências e tomar decisões informadas. Os sistemas ERP

oferecem uma ampla gama de recursos analíticos, desde painéis de controle personalizados até relatórios detalhados, que fornecem insights valiosos sobre várias áreas de negócios, como finanças, vendas, compras, produção e recursos humanos.

Sob a ótica de Jesuíno (2023), ao usar um sistema ERP para análise de negócios, as empresas podem identificar padrões, tendências e anomalias nos dados, permitindo uma compreensão mais profunda de suas operações. Essa compreensão leva a uma maior eficiência operacional, otimização de recursos e identificação de áreas de melhoria. Além disso, a capacidade de acessar informações atualizadas e precisas em tempo real proporciona uma vantagem competitiva significativa, permitindo uma resposta mais rápida às mudanças do mercado e a identificação de novas oportunidades.

Para Barros (2018), outro aspecto crucial dos sistemas ERP na análise de negócios é a capacidade de integrar diferentes processos e departamentos. Isso permite uma visão holística das operações da empresa, eliminando falhas de informação e promovendo a colaboração e a comunicação eficazes entre equipes. A análise de negócios baseada em sistemas ERP facilita a identificação de interdependências e impactos entre diferentes áreas, fornecendo uma compreensão abrangente dos efeitos de uma decisão em toda a organização.

Ao usar um sistema ERP para análise de negócios, as empresas podem identificar padrões, tendências e anomalias nos dados, permitindo uma compreensão mais profunda de suas operações. Essa compreensão leva a uma maior eficiência operacional, otimização de recursos e identificação de áreas de melhoria. Além disso, a capacidade de acessar informações atualizadas e precisas em tempo real proporciona uma vantagem competitiva significativa, permitindo uma resposta mais rápida às mudanças do mercado e a identificação de novas oportunidades.

Outro aspecto crucial dos sistemas ERP na análise de negócios é a capacidade de integrar diferentes processos e departamentos. Isso permite uma visão holística das operações da empresa, eliminando silos de informação e promovendo a colaboração e a comunicação eficazes entre equipes. A análise de negócios baseada em sistemas ERP facilita a identificação de interdependências e impactos entre diferentes áreas, fornecendo uma compreensão abrangente dos efeitos de uma decisão em toda a organização.

3.3 A importância da cadeia de valor para a análise do negócio

Para Morelli *et al.* (2012), a cadeia de valor desempenha um papel fundamental na análise do negócio, oferecendo uma estrutura conceitual para entender e melhorar a forma

como as empresas criam valor para os clientes. Composta por uma série de atividades interconectadas, desde a obtenção de matérias-primas até a entrega do produto final aos clientes, a cadeia de valor permite que as empresas identifiquem os pontos críticos em sua operação e encontrem oportunidades para otimização e diferenciação.

Um dos principais benefícios da análise da cadeia de valor é que ela permite que as empresas identifiquem as atividades que agregam valor e aquelas que não agregam. Ao mapear todo o processo, é possível identificar ineficiências, gargalos ou atividades que não são essenciais para a entrega de valor. Dessa forma, as empresas podem buscar formas de eliminar ou reduzir essas atividades, aumentando a eficiência e reduzindo custos, o que pode resultar em uma maior competitividade no mercado.

Além disso, a análise da cadeia de valor permite que as empresas identifiquem os pontos de diferenciação em relação aos concorrentes. Ao compreender as atividades que agregam valor de forma única, as empresas podem concentrar seus esforços e recursos nessas áreas, buscando criar uma vantagem competitiva sustentável. Isso pode envolver investimentos em tecnologia, capacitação de funcionários, parcerias estratégicas ou outras estratégias que reforcem a proposta de valor da empresa.

Outro aspecto importante segundo Morelli *et al.* (2012) da análise da cadeia de valor é que ela permite uma visão como um todo do negócio, levando em consideração tanto os processos internos quanto os relacionamentos com fornecedores e clientes. Ao entender como cada atividade se relaciona e afeta as demais, as empresas podem identificar oportunidades de colaboração e parceria ao longo da cadeia, buscando melhorias conjuntas que beneficiem a todos os envolvidos.

A análise da cadeia de valor também é essencial para a gestão do desempenho e a tomada de decisões estratégicas. Ao monitorar e medir o desempenho das diferentes atividades da cadeia, as empresas podem identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças e estabelecer metas e objetivos claros, e tomar decisões informadas sobre investimentos, alocação de recursos e desenvolvimento de novas capacidades.

Toda empresa deve sempre fazer a análise da cadeia de valor, pois é uma ferramenta poderosa para compreender e aprimorar o funcionamento de um negócio. Ela permite que as empresas identifiquem oportunidades de eficiência, diferenciação e colaboração ao longo da cadeia, resultando em um aumento da competitividade e na entrega de maior valor aos seus clientes. Além disso, a análise da cadeia de valor auxilia na gestão do desempenho e na tomada de decisões estratégicas, permitindo que as empresas alcancem seus objetivos de negócio de forma mais efetiva e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de negócios desempenha um papel fundamental na tomada de decisão das empresas. Por meio dessa prática, as organizações podem obter insights valiosos sobre suas operações, identificar pontos fortes e fracos e oportunidades de melhoria. Ao analisar dados relevantes, as empresas podem tomar decisões estratégicas embasadas em informações sólidas, o que é essencial para alcançar sucesso e crescimento sustentável.

Nesse contexto, o sistema de gestão ERP (Enterprise Resource Planning) se destaca como uma ferramenta de suma importância. Os sistemas ERP integram e centralizam informações de diversos setores da empresa, permitindo uma visão completa das operações. Essa integração proporciona uma base sólida de dados atualizados e precisos, que são cruciais para a análise de negócios. Com informações detalhadas sobre a cadeia de valor da empresa, os gestores podem entender melhor os fluxos de trabalho, processos internos e a interação com fornecedores e clientes.

A cadeia de valor é um conceito que descreve as atividades essenciais que uma empresa executa para criar valor para seus clientes. A análise dessa cadeia é de extrema relevância para compreender como cada etapa contribui para a eficiência global do negócio. O sistema ERP é especialmente útil nesse contexto, pois fornece dados valiosos sobre cada ponto da cadeia de valor. Com essa compreensão abrangente, as empresas podem identificar possíveis falhas, eliminando desperdícios e encontrando oportunidades para aumentar ainda mais sua produtividade e a satisfação dos clientes.

A integração dos conceitos de análise de negócios, sistema de gestão ERP e cadeia de valor é um passo essencial para uma tomada de decisão estratégica e bem-informada. O sistema ERP fornece dados precisos e em tempo real que abrangem todos os setores da empresa, permitindo uma visão abrangente e detalhada de cada etapa da cadeia de valor. Com essas informações em mãos, os gestores podem tomar as melhores decisões.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. d. P. A influência da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 5, p. 63-76, 2010.

BARROS, L. D. D. N. A importância de sistemas integrados de gestão (ERP) como ferramenta de reengenharia organizacional em pequenas empresas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, p. 8, p. 121-131, 2018. ISSN: 2448-0959.

COLOMBO, B. Z. Como os ERPs podem ajudar na Gestão do Conhecimento dentro das empresas. **Boletim do Gerenciamento**, v. 34, n. 34, p. 1-9, 2023. DOI: https://doi.org/10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v09n04_05.

JENUINO, T. Fernando; BUSCARIOLO, L.; KUMANAYA, D. Regina Garcia; BUENO, M. José Correa. A aplicação de sistema ERP em gestão de estoques: um estudo multicaso. **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, v. 9, n. 4, p. 1-13. DOI: https://doi.org/10.26853/Refas_ISSN-2359-182X_v09n04_05. Acesso em: 20 jul. 2023.

MENDONÇA, V. A.; GASPAROTTO, A. M. S. Sistemas ERP como ferramenta estratégica para nova realidade competitiva: um estudo de caso. **Revista Interface Tecnológica / Tecnologia em Gestão Empresarial**, v. 7, n. 1, p. 25-38, 2010.

MORELLI, D.; JUNIOR, F.; SIMON, A. Sistemas de Informação em Gestão da Cadeia de Suprimento. **Revista de Ciência & Tecnologia**, v. 17, p. 25-38. 2012. DOI: <https://doi.org/10.15600/2238-1252/rct.v17n33p25-38>.

PADILHA, T. C. C.; MARINS, F. A. S. Sistemas ERP: características, custos e tendências. **Revista Produção**, v. 15, n. 1, p. 102-113, 2005.

TAMAE, R. Y.; LEITE, M. C.; FERREIRA, T. G. P.; GOMES, V. M. B. A importância de sistemas ERP nas empresas de médio e pequeno porte. **Revista Científica Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 2, n. 3, 2005. ISSN 1807-1872.

AS CONTRIBUIÇÕES DO SÍNDICO PROFISSIONAL PARA OS CONDOMÍNIOS

Bruno Henrique Lourenço Silva

Ricardo de Sousa Ferreira

Juliana Pereira Freitas

RESUMO: Com o advento da população para as grandes cidades ocorreu-se uma grande progressão da construção de condomínios para suportar um maior número de pessoas em uma menor área por metro quadrado. E deste modo surgiu a necessidade de se ter um responsável pela manutenção destes condomínios, sendo estes nomeados de síndicos. São responsáveis pela manutenção, pagamento de contas, realizam orçamento das despesas anuais, são responsáveis por aplicarem e fazerem cumprir o regimento interno e acima de tudo respondem judicialmente pelo condomínio, mantendo o bom funcionamento e prezando pelo bem-estar comum. Neste sentido entra a figura do síndico profissional, com todas as responsabilidades que o cargo trás. O trabalho contou com um estudo de natureza aplicada, buscando explorar as contribuições do Síndico Profissional para os condomínios, por meio de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Administração. Condomínio. Síndico. Síndico Profissional.

1 INTRODUÇÃO

O artigo versa apresentar a figura do síndico profissional dentro da administração condominial, onde, com o grande crescimento dos investimentos em empreendimentos mobiliários de condomínios verticais, horizontais e comerciais, surgiu a procura por estes profissionais, que devem ser qualificados e ter um grande *know-how* para estarem à frente desses grandes empreendimentos, surgindo assim a grande demanda por estes profissionais.

Na visão de Chiavenato (2020), a administração é o processo em que se procura planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de seus recursos, sejam eles materiais ou organizacionais, buscando a utilização desses de modo eficiente e eficaz, para alcançar os melhores resultados dentro da organização. Maximiano (2017) complementa que a administração é um trabalho no qual as pessoas buscam realizar os seus próprios objetivos ou de terceiros, tendo como finalidade o alcance das metas.

Historicamente, os condomínios foram pensados buscando a melhor utilização dos espaços. O melhor exemplo são os condomínios verticais, comportando muitas famílias, fazendo-se necessário a figura de uma autoridade para manter a ordem e garantir que todos os membros da comunidade autônoma sigam as regras e regulamentos criados. Segundo Santos

(2020), a administração do condomínio é responsável por cobrar as taxas de manutenção, verificar e solicitar os reparos, manutenções e a limpeza do condomínio e das áreas comuns, pagar contas, dentre outras, mantendo o pleno funcionamento do empreendimento.

De acordo com Machado e Araújo (2004), a figura por trás desta administração é denominada, síndico. Esse, eleito pela Assembleia Geral, é o responsável legal e jurídico por todo o condomínio. Suas atribuições estão relacionadas a de um gerente geral dentro de uma organização. Nota-se, desta forma, que o síndico deverá ter o conhecimento administrativo necessário para gerir essas demandas e o bom funcionamento do empreendimento.

Segundo Carneiro (2004), para se administrar um empreendimento condominial deve-se ter um grande conhecimento técnico e específico em algumas áreas, além de uma boa oratória e facilidade na comunicação. Devido às tais exigências, a profissão de síndico profissional é bastante complexa e rotineira. Com a grande busca por condomínios, houve um significativo aumento na demanda pelo síndico profissional. Um fator importante na decisão de se contratar os serviços, além do conhecimento necessário, é o fator tempo, pois muitos moradores não possuem o tempo necessário que o condomínio necessita ou mesmo o interesse por zelar pelo condomínio, por ter outras prioridades, optando deste modo pela contratação do profissional na área.

Para tanto, este trabalho trata sobre a administração condominial e as contribuições do síndico profissional para os condomínios, sendo eles comerciais, verticais ou horizontais.

2 METODOLOGIA

Este estudo tem uma natureza aplicada e busca explorar as contribuições do Síndico Profissional para os condomínios. Do ponto de vista de Gil (2019), por pesquisa bibliográfica considera-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso ou digital, seja livros, documentos, artigos, entre outros. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica que permitirá a análise de estudos anteriores sobre o tema, este ainda pouco explorado. As fontes selecionadas para a revisão bibliográfica incluirão artigos de periódicos científicos, livros e teses que abordam assuntos relacionados ao tema. A pesquisa realizar-se-á em bases de dados de trabalhos acadêmicos tais como Periódico Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Scopus, Web of Science e Google Scholar.

Todas as fontes utilizadas foram citadas corretamente e em conformidade com as normas de referência acadêmica.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O termo “Administração” deriva do Latim e remete à ideia de direção, liderança e subordinação. Essa área de conhecimento emergiu no final do século XIX e início do século XX, em resposta à industrialização e à transição da mão de obra artesanal para a industrial. Ao longo desse desenvolvimento, várias teorias contribuíram para a evolução da Administração, iniciando na:

Teoria da Administração Científica (1900 – 1920), por Frederick Taylor: focava na eficiência da produção industrial, padronizando métodos e aplicando estudos de tempos e movimentos para reduzir tempo e esforço desnecessários.

Teoria Clássica da Administração (1916), por Henri Fayol: enfatizava a divisão do trabalho, hierarquia organizacional e estrutura, em contrapartida à Administração Científica.

Teoria das Relações Humanas (1930 – 1950), por Elton Mayo: destacava as relações humanas no trabalho e a importância do bem-estar dos funcionários para a produtividade.

Teoria da Burocracia (1947), por Max Weber: preconizava estruturas organizacionais hierárquicas e formalizadas, com regras claras e procedimentos previsíveis.

Teoria do Desenvolvimento Organizacional (1960), por Richard Beckhard e Warren Bennis: enfatizava a mudança organizacional para melhorar eficiência, destacando participação, comunicação aberta e liderança eficaz.

Abordagem Contingencial (1970): argumentava que não existe uma única abordagem correta para a administração, dependendo de fatores internos e externos.

Administração Estratégica (1980): salientava a importância do planejamento de longo prazo, tomada de decisões embasada em dados e estratégias organizacionais.

A Administração, de acordo com Chiavenato (2020) e Maximiano (2017), é o processo de atingir objetivos por meio do trabalho e dos recursos organizacionais, utilizando métodos e ferramentas como planejamento, organização, direção e controle. Envolvendo a liderança sobre subordinados e a gestão de recursos materiais, tecnológicos e financeiros. Em suma, a Administração é crucial para o funcionamento eficaz de organizações, independentemente de seu setor, impulsionando a busca por melhores resultados e a criação de ideias inovadoras.

O termo “condomínio”, derivado do latim *condominium*, refere-se à propriedade compartilhada, onde cada indivíduo é responsável por sua área privada e compartilham de áreas comuns. O Código Civil de Lei nº 4.591/64, lei derogada mais não revogada e valendo atualmente, define juntamente com o código civil de 2002 que edifícios ou conjuntos de

edificações, com múltiplos pavimentos, podem ser alienados como unidades autônomas sujeitas às limitações da lei.

Para Machado e Araújo (2004, p. 4), a propriedade é transformada pela coexistência de múltiplos proprietários, limitados por parâmetros estabelecidos, denominados “propriedades comuns” ou “condomínios”. Pinto (2000, p. 9) define condomínio como edificações ou conjuntos de edificações habitacionais ou comerciais, compostos por unidades autônomas identificáveis, com áreas de uso comum pertencentes a diversos proprietários.

Em suma, o condomínio envolve múltiplos proprietários que compartilham a responsabilidade pela manutenção das áreas comuns, com direitos e deveres distribuídos igualmente. É um arranjo em que os proprietários convivem em um espaço, como um edifício ou propriedade fechada, usando áreas comuns e seguindo regras para uma convivência harmoniosa.

De acordo com Testoni (2012), a palavra “síndico” tem origem no latim *Syndicys*, que significa agir com justiça. O síndico é eleito em Assembleia para representar o condomínio legalmente e tomar decisões rápidas. O mandato máximo é de dois anos, podendo ser reeleito. Contreras e Dolci (2001) acrescentam que o síndico, como representante legal, atua como gestor condominial, apoiado pelo subsíndico e conselho.

O síndico é responsável, de acordo com o Art. 1348 do Código Civil de 2002, por várias atribuições, incluindo a convocação da assembleia, representação legal do condomínio, zelo pelas áreas comuns, elaboração de orçamentos, cobrança de contribuições, prestação de contas anuais e realização de seguro da edificação.

As funções do síndico se assemelham de um gerente geral, abrangendo desde a contratação de serviços e profissionais até a gestão de finanças, manutenção, cobranças e tomada de decisões. O síndico deve ter habilidades administrativas para executar essas responsabilidades e garantir o bom funcionamento do condomínio.

Apesar de não tomar todas as decisões sozinho, o síndico desempenha um papel central na definição das ações a serem tomadas, demonstrando a necessidade de competência e liderança para gerir o condomínio de maneira eficaz.

O Síndico Profissional, conforme descrito por Souza (2001), é um sistema de administração realizado por uma pessoa que não reside no condomínio, frequentemente adotado em empreendimentos com vários blocos. Tanto o síndico morador quanto o profissional não têm vínculo empregatício com o condomínio, sendo sua contratação formalizada por contrato de prestação de serviço ou carteira profissional. A contribuição com o INSS é opcional, já que o síndico é considerado autônomo (Maciel, 2002).

A crescente contratação de síndicos profissionais decorre da dificuldade em eleger síndicos residentes e da necessidade de representação legal para o condomínio (Aparecida; Daniel, 2015). O síndico profissional precisa de conhecimento em administração, contabilidade, direito e, sobretudo, recursos humanos, devido ao constante contato com pessoas, fornecedores e prestadores de serviços, enfrentando desafios na mediação de conflitos entre condôminos (Karpát, 2002).

Apesar da contratação do síndico profissional para a gestão, com responsabilidade civil e criminal pelo condomínio, os condôminos, subsíndico e conselheiros fiscais não estão isentos de responsabilidade. Eles devem fiscalizar, participar de assembleias e cobrar para garantir a execução adequada dos serviços e buscar correções se necessário.

A administração de condomínios não é um conceito novo, remontando à Idade Média em Roma, onde a escassez de espaço levou ao desenvolvimento de formas de condomínio semelhantes às de hoje (Contreras; Dolci, 1999). Karpát (2002) descreve condomínios como organizações sem fins lucrativos, apesar de registrados nos órgãos competentes e sujeitos a responsabilidades fiscais e trabalhistas. A complexidade da administração condominial demanda profissionais qualificados, o que muitas vezes leva à terceirização de processos.

O Art. 1.347 do Código Civil em vigor estabelece que o síndico pode administrar, avaliar ou transferir total ou parcialmente as funções administrativas, seguindo as regras e aprovações do condomínio em assembleia. É recomendado que as atas de assembleia e as convenções condominiais sejam registradas em cartório (Avvad, 2004).

Se um morador eleito optar por administrar o condomínio sem delegar, desde que tenha ciência das responsabilidades e disponibilidade de tempo, pode fazê-lo. No entanto, a assessoria de empresas especializadas é aconselhável para se obter um suporte técnico e profissional adequado para o condomínio.

O síndico assume responsabilidades cruciais ao cargo e deve prestar contas de sua gestão aos condôminos, sujeitando-se a responder civil e criminalmente por qualquer má conduta ou ilegalidade (Karpát, 2002). A gestão de um condomínio vai além de cobranças e pagamentos, abrangendo aspectos contábeis, fiscais, admissões, demissões e pagamentos de guias (Aparecida; Daniel, 2015).

Segundo Avvad (2004), as competências do síndico incluem:

- Convocar assembleias respeitando prazos;
- Administrar internamente o empreendimento;
- Representar ativa e passivamente o condomínio legalmente;
- Orientar e fiscalizar o cumprimento das normas internas;

- Zelar pelas áreas comuns e fornecer serviços necessários;
- Cobrar taxas condominiais e multas.

O síndico deve manter contato com profissionais e prestadores de serviços para solucionar problemas rotineiros e emergenciais no condomínio. Suas responsabilidades são extensas e abrangem diversos aspectos da administração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a pesquisa realizada, conseguimos identificar a grande importância de um síndico profissional na administração de condomínios. Isto por meio de todas as ferramentas que o mesmo pode aplicar dentro de sua gestão, devido ao grande *Know-how* administrativo adquirido com os cursos realizados para a aquisição do título de Síndico Profissional. A sua importância é muito grande devido ao grande volume de responsabilidades adquiridas com o cargo, desde jurídicas a responsabilidades sociais com os condôminos, é de se considerar também responsabilidades financeiras, para que o condomínio sempre esteja em pleno funcionamento e os moradores possam ter pleno gozo de todas as funcionalidades do condomínio, incluindo as áreas comuns e a segurança.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Glaucione Aparecida Oliveira Afonso; SILVA, Hércia Daniel da. Síndico Profissional: Uma Nova Tendência do Mercado. **Qualia**: a ciência em movimento, Aparecida de Goiânia, v. 1, n. 1, p. 40-63, ju./dez. 2015.

AVVAD, Pedro Elias. **Condomínio em edificações no Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CARNEIRO, José Henrique. **Roteiro de informações gerenciais para administração condominial baseado no perfil dos síndicos e administradores**. 2004. 78 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração para Não Administradores: A Gestão de Negócios ao Alcance de Todos**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CONTRERAS, Lorena Del Carmen; DOLCI, Maria Inês R. Landini. **Guia do Condomínio**: Manual completo para administradores e moradores de condomínios. São Paulo. EIDC-Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2001.

GARCIA, Ismar Estulano; OLIVEIRA, Mauricio Luzia. **Como Administrar um condomínio**. 2. ed. Goiânia: AB, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KARPAT, Gabriel. **Condomínio**: orientações e prática. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MACHADO, João; ARAÚJO, Edson. **Como Administrar um condomínio**. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2004.

MACIEL, Alberto de Andrade. **Prática Administrativa e Jurídica do Condomínio**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

MAXIMIANO, Antonio César Amauri. **Teoria Geral da Administração**: da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS GUERRA, Suellen. **Administração Condominial**. SEFIC 2019, 2020.

SOUZA, Agnaldo Celino de. **Condomínio em edifícios**: manual do condômino. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2001.

TESTONI, Luís Eduardo. **Condomínio Edifício**: A responsabilidade Civil do Síndico. 2012. 51 f. Monografia (Graduação em direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau: FURB, 2012.

CONTRIBUIÇÃO DA LOGÍSTICA PARA O *E-COMMERCE* DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Vitória Meregalli da Silveira

Eduarda Duarte Dutra

Juliana Pereira Freitas

RESUMO: A logística sempre esteve presente em tudo, desde as guerras às empresas, mas com o crescimento do *e-commerce*, as empresas se depararam com um novo cenário, onde o foco não foi só alavancar suas vendas, mas também, atingir as expectativas do cliente e criar valor ao mesmo. Com a chegada a pandemia COVID-19, diversos comércio não essenciais precisaram fechar suas portas devido ao isolamento social, muitas empresas e pessoas buscaram formas de se adaptar a aquele novo momento por meio do *e-commerce*, mas precisavam ter uma logística assertiva, para que assim, atendessem os próprios objetivos e as expectativas dos consumidores. Buscou-se encontrar meios que a logística pudesse contribuir mais efetivamente naquele momento, adotando meios como *fulfillment* e *dropshipping*. O objetivo deste artigo é mostrar e identificar como a logística contribuiu para o *e-commerce* durante a pandemia COVID-19, utilizando de uma técnica de pesquisa bibliográfica, de forma exploratória e descritiva.

PALAVRAS-CHAVE: Logística. E-commerce. Pandemia. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a logística no *e-commerce*¹, onde devido ao advento da internet por volta da década de 1990, os consumidores passaram a optar pelas compras online, por sua agilidade e facilidade, e justamente por isso, os prazos de entrega, nível de qualidade do produto, criação de valor e a exigência de atender a expectativa de qualidade do cliente se tornaram algumas das preocupações recorrentes, tornando assim a logística um ponto vitalício para as empresas do e-commerce. Pois a logística é todo o processo que envolve o planejamento, implementação e controle de todos os processos da cadeia de suprimentos que se correlacionam até que o produto chegue ao cliente (Pereira; Pereira, 2020).

Com toda a evolução tecnológica que estava acontecendo no meio comercial, o *e-commerce* tornou-se conveniente para os consumidores encontrarem o melhor produto e serviço de forma mais prática, bastando-se ter acesso a internet, por exemplo, por meio de um

¹ E-commerce: é uma modalidade de comércio onde todas as transações acontecem através de plataformas eletrônicas, chama-se de lojas virtuais onde é feito esse tipo de comércio.

computador ou *smartphone*, devido ser, uma plataforma onde as pessoas podem comprar e vender produtos de forma *on-line* (Silva A., 2022).

No final do ano de 2019, uma doença respiratória infecciosa, causada pelo vírus SARS-CoV-2 de fácil transmissão, denominada pela Organização Mundial da Saúde, a OMS, de COVID-19, e tendo uma capacidade de se proliferar rapidamente, provocou um isolamento social, onde o comércio presencial não essencial, precisou manter-se fechado e, conseqüentemente, a sociedade foi forçada a seguir algumas regras, pandemia essa que perdurou até maio de 2023, quando a OMS², declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19 (OPAS³,2023).Mediante aquele cenário pandêmico, viram no *e-commerce* um meio ágil para efetuar suas compras, pois permitia uma maior acessibilidade, além de preços mais acessíveis e um leque de opções.

O objetivo deste artigo é mostrar e identificar como a logística contribuiu para o *e-commerce* durante a pandemia COVID-19. Devido ser uma peça fundamental para que profissionais das áreas de administração e logística tenham informações para como proceder em futuros fechamentos emergenciais, demonstrando métodos e ferramentas que a logística possibilitou, para que as empresas optantes pelas vendas *on-line* pudessem utilizar, e assim atender às demandas de vendas, a expectativa de qualidade dos clientes e principalmente, atender às medidas de segurança necessárias.

2 METODOLOGIA

Foi realizada a técnica de pesquisa bibliográfica, de forma exploratória e descritiva, onde é capaz de organizar de forma adequada e compilar dados e ideias relevantes acerca do assunto. A pesquisa para o desenvolvimento do projeto realizou-se com base em algumas informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde para composição do referencial teórico, bem como bases de dados em pesquisas importantes nas plataformas como Google Acadêmico, Periódicos CAPES, *SciELO*, BDTD e plataformas de livros *on-line*, como Biblioteca Online. Dessa forma, para melhor compreender o assunto a fim de formular hipóteses, desenvolver argumentos e chegar a conclusões.

² OMS – Organização Mundial da Saúde.

³ OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Ao passar dos anos, o mercado foi se tornando cada vez mais competitivo, pois o consumidor passou a ser mais criterioso na hora de adquirir um produto ou um serviço. Devido a globalização, as empresas precisaram buscar alternativas que pudessem trazer agilidade no atendimento das demandas e redução de custo, e ainda assim, atender a expectativa do cliente. Aponta-se que a logística está sempre buscando possibilidades que otimizem o tempo e gere o melhor custo benefício, e que, ainda sim possibilita uma alta qualidade em seus produtos e serviços (Sirino; Dias, 2021).

Salienta-se que a logística é uma área responsável pela administração das informações dos produtos e dos recursos materiais e financeiros. Onde busca a gestão da entrada da matéria prima, durante o planejamento da produção do produto, do processo de armazenar, transportar e distribuir para o consumidor final (Marques *et al.*, 2021).

Portanto, a logística é um processo que está ligado desde o planejamento para compra de uma matéria prima, até a entrega final do produto acabado, visando não só a qualidade do produto em si, mas a qualidade de todo o processo de produção até o atendimento da expectativa do cliente. É o elo entre o fornecedor e o cliente e, dessa forma, seu objetivo é criar valor. E, para que os produtos e serviços tenham valor, precisam estar em poder do cliente e onde ele quer para que ele possa consumir (Marques *et al.*, 2021).

Com o crescimento exponencial de acessos à internet a partir da década de 1990, as empresas consideraram a sua efetivação no mercado eletrônico, pois assim seus clientes teriam acesso a mais produtos e serviços e as organizações também teriam maior facilidade na escolha dos fornecedores. Pois quando a empresa trabalha apenas com o estabelecimento físico, acaba por ficar limitada a um local ou região. E assim, ao consumidor foi permitido novas experiências na hora de efetuar uma compra, sem precisar se retirar de sua residência (Mata, 2021). Oferecendo mais opções de produtos, para que os clientes possam escolher o que desejarem e assim, economizar dinheiro por ter um leque melhor de opções, pois há diversas oportunidades espalhadas pela internet, fazendo assim, o *e-commerce* representar o futuro do mercado comercial (Texeira, 2021).

Dentro do *e-commerce*, a logística toma como fator de responsabilidade todo o processo de gerir os estoques e a distribuição destes para os clientes, baseado nos pedidos que são feitos. Segundo Novaes (2021), a logística vem se adaptando a todas as revoluções que a economia vem sofrendo, desde a área industrial até a área de comunicação e tecnologia.

Com a pandemia COVID-19 e devido ao isolamento social, as empresas que ainda não haviam optado pelo comércio eletrônico, tiveram que buscar formas para se adaptar dentro dessa forma de negócio. Assim, tiveram que se preocupar ainda mais em ter os produtos certos no momento certo, com a disponibilidade e a entrega rápidas na casa do cliente.

Atender a expectativa do cliente era necessário, mas as empresas ainda tinham em vista como economizar sem perder a qualidade logística de sua empresa. Uma das saídas foi o *fulfillment*. Silva *et al.* (2022) e Lucchini *et al.* (2022) entendem o *fulfillment* como um tipo de prestação de serviço para atender uma loja virtual, por meio das operações dos processos logísticos, desde a armazenagem até a entrega, além do pós-venda. Ou seja, muitas empresas buscaram encontrar empresas especializadas em *fulfillment* e assim terceirizar a gestão logística do seu estoque até a entrega ao cliente, pois isso permitiria reduzir custos e despesas tanto de pessoal, quanto de estrutura física, e desse modo, ter um serviço mais especializado e eficiente (Silva *et al.*, 2022).

Os custos de armazenagem e pessoal tornaram-se pesados durante a pandemia, pois o foco de vendas estava no *on-line* e não nas lojas físicas. Tornando o processo de *dropshipping*, uma opção de custo benefício encontrada por empresas e pessoas, que gostaria de ingressar no *e-commerce*, pois consiste basicamente em um método de venda e modelo logístico em que a venda é feita sem o vendedor ter o produto em estoque. A mercadoria fica no fornecedor, denominado *dropshipper*, e quando a venda é feita por meio digital, ele é comunicado e fica responsável pela entrega (Agostini, 2021). Assim, podiam ingressar nesse mercado digital de forma econômica, não precisando inicialmente arcar com custos de estoque e pessoal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia COVID-19 fez com que a adaptação ao modelo de comércio eletrônico acelerasse, tanto para quem utilizaria para compra, como para quem venderia. O ato de não poder sair de casa sem que fosse extremamente essencial, fez as pessoas buscarem formas de comprar da sua residência e ainda assim, receber seu produto rápido e seguro.

Desse modo a pesquisa realizada, identificou-se a contribuição da logística no *e-commerce* durante a pandemia COVID-19, onde a logística não só possibilitou aos clientes que seus produtos e serviços chegassem até eles, como possibilitou às empresas do comércio digital, a utilizarem de processos e modelos logísticos, como *fulfillment*, onde a empresa

poderia terceirizar a sua gestão logística, reduzindo custo com pessoal, assim como o *dropshipping* em que o vendedor não precisa ter o produto em estoque, e assim permitiria ingressar no meio comercial *on-line*, o que possibilitou uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes que não se adaptaram a era digital no meio pandêmico.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Laura. **Dropshipping**: Uma estratégia de negócio digital para micro e pequenas empresas no Brasil. 67 p. Monografia (MBA em Tecnologias Digitais e Inovação Sustentável) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LUCCHINI, Fabrício N. *et al.* **Fulfillment**: o diferencial logístico voltado ao comércio eletrônico. Trabalho de conclusão de curso (Curso Superior de Tecnologia em Logística) - Faculdade de Tecnologia Deputado Ary Fossen, Jundiaí, 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/9553>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MARQUES, Ana Letícia D. *et al.* **A nova era da Logística**. 2021. 42p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso do Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Logística) - Etec Zona Leste, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/9193>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MATA, Kesley B. da C. **E-commerce**: Análise de dados sobre o comércio eletrônico no Brasil. 53 f. . Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Computação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1761>. Acesso em: 29 jun. 2023.

NOVAES, Antônio G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**: estratégia, operação e avaliação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PEREIRA, Bruno A.; PEREIRA, Josiane M. A importância da logística no e-commerce. Artigo de graduação - Fatec Jornalista Omair Fagundes de Oliveira. Trabalho apresentado no **XI Congresso de Logística das Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza** – FatecLogBragança Paulista, 2020. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2020/v4/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20LOG%C3%8DSTICA%20NO%20E-COMMERCE.%20BRUNO%20APARECIDO%20PEREIRA,%20JOSEANE%20MACIEL%20PEREIRA.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Alberto J. de C.; FRANCA, Heverton A.; BUSCH, Renato de F.; RIZZA, Wagner. **Vantagens do fulfillment**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em

Logística) - Escola Técnica Estadual “EtecAntonioDevisate”, Marília, SP, 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/11985>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Alexandre C. *et al.* Panorama do e-commerce e a logística expressa durante a pandemia de Covid-19. **Revista Fatec Zona Sul**, Suzano, v. 8, n.4. p. 21-34, 2022.

SILVA, Ana Paula C. **E-commerce**: Impactos no consumo do segmento de beleza e saúde durante a pandemia Covid-19. 30 f. Artigo de Graduação (Tecnólogo em Logística) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

SIRINO, Rodrigo da C.; DIAS Marcos de C. A Logística 4.0 e as implicações para o mercado de trabalho do setor logístico. **XII FatecLog: Gestão da cadeia de suprimentos no agronegócio: desafios e oportunidades no contexto atual**. Fatec Mogi Das Cruzes, Mogi Das Cruzes, 2021.

TEXEIRA, Tarcísio. **Comércio eletrônico e legislação aplicável**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

**O CLIMA ORGANIZACIONAL COMO FATOR MOTIVACIONAL
DOS VENDEDORES: um estudo pontual**

Kezianne Barbosa da Silva

Humberto César Machado

Wesley Henrique Garcia

RESUMO: Este artigo tem como temática central o clima organizacional como fator motivacional dos vendedores e para tanto busca objetivar como a satisfação destes pode ser influenciada pelo ambiente laboral que se encontram. Por conseguinte, a metodologia que utilizou-se para a obtenção dos fatores necessários para a composição da pesquisa se tratou da natureza descritiva, que buscou coletar informações para análises posteriores para identificações de perfis, uma abordagem quali-quantitativa para conhecer melhor os dados adquiridos e por fim, um estudo de caso na Loja Soul com a aplicação de um questionário.

PALAVRAS-CHAVE: Clima organizacional. Motivação. Vendedores.

1 INTRODUÇÃO

Ponderando o histórico corporativo das firmas e de acordo com as teorias que circundam a gestão de pessoas, as empresas nunca tiveram uma preocupação real com o ambiente interno em que todos se encontravam, entretanto, após a teoria das relações humanas passou-se a ter uma maior observação quanto aos seres no negócio e o meio em que vivem, e esse âmbito se tornou conhecido pelo clima organizacional que se refere a toda condição psicológica, física e social que os empregados encontram em seus trabalhos.

Tendo as falas como referência, este trabalho tem como tema o clima organizacional como fator motivacional dos vendedores, este que é um componente de grande valor na atualidade e está diretamente ligado com o bem-estar de todas as pessoas, inclusive esses profissionais citados, que se assumiram elementos de valores para as corporações, sendo assim, influenciados por todos os fatores e questões que citam e rodeiam a esfera laboral, ou seja, as considerações sentidas por eles percebem e condicionam a sua conduta e contentamento diante das atividades.

Baseando-se na influência do clima no regozijo desses empregados, os vendedores são parte conectada do desfecho receitual das companhias e isso faz com que haja a exigência de verificar como o meio se associa na sua motivação rotineira, ponto chave da escolha da

temática que traz a tona a seguinte problemática: “Como o clima organizacional da Loja Soul se correlaciona com a motivação e satisfação de seus vendedores?”

Para tanto, o objetivo geral é identificar de que forma a motivação deles é influenciada pelo meio interno, abordando questões como teorias que justificam o clima e satisfação, situações essas que são sustentadas por uma pesquisa de campo que auxiliará a loja com informações sobre a posição estabelecida em sua cadeia. Assim, delimitou-se como objetivos específicos: a) discorrer teoricamente sobre clima organizacional e motivação na fundamentação teórica; b) discutir os aspectos considerados para a motivação humana e estudos acerca do tema na loja soul e c) realizar uma pesquisa de campo sobre o clima organizacional na Loja Soul a fim de verificar a influência na motivação de seus vendedores.

Notoriamente, para a obtenção de tais resultados, será utilizada uma observação quali-quantitativa bem como descritiva a fim de trazer respostas concretas que sustentarão as teorias apresentadas e com isso, se chegar a conclusões de que forma os vendedores são guiados pelo ambiente em que estão, visualizando variáveis salariais, liderança, comunicação e principalmente segurança quanto ao que será desempenhado.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento para a composição deste resumo, utilizou da abordagem quali-quantitativa, que segundo Michel (2015) entende-se como uma pesquisa que busca conhecer melhor uma situação ou comportamento inerentes a um grupo de pessoas, sendo considerada assim, amostras que geram perfis para serem avaliados e criticados, ou seja, se trata do ato de conhecer as opiniões e comportamentos das pessoas buscando coletar dados para embasar esses pontos, verificando e analisando os dados a partir de condutas coletivas abordadas em gráficos e tabelas.

A pesquisa se configura como descritiva, pois ela busca especificar as características, os perfis e os fenômenos que precisam de análise, com a intenção de unicamente coletar as informações e utilizar os conceitos sobre, sem relacionar e identificar o motivo ou qualquer relação entre elas, ou seja, tem como propósito visualizar um fenômeno em particular e se apoiar em dados para o avaliar (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Para tanto, a pesquisa que está em desenvolvimento será executada em uma companhia varejista de móveis e eletrodomésticos que está no ramo a mais de 60 anos com 150 empresas, sendo conhecida como a loja soul. A coleta de dados estipulada conta com uma

amostra de cerca de 60 pessoas que puderam entrar e sair da pesquisa a qualquer momento, já que está foi sistematizada pelo *Google Forms*, plataforma online para análise de dados e fez vista para verificar a influência do clima organizacional perante a motivação dos vendedores na loja, abordando assim a temática do estudo apresentado.

Seguindo as orientações das Resoluções 466/12 e 510/2016, que garante e assegura os direitos dos participantes da pesquisa, esta, bem como o seu questionário foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com a finalidade de garantir que os princípios éticos fossem seguidos. Ressaltamos que este já se encontra estruturado e validado com participação num outro trabalho aplicado no ano de 2022, pela aluna Márcia Elaine Romano Rabelo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, sendo reconhecido pelo seguinte tema: “O clima organizacional e a motivação entre servidores públicos federais: um estudo de caso no Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari” e orientado pelo Mestre Alain Roel Rodrigues dos Santos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O clima organizacional com a observância da gestão de pessoas como fonte estratégica da empresa, se tornou um ponto bastante considerado e estudado por muitos, e esse fator se dá pela influência dele quanto a motivação que os empregados têm para com o que desempenham, daí remonta a importância de considerar a coordenação empresarial. Com base nisso, Luz (2003) indica que esse clima aborda a satisfação e prazer que os empregados têm para com as organizações em algum momento, além de que se trata do ambiente psicológico que acomete a relação empresa e funcionário.

Segundo Tachizawa *et al.* (2006), ele também se trata da satisfação dos membros com o ambiente ao qual estão inseridos e enfatiza ainda que a motivação é o principal fator de observância desse clima e do desempenhar dos trabalhos, de tal forma que faz com que as pessoas ajam em equipes e forneçam uma conformidade nas tarefas, para cumprirem os planos desejados e requeridos, sendo assim, desempenhando o que foi pedido com qualidade.

Observando o meio interno como parte considerável do dia a dia das corporações e reconhecendo a sua influência sobre o empregado, Martelo *et. al* (2014) ponderam que este se refere a implicação do ambiente interno no que tange a conduta do profissional na organização, sobre os aspectos, qualidade de vida, desempenhos do trabalho e estímulos da

instituição, de forma que afeta direta ou indiretamente o seu contentamento diante de suas atividades.

Partindo desse pressuposto, Bispo (2006) aborda ainda o fato da existência de três tipos de clima que podem ser verificados no contexto empresarial, sendo eles:

➤ Favorável - onde se observa a mais alta aceitação e satisfação requerida de forma que tenha integração, credibilidade, adaptação as mudanças, baixa rotatividade e maior comprometimento.

➤ Mais ou menos – estimulado pela indiferença quanto ao trabalho, baixa produtividade, clientes indiferentes, estagnação nos negócios e baixa retenção de talentos.

➤ Desfavorável – designado pela desmotivação, frustração, improdutividade, pouca adaptação, falta de envolvimento e doenças psicossomáticas.

Ligando-se a essencialidade da esfera interna da companhia reconhecida acima, tem-se a motivação como elo de ligação entre os resultados e ambiente empresarial, onde de acordo com Newstrom (2011), motivação é um agrupamento de energias internas e externas que conduzem os empregados a tomarem certas decisões e escolhas, sendo estas regidas pelo ato de comportamentos a fim de executar uma tarefa ou meta empresarial, em suma, se tratando de todo e qualquer esforço psicológico característico de cada ser humano da organização, os condicionando de maneira positiva ou não.

Para Robbins (2005), ela funciona como um processo intenso, direto e perseverante que faz com que um indivíduo alcance determinado objetivo, assinalando que as pessoas possuem interesses específicos que orientam os seus modos de agir para atingir essas metas organizacionais, destacando ainda que, quando motivadas se mantêm na atividade até que consiga finalizá-la de maneira eficaz e consistente, objetivando a qualidade dos processos.

Para tanto, Costa (2012) indica que em prol do correto entendimento da motivação é necessário reconhecer os diversos fatores que a compõe, considerando assim, a essencialidade de cada pessoa em seu particular, e suas falas são apoiadas pelas observações históricas de Maslow (1954), onde se tornam conhecidos todos os fatores interligados ao ser humano dentro da empresa, aspectos esses conhecidos pela teoria das necessidades.

Maslow (1954) criou uma pirâmide que possui as seguintes especificações, as necessidades humanas são consideradas de cima para baixo, onde a base determina as questões biológicas do ser humano, a segurança que se trata da confiança que as pessoas têm para com o ambiente e com outros aspectos e o social que é a convivência com as outras pessoas, considerando as aceitações e os afetos (Costa, 2012).

Por fim, o topo da pirâmide posiciona as necessidades de estima e autorrealização que são respectivamente como a pessoa se vê e identifica, objetivando o reconhecimento de seu ser diante do trabalho que desempenha, sendo assim, prestigiado e compreendido, onde instiga o seu desenvolver visualizando as questões profissionais, considerando a aprendizagem do processo para garantir bons retornos (Costa, 2012).

Partindo desse ponto, além de reconhecer como fator de motivação as necessidades humanas, tem-se também a caracterização da motivação como sendo intrínseca e extrínseca que, segundo Vecchio (2008), apoiado na teoria dos dois fatores de Herzberg (1975), se tratam respectivamente da satisfação do empregado quanto a carreira desempenhada, as responsabilidades que absorve e os reconhecimentos adquiridos, ou seja, tudo que envolve o regozijo pessoal frente ao trabalho, já os higiênicos ou extrínsecos são as relações de segurança, políticas da empresa, condições do trabalho e os relacionamentos com as pessoas, sendo considerado assim, tudo que está em volta do sujeito em todos os contextos.

Diante dessa premissa, Oliveira e Ferreira (2020) remontam que o ser humano em seu âmbito pessoal é o único capaz de se motivar, em outras palavras, apesar de possuir condições que lhe proporcionem prazer e satisfação no trabalho como visto, fica-se claro que as pessoas são as responsáveis por se sentir ou não de fato contentes para com ele, não deixando de salientar a importância dos gestores serem eficazes quanto a observação das questões que possam auxiliar na motivação de cada um, considerando as personalidades e afins, no intuito de somar com todos.

Observando os pontos citados, temos que devido a competitividade as empresas contam hoje com os vendedores responsáveis pela realização das vendas, e segundo Silva (2022) o vendedor é a marca original da loja, ele enlaça a venda com o cliente que se faz envolvido e garante a performance, logo então, é o ser dotado de artifícios capazes de gerar convencimento, sendo que a sua autoimagem se torna atualmente o fator mais importante para a execução deste trabalho, e isso, está diretamente ligado a sua motivação para com a atividade e também ambiente em que se encontra.

Ahearne *et al.* (2010 *apud* Borges, 2020) declaram que quando as organizações ocupam-se de pensamentos e comprometimentos para com os vendedores elas reforçam a eles que são a marca corporativa e o atributo essencial para a obtenção dos resultados e esse fator infere envolvimento e empenho para objetivar esforços intensos com a direção e controle corretos, sendo assim, complementa e incentiva o comportamento dessas pessoas.

Diante disso, se faz importante enfatizar a grande relevância que a companhia bem como seu ambiente tem para com esse profissional, pois interfere diretamente na maneira

como este se sentirá motivado para trabalhar, sendo assim, questões como reconhecimento salarial e profissional, treinamentos e boa comunicação precisam estar inseridos na rotina de todos esses funcionários, já que estão ligados ao resultado das empresas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho teve como tema principal o clima organizacional como fator motivacional dos vendedores buscando assim objetivar como a satisfação destes pode ser influenciada pelo meio laboral que se encontram. Contudo, tem-se que os objetivos específicos foram a) Discorrer teoricamente sobre clima organizacional e motivação na fundamentação teórica; b) Discutir os aspectos considerados para a motivação humana e estudos acerca do tema na loja soul e c) Realizar uma pesquisa de campo sobre o clima organizacional na Loja Soul a fim de verificar a influência na motivação de seus vendedores.

Frente às questões observadas, tem-se que o meio interno é mais do que apenas o ambiente da empresa, mas sim uma série de fatores que acometem o funcionário durante a sua rotina de trabalho, além de como a sua conduta para com o que está fazendo, sendo isso, correlacionado com o fato dele estar ou não motivado para desempenhar o seu papel dentro da entidade, ponto determinado por sentir prazer ao executar certa atividade, proporcionado então, pelo local que se encontra.

Diante do exposto, fica-se claro que é necessário verificar como essa esfera envolve e condiciona a vida dos vendedores, de forma que contribua para a empresa caso com respostas concretas e verídicas para as futuras tomadas de decisões, assim como para todas as empresas que têm em seu organograma e/ou cadeia, os citados, pontuando fatores a serem aprimorados e observados.

REFERÊNCIAS

AHEARNE, Michael; RAPP, Adam; HUGHES, Douglas E.; JINDAL Rupinder. Managing sales force product perceptions and control systems in the success of new product introductions. **Journal of Marketing Research**, v. 47, n. 4, p. 764-776, 2010 *apud* BORGES (2020).

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Produção**. São Paulo, v. 16, n. 2, 2006.

COSTA, Ana Carolina Santos. **A importância do clima organizacional no ambiente de trabalho**. Monografia. São Paulo, 2012.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTELO, Marcelo Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho dos Santos; VIEIRA, Almir Martins. Clima organizacional no contexto de uma incubadora: estudo com três empreendimentos do interior de São Paulo. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 2, 2016.

NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

OLIVEIRA, Mateus Grassi Franco de; FERREIRA, Dante Grassi Pinto. A motivação como parâmetro estrutural para equipes de vendas de sucesso. **Revista Digital FAPAM**. Minas Gerais, v. 10, n. 1, 2020.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tiago Magaldi Granato. **Justiça e moral no trabalho: vendedores do comércio varejista do Rio de Janeiro**. Tese pós-graduação. São Paulo, 2022.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VECCHIO, Robert P. **Comportamento Organizacional: tradução da 6ª Edição Norte Americana**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LINHA DE PESQUISA

“SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE”

A CONTRIBUIÇÃO DOS GENES BRCA1 E BRCA2 NO CÂNCER DE MAMA

Leandra Rosique Lara¹

Laisa Minely Ferreira Nunes

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: O câncer é uma doença genética complexa caracterizada pelo crescimento descontrolado de células em um tecido específico. Mulheres com mutações nos genes BRCA1 ou BRCA2 têm maior probabilidade de desenvolver câncer de mama. O presente estudo tem como objetivo revisar a contribuição dos genes BRCA1 e BRCA2 no câncer de mama. Este estudo consiste em uma revisão integrativa por meio da revisão bibliográfica de artigos científicos publicados. A pesquisa foi conduzida nas bases de dados eletrônicas SciELO e Google Acadêmico. Mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 aumentam significativamente o risco de desenvolvimento de câncer de mama. Diante disso, conclui-se que esses genes desempenham papéis importantes na reparação do DNA e regulação do ciclo celular, porém a compreensão das variações genéticas é essencial visto que mutações nesses genes aumentam o risco de câncer de mama de outras neoplasias, como câncer de ovário.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de mama. Predisposição hereditária. Gene BRCA1 e gene BRCA2.

1 INTRODUÇÃO

O câncer é um termo que se refere a diversas doenças genéticas complexas, que se caracterizam pelo crescimento descontrolado de células em um tecido específico. O desenvolvimento da doença depende de alterações genéticas, assim como de interações entre as células malignas e o biosistema tumoral (Freitas, 2019).

Nesse viés, a idade é considerada um dos fatores de risco mais importantes para o desenvolvimento do câncer. O acúmulo de exposições ao decorrer da vida e as alterações biológicas relacionadas ao envelhecimento aumentam esse risco. Entretanto, em mulheres jovens com mutações nos genes BRCA1 ou BRCA2, observa-se um aumento na frequência do câncer de mama, 5% a 10% dos casos guardam relação com mutações genéticas, a exemplo dos genes pertencentes à família BRCA (Coelho *et al.*, 2018). Por isso, a história

¹ Acadêmica do 7º período do Curso de Medicina, membro do Grupo de Pesquisa do Departamento Científico Victor Lisita do Centro Universitário Alfredo Nasser em 2023/2. E-mail: leandranutri@hotmail.com.

² Docente: Médico especialista em Cardiologia e Terapia Intensiva e Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: marinaldoleite@unifan.edu.br.

familiar da doença é considerada um fator epidemiológico bem estabelecido de risco (Ulhoa, 2021).

A existência de variantes patogênicas em BRCA1 e BRCA2, assim como a presença do gene supressor de tumores p53, está irrefutavelmente associada a um incremento no risco de câncer de mama e ovário em mulheres. Esses genes assumem uma função indireta na contenção da proliferação neoplásica, pois codificam proteínas que orquestram mecanismos celulares de suma importância, tais como crescimento, diferenciação, transcrição e reparo de quebras na dupla-hélice do DNA durante a recombinação homóloga. Em síntese, os genes BRCA têm a incumbência de salvaguardar a estabilidade do material genético (Castralli; Bayer, 2019).

Assim, o presente estudo tem como objetivo revisar na literatura a contribuição dos genes BRCA1 E BRCA2 no câncer de mama. Dessa forma, espera-se que o corpo clínico e profissionais da área médica se envolvam em estudos e identifique mulheres com maior predisposição a alterações genéticas hereditárias que possam levar ao câncer de mama

2 METODOLOGIA

Este estudo constitui uma revisão integrativa, baseada em uma revisão bibliográfica, utilizando como fonte principal artigos científicos publicados. O processo de realização de uma revisão de literatura envolve uma série de etapas. Primeiramente, é necessário dominar os descritores que servirão como filtro para encontrar os estudos relevantes. Em seguida, é fundamental definir as fontes de consulta, que podem incluir artigos, dissertações, teses e resumos de congressos científicos, com ênfase nos trabalhos publicados nos últimos cinco anos para garantir a atualidade das informações (Dorsa, 2020).

A pesquisa dos estudos relacionados ao tema foi conduzida nas bases de dados eletrônicas *SciELO* e *Google Acadêmico*. Foram adotados critérios de inclusão que englobam pesquisas científicas disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol, abordando a influência dos genes BRCA1 e BRCA2 no desenvolvimento do câncer de mama. Os trabalhos selecionados compreenderam publicações no período de 2014 a 2021. Para a busca dos estudos nas bases de dados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “câncer de mama”, “predisposição hereditária”, “gene BRCA1” e “gene BRCA2”.

No estudo, foram excluídos trabalhos que não abordassem os avanços recentes na identificação de mecanismos epigenéticos dos genes BRCA1 e BRCA2 e sua relação com o

desenvolvimento de neoplasias mamárias. Também foram excluídos artigos publicados fora do período mencionado, duplicados, aqueles que não possuíam o texto completo disponível nas bases de dados e os que não estavam alinhados com os objetivos propostos. Um total de 30 artigos relacionados ao tema foram encontrados nas bases de dados eletrônicas utilizadas. Após a aplicação dos critérios de inclusão estabelecidos, foram selecionados 13 artigos para análise.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Freitas (2019), o carcinoma mamário é uma condição de natureza complexa e multifatorial que apresenta uma considerável influência de elementos genéticos. O entendimento da genômica do carcinoma mamário tem sido aprimorado ao longo das últimas décadas, especialmente com a identificação e caracterização dos genes BRCA1 e BRCA2. Estes genes desempenham uma função crítica na predisposição ao carcinoma mamário hereditário e estão envolvidos em vias relacionadas à reparação do DNA e ao controle do ciclo celular. Pesquisas têm indicado que alterações genéticas nos genes BRCA1 e BRCA2 podem consideravelmente elevar o risco de desenvolvimento do carcinoma mamário, com estimativas variáveis dependentes do tipo de mutação e outros elementos de risco envolvidos.

Adicionalmente, Castralli e Bayer (2019) afirmam que a disparidade na incidência dessas mutações entre várias populações insinua a possível influência de distintos elementos genéticos e ambientais que afetam a manifestação dessas mutações. Investigadores moleculares têm se dedicado a explorar diferentes categorias de mutações presentes nos genes BRCA1 e BRCA2, tais como deleções, inserções e substituições de nucleotídeos, cada uma delas possuindo implicações funcionais potenciais sobre as proteínas produzidas. A compreensão dessas variações genéticas é crucial para uma categorização mais precisa dos riscos e para uma orientação genética adequada destinada a indivíduos que enfrentam o diagnóstico de câncer mamário.

Os genes BRCA1 e BRCA2 são considerados genes de cuidado, desempenhando um papel vital na salvaguarda da integridade do genoma, além de atuarem como genes supressores de tumores. O gene BRCA1 encontra-se localizado no cromossomo 17, com uma estrutura compreendendo 24 éxons e uma codificação que envolve 1.863 aminoácidos únicos. Por outro lado, o gene BRCA2 está situado no cromossomo 13 e é constituído por 27 éxons

que codificam 3.418 aminoácidos distintos. Em relação às suas regiões codificadoras, já foram registradas mais de 700 mutações no BRCA1 e mais de 600 mutações no BRCA2. Estimativas indicam que entre 55% e 65% das mulheres portadoras de mutações no BRCA1 e 45% das que possuem mutações no BRCA2 enfrentam um risco suscitado pelo câncer de mama antes de completarem 70 anos de idade (Algebaly; Suliman; Al-Qahtani, 2021).

Ulhoa (2021) enfatiza que a avaliação dos fatores de risco relacionados ao câncer de mama em indivíduos com mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 é crucial para entender a epidemiologia dessa condição. Além da influência genética, fatores como histórico familiar de câncer de mama, idade, idade da primeira menstruação, idade na primeira gravidez e exposição hormonal podem desempenhar um papel significativo no risco de desenvolvimento desse tipo de câncer nesse grupo. A compreensão desses fatores de risco específicos pode ajudar a identificar subgrupos de pacientes com maior probabilidade de desenvolver câncer de mama, permitindo direcionar estratégias de prevenção e triagem.

Não existe uma abordagem única para gerenciar o risco de câncer de mama e ovário em indivíduos portadores de mutações BRCA. As decisões de manejo, incluindo vigilância, cirurgia redutora de risco e/ou quimioprevenção, são complexas e variam de acordo com a idade, histórico familiar de câncer de mama (tanto feminino quanto masculino), câncer de ovário, próstata e pâncreas. Portanto, o manejo clínico de pacientes com mutações BRCA é desafiador e altamente individualizado. Não há diretrizes padronizadas para recomendar testes de mutação BRCA1 ou BRCA2. Embora estratégias de vigilância, como mamografia e ressonância magnética mamária, sejam úteis para o câncer de mama, ainda não existe uma estratégia eficaz de triagem desenvolvida para o câncer de ovário (Ulhoa, 2021).

TÍTULO	AUTORIA	ANO	RESULTADO
Identificação de rearranjos nos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com critérios para síndrome hereditária de câncer de mama e ovário no estado da Bahia.	Freitas	2019	A identificação dos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do câncer de mama também são úteis para definição de estratégias eficazes e preventivas no controle da doença e compreendem fatores internos - de predisposição hereditária ou dependente da constituição hormonal - e fatores externos - fatores ambientais, constituídos pelos agentes físico, químico e biológico capazes de causar danos ao genoma.
Câncer de mama com etiologia genética de mutação em BRCA1 e BRCA2: uma síntese da	Castralli e Bayer	2019	Para a especificidade do carcinoma de mama familiar com parâmetro de transmissão mendeliano autossômico dominante, as mutações em BRCA1

literatura.			e BRCA2 correspondem a, respectivamente, metade e um terço dos diagnósticos realizados.
Comprehensive study for BRCA1 and BRCA2 entire coding regions in breast cancer	Algebaly, Suliman e Al-Qahtani	2021	Mutações pontuais e de frameshift em toda a área de codificação dos dois genes indicaram que todas as mutações eram alterações germinativas e de cânceres de mama de início precoce. As idades médias das mulheres diagnosticadas com câncer de mama para portadoras das mutações BRCA1 e BRCA2 foram de 36,3 ($\pm 3,5$) e 37,9 ($\pm 3,7$) anos, enquanto as do controle benigno foram de 35 ($\pm 2,5$) anos
Caracterização clínica e epidemiológica da neoplasia de mama em idosas nos anos de 2015 a 2017 em um centro de oncologia do leste de Minas Gerais. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.	Ulhoa	2021	O câncer de mama se constitui em um grave problema de saúde pública. É a neoplasia que mais acomete mulheres, excluindo o câncer de pele não melanoma, em grande parte do mundo e a principal causa de morte por neoplasias malignas em mais de 100 países. No Brasil, segundo o INCA, a estimativa para o triênio 2000-2022 é de 66.280 casos novos, o que equivalerá a 29, 7% dos tipos de câncer em mulheres.

Fonte: Autoria própria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão integrativa realizada, pode-se concluir que as mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 desempenham um papel significativo na predisposição ao câncer de mama e ovário.

A avaliação do risco de câncer de mama em portadores de mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 deve levar em consideração fatores genéticos, bem como fatores de risco adicionais, como história familiar, idade e exposição hormonal. Essas informações são essenciais para direcionar intervenções preventivas e programas de triagem adequados para indivíduos de alto risco. O manejo clínico de pacientes com mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 é complexo e deve ser personalizado, considerando as características individuais e os históricos familiares de câncer. As opções de gerenciamento podem incluir vigilância intensiva, cirurgias redutoras de risco e quimioprevenção.

Em conclusão, a compreensão dos genes BRCA1 e BRCA2 e seu papel na predisposição ao câncer de mama e ovário é fundamental para a identificação de indivíduos de alto risco e o desenvolvimento de abordagens de prevenção e manejo adequadas.

REFERÊNCIAS

ALGEBALY, A. S.; SULIMAN, R. S.; AL-QAHTANI, W. S. Comprehensive study for BRCA1 and BRCA2 entire coding regions in breast cancer. **Clinical and Translational Oncology**, v. 23, p. 74-81, 2021.

CASTRALLI, Heloísa Augusta; BAYER, Valéria Maria Limberger. Câncer de mama com etiologia genética de mutação em BRCA1 e BRCA2: uma síntese da literatura. **Revista Brasileira de Saúde**, v. 2, n. 3, p. 2215-2224, 2019.

COELHO, Aline Silva *et al.* Predisposição hereditária ao câncer de mama e sua relação com os genes BRCA1 e BRCA2: revisão da literatura. **Rbac**, v. 50, n. 1, p. 17-21, 2018.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 681-683, 2020.

FREITAS, Juliana Côrtes *et al.* **Identificação de rearranjos nos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com critérios para síndrome hereditária de câncer de mama e ovário no estado da Bahia.** Tese de Doutorado - Instituto Gonçalo Moniz, 2019.

ULHÔA, Sávio Francisco. **Caracterização clínica e epidemiológica da neoplasia de mama em idosas nos anos de 2015 a 2017 em um centro de oncologia do leste de Minas Gerais.** Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, 2021.

**A RELEVÂNCIA DO AUMENTO DE ESTUDOS DA TROMBOFILIA NA
GESTAÇÃO: revisão sistemática da literatura**

Daniella Afonso Borges

Pedro Henrique Costa Matos da Silva

RESUMO: Introdução: A trombofilia é um distúrbio da coagulação que se encontra potencializada durante a gestação e o puerpério. O estudo de prevalência e os cuidados que devem ser tomados se faz necessário, visto que ela pode ser identificada em 20 a 50% das gestações e pós-parto de mulheres com eventos tromboembólicos, contribuindo para o aumento dos riscos de morbimortalidade. **Objetivos:** O objetivo do presente estudo é identificar a prevalência de trombofilia, com base na literatura, explanando sobre a doença e os fatores agravantes. **Metodologia:** Estudo de revisão sistemática da literatura com os dados coletados nas bases Scielo, Google Acadêmico, LILACS, Medline, BVS e livros, aplicando critérios para inclusão e exclusão. **Justificativa:** As informações levantadas por esse estudo podem servir como contribuição para a elaboração de projetos que busquem ampliar o assunto na sociedade e criar estratégias de cuidados com as gestantes com trombofilia, visto que ainda é um assunto pouco divulgado.

PALAVRAS-CHAVE: Trombofilia. Gestação. Puerpério. Cuidados. Complicações na gravidez.

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um período em que a mulher vivencia inúmeras mudanças fisiológicas, psicológicas e emocionais e, também riscos característicos dessa fase (Ramos *et al.*, 2018). A predisposição a trombofilia encontra-se aumentada na gravidez e no puerpério devido ao estado de hipercoagulabilidade desses períodos. As justificativas para essa ampliação são multifatoriais, por exemplo, aumento dos fatores pró-coagulantes e níveis hormonais e diminuição do fluxo venoso dos membros inferiores (Barros *et al.*, 2014).

Esses distúrbios podem ser classificados em hereditários e adquiridos, sendo identificados em 20 a 50% dos casos de eventos tromboembólicos em gestações ou pós-parto (Barros *et al.*, 2014). Nesse sentido, a probabilidade de trombose é de cinco a seis vezes maior em gestantes e uma das principais causas de abortos espontâneos, sendo que caso não seja feito o tratamento a chance de nascer vivo pode diminuir para 10% e se for tratada sobe para 85 a 90% (Rocha *et al.*, 2019).

As mulheres com trombofilia, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2010), devem ser assistidas de acordo com os protocolos de gestação de alto risco. Porém, na prática ainda

são poucas as gestantes que têm um acesso integral a saúde para seguir tais protocolos, além das falhas no rastreio que podem acarretar riscos tanto maternos como fetais (Ramos *et al.*, 2018).

Os tratamentos farmacológicos para essa complicação ainda são bastante discutidos, visto que alguns podem causar teratogenia e sangramento fetal. Nesse sentido, as gestantes que são diagnosticadas com esse distúrbio de coagulação, é sugerido o uso de terapia antitrombótica (Rocha *et al.*, 2019; Brasil, 2013).

Assim, este artigo visa identificar a prevalência desta doença com base na literatura, explanando sobre a patologia e os fatores agravantes, para que possam ser elaborados projetos e estratégias de cuidados que visam reduzir tais complicações na gestação e evitar o aumento de morbimortalidade tanto de gestantes como de fetos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura realizada durante o período novembro/2022 a novembro de 2023 que será norteada pela prevalência de trombofilia, os cuidados e fatores de risco associados durante a gestação e puerpério.

Para a discussão foram coletados dados para referência e análise, realizada sistematicamente buscando materiais publicados entre o período de 2008 a 2022. Dessa forma, as bases de dados utilizadas foram: Scielo, LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), MEDLINE (literatura internacional em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), *Google Acadêmico* e *SciELO* (Scientific Electronic Library Online). Para a busca dos artigos, foram utilizados o operador booleano “AND” e os descritores padronizados em Ciências da Saúde: trombofilia, gestação, puerpério, complicações na gravidez, cuidados.

Para a seleção dos artigos foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. Os estudos selecionados foram em língua portuguesa e inglesa que estivessem entre o período de 2008 a 2022 e que abordavam a trombofilia na gestação e puerpério. Os trabalhos excluídos foram os que não estavam dentro desse período, que estavam em duplicidade nas bases de dados e os que não abordavam a temática, não colaborando, assim, para essa revisão.

Além disso, foram utilizados livros na área da obstetrícia para enriquecer a discussão. Assim, tal seleção foi feita baseada na leitura integral e na análise das informações contidas, verificando se estas colaboram para o alcance do objetivo do presente estudo. Foram seguidas

as etapas de Pesquisa bibliográfica; Levantamento de artigos; Tratamento dos dados; Redação do trabalho; Revisão até a entrega final.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Os artigos escolhidos mostraram a importância de ampliar os estudos acerca da trombofilia gestacional, uma vez que o conhecimento da patologia e a identificação precoce reduzem os riscos de mortalidade materna e fetal e também a necessidade de melhora do tratamento que ainda é controverso.

A trombofilia é uma enfermidade adquirida ou hereditária que ocorre devido à distúrbios de coagulação que irá predispor o desenvolvimento de coágulos (Brasil, 2021). As trombofilias de origem hereditárias podem acontecer devido a uma alteração que predispõe oclusão vascular que incluem deficiências das proteínas anticoagulantes (proteína C, proteína S e antitrombina) ou mutações nos genes codificadores das proteínas pró-coagulantes (fator V e protrombina) (Barros *et al.*, 2014 ; Rocha *et al.*, 2019). Já a condição adquirida pode ter como causas gravidez e puerpério, neoplasias, síndrome antifosfolípide, uso de medicamentos -por exemplo, anticoncepcionais- e imobilização (Ramos *et al.*, 2018).

No período gestacional são considerados três momentos em que a mulher está predisposta à trombofilia, sendo o período da gestação, o parto e o puerpério. Essa patologia tem tido uma incidência de aproximadamente 0,05-0,3% das gestações, sendo considerada uma das principais causas de morbimortalidade gestacional, acontecendo em igual frequência tanto nos três trimestres quanto no pós-parto (Calu *et al.*, 2018).

Nesse sentido, essa complicação obstétrica favorece a perda fetal recorrente, restrição de crescimento intrauterino, a morte fetal intrauterina, além de pré-eclâmpsia (Ramos *et al.*, 2018). Segundo o CONITEC (Brasil, 2021), em 2019, 8,3% dos óbitos maternos por causas obstétricas indiretas ocorreram devido a doenças do sistema circulatório, no Brasil. No entanto, muitas complicações da gravidez não são devidamente estudadas em relação a sua etiologia (Ramos *et al.*, 2018).

Nesse sentido, é crucial que haja um rastreamento em pacientes com histórico de abortamento tardio ou abortamentos precoces de repetição, além de pacientes ou familiares de primeiro grau com histórico de tromboes (Nascimento *et al.*, 2019; Calu *et al.*, 2018). Assim, uma anamnese minuciosa, analisando também outros fatores como hipertensão gestacional, obesidade, idade superior a 35 anos deve conduzir para uma investigação laboratorial (não

sendo indicado para todas as gestantes, apenas para os casos de rastreamento com histórico) (Calu *et al.*, 2018).

Ainda para vários autores, na maioria dos casos, não existe o repasse do conhecimento e informações pelos profissionais de saúde para as gestantes sobre o que deve ser evitado e estimulado durante a gestação, a fim de diminuir a ocorrência de eventos vasculares, que na presença de TEV, pode acarretar aborto, mortalidade materna e parto prematuro. Além disso, são poucos os profissionais que rastreiam e investigam a patologia mesmo em casos com os fatores de risco (Calu *et al.*, 2018).

As gestantes portadoras dessa patologia precisam ser assistidas pelo protocolo de gestação de alto risco. Diante disso, é preciso que seja feita a avaliação da vitalidade fetal através da ultrassonografia com dopplervelocimetria do cordão umbilical, após 28 semanas, mensalmente, além de controle dos movimentos fetais diariamente a partir de 28 semanas e cardiotocografia semanal depois de 30 semanas (Ramos *et al.*, 2018).

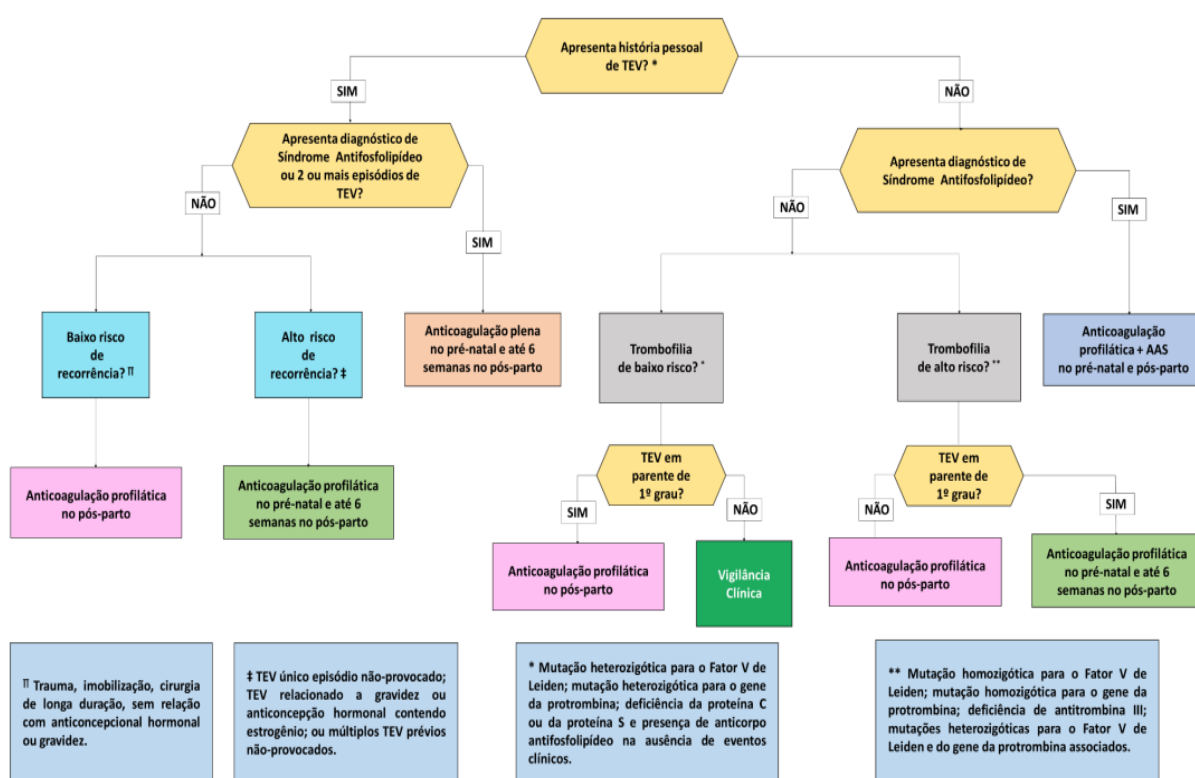
A abordagem terapêutica também foi abordada nos artigos selecionados. É importante estratificar o risco antes de iniciar a profilaxia e terapêutica plena, uma vez que alguns fármacos que podem ser utilizados no tratamento condicionam riscos de embriopatia, trombocitopenia e hemorragias por atravessarem a placenta (Calu *et al.*, 2018). Assim, o Ministério da Saúde (Brasil, 2010), pelo Manual Técnico Gestação de Alto Risco, recomenda a anticoagulação profilática com o uso de heparina de baixo peso molecular (HBPM). Além disso, utiliza-se em alguns casos a heparina não fracionada (HNF) devido ao seu baixo custo e maior disponibilidade. No entanto, a HBPM possui menores efeitos adversos e boa segurança e eficácia comparada com a HNF (Pontes, 2013).

A enoxeparina, além de seus efeitos anticoagulantes, admite-se que ela tenha ação anti-inflamatória, acarretando a neutralização das ocitocinas e mecanismos pró-inflamatórios nas perdas gestacionais (Calu *et al.*, 2018). Como descrito pelo CONITEC (Brasil, 2021), é preconizado a anticoagulação profilática – durante o pré-natal e até seis semanas após o parto – em gestantes com história de tromboembolismo venoso (TEV), diagnóstico de SAF, trombofilia de alto risco e TEV em parentes de primeiro grau com o uso de enoxeparina (40 a 60mg, via subcutânea, dependendo do peso corporal). No caso de SAF, pode associar AAS uma vez por dia. Nos casos de anticoagulação plena para gestantes com diagnóstico de SAF e trombose vascular é utilizada a enoxeparina na dose de 60 a 80mg, via subcutânea, a cada 12 horas. Entretanto, deve ser avaliado as contraindicações e o risco benefício.

Sob a ótica de Figueiró-Filho *et al.* (2012), a HBPM é uma opção terapêutica promissora em gestantes com essa enfermidade e perdas fetais, uma vez que o sucesso gestacional apresentado em estudo foi de 76%.

Além disso, é importante que a paciente tenha além de uma terapia medicamentosa, uma alimentação balanceada, utilize meias de compressão – que ajudam a prevenir a distensão venosa excessiva dos membros inferiores – e disponha de um acompanhamento multiprofissional (Fonseca, 2018). Entretanto, ainda são poucas as gestantes que possuem esse seguimento e orientações.

Figura 1 - Fluxograma da prevenção do tromboembolismo venoso em gestantes com trombofilia



Fonte: Brasil. CONITEC, 2021.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos selecionados é relevante ressaltar que a trombofilia é uma doença que tem acometido muitas gestantes, acarretando abortos de repetição, abortos tardios e óbitos maternos devido à falta de rastreamento e tratamento adequado durante o pré-natal. Portanto, é necessário que haja maior capacitação profissional e estudos que possam

ampliar o conhecimento acerca da patologia, a fim de garantir uma detecção e tratamento precoce, reduzindo os efeitos deletérios da trombofilia associada a gestação.

REFERÊNCIAS

BARROS, V. I. P. V. L. de *et al.* Resultados gestacionais e trombofilias em mulheres com história de óbito fetal de repetição. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 50-55, fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/DGRYHwtdk6My6c5QDx8S4yC/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Heparina de baixo peso molecular em gestantes e puérperas com trombofilia**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) - Relatório n° 59. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico** 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 302 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Relatório de recomendação: Protocolos Clínicos e Diretrizes terapêuticas. Prevenção de Tromboembolismo Venoso em Gestantes com Trombofilia**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) - Relatório n° 681. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CALU, C. L. *et al.* Trombofilia em gestantes: uma revisão de literatura. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 5, n. 4, p. 671-685, jul./set. 2018.

FIGUEIRÓ-FILHO, E. A. *et al.* Eficácia de intervenção com enoxaparina baseada em sistema de pontuação nos desfechos perinatais de gestantes com trombofilias. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 34, n. 10, p. 459-465, out. 2012.

FONSECA, Ana Glória. As Trombofilias Hereditárias na Grávida: do Risco Trombótico ao Sucesso da Gravidez. Acta Médica Portuguesa. **Revista Científica da Ordem dos Médicos**. v. 25, n. 6, p. 433-441, nov. 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/21668/1/1362-2015-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

NASCIMENTO, C. M. D. B. *et al.* Consensus on the investigation of thrombophilia in women and clinical management. **Einstein**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. eAE4510, 2019.

PONTES, D. M. *et al.* Eventos tromboembólicos na gestação e puerpério: revisão sistemática e recomendação atual. **Femina**, v. 41, n. 1, p. 09-16. 2013. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2013/v41n1/a3700.pdf> Acesso em: 13 out. 2022.

RAMOS, W.T. S. *et al.* Trombofilia e gestação: uma revisão integrativa da literatura. **Anais III CONBRACIS**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/41444>. Acesso em: 12 out. 2022

ROCHA, B. P. C. *et al.* Trombofilia Gestacional: Revisão de Literatura. Id On Line: **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 398-406, 2019. Reviews 2016, Issue 9. Art. No.: CD006727. DOI: 10.1002/14651858.CD006727.pub3. Acesso em 12 de outubro de 2022.

A SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA DENGUE NO ESTADO DE GOIÁS, BRASIL

João Vitor Pícoli de Andrade

Nicole Garcia Brandão

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite

RESUMO: A dengue é uma arbovirose transmitida pela fêmea do artrópode *Aedes Aegypti*, sendo uma doença sazonal característica de regiões onde predomina o clima tropical, apresentando elevação dos casos nos períodos mais quentes e úmidos do ano. Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo abordando as notificações dos casos de dengue, além de sua epidemiologia geral, com base em boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde do estado de Goiás. As arboviroses apresentam diversos fatores que influenciam na sua frequência, incidência e distribuição, sendo proposta a utilização das semanas epidemiológicas. Conclui-se que a dengue assola todo o território brasileiro, estando todos suscetíveis à infecção, principalmente indivíduos com baixas condições socioeconômicas, uma vez que, geralmente, essa população reside em locais periféricos desprovidos de serviços básicos como saneamento e esgotamento sanitário, favorecendo a reprodução do vetor.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Dengue. Arboviroses. Epidemiologia.

1 INTRODUÇÃO

A dengue se apresenta como uma doença viral de extrema relevância do cenário da saúde pública mundial, se destacando entre as afecções urbanas mais prevalentes na América do Sul, com foco na região Centro-Oeste brasileira (Tannous, 2018; Brasil, 2023). Segundo o Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue (2015), trata-se de uma arbovirose transmitida por um artrópode do gênero *Aedes*, de gravidade distinta e que apresenta um caráter sazonal no Brasil, ocorrendo nos meses de outubro a maio.

Esta infecção manifesta-se como uma doença febril aguda, sendo que os casos clinicamente aparentes correspondem a 25% das infecções que podem variar de um quadro assintomático/oligossintomático até casos mais severos, com ocorrência de hemorragia e choque (Oliveira *et al.*, 2020; Brasil, 2022). Trata-se de uma doença comum em regiões onde predomina o clima tropical, tendo alta dos casos em períodos mais quentes e úmidos do ano, justificando sua sazonalidade (Tannous, 2018).

No Brasil, a dengue se manifesta de forma endêmica e possui 4 sorotipos conhecidos (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4) que podem manifestar diferentes tipos e intensidades de sintomas clínicos, sendo que a infecção garante imunidade contra o sorotipo específico adquirido. Infecções posteriores favorecem o risco de desenvolvimento de dengue grave, aumentando as hospitalizações decorrentes dessa afecção. As populações dos mosquitos vetores apresentam uma alta adaptabilidade às diferentes áreas geográficas, favorecendo a velocidade de circulação e replicação viral, acarretando no aumento da agressão de tais sorotipos aos seres humanos (Mistro, 2022).

Atualmente, a dengue é alvo de grandes campanhas de saúde pública no Brasil, com foco no combate ao vetor, a fêmea do mosquito *Aedes Aegypti*, uma vez que esse problema está presente universalmente em todo o território brasileiro, abrangendo as 27 unidades federativas do país. Os primeiros casos

Os casos registrados da doença no Brasil ocorreram na década de 80, no estado de Roraima, envolvendo os sorotipos DENV-1 e DENV-4, em uma epidemia na cidade de Boa Vista. Posteriormente, ainda na década de 80, o sorotipo DENV-1 se espalhou nas direções nordeste e sudeste do país, enquanto que os sorotipos DENV-2 e DENV-3 tiveram seus primeiros registros na década de 90 e anos 2000, respectivamente (Câmara, 2007).

Os primeiros casos de dengue registrados em Goiás ocorreram em Goiânia, capital do estado, no ano de 1994, sendo o DENV-1 o sorotipo inicialmente detectado e, 4 anos depois, observado a circulação concomitante do sorotipo DENV-2 (Nóbrega, s.d.).

Diversos fatores contribuem para a ocorrência da doença. Altas temperaturas e umidade são fatores altamente relevantes na multiplicação e difusão da fêmea do mosquito *Aedes Aegypti*. Sendo assim, podemos estabelecer uma relação entre o índice pluviométrico de determinadas regiões e o aumento dos casos de dengue, destacando-se a elevação da densidade larvária do vetor nos períodos chuvosos, devido ao maior número de criadouros (Souza, 2010; Tannous, 2018).

Diante disso, o desordenado processo de urbanização associado ao rápido crescimento demográfico contribui para a perpetuação e aumento na incidência das infecções pelo vírus da dengue, por meio de fatores como: aumento na produção de resíduos não orgânicos, inadequada infraestrutura e precariedade nas campanhas de saúde pública, associada ao despreparo dos agentes de saúde pública para o controle da enfermidade (Mendonça, 2009).

Logo, o presente trabalho tem por objetivo compreender a situação epidemiológica e a prevalência da dengue, no estado de Goiás, levando em consideração a sazonalidade da

doença que sofre influência direta de modificações antrópicas, além de associar os fatores causadores desta arbovirose com a saúde pública estadual.

2 METODOLOGIA

Quanto ao presente trabalho, trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo, observacional, realizado de maneira integrada e informatizada acerca das notificações da dengue, com base nos dados fornecidos pelo sitedo Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) e DATASUS, no intervalo de 2020 a 2023. Tal estudo teve como base os seguintes indicadores: incidência da doença, suas complicações, número de internações, óbitos, faixa etária e sexo mais cometidos, além das complicações dessa doença (Miranzi, 2010).

Foram utilizados no presente estudo os casos com diagnóstico estabelecido e os casos notificados de dengue nos municípios do estado de Goiás, através de boletins epidemiológicos da SES-GO e Ministério da Saúde. Além disso, foi levada em consideração a possibilidade de subnotificações dos casos, além do estabelecimento de diagnósticos errôneos, uma vez que o vetor é o mesmo para outras arboviroses e a sintomatologia se mostra semelhante, evidenciando a presença de outros diagnósticos diferenciais (Miranzi, 2010).

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 Epidemiologia da dengue

As doenças possuem diversas variáveis que influenciam na sua distribuição, frequência, incidência e propagação, caracterizando conceitos da epidemiologia. Visando a maior compreensão das enfermidades e a comparação de dados dessas mesmas doenças em diferentes períodos históricos, foi proposta a criação das Semanas Epidemiológicas (SE). Segundo a SES-GO, por convenção internacional, as semanas epidemiológicas são contabilizadas de domingo a sábado, iniciando novas contagens com o passar do ano (ex.: a primeira SE de 2023 foi contabilizada do primeiro domingo de janeiro, dia 1, até o primeiro sábado de janeiro, dia 7) (Brasil, 2021; Antunes; Cardoso, 2015).

Até a 42ª semana epidemiológica do ano de 2022, o número de casos de dengue registrados no estado de Goiás totaliza 258.006 casos, superando o quantitativo para o mesmo período, no ano de 2015, sendo, até então, o ano com a maior taxa de incidência no estado de Goiás, nos últimos 8 anos. Historicamente, é válido ressaltar que, nos anos de 2020 e 2021, para o mesmo período, foi observada uma significativa redução da incidência dessa arbovirose, evidentemente acompanhando o perfil das demais doenças transmissíveis e sendo resultante da pandemia provocada pelo vírus SarsCoV- 2, causador da Covid-19.

O aumento visto para o ano de 2022 deve ser avaliado com cautela, uma vez que ele pode sofrer influência de diversas variáveis, como: a característica sazonal da doença, redução das medidas que visam o controle do mosquito vetor nos anos anteriores de 2020 e 2021, secundárias às limitações impostas pela recente pandemia. Também devem ser levadas em consideração as possíveis subnotificações no biênio que compreende os anos supracitados (Brasil, 2023).

Diante disso, foi desenvolvido um *Score* que tem por finalidade estabelecer o grau de risco para a epidemia de dengue nos diversos municípios goianos, baseado na taxa de incidência dessa arbovirose, sendo elaborado da seguinte maneira: Taxa de incidência \leq 99 casos/100.000 habitantes: Baixo risco; 100 a 299 casos/100.000 habitantes: Médio risco; \geq 300 casos/100.000 habitantes: Alto risco. Levando em consideração a incidência observada nas últimas 4 semanas epidemiológicas de 2022, apenas 1 região de saúde se encontra em alto risco, enquanto que 8 regiões encontram-se em médio risco (Brasil, 2023).

Frente a uma diminuição das notificações de dengue nas regiões de saúde e com o período de seca do estado, evidencia-se que 4 dos municípios goianos estão em alto risco (1,62%), 18 em médio risco (7,31%) e 224 em baixo risco (91,05%), considerando da 39ª a 42ª semana epidemiológica de 2022 (Brasil, 2023).

No ano de 2022, a capital do estado de Goiás, Goiânia, apresentou a maior quantidade de casos notificados do estado, correspondendo ao total de 22,28% do total de registros em Goiás, seguido de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Jataí e Rio Verde (Brasil, 2023).

3.2 Aspectos demográficos, socioeconômicos e a dengue

A partir da década de 60, marcantes mudanças demográficas se fizeram presentes, devido ao aumento do fluxo de migração dos indivíduos de zonas rurais para áreas urbanizadas, contribuindo para o crescimento populacional das cidades. Devido a isso, os centros urbanos, incapazes de suprir os imigrantes com oportunidades e equipamentos que atendessem às suas necessidades, incluindo moradia e saneamento básico, promoveram fenômenos de periferização dessas populações. Serviços básicos a como coleta de lixo e o abastecimento de água mostra-se precário nas periferias de grandes cidades, contribuindo para a criação de possíveis criadouros do mosquito vetor de diversas arboviroses, em especial, da dengue. Associado a isso, tem-se o massivo processo de industrialização das regiões urbanas, tendo como consequência a produção de grandes quantidades de materiais descartáveis como plásticos e metais, sendo que o descarte inadequado desses materiais contribui para a reprodução do inseto vetor (Tauil, 2006).

Diversos outros fatores contribuem para o crescente número de casos da doença, além do saneamento básico precário ou ausente e dos processos de industrialização. Fatores como desmatamento e alterações climáticas também apresentam certa influência nesse número, além do inadequado manejo das águas pluviais e esgotamento sanitário, que formam o principal reservatório que atua como criadouro do mosquito, que são os reservatórios com água parada, majorando a reprodução do mosquito *Aedes* (Cysne, 2019).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a coleta direta de lixo se mostrava precária em aproximadamente 9% dos domicílios ao redor do Brasil. Quanto ao abastecimento de água diário, quase 12% dos domicílios não tinham essa demanda básica suprida e, aproximadamente 1/3 dos domicílios não apresentavam um esgotamento sanitário adequado. Portanto, é esperado que as taxas de disseminação da doença caiam substancialmente frente à medidas que ofertem um saneamento básico mais bem distribuído (Cysne, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, com este trabalho, conclui-se que a dengue se apresenta como uma afecção de caráter endêmico, que assola o Brasil como um todo. O fato de o

indivíduo não desenvolver uma imunidade cruzada entre os diferentes sorotipos do vírus da dengue aliado ao fato de parte da população apresentar uma condição socioeconômica completamente desfavorável, sendo este fator geralmente aliado à falta de saneamento básico e a condições precárias de moradia, constituem um nítido obstáculo à promoção da saúde pública, exigindo cada vez mais esforços em prever possíveis cenários nos quais as taxas de disseminação podem ou não serem controladas. O baixo nível socioeconômico também tem influência direta na disseminação da doença do ponto de vista da conscientização, entendimento e comprometimento da população geral acerca dessa problemática, fazendo-se evidente a necessidade de campanhas de conscientização, principalmente nos centros educacionais infantis, visando à formação de indivíduos conscientizados e preocupados com o futuro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. L. F.; CARDOSO, M. R. A.. Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 3, p. 565-576, jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Goiás registrou cerca de 33 mil possíveis casos de dengue nos primeiros quatro meses de 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/goias/2023/maio/goias-registrou-cerca-de-33-mil-possiveis-casos-de-dengue-nos-primeiros-quatro-meses-de-2023>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Monitoramento dos casos de arboviroses até a semana epidemiológica 52 de 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-01/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Governo de Goiás. Secretaria de Estado da Saúde. Gerência de Vigilância Epidemiológica. Superintendência de Vigilância em Saúde. **Monitoramento dos casos de arboviroses em Goiás até a semana epidemiológica 42 de 2022**. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/files/boletins/epidemiologicos/arboviroses/2022/Boletim%20Epidemiologico%20das%20Arboviroses-volume3.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. 5. ed. Brasília, DF, 2022.

CÂMARA, F. P. *et al.* Estudo retrospectivo (histórico) da dengue no Brasil: características regionais e dinâmicas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 40, n. 2, p. 192-196, mar. 2007.

CYSNE, Rubens Penha. **Arboviroses (dengue, zika e chicungunya) saneamento básico**. 2019.

DE LIMA OLIVEIRA, Dayane *et al.* Custo das internações por dengue no estado de Goiás, no período de 2016 a 2018. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 30695-30697, 2020.

FERREIRA, M. L. B. *et al.* Manifestações neurológicas de dengue: estudo de 41 casos. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 63, n. 2b, p. 488-493, jun. 2005.

GOVERNO DE GOIÁS. Secretaria de Estado de Saúde. **Calendário Epidemiológico**. 2021. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/aceso-a-informacao/712-suvisa/vigil%C3%A2ncia-epidemiol%C3%B3gica/8412-calendario-epidemiologico>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MENDONÇA, F. de A.; SOUZA, A. V. E.; DUTRA, D. de A. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 257-269, dez. 2009.

MIRANZI, Sybelle de Souza Castro; PEREIRA, Livia Helena de Moraes; NUNES, Altacílio Aparecido. Perfil epidemiológico da hanseníase em um município brasileiro, no período de 2000 a 2006. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, p. 62-67, 2010.

MISTRO, Vinicius Bogner *et al.* Características epidemiológicas da dengue no Brasil entre 2014 a 2021. **Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 26, p. 102485-102485, 2022.

NETTO, P. D. Complicações Oftalmológicas na Dengue: Revisão de Literatura. **Instituto Penido Burnier**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 19-22, maio 2015.

NÓBREGA, Mariana *et al.* **Avaliação epidemiológica de casos pediátricos de dengue no município de Goiânia**, [s.l.: s.n., s.d.].

SOUZA, S. S. de.; SILVA, I. G. da.; SILVA, H. H. G. da. Associação entre incidência de dengue, pluviosidade e densidade larvária de *Aedes aegypti*, no Estado de Goiás. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, n. 2, p. 152-155, mar. 2010.

TANNOUS, Isabele Pereira. Perfil epidemiológico e geográfico da infecção pelo vírus da dengue em um município do sudoeste de Goiás: um estudo transversal, **Ufj.edu.br**, 2014.

TAUIL, P. L.. Urbanização e ecologia do dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. S99-S102, 2001.

ANÁLISE DO PERFIL CLÍNICO DE PACIENTES QUE SE SUBMETEM À CIRURGIA BARIÁTRICA

Pyetra Silva Borges¹

Laisa Minely Ferreira Nunes¹

Daniel Rodrigues Silva Filho¹

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: Introdução: A cirurgia bariátrica é um tratamento para obesidade, que visa perda de peso e melhor qualidade de vida. Objetivou-se avaliar o perfil clínico dos pacientes que se submetem ao procedimento. **Metodologia:** Revisão integrativa de literatura, por meio de um levantamento bibliográfico de 47 estudos, sendo selecionados apenas 8 artigos que avaliavam o perfil dos pacientes que se submetiam à cirurgia bariátrica. **Discussão:** Neste estudo, evidenciou-se a melhora de doenças crônicas associadas a obesidade, como a hipertensão arterial, dislipidemia e a diabetes mellitus, além da prática de atividade física entre os pacientes no período pré-bariátrica, e também, identificou-se a eficácia das comorbidades psiquiátricas, como transtorno de ansiedade e depressão após a realização da cirurgia bariátrica. **Conclusão:** Conclui-se que o perfil clínico mais comum para a realização da cirurgia bariátrica foram as mulheres (81,5%), com evidente melhora no perfil lipídico e na saúde mental dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Bariátrica. Obesidade. Avaliação do Perfil Clínico.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica não transmissível, definida pelo excesso de tecido adiposo na circunferência abdominal, obtida através do desequilíbrio do balanço energético, o qual a ingesta calórica consumida é maior do que a energia gasta. Assim, este desequilíbrio energético promove o ganho de peso (Brasil, 2014).

As medidas antropométricas são utilizadas para a identificação do ganho de peso, sendo feita a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), calculada pelo peso em quilos e dividido pela altura em metros elevado ao quadrado (kg/m^2). Assim, o IMC apresenta parâmetros, os quais classificam o grau de obesidade e seus respectivos riscos, sendo eles: IMC entre 25-29,9 kg/m^2 se classifica em sobrepeso; entre 30-34,9, é obesidade grau I; entre 35-39,9, é obesidade grau II; e, por último, o IMC maior ou igual a 40, é classificado como

¹ Acadêmico do 8º período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/1. Contato: pyetrasb@gmail.com.

² Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

obesidade grau III ou grave, apresentando elevado risco de comorbidades associadas (Abeso, 2016).

No Brasil, em 2019, foi ressaltado que prevalência da população com excesso de peso, atinge cerca de 41 milhões de pessoas maiores de 18 anos, aumentando o risco de doenças crônicas, como hipertensão arterial e a diabetes mellitus (IBGE, 2020).

Nessa perspectiva, a cirurgia bariátrica é a técnica mais conhecida para o tratamento de obesidade, visando a perda de peso e a melhor qualidade de vida do indivíduo. Essa abordagem é feita sob indicações severas e em pacientes com o IMC maior que 30 associado a comorbidades prévias que não tiveram resolubilidade nos últimos 2 anos de tratamento (CFM, 2017).

Conclui-se, portanto, que o perfil clínico dos pacientes que procuram a cirurgia bariátrica é bastante heterogêneo. Existem diferentes subgrupos de pacientes que apresentam características clínicas distintas, como idade, sexo, comorbidades e índice de massa corporal (IMC). Essas diferenças podem influenciar o resultado da cirurgia e o risco de complicações. Por isso, é importante que os profissionais de saúde conheçam essas características para que possam identificar quais pacientes são mais propensos a desenvolver complicações pós-operatórias. Conhecendo o perfil, o cirurgião poderá prevenir possíveis complicações e melhorar os resultados. Logo, este estudo tem como objetivo reavaliar os perfis de pacientes que se submetem a cirurgia bariátrica.

2 METODOLOGIA

Segundo Souza *et al.* (2010), a revisão integrativa de literatura, é um estudo de coleta de dados por meio de um levantamento bibliográfico, com o intuito de buscar semelhanças e discordâncias entre os documentos analisados. Esta revisão foi realizada pelas bases de dados PubMed (US National Library of Medicine), pelo portal *SciELO* (The Scientific Electronic Library Online) e pelo acesso do Google Acadêmico, com restrição de período dos últimos 13 anos (2010-2023), sem restrição de língua e tipo de estudo para a busca. Foram utilizados os descritores: “bariatric surgery”, “pré cirurgia bariátrica” e “perfil de paciente bariátricos”, em português e em inglês.

Foram selecionados previamente 47 artigos, sendo utilizados apenas 8 artigos. Os critérios de inclusão foram estudos qualitativos, descritivos e longitudinais, os quais foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa e que avaliavam os perfis de pacientes que se

submeteram ao procedimento bariátrico. Tais artigos escolhidos abordavam o comportamento dos pacientes pré-bariátricos, visando a prática de atividades físicas, o tipo de alimentação, acompanhamento psicológicos, grau de obesidade, hábitos de vida e as comorbidades associadas à obesidade.

Foram excluídos artigos que não abrangiam a metodologia de revisão, além de excluir estudos que não disponibilizaram o texto completo e que extrapolavam o período de tempo delimitado, também foram descartados estudos que não abordavam a temática de cirurgia bariátrica e que não analisavam os perfis dos pacientes que se submetiam ao procedimento.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Sob a perspectiva dos estudos de Lira e seus colegas (2018), foram analisados os quadros de dislipidemias nos pacientes que se submeteram a cirurgia bariátrica. Ressaltou-se os níveis séricos do lipidograma, sendo analisados o colesterol total, os triglicerídeos, o HDL e o LDL, afirmando que a maioria (85%) dos pacientes apresentavam-se dislipidêmicos. Nessa análise, foram observadas uma redução significativa dos níveis séricos do colesterol total e dos triglicerídeos após 24 meses do procedimento, apresentando seus parâmetros dentro da normalidade.

Silva e colaboradores (2015) evidenciaram que o público feminino é o que mais recorre a cirurgia bariátrica como método de emagrecimento e de resolução de comorbidades associadas ao excesso de peso. Além disso, verificou-se que os homens apresentam o IMC maior quando comparado ao IMC das mulheres. Ainda nesse viés, as pessoas solteiras também apresentaram IMC maior, devido aos maus hábitos de vida. Ademais, houve a prevalência da prática de atividade física no período pré-operatório em cerca de 69% dos participantes deste estudo, com a prática regular de atividade física, propiciando uma melhor qualidade de vida e disposição do paciente.

Em outra análise, nos estudos de Alexandrino e seus colegas (2019), identificou que o Brasil é um país com baixa adesão a prática de atividade física regular, e devido a isso, nota-se o sobrepeso da população. Neste estudo, o público dominante com hábitos mais saudáveis foi o sexo feminino, sendo a minoria com apenas 16% da população estudada. Similarmente, faz-se correlação com os estudos de Silva *et al.* (2015), que o desempenho do estilo de vida é diretamente proporcional a influência para a realização da cirurgia bariátrica, logo que o hábito de exercitar-se tem um melhor prognóstico cirúrgico e uma reabilitação mais eficiente.

Em uma abordagem mais ampla, identificou-se comorbidades psiquiátricas, como transtorno de ansiedade e de depressão em pacientes obesos, sendo prevalente no público feminino. E nesse contexto, as mulheres apresentam mais sintomas psiquiátricos quando comparado aos homens, devido aos padrões de beleza inatingíveis impostos pela sociedade, os quais influenciam diretamente os quadros de ansiedade e depressão nessa população (Andric *et al.*, 2019).

Segundo Beceiro *et al.* (2020), afirma que pessoas obesas são mais vulneráveis a problemas psicossociais, com presenças de comorbidades psiquiátricas, como depressão e ansiedade. Devido a isso, torna-se necessário uma avaliação completa durante o período pré e pós operatório. Assim, após o procedimento cirúrgico, os pacientes que anteriormente tinham sintomas persistentes de depressão e ansiedade, obtiveram uma redução significativa desses sintomas após a perda de peso.

Para Silva e seus colegas (2020), a obesidade mórbida, ou seja, obesidade de grau III, indica uma piora na qualidade de vida, devido ao aparecimento de comorbidades associadas ao sobrepeso e ao sedentarismo dos pacientes. E com isso, fazendo relação com os estudos de Berceiro (2020); Andric (2019); Alexandrino (2019), a realização de atividade física regularmente pelo paciente pré-bariátrico influencia não só no tratamento das comorbidades mais prevalentes como a hipertensão arterial, o perfil lipídico como a hipercolesterolemia, o controle da adiposidade corporal, como também, ajuda na promoção da saúde mental e psicológica, melhorando o bem-estar e a autoestima, além de diminuir os quadros de estresse, ansiedade e depressão.

Em convergência acerca das considerações de Andric (2019) e Berceiro (2020), relataram que o sexo feminino é mais suscetível a quadros de depressão devido a padrão estético imposto pela sociedade, e por isso, a demanda maior de procura por essa cirurgia é de mulheres.

Em suma, neste estudo integrativo composto por 8 pesquisas, foram analisados uma amostra total com cerca de 1.379 pacientes, sendo neles observados que a minoria dos pacientes submetidos a cirurgia metabólica foi do sexo masculino (n=263) e, respectivamente, a maioria foi do sexo feminino (n=1.116).

Ademais, observou-se melhoria das comorbidades associadas ao excesso de peso, como as doenças crônicas e as psiquiátricas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, através deste estudo, que o perfil clínico mais comum que se submetem a cirurgia bariátrica foram do sexo feminino com 81,5% da amostra. Neste estudo, foram sintetizados as principais abordagens relacionadas ao perfil do paciente obeso, evidenciando uma melhora considerável do perfil lipídico após a perda de peso. Além disso, notou-se a baixa adesão a prática de atividade física na população obesa, além da banalização da saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, E. G.; MARÇAL, D. F. S.; ANTUNES, M. D.; OLIVEIRA, L. P.; MASSUDA, E. M.; BERTOLINI, S. M. M. G. **Nível de atividade física e percepção do estilo de vida de pacientes pré-cirurgia bariátrica**. São Paulo, 2019.
- ANDRIC, J. T.; MÉA, C. P. D.; FERREIRA, V. R. T.; VESCO, J. A. D.; VESCO, A. I. A. D. **Sintomas de ansiedade em pacientes pré-cirurgia bariátrica: um estudo comparativo**. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E SÍNDROME METABÓLICA (ABESO). **Diretrizes brasileiras de obesidade**. 4. ed. São Paulo, 2016.
- BECEIRO, M. F.; FREITAS, C. B.; BOCHINI, G. T.; POLITI, I. F.; COSTA, L. A.; ARAUJO, M. C.; MACEDO, P. S. L.; DOMINGOS, N. A. M.; SIVIERI, T.; MIYAZAKI, M. C. O. S. Estratégias de enfrentamento, ansiedade, depressão e qualidade de vida pré e pós cirurgia bariátrica. **Archives of Health Sciences**, São José do Rio Preto. v. 27. p. 6-10. 2020.
- BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.172/2017**.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica obesidade**. Brasília, 2014.
- CATHARIN, V.; CAMPOS, E. B. V.; BOCCHI, J. C. **Psicanálise, cirurgia bariátrica e obesidade: uma revisão integrativa**. São Paulo, 2020.
- LIRA, N. S.; MACEDO, C. E. S.; BELO, G. M.; SANTA-CRUZ, F.; SIQUEIRA, L. T.; FERRAZ, A. A. B. **Análise do perfil lipídico de pacientes submetidos à gastrectomia vertical e à derivação gástrica em Y de Roux**. Recife, 2018.
- NERY, M. A.; CÂMARA, V. J.; SILVEIRA, M. S. **Reganho de peso pós cirurgia bariátrica: uma revisão de literatura**. Bahia, 2021.

SILVA, C. P. D.; MORAES, A. F. L.; CARRILHO, T. R. B.; MATTOS, J. A.; COCATE, P. G. Nível de atividade física e qualidade de vida em obesos mórbidos pré-cirurgia bariátrica. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 14. n. 85. p. 282-292. 2020.

SILVA, P. T.; PATIAS, L. D.; ALVAREZ, G. C.; KIRSTEN, V. R.; COLPO, E.; MORAES, C. M. B. **Perfil de pacientes que buscam a cirurgia bariátrica**. Santa Maria, 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553.

**ANÁLISE DOS EFEITOS DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA
DE COVID-19 SOBRE AS INTOXICAÇÕES EXÓGENAS EM CRIANÇAS DO
ESTADO DE GOIÁS**

*Arlen Machado de Oliveira*¹

*Marília Cordeiro de Sousa*²

RESUMO: A pandemia da COVID-19 provocou na faixa etária pediátrica efeitos diretos, resultando em aumento do risco potencial para a ocorrência de intoxicações exógenas. Trata-se de uma pesquisa descritiva que objetiva descrever os efeitos do isolamento social durante a pandemia de COVID-19 sobre as intoxicações exógenas das crianças do Estado de Goiás, no período de 2010 a 2022, através dos dados do DATASUS. A amostra é formada por 246 municípios do Estado de Goiás, sendo que a população analisada é composta por crianças de até 9 anos de idade. A Macrorregião Centro-Oeste apresentou o maior número de casos de intoxicação exógena sendo medicamentos e produtos domiciliares os mais prevalentes, prevalecendo ainda a idade de 1 a 4 anos e crianças pretas e pardas. Sendo assim, é de extrema importância a participação dos profissionais de saúde na elaboração de políticas públicas que aumentem a fiscalização sobre a comercialização de produtos domésticos.

PALAVRAS-CHAVE: Intoxicação exógena. COVID-19. Criança.

1. INTRODUÇÃO

Desde o final de dezembro de 2019, a pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 (COVID-19) tem acarretado diversos problemas a sociedade (Zhu *et al.*, 2020; Jhu, 2021) nas diversas faixas etárias. Apesar das maiores taxas de letalidade pela COVID-19 estarem associadas a pacientes idosos ou a pacientes com comorbidades, as crianças e adolescentes, embora tenham apresentado quadros clínicos assintomáticos ou sintomáticos leves ou moderados com menor morbimortalidade quando comparado a outras faixas etárias, tem sido impactadas de forma expressiva (Rehman *et al.*, 2020).

A pandemia da COVID-19 provocou na faixa etária pediátrica efeitos diretos, sendo os que dizem respeito às manifestações clínicas e indiretos, dentre os quais cita-se: prejuízos nas atividades de ensino, socialização e desenvolvimento emocional e cognitivo, uma vez que as instituições de ensino (públicas ou privadas e de ensino infantil a ensino superior) e creches, tiveram que ser fechadas; afastamento do convívio da família estendida, dos amigos e de toda

¹ Acadêmico do 8º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: arlen.m.oliveira@gmail.com.

² Professora do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

rede de apoio; aumento do estresse e de sintomas associados a depressão e ansiedade; aumento da violência e conseqüentemente diminuição da procura por atendimento nos serviços de proteção (Fiocruz, 2020; Nehab, Menezes, 2022).

Além disso, os cuidados com higiene e o isolamento social, para prevenção do avanço da doença, aumentou consideravelmente o uso de produtos como sabões, álcool 70% em gel e líquido, antissépticos, sanitizantes e medicamentos no âmbito doméstico, resultando em aumento do risco potencial para a ocorrência de intoxicações exógenas em crianças e adolescentes (Amarílio-Cunha *et al.*, 2021).

Segundo o Ministério da Saúde (MS) intoxicação exógena pode ser definida como “o conjunto de efeitos nocivos representados por manifestações clínicas ou laboratoriais que revelam o desequilíbrio orgânico produzido pela interação de um ou mais agentes tóxicos com o sistema biológico” (Brasil, 2019).

A Portaria nº 204 de 17 de fevereiro de 2016, define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. No Artigo 2º a intoxicação exógena é um agravo que requer notificação compulsória, seja provocado “por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada” (Brasil, 2016).

De acordo com estudo realizado por Amarílio da-Cunha *et al.* (2020), através dos dados encontrados no sistema DATASUS/TABNET, acessados entre março a maio de 2021 referentes a faixa etária pediatria, no Brasil, foram notificados 32.514 casos de intoxicação exógenas em crianças de 0-14 no ano de 2019, sendo que houve uma queda de 75,8% quando comparada ao ano de 2020, em que foram notificados 7.868 casos. Os pesquisadores consideram que a queda é em decorrência da subnotificação dos casos, e que a faixa etária mais acometida foi de 1 a 4 anos, sendo necessário maior investimento em ações de prevenção.

Deste modo, considerando que a pandemia da COVID-19 e o isolamento social possa ter afetado o perfil epidemiológico das afecções entre crianças e adolescentes, sobretudo a incidência de uma variação na exposição a agentes toxicológicos; que a intoxicação exógena é um agravo presente na lista de nacional de doenças de notificação compulsória e que a subnotificação dificulta a proposição de políticas públicas de saúde.

Portanto, o objetivo do presente estudo é descrever os efeitos do isolamento social durante a pandemia de COVID-19 sobre as intoxicações exógenas das crianças e adolescentes do Estado de Goiás, no período de 2010 a 2022.

2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva que possui como objetivo descrever as características da população delimitada na pesquisa, bem como a relação com as variáveis selecionadas (Gil, 2012).

Em relação a natureza do estudo, conforme Martins e Theófilo (2009), trata-se de uma pesquisa quantitativa, com utilização de dados retrospectivos secundários, obtidos através do Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN), divulgados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATA-SUS), no período de 2019 a 2022.

A pesquisa analisou o comportamento dos dados relativos à intoxicação exógena da população do nascimento até 9 anos de idade, antes da pandemia, durante o período de isolamento social, e após a flexibilização das medidas de isolamento, de modo a compreender a variação dos dados.

As variáveis do estudo foram divididas em: variável dependente sendo a quantidade total de casos incorridos de 2019 a 2022, bem como a quantidade total de casos para cada etiologia de intoxicação no mesmo período. Buscando afastar distorção da análise, os dados relativos a agentes ignorados e outros agentes foram agrupados. A variável independente do presente estudo consiste em *dummy*, para analisar o período de suspensão das atividades educacionais no Estado de Goiás, de modo a alcançar a população objeto do estudo. Para tanto, considerou-se o período de suspensão de março de 2020, em razão do decreto nº 9.633/2020 que instituiu a suspensão das atividades educacionais, até setembro de 2021, com a autorização de retorno das atividades conforme Nota Técnica nº 9/2021. Por fim foram utilizadas variáveis de controle, especialmente a idade das crianças acometidas, e a raça.

Para a elaboração do presente artigo, foram utilizadas as técnicas de dados em painel, cruzando dados de 5 macrorregiões pelo período de quatro anos, entre 2019 a 2022, correlacionando as variáveis dependentes com a independente e de controle do presente estudo.

Após a aplicação dos testes de *Chow*, *Breush-Pagan*, e *Hausman*, foi possível evidenciar tratar de modelo de efeitos fixos, o qual considera interceptos variantes ao longo do tempo para um mesmo indivíduo. Por se tratar-se de uma pesquisa com dados secundários, de acesso público, não haverá a necessidade de submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3. DISCUSSÕES, RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Utilizou-se no presente artigo dados obtidos através do Sistema de Informações de Agravos e Notificações (SINAN), divulgados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATA-SUS), no período de 2019 a 2022.

A amostra é formada por 246 municípios do Estado de Goiás, sendo que a população analisada é composta por crianças de até 9 anos de idade, subdividida em crianças de até 1 ano, crianças de 1 a 4 anos, e crianças de 5 a 9 anos.

Em razão da ausência de dados mensais para cada município, e buscando evitar distorção dos dados, os dados foram agrupados por macrorregiões de saúde. Na tabela 1 buscou-se analisar a amostra total de acordo com as macrorregiões de saúde, permitindo evidenciar a quantidade de municípios abrangidos e a população correspondente.

Tabela 1 – Análise das Macrorregiões de Saúde por agrupamento, Ap. de Goiânia, 2023

Setores	Amostra	
	Quantidade de Municípios	População IBGE 2021
Macrorregião Sudoeste	28	722.505
Macrorregião Nordeste	31	1.376.371
Macrorregião Centro-Oeste	72	2.391.502
Macrorregião Centro-Norte	60	1.155.598
Macrorregião Centro Sudeste	55	1.560.613
Total	246	7.206.589

Fonte: https://portal.conasems.org.br/paineis-de-apoio/paineis/13_macrorregioes-e-regioes-de-saude.

O presente trabalho analisou como variável dependente a quantidade total de casos incorridos de 2019 a 2022, bem como a quantidade total de casos para cada etiologia de intoxicação no mesmo período, conforme exposto na Tabela 2. Buscando afastar distorção da análise, os dados relativos a agentes ignorados e outros agentes foram agrupados.

Tabela 2 – Variáveis Dependentes conforme quantidade total de casos para cada etiologia de intoxicação no período de 2019 a 2022, Aparecida de Goiânia, 2023

Variável	Nome
CAS	Número total de casos no mês para a macrorregião de saúde
MED	Número total de casos no mês de intoxicação por Medicamentos para a macrorregião de saúde
AGR	Número total de casos no mês de intoxicação por Agrotóxicos para a macrorregião de saúde
RAT	Número total de casos no mês de intoxicação por Raticida para a macrorregião de saúde
PVT	Número total de casos no mês de intoxicação por Produtos Veterinários para a macrorregião de saúde
PDO	Número total de casos no mês de intoxicação por Produtos Domiciliares para a macrorregião de saúde
COS	Número total de casos no mês de intoxicação por Cosméticos para a macrorregião de saúde
PQM	Número total de casos no mês de intoxicação por Produtos Químicos para a macrorregião de saúde
MET	Número total de casos no mês de intoxicação por Metal para a macrorregião de saúde
DAB	Número total de casos no mês de intoxicação por Drogas de Abuso para a macrorregião de saúde
PTX	Número total de casos no mês de intoxicação por Plantas Tóxicas para a macrorregião de saúde
ALB	Número total de casos no mês de intoxicação por Alimento e Bebida para a macrorregião de saúde
AIO	Número total de casos no mês de intoxicação por Agentes Ignorados e outros para a macrorregião de saúde

Fonte: dados da pesquisa.

A variável independente do presente estudo consiste em *dummy*, para analisar o período de suspensão das atividades educacionais no Estado de Goiás, de modo a alcançar a população objeto do estudo. Para tanto, considerou-se o período de suspensão de março de 2020, em razão do decreto nº 9.633/2020 que instituiu a suspensão das atividades educacionais, até setembro de 2021, com a autorização de retorno das atividades conforme Nota Técnica nº 9/2021.

Por fim foram utilizadas variáveis de controle, especialmente a idade das crianças acometidas, e a raça.

Tabela 3 – Variáveis Independentes e de Controle, Aparecida de Goiânia, 2023

Variável	Nome	Definição
LD	<i>Lockdown</i>	O período analisado foi dividido em uma <i>dummy</i> sendo 0 para funcionamento regular das atividades educacionais e 1 para período de suspensão.
AGE1	Idade até 1	Crianças acometidas com idade até 1 ano.
AGE14	Idade de 1 a 4	Crianças acometidas com idade de 1 a 4 anos.
AGE59	Idade de 5 a 9	Crianças acometidas com idade de 5 a 9 anos.
RBA	Raça Branca e Amarela	Crianças acometidas de raça branca e amarela
RPP	Raça Parda e Preta	Crianças acometidas de parda e preta
ROI	Raça Indígena e Outras	Crianças acometidas de raça indígena e outras

Fonte: dados da pesquisa.

As variáveis independentes e de controle foram listadas na tabela 3, com suas respectivas siglas utilizadas no modelo, e ainda a definição considerada neste estudo.

A seguir foram apresentados os dados estatísticos descritivos da amostra levantada, conforme tabela 4. Ao todo foram evidenciadas 240 observações (considerou-se esse valor a partir da análise das 5 macrorregiões durante 48 meses- período de 2019 a 2022), das quais pode-se extrair a média, mínimo e máximo dos dados. O mínimo representado pelo valor 0 (zero) indica que há meses em que não houve casos de intoxicação.

Tabela 4 – Análise descritiva da amostra mensal, Aparecida de Goiânia, 2023

Variável	Observações	Média	Mínimo	Máximo
CAS	240	15.658330	2	49
MED	240	6.1333330	0	20
AGR	240	0.7550000	0	3
RAT	240	1.1041670	0	6
PVT	240	0.4625000	0	3
PDO	240	2.5000000	0	14
COS	240	0.5458333	0	3
PQM	240	0.7500000	0	7
MET	240	0.4041667	0	7
DAB	240	0.1916667	0	2
PTX	240	0.4916667	0	4
ALB	240	0.3458333	0	4
AIO	240	1.9708330	0	10
AGE1	240	2.5833330	0	10
AGE14	240	10.870830	0	39
AGE59	240	2.2166670	0	12
RBA	240	3.6375000	0	13
RPP	240	9.5375000	0	29
ROI	240	2.4500000	0	14

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere ao número total de casos, observa-se que a Macrorregião Centro-Oeste apresentou o maior número, sendo 49 casos registrados em abril de 2021. Os maiores registros em geral foram da Macrorregião Centro-Oeste, principalmente em 2021, seguida da Macrorregião Centro-Sudeste.

Em relação ao agente etiológico, observa-se que o maior número de casos foi por medicamentos, sendo 20 casos registrados em julho de 2021 e junho de 2022, seguido de 14 casos de intoxicação por produtos domiciliares em maio de 2021, todos ocorridos na Macrorregião Centro-Oeste.

Pode-se inferir um maior número de casos de intoxicação exógena na Macrorregião Centro-Oeste por esta possuir maior número de municípios no agrupamento (72 municípios), consequentemente maior número de pessoas segundo dados do IBGE (2.391.502).

Na amostra analisada, a idade de 1 a 4 anos teve a maior prevalência com 39 casos registrados em um único mês, seguida das idades de 5 a 9 anos, com 12 casos, e até 1 anos com 10 casos.

Em relação à raça, observa-se que crianças pretas e pardas foram mais prevalentes quando comparados com as demais raças da análise, alcançando um total de 29 casos em julho e setembro de 2021 na Macrorregião Centro-Oeste.

Estudo de revisão retrospectiva de internações por intoxicação exógena em Al-Amiri objetivou comparar o número de casos de intoxicação exógena antes e durante a pandemia da COVID-19, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021. Este mostrou prevalência de intoxicação por corpo estranho, seguido de medicamentos durante a pandemia da COVID-19, a idade média de admissão antes da pandemia foi de $3,9 \pm 2,6$ anos e durante a pandemia $4,1 \pm 2,9$ anos, dados similares apresentados por este estudo (Sadeq *et al.*, 2021).

Foram realizados ainda testes de normalidade por meio da análise de Shapiro-Wilk e Spearman, sendo que os dados foram normalizados quando necessário. A correlação de Spearman possibilitou identificar uma possível correlação entre as variáveis do estudo. Dentre as variáveis dependentes que apresentaram uma maior correlação com a variável independente destaca-se: MED (0,1029); PDO (0,0240); PVT (0,0154); PTX (0,0132). As demais variáveis apresentaram uma correlação negativa.

Em relação a correlação das variáveis dependentes com o número total de casos no período, destaca-se aquelas que tiveram maior correlação, sendo: MED (0,8319); PDO (0,5637); AIO (0,5437).

Embora as variáveis sejam indícios de uma possível explicação para a dependente, o estudo somente poderá ser confirmado mediante a análise de regressão. Assim sendo, após a realização dos testes F. de Chow, Breush-Pagan, e Hausman, restou evidenciado que os presentes dados incorrem em análise por meio de painel de efeitos aleatórios, dado os resultados extraídos do p-valor.

Analisando a significância estatística dos dados, observou-se variáveis com p-valor inferior a 5%, e também inferior a 10%, demonstrando que algumas variáveis do modelo servem para explicar a dependente.

Deste modo, para toda a amostra, restou evidenciado que o período de LockDown afetou positivamente no número de casos de intoxicação por metais, e negativamente no número de casos de intoxicação por raticida.

Observa-se que este impacto da pandemia em algumas etiologias de intoxicação exógena é consistente com um estudo realizado por Fayed e Sharif (2021), que observaram que a intoxicação por corrosivos, hidrocarbonetos e antipsicóticos foram mais frequentes em crianças de Tanta no Egito, durante a pandemia.

Nota-se que em geral, houve uma redução no número de casos durante os meses com maiores restrições pela pandemia. Isso pode ser justificado por um aumento nos cuidados domiciliares, ou por relutância no acesso aos hospitais durante a pandemia (Sadeq *et al.*, 2021).

Evidenciou-se ainda que a faixa etária de 5 a 9 anos tem uma relação estatística positiva com as intoxicações por agrotóxicos e medicamentos, enquanto a faixa etária de 1 a 4 anos tem uma relação estatística positiva com as intoxicações por produtos domiciliares e cosméticos. A análise demonstrou ainda que crianças de até 1 ano são mais propensas a intoxicação por cosméticos.

Estes dados suportam a hipótese da pesquisa de que as restrições advindas da pandemia por Covid-19 teve impacto na incidência de algumas intoxicações exógenas, evidenciando ainda que algumas idades são mais propensas a determinadas intoxicações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que desde o dia 11 de março de 2020, momento em que a OMS declarou a pandemia da COVID-19 e a necessidade do isolamento social, e que este foi vigente até o mês de maio de 2023, infere-se que as crianças na idade de 1 a 4 anos, pretas e pardas, e residentes na macrorregião centro-oeste foram as mais afetadas pela intoxicação exógena, por medicamentos, seguido de produtos domiciliares.

Deste modo, é possível inferir que a pandemia da COVID-19 aumentou o número de casos de intoxicação exógenas por medicamentos e produtos domiciliares, devido ao isolamento social, e maior tempo de crianças e pais no domicílio. Sendo assim, é de extrema importância a participação dos profissionais de saúde na notificação e na promoção de ações de vigilância em saúde, como foco em atividades de educação em saúde na comunidade, bem

como na elaboração de políticas públicas que aumentem a fiscalização sobre a comercialização de produtos domésticos.

REFERÊNCIAS

AMARÍLIO-CUNHA, D. B. *et al.* Como a pandemia da Covid-19 afetou os casos de intoxicação exógena na pediatria brasileira: uma análise epidemiológica comparativa em crianças de 0-14 anos em 2019 e 2020. - **Revista de Pediatria SOPERJ**, v. 21, n. 1, p. 7-10, 2021.

BRASIL. **Portaria nº 204 de 17 de fevereiro de 2016**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html. Acesso em: 07 set. 2023.

FAYED, M. M.; SHARIF, A. F. Impact of lockdown due to COVID-19 on the modalities of intoxicated patients presenting to the emergency room. **Prehosp Disaster Med.** v. 36, n. 2, p: 145-162, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. **Covid-19 e Saúde da Criança e do Adolescente**. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/covid-19-e-saude-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 8 set. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY (JHU). **Center for Systems Science and Engineering. Covid-19 Dashboard**. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 07 set. 2023.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEHAB, M. F.; MENEZES, L. A. Impacto da covid-19 na saúde da criança e do adolescente. *In*: PORTELA, M. C.; REIS, L. G. C.; LIMA, S. M. L. (Eds.). **Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022. p. 241-251.

REHMAN, S. *et al.* Current scenario of COVID-19 in pediatric age group and physiology of immune and thymus response. **Saudi Journal of Biological Sciences**, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1319562X20301923>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SADEQ, H. *et al.* Effect of COVID-19 Pandemic on Accidental Ingestions in Children: Observational Study. **Journal of Pediatrics, Perinatology and Child Health**, v.5, p. 224-229, 2021.

ZHU N. *et al.* A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. **The New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020. DOI: 10.1056/NEJMoa2001017. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMoa2001017>. Acesso em: 28 ago. 2023.

**ATUAÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA NA OFICINA DE
DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS E INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO
MOVIMENTO CIENTÍFICO CULTURAL DE APARECIDA: relato de experiência**

Izabella Christina Pereira dos Santos

Yasmin Rocha Silva

Ana Beatriz da Silva Duarte

Caroliny Nunes Cerqueira Andrade

Fabiana da Silveira Bianchi Perez

RESUMO: Por ser a sexualidade humana um tema complexo, gera muito interesse a abordagem das disfunções sexuais femininas e incontinência urinária. O estudo relata a experiência da utilização da oficina com exercícios para abordar de forma lúdica o assunto na universidade, integrando o ensino-pesquisa-extensão. Objetivo: Demonstrar a experiência da abordagem do tema disfunções sexuais femininas e incontinência urinária no ensino-superior através de oficinas com vivências. Metodologia: Estudo qualitativo, descritivo, relato de experiência, fruto da observação participante na atuação como professora facilitadora. Resultado: Observou-se a elaboração do projeto; o sentimento gerado pela vivência; e a importância da técnica da oficina com vivência no ensino-aprendizagem. Considerações finais: A oficina é uma eficaz estratégia de ensino-aprendizagem aplicada na universidade para proporcionar a experiência da abordagem do conhecimento a respeito das disfunções sexuais femininas e da incontinência urinária tanto pelos alunos, quanto pelo público, através dos sentidos, compreendem sobre o tema de forma facilitada..

PALAVRAS-CHAVE: Disfunções sexuais. Incontinência urinária. Disfunções pélvicas.

1 INTRODUÇÃO

As disfunções pélvicas comumente relacionadas à fraqueza dos músculos pélvicos incluem a incontinência urinária, o prolapso dos órgãos pélvicos (POP), a incontinência anal, as disfunções sexuais e as síndromes dolorosas relacionadas com os órgãos pélvicos, que constituem um importante problema de Saúde Pública (Milson I. *et al.*, 2009). Ademais, as Disfunções Sexuais Femininas (DSFS) foram identificadas como altamente prevalentes, atingindo em média 67% da população feminina mundial, sendo 30% mulheres brasileiras (Wolpe *et al.*, 2015).

A contração e relaxamento correto dos músculos pélvicos interferem na força e resistência dos mesmos; a consciência desta contração e força sofrem interferência com a obesidade, cirurgias pélvicas, alguns medicamentos, doenças neurológicas e até mesmo

psicológicas como abuso sexual (Lara *et al.*, 2008) A falta de consciência corporal e os tabus sociais em relação às patologias pélvicas dificultam as mulheres a procurarem tratamento, assim como a prevenir as disfunções pélvicas (Brasil, 2001). Sendo assim, surgiu a importância da oficina de disfunções sexuais femininas e incontinência urinária no MOCCA (Movimento Científico Cultural de Aparecida) com o intuito de levar conhecimento a um número maior de mulheres e a necessidade de construir esse relato de experiência. Relato que tem o papel de registrar a importância do tripé da educação superior ensino-pesquisa-extensão; no qual foi utilizado de metodologia ativa para integrar o discente com a sociedade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho diz respeito a um estudo de perfil qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência fruto de uma observação participante, na prática, como professora facilitadora da oficina com temática disfunções sexuais femininas e incontinência urinária. A qual ocorreu durante as aulas de saúde da mulher, no primeiro semestre letivo no centro universitário Alfredo Nasser no evento MOCCA (Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia), no ano de 2023. Em conjunto à elaboração, realizou-se um estudo de literaturas por dos últimos 15 anos, utilizando os descritores (DeCS): “disfunções pélvicas”, “incontinência urinária”, “disfunções sexuais femininas” e seus respectivos termos MeSH na língua inglesa que dessem embasamento e fornecesse conteúdo para a discussão do tema.

2.1 Etapas da Experiência

A realização da oficina teve como etapas da experiência alguns passos importantes: **1º passo** docente escolher um tema sobre saúde pélvica, de impacto social com os discentes. **2º passo** realizar o levantamento e estudo, político-sócio-econômico de todas as variáveis envolvidas no tema com as devidas estatísticas. **3º passo** decidir as atividades abordadas para uma compreensão lógica e educativa de todo o tema. **4º passo** dividir a sequência das atividades em macro variáveis (divididas em ações); exemplo: **1ª** — atividade aplicação de um questionário para saber se as pessoas têm compreensão do tema; **2ª** — orientar de forma dinâmica e interativa; **3ª** — realizar as técnicas de conhecimento corporal, fortalecimento e alongamento dos músculos pélvicos. No intuito de proporcionar a compreensão da mensagem final que se deseja transmitir ao público. **4ª** — instigar e orientar os discentes a construírem

esses mecanismos como questionários, sequências de exercícios, decoração, escolha das músicas para a realização da oficina com efetividade para a comunidade.

Esta tem o intuito de proporcionar a vivência do tema, tanto pelos alunos da oficina, quanto pelo público que a assiste, através dos sentidos táteis, sonoros e visuais ao passar pela atividade montada para no final ter uma mensagem significativa sobre a temática.

Para ter a certeza se a oficina alcançou o resultado esperado em relação à orientação sobre o períneo feminino, no momento da oficina foram realizadas aplicações de formulário antes e depois da participação da mulher na oficina. Os formulários possuem autorização prévia, com termo de consentimento livre esclarecido, dos pacientes para uso e divulgação dos dados técnicos coletados, sempre respeitando o sigilo de dados pessoais.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Considerando os aspectos supracitados, após a análise dos dados colhidos por meio do questionário aplicado antes dos exercícios propostos, tornou-se possível verificar que a idade das 152 participantes entrevistadas variou entre 15 e 62 anos, onde 39 dessas afirmaram ter filhos, sendo que 16 têm 1 filho e 23, 2 ou mais.

Quando questionadas acerca do conhecimento relacionado ao assoalho pélvico, 73 mulheres disseram não possuir, enquanto outras 79 relataram conhecer sua composição (**figura 1**), e 79 afirmaram não entender a importância dessa estrutura, 9 compreendem parcialmente, enquanto 64 negam ter conhecimento (**figura 2**).

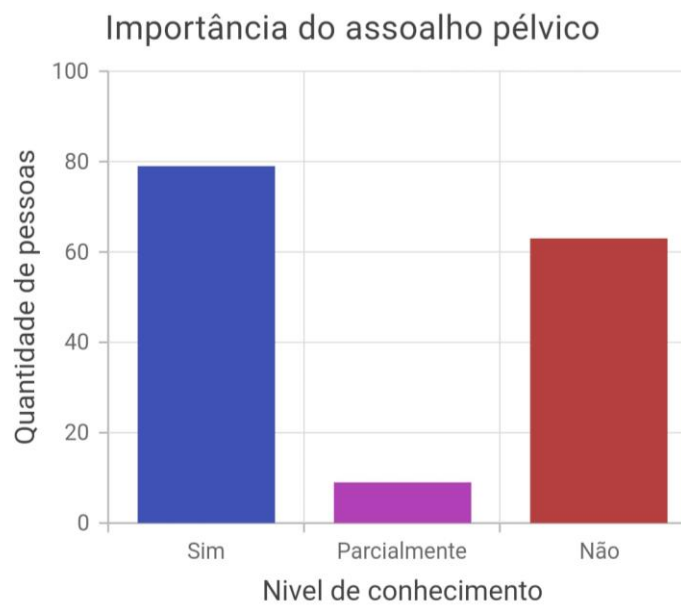
Além disso, ao serem perguntadas a respeito dos exercícios utilizados para a musculatura do assoalho pélvico, 69 mulheres disseram conhecer, e outras 83 afirmaram desconhecer. Entretanto, apenas 112 relataram interesse em realizar exercícios para o fortalecimento do mesmo. Quando questionado o motivo pelo qual acreditam ser importante fortalecer essa musculatura, os mais citados foram: evitar perda urinária (60 participantes), melhorar a relação sexual (34 participantes), e 49 delas não souberam relatar (**figura 3**).

Figura 1 - Nível de conhecimento das mulheres acerca da estrutura do assoalho pélvico, segundo dados colhidos pelos acadêmicos do curso de fisioterapia em 2023



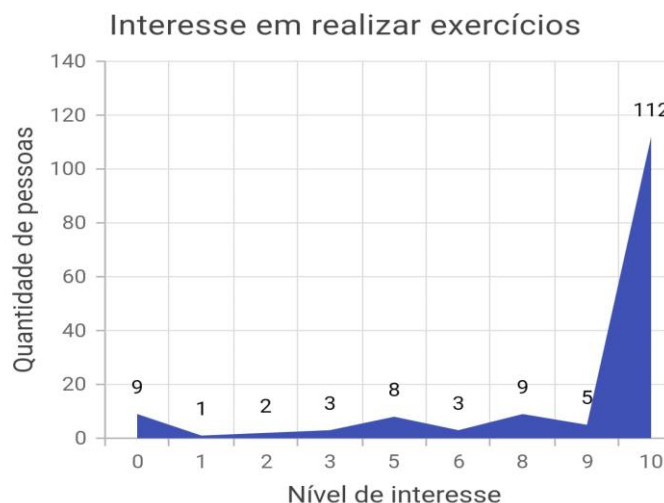
Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.

Figura 2 - Nível de conhecimento das mulheres acerca da importância do assoalho pélvico, segundo dados colhidos pelos acadêmicos do curso de fisioterapia em 2023



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.

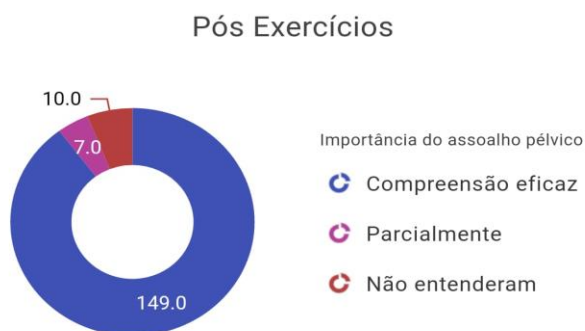
Figura 3 - Nível de interesse das mulheres entrevistadas de realizarem exercícios para o fortalecimento do assoalho pélvico, segundo dados colhidos pelos acadêmicos do curso de fisioterapia em 2023



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.

Por fim, após a realização dos exercícios propostos e de uma palestra relatando e ensinando a importância, além da localidade, e músculos que compõem o assoalho pélvico, foram realizadas as perguntas finais, onde obteve-se 149 participantes com um entendimento eficaz quanto a importância do assoalho pélvico, 10, sem entendimento, e 7 com entendimento parcial (**figura 4**). Tornando-se claro, portanto, que a compreensão das funções, importância e relevância do assoalho pélvico entre as mulheres, ainda trata-se de um assunto que precisa continuamente ser abordado a fim de alcançar mudanças significativas.

Figura 4 - Nível de entendimento das mulheres acerca da importância do assoalho pélvico após as intervenções propostas pela oficina, segundo dados colhidos pelos acadêmicos do curso de fisioterapia em 2023



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades fisioterapêuticas propostas durante a oficina envolviam o conhecimento e aumento da percepção da musculatura pélvica feminina, exercícios funcionais e momentos de interação social entre os grupos participantes. Desse modo, observou-se a grande relevância na troca de conhecimentos entre o público e os discentes e docente, bem como, a melhora da autoestima e o autoconhecimento feminino.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, P. *et al.* Paris, France: European Association of Urology, 2009.

KELLEHER, C. *et al.* **Epidemiology of urinary (UI) and faecal (FI) incontinence and pelvic organ prolapse**, 2009. p. 35-111.

LARA, Lúcia Alves da Silva *et al.* Abordagem das disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 30, p. 312-321, 2008.

TAQUETTE, S. R. Sexualidade na adolescência. *In*: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: MS; 2008. p. 205-12. (Série B. Textos Básicos da Saúde).

WOLPE, R.E. *et al.* Atuação da fisioterapia nas disfunções sexuais femininas: uma revisão sistemática. **Acta Fisiatr.**, v. 2, n. 22, p. 87-92, abr. 2015.

**AVALIAÇÃO DA INTENSIDADE DE LUZ DE DIFERENTES
FOTOPOLIMERIZADORES EM DIFERENTES
SITUAÇÕES CLÍNICAS SIMULADAS**

Larissa Suelen Ferreira de Sousa¹

Ana Paula Rodrigues de Magalhães Chaves²

RESUMO: A fotopolimerização de materiais resinosos é indispensável na rotina clínica. Este objetivo avaliar a intensidade de luz dos fotopolimerizadores (Bluephase, Elipar, Radii, Valo, Valo Grand) através de resinas compostas de diferentes espessuras e opacidades. Confeccionou-se 6 espécimes (12 mm de diâmetro) de resina composta Filtek Z350 XT (cores A2E, A2B, A2D), um de cada espessura (1 e 2 mm). Posicionou-se os corpos um por vez sobre o radiômetro Bluelight CheckUp. Acionou-se os aparelhos em potências e tempos. Mediu-se a intensidade de luz (mW/cm^2) 10 vezes cada aparelho, espécime de resina e potência. Tabulou-se e comparou-se os dados pelo teste de Kruska-Wallis ($\alpha=0,05$), pós-teste de Dwass-Steel-Critchlow-Fligner. Os LEDs Bluephase, Elipar e Valo apresentaram diferença estatística entre todos, os demais LEDs com a maioria deles, todos com diminuição significativa da intensidade de luz avaliada. A maioria apresentou diferença estatística entre si, sendo as intensidades mais próximas no aumento da opacidade e espessura.

PALAVRAS-CHAVE: Cura luminosa. Cimentação. Resinas compostas.

1 INTRODUÇÃO

Procedimentos restauradores indiretos são vastamente utilizados na prática clínica odontológica, tendo em vista sua aplicabilidade em dentes com grande destruição coronária, os quais podem estar associados a diferentes condições clínicas como fraturas, processos cariosos ou pelo acesso do tratamento endodôntico (Pessoa *et al.*, 2019; Stape *et al.*, 2013).

Restaurações indiretas podem ser confeccionadas em diversos materiais, como metais, cerâmicas e hoje utiliza-se muito as resinas compostas. Essa classe de materiais possui considerável durabilidade (Angeletaki *et al.*, 2016; Espíndola-Castro *et al.*, 2019), além de apresentar boas propriedades mecânicas, estéticas e funcionais (Cardoso *et al.*, 2012).

A contração de polimerização é um fator indesejado na técnica de restauração direta, que pode favorecer formação de trincas, infiltrações, pigmentações da margem e sensibilidade pós-operatória. Esses fatores são reduzidos na técnica indireta, uma vez que a contração de polimerização ocorre no modelo de gesso, sendo compensada durante a cimentação (Cardoso *et al.*, 2012; Monteiro *et al.*, 2017; Hansrani; Laverty; Brunton, 2019). A técnica indireta

permite a obtenção de melhor adaptação marginal e contatos proximais, e facilita a confecção da anatomia oclusal quando comparado ao método restaurador direto (Azeem; Sureshbabu, 2018).

Juntamente com um planejamento bem feito, um bom preparo e uma moldagem precisa, a cimentação é um passo muito importante para o sucesso de uma restauração indireta. A cimentação de resinas indiretas tem como funções reter a peça protética na estrutura dentária, promovendo retenção mecânica, vedar a interface entre a restauração e o dente, e promover a distribuição das tensões oclusais (Baratieri *et al.*, 2013). Dito isso, um procedimento de cimentação depende diretamente de uma fotopolimerização de qualidade, podendo ser influenciado por fatores como, a potência do fotopolimerizador utilizado, a espessura da resina indireta, bem como a opacidade da mesma resina (Baratieri *et al.*, 2013).

Por isso, este trabalho objetiva avaliar a intensidade de luz dos aparelhos fotopolimerizadores LED das marcas Bluephase, Elipar, Radium, Valo e Valo Grand através de corpos de prova de resina composta de diferentes espessuras e opacidades.

Neste trabalho, foram avaliadas três hipóteses nulas (H_0): hipótese um: não há diferença na intensidade de luz entre os fotopolimerizadores; hipótese dois: as opacidades das resinas compostas não influenciam na intensidade de luz a ser entregue por cada LED; hipótese três: as espessuras dos espécimes de resina composta não influenciam na intensidade de luz a ser entregue por cada LED.

2 METODOLOGIA

Produziu-se corpos de prova com resina composta Filtek Z350 XT (3M ESPE, Saint Paul, Estados Unidos), com o auxílio de uma matriz de aço inoxidável de 12 mm de diâmetro. Espécimes foram confeccionados em duas espessuras (1 e 2 mm), nas resinas compostas do tipo esmalte (A2E), body (A2B) e dentina (A2D) todos na cor A2.

Para mensurar a intensidade de luz dos fotopolimerizadores, utilizou-se o radiômetro Bluelight CheckUp (Bluelight Analytics, Nova Scotia, Canadá). A distância de aferição entre o disco e os LEDs de escolha foi considerada zero, tendo em vista se tratar de cimentação de restaurações indiretas, em que a luz do fotopolimerizador terá que atravessar o material a ser cimentado, sendo então a distância um fator de grande influência na adequada reação do material resinoso. Avaliou-se os seguintes fotopolimerizadores: Valo, Valo Grand, Bluephase, Radium Plus e Elipar (Tabela 1).

Tabela 1 - Fotopolimerizadores, fabricantes e potências utilizadas

Light Emitting Diode	Fabricante	Potências	
Valo (Cordless)	Ultradent, South Jordan, Estados Unidos	Standard	1000 mW/cm ²
		High	1400 mW/cm ²
Valo Grand (Cordless)	Ultradent, South Jordan, Estados Unidos	Standard	1000 mW/cm ²
		High	1400 mW/cm ²
Bluephase N	Ivoclar Vivadent, Schaan, Liechtenstein	Low	650 mW/cm ²
		High	1200 mW/cm ²
Radii Plus	SDI, Victoria, Austrália	Potência única	1400 mW/cm ²
Elipar	3M ESPE, Saint Paul, EUA	Potência única	1470 mW/cm ²

No que diz respeito aos tempos acionados, os fotopolimerizadores Valo e Valo Grand foram medidos na potência Standard no tempo de 20s e na potência High no tempo de 4s. O LED Bluephase na potência Low e High no tempo de 20s. Já os aparelhos Radii Plus e Elipar foram medidos na única potência disponível para uso, sendo o tempo acionado também de 20s.

Os dados de intensidade de luz em mW/cm² obtidos foram tabulados e analisados no programa Jamovi (The Jamovi Project, 2022, versão 2.3, Sidney, Austrália). Devido à distribuição não-normal e não homogênea da maioria dos dados, utilizou-se o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis com nível de significância de 5% ($\alpha=0,05$), com pós-teste de Dwass-Steel-Critchlow-Fligner.

As análises foram realizadas entre os tipos e espessuras de resina composta utilizados, individualmente para cada fotopolimerizador e também entre os fotopolimerizadores para cada espessura e opacidade de resina.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Os resultados obtidos da análise estatística estão mostrados na Tabela 2 e na Figura 1.

Tabela 2 - Médias e desvios-padrão (\pm DP) da intensidade de luz (mW/cm^2) para cada um dos grupos avaliados

Grupos	Bluephase LOW	Bluephase HIGH	Elipar	Radii	Valo STANDARD	Valo HIGH	Valo Grand STANDARD	Valo Grand HIGH
C	1111 \pm 4,46 ^B	2999 \pm 8,93 ^C	1378 \pm 29,0 ^A	987 \pm 7,78 ^{BD}	912 \pm 2,02 ^E	1362 \pm 4,46 ^A	881 \pm 8,95 ^{EF}	1530 \pm 5,68 ^{EG}
E1	328 \pm 11,8 ^C	625 \pm 15,9 ^D	409 \pm 6,93 ^{AB}	419 \pm 9,43 ^{3A}	282 \pm 3,37 ^E	400 \pm 6,63 ^B	305 \pm 15,6 ^{DF}	518 \pm 32,6 ^{AG}
E2	181 \pm 0,943 ^A	351 \pm 9,37 ^C	235 \pm 5,27 ^B	264 \pm 6,27 ^{CD}	166 \pm 8,96 ^E	232 \pm 16,6 ^B	196 \pm 22,7 ^{3A}	407 \pm 37,9 ^{BF}
B1	304 \pm 2,18 ^B	590 \pm 5,59 ^C	393 \pm 4,95 ^D	417 \pm 12,0 ^{AF}	269 \pm 4,39 ^A	375 \pm 6,24 ^G	264 \pm 14,9 ^{EA}	485 \pm 18,7 ^{AH}
B2	163 \pm 0,876 ^A	321 \pm 8,88 ^B	213 \pm 3,94 ^C	242 \pm 5,94 ^{4D}	146 \pm 2,62 ^E	216 \pm 15,3 ^{CD}	202 \pm 34,6 ^{ACD}	337 \pm 49,3 ^{BCB}
D1	119 \pm 2,63 ^A	235 \pm 7,41 ^B	157 \pm 4,29 ^C	210 \pm 5,98 ^{ED}	119 \pm 6,02 ^A	161 \pm 3,59 ^C	170 \pm 19,0 ^{ABC}	284 \pm 75,9 ^{CDBD}
D2	77,2 \pm 1,48 ^A	159 \pm 8,78 ^B	108 \pm 2,39 ^C	147 \pm 8,79 ^{4B}	75,2 \pm 1,75 ^A	104 \pm 2,76 ^C	145 \pm 26,1 ^{4BD}	199 \pm 40,3 ^{4D}

Valores seguidos pela mesma letra minúscula sobrescrita não apresentam diferença estatística significativa ($p > 0,05$) entre as linhas. Colunas com dados sem letras minúsculas sobrescritas apresentaram diferença estatística entre todas as linhas ($p < 0,05$).

Valores seguidos pela mesma letra maiúscula sobrescrita não apresentam diferença estatística significativa ($p > 0,05$) entre as colunas.

Os fotopolimerizadores Bluephase (nos modos High e Low), Elipar e Valo (nos modos Standard e High) apresentaram diferença estatística entre todos os grupos avaliados ($p < 0,05$); com diminuição significativa da intensidade de luz avaliada na presença dos corpos de prova de resina composta ($p < 0,05$). A intensidade de luz também diminuiu significativamente quando do aumento da espessura e opacidade do espécime de resina composta ($p < 0,05$) nesses grupos.

Para o LED Radii, não houve diferença estatística na intensidade de luz dos grupos E1 e B1 ($p > 0,05$), mas houve diferença significativa entre todos os outros grupos ($p < 0,05$). Para o LED Valo Grand na potência Standard, não houve diferença significativa entre os grupos E2, B2 e D1 ($p > 0,05$). Também não houve diferença entre os grupos D1 e D2 ($p > 0,05$). Para todos os demais grupos, houve diferença estatística significativa ($p < 0,05$).

Na potência High do Valo Grand, não foi observada diferença estatística entre os grupos E1 e B1, entre E2 e B2, entre B2 e D1 e entre D1 e D2 ($p > 0,05$). Todas as demais comparações apresentaram diferença estatística significativa ($p < 0,05$).

Considerando as resinas compostas suas opacidades e espessuras, os resultados foram bem divergentes. No grupo controle, apenas os fotopolimerizadores Elipar e Valo-High não apresentaram diferença estatística significativa na intensidade de luz ($p > 0,05$), todos os demais foram diferentes estatisticamente ($p < 0,05$).

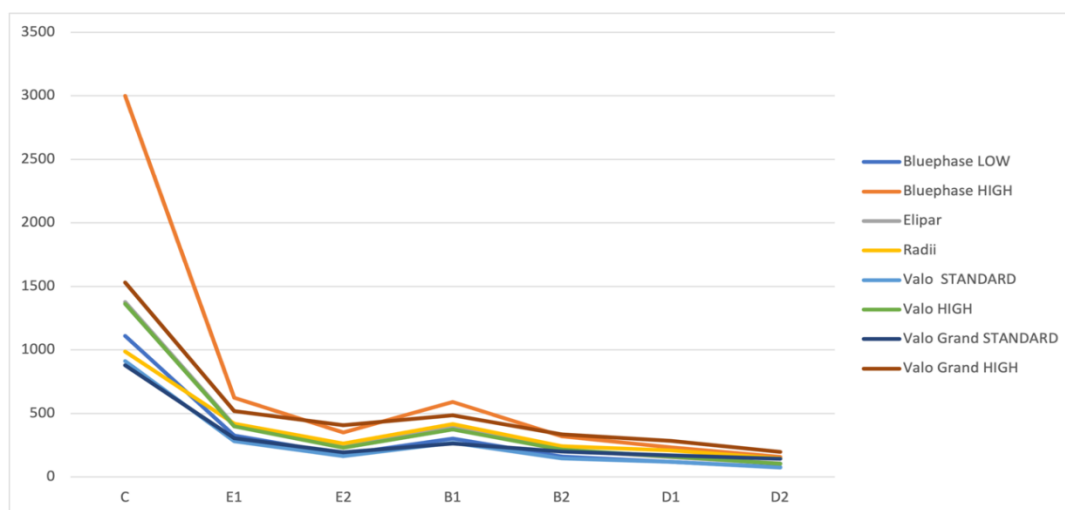
Para a resina de esmalte com 1 mm, não houve diferença significativa entre os LEDs Elipar e Radii, e Elipar e Valo-High ($p > 0,05$); todos os demais apresentaram diferença estatística ($p < 0,05$). Para 2 mm, houve diferença estatística entre todos os fotopolimerizadores ($p < 0,05$), exceto nos pares Bluephase-Low e Valo Grand-Standard e entre Elipar e Valo-High ($p > 0,05$).

Para a resina body de 1mm, foi observada diferença estatística entre todos os LEDs avaliados ($p < 0,05$), exceto no par Valo-Standard e Valo Grand-Standard ($p > 0,05$). Para os 2

mm dessa resina, o Valo-Standard foi diferente estatisticamente de todos os demais ($p < 0,05$) com a menor intensidade de luz. Não houve diferença estatística entre Bluephase-Low e Valo Grand-Standard, Bluephase-High e Valo Grand-High, Valo-High e Valo Grand-Standard ($p > 0,05$). Também não houve diferença significativa entre Radium, Valo-High e Valo Grand-Standard ($p > 0,05$). As demais comparações apresentaram diferença estatística ($p < 0,05$).

Para a resina de dentina na menor espessura, não foi observada diferença estatística entre Bluephase-Low e Valo-Standard, Bluephase-High e Valo Grand-High e entre Radium e Valo Grand-High ($p > 0,05$). Também não foi observada diferença significativa entre Elipar, Valo-High e Valo Grand-Standard ($p > 0,05$). As demais comparações apresentaram diferenças estatísticas significantes ($p < 0,05$). Em 2 mm de espessura, observou-se que não houve diferença estatística entre Bluephase-Low e Valo-Standard, entre Elipar e Valo-High e entre Valo Grand-Standard e High ($p > 0,05$). Também não foi encontrada diferença estatística significativa entre Bluephase-High, Radium e Valo-High ($p > 0,05$). O Valo Grand-High apresentou diferença estatística dos grupos Radium e Bluephase-High ($p < 0,05$), assim como todas as demais comparações ($p < 0,05$).

Figura 1 - Médias da intensidade de luz (mW/cm^2) de cada um dos grupos avaliados mostradas em gráfico linear



Diferentes tipos de fotopolimerizadores LEDs podem ser encontrados na Odontologia hoje em dia, devido ao desenvolvimento dos materiais resinosos e de seus fotoiniciadores. Com o desenvolvimento de moléculas fotossensíveis diferentes da canforoquinona, que absorvem luz em comprimentos de onda mais curtos, houve a necessidade de LEDs que emitissem luz em comprimentos de onda menores (Jandt, 2013). Os fotopolimerizadores de

Segunda Geração são mais compactos e mais potentes do que os LEDs de Primeira Geração, mas nenhum deles fornece luz abaixo de 420 nm (Richard, 2017). Surgiram, dessa forma, os LEDs de Terceira Geração. Neste trabalho, três fotopolimerizadores avaliados eram de Terceira Geração, o Valo, Valo Grand e o Bluephase N. Os outros dois, Elipar e Ratii Plus, são LEDs de Segunda Geração.

A primeira hipótese nula foi rejeitada, pois os aparelhos analisados apresentaram diferença de irradiância entre si, diferindo até mesmo da quantidade de energia determinada pelo fabricante. A maioria dos LEDs forneceu valores um pouco abaixo da potência especificada pelo fabricante; com exceção do LED Bluephase N, o qual entregou intensidade de luz maior do que a estabelecida pelo fabricante em ambas potências e o Valo Grand na potência High, onde também foi observada essa diferença. O Ratii Plus prometeu uma potência de $1400\text{mW}/\text{cm}^2$ porém a média mensurada foi bem abaixo ($987 \pm 7,78$).

Fatores podem influenciar nessa diferença observada entre os aparelhos. Os LEDs de cada fotopolimerizador se encontram em posições diferentes, estando nos dois Valo os LEDs diretamente na ponta do aparelho e, nos demais, há a utilização de uma ponteira em fibra óptica. Os fabricantes geralmente informam o valor de irradiância (mW/cm^2) medido diretamente na ponta da luz para descrever a saída da luz de polimerização (Richard, 2017). A presença de resíduos de resina, adesivo entre outros, bem como o estado da bateria e o tipo da mesma, danos físicos à ponta, entre outros, podem afetar significativamente a entrega de energia (McAndrew, 2011). Nesse estudo, os LEDs não eram novos, mas estavam todos em perfeito estado.

O diâmetro da ponta desses LEDs avaliados também é diferente entre eles. Esse fator também pode ter influenciado nos valores de intensidade de energia obtidos, já que em pontas maiores que o sensor, alguma energia será dissipada nas áreas mais externas do LED. Alguns LEDs também oferecem uma saída de luz mais homogênea e capaz de manter-se assim em maiores profundidades, podendo também influenciar na intensidade de energia mensurada (Xu, 2006; Shimokawa 2020). O fotopolimerizador Valo Grand, o qual possui o maior diâmetro da ponta entre todos os outros fotopolimerizadores avaliados, foi o que menos apresentou diferença estatística significativa com a presença de anteparos, em ambas potências. Ou seja, o diâmetro da ponta pode ter contribuído para a maior entrega de energia possível, minimizando a diferença entre os grupos, corroborando com os resultados de McAndrew, 2011.

A observação de que a presença de anteparos também pode influenciar na intensidade de energia dos LEDs deve ser considerada na avaliação dos resultados deste estudo. Na

literatura, há poucos estudos que avaliam a polimerização através de restaurações de resina composta (Arrais, 2008). No estudo de Arrais, o grau de conversão de cimentos resinosos duais avaliados não foi afetado pela perda de energia devido ao anteparo, mostrando assim a importância do método químico de polimerização. Muitos outros estudos avaliam a fotopolimerização através de cerâmicas (Meng, 2008; Jung, 2006) e alguns de cerâmicas híbridas em CAD-CAM (Cetindemir, 2018; Lise, 2017). No entanto, apesar das simulações de fotopolimerização através de resina serem similares ao que acontece através de cerâmica, extrapolar os resultados de um material para outro pode ser impreciso.

Neste estudo, na medida em que aumentou-se a opacidade dos espécimes de resina, diminuiu-se a intensidade de luz entregue por cada LED. Sendo assim, a segunda hipótese nula foi rejeitada. Mesmo na potência High notou-se significativa diferença na energia entregue quando na presença de diferentes opacidades. Em um estudo feito por Kilinc (2011), que avaliou o efeito da opacidade da restauração cerâmica na polimerização de cimentos resinosos fotopolimerizáveis e duais, a opacidade influenciou significativamente na polimerização do cimento resinoso, diminuindo sua dureza. No entanto, foi observada maior influência da espessura da cerâmica que da opacidade em si. Outro estudo similar (Soares, 2006) concluiu que nem mesmo a cura química do cimento resinoso dual foi suficiente para compensar a atenuação de energia promovida pela interposição de material cerâmico, concluindo também que houve maior influência da espessura da cerâmica na microdureza do cimento do que da sua opacidade.

Assim como nesse e outros estudos (Ozturk, 2012; Zhang, 2011), os resultados deste trabalho mostraram uma influência negativa da espessura do espécime de resina na intensidade de energia dos fotopolimerizadores, rejeitando também a terceira hipótese nula.

O estudo de Zhang (2018) explica a direta relação entre o aumento da espessura da cerâmica e a transmitância da luz. Isso pode ser devido ao caminho de luz estendido, o que contribui para mais dispersa; assim, sendo a luz que chega ao cimento a ser polimerizado reduzida. Strydom e colaboradores em estudo publicado em 2002 relatam também a relação da espessura do incremento de resina na qualidade da fotopolimerização. Segundo ele, uma das formas de superar essa limitação é o aumentar o tempo de exposição a fotopolimerização, aumentando a quantidade de energia total entregue. Outro autor (Mainard, 2014) sugere que com o aumento da opacidade e da espessura, deve-se aumentar a potência do LED ou o tempo de fotopolimerização.

Esse estudo é laboratorial. Portanto, mais estudos devem ser realizados a fim de compreender verdadeiramente a influência da presença de uma resina composta na

intensidade de energia de cada um dos LEDs avaliados. Além disso, a avaliação do grau de conversão de cimentos ou mesmo da microdureza dos mesmos quando fotopolimerizados através de restaurações de resina composta pode trazer maior compreensão sobre o assunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A intensidade de luz dos aparelhos fotopolimerizadores LED das marcas Bluephase, Elipar, Radium, Valo e Valo Grand foi diferente nos diferentes modos avaliados;
- O aumento da opacidade da resina composta diminuiu a intensidade de energia de todos os LEDs avaliados nas diferentes potências;
- O aumento da espessura da resina composta diminuiu a intensidade de energia de todos os LEDs avaliados nas diferentes potências.

REFERÊNCIAS

- ANGELETAKI, Flora *et al.* Direct versus indirect inlay/onlay composite restorations in posterior teeth. A systematic review and meta-analysis. **Journal of Dentistry**, v. 53, p. 12-21, 2016. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 03 jul. 2023.
- ARRAIS, C. A. G.; RUEGGEBERG, F. A.; WALLER, J. L.; DE GOES, M. F.; GIANNINI, M. Effect of curing mode on the polymerization characteristics of dual-cured resin cement systems. **Journal of Dentistry**, v. 36, n. 6, p. 418-426, 2008. Disponível em: [10.1016/j.jdent.2008.02.014](https://doi.org/10.1016/j.jdent.2008.02.014). Acesso em: 25 ago. 2023.
- ASMUSSEN, E.; PEUTZFELDT, A. Class I and Class II restorations of resin composite: An FE analysis of the influence of modulus of elasticity on stresses generated by occlusal loading. **Dental Materials**, v. 24, n. 5, p. 600-605, 2008. Disponível em: [10.1016/j.dental.2007.06.019](https://doi.org/10.1016/j.dental.2007.06.019). Acesso em: 07 set. 2023.
- AZEEM, R. A.; SURESHBABU, N. M. Clinical performance of direct versus indirect composite restorations in posterior teeth: A systematic review. **Journal Conservative Dentistry**, v. 21, n. 1, p. 2-9, jan./fev. 2018. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BARATIERI, Luiz Narciso *et al.* **Odontologia Restauradora: Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Santos, 2013.
- ÇETINDEMIR, A. B.; ŞERMET, B.; ÖNGÜL, D. The effect of light sources and CAD/CAM monolithic blocks on degree of conversion of cement. **Journal of Advanced Prosthodontics**,

v. 10, n. 4, p. 291-299, 2018. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov. Acesso em: 07 set. 2023.

CARDOSO, Renan M. *et al.* Onlay com resina composta direta: Relato de caso Clínico. **Odontologia Clínico-Científica**, Recife, v. 11, n. 3, p. 259-264, jul./set. 2012. Disponível em: revodonto.bvsalud.org. Acesso em: 29 jul. 2023.

ESPÍNDOLA-CASTRO, L. F. *et al.* A 14-year follow-up of resin composite occlusal restorations: Split mouth randomised clinical trial and wear evaluation by optical coherence tomography. **Journal of Clinical & Diagnostic Research**, v. 13, n. 1, p. 10-15, jan. 2019. Disponível em: www.jcdr.net. Acesso em: 10 jul. 2023.

HANSRANI, V. K.; LAVERTY, D.; BRUNTON, P. The use of indirect resin composite restorations in the management of localized anterior tooth wear: a clinical update. **Dental Update**, v. 46, n. 9, p. 812-816, 2019. Disponível em: www.dental-update.co.uk. Acesso em: 03 jul. 2023.

JANDT, K. D.; MILLS, R. W. A brief history of LED photopolymerization. **Dental Materials**, v. 29, n. 6, p. 605–617, 2013. The Academy of Dental Materials. Disponível em: [10.1016/j.dental.2013.02.003](https://doi.org/10.1016/j.dental.2013.02.003). Acesso em: 07 set. 2023.

JUNG, H. *et al.* Polymerization efficiency of different photocuring units through ceramic discs. **Operative Dentistry**, v. 31, n. 1, p. 68-77, 2006. Disponível em: [10.2341/04-188](https://doi.org/10.2341/04-188). Acesso em: 07 set. 2023.

KILINC, E.; ANTONSON, S. A.; HARDIGAN, P. C.; KESERCIOGLU, A. The effect of ceramic restoration shade and thickness on the polymerization of light- and dual-cure resin cements. **Operative Dentistry**, v. 36, n. 6, p. 661–669, 2011. Disponível em: [10.2341/10-206-L](https://doi.org/10.2341/10-206-L). Acesso em: 25 ago. 2023.

LISE, D. P. *et al.* Light irradiance through novel CAD–CAM block materials and degree of conversion of composite cements. **Dental Materials**, v. 34, n. 2, p. 296-305, 2018. The Academy of Dental Materials. Disponível em: [10.1016/j.dental.2017.11.008](https://doi.org/10.1016/j.dental.2017.11.008). Acesso em: 25 ago. 2023.

MAINARDI, Maria do Carmo A. J.; GIORGI, Maria Cecília C.; LIMA, Débora A. N. L.; MARCHI, Giselle M. Effect of energy density and delay time on the degree of conversion and Knoop microhardness of a dual resin cement. **Journal of Investigative and Clinical Dentistry**, v. 5, p. 1-6. 2014. Disponível em: [10.1111/jicd.12075](https://doi.org/10.1111/jicd.12075). Acesso em: 29 jul. 2023.

MCANDREW, R.; LYNCH, C. D.; PAVLI, M.; BANNON, A.; MILWARD, P. The effect of disposable infection control barriers and physical damage on the power output of light curing units and light curing tips. **British Dental Journal**, v. 210, n. 8, 2011. Disponível em: [10.1038/sj.bdj.2011.312](https://doi.org/10.1038/sj.bdj.2011.312). Acesso em: 29 jul. 2023.

MENG, X.; YOSHIDA, K.; ATSUTA, M. Influence of ceramic thickness on mechanical properties and polymer structure of dual-cured resin luting agents. **Dental Materials**, v. 24, n. 5, p. 594-599, 2008. Disponível em: [10.1016/j.dental.2007.06.014](https://doi.org/10.1016/j.dental.2007.06.014). Acesso em: 12 jul. 2022.

MONTEIRO, R. V. *et al.* Técnica semidireta: Abordagem prática e eficaz para restauração em dentes posteriores. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 1, p. 12-21, 2017. Disponível em: periodicos.ufrn.br. Acesso em: 05 jul. 2022.

ÖZTÜRK, E.; HICKEL, R.; BOLAY, Ş.; ILIE, N. Micromechanical properties of veneer luting resins after curing through ceramics. **Clinical Oral Investigations**, v. 16, n. 1, p. 139-146, 2012. Disponível em: [10.1007/s00784-010-0482-y](https://doi.org/10.1007/s00784-010-0482-y). Acesso em: 16 ago. 2023.

PESSOA, V. L. R. *et al.* Desgaste dentinário seletivo associado a pino de fibra de vidro. **Revista Ciência Plural**, v. 5, n. 3, p. 132-142, 2019. Disponível em: periodicos.ufrn.br. Acesso em: 10 jul. 2022.

PRICE, R. B. T. Light Curing in Dentistry. **Dental Clinics of North America**, v. 61, n. 4, p. 751–778, 2017. Elsevier Inc. Disponível em: [10.1016/j.cden.2017.06.008](https://doi.org/10.1016/j.cden.2017.06.008). Acesso em: 16 ago. 2023.

SHIMOKAWA, C. A. K.; TURBINO, M. L.; GIANNINI, M.; BRAGA, R. R.; PRICE, R. B. Effect of curing light and exposure time on the polymerization of bulk-fill resin-based composites in molar teeth. **Operative Dentistry**, v. 45, n. 3, p. E141-E156, 2020. Disponível em: [10.2341/19-126-L](https://doi.org/10.2341/19-126-L). Acesso em: 16 ago. 2023.

SOARES, C. J.; DA SILVA, N. R.; FONSECA, R. B. Influence of the feldspathic ceramic thickness and shade on the microhardness of dual resin cement. **Operative Dentistry**, v. 31, n. 3, p. 384-389, 2006. Disponível em: [10.2341/05-51](https://doi.org/10.2341/05-51). Acesso em: 16 ago. 2023.

STAPE, T. H. S. *et al.* Coroa endodôntica adesiva: Tratamento estético e funcional alternativo para molares com extensa destruição coronária e espaço interoclusal reduzido. **Revista Dental Press de Estética**, v. 10, n. 3, p. 94-105, 2013. Disponível em: www.dentalpresspub.com. Acesso em: 05 jul. 2022.

STRYDOM, C. Curing lights — the effects of clinical factors on intensity and polymerization. **SADJ : journal of the South African Dental Association = tydskrif van die Suid-Afrikaanse Tandheelkundige Vereniging**, v. 57, p. 181–186, 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12174714/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

XU, X.; SANDRAS, D. A.; BURGESS, J. O. Shear Bond Strength with Increasing Light-Guide Distance from Dentin. **Journal of Esthetic and Restorative Dentistry**, v. 18, n. 1, p. 19-28, 2006. Disponível em: [10.2310/6130.2006.00007](https://doi.org/10.2310/6130.2006.00007). Acesso em: 16 ago. 2023.

ZHANG, L.; LUO, X. P.; TAN, R. X. Effect of Light-Cured Resin Cement Application on Translucency of Ceramic Veneers and Light Transmission of LED Polymerization Units. **Journal of Prosthodontics**, v. 28, n. 1, p. e376-e382, 2018. Disponível em: [10.1111/jopr.12910](https://doi.org/10.1111/jopr.12910). Acesso em: 04 ago. 2023.

ZHANG, X.; WANG, F. Hardness of resin cement cured under different thickness of lithium disilicate-based ceramic. **Chinese medical journal**, v. 124, p. 3762-3767, 2011. Disponível em: <https://journals.lww.com>. Acesso em: 04 ago. 2023.

CORRELAÇÃO ENTRE OBESIDADE E ASMA NA IDADE INFANTIL

Jubiele Fernandes de Oliveira¹

Nicole Garcia Brandão

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: Introdução: A obesidade é uma doença crônica multifatorial que resulta no excesso de gordura corporal, prejudicando a saúde do indivíduo. No Brasil, 3,1 milhões de crianças apresentam obesidade. Estudos apontam uma associação entre obesidade e asma, uma doença inflamatória crônica que afeta as vias respiratórias. **Objetivo:** Realizar uma revisão integrativa das repercussões da obesidade infantil associada à asma. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, a busca foi efetuada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Pubmed e Google Acadêmico. **Resultados e Discussão:** A obesidade pode complicar o diagnóstico e a gestão da asma devido às conexões entre as duas condições. De acordo com 75% dos artigos selecionados (n=9), a obesidade pode interagir e modificar, de forma global e negativa, as vias respiratórias na infância. **Conclusão:** Diante da elevada prevalência de ambas condições, é de suma importância estratégias de prevenção e intervenção precoce da obesidade e da asma.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade. Asma. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença multifatorial caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, que interfere na expectativa e qualidade de vida do indivíduo. Pode ser causada por fatores nutricionais, genéticos, psicossociais, culturais, entre outros. A Global Nutrition Report mostrou que 40 milhões de crianças abaixo de 5 anos de idade e 330 milhões de pacientes entre 5 e 19 anos estavam com sobrepeso ou obesos em 2016 (Fanzo *et al.*, 2018). Diante disso, a obesidade infantil é um problema crescente em todo o mundo e tem sido associada a um maior risco de desenvolver asma, bem como outras doenças respiratórias.

Nesse sentido, a asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas que afeta as pequenas vias respiratórias dos pulmões. É caracterizada pela inflamação das vias aéreas e pelo estreitamento dos brônquios, o que dificulta a passagem de ar para dentro e para fora dos pulmões. A asma afeta cerca de 334 milhões de pessoas em todo o mundo. Representa a

¹ Acadêmica do 5º Período do Curso de Medicina, membro do Grupo de Pesquisa do Departamento Científico Victor Lisita Unifan, em 2023/2. E-mail: jubiele_juh@hotmail.com.

² Docente: Médico especialista em Cardiologia e Terapia Intensiva.

doença crônica mais comum na infância e adolescência, compromete a qualidade de vida e associa-se a absenteísmo escolar e parental ao trabalho (Pitchon, 2019).

O acúmulo de gordura na parede torácica e abdominal diminui o volume pulmonar e torácico e a excursão diafragmática, o que resulta na redução da complacência respiratória e aumento do esforço respiratório ineficiente (Bonsignore *et al.*, 2019; Dooley; Pillai, 2020). Por outro lado, a asma pode limitar a capacidade das pessoas de se exercitarem e manterem um estilo de vida ativo, contribuindo para o desenvolvimento da obesidade (Di Palma *et al.*, 2021). Assim, este estudo visa identificar os principais fatores de risco, as possíveis causas e mecanismos envolvidos na relação entre essas condições, além de fornecer informações relevantes para a prevenção, diagnóstico e tratamento dessas condições em crianças.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, que é definida por um método de revisão mais amplo, permitindo inclusão de literatura teórica e empírica, bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa). Os estudos inclusos são analisados de forma sistemática, ou seja, através de um protocolo pré-estabelecido, que deve orientar todo o processo.

Uma revisão integrativa deve obedecer ao seguinte processo: escolha do tema, busca na literatura (amostragem), critérios para a categorização do estudo (coleta de dados), avaliação dos estudos incluídos nos resultados, discussão do resultado e apresentação da revisão integrativa (Mendes, 2019). Logo, é possível identificar tais etapas na figura 1 representada abaixo.

Figura 1 - Etapas da revisão integrativa, Ribeirão Preto, São Paulo, 2017



3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Diversos estudos têm descrito a ocorrência frequente de obesidade em crianças diagnosticadas com asma. Um estudo conduzido por Manivannan; Chandrasekaran; Subramaniano (2021) revelou que crianças com sobrepeso/obesidade apresentaram uma contagem mediana de eosinófilos ligeiramente mais elevada em comparação com aquelas com peso normal. Além disso, Gomes, Marques Júnior e Gomes (2020) identificaram vários fatores que relacionam a obesidade com a asma, tais como maiores exposições a alérgenos, alimentação menos saudável, sedentarismo e maior tempo passado dentro de casa. É importante ressaltar que altos índices de obesidade e asma ocorrem concomitantemente, possivelmente porque a obesidade pode desencadear manifestações que imitam a asma, incluindo dispneia, aumento do esforço respiratório, apneia do sono, hipoventilação e refluxo gastroesofágico.

Cvejoska-Cholakovska *et al.* (2019) conduziram um estudo no qual investigaram marcadores inflamatórios não específicos em diferentes grupos de pacientes. Os resultados revelaram diferenças significativas nos valores médios desses marcadores entre os grupos estudados. Primeiramente, foi observado que crianças com asma, tanto com índice de massa corporal (IMC) normal quanto elevado, apresentaram níveis elevados de eosinofilia acima do

normal (> 4%) em comparação com crianças com sobrepeso, mas sem asma ($p = 0,001$). Além disso, os grupos com excesso de peso mostraram valores mais altos de proteína C-reativa (PCR) em comparação aos grupos com peso adequado ($p = 0,004$). Os níveis de fibrinogênio também foram mais altos nos grupos com sobrepeso ($p = 0,001$). Por fim, os níveis de imunoglobulina E (IgE) foram mais elevados nos pacientes asmáticos em comparação aos não asmáticos ($p = 0,001$). Esses resultados apontam para uma possível relação entre asma, obesidade e a presença desses marcadores inflamatórios, fornecendo uma base para futuras investigações nessa área.

Nessa perspectiva, Madeira *et al* (2019) indicaram que a gravidade clínica da doença variou significativamente entre os grupos de asmáticos com base no índice de obesidade. Entre os pacientes não obesos, apenas 14,3% apresentaram asma parcialmente controlada/não controlada. Por outro lado, esse percentual foi significativamente maior entre os obesos, chegando a 45% (OR=4,99, IC95% 1,08–22,14, $p=0,043$). Diante disso, sugere-se que há uma associação positiva entre a obesidade e a falta de controle adequado da asma, destacando a importância de abordagens específicas para o gerenciamento dessa comorbidade em crianças.

Manfredo *et al.* (2020) compararam as manifestações clínicas entre crianças asmáticas obesas e não obesas, e os resultados apontaram que os indivíduos obesos apresentaram um maior número de sintomas diários e exacerbações em comparação aos indivíduos com peso normal. Foi comprovado que os asmáticos obesos tiveram a primeira crise asmática em idade mais precoce em relação aos indivíduos com peso adequado, além de apresentarem um maior número de crises. Além disso, o estudo revelou que os asmáticos que nasceram prematuramente mostraram uma maior propensão para o ganho de peso. De modo que, afeta tanto a idade de início das crises asmáticas quanto a frequência e gravidade dessas crises.

Por fim, quanto ao controle terapêutico da asma, Almeida *et al.* (2022) chegaram à conclusão de que a maioria dos pacientes asmáticos apresentava comorbidades associadas. Além disso, a obesidade em crianças pode ser um fator que contribui para complicações no tratamento e controle das exacerbações da doença. Esses pacientes tendem a requerer uma maior necessidade de medicamentos como broncodilatadores de curta duração (SABA) e corticosteroides orais, além de apresentarem maior frequência de hospitalizações. Além disso, eles têm uma resposta menos efetiva aos corticosteroides inalatórios e uma menor qualidade de vida em comparação com crianças asmáticas não obesas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre obesidade e asma em crianças tem sido objeto de diversos estudos, revelando uma associação significativa entre essas condições. Diante desses achados, é crucial considerar a obesidade como um fator relevante no manejo da asma em crianças. Estratégias de prevenção e intervenção precoce na obesidade, juntamente com um tratamento adequado da asma, podem desempenhar um papel fundamental na redução da morbidade e no melhor controle dessas condições concomitantes. A abordagem integrada, envolvendo orientação alimentar, promoção de atividade física, controle do peso e uso adequado de medicamentos para a asma, pode contribuir para uma melhor qualidade de vida e melhores resultados de saúde em crianças asmáticas com sobrepeso ou obesidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. M. de; MOREIRA, N. T.; VAZ, T. N. de J.; ABREU, V. S.; TEIXEIRA, C. S. S.; FERREIRA, A. S. C. G. Prevalência de internações por asma e fatores de exacerbação em crianças do município de Salvador, Bahia. **Graduação em Movimento – Ciências da Saúde**, v. 1, n. 3, p. 37-48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifc.edu.br/index.php/gdmsaude/article/view/136/143>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- AMARAL, C. A. dos S.; SILVA, J. P. da; CORREIA JUNIOR, M. A. V. de; DIAS, R. de F.; LEVANDOSKI, G.; DIAS, R.; CIESLAK, F. Sintomas de asma e estado nutricional em escolares de Itaberá-SP. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 12, n. 2, p. 2, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Dias-20/publication/341164625_Asthma_symptoms_and_nutritional_status_in_schoolchildren_from_Itabera-SP/links/5eb1ba48299bf18b95998bcb/Asthma-symptoms-and-nutritional-status-in-schoolchildren-from-Itabera-SP.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.
- CVEJOSKA-CHOLAKOVSKA, V.; KOCOVA, M.; VELIKJ-STEFAOVSKA, V.; VLASHKI, E. A associação entre asma e obesidade em crianças – fatores inflamatórios e mecânicos. **Macedonian Journal of Medical Sciences**, v. 7, n. 8, p. 1314-1319, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3889/oamjms.2019.310>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6514333/>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- DI PALMO, E.; FILICE, E.; CAVALLO, A.; CAFFARELLI, C.; MALTONI, G.; MINIACI, A.; RICCI, G.; PESSION, A. Obesidade infantil e doenças respiratórias: qual ligação? [Childhood obesity and respiratory diseases: what is the connection?]. **Italian Journal of Pediatrics**, v. 47, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7996509/#:~:text=Moreover%2C%20obese%20children%20are%20at,18%2C19%2C20%5D>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FARINASSE, O. F.; VANZELA, M. J.; RAMOS, A. M.; SOUSA, R. A. S. Q.; MARQUES, V. L. S.; MARQUES JÚNIOR, O. S. Sobre peso e obesidade em pacientes pediátricos com diagnóstico de asma: revisão integrativa. **Revista de Pediatria e Saúde Infantil**, v. 20, n. 4, p. 993-1002, 2020. Disponível em: <https://www.unoeste.br/Areas/Eventos/Content/documentos/EventosAnais/688/Medicina.pdf#page=97>. Acesso em: 17 mar. 2023.

GLOBAL NUTRITION REPORT. 2018. Disponível em: https://globalnutritionreport.org/documents/352/2018_Global_Nutrition_Report.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

GOMES, M. M.; MARQUES JÚNIOR, O. S.; GOMES, V. M. Avaliação da incidência de obesidade em pacientes com diagnóstico de asma atendidos no ambulatório de pneumopediatria de um hospital de atenção terciária. **Colloquium Vitae**, v. 10, n. Especial 5, p. 07-14. 2018. <https://doi.org/10.5747/cv.2018.v10.nesp5.000326>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f11e/f46559f3238040e0da7b505ed6c2c168872c.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MANFREDO, M. F.; FEDERLE, N.; SILVA, M. A.; SOUZA, C. C. T. Prevalência e características de crianças e adolescentes asmáticos com excesso de peso e obesidade acompanhados em um ambulatório de pneumologia. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 8, p. 55628-55645, 2022. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n8-062>. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/download/50915/38243?__cf_chl_tk=amrXNtSmOVhrdBmp1T2IcAQf2gklxsoyQxMJtVReDQA-1682103552-0-gaNycGzNDKU. Acesso em: 18 mar. 2023.

MANIVANNAN, S.; CHANDRASEKARAN, V.; SUBRAMANIANO, N. Estudo comparativo do perfil clínico e controle dos sintomas em crianças em idade escolar com sobrepeso e peso normal com asma persistente leve. **Health Science Reports**, v. 4, n. 1, e224, 2020. <https://doi.org/10.1002/hsr2.224>. Disponível em: <https://europepmc.org/article/MED/33364442>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 22, n. 3, p. 458-464, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/HZD4WwnbqL8t7YZpdWSjypj/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 25 abr. 2023.

OLIVEIRA MADEIRA, L. N.; BORDALLO, M. A. N.; BORGES, M. A.; LOPES, A. J.; MADEIRA, I. R.; KUSCHNIR, F. C. Relações entre asma e obesidade: análise de múltiplos fatores. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 39, p. e 2019405, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/qGsCx67PtwVQtpqCmgnBB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

OLIVEIRA, E. E. **Obesidade e asma**: alterações da resposta imune em órgãos linfóides periféricos e efeito do tratamento com azitromicina (Tese de Doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9341/1/erickestevesdeoliveira.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PITCHON, R. R.; ALVIM, C. G.; ANDRADE, C. R.; LASMAR, L. M. L. B. F.; CRUZ, Á. A.; DOS REIS, A. P. Asthma mortality in children and adolescents of Brazil over a 20-year period. **Jornal de Pediatria**, v. 96, n. 4, p. 432-438, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/yzgfHGHJXxqt4ht4vQ3xB7w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO INFLIXIMABE

Luiz Guilherme Oliveira Fontoura¹

Isabela da Rosa Borges¹

Murillo de Sousa Pinto^{1,2}

Aroldo Vieira de Moraes Filho^{1,2}

Lílian Carla Carneiro³

RESUMO: Durante a epidemia do COVID-19 foram usados alguns medicamentos para o combate dessa doença por meio do reposicionamento de fármacos, com base na resposta deste a outras doenças e em sua farmacologia. No entanto, o cenário exigia o uso dessas substâncias mesmo na ausência de estudos adequados dirigidos para compreensão de todos os efeitos que seu uso poderia apresentar. Diante disso, esse trabalho busca elucidar os possíveis efeitos genotóxicos com base em experimentos com camundongos e análise dos efeitos no material genético, por meio do Ensaio Cometa e Teste Micronúcleo. Os dados brutos demonstram pequena variação e danos ao DNA na cauda dos cometas e presença de micronúcleos em relação ao controle negativo, mas faltam avaliações estatísticas para inferir se as alterações encontradas são significativas ou não. Depois disso, será possível concluir os benefícios e malefícios em relação a genotoxicidade do Infliximabe.

PALAVRAS-CHAVE: Genotoxicidade. Mutagênese. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a China comunicou à Organização Mundial de Saúde o aparecimento de casos de pneumonia de origem desconhecida (De Macedo Junior, 2020). No mês seguinte foi possível concluir que não se tratava de infectados com pneumonias comuns, mas uma nova doença denominada COVID-19. A nova condição é gerada pelo vírus SARS-CoV-2 (síndrome Respiratória Aguda Grave) e apresenta alta capacidade de transmissão o que causou a pandemia mundial de COVID-19 (Cavalcante *et al.* 2020).

Dentro desse cenário pandêmico, o mundo se colocou à disposição para encontrar os melhores medicamentos e as vacinas mais eficazes contra o COVID-19, descobertas estas realizadas em tempo recorde. Em consideração a esse contexto, surgem alguns conflitos quando se analisa a quantidade de pesquisa, a forma como foram conduzidas e os resultados que geraram. Perante esse obstáculo é possível afirmar que as substâncias usadas para o

¹ Centro Universitário Alfredo Nasser-UNIFAN.

² Programa de Pós Graduação em Assistência e Avaliação em Saúde – PPGAS/UFG.

³ Instituto de Ciências Biológicas. Universidade Federal de Goiás.

controle e minimização da contaminação pelo SARS-CoV-2 apresentaram efeitos positivos para o curto prazo, posto que, desde suas aplicações, o número de contaminados diminuiu. Entretanto, quando se analisa a metodologia científica que embasa a seleção de quais medicamentos podem ser usados, é possível identificar falha em relação aos testes de longo prazo (Brito *et al.* 2020).

Nessa circunstância, destaca-se que vários medicamentos foram divulgados como possíveis combatentes da COVID-19, mesmo com comprovações científicas insuficientes para a justificativa do uso efetivo desses fármacos. Esse fato se consolidou graças a forte imposição gerada pela situação crítica de alta contaminação, porém, novas pesquisas precisam ser incentivadas para possibilitar a completa compreensão dos efeitos que podem surgir nos pacientes ao longo do tempo (Brito *et al.*, 2020).

Um dos medicamentos que foram utilizados para o tratamento dessa condição foi o Infiximabe que é um fármaco antifator de necrose tumoral (TNF). O TNF é uma substância inflamatória que desencadeia uma série de respostas, como a cascata da citocina e a ativação de células de defesa, como macrófagos e a inibição dessa substância, possui efeitos positivos no controle de alguns sinais graves de infecção, como por exemplo sinais respiratórios. Nesse sentido, o infliximabe foi utilizado para o tratamento de pacientes com COVID-19, porém, não se conhece os efeitos que ele pode gerar sobre o material genético a longo prazo, com grande clareza (Fisher *et al.*, 2022).

A função do infliximabe é semelhante ao do Baricitinibe, outro medicamento utilizado para o tratamento da COVID-19, visto que, os dois são anti-inflamatórios que agem na hiperestimulação do sistema imune durante a fase de declínio da carga viral em pacientes com COVID-19 (Lichtenstein *et al.*, 2015) (Assadiasl *et al.*, 2021). O mecanismo de ação destes dois medicamentos difere-se, visto que, o Baricitinibe age na inibição da família de proteínas Janus Quinase (JAKs) que são importantes para a transdução de sinal e expressão gênica. O bloqueio desse processo impossibilita que a codificação genética para ativação do sistema imune aconteça, logo, a resposta inflamatória é controlada. Em comparação com o infliximabe, esse processo de inibição ocorre pelo bloqueia a ação do fator de necrose tumoral, porém, os dois medicamentos são inibidores da resposta imune a uma inflamação (De Souza *et al.*, 2022).

Diante da necessidade de desenvolvimento científico para compreensão dos principais efeitos que circundam o uso de alguns medicamentos usados para o tratamento de pacientes com COVID-19 diante do cenário emergencial, a presente pesquisa busca identificar a

possível ação genotóxica do medicamento Infiximabe e a sua relação ao ciclo celular e apoptose.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Goiás (CEUA-PRPPG-UFG) e aprovado sob protocolo: n°. 081/21 e seguiu todas as normas de manejo e experimentação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA). Foram utilizados camundongos *Mus musculus* (SwissWebster) out bred, do sexo masculino, com peso entre 30 e 40g com idade de 7 a 12 semanas, procedentes do Biotério Central da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Para o procedimento experimental, os grupos de cinco camundongos foram tratados, via gavagem, com três concentrações do medicamento como descrito no Quadro 1, e sacrificados em diferentes tempos: 24 e 48 horas (Moraes, 2019).

Quadro 1: Dose de medicamento administrado para os camundongos

Medicamento	Grupo	Dose	Tempo
Infiximabe	G1 (Subdose)	50mg	24 e 48 horas
Infiximabe	G2 (Dose Terapêutica)	200mg	24 e 48 horas
Infiximabe	G3 (Superdose)	400mg	24 e 48 horas

Fonte: próprio autor, 2023.

As concentrações do medicamento foram baseadas na literatura científica, bula dos medicamentos e na utilização clínica deles. A eutanásia foi realizada por deslocamento cervical e os fêmures retirados para realização dos testes micronúcleo e ensaio cometa. Em seguida, os fígados dos animais foram retirados e seccionados para conservação à -80 °C para posteriores testes de biologia molecular. Os testes foram realizados para a verificação das alterações nucleares nos aspectos de número de eritrócitos policromáticos (EPC), número de eritrócitos normocromáticos e a razão entre os dois. Em adição a isso, foram verificados a porcentagem da cauda de DNA resultante do ensaio cometa. Esses dados foram comparados com os resultados dos mesmos testes no grupo de controle negativo.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Diante dos resultados obtidos nos Teste Micronúcleo e Ensaio Cometa, foi possível notar pequenas alterações mostrando-se coerente com a literatura científica em relação às consequências esperadas deste medicamento.

Isso pode ser visto com o Ensaio Cometa realizado nas amostras do material genético de camundongos para a verificação da ação genotóxica do Infliximabe. Nessa etapa, foi verificada a distribuição do material genético na lâmina em forma de uma cauda de cometa de DNA. O grupo controle negativo sofreu uma alteração média de 9.802%, o que foi usado como referência para a comparação com os outros grupos.

Quadro 2 - Resultados do ensaio cometa

Medicamentos	Grupo	Animal	Tail DNA % (TD)
Infliximabe	G1 24h	A1	12.215
		A2	12.412
		A3	9.511
		A4	10.845
		A5	9.524
	G2 24h	A1	20.551
		A2	22.149
		A3	20.246
		A4	18.250
		A5	20.368
	G3 24h	A1	27.617
		A2	29.013
		A3	27.582
		A4	31.102
		A5	30.102
	G1 48h	A1	20.475
		A2	20.853
		A3	22.105
		A4	22.322
		A5	21.625
G2 48h	A1	29.746	
	A2	34.468	
	A3	31.658	
	A4	32.764	

		A5	30.465
	G3 48h	A1	32.455
		A2	37.428
		A3	39.564
		A4	38.754
		A5	40.551
Controle Positivo	C +	A1	38.298
		A2	35.009
		A3	38.196
		A4	40.291
		A5	36.764
Controle Negativo	C -	A1	10.376
		A2	9.329
		A3	6.881
		A4	12.003
		A5	10.421

Fonte: próprio autor.

Em relação aos outros grupos, é possível observar que o aumento da dosagem aplicado em cada grupo gerou maior distribuição da cauda do DNA. Isso pode ser visto quando se analisa a média do surgimento da cauda de DNA do grupo de G1 que sofreu eutanásia em 24 horas, de 10.901,4% e o grupo G2 do mesmo tempo sofreu uma alteração média da cauda de DNA de 20.313%, quando comparados ao grupo controle negativo. Da mesma forma, o grupo G1 que sofreu eutanásia com 48 horas possui média de variação de cauda de DNA de 21.476%, já o grupo G3 do mesmo tempo sofreu variação de 37.750%, também quando comparado ao controle negativo.

Em complemento, com o teste Micronúcleo, observa-se a média do número de EPC no grupo de 24 horas (2.030), do grupo de 48 horas (2.003) e o número de EPC no grupo controle negativo (2.180) é considerado a referência nas comparações. Em adição a isso, a média do número de ENC no grupo de 24 horas foi de 1.969, no grupo de 48 horas foi de 1.996 e, no grupo controle negativo, o número de ENC foi de 1.820 (Quadro 2).

Observa-se, adicionalmente, que o tratamento diminuiu o número de EPC em relação ao grupo controle negativo e aumentou o número de ENC dos grupos que receberam tratamento com relação ao controle negativo. Em complemento, quando comparados esses valores que a razão EPC/ENC do grupo controle negativo (1,19) com os grupos de 24 e 48 horas, é possível notar pequenas diferenças.

Quadro 3 - Resultado do teste de micronúcleo

Medicamentos	Grupo	Número de MN/4000 EPC por animal	Número de EPC	Número de ENC	TOTAL DE MN	Razão EPC/ENC
Infliximabe	G1 24h	2-1-2-1-2	1.928	2.072	8	0,9305019
	G2 24h	1-2-2-2-1	2.018	1.982	10	1,0181635
	G3 24h	3-4-3-2-2	2.145	1.855	21	1,1563342
	G1 48h	2-1-2-3-1	1.924	2.076	20	0,9267823
	G2 48h	4-5-1-2-4	2.077	1.923	23	1,0800832
	G3 48h	4-6-5-4-2	2.010	1.990	35	1,0100503
Controle - Água destilada	C-	1-3-2-3-2	2.180	1.820	11	1,1978022
Controle + Ciclofosfamida	C+	22-25-21-20	2.350	1.650	88	1,4242424

Fonte: próprio autor.

Comparando os grupos testados com o Infliximabe, pode-se observar estabilidade no surgimento de micronúcleos quando comparado ao controle negativo. Adicionalmente, é possível notar relação entre a dose aplicada e a ação do Infliximabe, visto que, os grupos que receberam maiores doses, possuíram maior variação do material genético. Isso corresponde com o que está descrito na literatura, uma vez que quando se aplicou diferentes doses (de 120 a 240 mg) em pacientes com doença de Crohn, houve efeito dose-resposta, visto que quanto maior a concentração do fármaco, maiores os efeitos dos medicamentos (Little *et al.*, 2022)

Isso pode ser entendido como variação esperada, já que, a biodisponibilidade desse medicamento chega a 79%, logo, é possível notar que a distribuição do fármaco não é total, ou seja, há uma parte do medicamento que é eliminado de forma inicial (Little *et al.*, 2022).

Acrescentando a isso, após a distribuição do medicamento pelo corpo, algumas pessoas perdem a ação do medicamento. Essa perda do efeito do Infliximabe é possível observar em cerca de 23% a 46% dos pacientes com relação ao uso do medicamento em pacientes com doença inflamatória intestinal, colite ulcerativa e doença de Crohn (Dotan *et al.*, 2014).

Observa-se crescimento no surgimento de dano ao DNA tanto para o tempo de 24 horas quanto para 48 horas em todos os grupos testados com o medicamento Infliximabe. Isso pode refletir possível efeito dose resposta quando comparados aos controles positivo e negativo. A observação destes danos causados ao DNA, constatados pelo Ensaio Cometa,

podem ser evidência da genotoxicidade do medicamento, porém a constatação será realizada após a análise estatística dos dados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados brutos do Teste Micronúcleo e do Ensaio Cometa há relação entre a dosagem aplicada e os danos no material genético. Entretanto, estatisticamente, as alterações obtidas ainda não foram analisadas.

REFERÊNCIAS

ASSADIASL, S. *et al.* Baricitinib: From Rheumatoid Arthritis to COVID-19. **Journal of Clinical Pharmacology**, v. 61, n. 10, p. 1274-1285, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33870531/>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRITO *et al.* Uso irracional de medicamentos e plantas medicinais contra a COVID-19 (SARS-CoV-2): Um problema emergente. **Brazilian Journal of Health and Pharmacy**, v. 2, n. 3, p. 37-53, 2020. Disponível em: <https://revistacientifica.crfmg.emnuvens.com.br/crfmg/article/view/102/66>. Acesso em: 9 set. 2023.

CAVALCANTE, J. R. *et al.* COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/zNVktw4hcW4kpQPM5RrsqXz/#>. Acesso em: 9 set. 2023.

DE SOUZA, M. V. N. *et al.* Reposicionamento do fármaco baricitinibe para o tratamento da COVID-19. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 306-321, 2022. Disponível em: <http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/920>. Acesso em: 9 set. 2023.

DOTAN, M. D. I. *et al.* Patient Factors That Increase Infliximab Clearance and Shorten Half-Life in Inflammatory Bowel Disease: A Population Pharmacokinetic Study. **Original Article**, v. 20, n. 10, p. 2247-2259, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/ibdjournal/article/20/12/2247/4578955?login=false>. Acesso em: 9 set. 2023.

FISHER, *et al.* Namilumab or infliximab compared with standard of care in hospitalized patients with COVID-19 (CATALYST): a randomized, multicentre, multi-arm, multistage, open-label, adaptive, phase 2, proof-of-concept trial. **The Lancet**, v. 10, n. 3, p. 255-266, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213260021004604?ref=pdf_download&fr=RR-2&rr=7de0279e1d4b940e. Acesso em: 9 set. 2023.

LICHTENSTEIN, L. *et al.* Infliximab-Related Infusion Reactions: Systematic Review. **Journal of Crohn's and Colitis**, v. 9, n. 9, p. 806-815, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26092578/>. Acesso em: 13 set. 2023.

LITTLE, *et al.* Therapeutic Drug Monitoring of Subcutaneous Infliximab in Inflammatory Bowel Disease – Understanding Pharmacokinetics and Exposure Response Relationships in a New Era of Subcutaneous Biologics. **Journal of Clinical Medicine**, v. 11, n. 62173, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9605309/pdf/jcm-11-06173.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

MORAES FILHO, Aroldo Vieira de. **A Genotoxicidade dos medicamentos antirretrovirais**: um estudo sobre os coquetéis anti-Aids. Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2019. Disponível em: <http://www.cognitionis.inf.br/index.php/medicus/article/view/CBPC2674-6484.2020.001.0001>. Acesso em: 10 set. 2023.

DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO REMDESIVIR

Michelle Alcântara de Castro

Murillo de Sousa Pinto

Lee Chen-Chen

Lilian Carla Carneiro

Aroldo Vieira de Moraes Filho

RESUMO: O Coronavírus (CoV) da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2, é um agente zoonótico, recém-emergente, surgido em dezembro de 2019, em Wuhan, China que causa manifestações respiratórias, digestivas e sistêmicas, doença nomeada de COVID-19. Trata-se de síndrome respiratória aguda que varia de casos leves – cerca de 80% – a casos muito graves, com insuficiência respiratória – entre 5% e 10% dos casos requer tratamento especializado em Unidades de Terapia Intensiva. Atualmente, nenhum tratamento específico está disponível contra o novo vírus da SARS-CoV2. Assim, a busca por agentes terapêuticos eficazes para o enfrentamento da COVID-19 é vital e urgente. Como uma das estratégias de tratamento, o reaproveitamento de medicamentos é o processo de identificação de novas indicações para medicamentos aprovados ou em investigação; é considerado uma estratégia muito eficaz, pois envolve menos tempo e custo para encontrar um agente terapêutico em comparação com o processo de descoberta de novos medicamentos, visto que os perfis de segurança dos candidatos a medicamentos são conhecidos. Diante desse contexto, há poucos estudos genotóxicos e, por isso, faz-se necessária a avaliação das atividades genotóxicas dos medicamentos usados no tratamento da COVID-19. Com o objetivo de avaliar a genotoxicidade do Remdesivir, foram realizados o Ensaio Cometa e o Teste de Micronúcleo. Pelos dados brutos do Ensaio Cometa e do Teste Micronúcleo há relação entre a dosagem aplicada e a concentração de medicamento no organismo, o que leva a maiores efeitos no material genético.

PALAVRAS-CHAVE: Genotoxicidade. Mutagênese. Material Genético.

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, pertencente à Província de Hubei, localizada na China, foi constatado o surgimento de um novo tipo de coronavírus: SarsCov-2. No final de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência de saúde pública de importância internacional. Para combater a transmissão do vírus e o contágio da doença entre os seres humanos, foram indicadas e adotadas uma série de medidas, como por exemplo, o isolamento social e o *lockdown* (Park 2020, Hui, 2017, Wu *et al.*, 2020).

Na inexistência da cura para esse novo vírus houve o colapso aos sistemas de saúde no mundo. Na busca para encontrar a solução, os pesquisadores focaram em medidas drásticas para compreender, monitorar e controlar a replicação e disseminação do vírus e buscar estratégias terapêuticas oportunas e com custos efetivos, no intuito de sugerir o tratamento promissor aos pacientes hospitalizados e em estados críticos (Lou; Sun; Rao, 2014, FDA, 2020).

Cientistas constataram que o Remdesivir (GS-5734) por ser um antiviral/antimalárico que foi originalmente desenvolvido para o tratamento do vírus Ebola, tem como alvo proteínas virais que bloqueia a maquinária de replicação viral e, conseqüentemente, inibe a polimerase. O medicamento foi apontado em muitos países como possível candidato para o tratamento do Sars-Cov-2 (COVID-19). Em 1º de maio de 2020 foi o primeiro a receber autorização da *Food and Drug Administration (FDA)* para o uso emergencial mesmo que ainda não estava aprovado (Warren *et al.*, 2016). No entanto, para garantir a segurança dos pacientes que fazem uso desse medicamento, são necessários os testes genotóxicos.

Neste sentido, segundo Chorilli *et al.* (2007), a experimentação animal nas pesquisas científicas além de contribuir para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, auxilia na descoberta de medidas profiláticas e tratamentos de enfermidades que acometem os seres humanos. Por isso, animais de várias espécies são utilizados em pesquisas científicas, e os camundongos são os mais utilizados e conhecidos cientificamente, pelo fato de ser de fácil domesticação e manutenção, pequeno, muito prolífero e ter período de gestação curto (Santos, 2002).

Além das questões econômicas, a utilização de animais em pesquisas surgiu pelo fato de modelos animais apresentarem como principal vantagem o fornecimento de informações sobre o organismo como um todo, fato que não é conseguido com outros métodos alternativos (Heywood, 1987; Ribeiro *et al.*, 1995; Salén, 1995; Snitkoff, 2004).

A vantagem da utilização de camundongos é devido à similaridade genética com os humanos, visto que 99% dos genes humanos foram mapeados em camundongos, permitindo assim, o estabelecimento de mecanismos envolvidos nas desordens genéticas das espécies (Chorilli *et al.*, 2007).

Portanto, foi necessária a utilização de animais para verificar a ação clastogênica e/ou aneugênica (processos relacionados com a carcinogênese) dos medicamentos em estudo, uma vez que com esta pesquisa pretende-se: contribuir para a projeção do risco/benefício da utilização do Remdesivir. Assim, os benefícios advindos da realização da pesquisa auxiliam na melhoria da saúde pública.

Diante desses pressupostos teóricos, esse trabalho visa verificar o potencial genotóxico do Remdesivir por meio do Ensaio Cometa, do Teste Micronúcleo.

2 METODOLOGIA

2.1 Testes com camundongos *Mus musculus*

Este estudo foi submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Goiás (CEUA-PRPPG-UFG) e aprovado sob protocolo nº 081/21 e seguiu todas as normas de manejo e experimentação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA).

Foram utilizados camundongos *Mus musculus* (Swiss Webster) out bred, do sexo masculino, com peso entre 30 e 40g e idade de 7 a 12 semanas, procedentes do Biotério Central da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Para o procedimento experimental, grupos de cinco camundongos foram tratados, via gavagem, com três concentrações dos medicamentos conforme Quadro 1 e sacrificados em diferentes tempos: 24 e 48 horas (MORAES FILHO, 2019).

Quadro 1 - Dose de medicamento administrado para os camundongos

Medicamento	Grupo	Dose	Tempo
Remdesivir	G1 (Subdose)	50mg	24 e 48 horas
Remdesivir	G2 (Dose Terapêutica)	100mg	24 e 48 horas
Remdesivir	G3 (Superdose)	200mg	24 e 48 horas

Fonte: o próprio autor

As concentrações dos medicamentos foram baseadas na literatura científica e na utilização clínica dos mesmos.

O grupo controle negativo foi tratado com água destilada esterilizada enquanto o grupo controle positivo recebeu uma dose padrão de ciclofosfamida (50 mg/kg). Apenas o controle positivo foi administrado via intraperitoneal.

Os animais foram sacrificados por deslocamento cervical e os fêmures retirados. Em seguida, a epífise proximal foi cortada e a medula óssea lavada com 1 mL de soro fetal bovino a 37°C. Após homogeneização, a solução foi centrifugada a 1500 rpm durante 5 minutos. O

sobrenadante foi parcialmente descartado para a preparação das lâminas ser realizada com o precipitado homogeneizado com pipeta Pasteur.

2.2 Ensaio Cometa

O Ensaio Cometa foi realizado de acordo com o protocolo descrito por Attia *et al.* (2013), com pequenas modificações. Foi aplicada a versão alcalina do teste (Fenech, 2007).

As lâminas de pré-cobertura foram preparadas por meio de mergulho em solução contendo 100 mL de PBS e 1,5 g de agarose padrão e, posteriormente, em processo de secagem overnight na horizontal em temperatura ambiente. Posteriormente, preparou-se as lâminas com 10 µL de amostra da medula óssea homogeneizada e misturada com 120 µL de agarose low-melting (baixa fusão) e imediatamente espalhado nas lâminas de pré-cobertura e acrescido de lamínula. A lâmina foi mantida a 4°C por 5 minutos para solidificar a agarose, após este período, a lamínula foi retirada e as lâminas foram incubadas em uma solução de lise: 2,5M NaCl, 10mM Tris, 100mM ácido etilenodiaminotetracético (EDTA), 1% Triton X-100 e 10% dimetilsulfóxido (DMSO) em pH 10. As lâminas foram mantidas a 4°C por 24 horas nesta solução.

Posteriormente, as lâminas foram colocadas em tampão de eletroforese por 30 minutos. Em seguida, foi realizada a eletroforese por 25 minutos, a 25 V e 300 mA e a 4°C. Todo o procedimento foi feito no escuro para prevenir danos ao DNA. Após a eletroforese, as lâminas foram mergulhadas em solução de neutralização, lavadas com água destilada e secas à temperatura ambiente. Para a captura das imagens, as lâminas foram coradas com 20 µL de brometo de etídeo, minutos antes da análise. As lâminas foram preparadas em duplicatas e 100 nucleóides foram analisados, 50 nucleóides para cada lâmina. Foi utilizado o microscópio de fluorescência com um filtro de excitação de 510-560 nm e um filtro barreira de 590 nm, em aumento de 200x.

Os nucleóides foram avaliados pelo software OpenCome, e selecionado o parâmetro mais utilizado para as análises, porcentagem de DNA na cauda (% DNA in tail). O OTM é o resultado da razão entre os parâmetros TL e a porcentagem de DNA na cauda, e tem sido o parâmetro para quantificação de danos no DNA mais comumente utilizado (Collins, 2014).

2.3 Teste de Micronúcleo (MN)

Para o teste de micronúcleo foram utilizados os mesmos camundongos do Ensaio Cometa, portanto, a epífise proximal foi cortada e a medula óssea lavada com 1 mL de soro fetal bovino a 37°C. Após homogeneização da medula no soro, a mesma foi centrifugada a 300 xg durante 5 minutos. Após secagem, as lâminas foram fixadas em metanol absoluto e coradas em soluções de Giemsa tamponada com pH 6,8 por um período de 15 minutos (HEDDLE *et al.*, 1983).

Após este período, as lâminas foram lavadas em água corrente e deixadas secar em temperatura ambiente para serem analisadas no microscópio óptico com aumento de 1000x. Na determinação da citotoxicidade foram computados 4000 eritrócitos policromáticos (EPC) e determinada simultaneamente a frequência de eritrócitos normocromáticos (ENC) para o cálculo das razões EPC/ENC que permite inferir o potencial citotóxico dos medicamentos. Essas frequências serão comparadas com o grupo controle negativo ou positivo.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Para o Ensaio Cometa, com exceção do grupo G1 de 24 horas que tem resultados inferiores quando comparado ao grupo controle negativo, todos os outros grupos tratados apresentaram OTM maior do que o controle negativo como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Porcentagem de dano no DNA analisado por meio do Teste de Cometa

Medicamentos	Grupo	Animal	Tail DNA% (TD)
Remdesivir	G1 24h	A1	10.186
		A2	12.330
		A3	7.612
		A4	9.534
		A5	9.480
	G2 24h	A1	15.807
		A2	22.097
		A3	19.522
		A4	18.250
		A5	20.368
	G3 24h	A1	27.617
		A2	29.013
		A3	27.582

		A4	31.102
		A5	30.102
	G1 48h	A1	20.475
		A2	20.853
		A3	22.105
		A4	22.322
		A5	18.562
	G2 48h	A1	38.742
		A2	42.478
		A3	41.527
		A4	38.848
		A5	42.256
	G3 48h	A1	22.105
		A2	38.742
		A3	41.527
		A4	22.322
		A5	38.848
Controle Positivo	C +	A1	38.298
		A2	35.009
		A3	38.196
		A4	40.291
		A5	36.764
Controle Negativo	C -	A1	10.376
		A2	9.329
		A3	6.881
		A4	12.003
		A5	8.091

Fonte: o próprio autor.

Para o Teste Micronúcleo observa-se aumento da frequência de Eritrócitos Policromáticos em todos os grupos testados quando comparado ao controle negativo (Quadro 3).

Quadro 3 - Avaliação da citogenotoxicidade do medicamento Remdesivir em células da medula óssea de camundongos utilizando o Teste de Micronúcleo

Medicamentos	Grupo	Numero de MN/4000 EPC por animal	Número de EPC	Número de ENC	TOTAL DE MN
Remdesivir	G1 24h	3-2-2-1-2	1.928	2.072	10
	G2 24h	3-4-3-2-2	2.018	1.982	14
	G3 24h	4-5-5-7-2	2.145	1.855	23
	G1 48h	4-3-3-4-6	1.924	2.076	20
	G2 48h	7-3-5-2-6	2.077	1.923	23
	G3 48h	8-9-10-5-6	2.010	1.990	38
Controle - Água destilada	C-	1-3-2-3-2	2.180	1.820	11
Controle + Ciclofosfamida	C+	22-25-21-20	2.350	1.650	88

Legenda: Eritrócitos policromáticos (EPC); Eritrócitos normocromáticos (ENC); Controle positivo: ciclofosfamida 50 mg/kg; Controle Negativo: água destilada 0,1 ml/10g. Todos os grupos tratados foram comparados com o grupo controle negativo. *Significante diferença em relação ao controle negativo ($p < 0.05$). Fonte: próprio autor, 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados brutos do Ensaio Cometa e do Teste Micronúcleo necessita-se de análise estatística para verificar a significância dos dados constatados.

REFERÊNCIAS

CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças). **Sobre a doença de coronavírus 2019:** prevenção e tratamento Disponível a partir de: (2020).

CHORILLI, M.; MICHELIN, D. C.; SALGADO, H. R. N. Animais de laboratório: o camundongo. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 28, n. 1, p. 11-23, 2007. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/531>. Acesso em: 05 mai. 2023.

EPIDEMIOLOGIA, virologia e características clínicas da síndrome respiratória aguda grave-coronavírus-2 (SARS-CoV-2; Doença de Coronavírus-19). **Clin. Exp. Pediatra**, v. 63, p. 119-124, 2020. 10.3345/cep.2020.00493

EPIDEMIA e coronavírus emergentes (Síndrome Respiratória Aguda Grave e Síndrome Respiratória do Oriente Médio). **Clin. Peito Med.**, v. 38, 2017, p. 71-86, 10.1016/j.ccm.2016.11.007.

GARCÍA-CAÑAS, V. *et al.* Avanços na pesquisa Nutrigenômica: novas e futuras abordagens analíticas para investigar a atividade biológica de compostos naturais e funções alimentares. **Jornal de análise farmacêutica e biomédica**, v. 51, n. 2, p. 290-304, 2010.

LOU, Z.; SUN, Y.; RAO, Z. Progresso atual nas estratégias antivirais **Tendências Farmacol. Sci.**, v. 35, p. 86-102, 2014. 10.1016/j.tips.2013.11.006.

MORAES FILHO, Aroldo Vieira de. **A Genotoxicidade dos medicamentos antirretrovirais**: um estudo sobre os coquetéis anti-Aids. Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2019.

WARREN, Travis K. *et al.* Therapeutic efficacy of the small molecule GS-5734 against Ebola virus in rhesus monkeys. **Nature**, v. 531, n. 7594, p. 381-385, 2016.

WU, Fan *et al.* A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. **Nature**, v. 579, n. 7798, p. 265-269, 2020.

WU, F., *et al.* Food and Drug Administration FDA-EUA . **Atualização de coronavírus (COVID-19)**: FDA emite autorização de uso de emergência para tratamento potencial com COVID-19. Disponível em: <https://www.fda.gov/news-events/press-announcements/coronavirus-covid-19-update-fda-issues-emergency-use-authorization-potential-tratamento-do-COVID19>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO TOCILIZUMABE

*Isabela da Rosa Borges*¹

*Luiz Guilherme Oliveira Fontoura*¹

Murillo de Sousa Pinto^{1,2}

Aroldo Vieira de Moraes Filho^{1,2}

*Lílian Carla Carneiro*³

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar o potencial genotóxico causado pela administração do medicamento Tocilizumabe utilizado para combater a COVID-19. Para isso, foram realizados no Ensaio Cometa, o Teste Micronúcleo e Ensaio de Biologia Molecular em camundongos. A partir disso, conclui-se que o Tocilizumabe pode alterar a expressão de genes ligados ao controle de tumores, principalmente a p53. Por outro lado, no Teste de Micronúcleo, apenas o grupo G3 de 48 horas apresentou alterações significativas. Ademais, o Teste de Cometa relatou significativas disparidades quando comparado o grupo negativo e os grupos em que o Tocilizumabe foi administrado. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas que investiguem os efeitos negativos da administração deste medicamento, de forma que os tratamentos farmacológicos possam apresentar mais benefícios do que prejuízos para a saúde do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Mutagênese. Testes Moleculares.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 provocou diversas alterações no mundo em perspectivas científicas, principalmente ao foco de estratégias para controle de disseminação e do tratamento para as pessoas contaminadas e que apresentavam consideráveis alterações fisiológicas. Nesse sentido, devido ao caráter emergencial da situação pandêmica, apresentou-se como necessário a utilização de medicamentos que não fossem originalmente produzidos para esse fim, processo conhecido como reposicionamento de fármacos (Vora; Somani; Jain, 2016).

Dessa forma, diversas classes de medicamentos foram utilizadas para o tratamento de pessoas doentes por causa do novo coronavírus, como antivirais, anti-inflamatórios, antibióticos, bloqueadores dos canais de cálcio, imunomoduladores, sendo que, cada um deles

¹ Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

² Programa de Pós Graduação em Assistência e Avaliação em Saúde – PPGAS/UFG.

³ Instituto de Ciências Biológicas. Universidade Federal de Goiás.

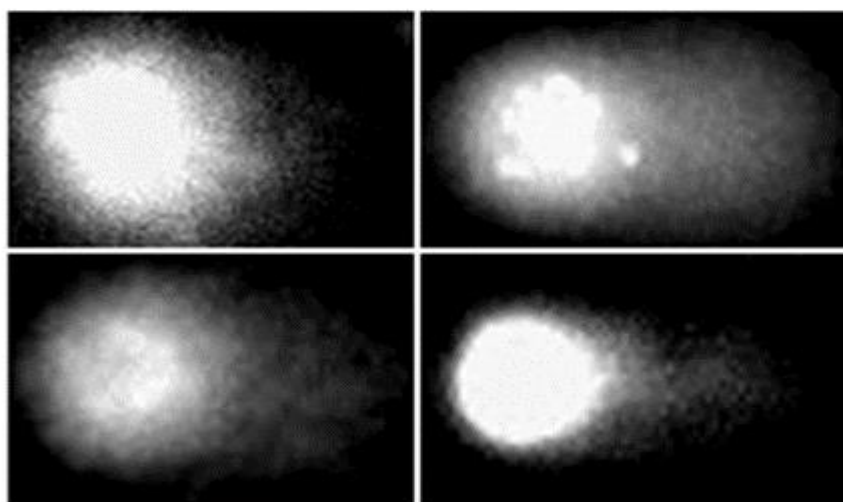
age de forma diferente para combater o desenvolvimento de doenças. Entre estes medicamentos, destaca-se o Tocilizumabe (Quintella *et al.*, 2020).

O Tocilizumabe é um anti-inflamatório que atua no bloqueio da ação da Interleucina-6, um importante agente na reação inflamatória da artrite reumatoide, doença contra a qual este medicamento foi inicialmente produzido (Bula do Tocilizumabe, 2020). Por este motivo, ele foi utilizado para tratar a resposta inflamatória de indivíduos acometidos com COVID-19 em estado grave (Ortiz-Martínez, 2020).

Dessa maneira, com o objetivo de avaliar o risco/benefício dos medicamentos é necessário a realização de testes como os de genotoxicidade capazes de avaliar mudanças gênicas, inibições ou danos causados ao Ácido Desoxirribonucleico (DNA) ou ao mecanismo de reparo do DNA, com alterações a nível cromossômico ou nas bases nitrogenadas. Tal acontecimento pode gerar células alteradas, que, possivelmente, originam tumores (Ribeiro; Salvadori; Marques, 2003).

Dentre estes testes, tem-se o Ensaio Cometa, que foi descrito inicialmente em 1984 e aborda a observação atenta da migração do DNA de células em gel de agarose submetidas a uma corrente elétrica (eletroforese). Nesse sentido, observa-se que células danificadas apresentam maior migração do seu DNA em direção ao ânodo, quando comparado às células não danificadas. Esse teste pode ser analisado microscopicamente e gera imagens que se assemelham a cometas, em que a cabeça corresponde ao núcleo celular e a cauda ao material genético danificado desprendido como pode ser observado na Figura 1 (Ostling; Johanson, 1984).

Figura 1 - Aspectos dos nucleóide no Ensaio Cometa



Fonte: Próprio autor, 2023.

Outro teste importante é o Teste do Micronúcleo que verifica o nível de dano causado à célula por meio do surgimento aneugênese ou clastogênese, uma vez que o micronúcleo é um núcleo adicional e separado do núcleo principal, composto por cromossomos ou fragmentos dele que não são incluídos no núcleo principal durante a divisão celular conhecida como mitose. A sua criação é causada por alterações cromossômicas espontâneas, por consequências de fatores ambientais ou por falhas no fuso mitótico, erros genéticos que a excluem do novo núcleo formado no final da divisão celular (telófase) (Ramírez; Saldanha, 1998).

Ademais, juntamente com os testes citados, foram realizados ensaios a nível molecular. Com o intuito de entender melhor o mecanismo de ação de vários compostos e de que maneira eles interagem com o DNA, no sentido de influenciar o ciclo celular e/ou desencadear a apoptose utiliza-se os Ensaio de Biologia Molecular (Garcia-Cañas *et al.*, 2010). Nesse sentido, foi analisada em células hepáticas de camundongos por meio dos níveis de expressão dos genes Bcl-2, p53 pela técnica de PCR quantitativo em tempo real (RT-qPCR).

Assim, o objetivo desse trabalho é verificar os possíveis efeitos genotóxicos do Tocilizumabe e sua influência na expressão de genes, ligação com o ciclo celular e com a apoptose. Para isso, foi-se realizado Ensaio Cometa, Teste de Micronúcleo, avaliação da expressão gênica de BCL-2 e P53, em camundongos da espécie *Mus musculus*.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Goiás (CEUA-PRPPG-UFG) e aprovado sob protocolo nº 081/21 e seguiu todas as normas de manejo e experimentação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA).

Foram utilizados camundongos *Mus musculus* (SwissWebster) out bred, do sexo masculino, com peso entre 30 e 40g com idade de 7 a 12 semanas, procedentes do Biotério Central da Universidade Federal de Goiás (UFG), uma vez que existe semelhança genética entre esse animal e a espécie humana (Chorilli *et al.*, 2007).

Para o procedimento experimental, os grupos de cinco camundongos foram tratados, via gavagem, com três concentrações do medicamento como descrito no Quadro 1 e sacrificados em diferentes tempos: 24 e 48 horas (Moraes, 2019).

Quadro 1 - Dose de medicamento administrado para os camundongos

Medicamento	Grupo	Dose	Tempo
Tocilizumabe	G1 (Subdose)	200mg	24 e 48 horas
Tocilizumabe	G2 (Dose Terapêutica)	400mg	24 e 48 horas
Tocilizumabe	G3 (Superdose)	800mg	24 e 48 horas

Fonte: o próprio autor.

As concentrações dos medicamentos foram baseadas na literatura científica, bula dos medicamentos e na utilização clínica dos mesmos. O grupo controle negativo foi tratado com água destilada esterilizada enquanto o grupo controle positivo recebeu uma dose padrão de ciclofosfamida (50 mg/kg). Apenas o controle positivo foi administrado via intraperitoneal.

A eutanásia foi realizada por deslocamento cervical e os fêmures retirados. Foram realizados Ensaio Cometa e Teste Micronúcleo para a verificação das possíveis alterações nucleares que o Tocilizumabe pode ocasionar.

Em seguida, os fígados dos animais foram retirados e seccionados para conservação à -80°C para posteriores testes de biologia molecular.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Ao analisar os resultados do Teste de Cometa em tratamento com o medicamento Tocilizumabe, notou-se alterações. Os grupos G3 no tempo de 24 horas e todos os grupos do tempo de 48 horas apresentaram danos ao DNA de cauda quando comparados ao grupo controle negativo como mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Porcentagem de dano no DNA analisado por meio do Teste de Cometa

Medicamentos	Grupo	Animal	Tail DNA% (TD)
Tocilizumabe	G1 24h	A1	10.186
		A2	10.330
		A3	8.612
		A4	9.534
		A5	9.480
	G2 24h	A1	12.807
		A2	15.097
		A3	9.522
		A4	12.250
		A5	14.368
	G3 24h	A1	24.617
		A2	29.013
		A3	27.582
		A4	30.102
		A5	28.956
	G1 48h	A1	20.475
		A2	20.853
		A3	22.105
		A4	22.322
		A5	18.652
G2 48h	A1	35.742	
	A2	32.478	
	A3	31.527	
	A4	30.848	
	A5	32.256	

	G3 48h	A1	37.105
		A2	38.742
		A3	40.527
		A4	39.322
		A5	38.848
Controle Positivo	C +	A1	38298
		A2	35009
		A3	38196
		A4	40291
		A5	36764
Controle Negativo	C -	A1	10376
		A2	9329
		A3	6881
		A4	12003
		A5	8091

Fonte: o próprio autor.

Ao avaliar a genotoxicidade por meio do Teste de Micronúcleo, foi observado que o número de células que sofreram mutação não foi acima dos parâmetros, quando comparado com o grupo de controle negativo, com exceção do grupo G3 no período de 48 horas, como é mostrado no Quadro 3.

Os grupos G1 e G2 no tempo de 24 horas e G1, G2 e G3 no tempo de 48 horas não apresentaram aumento de Eritrócitos Policromáticos (EPC) quando comparado ao controle negativo.

Quadro 3 - Avaliação da citogenotoxicidade do medicamento Tocilizumabe em células da medula óssea de camundongos utilizando o Teste de Micronúcleo

Medicamentos	Grupo	Número de MN/4000 EPC por animal	Número de EPC	Número de ENC	TOTAL DE MN	EPC/ENC
Tocilizumabe	G1 24h	2-1-2-1-2	1.928	2.072	8	0,930501930 5
	G2 24h	3-1-2-2-2	2.018	1.982	10	1,018163471
	G3 24h	4-5-3-7-2	2.145	1.855	21	1,156334232
	G1 48h	4-3-3-4-6	1.924	2.076	20	0,926782273 6
	G2 48h	7-3-5-2-6	2.077	1.923	23	1,080083203
	G3 48h	5-9-10-5-6	2.010	1.990	35	1,010050251
Controle - Água destilada	C-	1-3-2-3-2	2.180	1.820	11	1,197802198
Controle + Ciclofosfamida	C+	22-25-21-20	2.350	1.650	88	1,424242424

Legenda: Eritrócitos policromáticos (EPC); Eritrócitos normocromáticos (ENC); Controle positivo: ciclofosfamida 50 mg/kg; Controle Negativo: água destilada 0,1 ml/10g. Todos os grupos tratados foram comparados com o grupo controle negativo. *Significante diferença em relação ao controle negativo ($p < 0.05$).

Fonte: o próprio autor.

Ao realizar a análise dos Ensaios de Biologia Molecular, percebeu-se que a análise em tempo real PCR para o gene p53 demonstra que não houve mudança no estímulo para a expressão do gene quando comparado ao grupo negativo, no período de 24 horas. É observado que para o grupo de 48 horas houve diminuição da expressão do gene p53. Esse cenário demonstra que há uma possível resposta às mudanças causadas no material genético.

Tal acontecimento pode estar relacionado com o fato de que o Tocilizumabe ser um inibidor global de Interleucina-6, o que, possivelmente, influencia no controle do crescimento e diferenciação celular (Mcelvaney *et al.*, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, conclui-se que o Tocilizumabe é um medicamento que pode estar associado à genotoxicidade, como foi visto por meio do Ensaio Cometa e Teste Micronúcleo. Além disso, o seu dano pode ser mais considerável dependendo da dose e do período, uma vez que o grupo G3 de 48 horas apresentou mais alterações.

Assim, verifica-se a necessidade de continuar a estudar esse medicamento e os seus efeitos de forma mais aprofundada, com o objetivo de oferecer o tratamento farmacológico com o máximo de benefícios e o mínimo de riscos para a saúde do paciente. No entanto, para fazer conclusões em relação aos dados necessita-se de análise estatística.

REFERÊNCIAS

- CHORILLI, M.; MICHELIN, D. C.; SALGADO, H. R. N. Animais de laboratório: o camundongo. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 28, n. 1, p. 11-23, 2007. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/531>. Acesso em: 05 maio 2023.
- GARCÍA-CAÑAS, V. *et al.* Avanços na pesquisa Nutrigenômica: novas e futuras abordagens analíticas para investigar a atividade biológica de compostos naturais e funções alimentares. **Jornal de análise farmacêutica e biomédica**, v. 51, n. 2, p. 290-304, 2010.
- MCELVANEY, O. J. *et al.* Interleukin-6: obstacles to targeting a complex cytokine in critical illness. **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 9, n. 6, p. 643-654, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(21\)00103-X](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(21)00103-X). Acesso em: 12 jul. 2023.
- MORAES FILHO, A. V. de. **A Genotoxicidade dos medicamentos antirretrovirais: um estudo sobre os coquetéis anti-Aids.** Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2019.
- ORTIZ-MARTÍNEZ, Y. Tocilizumab: a new opportunity in the possible therapeutic arsenal against COVID-19. **Travel medicine and infectious disease**, v. 37, p. 101678, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32325121/>. Acesso em: 05 maio 2023.
- OSTLING, O.; JOHANSON, K. J. Microelectrophoretic study of radiation – induced DNA damages in individual mammalian cells. **Biochemical and Biophysical Research Communications**, v. 123, n. 1, p. 291-298, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0006291X8490411X?via%3Dihub>. Acesso em: 05 maio 2023.
- QUINTELLA, C. M. *et al.* Fármacos para COVID-19: muito além da cloroquina (testes clínicos para o coronavírus SARS-CoV-2). **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 3, p. 599, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36815>. Acesso em: 05 set. 2023.
- RAMIREZ, A; SALDANHA, P. H. Análise crítica de grupos controles no teste do micronúcleo em mucosa oral. **Genetics and Molecular Biology** [S.l: s.n.], 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000999866>. Acesso em: 05 set. 2023
- RIBEIRO, L. R.; SALVADORI, D. M. F.; MARQUES, E. K. **Mutagênese ambiental.** Canoas: Editora da ULBRA, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rjynd4Yg8aIC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Mutag%C3%AAAnese+ambiental.+Canoa>

s&ots=3CDWXv8Rav&sig=XbA6n8ibhke3Qzvtu9hqxIktrM4#v=onepage&q=Mutag%C3%AAAnese%20ambiental.%20Canoas&f=false. Acesso em: 05 set. 2023.

TOCILIZUMABE: Solução injetável concentrada. Responsável técnico Guilherme N. Ferreira. Rio de Janeiro. Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., 2020. Disponível em: <https://www.sausedireta.com.br/catinc/drugs/bulas/actemra.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

VORA, K. P.; SOMANI, R. R.; JAIN, H. M. Drug Repositioning: An Approach for Drug Discovery, **Mini-Reviews in Organic Chemistry**, v. 13, n. 5, 2016. Disponível em: <https://www.eurekaselect.com/article/77415>. Acesso em: 10 jul. 2023.

**DESEMPENHO VEGETATIVO DE MILHO SOB CULTIVO DE BASE
AGROECOLÓGICA EM SISTEMA AGROFLORESTAL**

Rhyllary Coelho e Silva¹
Ana Maria Resende Junqueira¹

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de avaliar o desempenho vegetativo do milho em cultivo consorciado com capins e contribuir para a geração de conhecimentos acerca da importância dos capins para a implementação de sistemas agroflorestais com foco na produção de grãos. O delineamento experimental foi de blocos casualizados com três tratamentos em sete repetições. Os tratamentos foram milho solteiro e milho consorciado com os capins Mombaça e Brizantha. Houve efeito dos tratamentos nas variáveis: diâmetro do caule, altura da planta, número de folhas e altura de inserção da primeira espiga. Os resultados foram superiores no tratamento milho solteiro. Não houve diferença entre capins nas médias observadas para o milho consorciado. A busca por tecnologias que permitam a ampliação do uso de sistemas agroflorestais e cultivo consorciado na produção de grãos pode contribuir para a ampliação das áreas em sistemas de produção sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Milho orgânico. Consórcio de capins. Mombaça. Brizantha. Agrofloresta.

1 INTRODUÇÃO

A modernização agrícola proposta pela Revolução Verde foi desigual em sua distribuição, pois favoreceu os agricultores com maior capacidade de investimento e maiores extensões territoriais, não se tornando acessível aos pequenos agricultores, com menos recursos. Ademais, as estratégias de desenvolvimento convencionais, são limitadas em sua capacidade de promover o desenvolvimento sustentável (Altieri, 1998).

Cabe destacar que embora a revolução verde tenha trazido avanços, trouxe também repercussões negativas, principalmente pelos impactos ambientais causados pelo modelo proposto, que pode comprometer a sustentabilidade deste e a sua capacidade de resiliência (Serra *et al.*, 2016). Neste cenário, os autores Diaz e Roserberg (2008), constataram que a agricultura convencional é considerada como uma das principais atividades poluidoras do meio ambiente, sendo que a salinidade e a contaminação do solo estão entre os principais indicadores de poluição.

¹ Programa de Pós-graduação em Agronomia - Universidade de Brasília. Contato: rhyllaryecologia@gmail.com.

As tecnologias desenvolvidas para clima temperado utilizam o revolvimento profundo do solo, bem como o uso de agrotóxicos e adubos químicos que mantêm o solo limpo, expondo-o às intempéries causadas pelo vento, chuva e radiação solar excessiva, ocasionando sua erosão (Primavesi, 2003). As variedades híbridas não são adaptadas ao solo e clima local, dependem do uso excessivo de adubos químicos, o que leva a destruição da biodiversidade e compromete a produtividade do solos (Primavesi, 2003).

Quando somados, os impactos causados pela agricultura convencional exercem uma grande pressão sobre os recursos naturais, destruindo-os e levando anualmente à desertificação de 10 milhões de hectares, principalmente em Biomas frágeis, como o Cerrado (Primavesi, 2003). Segundo a autora Ana Primavesi, uma das pioneiras da Agroecologia no Brasil, a Agricultura Natural/Agroecologia é a solução para os problemas atuais, pois este modelo de produção considera os ciclos vitais dos sistemas naturais, bem como sua recuperação e manutenção, acreditando que é possível fazer uma transição para estes sistemas, criando a possibilidade de todos participarem e lucrarem.

Desde o ano de 2008, o Brasil lidera o ranking de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, dado que o uso destes produtos está diretamente relacionado com as políticas agrícolas existentes no país, sendo o principal combustível para a produção de grãos (Aruzzo *et al.*, 2010). O país é o terceiro no ranking mundial da produção de milho (CONAB, 2019), sendo esta uma cultura muito dependente de agrotóxicos e adubos químicos (Facco, 2017).

Os Sistemas Agroflorestais são uma alternativa sustentável para a produção de alimentos, bem como para a otimização da propriedade rural. Com a ideia de imitar o que a natureza faz, o arranjo espacial de um SAF deve ser feito de acordo com a necessidade do agricultor, mas, sempre buscando a sucessão ecológica dentro do sistema. Para tanto, as experiências de plantio mecanizado e em larga escala em SAFs estão crescendo a cada dia no Brasil (Hofmann, 2005; SEMA-DF, 2022), a exemplo da Fazenda da Toca, que demonstra que este sistema é possível para a produção de grandes quantidades de alimentos.

Diante disto, o plantio de grãos em SAFs está apenas começando, e não possui a mesma experiência acumulada como as hortaliças, por exemplo. No entanto, Netto *et al.* (2016) discorrem sobre experiências com grande potencial para serem desenvolvidas e modificadas a partir da constante prática que contribuem para a produção de alimentos e a regeneração de áreas degradadas.

Portanto, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar o desempenho vegetativo do milho em cultivo consorciado com capins e contribuir para a geração de conhecimentos

acerca da importância dos capins para a implementação de sistemas agroflorestais com o foco na produção de grãos.

2 METODOLOGIA

O experimento foi conduzido na Fazenda Água Limpa/Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Agricultura Orgânica da Universidade de Brasília, localizada na Vargem Bonita, Distrito Federal. O clima da área é classificado, segundo Koppen, como tropical de altitude, sendo duas estações bem definidas: uma seca de maio a outubro e uma úmida de novembro a abril. O solo da área é classificado como latossolo vermelho amarelo de textura argilosa, típico da região do Distrito Federal. No dia 01/02/23, foram coletadas amostras de solo e levadas para análise, a fim de diagnosticar o estado do solo e realizar as correções necessárias, utilizando adubação orgânica. Para o preparo da área, foram realizadas capinas das plantas espontâneas, bem como o manejo dos capins, que foram roçados para a produção de matéria orgânica e plantio do milho.

O delineamento experimental foi constituído de blocos casualizados com três tratamentos em sete repetições. Os tratamentos foram: 1) Milho + Capim Mombaça; 2) Milho + Capim Brizantha e 3) Milho Solteiro. O plantio do milho foi realizado no dia 07.02.23, utilizando-se a plantadeira e adubadeira Magnum JM3060 para Plantio Direto com sistema de arrasto, com sete linhas de semeadura e largura útil de trabalho de 3,5 m. Para tanto, foi utilizado um disco com 28 furos indicado para a cultura do milho, regulado para plantar sete sementes de milho por metro linear, a uma profundidade de 4 a 5 cm (Figura 1).

Figura 1 - Plantio mecanizado do milho



O milho utilizado no experimento foi doado pela EMBRAPA Cerrados, sendo da variedade BRS 2022 – Taquaral, indicado para o cultivo na região Centro Oeste, em ambientes localizados acima de 700 metros de altitude. Segundo a Embrapa (2008), é um híbrido duplo de milho, de baixo custo, apropriado para a agricultura de baixo investimento, que reúne bons níveis de produtividade e boa tolerância ao acamamento e ao quebramento (Figura 2).

Figura 2 - Milho utilizado no experimento



O experimento conta com 21 parcelas experimentais, cada uma possuindo 10 metros de comprimento por 8 metros de largura (80m^2), contando com 8 linhas de milho intercaladas com 9 linhas de capim (exceto no tratamento milho solteiro), com a distância de 0,45m entre cada espécie. Para o plantio do milho, nas parcelas com consórcio, o capim foi roçado, pois foi implantado em 07.06.2021, realizando-se o plantio direto sob os capins roçados.

No dia 05.04.2023, de forma aleatória, 15 plantas de cada parcela foram avaliadas para diâmetro do colmo, altura da planta e número de folhas, utilizando-se régua milimetrada e paquímetro (Figura 3). Utilizando a mesma metodologia, no dia 10.05.2023, foi verificada a inserção da altura da primeira espiga e o número de espigas por planta.

Figura 3 - Medição dos parâmetros vegetativos do milho



Os dados coletados foram submetidos à análise de variância e as médias comparadas pelo Teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A partir da análise estatística, é possível verificar que a média das variáveis: diâmetro do caule, altura da planta, número de folhas e altura da inserção da primeira espiga apresentaram diferença entre tratamentos, exceto na variável número de espigas, onde não foi observada diferença significativa entre os tratamentos (Quadro 1).

Quadro 1 - Parâmetros vegetativos das plantas de milho em consórcio com capins. Brasília, 2023

Tratamento	Diâmetro do caule (mm)	Altura (m)	Nº de Folhas	Inserção da 1ª Espiga (m)	Nº de Espigas por planta
Milho solteiro	12,21 a	0,92 a	9,61 a	0,74 a	1,05 a
Brizantha*	6,59 b	0,38 b	5,84 b	0,35 b	1,00 a
Mombaça**	10,29 ab	0,53 b	6,69 b	0,38 b	1,03 a
Coefficiente de variação (%)	27,67	34,12	20,92	18,31	5,14

*Mombaça + milho; **Brizantha + milho.

Nesse sentido, é possível verificar que o milho no tratamento controle, ou seja, quando plantado solteiro, sem a presença de capins, apresentou desempenho vegetativo superior ao milho consorciado com capins. Ambos os capins foram prejudiciais ao desenvolvimento vegetativo do milho, não havendo diferença entre eles para os parâmetros vegetativos avaliados. Importante ressaltar que o capim foi implantado um ano antes e roçado para a entrada do milho.

O autor Michta (2016) analisou a influência de cultivares *Urochloa brizantha* sobre o desempenho do milho, comparando os diferentes arranjos de semeadura (na linha do milho em plantio solteiro) e não encontrou diferenças significativas entre os sistemas de cultivo. Resultados similares também foram encontrados por Lopes (2017) que consorciou milho com capins do gênero *Brachiaria e Megathyrsus* em diferentes tipos de semeadura: na linha, entrelinha e a lanço e não encontraram diferença na altura das plantas de milho.

A pesquisa realizada pelo autor Machado (2023) apresentou resultados diferentes da presente pesquisa, pois quando os tratamentos foram comparados, as características vegetativas do milho foram superiores no tratamento Brizantha, obtendo médias de desenvolvimento superiores ao controle e ao capim Mombaça. Este resultado pode ser explicado pela diferença no tempo de semeadura do milho, que foi implantado antes do capim, e, na presente pesquisa, foi plantado após o estabelecimento dos capins.

Oliveira (2021) verificou a influência da matocompetição no cultivo de milho, e, demonstrou que há uma relação inversamente proporcional à melhor expressão das características agrônômicas e presença de capim-amargoso, confirmando que existe uma relação prejudicial na competição do capim com o milho. Diante disto, é possível verificar a semelhança com o presente estudo, onde a variável controle demonstrou características vegetativas superiores, o que pode ser explicado devido à matocompetição que ocorreu dentro do sistema (figura 4).

Figura 4 - Desempenho vegetativo do milho em plantio controle



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por tecnologias que permitam a ampliação do uso de sistemas agroflorestais e cultivo consorciado na produção de grãos pode contribuir para a ampliação das áreas em sistemas de produção sustentáveis.

Pesquisas são necessárias no sentido de avaliar a utilização de capins como fonte de biomassa e cobertura do solo em Sistemas Agroflorestais. É importante analisar as experiências existentes, a fim de identificar os entraves e potencialidades envolvidas neste processo, possibilitando a expansão dos Sistemas Agroflorestais de forma mecanizada e a difusão do manejo agroecológico de agroecossistemas.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1998.
- ARRUZZO, R. C. *et al.* Circuitos espaciais da produção no segmento avícola da cadeia carne-grãos: o caso da BR-163 mato-grossense. **Espaço e Circuitos Produtivos**. 2010.
- CONAB, 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-mensal-de-milho/item/download/28400_a7ac31374a6551d606bc8939e829427c. Acesso em: 25 fev. 2023.
- DIAZ, R.J. *et al.* Spreading dead zones and consequences for marine ecosystems. **Science**, Nova York, v. 321, p. 926-929, 2008.
- FACCO, J. D. F. **Determinação multirresíduo de agrotóxicos em milho empregando método QuEChERS modificado e LC-MS/MS**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
- HOFFMANN, M. R. **Sistema agroflorestal sucessional – implantação mecanizada**: um estudo de caso. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2005.
- LOPES, M. M. **Consórcio de duas espécies forrageiras com milho**: características fitotécnicas, produtividade e composição bromatológica. Dissertação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Candido Rondon, 2017. p. 77.
- MACHADO, M. S. **Manejo agroflorestal sintrópico para a produção orgânica de milho (*Zea mays ssp. mays* L.) consorciado com os capins mombaça (*Megathyrus maximus* cv. Mombaça) e Marandu (*Urochloa brizantha* cv. Marandu)**. Dissertação de Mestrado, 2023.
- MICHTA, R. J. Produção de milho consorciado com duas cultivares de *Urochloa brizantha* em diferentes arranjos de semeadura. **Repositório UFSC**, 2016
- NETO, N. E. C. *et al.* **Agroflorestando o mundo do facão a trator**. Barra do Turvo: Petrobrás Ambiental, 2016.
- OLIVEIRA, J. F. **Comportamento de híbridos de milho em competição com capim amargoso**. Trabalho de conclusão de curso, 2021.
- PRIMAVESI, A. **Agricultura natural**: a solução para os problemas atuais. Apostila Cartilha do Solo, 2003.
- SEMA-DF. Disponível em <https://www.sema.df.gov.br/sistemas-agroflorestais-safs-com-mecanizacao/>. Acesso em 25 fev. 2023.

SERRA, L. S. *et al.* Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v. 1, n. 4, p. 2-25, 2016.

DIABETES MELLITUS EM JOVENS E ADULTOS: uma revisão sistematizada

Angel Danyelle Souza Moura¹

Samuel Henrique Roque Ribeiro

Jakeline Soares Fortes²

RESUMO: A Diabetes mellitus (DM) é considerada como uma doença metabólica crônica, sendo caracterizada pela hiperglicemia desencadeada por distúrbios na ação ou na secreção de insulina. O objetivo do presente trabalho consiste realizar uma revisão sistemática no banco de dados Pubmed, sobre a influência da diabetes mellitus no desenvolvimento da hipertensão em jovens em artigos publicados nos últimos 10 anos. Após a leitura de 594 artigos, apenas 26 foram incluídos no presente estudo. Apresentando um total de 177 autores, média geral de 7,4 autores por trabalho. Os autores que mais publicaram trabalhos foram Carino e Cheng. A revista que desempenhou um papel vital na divulgação do conhecimento científico sobre diabetes foi a *Canadian Journal of Diabetes* ocupando o primeiro lugar com o maior número de artigos publicados. Essas abordagens são fundamentais para avançar no conhecimento da diabetes mellitus e desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Metabolismo. Morbidade. Sedentarismo. Obesidade. Hipertensão.

1 INTRODUÇÃO

A diabetes mellitus é uma doença crônica não transmissível que resulta em distúrbios metabólicos. Causada por uma deficiência no pâncreas, que desencadeia uma produção insuficiente ou má absorção da insulina, fazendo com que o sangue contenha uma grande quantidade de glicose, resultando à hiperglicemia (Castro *et al.*, 2021).

Existem três classificações da Diabetes mellitus, a primeira corresponde a diabetes insulino dependente, popularmente conhecido como diabetes tipo 1, estabelecida como uma doença autoimune. Esta doença também pode ser idiopática, resultando em um declínio na produção de insulina sem uma explicação clara (Okido *et al.*, 2017). A segunda classificação corresponde a diabetes não insulino dependente, mais comumente como diabetes tipo 2. Os adultos são as principais vítimas da doença, na maioria dos casos tendo como principais fatores causativos, a obesidade e o sedentarismo. Assim como a diabetes tipo 1, a diabetes tipo 2 é caracterizada por um excesso de glicose no sangue, no entanto, neste caso, a

¹ Estudante de Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. Contato: angeldanyelle8@gmail.com.

² Professora Instrutora I do Centro Universitário Alfredo Nasser e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade Federal de Goiás.

hiperglicemia ocorre devido à resistência à insulina, pois o hormônio se torna incapaz de funcionar corretamente (Castro et al., 2021).

A terceira classificação corresponde a diabetes gestacional, vista normalmente por volta do terceiro trimestre de gravidez, como resultado da resistência à insulina provocada pelos hormônios presentes na gestação. A diabetes gestacional geralmente desaparece após o parto, mas é crucial seguir o curso de tratamento recomendado para evitar o desenvolvimento de diabetes tipo 2 ou o diabetes gestacional em uma gravidez subsequente (Castro et al., 2021).

O número de diagnósticos conclusivos de diabetes mellitus vem aumentando consideravelmente no Brasil, estimasse que 7 a cada 100.000 habitantes com menos de 15 anos tenha diabetes mellitus do tipo 1 e que 2,7% da população com idade entre 30 e 59 anos, tenha diabetes mellitus do tipo 2 (Okido *et al.*, 2017). Enquanto a taxa de diabetes tipo 2 é de 2,7% na faixa etária de 30 a 59 anos. (Martins *et al.*, 2010). No que diz respeito à diabetes gestacional, é possível notar uma taxa de 3 a 7% das gestantes no país. Sendo que, no Brasil 7,6% das mulheres com mais de 25 anos que são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tiveram diabetes durante a gestação. (Amaral *et al.*, 2015).

Além da hipoglicemia e hiperglicemia, a diabetes resulta em outras complicações. Este excesso de açúcar no sangue também pode comprometer os rins, causando uma nefropatia diabética, auxiliar no crescimento de microrganismos no sangue, responsável por causar infecções, provocar doenças nos olhos (catarata, glaucoma, edema muscular) e principalmente doenças cardíacas. Sendo necessária, a administração de medicamentos que visem controlar os níveis glicêmicos e evitar as complicações citadas (Martinez *et al.*, 2018).

A Diabetes pode ser responsável por desencadear a hipertensão, devido à mudança na rigidez dos vasos, devido a quantidade de açúcar presente no sangue. Provocando o aumento da pressão arterial e em casos extremos o entupimento de veias e artérias. Ambas as doenças podem ser desenvolvidas por conta do sedentarismo e a má alimentação (Cosenso-Martin *et al.*, 2021).

O objetivo do presente trabalho consiste em descrever a influência da diabetes mellitus no desenvolvimento da hipertensão em jovens e adultos, com base no que se encontra descrito na literatura por meio de uma revisão sistematizada.

2 METODOLOGIA

Este projeto tem como metodologia de sua elaboração uma revisão sistematizada de artigos científicos publicados e disponíveis no banco de dados Pubmed. Além desta busca, foi realizada a seleção de trabalhos através do critério de inclusão vinculado a temática do artigo, ou seja, que investigassem a diabetes *mellitus* e que abordassem dados em relação à etiologia, epidemiologia e tratamento da doença associados à hipertensão.

No banco de dados Pubmed, foi utilizado a chave de busca: (“diabetes mellitus” OR DM2 OR “type 2 diabetes”) AND hypertensive AND child*. Após a busca pelos artigos, foi utilizado o software Mendeley® para exclusão dos artigos duplicados. Após a exclusão, os dados foram importados ao software Rayyan (QCRI - *Qatar Computing Research Institute*). Neste software, 594 artigos foram lidos, avaliados e selecionados através dos critérios: artigos originais e com tema central na investigação da diabetes *mellitus*.

Foi estabelecida, após a leitura dos artigos, uma análise quantitativa dos países que mais publicaram ao longo dos anos sobre a doença e um levantamento sobre os principais tratamentos e seus desfechos nas populações foi realizado.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Após a leitura de 594 artigos, apenas 26 artigos foram incluídos no presente estudo. 570 artigos foram excluídos, pois diferiam dos tópicos necessários para análise, abordando diabetes em adultos, artigos de revisão e doenças não relacionadas. Os 24 artigos incluídos foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão adotados na metodologia do presente trabalho.

Informações importantes sobre a investigação da diabetes mellitus na infância foram reunidas. Destes trabalhos, foi possível observar o envolvimento de 177 autores, com uma média geral de 7,4 autores por trabalho. Dentre os artigos incluídos no presente estudo, foi possível observar que o ano com maior número de publicações foi 2021 (31%) com um total de oito artigos científicos publicados, seguido por 2018 (23%) com seis e 2017(19%) com um total de cinco artigos, apresentando uma média anual de publicações de 3,5 artigos.

Estes artigos examinaram questões como a influência da genética no desenvolvimento do diabetes tipo 2, a eficácia das intervenções dietéticas no controle glicêmico e os avanços na tecnologia de monitoramento contínuo da glicose no sangue, associação da diabetes com

outros agravos à saúde como obesidade e doenças cardiovasculares, importância do atendimento individualizado e os avanços no uso da tecnologia digital no tratamento do diabetes, incluindo aplicativos móveis e dispositivos avançados de monitoramento. Uma análise de uma série de artigos sobre diabetes publicados nos últimos seis anos revela como a pesquisa científica contribuiu para nossa compreensão dessa doença crônica.

Os autores que mais publicaram na presente análise foram Carino, Cheng, Dart, Gabbs, Mcgavock, Tamborlane e Wicklow com um total de 2 artigos publicados cada (Bernal; Aguilar, 2018; Carino *et al.*, 2021). Estes pesquisadores contribuíram significativamente para compreensão dos processos etiológicos e fisiológicos da diabetes.

Nos trabalhos analisados foram identificadas um total de 149 palavras-chaves, onde destas, a mais usada foi “Humans”, seguida por “adolescent”, “child”, “female” e “male” como identificado. As palavras-chaves “adolescent” e “child” foram mais usadas, pois, nos estudos analisados, a diabetes mellitus esteve presente como objetivo da investigação no maior número de estudos e como esta doença normalmente é diagnosticada na infância, é possível observar estas palavras-chaves como as mais usadas.

A instituição *University of Manitoba*, Winnipeg, Manitoba, Canadá, realiza uma ampla gama de contribuições em diversos campos de pesquisa, e se destaca pela sua abordagem intercultural. Seguido por *Aviv University* que é considerada como uma instituição de prestígio em Israel, conhecida por sua pesquisa e inovação. O *Children’s Hospital Research Institute Of Manitoba*, Winnipeg, Manitoba, Canadá foi a terceira instituição que mais publicou artigos, tendo um forte foco na pesquisa pediátrica e na saúde infantil. A *Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health (JHSPH)*, Baltimore, Maryland, EUA foi a quarta instituição que mais publicou artigos na presente pesquisa e é conhecida por suas contribuições para a saúde pública global. E em quinto lugar, a *Yale University, New Havens, Connecticut*, EUA ocupou este lugar no ranking e é reconhecida por sua excelência acadêmica em diversas disciplinas. Todas estas instituições são responsáveis por contribuir significativamente para o avanço da ciência e da medicina, desempenhando um papel vital em vários campos de investigação em todo o mundo.

As revistas que desempenharam um papel vital na divulgação do conhecimento científico sobre diabetes foram *Canadian Journal of Diabetes* ocupando o primeiro lugar com o maior número de artigos publicados e o *Pediatric Diabetes* em segundo lugar, o que corrobora com a temática central da revista. A revista *Advances in Nutrition*, Bethesda, Maryland, EUA, ocupou o terceiro lugar discutindo questões relacionadas à nutrição e sua relação com condições de saúde como o diabetes. A revista *American Family Physician*,

EUA, ocupou o quarto lugar é uma fonte relevante de informações médicas gerais, incluindo o controle do diabetes. O quinto lugar, foi ocupado pela BMC Medicine que corresponde a uma revista que concentra exclusivamente na pesquisa e na prática clínica relacionada a medicina humana. Estas revistas são fontes valiosas de informação científica sobre a diabetes, fornecendo conhecimentos críticos para profissionais de saúde, investigadores e acadêmicos que procuram compreender os últimos avanços nesta área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diabetes mellitus é uma condição de saúde globalmente prevalente e complexa, cuja compreensão dos fatores etiológicos é essencial para seu controle e prevenção eficazes. Através da presente pesquisa, foi possível observar que devido a quantidade de estudos com animais, a palavra-chave “humans” se torna necessária para restringir a estudos vinculados apenas em humanos. Além disto, foi possível observar que devido a quantidade de artigos associados à compreensão da Diabetes mellitus do tipo 1, a palavra-chave “child” e “adolescente” foi muito observada no estudo.

Foi possível observar também um aumento significativo na pesquisa sobre os fatores genéticos associados à diabetes mellitus, destacando a crescente importância dessa dimensão na compreensão da doença. Foi possível observar que a instituição que mais publicou artigos sobre a doença foi a University of Manitoba no Canadá e que o periódico com maior número de artigos publicados sobre o assunto foi Canadian Journal of Diabetes, revista que aborda trabalhos com o tema central: diabetes mellitus.

Foi possível observar que o pesquisador que mais publicou sobre o assunto foi Carino e Cheng. Em resumo, os estudos cienciométricos e as revisões sistemáticas desempenham papéis complementares e cruciais na compreensão dos fatores etiológicos da diabetes mellitus na população. Estudos como este, fornecem uma visão abrangente das tendências de pesquisa, sintetizam evidências científicas e identificam colaborações observadas em diferentes instituições. Essas abordagens são fundamentais para avançar no conhecimento da diabetes mellitus e desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e tratamento.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Augusto Radünz *et al.* Impacto do diabetes gestacional nos desfechos neonatais: uma coorte retrospectiva. **Scientia Medica**, v. 25, n. 1, p. ID19272-ID19272, 2015.
- BERNAL, M. L. Calero; AGUILAR, J. M. Varela. Diabetes tipo 2 infantojuvenil. **Revista clínica española**, v. 218, n. 7, p. 372-381, 2018.
- BLONDE, Lawrence *et al.* American Association of Clinical Endocrinology clinical practice guideline: developing a diabetes mellitus comprehensive care plan—2022 update. **Endocrine Practice**, v. 28, n. 10, p. 923-1049, 2022.
- CARINO, Marylin *et al.* Comparison of clinical and social characteristics of Canadian youth living with type 1 and type 2 diabetes. **Canadian Journal of Diabetes**, v. 45, n. 5, p. 428-435, 2021.
- COSENSO-MARTIN, Luciana Neves; YUGAR-TOLEDO, Juan Carlos; VILELA-MARTIN, José Fernando. Hipertensão e diabetes: conceitos atuais na terapêutica. **Rev Bras Hipertens**, v. 28, n. 3, p. 213-18, 2021.
- DE CASTRO, Rebeca Machado Ferreira *et al.* Diabetes mellitus e suas complicações-uma revisão sistemática e informativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 3349-3391, 2021.
- DROZDZ, Dorota *et al.* Obesity and cardiometabolic risk factors: from childhood to adulthood. **Nutrients**, v. 13, n. 11, p. 4176, 2021.
- HOFFMAN, Daniel J. *et al.* Developmental origins of metabolic diseases. **Physiological reviews**, v. 101, n. 3, p. 739-795, 2021.
- JARVIE, Jennifer L. *et al.* Aerobic fitness and adherence to guideline-recommended minimum physical activity among ambulatory patients with type 2 diabetes mellitus. **Diabetes Care**, v. 42, n. 7, p. 1333-1339, 2019.
- KANSRA, Alvina R.; LAKKUNARAJAH, Sinduja; JAY, M. Susan. Childhood and adolescent obesity: A review. **Frontiers in pediatrics**, v. 8, p. 866, 2021.
- MARTINEZ, Lilton Rodolfo Castellan; MURAD, Neif. Hipertensão, diabetes e dislipidemia-mecanismos envolvidos. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 21, n. 2, p. 92-97, 2014.
- MCINTYRE, H. David *et al.* **Gestational diabetes mellitus**, v. 5, n. 1, p. 47, 2019.
- OKIDO, Aline Cristiane Cavicchioli *et al.* As demandas de cuidado das crianças com Diabetes Mellitus tipo 1. **Escola Anna Nery**, v. 21, 2017.
- PEER, Nasheeta; BALAKRISHNA, Yusenitha; DURAO, Solange. Screening for type 2 diabetes mellitus. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 5, 2020.

RIBEIRO, Guilherme José Silva; DA SILVA GRIGÓRIO, Kalilly Fabiane; PINTO, André Araújo. Prevalência de internações e mortalidade por diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica em Manaus: uma análise de dados do DATASUS. **Saúde**, Santa Maria, 2021.

ROMAGNANI, Paola *et al.* Chronic kidney disease. **Nature reviews Disease primers**, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2017.

SONG, Zimin *et al.* Association of healthy lifestyle including a healthy sleep pattern with incident type 2 diabetes mellitus among individuals with hypertension. **Cardiovascular diabetology**, v. 20, p. 1-12, 2021.

THMAIL, Bilal Ahmed; HUSSAIN, Mohammed Mezher; FARHAN, Amal Rasheed. The Association between gonadotrophic hormones (FSH and LH) and Type 2 diabetes mellitus in Adult Iraqi Males: a case-control Study. **Acta Biomed**, v. 94, n. 2, p. e2023076, 2023.

DOR DA ENDOMETRIOSE: agonistas de GNRH como aliados na qualidade de vida

Yasmim Albernaz Maia de Godoy¹

Alice Campos Meneses

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: A endometriose afeta a qualidade de vida de milhões de mulheres devido à dor causada por respostas imunológicas e inflamatórias no tecido endometrial. Os agonistas do GnRH são eficazes na redução da dor e da progressão das lesões. Trata-se de uma revisão sistemática de seis artigos, envolvendo 1.093 pacientes, que comprovou a sua eficácia. Tanto os agonistas do GnRH quanto o Dienogest aliviam a dor, como o pamoato de triptorrelina e o acetato de triptorrelina também reduzem a dor pélvica e os níveis hormonais. Contudo, o uso prolongado pode causar efeitos colaterais, como perda de densidade óssea e sintomas vasomotores, minimizados com terapia “add-back” com estrogênios. Além disso, a combinação de agonistas do GnRH com cirurgia laparoscópica é mais eficaz no controle de recorrências do que a cirurgia conservadora. Em resumo, os agonistas do GnRH oferecem alívio sintomático e melhora na condição de vida de pacientes com endometriose.

PALAVRAS-CHAVE: Endometriose. Hormônio Liberador de Gonadotropina. Dor Pélvica. Qualidade de Vida.

1 INTRODUÇÃO

A endometriose é uma condição caracterizada por implantes ectópicos de tecidos endometriais, afetando principalmente a região pélvica feminina de mulheres em idade reprodutiva (Della Corte *et al.*, 2020). Nesse sentido, a endometriose consiste em uma condição marcada por cronicidade, dependência de estrogênio, interação complexa entre mecanismos epigenéticos, ambientais, endócrinos, imunológicos, inflamatórios e pró-angiogênicos (Zondervan; Becker; Missmer, 2020). A dor causada pela doença é resultado de respostas imunológicas e inflamatórias localizadas, podendo observar-se a formação de novas células nervosas no tecido endometrial, o que indica a existência de níveis elevados de fatores de crescimento nervoso que modificam e aumentam as fibras nervosas sensoriais e simpáticas (Asally; Markham; Manconi, 2019).

¹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: yalbernaz@gmail.com.

² Médico especialista em Terapia Intensiva e Cardiologia, Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser e orientador do presente trabalho.

A endometriose corresponde a um dos distúrbios ginecológicos mais comuns, afetando 180 milhões de mulheres em todo o mundo (Brasil, 2022). A doença é prevalente em até 10% das mulheres no período da menacme, sendo a sua prevalência aumentada em 40 a 60% nas mulheres com dismenorreia, 21 a 47% em mulheres inférteis e 71 a 87% em mulheres com dor pélvica (Falcone; Flyckt, 2018).

Os principais propósitos do tratamento medicamentoso são minimizar os sintomas dolorosos, melhorar a condição de vida, manter a fertilidade, reduzir a recidivas e as abordagens cirúrgicas, sem o intuito de reduzir as lesões ou curar a enfermidade, mas sim de controlar o aspecto clínico (Kalaitzopoulos *et al.*, 2021). Dessa forma, os medicamentos agonistas do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH) demonstram resultados terapêuticos excelentes, com uma redução significativa do desconforto pélvico associado à endometriose e um aumento no intervalo de tempo para a recorrência dos sintomas característicos e o aparecimento de lesões císticas nos ovários (Rosa *et al.*, 2021).

Pelo exposto, a temática é de suma relevância, em razão da endometriose ser um problema de saúde pública que impacta na saúde física e psicológica das pacientes, além de gerar custos elevados no sistema de saúde. Outrossim, como o intervalo de tempo é extenso entre o aparecimento dos sintomas e a confirmação diagnóstica da doença, há um atraso e prejuízo no tratamento precoce da enfermidade e, como resultado, dificulta o alívio da dor e do funcionamento integral das pacientes, o que gera um grande impacto biopsicossocial. Assim, os estudos buscam desvendar essa enigmática e complexa doença, buscando entender os diferentes mecanismos envolvidos para melhor diagnóstico, além de desenvolver novas terapias a fim de aprimorar o manejo da endometriose (Rosa *et al.*, 2021).

Sob essa ótica, o foco primordial deste estudo é analisar a efetividade da terapia prolongada com agonistas do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH), seja como tratamento único ou em conjunto, em contraposição à não utilização desses medicamentos, com o intuito de alcançar a gestão da dor e aprimoramento geral da qualidade de vida de pacientes com endometriose.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de revisão sistemática (RS) de literatura, a qual é um método de sumário de evidências provenientes de estudos primários que avalia criticamente e interpreta todas as pesquisas relevantes disponíveis para responder uma questão específica de

pesquisa. Diante disso, a revisão sistemática é uma metodologia rigorosa que inclui etapas específicas que devem ser cumpridas, dividindo-se em formulação da pergunta, localização e seleção dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta de dados, análise e apresentação dos dados, interpretação, aperfeiçoamento e atualização dos resultados (Lasserson; Thomas; Higgins, 2019).

Dessa forma, a indagação da pesquisa na RS está estruturada nos componentes do acrônimo PICOS, em que cada letra representa um componente da questão (População, Intervenção, Comparação, Resultado – em inglês, outcome, e Tipo de estudo – em inglês, study) (Chandler, 2019). Logo, a estratégia PICOS utilizada no estudo consiste em: P: mulheres que sofrem com a dor da endometriose; I: eficácia do uso de agonistas de GnRH para tratar a dor da endometriose; C: comparação com o uso de outros tratamentos para dor da endometriose; O: aumento da qualidade de vida e diminuição da morbidade das pacientes que sofrem desta enfermidade; S: estudo quantitativo.

Utilizou-se a diretriz PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) como referência para conduzir a busca e seleção dos artigos utilizados nesta revisão sistemática. Inicialmente, identificamos 8.653 estudos em diversas bases de dados. Desses, apenas 782 registros passaram por uma triagem preliminar. Dos 782 registros, avaliamos 69 estudos quanto à sua elegibilidade, e 63 deles foram excluídos por motivos diferentes, como duplicação (5), falta de acesso gratuito ao texto completo (30), não sendo estudos clínicos fundamentados (17), não abordamos o uso de agonistas do GnRH (25), focarem na fertilidade (1) ou não estarem disponíveis em português ou inglês (3). Alguns artigos foram enquadrados em mais de um direcionamento de exclusão. Portanto, após a análise dos 69 artigos, selecionamos apenas 6 deles para inclusão no presente estudo. Esses artigos envolveram um total de 1.093 mulheres com endometriose, que foram objeto de análise nesta pesquisa.

O mapeamento da literatura científica foi realizado com o objetivo de analisar a eficácia dos agonistas de GnRH no tratamento da dor relacionada à endometriose. Para identificar os artigos relevantes, conduziu-se uma pesquisa em diversas bases de dados eletrônicos, incluindo PubMed (Medline), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e The Cochrane Library. Utilizou-se descritores em inglês, como “GnRH agonists”, “endometriosis” e “pain”, que foram conectados com o operador booleano AND. Além disso, foi realizada uma busca manual no Google para encontrar estudos pertinentes. Essa busca de artigos foi realizada entre março e junho de 2023.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram os estudos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre 2018 e 2023; acessíveis integralmente (full text available); publicados em português e inglês; estudos quantitativos; artigos que abordaram mulheres diagnosticadas com endometriose; artigos que abordaram a terapia com os agonistas de GnRH; e artigos que abordaram o tratamento da dor associada a endometriose. Enquanto os critérios de exclusão determinados consistiram em artigos indisponíveis na íntegra; artigos que não sejam RCTs, CCTs e estudos observacionais; artigos duplicados; artigos que abordaram outras terapias para dor da endometriose; e estudos que abordaram infertilidade.

A extração dos dados consistiu em destacar todas as características relevantes dos estudos incluídos, como as características gerais do estudo, abordando os primeiros autores, anos de publicação e tipos de estudo; as características da população, incluindo quantidade, diagnóstico, contextos e critérios de inclusão; as características da intervenção, incluindo administração de intervenções e duração do tratamento; e as características do resultado, como categoria do resultado, definição do resultado e principais conclusões de cada estudo. Assim, os resultados primários obtidos foram que os agonistas de GnRH desempenham um papel importante no tratamento da dor da endometriose, proporcionando alívio sintomático e melhorando o bem-estar das pacientes.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A utilização de terapias medicamentosas da endometriose baseia-se na capacidade da enfermidade de responder aos hormônios e apresenta uma alta eficácia, com índices de sucesso que oscilam de 80% a 100% de melhora e redução dos sintomas por até dois anos. Portanto, o propósito da abordagem farmacológica busca intervir no mecanismo de dor, inflamação, deslocamento celular, supressão do sistema hormonal, receptores hormonais, moléculas de RNA, e outros fatores (Smolarz; Szyłło; Romanowicz, 2021). A gravidez e a menopausa são duas condições fisiológicas que frequentemente estão associadas à diminuição da dor da endometriose (Rosa *et al.*, 2021). Os progestágenos e os contraceptivos orais combinados são análogos farmacológicos dessas condições, que experimentam condições hormonais semelhantes às verificadas durante a gravidez, possuindo ação anti-estrogênica, pró-apoptóticas, anti-vasculogênicas e antiproliferativas, enquanto os androgênios e agonistas

do GnRH (GnRHa) suprimem o neuro-eixo das gonadotrofinas, promovendo a redução do estrogênio endógeno (Brichant *et al.*, 2021).

Portanto, como visto no estudo de Ceccaroni *et al.* (2021), o tratamento da endometriose infiltrativa profunda (EPI) é um desafio complexo. Os progestágenos, embora exerçam efeitos locais na inibição da resposta inflamatória e na apoptose das células endometrióticas, demonstram controle insatisfatório a longo prazo. De outro modo, o uso prolongado de agonistas de GnRH é limitado devido aos sintomas de privação de estrogênio. Ademais, a cirurgia laparoscópica oferece alívio significativo, mas a dor pode ressurgir em 25% dos casos. Nesse contexto, o Dienogest surge como uma opção terapêutica promissora, pois atua como um atroficante eficaz dos implantes endometrióticos, proporcionando redução da dor em períodos de 6 e 30 meses e prevenindo recorrências pós-cirúrgicas. Além disso, seu perfil de tolerabilidade é superior em comparação com os agonistas de GnRH, tornando-o uma opção atrativa para tratamento pós-operatório contínuo em pacientes em idade reprodutiva, com a flexibilidade de ser interrompido apenas quando desejarem conceber.

Por outro lado, no estudo realizado por Li *et al.* (2022) com 300 mulheres chinesas que tinham endometriose e ciclos menstruais regulares, foram comparadas duas formulações de agonistas de GnRH. Um grupo recebeu pamoato de triptorreline por 3 meses, enquanto o outro grupo recebeu acetato de triptorreline por 1 mês. Os resultados mostraram que ambas as formulações foram igualmente eficazes no tratamento da endometriose, com mais de 98% das pacientes alcançando a supressão hormonal após 12 semanas de tratamento. Ambas as formulações também reduziram a dor pélvica e diminuíram os níveis de hormônios relacionados à endometriose. O efeito do pamoato de triptorreline por 3 meses foi reversível, com a maioria das pacientes retomando a menstruação após o tratamento. Esses resultados sugerem que o pamoato de triptorreline por 3 meses pode ser uma alternativa viável ao acetato de triptorreline por 1 mês no tratamento da endometriose em mulheres chinesas, com menos injeções e possivelmente menor necessidade de cuidados.

De outra maneira, como constatado na pesquisa realizada por Andreeva e Absatarova (2020), os agonistas de GnRH possuem um papel fundamental no tratamento não cirúrgico da endometriose. Eles são utilizados tanto como terapia principal quanto adjuvante, resultando na redução dos sintomas e do volume uterino. Um exemplo é o acetato de triptorreline de 3,75 mg, um agonista de GnRH de liberação prolongada por 28 dias, que foi aprovado para tratar essa condição. Ele tem a capacidade de diminuir a gravidade dos sintomas da endometriose e melhorar a função reprodutiva. Esses agonistas, como a triptorreline e outros análogos, exercem um impacto significativo na evolução da endometriose devido a diversas razões.

Primeiramente, eles suprimem a produção de estrogênio, contribuindo para a redução dos sintomas. Além disso, esses agonistas inibem o crescimento dos focos endometrióides, diminuindo a síntese de citocinas anti-inflamatórias e estimulando a apoptose das células endometrióides ectópicas. Também ocorre a supressão da angiogênese, o que leva à redução na síntese do fator de crescimento vascular.

Além do mais, na investigação de Gallagher *et al.* (2018) realizou-se um questionário de acompanhamento para adolescentes com endometriose que participaram de um ensaio terapêutico com agonistas de GnRH em conjunto com a terapia “add-back”, em que as pacientes pesam os potenciais benefícios, como a redução da dor, em relação aos possíveis efeitos colaterais do tratamento. Elas foram submetidas ao tratamento com leuprolida (Lupron Depot), uma injeção intramuscular de 11,25 mg a cada 3 meses, e foram randomizados para receber um suplemento diário de acetato de noretindrona oral (Aygestin) de 5 mg ou uma combinação de acetato de noretindrona oral de 5 mg mais estrogênio equino conjugado oral (Premarin) de 0,625mg por dia. Das 51 mulheres inscritas no estudo, 34 completaram o ensaio de 12 meses e receberam 4 injeções de agonistas de GnRH. Concluiu-se, então, que quando questionadas sobre os medicamentos hormonais utilizados para tratar a endometriose, 48% das mulheres consideraram que a combinação de GnRHa mais terapia “add-back” foi a medicação mais eficaz no alívio da dor. Aproximadamente 70% dos participantes que receberam o regime combinado de adição de acetato de noretindrona mais estrogênios consideraram a combinação de GnRHa mais terapia “add-back” como o melhor tratamento para reduzir a dor, em comparação com 25% dos que receberam apenas acetato de noretindrona.

Por outro ponto de vista, Alshehre *et al.* (2020) investigaram o uso de agonistas de GnRH em mulheres com dor pélvica cíclica crônica (DPCC) grave que não estão tentando engravidar, quando essa é a melhor terapêutica a ser indicada. Entretanto, apesar de ser a alternativa mais satisfatória, esses medicamentos apresentam efeitos colaterais causados pelo hipostrogenismo, como, principalmente, a perda de densidade mineral óssea (DMO) na faixa de 0,5 a 1,0% ao mês, o que é fator de risco para osteopenia e subsequente osteoporose. Por isso, o período de tratamento com os agonistas de GnRH é restrito a somente seis meses. Dessa forma, o estudo examinou a segurança e a eficácia da regulação negativa prolongada do ovário por 24 meses usando a combinação do agonista de GnRH, triptorrelina, com a terapia “add back” de tibolona para reduzir a taxa de perda de DMO. Neste estudo, A tibolona é uma molécula sintética que combina ações estrogênicas, progestogênicas e androgênicas fracas. Portanto, conclui-se que o uso prolongado de triptorrelina mais tibolona demonstrou ser eficaz

no alívio da dor e na melhora da qualidade de vida por 24 meses, com eventos adversos significativos sendo raros, exceto pela possível deterioração da DMO que requer monitoramento.

Em outro ângulo, Huang *et al.* (2018) demonstraram que o tratamento cirúrgico e o tratamento farmacológico são as duas principais estratégias terapêuticas da endometriose. Dessa forma, a cirurgia laparoscópica apresenta grande superioridade no tratamento da doença, uma vez que identifica as lesões com o efeito de ampliação, de modo a aliviar significativamente a dor da paciente por ressecção cirúrgica de lesões ectópicas, separação de aderências e restauração da anatomia normal dentro da cavidade pélvica sob visão clara. No entanto, a laparotomia está inevitavelmente associada à dor da incisão pós-operatória, recuperação lenta, complicações pós-operatórias e altas taxas de recorrência. Portanto, é urgentemente necessária uma terapia adjuvante eficaz para prevenir ou retardar a recorrência. Assim, o uso prolongado de GnRH-a é recomendável nessa situação, já que pode reduzir a secreção de gonadotrofina hipofisária para diminuir os níveis de hormônio ovariano, causando, assim, amenorréia temporária para alcançar a prevenção de recorrência de endometriose.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a eficácia dos análogos de GnRH no controle da endometriose é amplamente reconhecida, devido à sua capacidade de suprimir a proliferação de gonadotrofinas na glândula hipófise. Isso, por sua vez, inicia o eixo hipotálamo-hipófise-ovário, resultando na atrofia das lesões endometriais. Estudos descobriram que o uso desses análogos por um mínimo de três meses pode aliviar eficazmente a dor e reduzir a progressão das lesões endometrióticas. Contudo, o uso prolongado desses medicamentos pode acarretar efeitos colaterais devido ao estado de hipoestrogenismo, limitando o tratamento a seis meses. Após a descontinuação, é comum que os sintomas voltem rapidamente e as lesões endometrióticas retornem ao seu tamanho original. Portanto, essa recorrência destaca a necessidade de uma terapia adjuvante que permita o uso prolongado dos agonistas do GnRH para manter a regressão da doença.

Dos seis estudos analisados, apenas um indica o progestágeno Dienogest como mais tolerável em comparação com os agonistas de GnRH, embora ambos tenham efeitos positivos no tratamento da dor relacionada à endometriose. Além disso, um estudo comparou dois

agonistas de GnRH, o pamoato de triptorelina e o acetato de triptorelina, revelando que ambos são igualmente eficazes na redução da dor pélvica. Outros três estudos abordaram a terapia combinada de agonistas de GnRH, seja com a terapia "add back" ou com a cirurgia laparoscópica. Isso reforça a importância da terapia adjuvante, como a terapia "add-back" com estrogênios, para permitir o uso prolongado desses medicamentos, minimizando os efeitos adversos relacionados à supressão hormonal. Além disso, a combinação de agonistas de GnRH com a cirurgia laparoscópica tem sido indicada como benéfica na redução da recorrência da endometriose e na melhoria do prognóstico a longo prazo.

Portanto, esses resultados corroboram a eficácia dos agonistas de GnRH na supressão da dor da endometriose, estabelecendo um consenso entre os estudos desenvolvidos. Isso sugere que os agonistas do GnRH representam uma opção terapêutica promissora para o tratamento da dor associada à endometriose, oferecendo uma alternativa eficaz e segura para melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas por essa condição.

REFERÊNCIAS

ALSHEHRE, S. M. *et al.* A prospective, single-centre, single-arm, open label study of the long term use of a gonadotropin releasing hormone agonist (Triptorelin SR, 11.25 mg) in combination with Tibolone add-back therapy in the management of chronic cyclical pelvic pain. **Reprod Biol Endocrinol**, v. 18, n. 28, 2020. Disponível em: <https://rbej.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12958-020-00586-z#citeas>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANDREEVA, E.; ABSATAROVA, Y. Triptorelin for the treatment of adenomyosis: A multicenter observational study of 465 women in Russia. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 151, n. 3, p. 347-354, 2020. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13341>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ASALLY, R.; MARKHAM, R.; MANCONI, F. The Expression and Cellular Localisation of Neurotrophin and Neural Guidance Molecules in Peritoneal Ectopic Lesions. **Mol Neurobiol.**, v. 56, n. 6, p. 4013-4022, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30251099/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Saúde da mulher. **Endometriose**: entenda os principais aspectos da doença. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/ch-ufc/comunicacao/noticias/endometriose-entenda-os-principais-aspectos-da-doenca>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRICHANT, G. *et al.* New Therapeutics in Endometriosis: A Review of Hormonal, Non-Hormonal, and Non-Coding RNA Treatments. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 22, n. 19, p. 10498, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8508913/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

- CECCARONI, M. *et al.* Dienogest vs GnRH agonists as postoperative therapy after laparoscopic eradication of deep infiltrating endometriosis with bowel and parametrial surgery: a randomized controlled trial. **Gynecological Endocrinology**, v. 37, n. 10, p. 930-933, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09513590.2021.1929151?scroll=top&needAccess=true&role=tab>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CHANDLER, J. *et al.* Chapter I: Introduction. In: HIGGINS, J. P. T. *et al.* (Eds.). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.0 (updated August 2019)*. **Cochrane**, 2019. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 24 mar. 2023.
- DELLA CORTE, L. *et al.* The Burden of Endometriosis on Women's Lifespan: A Narrative Overview on Quality of Life and Psychosocial Wellbeing. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 13, p. 4683, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32610665/>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- FALCONE, T.; FLYCKT, R. Manejo Clínico da Endometriose. **Obstet. Gynecol**, v. 131, p. 557-571, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29420391/>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- GALLAGHER, J. S. *et al.* Long-Term Effects of Gonadotropin-Releasing Hormone Agonists and Add-Back in Adolescent Endometriosis. **Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology**, v. 31, n. 4, p. 376-381, 2018. Disponível em: [https://www.jpagonline.org/article/S1083-3188\(18\)30181-5/fulltext](https://www.jpagonline.org/article/S1083-3188(18)30181-5/fulltext). Acesso em: 17 jun. 2023.
- HUANG, C. *et al.* Clinical efficacy and safety of gonadotropin-releasing hormone agonist combined with laparoscopic surgery in the treatment of endometriosis. **Int J Clin Exp Med**, v. 11, n. 4, p. 4132-4137, 2018. Disponível em: <https://e-century.us/files/ijcem/11/4/ijcem0070158.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- KALAITZOPOULOS, D. R. *et al.* Treatment of endometriosis: a review with comparison of 8 guidelines. **BMC Women's Health**, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-021-01545-5>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- LASSERSON, T. J.; THOMAS, J.; HIGGINS, J. P. T. Chapter 1: Starting a review. *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.0 (updated July 2019)*. **Cochrane**, 2019. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 23 mar. 2023.
- LI, X. *et al.* Assessment of Two Formulations of Triptorelin in Chinese Patients with Endometriosis: A Phase 3, Randomized Controlled Trial. **Adv Ther**, v. 39, p. 4663-4677, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12325-022-02264-5#citeas>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- PAGE, M. J. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2023.

ROSA E SILVA, J. C. *et al.* Endometriose – Aspectos clínicos do diagnóstico ao tratamento. **Femina**, v 49, n. 3, p. 134-41, 2021. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1224073>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SMOLARZ, B.; SZYŁŁO, K.; ROMANOWICZ, H. Endometriosis: Epidemiology, Classification, Pathogenesis, Treatment and Genetics (Review of Literature). **International Journal of Molecular Sciences**, v. 22, n. 19, p. 10554, 2021. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34638893/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ZONDERVAN, K. T.; BECKER, C. M.; MISSMER, S. A. Endometriose. **N Engl J Med**, v. 382, n. 13, p. 1244-1256, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32212520/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DE DOR LOMBAR E CERVICAL DURANTE O MOCCA

Aylana Vieira Alves¹

Morgana Jámilly Santos de Menezes¹

Paulo Inácio Marques da Cruz²

Leila Medeiros Melo

Gabriela Lopes dos Santos

RESUMO: A dor na coluna cervical e lombar é um distúrbio musculoesquelético comum. Apresenta elevadas taxas de incidência além de ocasionar incapacidades, alterações funcionais e psicossociais. Este artigo tem como objetivo verificar os efeitos imediatos de uma única aplicação da mobilização articular no tratamento da lombar e/ou cervical. Participaram da pesquisa 413 indivíduos com dor na coluna cervical e/ou lombar. O desfecho principal foi avaliado através da versão curta do questionário McGill, aplicado antes e após o atendimento. A dor na coluna apresenta predomínio na região lombar e no sexo feminino com caráter crônico, de intensidade 6 com impacto nas AVDs. Foi observado que pacientes com maior índice de massa corporal (IMC) apresentam mais dor. Houve analgesia no pós-intervenção com redução nos valores dos PRI-T, PRI-S, PRI-A e NWM. Em indivíduos com dor na coluna, as técnicas de mobilização articular apresentam efeitos positivos no alívio da dor e incapacidade.

PALAVRAS-CHAVE: Manipulações musculoesqueléticas. Dor lombar. Cervicalgia. Dor musculoesquelética.

1 INTRODUÇÃO

A Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP) define “dor como uma experiência emocional e sensorial subjetiva e desagradável associada à real ou potencial lesão tecidual, ou descrita em termos de tal lesão”. A dor pode ser entendida como uma experiência somática mutuamente reconhecível, que reflete a apreensão de uma pessoa de ameaça à sua integridade física ou existencial (Souza; Barros, 2020). Considera-se que as dores, incluindo as musculoesqueléticas, estejam entre as principais causas de anos vividos com incapacidade, absenteísmo no trabalho e custos elevados para os serviços de saúde (Vos *et al.*, 2016). Considerando a definição, a incidência mundial anual para dor na região lombar é de

¹ Acadêmica do 4º período do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser em 2023/2. Contato: aylanavieiraalves@gmail.com.

² Professor do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, Especialista em Fisioterapia Traumato-Ortopédica e desportiva pela UNIFAN. Especialista em Terapias Manuais pela UNIFAN.

aproximadamente 33% e na região cervical cerca de 18% em que ocorre por múltiplos fatores, o que revela uma inviabilidade dos indivíduos em realizar suas atividades de vida diárias (AVDs), sejam elas, trabalho, lazer, estudos e tarefas domésticas (Pivotto *et al.*, 2022).

As estatísticas preocupantes sobre a “epidemia da dor” não são recentes e têm sido um foco crucial na área da saúde por várias décadas. A Pesquisa Nacional em Saúde de 2019 revelou que no Brasil foram estimadas aproximadamente 21,6% de pessoas de 18 anos ou mais de idade (34,3 milhões) que referiram problema crônico de coluna e esse mesmo dado em 2013 era de 18,5%. Portanto, a avaliação e o tratamento da dor podem ser tarefas desafiadoras, ressaltando a importância do desenvolvimento de um conhecimento especializado específico a esse tema (IBGE, 2019).

Devido ao grande problema mundial que é a dor lombar, diferentes estratégias de cuidado são usadas no controle de níveis elevados de dor e incapacidades, como o uso de medicamentos farmacológicos que causam atenuação, fisioterapia com o uso de terapias manuais como a mobilização articular, que podem contribuir para a melhora do quadro de condições patológicas osteomusculares como cervicálgia e lombálgia (Maher; Underwood; Buchbinder, 2016). As técnicas de mobilização articular são realizadas a partir de movimentos artrocinemáticos de forma passiva produzindo o reposicionamento dentro das superfícies articulares. Essas estratégias de tratamento foram desenvolvidas e aprimoradas, e atualmente são conhecidas como métodos de Maitland e conceito Mulligan (Abner *et al.*, 2020).

As estratégias de cuidado realizadas através de técnicas de movimento articular são indicadas para alívio do quadro álgico apresentado por indivíduos com dor lombar e cervical. No entanto, será que são eficazes para o alívio imediato da dor na coluna através de uma única aplicação? Sendo assim, existe a necessidade de esclarecimentos sobre os efeitos imediatos da mobilização articular como uma estratégia de tratamento para dor lombar e cervical, portanto, nosso objetivo é verificar os efeitos imediatos de uma única aplicação da mobilização articular no tratamento da dor lombar e/ou cervical, aplicados pelos acadêmicos de fisioterapia em pacientes que foram atendidos durante o Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal quantitativo e qualitativo gerado a partir de atendimentos do Curso de Fisioterapia realizados durante o Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA) nos dias 17 e 20 de maio de 2023 no Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Para esse estudo, foram incluídos indivíduos de ambos os sexos com idade superior a 18 anos, com queixa de dor em alguma parte do corpo, os quais estavam presentes no evento e concordaram em participar, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado online por Google Forms. Foram excluídos indivíduos com doenças neurológicas, como Acidente Vascular Cerebral, e indivíduos com disfunções que incapacitam a participação na avaliação, grávidas e pessoas com idade inferior a 18 anos.

Inicialmente, os participantes foram submetidos a uma avaliação que envolveu a coleta dos dados pessoais (idade, sexo, IMC) e hábitos de vida (prática de atividade física regular, ou seja, duas vezes por semana durante um mês e tabagismo). Em relação aos hábitos de vida foi anotado como sim ou não. Posteriormente, realizou-se avaliação da dor, que envolvia questões sobre a intensidade geral da dor, tempo e localização da dor e o impacto da dor nas atividades de vida diária - AVDs.

A avaliação da intensidade da dor foi realizada somente no início por meio escala numérica que varia de 0 a 10, onde zero representa a ausência e 10, a percepção máxima de dor (De Oliveira *et al.*, 2023). Os valores da escala numérica de dor foram divididos em quatro categorias: ausência de dor (valores iguais a zero), dor leve (valores = 1 - 3), dor moderada (valores = 4 - 6) e dor forte (valores ≥ 7) (Boonstra *et al.*, 2014). A mensuração do impacto da dor nas AVDs também foi realizada por meio da escala numérica de dor, sendo 0, sem impacto e 10, impossibilidade de fazer as AVDs devido a dor.

Além disso, os participantes responderam a versão curta do Questionário de dor McGill adaptado para o idioma e validado para língua português antes e após a intervenção (Costa *et al.*, 2011; Pimenta; Teixeira, 1996). Esse questionário contém 15 descritores da sensação de dor, sendo onze relacionado a componente sensitivo e quatro ao afetivo. Cada descritor pode ser pontuado em uma escala de zero a quatro de acordo com intensidade da sensação de dor, o que corresponde a ausência e sensação severa, respectivamente. A partir desses dados, foram obtidos quatro indicadores: Índice total de dor (PRI-T), Índice de avaliação da dor sensitiva (PRI-S), Índice de avaliação da dor afetiva (PRI-A) e número de palavras escolhidas (Costa *et al.*, 2011).

O PRI-T é a soma da intensidade dos 15 descritores, o qual varia de zero (ausência) a 45 (severa). O PRI-S corresponde a soma da intensidade dos descritores de 1 a 11, variando de 0 a 33. O PRI-A envolve a soma da intensidade dos descritores de 12 a 15, com uma pontuação total variando de 0 a 12. Por fim, o NWC é somado o número de palavras escolhidas, o qual varia de 0 a 15 (Costa *et al.*, 2011). Além dos descritores, os participantes atribuíram um valor para dor naquele momento (antes e após a intervenção), podendo atribuir um valor de zero a cinco (0 – sem dor; 1 – dor leve; 2 – dor desconfortante; 3 – dor angustiante; 4 – dor horrível e 5 – excruciante) (Costa *et al.*, 2011).

Antes de iniciar o atendimento, os participantes passaram por uma avaliação física ativa dos movimentos fisiológicos, enquanto a avaliação subjetiva buscava o local e o comportamento da dor. A intervenção proposta teve como prioridade a queixa do paciente, sendo que a técnica escolhida foi proposta seguindo os princípios de avaliação e tratamento propostos por Maitland e Mulligan. A técnica utilizada para tratar os participantes constituiu de uma mobilização articular passiva acessória realizada no sentido pósterio-anterior aplicada sobre o processo espinhoso ou no pilar lateral que atende aos métodos de mobilização descritos por Geoffrey Maitland. Também foi utilizado o conceito Mulligan, através da técnica de SNAGs (Sustained Natural Apophyseal Glides) cervical e lombar seguindo os conceitos e princípios de aplicação propostos por Brian Mulligan (Lee; Lee, 2017; Duymaz; Yağci, 2018).

A técnica de Maitland foi escolhida quando o participante apresentava dor ao repouso. A seleção do grau de mobilização foi pautada na queixa principal, sendo estabelecido que para participantes com queixa álgicas seria escolhido o grau II, enquanto aqueles que apresentavam queixa relacionadas a limitação do movimento receberam apenas mobilização grau IV (Lee; Lee, 2017). Já a técnica de Mulligan foi escolhida para tratamento quando o paciente apresenta dor ao realizar movimento da coluna (Duymaz; Yağci, 2018).

Para a aplicação da técnica de Maitland cada paciente foi posicionado deitado em decúbito ventral com a testa apoiada confortavelmente nas mãos. A terapeuta ficou ao lado da cabeça da paciente e colocou as 2 pontas do polegar na superfície posterior do processo articular que deveria ser mobilizado. A mobilização segmentar espinhal passiva na forma de movimentos oscilatórios de baixa velocidade, pequena ou grande amplitude foi aplicada às vértebras cervicais alvo em cada paciente. A técnica aplicada foi a pressão oscilatória pósterio-anterior central no processo espinhoso do segmento alvo ou pressão oscilatória pósterio-anterior unilateral na articulação facetária do segmento alvo. A pressão oscilatória foi aplicada por 1 minuto e repetida 3 vezes com 1 minuto de descanso entre cada mobilização. O grau de

mobilização e o local de pressão foram escolhidos de acordo com os achados do exame e a resposta do paciente à mobilização (Lee; Lee, 2017).

A técnica de tratamento do conceito Mulligan foi aplicada colocando cada paciente sentado ou em pé, em uma posição confortável e o terapeuta ficou atrás dele para realizar a técnica dos SNAGs. Para a aplicação na coluna cervical a borda medial da falange distal do polegar do terapeuta foi colocada no processo espinhoso do paciente ou na articulação facetária da vértebra superior do segmento alvo para tratamento. Uma força de deslizamento foi aplicada em direção ao olho do paciente pelo outro polegar do terapeuta, enquanto os outros dedos do terapeuta repousavam na lateral do pescoço do paciente. O terapeuta manteve essa força de deslizamento. Cada paciente moveu a cabeça lentamente em direção ao lado dolorido e restrito (flexão, extensão, rotação e flexão lateral), e mais pressão foi aplicada pelo paciente ao final do movimento ativo (*overpressure*). As mãos do terapeuta acompanharam o movimento da cabeça do paciente para garantir a mobilização com movimento (Duymaz; Yağci, 2018).

A mobilização de Mulligan foi repetida 10 vezes durante 3 séries. A mesma técnica foi reproduzida em coluna lombar, porém, a posição da mão do terapeuta foi utilizada colocando a região hipotenar sobre o processo espinhoso a ser mobilizado, enquanto, a outra mão do terapeuta realizava uma estabilização na cintura pélvica do paciente (Duymaz; Yağci, 2018).

A coleta das informações foi realizada por meio do preenchimento de questionário no Google Forms e organizados em planilha no Excel. Inicialmente, a normalidade e homogeneidade de todas as variáveis foram testadas através dos testes de Shapiro-Wilk e Levene, respectivamente. Como os dados não apresentaram distribuição normal e homogênea, o teste Wilcoxon foi comparado para verificar o efeito da intervenção, ou seja, comparar os valores pré e pós das variáveis PRI-T, PRI-S, PRI-A, NWC. Por outro lado, para comparar a intensidade da dor foi utilizado o Teste Qui-Quadrado.

Além disso, o teste de Correlação de Spearman ou Qui-Quadrado foram utilizados para identificar associação entre as variáveis. A magnitude das correlações foi baseada na seguinte classificação: baixa (0,10–0,39), moderada (0,40–0,69), alta (0,70–0,89) ou muito alta (0,90–1,00) (Akoglu, 2018). O Programa *Statistical Package for the Social Sciences* versão 17.0 (SPSS Inc, Chicago, IL, EUA) foi utilizado em todas as análises, sendo considerado um nível de significância de 5%. Os dados foram apresentados como mediana (primeiro quartil – terceiro quartil) para as variáveis contínuas não paramétricas ou como frequência absoluta e relativa para as variáveis categóricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Participantes

Participaram do estudo 413 indivíduos idade mediana de 22 anos (20 – 28 anos), sendo 304 do sexo feminino (73,6%) e 109 do sexo masculino (26,4%). Os locais de dor mais frequentes foram na região lombar (37,3%) e cervical concomitante (28,1%) e cervical (22,5%). Em relação ao tempo da dor, 112 indivíduos apresentavam dor aguda, ou seja, inferior a 3 meses (27,1%) e 301 participantes tinham dor crônica (72,9%).

De acordo com o número de participantes, o gênero feminino apresenta maior percentual de dores na região lombar crônica do que o gênero masculino. Desse modo, a diferença pode ser explicada pelo fato das mulheres apresentarem força física menor em relação aos homens, o que resulta em maior esforço físico para realizar atividades de vida diária ou no trabalho como carregar objetos, levantar peso e permanecer por tempo sentada, o que faz existir um aumento na sobrecarga musculoesquelética da coluna (Vitta *et al.*, 2017).

A mediana intensidade geral de dor foi de 6 (4 – 7), sendo observado 52 indivíduos com dor leve (12,6%), 212 com dor moderada (51,3%) e 148 com dor forte (35,8%). Adicionalmente, em uma escala de 0 a 10, os participantes atribuíram um valor mediano de 5 (2– 6) do impacto da dor nas AVDs. De acordo com análise adicional, nota-se uma associação moderada e positiva entre a intensidade geral da dor e o impacto desta nas AVDs ($r=0,485$; $p<0,001$).

Esses resultados apontam que os pacientes relatam um impacto moderado da dor nas AVDs e que a maior intensidade de dor está associada a maiores impactos. Nesse sentido, a dor recebe a atenção primária do indivíduo, interferindo na atividade laboral, causando debilidade, incapacidade de realizar uma atividade pessoal que traz satisfação, como por exemplo prática de esportes ou atividade física. Além de causar danos emocionais, como depressão e ansiedade, onde o paciente se isola do meio social por estar menos ativo. Eventualmente, a dor terá um impacto negativo sobre a qualidade de vida do indivíduo (Batista; Vasconcelos, 2011).

Além disso, constatou-se um valor mediano de IMC de 23,7 kg/m² (20,8 – 27,6), com predominância para IMC normal ($n=202$; 51,3%). Foi observada associação positiva e fraca entre o IMC e a intensidade geral da dor ($r=0,116$; $p=0,020$). Dos participantes, 224 não praticavam atividade física (54,2%), 318 não são fumantes (77,4%). Não foram observadas

associações da intensidade da dor com a prática de atividade física ($p=0,688$) e com o fato de ser fumante ($p=0,990$).

Em outras palavras, não foi constatada associação entre a intensidade da dor com o fato de não praticar atividade física e ser fumante; contudo, participantes com maior valor de IMC relatam maiores intensidades de dor. Uma vez que, pacientes com obesidade produzem maior quantidade de tecido adiposo que causam inflamação, além de apresentarem instabilidade biomecânica no alinhamento corporal, causando fraqueza nos músculos eretores da coluna vertebral em destaque a região lombar (Siqueira; Silva, 2011).

3.2 Efeito da mobilização na dor

Nota-se um aumento no número de pacientes sem dor e redução no número de pacientes com dor excruciante, horrível e angustiante ($p<0,001$, Tabela 1). Também se constata redução nos valores dos PRI-T, PRI-S, PRI-A e NWM ($p<0,001$). Dessa forma, alguns estudos relatam que a mobilização articular promove um efeito analgésico em que ocorre a recolocação da faceta articular superior usando-se técnicas de Maitland e Mulligan, onde sucedem a correção da falha posicional promovendo o aumento de amplitude de movimento e o alívio da dor (OZNUR *et al.*, 2018).

Tabela 1 – Dados da avaliação de dor antes e após a intervenção

	Pré	Pós	Valor de p
Intensidade			
Ausência	83 (20,3)	268 (65,2)	
Leve	254 (62,3)	135 (32,8)	
Desconfortante	70 (17,2)	8 (1,9)	<0,001*
Angustiante	7 (2,5)	0 (0,0)	
Horrível	1 (0,2)	0 (0,0)	
Excruciante	0 (0,0)	0 (0,0)	
PRI-T	7,0 (4,0 – 12,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	
PRI-S	6,0 (4,0 – 10,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	<0,001*
PRI-A	1,0 (0,0 – 2,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	<0,001*
NWM	5,0 (3,0 – 8,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	<0,001*

Dados apresentados como mediana (primeiro quartil e terceiro quartil), exceto a intensidade que está apresentada como frequência absoluta (frequência relativa). * $p<0,05$: diferença significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pacientes com dor cervical e lombar, submetidos às técnicas de mobilização de Maitland e Mulligan apresentaram efeitos positivos sobre o controle da dor após uma única aplicação. Sendo assim, a mobilização articular revela-se como uma estratégia de tratamento para lombar e cervical, que produz alívio imediato trazendo melhor qualidade de vida aos indivíduos em suas atividades de vida diárias. No entanto, mais estudos prospectivos precisam ser realizados para verificar o sucesso das técnicas de terapia manual na dor cervical e lombar a partir de um maior número de sessões, bem como investigar a manutenção da melhora do quadro algíco.

REFERÊNCIAS

- ABNER, T. S. S. *et al.* Joint mobilization associated or not to other therapies reduces chronic musculoskeletal pain: a systematic review. **BrJP**, v. 3, p. 73-85, 2020.
- BATISTA, A. G. de L.; VASCONCELOS, L. A. de P. Principais queixas dolorosas em pacientes que procuram clínica de Fisioterapia. **Revista Dor**, v. 12, n. 2, p. 125-130, abr. 2011.
- BOONSTRA, A. M. *et al.* Cut-off points for mild, moderate, and severe pain on the visual analogue scale for pain in patients with chronic musculoskeletal pain. **Pain®**, v. 155, n. 12, p. 2545-2550, 2014.
- COSTA, L. C. M.s *et al.* The Brazilian-Portuguese versions of the McGill Pain Questionnaire were reproducible, valid, and responsive in patients with musculoskeletal pain. **Journal of clinical epidemiology**, v. 64, n. 8, p. 903-912, 2011.
- DUYMAZ, T.; YAĞCI, N. Effectiveness of the mulligan mobilization technique in mechanical neck pain. **Journal of Clinical and Analytical Medicine**, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LEE, K-S.; LEE, J-H. Effect of maitland mobilization in cervical and thoracic spine and therapeutic exercise on functional impairment in individuals with chronic neck pain. **Journal of physical therapy science**, v. 29, n. 3, p. 531-535, 2017.
- MAHER, C.; UNDERWOOD, M.; BUCHBINDER, R. Non-specific low back pain. **The Lancet**, v. 389, n. 10070, p. 736-747, 2017.

- OZNUR B. *et al.* The Effect of Mulligan Mobilization Technique in Older Adults with Neck Pain: A Randomized Controlled, Double-Blind Study. **Pain Research and Management**, v. Article ID 2856375, 7 p. 2018.
- PIMENTA, C. A. M.; TEIXEIRA, M. J. Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, p. 473-483, 1996.
- PIVOTTO, L. R. *et al.* Low Back And Neck Pain In Physical Education Students: Prevalence And Associated Factors. **Coluna/Columna**, v. 21, n. 1, p. e252315, 2022.
- SIQUEIRA, G. R.; SILVA, G. A. P. Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura. **Fisioterapia em movimento**, v. 24, p. 557-566, 2011.
- SOUZA, J. B.; DE BARROS, C. M. Considerations about the new concept of pain. **Brazilian Journal of Pain**, v. 3, n. 3, p. 294-294, 2020.
- VITTA, A. D. *et al.* Prevalência e fatores associados à dor nas costas em adultos do nordeste de São Paulo, Brasil: um estudo de base populacional. **Fisioterapia em Movimento**, v. 2, p.255-265, abril. 2017.
- VOS T. *et al.* Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 310 diseases and injuries, 1990–2015: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2015. **Lancet.**, v. 388, p 1545-1602, oct. 2016.

ESTUDO DA CONTINUIDADE DOS PACIENTES AO TRATAMENTO DA DOENÇA FALCIFORME NA TRANSIÇÃO PEDIÁTRICO-ADULTO

Ravenna Resende Novais Souza¹

Laisa Minely Ferreira Nunes

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: A Doença Falciforme (DF) é um clássico exemplo de hemoglobinopatia, caracterizada pelos eritrócitos em forma de foice. No Brasil, estima-se que 4% da população brasileira tenha o traço falciforme e que 25.000 a 50.000 pessoas tenham a doença. O objetivo deste trabalho foi apresentar intervenções que corroborem para melhor adesão ao tratamento de adolescentes e jovens adultos com DF durante a transição pediátrico-adulto. Foi realizada uma revisão sistemática com base no banco de dados da LILACS e Medline. Mesmo que a transição pediátrico-adulto na DF seja alvo de pesquisa é nítido que ela é pouco vivenciada na prática. Essa deficiência, leva a menor adesão ao tratamento, expondo esse grupo a um maior risco de complicações da doença. Mesmo com tantas ferramentas disponíveis, a transição pediátrico-adulto ainda é pouco abordada. É de suma importância que esse tema seja alvo de discussões durante as consultas de rotina.

PALAVRAS-CHAVE: Doença Falciforme. Adesão. Transição.

1 INTRODUÇÃO

A Doença Falciforme (DF) é um clássico exemplo de hemoglobinopatia, caracterizada pelos eritrócitos alongados e em forma de foice ou meia-lua, devido a uma mutação na cadeia beta da hemoglobina. A troca de um ácido glutâmico (hidrofílico) por uma valina (hidrofóbico) na posição 6 no gene, transforma a hemoglobina A (HbA), normal, na hemoglobina S (HbS) (Zago, 2014).

A DF é uma doença hereditária monogênica, muito comum em países com alta prevalência de afrodescendentes. No Brasil, estima-se que 4% da população brasileira tenha o traço falciforme e que 25.000 a 50.000 pessoas tenham a doença (Brasil, 2018). A principal manifestação da doença falciforme é a crise dolorosa, causada pela vaso-oclusão e constitui a maior causa das hospitalizações (Freitas *et al.*, 2018).

¹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/1. E-mail: ravennaresendegta@gmail.com.

² Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

O diagnóstico precoce por meio da triagem neonatal ou também conhecido como “teste do pezinho”, é essencial para aumentar a sobrevivência dos doentes. Também existe a eletroforese de hemoglobinas, que consiste na distinção de diferentes hemoglobinas presentes no sangue periférico, padrão-ouro no diagnóstico da doença falciforme (Junior *et al.*, 2011).

O acompanhamento regular é essencial para o tratamento da doença falciforme, assim tanto o médico quanto o paciente consegue ter um controle das crises agudas e da doença em geral, por meio de análises como: hemograma, contagem de reticulócitos, hemoglobina fetal (HbF), avaliação de função renal e hepática, dosagem de ferro e ferritina, sorologias e outros (Brasil, 2018).

Diante disso, essas avaliações clínicas periódicas devem ocorrer da infância até a terceira idade. No entanto, observa-se que durante a transição pediátrico-adulto, que ocorre entre adolescentes e adultos jovens, é comum a falta de adesão ao tratamento, às consultas médicas e ao seguimento das orientações gerais, caracterizando um período de alto risco, com aumento da morbimortalidade dos pacientes (Hoegy *et al.*, 2022). De acordo com Smaldone *et al.* (2018), os papéis adquiridos pelos jovens e pelos pais na autogestão mudam durante a infância e adolescência, e a responsabilidade pela autogestão trespassa dos pais para os jovens. O manejo de doenças crônicas muitas vezes piora durante a adolescência, quando os jovens assumem mais responsabilidade pela autogestão.

Contudo, a falta de seguimento às consultas médicas está ligada à falta de adesão à Hidroxiureia (HU) - principal medicação modificadora da DF com eficácia comprovada - e a piores resultados de saúde, tais como internações, transfusões e sequelas irreversíveis (Creary *et al.*, 2019).

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão sistemática a fim de apresentar intervenções que corroborem para melhor adesão ao tratamento de adolescentes e jovens adultos com doença falciforme durante a transição pediátrico-adulto, além de investigar fatores que influenciam na adesão do seguimento do tratamento nessa faixa etária.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática, metodologia que permite a análise aprofundada de estudos já publicados como referência para o início de uma nova pesquisa. É uma linha de pesquisa que tem como objetivo reunir artigos semelhantes de vários autores e

realizar uma análise estatística, uma pesquisa secundária, que utiliza estudos primários para fazer a análise crítica da literatura (Galvão; Pereira, 2014).

As bases de dados usadas na pesquisa foram a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Medline (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), com os descritores em inglês: “*sickle cell disease*” e “*adherence to treatment*”, unidos pelo operador booleano “AND”. Os critérios de inclusão para a seleção da amostra foram artigos publicados em português e/ou inglês entre 2018 e 2023, sendo eles, ensaios clínicos randomizados e estudos observacionais conduzidos com participantes humanos, disponibilizados gratuitamente na íntegra e que abordavam o tema do estudo após a leitura dos títulos e dos resumos. Além disso, artigos duplicados, que não fossem ensaios clínicos e/ou estudos observacionais e com participantes com idade maior que 25 anos, foram excluídos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Foram encontrados um total de 7 artigos envolvendo 295 participantes, que incluíram tanto pacientes com DF quanto seus cuidadores/pais. A idade dos pacientes desses estudos varia de 12 a 25 anos.

Dentre os artigos analisados, a adesão ao tratamento foi medida por meio de marcadores laboratoriais (HbF, Volume corpuscular médio), auto relatos sobre qualidade de vida e doença e prescrição eletrônica de hidroxiureia.

Cada artigo trouxe um recurso de estudo com o objetivo de melhorar a adesão ao tratamento dos pacientes com DF, voltados principalmente para a faixa etária com menor adesão, adolescentes e adultos jovens. Por meio do trabalho de Badawy *et al.* (2017), no qual analisou 34 pacientes com DF em uso de HU, entre 12 e 18 anos, estimou-se que 75% dos adolescentes não aderem ao HU (Creary *et al.*, 2019), e a não adesão a medicamentos e as consultas periódicas trazem diversas consequências para a qualidade de vida do paciente. Todos eles dispuseram de resultados significativos, como maior adesão à hidroxiureia e aumento na frequência às consultas, diminuição das crises dolorosas e, como efeito, melhor bem-estar.

Estudos prévios demonstram que houve uma queda de 50% nas frequências de hospitalização, crises dolorosas, síndrome torácica aguda e necessidade de transfusões em pacientes que fazem uso da HU (Zago, 2014). Portanto, a adesão aos cuidados médicos é

essencial para o prognóstico do paciente e para a melhoria dos resultados de saúde (Hoegy *et al.*, 2022).

No entanto, pesquisas indicam que aproximadamente metade dos adolescentes com anemia falciforme não aderem à hidroxiureia. De acordo com Creary *et al.* (2019), apenas 75% das crianças em uso de hidroxiureia e apenas 61% de todas as crianças com DF atendem à frequência recomendada de consultas anualmente.

Esses dados chamam atenção para um período muito importante das doenças crônicas, incluindo a DF, a transição do cuidado pediátrico para o adulto. Esse espaço de tempo, na maior parte dos pacientes, não é planejado, contribuindo para altas taxas de morbidade e mortalidade nessa faixa etária (Viola *et al.*, 2021).

Hoegy *et al.* (2022) descreveram a transição como todo o processo de ensinar a independência dos cuidados de saúde para adultos jovens, preparar para a transferência e garantir sua conclusão. Nesse processo, os cuidadores se distanciam e os pacientes desenvolvem um papel ativo e se tornam autônomos e responsáveis por sua própria saúde à medida que envelhecem.

Além da falta de preparo, existem outros diversos fatores que contribuem para a baixa adesão ao tratamento durante a transição. Dentre eles, esquecer de tomar a medicação, conhecimento insuficiente do histórico de saúde e funcionamento e benefícios da medicação, baixa capacidade de autogerenciamento, dificuldade em deixar os serviços pediátricos, falha na comunicação com os pais e inúmeros outros fatores podem ser tornar barreira no tratamento (Creary *et al.*, 2019; Curtis *et al.*, 2019; Smaldone *et al.*, 2019; Viola *et al.*, 2021).

Hoegy *et al.* (2022) pontuam que durante as entrevistas, vários pacientes e profissionais da saúde informaram sobre as diferenças encontradas entre os serviços pediátrico e adulto. Os pacientes relataram que no serviço pediátrico eram mimados, havia diferentes atividades de lazer durante as internações, a relação médico-paciente era direcionada aos cuidadores e referem que no serviço para adulto, os profissionais levam maior tempo para considerarem a dor dos pacientes, quando comparados aos do pediátricos.

Assim, é evidente que existem diversos obstáculos na adesão ao tratamento. Contudo, é fundamental pontuar fatores que viabilizam uma adesão ideal, por exemplo, criar uma rotina, definir lembretes, ter apoio social (amigos, escola) e o mais relevante de todos, a boa relação familiar. Além do mais, construir uma comunicação familiar eficaz tende a ser um passo importante para reduzir o não seguimento ao tratamento, porque possibilita abordar e resolver problemas, fornecer e receber instruções, além de construir e reforçar lembretes e rotinas (Klitzman *et al.*, 2018; Curtis *et al.*, 2019; Morrone *et al.*, 2021).

A partir do que foi apresentado, diversas ferramentas foram estudadas nesse grupo alvo com o intuito de melhorar a adesão aos medicamentos e as consultas durante a transição pediátrico-adulto.

Klitzman *et al.* (2018) trazem que as famílias que seguem rotinas provavelmente são mais capazes de integrar e concluir as tarefas de tratamento recomendadas em suas outras atividades programadas, associado a uma comunicação mais aberta entre pais e filhos.

Smaldone *et al.* (2018, 2019), por meio de dois trabalhos, acompanharam os benefícios agregados ao inserir Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e mensagens de texto personalizadas no dia-a-dia dos pacientes.

Creary *et al.* (2019) demonstram como os adolescentes e seus cuidadores se portam frente às tarefas de tratamento, examinam a adesão à HU e descrevem como a atribuição de responsabilidade ao adolescente é muitas vezes deixada de lado.

Curtis *et al.* (2019) criaram sua intervenção após estabelecer conhecimento teórico e evidências. Todo esse conhecimento sustentou o design e desenvolvimento de um aplicativo para apoiar os pacientes. O APP envolve técnicas de mudança de comportamento, automonitoramento, suporte social e informações sobre antecedentes pessoais.

Viola *et al.* (2021), com o propósito de facilitar a transição da saúde pediátrica para a adulta, avaliaram a viabilidade e aceitabilidade ao parear um adolescente/adulto jovem com doença falciforme a um mentor estudante de medicina. Os estudantes de medicina trabalhavam como mentores, por meio de vídeo chamadas e mensagens de texto semanais por WhatsApp. Os participantes apontaram que a idade semelhante tornava o mentor alguém identificável e que viam como uma grande oportunidade para aprender uns com os outros.

Embora existam diversos estudos sobre fatores que interferem na adesão e ferramentas criadas com o objetivo de melhorar o mesmo, a transição pediátrico-adulto é pouco vivenciada e discutida na prática. É mais que necessário trazer o tema à tona durante as consultas, ainda durante a infância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, evidencia-se que adolescentes e jovens adultos possuem diversos fatores que podem interferir na adesão ao tratamento da DF, principalmente ao longo da transição dos cuidados pediátrico-adulto.

No intuito de melhorar a adesão entre essa faixa etária, diferentes intervenções foram elaboradas. No entanto, mesmo com tantas ferramentas disponíveis, a transição pediátrico-adulto ainda é pouco abordada e quando abordada, de forma tardia e mal planejada.

Logo, é de suma importância que esse tema seja alvo de discussões entre o médico, os cuidadores e a criança durante as consultas de rotina, tornando possível escolher de antemão a ferramenta que melhor se adeque ao paciente durante esse período de alto risco.

REFERÊNCIAS

- BADAWY, Sherif M. *et al.* **Adherence to hydroxyurea, health-related quality of life domains, and patients' perceptions of sickle cell disease and hydroxyurea: a cross-sectional study in adolescents and young adults.** *Health and quality of life outcomes* v. 15, n. 1, p. 136. 5 Jul. 2017. doi:10.1186/s12955-017-0713-x. Disponível em: <https://hqlo.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12955-017-0713-x>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Falciforme.** Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2018/poc0005_22_02_2018.html. Acesso em: 16 abril 2023.
- CREARY, Susan E. *et al.* Allocation of Treatment Responsibility and Adherence to Hydroxyurea Among Adolescents With Sickle Cell Disease. **Journal of pediatric psychology**, v. 44, n. 10, p. 1196-1204. doi:10.1093/jpepsy/jsz061. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles2019_/PMC6823103/. Acesso em: 19 abr. 2023.
- CURTIS, Kristina *et al.* A Medication Adherence App for Children With Sickle Cell Disease: Qualitative Study. **JMIR mHealth and uHealth**, v. 7, n. 6, p. e8130. 18 jun. 2019, doi:10.2196/mhealth.8130. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6604509/>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- FORTINI, Rafael Gravina. **Prática educativa com pessoas que vivem com anemia falciforme: uma reflexão dialógica.** 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9054>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- FREITAS, S. L. F. DE. *et al.* Quality of life in adults with sickle cell disease: an integrative review of the literature. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 195-205, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cJzWZWwgBzZXmJGRP3yBm5x/abstract/?lang=en>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23,n.1, p.183-184, mar. 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 mai. 2023.

HOEGY, Delphine *et al.* Pediatric-Adult Care Transition: Perceptions of Adolescent and Young Adult Patients with Sickle Cell Disease and Their Healthcare Providers. **Patient preference and adherence**, v. 16, p. 2727-2737, 1 Oct. 2022. doi:10.2147/PPA.S377236. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9534149/> . Acesso em: 16 abr. 2023.

JUNIOR, Roosevelt Santos Oliveira *et al.* Perfil Das Internações Por Pneumonia Em Crianças Portadoras De Anemia Falciforme Em Hospital Pediátrico De Salvador. **Revista Baiana Pediatría**, Salvador-BA, v. 5, n. 1, p. 4, set. 2011. Disponível em: <http://www.sobape.com.br/revistas/Revista-baiana-de-pediatria-vol-5-n-1-2011%20ISSN%201806-7085.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

KLITZMAN, Page H *et al.* Behavioral and Pharmacological Adherence in Pediatric Sickle Cell Disease: Parent–Child Agreement and Family Factors Associated With Adherence. **Journal of Pediatric Psychology**, v. 43, Issue 1, Jan./Feb. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsx077>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MORRONE, Kerry A *et al.* Efficient Clinical Counseling for Sickle Cell Disease. **Journal of the National Medical Association**, v. 113, n. 4, p. 382-387, 2021. doi:10.1016/j.jnma.2021.01.006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8368067/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SMALDONE, Arlene *et al.* HABIT, a Randomized Feasibility Trial to Increase Hydroxyurea Adherence, Suggests Improved Health-Related Quality of Life in Youths with Sickle Cell Disease. **The Journal of pediatrics**, v. 197, p. 177-185.e2. (2018). doi:10.1016/j.jpeds.2018.01.054. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5970970/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SMALDONE, Arlene *et al.* HABIT efficacy and sustainability trial, a multi-center randomized controlled trial to improve hydroxyurea adherence in youth with sickle cell disease: a study protocol. **BMC pediatrics**, v. 19, n. 1, p. 354, 15 Oct. 2019. doi:10.1186/s12887-019-1746-6. Disponível em: <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12887-019-1746-6>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VIOLA, Adrienne S. *et al.* Feasibility of Medical Student Mentors to Improve Transition in Sickle Cell Disease. **Journal of pediatric psychology**, v. 46, n. 6, p. 650-661, 2021. doi:10.1093/jpepsy/jsab031. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8291672/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ZAGO, Marco Antonio; FALCÃO, Roberto Passetto; PASQUINI, Ricardo. **Tratado de Hematologia**. São Paulo: Atheneu, 2014.

**INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E QUALIDADE DE VIDA
EM CRIANÇAS COM ASMA: um estudo transversal**

Vitória Cristiny Bernardino Borges¹

Gabriela Lopes dos Santos²

RESUMO: A asma é distúrbio inflamatório crônico desencadeado caracterizada por obstrução do fluxo aéreo que pode prejudicar a interação social e o desenvolvimento físico de adultos e crianças, uma vez que estes indivíduos ficam excessivamente cansados e irritados. O presente estudo tem como objetivo verificar o impacto da asma na independência funcional e qualidade de vida de crianças com asma. Estudo transversal controlado que participarão crianças com asma de ambos os sexos com idade entre quatro e 12 anos de idade e crianças sem asma pareado por idade e sexo. Inicialmente será realizada uma avaliação inicial envolvendo coleta de dados pessoais e da história da doença; Em seguida, os pais e/ou responsáveis e a criança serão submetidas a um questionário baseado nas diretrizes *Global Initiative for Asthma* (GINA), *Childhood Asthma Control Test* (c-ACT), *Autoquestionnaire Qualité de Vie Imagé* (AUQEI) e *Medida da Independência Funcional para crianças* (WeeFIM). Com o intuito de comparar o impacto da gravidade na doença será utilizado o teste Anova One-Way com post-hoc Tukey (intermitente, persistente leve, persistente moderada, persistente moderada). Será considerado um nível de significância de 5%.

Palavras-chave: Asma. Qualidade de Vida. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Modalidade de Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A asma é uma condição crônica que causa inflamação nas vias respiratórias, tornando os brônquios mais sensíveis a desencadeadores, o que leva a episódios de dificuldade respiratória reversível com tratamento (Vilaça *et al.*, 2013). A prevalência global da asma é de cerca de 4,3%, sendo mais comum em países desenvolvidos (Papi *et al.*, 2018). Fatores genéticos desempenham um papel importante, com hereditariedade variando de 35% a 95%, especialmente quando há histórico familiar (Mims, 2015). Fatores ambientais, como exposição ao tabaco, nascimento prematuro, alérgenos, deficiência de vitamina D, infecções virais na infância e obesidade, também contribuem para o desenvolvimento da asma (Stern; Pier; Lintonjua, 2010; Yeh; Schwartzstein, 2010).

¹ Acadêmico do 4º Período do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: vitoriacruzinybernardino3@gmail.com.

² Professor do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, Pós-doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos.

A asma é desencadeada pela combinação de predisposição genética, exposições ambientais e possíveis alterações microbianas e metabólicas (Mims, 2010). Ela se manifesta com obstrução das vias aéreas devido à constrição brônquica, frequentemente desencadeada por alérgenos a inflamação persistente pode causar remodelamento das vias aéreas (Patel; Teach, 2019).

Os sintomas da asma incluem dispneia, tosse e sibilância, com exacerbações frequentes, especialmente à noite (Tarasidis; Wilson, 2015; Mims; 2015). Em casos graves, pode ocorrer obstrução grave das vias aéreas, exigindo atenção médica urgente, pois pode ser fatal (Gupta; Bhat, Pianose, 2018; Mims, 2015). O diagnóstico envolve avaliação dos sintomas clínicos, histórico familiar e testes específicos, como espirometria e testes alérgicos (Patel; Teach, 2019; Jassal, 2015).

Crianças com asma precisam de adaptações no estilo de vida, adesão ao tratamento medicamentoso e modificações ambientais para evitar alérgenos (Castillo; Peters; Busse, 2017). A asma pode afetar a qualidade de vida das crianças devido às crises e aos efeitos dos medicamentos (Abul; Phipatanakul, 2018).

O manejo da asma em crianças tem como objetivo reduzir o comprometimento, melhorar a função pulmonar e prevenir complicações (Patel; Teach, 2019). O tratamento medicamentoso envolve corticosteroides inalatórios e broncodilatadores de ação prolongada (Castillo; Peters; Busse, 2017). A fisioterapia pode ser útil na recuperação das crises e na prevenção de exacerbações (Garagorri-Gutiérrez; Leirós-Rodríguez, 2020).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo clínico transversal controlado, cujos passos metodológicos cumprirão as recomendações do STROBE (*STrengthening the Reporting of OBservational studies in Epidemiology*) (Von Elm *et al.*, 2007). O estudo será realizado de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras das Pesquisas Envolvendo Humanos (Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e Declaração de Helsinki) e será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Todos os pais e/ou responsáveis deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as crianças, o Termo de Assentimento do Menor, no momento de sua admissão na pesquisa, autorizando a publicação dos resultados obtidos. A identidade dos sujeitos será preservada em qualquer forma de publicação e divulgação.

Participarão do estudo crianças de ambos os sexos na faixa etária de 4 a 12 anos de idade com diagnóstico de asma com laudo médico e crianças saudáveis pareadas em idade e sexo. Serão excluídas crianças com alterações neurológicas e cardiológicas; outras doenças respiratórias com alterações anatômicas e estruturais; e limitações cognitivas ou motoras que podem comprometer a realização ou compreensão relatadas pelos pais e comprovadas por laudos médicos.

Após assinatura do TCLE e Termo do Assentimento do Menor, os participantes serão submetidos a uma triagem para verificação dos critérios de inclusão e exclusão, e avaliação inicial envolvendo coleta de dados pessoais e da doença. Em seguida, os pais e/ou responsáveis e a criança serão submetidas a um questionário baseado nas diretrizes *Global Initiative for Asthma* (GINA), *Childhood Asthma Control Test* (c-ACT), *Autoquestionnaire Qualité de Vie Imagé* (AUQEI) e Medida da Independência Funcional para crianças (WeeFIM). A ordem da realização das escalas será aleatorizada.

Para a classificação da gravidade da asma será considerado os critérios modificados das diretrizes da *Global Initiative for Asthma* (GINA), analisando os seguintes parâmetros: frequência dos sintomas (dispneia com sibilos e/ou tosse), despertares noturnos, limitação de atividade e valor do VEF1. Ao final, os asmáticos serão separados em quatro grupos: asma intermitente, asma persistente leve, asma persistente moderada e asma persistente grave (Simões *et al.*, 2010). A avaliação do controle da asma será realizada por meio do *Childhood Asthma Control Test* (c-ACT). A pontuação é uma soma de todas as respostas, variando de 0 (pior controle da asma) a 27 (ótimo controle da asma) (Oliveira *et al.*, 2016).

A avaliação da qualidade de vida (QV) será realizada através do instrumento *Autoquestionnaire Qualité de Vie Imagé* (AUQEI), o qual foi traduzido e validado para o Brasil em crianças de quatro a 12 anos (Kuczynski *et al.*, 2000). Esse instrumento tem o intuito de avaliar a sensação subjetiva de bem-estar, partindo do pressuposto de que o indivíduo em desenvolvimento é, e sempre foi, capaz de se expressar quanto à sua subjetividade (Araújo *et al.*, 2014).

Para avaliação da independência funcional será utilizado a Medida da Independência Funcional para crianças (WeeFIM) que consiste em um questionário preenchido pelas respostas dadas pelos pais/ responsáveis. A partir desse instrumento, avalia-se os seguintes domínios: autocuidado, mobilidade/transferências, controle de esfíncteres, locomoção, comunicação e interação social. Cada atividade é graduada de acordo com o nível de assistência necessário para a criança completá-la (Santos, 2016).

3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS ESPERADOS

Inicialmente os dados serão organizados em uma planilha do Excel (Microsoft Office Excel 2010) para realização da estatística descritiva e, posteriormente, serão exportados para o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science* – versão 20.0, Chicago, IL, EUA).

Para a análise estatística serão aplicados os testes Shapiro-Wilk e Levene com o objetivo de verificar a normalidade e homogeneidade dos dados, respectivamente. Se os dados apresentarem distribuição normal e homogênea, os testes de T independente e de Correlação de Pearson serão utilizados para comparar os grupos (com e sem asma) e verificar a presença de associação entre as variáveis. Com o intuito de comparar o impacto da gravidade na doença será utilizado o teste Anova One-Way com post-hoc Tukey (intermitente, persistente leve, persistente moderada, persistente moderada). Será considerado um nível de significância de 5%.

Espera-se que pacientes asmáticos apresentem maior prejuízo na independência funcional e qualidade de vida quando comparados aos seus pares sem asma. Além disso, espera-se que pacientes com maior gravidade e menor controle da asma apresentem menor qualidade de vida e maior comprometimento na independência funcional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A asma é definida como distúrbio inflamatório crônico desencadeado por uma hiperresponsividade do organismo, caracterizada por obstrução do fluxo aéreo, originando-se mais comumente na infância (Mims, 2015). Os sintomas da asma são variáveis e bem inespecíficos, podendo ser sibilos, tosse, dispneia e sensação de aperto no peito, o que dificulta o seu diagnóstico. No entanto, mesmo diante desta dificuldade no diagnóstico, a asma é considerada uma das doenças respiratórias mais comuns, afetando cerca de 235 milhões de pessoas em todo o mundo (Drake; Simpson; Fowler, 2019).

Devido à interferência direta no fluxo aéreo, essa afecção pode prejudicar a interação social e o desenvolvimento físico de adultos e crianças, uma vez que estes indivíduos ficam excessivamente cansados e irritados (Papi *et al.*, 2018). De acordo com a literatura, a asma é responsável por até 30% das limitações funcionais em crianças, o que pode acarretar alterações no desenvolvimento motor bem como na execução de habilidades motoras (Vilaça

et al., 2013). Desta forma, o presente estudo hipotetiza que crianças com asma poderão apresentar comprometimento na funcionalidade, que por sua vez, pode gerar um impacto negativo na qualidade de vida da criança e da família.

REFERÊNCIAS

- ABUL, M. H.; PHIPATANAKUL, W. Severe asthma in children: evaluation and management. **Allergology International**, v. 68, n. 2, p. 150-157, 2019.
- ARAÚJO, D. L. *et al.* Avaliação da qualidade do sono e da qualidade de vida na asma. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, v. 2, n. 3, p. 107-111, 2014.
- CASTILLO, J. R.; PETERS, S. P.; BUSSE, W. W. Asthma exacerbations: pathogenesis, prevention, and treatment. **The Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice**, v. 5, n. 4, p. 918-927, 2017.
- DRAKE, S. M.; SIMPSON, A.; FOWLER, S. J. Asthma diagnosis: the changing face of guidelines. **Pulmonary therapy**, v. 5, n. 2, p. 103-115, 2019.
- GARAGORRI-GUTIÉRREZ, D.; LEIRÓS-RODRÍGUEZ, R. Effects of physiotherapy treatment in patients with bronchial asthma: A systematic review. **Physiotherapy Theory and Practice**, p. 1-11, 2020.
- GUPTA, A.; BHAT, G.; PIANOSI, P. What is new in the management of childhood asthma?. **The Indian Journal of Pediatrics**, v. 85, n. 9, p. 773-781, 2018.
- JASSAL, M. S. Pediatric asthma and ambient pollutant levels in industrializing nations. **International health**, v. 7, n. 1, p. 7-15, 2015.
- KUCZYNSKI, E. *et al.* Quality of life evaluation scale (AUQEI): validity and reliability of a quality of life scale for children from 4 to 12 years-old. **Arquivos de neuro-psiquiatria**, v. 58, n. 1, p. 119-127, 2000.
- MIMS, J. W. Asthma: definitions and pathophysiology. In: **International forum of allergy & rhinology**, Suppl. 1, p. S2-S6, 2015.
- PAPI, A. *et al.* Asthma. **Lancet**, v. 24, n. 391, p.783-800, 2018.
- PATEL, S. J; THEACH S. J. Asthma. **Pediatrics in review**, v. 40, n.11, p. 549-567, 2019.
- SANTOS, P. D. *et al.* Instrumentos que avaliam a independência funcional em crianças com paralisia cerebral: uma revisão sistemática de estudos observacionais. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 23, p. 318-328, 2016.
- STERN, J.; PIER, J.; LITONJUA, A. A. Asthma epidemiology and risk factors. **Seminars in immunopathology**, v. 42, n.1, p. 5-15, 2020.

TARASIDIS, G. S.; WILSON, K. F. Diagnosis of asthma: clinical assessment. **International forum of allergy & rhinology**, v.5, Supp. 1, p.S23-6, 2015.

VILAÇA, V. A. *et al.* Fatores associados à qualidade de vida de crianças asmáticas atendidas em ambulatório público especializado da cidade de Maceió/AL. **Fisioterapia Brasil**, v. 14, n. 5, p. 363-369, 2013.

YEH, S. Y; SCHWARTZSTEIN, R. Asthma: Pathophysiology and diagnosis. **Asthma, Health and Society**, v. 8, p. 19-42, 2010.

INFLUÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO RENDIMENTO ESPORTIVO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA GENÉTICA

Yan Carlos Silva

Murillo de Sousa Pinto

Aroldo Vieira de Moraes Filho

RESUMO: Estudos genéticos têm evidenciado a importância das variantes genéticas na determinação da aptidão física, resposta ao treinamento e suscetibilidade a lesões esportivas. Além disso, destaca-se a contribuição de variantes genéticas na regulação do metabolismo energético, sugerindo implicações na resistência e recuperação do atleta. Portanto, este trabalho tem como objetivo avaliar publicações científicas com o tema de doenças genéticas e sua relação com atletas esportivos observando a atuação do fisioterapeuta no desenvolvimento destes atletas por meio de uma revisão bibliográfica. Foram utilizados artigos completos que continham relações entre aspectos genéticos e esportes, bem como, a atuação da fisioterapia em atletas portadores de doenças genéticas. Diante dos dados analisados conclui-se que existem poucos relatos científicos atualizados sobre a atuação do fisioterapeuta no âmbito de doenças genéticas relacionadas ao rendimento de atletas. Contudo torna-se evidente que a fisioterapia desempenha um papel indispensável na melhora do rendimento esportivo de atletas portadores de doenças genéticas.

PALAVRAS-CHAVE: Fisioterapeuta do Esporte. Genética e Esporte. Doenças Genéticas.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre genética e desempenho esportivo tem sido objeto de intensa investigação científica nas últimas décadas. A compreensão das influências genéticas nos esportes de alto rendimento desempenha um papel crucial na otimização do treinamento e no desenvolvimento de estratégias de reabilitação. A fisioterapia, por sua vez, emerge como uma disciplina fundamental na abordagem integrada do atleta, considerando as predisposições genéticas e suas implicações na prevenção de lesões e no aprimoramento do desempenho atlético (Dias, 2011).

Estudos genéticos têm evidenciado a importância das variantes genéticas na determinação da aptidão física, composição corporal, resposta ao treinamento e suscetibilidade a lesões esportivas (Abreu; Leal-Cardoso, 2017). Os polimorfismos genéticos podem influenciar a eficácia das adaptações musculares ao treinamento de resistência, afetando diretamente a performance esportiva. Além disso, pode-se destacar que há

contribuições de variantes genéticas na regulação do metabolismo energético, sugerindo implicações na resistência e recuperação do atleta (Dias *et al.*, 2007).

No contexto da fisioterapia esportiva, a análise genética oferece informações valiosas para a prevenção de lesões e o desenvolvimento de protocolos de reabilitação personalizados (Barros; Thiele, 2011). Conforme o trabalho de Fernande, Pedrinelli e Hernandez (2011), a identificação de variantes genéticas associadas a maior risco de lesões, como tendinopatias e entorses, permite uma abordagem mais precisa na mitigação desses problemas. Além disso, a fisioterapia pode se beneficiar das descobertas genéticas ao adaptar estratégias de tratamento de acordo com a resposta individual do paciente.

É fundamental reconhecer que a interação entre genética, treinamento esportivo e fisioterapia é complexa e multifacetada. Embora genes possam influenciar predisposições, o ambiente de treinamento e os cuidados fisioterapêuticos desempenham um papel essencial na determinação do sucesso atlético (Roschel; Tricoli; Ugrinowitsch, 2011). Nesse sentido, abordagens integrativas que considerem tanto fatores genéticos quanto ambientais emergem como a vanguarda na otimização do desempenho esportivo (Forjaz; Tricoli, 2011).

A compreensão das implicações da genética nos esportes de alto rendimento oferece um horizonte promissor para a fisioterapia esportiva. Ao considerar as predisposições genéticas do atleta, os fisioterapeutas podem personalizar os tratamentos, otimizar a reabilitação e contribuir para o alcance de um desempenho atlético excepcional. No entanto, é crucial ressaltar que a interação entre genética, treinamento e fisioterapia é uma área em constante evolução, exigindo uma abordagem holística e atualizada para atender às demandas dos atletas contemporâneos (Bueno Junior; Pereira, 2010).

Portanto, este trabalho tem como objetivo avaliar publicações científicas com o tema de doenças genéticas e sua relação com atletas esportivos observando a atuação do fisioterapeuta no desenvolvimento destes atletas e na melhora do rendimento por meio de uma revisão bibliográfica.

2 METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura disponível nos bancos de artigos Scielo, Pubmed e Google Acadêmico. Para a pesquisa foram utilizados os termos e palavras chaves em português: genética and esportes and fisioterapia e em inglês: genetics and sports and physiotherapy. Após a leitura dos resumos dos artigos encontrados, como critério

de seleção, foram utilizados artigos completos que continham relações entre aspectos genéticos e esportes, bem como, a atuação da fisioterapia em atletas portadores de doenças genéticas, nos idiomas inglês e português publicados na íntegra. Pela pequena quantidade de trabalhos publicados nos últimos 5 anos optou-se por uma revisão atemporal com a finalidade de reunir e sintetizar os resultados mais relevantes encontrados a respeito da temática. A pesquisa foi realizada no período de março a agosto de 2023.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 Aspectos genéticos que favorecem os esportes de alto rendimento

A busca incessante pela excelência no desempenho esportivo tem levado pesquisadores a explorar profundamente os aspectos genéticos que podem conferir vantagens significativas aos atletas de alto rendimento. Nos últimos anos, a genética do esporte emergiu como um campo de estudo interdisciplinar, revelando insights valiosos sobre como certos genes e polimorfismos podem influenciar características físicas e fisiológicas cruciais para o sucesso atlético. Essa interação complexa entre genética e desempenho esportivo tem o potencial de revolucionar a forma como identificamos talentos, personalizamos treinamentos e otimizamos o potencial dos atletas (Wang; Ashokan, 2021).

Estudos genéticos têm demonstrado que variações genéticas individuais podem desempenhar um papel crucial na determinação da resposta ao treinamento, capacidade de recuperação, composição de fibras musculares e até mesmo na suscetibilidade a lesões (Lippi *et al.*, 2010). Por exemplo, pesquisa realizada por Jiang *et al.* (2012) destacou a importância de variantes genéticas relacionadas ao metabolismo aeróbico, sugerindo que genes envolvidos no transporte de oxigênio podem influenciar diretamente a capacidade de resistência e endurance em esportes de longa duração. Da mesma forma, estudos conduzidos por Dunn *et al.* (2018) têm explorado genes associados à força muscular e potência anaeróbica, ressaltando a relevância desses fatores em esportes que demandam explosão e velocidade.

À medida que avançamos no entendimento desses aspectos genéticos, torna-se evidente que a genética do esporte oferece um novo paradigma para a otimização do desempenho atlético. A capacidade de identificar características genéticas associadas ao sucesso em esportes específicos pode fornecer às equipes técnicas e treinadores informações valiosas para moldar estratégias de treinamento personalizadas e maximizar o potencial dos

atletas. No entanto, é importante ressaltar que, embora a genética possa fornecer uma base sólida, o sucesso esportivo continua a ser moldado por uma combinação intrincada de fatores genéticos e ambientais, bem como pelo compromisso, dedicação e mentalidade do atleta (Guilherme *et al.*, 2014; Varillas-Delgado *et al.*, 2022).

3.2 Limitações genéticas que podem influenciar no rendimento esportivo

O campo da genética do esporte tem fornecido insights cruciais sobre os fatores que podem influenciar o desempenho atlético de indivíduos. Enquanto a busca pela excelência esportiva muitas vezes se concentra nas vantagens genéticas, é igualmente importante reconhecer as limitações genéticas que também podem desempenhar um papel fundamental no rendimento esportivo. Estudos recentes têm demonstrado que certas variantes genéticas podem representar obstáculos para o desempenho máximo em algumas disciplinas esportivas, destacando a complexa interação entre genética, ambiente e treinamento (Varillas-Delgado *et al.*, 2022).

A predisposição genética para certos tipos de lesões esportivas pode limitar a capacidade de um atleta alcançar seu potencial máximo. Por exemplo, variantes genéticas que influenciam a estrutura e a força dos tecidos conjuntivos, como tendões e ligamentos, podem aumentar a suscetibilidade a lesões (Alves *et al.*, 2008). Essas limitações genéticas podem afetar a capacidade de treinamento, recuperação e desempenho, tornando-se um desafio para atletas que buscam atingir altos níveis de rendimento (Lou; Li, 2022).

Outro fator limitante de natureza genética é a capacidade de adaptação ao treinamento, que como enfatizado por Dias (2011) em seu artigo intitulado Genética, performance física humana e doping genético: o senso comum versus a realidade científica, indivíduos podem apresentar respostas variáveis ao mesmo programa de treinamento devido a diferenças genéticas em termos de ganho de força, resistência aeróbica e outros atributos relevantes para o desempenho esportivo. Essas limitações genéticas na capacidade de adaptação podem influenciar a eficácia do treinamento e, conseqüentemente, o potencial de rendimento.

A variabilidade genética também desempenha um papel na determinação das características físicas e fisiológicas de um atleta, como a capacidade cardiovascular, a distribuição de fibras musculares e a sensibilidade à insulina (Guth; Roth, 2013). Variantes genéticas associadas a menor capacidade aeróbica, por exemplo, podem limitar a performance em esportes que dependem fortemente do sistema cardiovascular, como corridas de resistência, conforme discutido por Araujo e Araujo (2000). Além disso, fatores genéticos que

influenciam a composição corporal e a distribuição de massa muscular podem impactar o desempenho em esportes que exigem força e potência (Coelho; Burini, 2009).

3.3 Doenças genéticas e potencial esportivo

Diversas doenças genéticas têm o potencial de influenciar negativamente o desempenho esportivo, muitas vezes limitando a capacidade dos atletas de participar plenamente de suas atividades esportivas escolhidas. Algumas condições genéticas podem afetar diretamente a função cardíaca, respiratória ou muscular, prejudicando a capacidade do corpo de responder ao estresse físico intenso imposto pelo treinamento esportivo e competições (Abreu; Leal-Cardoso, 2017). Estudos têm explorado como doenças genéticas que afetam a função cardíaca, como a cardiomiopatia hipertrófica, podem representar um risco aumentado de arritmias cardíacas durante o exercício, colocando em risco a segurança do atleta (Bazan *et al.*, 2020).

Além dos efeitos diretos nas funções fisiológicas, doenças genéticas também podem influenciar a capacidade de recuperação após o esforço físico. Condições genéticas que comprometem a reparação muscular, como distrofia muscular ou miopatias, podem limitar a capacidade do atleta de se recuperar adequadamente entre sessões de treinamento ou competições intensas. Isso não apenas impacta o desempenho imediato, mas também aumenta o risco de lesões crônicas ao longo do tempo (Hernandez, 2011).

A interação entre doenças genéticas e esportes de alto rendimento também envolve considerações psicológicas e emocionais (Colagrai *et al.*, 2022). Atletas que enfrentam desafios devido a doenças genéticas podem lidar com estresse adicional, preocupações sobre seu desempenho e incertezas sobre o futuro de suas carreiras esportivas. Isso pode afetar a motivação, o foco mental e o bem-estar emocional dos atletas, prejudicando ainda mais seu desempenho. Portanto, abordagens holísticas que levam em consideração tanto os aspectos físicos quanto os psicossociais são essenciais ao enfrentar as dificuldades impostas por doenças genéticas no contexto esportivo (Reis *et al.*, 2010; Vieira *et al.*, 2010).

É de suma importância reconhecer que doenças genéticas podem representar um desafio substancial para os atletas que aspiram ao alto rendimento esportivo. Compreender como essas condições genéticas podem afetar a saúde e o desempenho é fundamental para a implementação de estratégias de treinamento, acompanhamento médico e apoio psicológico adequados, garantindo que os atletas tenham a melhor chance de superar as dificuldades genéticas e alcançar seu potencial máximo (Vieira, 2016).

3.4 Papel da fisioterapia na melhora do rendimento esportivo de portadores de doença genética

A busca pela otimização do desempenho esportivo em indivíduos portadores de doenças genéticas apresenta um desafio complexo, mas de extrema relevância, neste contexto, a fisioterapia emerge como uma área crucial, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde, reabilitação e melhora do rendimento esportivo desses atletas (Coelho; Burini, 2009). Ao integrar conhecimentos sobre genética, fisiologia e técnicas de reabilitação, a fisioterapia desempenha um papel multifacetado na maximização das capacidades físicas e na minimização dos impactos das doenças genéticas sobre o desempenho atlético (Souza *et al.*, 2019).

Estudos recentes têm destacado os benefícios da fisioterapia como parte integrante da abordagem terapêutica para portadores de doenças genéticas que buscam melhorar seu rendimento esportivo (De Sousa Cabral; Vieira, 2021). Através de intervenções personalizadas, a fisioterapia pode contribuir para a otimização da função muscular, o aumento da flexibilidade, o controle postural e o condicionamento cardiovascular, essas intervenções não apenas visam melhorar o desempenho atlético, mas também podem atenuar os efeitos adversos das doenças genéticas, como fraqueza muscular e rigidez articular (Queiroz; Santos, 2013).

A fisioterapia desempenha um papel crucial na prevenção e reabilitação de lesões em atletas portadores de doenças genéticas. Através de técnicas de avaliação biomecânica e análise funcional, os fisioterapeutas podem identificar áreas de fraqueza, desequilíbrios musculares e padrões de movimento inadequados (De Jesus; Guimarães, 2021).

O fisioterapeuta oferece suporte crucial na gestão da dor e na melhora da qualidade de vida dos atletas portadores de doenças genéticas (Gosling, 2012). Através de técnicas de terapia manual, exercícios terapêuticos e outras modalidades de tratamento, os fisioterapeutas podem reduzir o quadro algico, auxiliar no controle da inflamação e promover a recuperação após o esforço físico intenso, esse aspecto é particularmente relevante, visto que, muitas doenças genéticas podem estar associadas a desconforto e dor crônica (Letieri *et al.*, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos deste trabalho, conclui-se que existem poucos relatos científicos atualizados sobre a atuação da fisioterapia no âmbito de doenças genéticas relacionadas ao rendimento de atletas. Contudo torna-se evidente que a fisioterapia desempenha um papel indispensável na melhora do rendimento esportivo de atletas portadores de doenças genéticas. Ao adotar uma abordagem holística que considera as implicações genéticas, fisiológicas e biomecânicas, os fisioterapeutas podem desempenhar um papel integral na promoção da saúde, prevenção de lesões e otimização do desempenho atlético desses indivíduos. Essa interação colaborativa entre a genética, a fisioterapia e a prática esportiva é essencial para que atletas portadores de doenças genéticas alcancem seus objetivos e superem os desafios inerentes à sua condição.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Phablo; LEAL-CARDOSO, José Henrique; CECCATTO, Vânia Marilande. Adaptação do músculo esquelético ao exercício físico: considerações moleculares e energéticas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, p. 60-65, 2017.
- ALVES, Crésio; LIMA, Renata Villas Boas. Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento e puberdade de crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, p. 383-391, 2008.
- BARROSO, Guilherme Campos; THIELE, Edilson Schwansee. Lesão muscular nos atletas. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 46, p. 354-358, 2011.
- BAZAN, Silméia Garcia Zanati *et al.* Cardiomiopatia hipertrófica–revisão. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, p. 927-935, 2020.
- BUENO JÚNIOR, Carlos Roberto; PEREIRA, Marcelo Gomes. Biologia molecular como ferramenta no esporte de alto rendimento: possibilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, p. 231-249, 2010.
- COELHO, Christianne de Faria; BURINI, Roberto Carlos. Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 937-946, 2009.
- COLAGRAI, Alexandre Conttato *et al.* Saúde e transtorno mental no atleta de alto rendimento: mapeamento dos artigos científicos internacionais. **Movimento**, v. 28, p. e28008, 2022.

- DIAS, Rodrigo Gonçalves. Genética, performance física humana e doping genético: o senso comum versus a realidade científica. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 17, p. 62-70, 2011.
- DIAS, Rodrigo Gonçalves *et al.* Polimorfismos genéticos determinantes da performance física em atletas de elite. **Revista Brasileira de medicina do Esporte**, v. 13, p. 209-216, 2007.
- DUNN, J.-O. C.; MYTHEN, M. G.; GROCOTT, M. P. Physiology of oxygen transport. **Bja Education**, v. 16, n. 10, p. 341-348, 2016.
- GOSLING, Artur Padão. Mecanismos de ação e efeitos da fisioterapia no tratamento da dor. **Revista Dor**, v. 13, p. 65-70, 2012.
- GUILHERME, João Paulo Limongi França *et al.* Genetics and sport performance: current challenges and directions to the future. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, p. 177-193, 2014.
- GUTH, Lisa M.; ROTH, Stephen M. Genetic influence on athletic performance. **Current opinion in pediatrics**, v. 25, n. 6, p. 653, 2013.
- HERNANDEZ, Tiago. Lesão muscular-fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e apresentação clínica. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 46, n. 3, p. 247-255, 2011.
- JIANG, Ying-Ying *et al.* The impact of oxygen on metabolic evolution: a chemoinformatic investigation. **PLoS computational biology**, v. 8, n. 3, p. e1002426, 2012.
- LETIERI, Rubens Vinícius *et al.* Dor, qualidade de vida, autopercepção de saúde e depressão de pacientes com fibromialgia, tratados com hidrocinestoterapia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 53, p. 494-500, 2013.
- LIPPI, Giuseppe; LONGO, Umile Giuseppe; MAFFULLI, Nicola. Genetics and sports. **British medical bulletin**, v. 93, n. 1, p. 27-47, 2010.
- LUO, Junbo; LI, Xuejun. Clinical application of gene medicine in preventing sports injuries. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 28, p. 46-49, 2022.
- REIS, Ana Lúcia Pellegrini Pessoa dos; FERNANDES, Sônia Regina Pereira; GOMES, Almiralva Ferraz. Estresse e fatores psicossociais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, p. 712-725, 2010.
- ROSCHEL, Hamilton; TRICOLI, Valmor; UGRINOWITSCH, Carlos. Treinamento físico: considerações práticas e científicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 53-65, 2011.
- SOUZA, Ítala Paris de *et al.* Doenças genéticas raras com abordagem qualitativa: revisão integrativa da literatura nacional e internacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3683-3700, 2019.

VARILLAS-DELGADO, David *et al.* Genetics and sports performance: the present and future in the identification of talent for sports based on DNA testing. **European journal of applied physiology**, v. 122, n. 8, p. 1811-1830, 2022.

VIEIRA, Lenamar Fiorese *et al.* Psicologia do esporte: uma área emergente da psicologia. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 391-399, 2010.

WANG, Yucong; ASHOKAN, Kalaiselvan. Physical exercise: An overview of benefits from psychological level to genetics and beyond. **Frontiers in Physiology**, v. 12, p. 731858, 2021.

**INTERVENÇÕES PRECOSES PARA O AUTISMO NA INFÂNCIA:
abordagens e impacto no desenvolvimento**

Isabella Peres da Paz¹

Alice Campos Meneses

Daniel Rodrigues Silva Filho

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: O transtorno do espectro autista (TEA) pode ser definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, que possui múltiplas etiologias e se manifesta em variados graus de gravidade. As principais características do TEA são o prejuízo persistente na interação social e na comunicação recíproca. Além disso, os sintomas manifestam-se desde a infância e podem prejudicar ou limitar o funcionamento diário do indivíduo. Nesse contexto, o presente estudo objetiva estabelecer a importância das intervenções precoces em crianças com TEA. Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizou-se uma pesquisa em bancos de dados, que incluiu estudos publicados entre 2017 e 2023. Foi observada uma relação positiva entre as intervenções precoces e crianças, alguns dos estudos inferem que quanto mais cedo for a intervenção, melhores serão os resultados, há também a associação entre características prévias das crianças com maiores benefícios. A participação dos pais foi outro fator positivo.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Criança. Intervenções precoces.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno complexo do desenvolvimento, é caracterizado por múltiplas causas e uma ampla gama de severidade. O TEA abrange condições conhecidas como autismo infantil, autismo de Kanner, autismo atípico, autismo de alto funcionamento, transtorno desintegrativo da infância, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação e transtorno de Asperger (Steffen *et al.*, 2019; APA, 2014).

As principais características do TEA são o prejuízo persistente na interação social e na comunicação recíproca, além de padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e repetitivos. Além disso, os sintomas manifestam-se desde a infância e podem prejudicar ou

¹ Acadêmica do 7º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

² Professor e Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

limitar o funcionamento diário do indivíduo. Desse modo, tais características são usadas como critérios para o diagnóstico do TEA (APA, 2014).

O TEA tem maior prevalência em meninos, na proporção de 3,5 a 4 para uma menina. Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 160 crianças há um caso de autismo. Além disso, baseado nos estudos dos últimos 50 anos, observa-se que a prevalência global do TEA aumentou (Viana *et al.*, 2020).

Não existe cura para o TEA, porém existem intervenções que melhoram as habilidades sociais, comunicativas e motoras do indivíduo diagnóstico. Quanto mais cedo forem feitas essas intervenções, melhor o prognóstico da doença, em virtude do maior potencial em mudar o curso do neurodesenvolvimento e a maior plasticidade neuronal (Steffen *et al.*, 2019).

Dessa forma, a escolha desse tema justifica-se devido ao aumento da prevalência do autismo na sociedade atual, além de que o diagnóstico do TEA tem sido de forma mais precoce. Diante disso, esse trabalho tem como objetivo abordar a importância do diagnóstico precoce do autismo e as formas multiprofissionais de intervenção, que contribuem para um melhor prognóstico.

2 METODOLOGIA

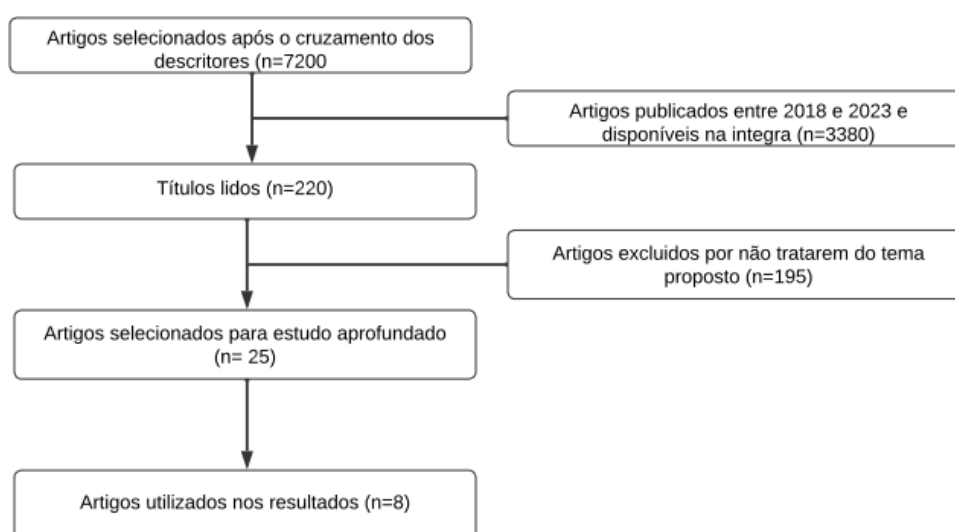
O método escolhido para alcançar os objetivos do presente estudo foi a revisão integrativa da literatura. Esse método propõe identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos independentes acerca das evidências existentes na prática da saúde, possibilitando o desenvolvimento de protocolos, políticas, procedimentos e pensamento crítico (Souza *et al.*, 2010).

A revisão integrativa é composta por seis fases. Dessa forma, a primeira fase trata-se da elaboração de uma pergunta norteadora, a segunda propõe à busca ou amostras diversificadas na literatura, a terceira foca na coleta de dados dos artigos selecionados, a quarta preconiza a análise dos dados de forma crítica e de acordo com os níveis de evidências, a quinta visa a discussão dos resultados e a sexta objetiva a apresentação clara e completa da revisão integrativa (Souza *et al.*, 2010).

Para seleção dos artigos, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), BVS, PubMed e Google Acadêmico. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: “Autismo”, “Transtorno do espectro autista”, “Intervenção precoce” e “criança”.

Dessa forma, definiram-se os critérios de inclusão como sendo: recorte temporal de 2017 a 2023, artigos publicados em português e inglês, disponíveis integralmente; e indexados nos referidos bancos de dados. Os seguintes critérios foram adotados como critérios de exclusão: artigos indexados repetidamente, artigos não disponíveis integralmente e que após a leitura do título e resumo não enquadrava nos critérios de elegibilidade para pesquisa. Os resultados constam no fluxograma 1, com toda representação dessas etapas.

Fluxograma 1 - Etapas e seleção dos artigos



Logo após analisar e selecionar os dados extraídos dos artigos foi feito os resultados e discussões.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Em um dos estudos selecionados, verificou-se o uso do Modelo Denver de início precoce baseado em grupo (G-ESDM), em que 58 crianças em idade pré-escolar diagnosticadas previamente com TEA, foram divididas em duas salas, uma no contexto inclusivo, em que os alunos com TEA ficavam em salas com crianças predominantemente típicas, e no contexto especializado, ou seja, salas especializadas e que continham apenas crianças com TEA. Não havia diferenças entre as crianças randomizadas para as salas inclusivas e especializadas na avaliação inicial no quesito idade, sintomas do autismo e

quociente de desenvolvimento verbal/não verbal. Os cuidadores de todas as crianças também eram altamente qualificados e treinados quanto ao G-ESDM (Vivanti *et al.*, 2022).

No G-ESDM, a equipe de profissionais da educação gera um conjunto de metas, que leva em consideração o perfil específico de pontos fortes e fracos de cada criança em várias áreas do desenvolvimento, como comunicação verbal e não verbal, socialização e habilidades cognitivas e adaptativas. Os objetivos são atingidos por meio de atividades diárias ministradas em sala de aula, além de brincadeiras cooperativas e lúdicas com colegas (Vivanti *et al.*, 2022).

Os resultados apoiam a ideia de que o nível de desenvolvimento e o grau de interesse social podem ser fatores relevantes a serem considerados por famílias e prestadores de serviços ao decidirem sobre os ambientes de intervenção. Foi constatado que, enquanto crianças com alto interesse social parecem se sair igualmente bem em diferentes ambientes, aquelas com baixo interesse social apresentam ganhos menores em ambientes inclusivos em comparação com seus pares com maior interesse social (Vivanti *et al.*, 2022).

Portanto, crianças que demonstram menor engajamento da atenção com estímulos sociais e emocionais podem se beneficiar ao receber intervenções específicas nesse domínio, a fim de aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas em ambientes inclusivos. Porém, houve um resultado positivo nos dois grupos em relação a comunicação e comportamento social quando comparado com o início do estudo, evidenciando que a intervenção precoce traz benefícios independentemente da sala que é aplicada (Vivanti *et al.*, 2022).

Na metátese proposta desenvolvida por Yu *et al.* (2020), em contrapartida, avaliou sistematicamente as evidências para o uso de intervenções baseadas na análise aplicada (ABA) do comportamento para manejar vários sintomas de crianças com TEA. Essa metodologia é muito eficaz no ensino do básico da comunicação em jogos, esportes, interações sociais, habilidades de autoajuda e vida diária.

Foram avaliados o uso de intervenções que tem como base a ABA, como o Early Start Denver Model (ESDM), Picture Exchange Communication Systems (PECS), Discrete Trial Training (DTT) e Pivotal Response Treatment (PRT) (Yu *et al.*, 2020)

ESDM: usa o afeto positivo, a troca entre a criança e o terapeuta, no objetivo de construir uma relação, na responsividade e sensibilidade dos adultos em relação à criança e tem foco na comunicação verbal e não verbal. Não é uma brincadeira com objetos, e sim uma “brincadeira” entre pessoas (Yu *et al.*, 2020)

PECS: é um programa que instrui as crianças a usar um sistema de comunicação baseado em troca de figuras, muito utilizado em ambientes clínicos e escolares para crianças com TEA que não verbalizam (Yu *et al.*, 2020).

DDT: são métodos de instrução direta e sistemática, que são usados repetidamente até que a criança adquira aquela habilidade. É um tipo de treinamento a partir de intervenções pontuais e focadas (Yu *et al.*, 2020).

PRT: intervenção que se concentra em organizar o ambiente para promover o uso de estruturas-alvo. É um treinamento que atua nas áreas centrais do desenvolvimento a partir de brincadeiras, é considerada uma intervenção naturalista, porque essa brincadeira é iniciada pela criança (Yu *et al.*, 2020).

Foram incluídos nesse artigo supracitado, 14 ensaios clínicos, resultando um total de 555 participantes, dos quais 278 pertenciam ao grupo experimental e 277 ao grupo controle. A idade dos participantes variou de 6 a 102 meses, sendo que os participantes foram diagnosticados previamente com Transtorno do Espectro Autista. Dos 14 estudos, 5 utilizaram a intervenção baseada em ABA, um usou DDT, 5 usaram ESDM, e três usaram PECS.

No que tange a socialização, comunicação e linguagem expressiva houve eficácia significativa, de modo geral, em todas as intervenções baseadas em ABA. Não houve diferenças significativas entre o método ABA e o ESDM na socialização e habilidades de vida diária. Também se mostraram como eficácia insignificante para a linguagem receptiva, comportamento adaptativo e cognição (Yu *et al.*, 2020).

Além disso, foi constatado que intervenções abrangentes e de longo prazo baseadas em ABA foram benéficas e levou a efeitos positivos médios e grandes no desenvolvimento de crianças com TEA no que se diz respeito a termos de funcionalidade intelectual, aquisição de habilidades de vida diária e funcionamento social. Também foi observado que o envolvimento dos pais em ajudar os mediadores melhorou a comunicação e a interação social das crianças e na eficácia de aumentar a reciprocidade em relação aos outros (Yu *et al.*, 2020).

Baseando argumentos na neuroplasticidade, uma metáfora composta por 14 estudos, leva em conta a noção de períodos críticos ou sensíveis, ou seja, é um tempo em que o cérebro do indivíduo está preparado para receber áreas específicas do aprendizado e que essa “porta” do aprendizado se fecha gradualmente de acordo com o crescimento (Towle *et al.*, 2020).

Os primeiros sintomas de TEA são geralmente observáveis e evidentes dos 12 aos 18 meses de idade. Existem atualmente inúmeros modelos de abordagens do autismo precoce, no entanto, cada modelo integra o conceito de uma cascata de desenvolvimento, no qual os

transtornos em uma fase do desenvolvimento causam interferências na aquisição bem-sucedida das subseqüentes. Esses entraves são refletidos por diferenças neurobiológicas precoces que interferem na especialização cortical posterior e o desenvolvimento típico das habilidades. Ou seja, quanto mais tardiamente for feita essa intervenção, mais difícil será de interferir nos circuitos neurais e na expressão comportamental para se obter padrões comportamentais mais ideais para a criança (Towle *et al.*, 2020).

Desses 14 estudos analisados, 12 tiveram ao menos um achado em que a idade de início da intervenção precoce contribuiu de forma significativa para o resultado das crianças com transtorno de espectro autista. Sendo que, a idade em que a criança começou a intervenção está relacionada com a melhora da função motora grossa, linguagem receptiva, autocuidado e comportamento social (Towle *et al.*, 2020).

Com o intuito de avaliar também a participação dos pais no que diz respeito às intervenções em crianças, analisou-se 51 estudos empíricos, cada um com intervenções diferentes entre si, tendo em comum a formação dos pais. As evidências encontradas nesse compilado sugerem que nem todas as crianças respondem da mesma maneira a todos os tratamentos ou técnicas e existem outras variáveis, como interação da criança antes da intervenção, que influenciam na avaliação da eficácia dos programas, independentemente da idade da criança ou da intensidade do tratamento. Porém, o papel dos pais e cuidadores como agentes na intervenção tiveram um resultado de sucesso (Torres *et al.*, 2020).

Outrossim, Kitzerow *et al.* (2020) propõe intervenções comportamentais de desenvolvimento naturalista (NDBI) por meio do Programa de Intervenção Precoce de Frankfurt específico para TEA (A-FFIP), que se trata de uma intervenção de baixa intensidade ministrada por terapeutas. Nessa metodologia, há o incentivo da interação pai-filho, envolvimento conjunto, brincadeira, imitação e habilidades de linguagem. A abordagem é focada em individualização e tem como objetivo abranger seis domínios-chave fundamentais. Espera-se que no treinamento adequado desses domínios, de acordo com o estágio de desenvolvimento, tenha um forte impacto nos processos de aprendizagem social iniciados pela criança.

Conforme já analisado anteriormente, destacou-se o uso do afeto positivo no tratamento de crianças com autismo. As intervenções comportamentais de desenvolvimento naturalista (NDBI) baseadas em ABA são implementadas em ambientes naturais e utilizam de reforço condicionado operante para promover comportamentos-alvo, aproveitando o interesse da criança em objetos e brincadeiras. Esse modelo é altamente recomendado em bebês e crianças com TEA (Maye *et al.*, 2020)

Os manuais para intervenções NDBI ressaltam que os profissionais devem usar expressões faciais exageradas e gestos para envolver a criança. Esses comportamentos são referidos como “afeto positivo”, “modulação do afeto infantil”, “animação aumentada” e/ou “brincadeira”. Indica-se que esse tipo lúdico seja empregado juntamente com outras estratégias de NDBI durante as sessões com o intuito de preservar a conexão e cultivar uma relação com a criança enquanto caminham em direção aos objetivos do tratamento (Maye *et al.*, 2020).

Apesar de estar enfatizado o uso do lúdico como uma estratégia que é abordada nos manuais do NDBI com base na interação do adulto com a criança, não há muitos estudos que examinem o uso da ludicidade. Por esse motivo, não foi possível notar essa diferença em crianças com idade pré-escolar diagnosticadas com TEA, já que o experimento não encontrou o uso da ludicidade pelo profissional examinador em uma interação para verificar a capacidade de imitar das crianças com TEA. Porém, outra pesquisa, com o objetivo de avaliar as variações no interesse das crianças por objetos durante uma interação de duração de 3 a 5 minutos, constatou que o nível de ludicidade empregada pelo examinador desempenhou um papel importante na resposta da criança. São necessárias mais pesquisas futuras para poder estabelecer melhor a relação do lúdico com a resposta das crianças as intervenções (Maye *et al.*, 2020).

Além do mais, o estudo de Viswanathan e Russel (2019), teve como objetivo analisar componentes preditivos na intervenção precoce mediado pelos pais para crianças com TEA na Índia, para isso foram coletados do banco de dados de um hospital universitário informações de 77 crianças com diagnósticos de TEA segundo o DSM-V e idade média de 3 anos, que foram submetidas a 12 semanas de intervenção precoce com eficácia comprovada. Para acurácia do teste e medida de resultado foi utilizado o Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP-R), que fornece a idade de desenvolvimento geral da criança, imitação e percepção, motricidade fina e grossa, coordenação olho-mão, para o desempenho cognitivo e verbal foram usadas suas subescalas.

Foram avaliadas as crianças pré-intervenção e pós-intervenção nesse estudo, bem como o desenvolvimento global do PEP-R e as outras subescalas. Durante as 12 semanas, os pais aprenderam sobre diferentes aspectos do autismo e as deficiências que esse transtorno gera no desenvolvimento. A intervenção foi na forma de grupo fechado e era realizado 5 vezes na semana por 2 terapeutas e as sessões duravam de 2 a 4 horas. Os pais eram encorajados a continuar essa intervenção em casa com algumas adaptações (Viswanathan; Russel, 2019).

Após as intervenções, observou-se que houve um maior índice de melhora nas habilidades motoras finas em pacientes residenciais do que os ambulatoriais. Porém, à medida que as intervenções diminuíram em casa por dia, houve uma diminuição expressiva na aquisição de habilidades motoras grossas, já nas intervenções no hospital, quando houve aumento de duração em horas, houve aumento notável na a integração olho-mão. Já à medida que as intervenções iam diminuindo em horas no hospital, percebeu-se uma diminuição na aquisição cognitivo-verbal. (Viswanathan; Russel, 2019).

Nesse estudo, observou-se que é necessário melhorar o desempenho motor nas intervenções, uma vez que sua melhora interfere positivamente em outras áreas, particularmente a cognição visuoespacial e a linguagem. Ainda se verificou que a duração da intervenção, seja no hospital, seja residencial é um fator preditivo de melhora para habilidades motoras, integração olho-mão, habilidades cognitivas e verbais (Viswanathan; Russel, 2019).

Em outro estudo, que também propõe a capacitação dos pais e cuidadores para intervenção comportamental precoce e intensiva de crianças com TEA, participaram 9 crianças com idades entre 1 ano e 3 meses e 2 anos e 11 meses e seus cuidadores, a intervenção teve duração entre 8 e 13 meses. Todas as crianças com diagnóstico prévio de autismo ou suspeita de autismo. Foram utilizados o PEP-R e o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) como instrumentos de avaliação (Gomes *et al.*, 2017).

As intervenções foram aplicadas na residência das crianças por meio dos seus cuidadores que foram capacitados, as atividades eram realizadas, no geral, 5 vezes na semana e 3 horas por dia, somando um total de 15 horas semanais. Dois profissionais estavam presentes duas vezes por semana na casa dos participantes, cada um em uma vez, para ensinar os cuidadores a realizarem as atividades com as crianças e supervisionavam a realização destas, também faziam os registros da pesquisa (Gomes *et al.*, 2017).

Foi constatado ganho no desenvolvimento de todas as crianças participantes da pesquisa. No que se diz respeito ao desempenho cognitivo verbal, 4 crianças não obtiveram ganhos. Sendo que maiores ganhos foram relacionados a algumas características próprias da criança observados no início da intervenção. Estudos demonstram que crianças mais novas, com maiores habilidades cognitivas e de linguagem obtém maiores ganhos na intervenção precoce. (Gomes *et al.*, 2017).

Dessa maneira, analisando a questão levantada por esse estudo, verificou-se uma correlação positiva entre as intervenções precoces e a resposta das crianças ao tratamento de TEA independentemente do método de intervenção utilizado. Foi identificado que quanto mais precoce for a intervenção, melhor será a resposta. Outro ponto analisado foi que algumas

características próprias das crianças, como, por exemplo, crianças com maior interação antes de iniciarem as intervenções, obtiveram uma resposta melhor. Destaca-se ainda, a importância da participação dos pais e cuidadores para um melhor resultado a longo e curto prazo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos avaliados, foram utilizados inúmeros tipos de intervenção, tendo como maior foco os resultados apresentados nos artigos. De modo geral, verificou-se que há evidências que comprovam que as intervenções precoces, independentemente do seu método, influenciam positivamente no tratamento do TEA. Alguns estudos inferem que quando mais cedo for ministrada a intervenção, maiores os benefícios, sendo que um dos estudos tem como base de argumento a neuroplasticidade. Há também a associação de características prévias das crianças, como verbalização, maior interação social com maiores benefícios das intervenções. Outros destacam a importância dos pais como instrumento e efector da intervenção.

Devido ao número de estudos reduzidos, não foi possível estabelecer de modo conclusivo qual a melhor idade para que essas intervenções ocorram, sendo possível somente concluir que quanto mais cedo as intervenções acontecem, melhores são seus resultados. São necessários estudos complementares para se estabelecer com confiabilidade a relação entre a intervenção precoce e os resultados precisos desta no tratamento de sintomas do TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOMES, C. G. S.; SOUSA, D. G.; SILVEIRA, A. D.; OLIVEIRA, I. M. Intervenção Comportamental Precoce e Intensiva com Crianças com Autismo por Meio da Capacitação de Cuidadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. l.], jul.-sep. 2017.

KITZEROW, J.; HACKBUSCH, M.; JENSEN, K.; KIESER, M.; NOTERDAEME, M.; FRÖHLICH, U.; TAURINES, R.; GEISSLER, J.; WOLFF, N.; ROESSNER, V.; BAST, N.; TEUFEL, K.; KIM, Z.; FREITAG, C. M. Study protocol of the multi-centre, randomised controlled trial of the Frankfurt Early Intervention Programme A-FFIP versus early intervention as usual for toddlers and preschool children with Autism Spectrum Disorder (A-FFIP study). **Trials**, [s. l.], 2020.

MAYE, M.; GASTON, D.; GODINA, I.; CONRAD, J. A.; RESS, J.; RIVERA, R.; LUSHIN, V. Playful but Mindful: How to Best Use Positive Affect in Treating Toddlers With Autism. **J Am Acad Child Adolesc Psychiatry**, [s. l.], mar. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

STEFFEN, B. F.; PAULA, I. F.; MARTINS, V. M. F.; LÓPEZ, M. J. Diagnóstico precoce de autismo: Uma revisão literária. **Revista Saúde Multidisciplinar**, [s. l.], v. 6, n. 2, 6 out. 2020.

TORRES, L. P. R.; ESTEBAN, Y. A.; MARÍN, F. A. **Early Intervention with Parents of Children with Autism Spectrum Disorders: A Review of Programs**. Children, 2020.

TOWLE, Patricia O.; PATRICK, Patricia A.; RIDGARD, Tamique; PHAM, Sofia; MARRUS, Jaime. Is Earlier Better? The Relationship between Age When Starting Early Intervention and Outcomes for Children with Autism Spectrum Disorder: A Selective Review. **Autism Research and Treatment**, [s. l.], 2020.

VIANA, A. C. V.; MARTINS, A. A. E.; TENSOL, I. K. V.; BARBOSA, K. I.; PIMENTA, N. M. R.; LIMA, B. S. S. Autismo: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Dinâmica**, [s. l.], v. 2, n. 3, 18 nov. 2020.

VISWANATHAN, S. A.; RUSSEL, P. S. S. Predictive components in the structure of an intensive, parent mediated, early intervention for children with autism spectrum disorders in India. **J Family Med Prim Care**, [s. l.], 2019.

VIVANTI, G.; BENT, C.; CAPES, K.; UPSON, S.; HUDRY, K.; DISSANAYAKE, C. The Victorian ASELCC Team. Characteristics of children on the autism spectrum who benefit the most from receiving intervention in inclusive versus specialised early childhood education settings. **Autism Research**, 2022.

YU, Q.; LI, E.; LI, L.; LIANG, W. Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis. **Psychiatry Investig**, 2020.

MASSAGEM TERAPÊUTICA E MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DA DOR

Laura Beatriz Oliveira Roque¹

Isabela Martins Souza

Leila Medeiros Melo

Guilherme da Silva Faleiro

Gabriela Lopes dos Santos²

RESUMO: A dor é uma experiência sensitiva e emocional desagradável, associada ou não a uma lesão tecidual real ou potencial, que pode prejudicar as atividades laborais e recreacionais do indivíduo. O objetivo do estudo é comparar o efeito da massagem terapêutica e mobilização na dor de indivíduos que participaram do Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA). Todos os participantes responderam ao Questionário de dor McGill adaptado antes e após as intervenções. Foi utilizado o Teste de Mann-Whitney para comparar os efeitos de cada intervenção na dor, considerando um nível de significância de 5%. Participaram do estudo 700 indivíduos, sendo 287 submetidos à massoterapia (41%) e 413 à mobilização (59%). Ambas as intervenções proporcionaram redução da dor; no entanto, os participantes submetidos a mobilização apresentaram maior redução da dor. Nesse sentido, aponta que o uso de ambas as intervenções são importantes abordagens na redução da dor, principalmente as técnicas de mobilização.

PALAVRAS-CHAVE: Clínicas de dor. Modalidades de Fisioterapia. Dor. Manipulações Musculoesqueléticas.

1 INTRODUÇÃO

A definição revisada pela Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP) conceitua a dor como “uma experiência sensitiva e emocional desagradável associada, ou semelhante àquela associada, a uma lesão tecidual real ou potencial”. Independente da aceitação dessa definição, a dor é considerada como uma experiência genuinamente subjetiva e pessoal. A percepção de dor é caracterizada como uma experiência multidimensional, diversificando-se na qualidade e na intensidade sensorial, sendo afetada por variáveis afetivo-motivacionais (Giuntini *et al.*, 2002).

¹ Acadêmico do 6º Período do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: laurabeatrizroquee@gmail.com.

² Professor do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser, Pós-doutora em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos.

A dor pode ser classificada de acordo com o tempo em dor aguda, identificada como aquela de curta duração (inferior a 3 meses); dor crônica, assim denominada por ter duração extensa, superior a seis meses, na grande maioria, acompanhando a evolução de determinada.; e dor recorrente, quando se trata de uma dor aguda, em episódios de curta duração, mas que se repetem no decorrer de vários meses (De Souza Carvalho *et al.*, 2013). Ademais, dados apontam um crescimento na ocorrência de dor lombar crônica, que passou de 3,9% para 10,2% em um período de 14 anos. No Brasil, estudos indicam que as doenças crônicas de coluna são relevantes causas de morbidade entre adultos e idosos (Sant'anna *et al.*, 2021).

No Brasil, embora não haja muitos estudos epidemiológicos, algumas pesquisas confirmaram incidência semelhante à estimada pela IAS. Estima-se que mais de um terço da população aponta que a dor crônica compromete as atividades habituais e mais de $\frac{3}{4}$ rela que a dor crônica limita as atividades recreacionais, relações sociais e familiares. Dentre os locais de dor, aponta-se que a dor lombar é a principal causa de invalidez com prevalência superior a 50% em um ano (Vasconcelos; Araújo, 2018). A cervicalgia também acomete um número considerável de indivíduos, com média de 12% a 34% da população adulta em alguma fase da vida, trazendo prejuízos nas suas atividades de vida diária (Ferreira *et al.*, 2011).

O tratamento da dor exige uma abordagem multidisciplinar devido a sua complexidade, o que envolve medicamentos, intervenções fisioterapêuticas, exercícios, intervenções cirúrgicas e educação em saúde. Embora existam medicamentos sintomáticos e intervenções cirúrgicas, estes apresentam eficácia limitada devido a essa complexidade da dor (Carvalho, 2016). Dentre as intervenções fisioterapêuticas, destaca a massagem terapêutica definida como a manipulação de tecidos moles em áreas do corpo para obter relaxamento, melhora do sono e alívio de dor e tensão musculares e as manipulações por meio do conceito Maitland e técnica de Mulligan (Lee; Lee, 2017; Duymaz; Yağci, 2018).

O conceito Maitland fundamenta-se em um sistema graduado de avaliação e tratamento, por meio de movimentos passivos oscilatórios, rítmicos, graduados em cinco níveis que variam de acordo com a amplitude dos movimentos acessórios normalmente presentes nas articulações, que visam a recuperação da artrocinemática das superfícies articulares, o que promove a congruência e diminui o atrito mecânico na articulação (Lee; Lee, 2017; Duymaz; Yağci, 2018). As técnicas de Mulligan são um tipo de terapia manual que se aplicam com o objetivo de repor possíveis falhas posicionais existentes e reduzir ou eliminar a sintomatologia dolorosa, tanto ao nível da coluna vertebral quanto ao nível das extremidades, superior e inferior (Rao *et al.*, 2018).

Ambas as abordagens de manipulação podem proporcionar hipoalgesia, analgesia, redução de espasmos e hipertonias musculares, além do aumento no movimento articular, melhorando o alinhamento e a função das estruturas (Lee; Lee, 2017; Duymaz; Yağci, 2018). A massagem terapêutica pode proporcionar relaxamento corporal por meio de estímulos de pressão e tato profundo, promovendo diminuição na percepção de estresse físico e emocional bem como da percepção de dor (Bakar *et al.*, 2014). Diante da prevalência e impacto da dor e das possibilidades de intervenções fisioterapêuticas, o presente estudo comparou os efeitos da massagem terapêutica e mobilização na dor.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal quantitativo e qualitativo gerado a partir de atendimentos do Curso de Fisioterapia realizados durante o Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA) nos dias 17 e 20 de maio de 2023 no Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Para esse estudo, foram incluídos indivíduos de ambos os sexos com idade superior a 18 anos, com queixa de dor em alguma parte do corpo, os quais estavam presentes no evento e concordaram em participar, assinando um Termo de Ciência disponibilizado online por Google Forms. Foram excluídos indivíduos com doenças neurológicas, como Acidente Vascular Cerebral, e indivíduos com disfunções que incapacitam à compressão da avaliação.

Inicialmente, os participantes foram submetidos a uma avaliação que envolveu a coleta dos dados pessoais (idade, sexo, IMC) e hábitos de vida (prática de atividade física regular, ou seja, duas vezes por semana durante um mês e tabagismo). Posteriormente realizou-se avaliação da dor, que envolvia questões sobre a intensidade, tempo e localização da dor e o impacto da dor nas atividades de vida diária - AVDs.

A intensidade do dor foi avaliada por meio da Escala Numérica que varia de 0 a 10, onde zero representa a ausência e 10, a percepção máxima de dor (De Oliveira *et al.*, 2023). Os valores da escala numérica de dor foram divididos em quatro categorias: ausência de dor (valores iguais a zero), dor leve (valores = 1 - 3), dor moderada (valores = 4 - 6) e dor forte (valores ≥ 7) (Boonstra *et al.*, 2014).

Além disso, os participantes responderam a versão curta do Questionário de dor McGill adaptado para o idioma e validado para língua português (Costa *et al.*, 2011; Pimenta; Teixeira, 1996). Esse questionário contém 15 descritores da sensação de dor, sendo onze

relacionado a componente sensitivo e quatro ao afetivo. Cada descritor pode ser pontuado em uma escala de zero a quatro de acordo com intensidade da sensação de dor, o que corresponde a ausência e sensação severa, respectivamente. A partir desses dados, foram obtidos quatro indicadores: Índice total de dor (PRI-T), Índice de avaliação da dor sensitiva (PRI-S), Índice de avaliação da dor afetiva (PRI-A) e número de palavras escolhidas (Costa *et al.*, 2011).

O PRI-T é a soma da intensidade dos 15 descritores, o qual varia de zero (ausência) a 45 (severa). O PRI-S corresponde a soma da intensidade dos descritores de 1 a 11, variando de 0 a 33. O PRI-A envolve a soma da intensidade dos descritores de 12 a 15, com uma pontuação total variando de 0 a 12. Por fim, o NWC é somado o número de palavras escolhidas, o qual varia de 0 a 15 (Costa *et al.*, 2011). Além dos descritores, os participantes atribuíram um valor para dor naquele momento, podendo atribuir um valor de zero a cinco (0 – sem dor; 1 – dor leve; 2 – dor desconfortante; 3 – dor angustiante; 4 – dor horrível e 5 – excruciante) (Costa *et al.*, 2011).

Em seguida os participantes foram submetidos à massagem ou mobilização articular de forma aleatória. O protocolo de massagem consistiu no uso da massagem clássica na região lombar e cervical, o que envolveu a aplicação de técnicas como o deslizamento superficial (deslizamento leve sobre a pele que fornece ao terapeuta informações iniciais sobre a pele e os grupos musculares), deslizamento profundo (deslizamento lento e profundo com o objetivo de melhorar a vascularização e drenagem local), amassamento (mobilização das estruturas musculares com aumento do tônus e rigidez), fricção (mobilização do tecido conjuntivo aderido) e percussão (golpes rítmicos com as mãos) (Siqueira; Bojadsen, 2006).

A mobilização envolveu uma avaliação física ativa dos movimentos fisiológicos em conjunto com uma avaliação subjetiva, na qual buscava o local e o comportamento da dor. A intervenção proposta teve como prioridade a queixa do paciente, sendo que a técnica escolhida foi proposta seguindo os princípios de avaliação e tratamento propostos por Maitland e Mulligan. A técnica utilizada para tratar os participantes constituiu em uma mobilização articular passiva acessória realizada no sentido pósterio-anterior aplicada sobre o processo espinhoso ou no pilar lateral que atende aos princípios de mobilização descritos por Geoffrey Maitland, e a técnica de Brian Mulligan que consiste em reposicionamento articular com os movimentos fisiológicos (Duymaz; Yağci, 2018; Lee; Lee, 2017).

No Maitland, a seleção do grau de mobilização foi pautada na queixa principal, sendo estabelecido que para participantes com queixa algicas seria escolhido o grau II, enquanto aqueles que apresentavam queixa relacionadas a limitação do movimento receberam apenas

mobilização grau IV. No Mulligan é aplicada a mobilização durante o movimento sintomático principal para alívio imediato (Duymaz; Yağci, 2018; Lee; Lee, 2017).

A coleta das informações foi realizada por meio do preenchimento de questionário no Google Forms e organizados em planilha no Excel. Inicialmente, a normalidade e homogeneidade de todas as variáveis foram testadas através dos testes de Shapiro-Wilk e Levene, respectivamente. Como os dados não apresentaram distribuição normal e homogênea, o teste Mann-Witney foi utilizado para comparar os efeitos das intervenções em relação ao PRI-T, PRI-S, PRI-A, NWC. Para comparar a intensidade da dor foi utilizado o Teste Qui-Quadrado. Para todas as variáveis foi calculado o delta, ou seja, diferença entre os valores após e antes das intervenções.

O Programa *Statistical Package for the Social Sciences* versão 17.0 (SPSS Inc, Chicago, IL, EUA) foi utilizado em todas as análises, sendo considerado um nível de significância de 5%. Os dados foram apresentados como mediana (primeiro quartil – terceiro quartil) para as variáveis contínuas não paramétricas ou como frequência absoluta e relativa para as variáveis categóricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Participantes

Participaram do estudo 700 indivíduos, sendo 287 submetido à massoterapia (41%) e 413 à mobilização (59%). A tabela 1 apresenta os dados referentes às informações pessoais e hábitos de vida desses participantes, sendo constatada predominância de participantes do sexo feminino, com IMC normal, sedentários e não fumantes.

Nesse sentido, um estudo transversal realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), utilizando uma base populacional, com 1.128 mulheres constatou que por sua vez, as mulheres fisicamente inativas apresentaram uma probabilidade 31% maior de ter dor lombar, quando comparadas àquelas fisicamente ativas, assim como as mulheres obesas tiveram 25% mais chances de apresentarem dor lombar quando comparadas às mulheres com peso corporal normal. Por fim, as frações atribuíveis aos fatores relacionados aos hábitos de vida foram de 22,5% para atividade física insuficiente e de 7,6% para obesidade (Sant'anna *et al.*, 2021).

Tabela 1 – Dados pessoais e hábitos de vida

	Massoterapia (n=287)	Mobilização (n=413)	Valor de p
Idade (anos)	23 (10,0)	22 (8,0)	0,276
Sexo			
Feminino	229 (79,8)	304 (73,6)	0,059
Masculino	58 (20,2)	109 (26,4)	
IMC (kg/m²)			
< 18,5: abaixo do peso	16 (5,9)	22 (5,6)	0,823
18,5 – 24,99: normal	131 (48,0)	202 (51,3)	
25,0 – 29,99: pré-obeso	84 (30,8)	109 (27,7)	
≥30: obeso	42 (15,4)	61 (15,5)	
Prática de atividade física			
Sim	189 (45,8)	139 (48,4)	0,486
Não	224 (54,2)	148 (51,6)	
Fumante			
Sim	34 (11,9)	81 (19,7)	0,170
Não	245 (86,0)	318 (77,4)	
Não, mas já fumou	6 (2,1)	12 (2,9)	

Dados apresentados como frequência absoluta e relativa, exceto a idade que é apresentada em mediana e intervalo interquartil. *p<0,05: diferença significativa.

Em ambos os grupos foi constatada predominância de dor moderada, crônica e região lombar. Além disso, o grupo mobilização apresenta maior número de pacientes com dor lombar comparado ao grupo massoterapia (Tabela 2). A dor crônica é um tema de grande relevância, uma vez que estimativas indicam uma prevalência mundial de 10,1% a 55,5%. Estudos epidemiológicos sobre dor crônica no Brasil são escassos, desta forma, torna-se difícil avaliar seu real impacto e relevância. A estimativa mundial para prevalência de dor crônica é de 25%, sendo que no Brasil, a prevalência de dor crônica estaria presente em 39 a 76% da população (Kanematsu *et al.*, 2022).

A dor lombar tem se tornado um problema de saúde pública mundial e no Brasil cerca de 27 milhões de pessoas apresentam doenças da coluna vertebral. A prevalência das lombalgias na população em geral é de 50% a 80%, podendo atingir até 65% dos adultos e idosos anualmente. É possível afirmar em algum momento da vida até 84% das pessoas nestas faixas etárias apresentaram lombalgia. A dor lombar crônica ocorre em 76,7% dos casos com impacto nas funções laborais, sendo um dos principais motivos de consultas médicas, emissão de atestados, laudos e hospitalizações (Valadares *et al.*, 2020).

Tabela 2 – Avaliação geral das características da dor

	Massoterapia (n=287)	Mobilização (n=413)	Valor de p
Intensidade da dor			
Leve	43 (15,0)	53 (12,9)	0,564
Moderada	151 (52,6)	212 (51,3)	
Forte	93 (32,4)	148 (35,8)	
Tempo da dor			
Aguda (≤ 3 meses)	68 (23,7)	112 (27,1)	0,308
Crônica (> 3 meses)	219 (76,3)	301 (72,9)	
Local da dor			
Cervical	60 (20,9)	93 (22,5)	<0,001*
Torácica	8 (2,8)	5 (1,2)	
Lombar	74 (25,8)	154 (37,3)	
Cervical + Lombar	67 (23,3)	116 (28,1)	
Cervical + Torácica	10 (3,5)	16 (3,9)	
Lombar + Torácica	11 (3,8)	11 (2,7)	
Cervical + Torácica + Lombar	36 (12,5)	17 (4,1)	
Membro Superior	20 (7,0)	1 (0,2)	
Membro Inferior	1 (0,3)	0 (0,0)	

Dados apresentados como frequência absoluta e relativa. * $p < 0,05$: diferença significativa.

3.2 Comparação dos efeitos da intervenção

Nota-se que ambos os grupos proporcionaram redução na intensidade e em todos os índices (Tabela 3). Sabe-se que a massagem proporciona relaxamento corporal por meio de estímulos nos receptores de pressão e tato profundo, promovendo diminuição na percepção de estresse físico e emocional bem como da percepção de dor (Bakar *et al.*, 2014). Além disso, a massagem pode liberar substâncias bioquímicas, como serotonina e opioides; estimular fibras nervosas sensitivas grandes e rápidas, as quais competem com a informação sensorial oriunda de fibras nervosas menores e mais lentas a nível medular espinal; e promover realinhamento das fibras musculares (Hussien *et al.*, 2017).

A diminuição da dor proporcionada pela mobilização pode ser justificada pela hipótese que a esta ativa a área dorsal da substância cinzenta periaquedutal (SCP) do cérebro, e isso influencia na percepção da dor. Estudos mostram redução imediata da dor e aumento da atividade do sistema nervoso simpático, sugerindo relação indireta com a área dorsal do PAG e associação entre aumento da estimulação do sistema nervoso simpático e redução do limiar de dor mecânica (Abner *et al.*, 2020). O efeito da mobilização também pode ser atribuído aos aspectos biomecânicos que pode ter restaurado transitoriamente a cinemática normal, produzindo alívio imediato da dor (Bhagat; Neepala; Gangavelli, 2020).

Tabela 3 – Diferença entre as avaliações pós e pré-intervenção para ambos os grupos

	Massoterapia (n=287)	Mobilização (n=413)	Valor de p
Intensidade	-0,70 (1,0)	- 0,61 (1,0)	0,098
PRI-T	-5,10 (6,0)	-7,36 (8,0)	<0,001*
PRI-S	-4,26 (5,3)	-5,90 (7,0)	<0,001*
PRI-A	-1,04 (1,0)	-1,47 (2,0)	<0,001*
NWC	-0,92 (5,0)	-1,38 (5,3)	0,457

Valores negativos representam diminuição e valores positivos representam aumento.
Dados apresentados como mediana e intervalo interquartil. *p<0,05: diferença significativa.

Embora tenha sido constatado efeito de ambas as intervenções, observou-se que os participantes submetidos à mobilização apresentaram maior redução nos valores de PRI-T, PRI-S e PRI-A. Essa diferença pode ser justificada pelos efeitos fisiológicos proporcionados pelas intervenções. A massagem promove principalmente uma modulação via sistema autonômico parassimpático, o que limita a ação em longo prazo, promovendo maior ação de relaxamento corporal por meio da sensação de bem-estar. Por outro lado, a mobilização atua de forma mais direta na via de modulação de dor, sendo mais focada no local de dor, lombar e cervical.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado mostra que tanto a massagem terapêutica quanto a mobilização articular tem efetividade na modulação do quadro algico cervical e lombar, apesar da massagem ter baixo custo e ter facilidade de ser aplicada em ambientes clínicos e de pesquisa, a mobilização mostra-se mais efetiva, pois apresenta um maior alívio imediato na redução da dor. Sendo assim, ambos se revelam como estratégia para tratamento da dor cervical e lombar, trazendo assim melhora na percepção de dor. No entanto, mais estudos devem ser realizados, a fim de mostrar a efetividade em longo prazo da massagem terapêutica e mobilização

REFERÊNCIAS

ABNER, T. S. S. *et al.* Joint mobilization associated or not to other therapies reduces chronic musculoskeletal pain: a systematic review. **BrJP**, v. 3, p. 73-85, 2020.

BAKAR, Y. *et al.* Short term effects of classic massage compared to connective tissue massage on pressure pain threshold and muscle relaxation response in women with chronic

neck pain: a preliminary study. **Journal of manipulative and physiological therapeutics**, v. 37, n. 6, p. 415-421, 2014.

BOONSTRA, A. M. et al. Cut-off points for mild, moderate, and severe pain on the visual analogue scale for pain in patients with chronic musculoskeletal pain. **Pain®**, v. 155, n. 12, p. 2545-2550, 2014.

CARVALHO, F. D. **PD&I**: o uso racional “nasce” antes do medicamento. Série Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica. OPAS/OMS. Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2016.

COSTA, L. C. M. et al. The Brazilian-Portuguese versions of the McGill Pain Questionnaire were reproducible, valid, and responsive in patients with musculoskeletal pain. **Journal of clinical epidemiology**, v. 64, n. 8, p. 903-912, 2011.

DE OLIVEIRA, C. M. et al. Instrumentos para avaliação de dor pós-operatória em pacientes oncológicos: revisão integrativa. **Mário Penna Journal**, v. 1, n. 1, p. 34-59, 2023.

DE SOUZA CARVALHO, M. O. et al. Dor aguda e relação de gênero: diferentes percepções em homens e mulheres. **Rev Rene**, v. 14, n. 1, p. 71-81, 2013.

DUYMAZ, T.; YAĞCI, N. Effectiveness of the mulligan mobilization technique in mechanical neck pain. **Journal of Clinical and Analytical Medicine**, 2018.

FERREIRA, G. D. et al. Prevalence and associated factors of back pain in adults from southern Brazil: a population-based study. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 15, p. 31-36, 2011.

FILLINGIM, R. B. et al. Assessment of chronic pain: domains, methods, and mechanisms. **The journal of pain**, v. 17, n. 9, p. T10-T20, 2016.

GIUNTINI, P. B. et al. Assessment of pain following posterior colpoperineoplasty and burch: an experimental focus. In: **Eighteenth Annual Meeting of the International Society for Psychophysics**: in a new continent, for a new psychophysics. Fechner Day 2002. 2002.

HUSSIEN, H. M. et al. Effect of mulligan concept lumbar SNAG on chronic nonspecific low back pain. **Journal of chiropractic medicine**, v. 16, n. 2, p. 94-102, 2017.

KANEMATSU, J. S. et al. Impacto da dor na qualidade de vida do paciente com dor crônica. **Revista De Medicina**, v. 101, n. 3, 2022.

LEE, K-S.; LEE, J-H. Effect of maitland mobilization in cervical and thoracic spine and therapeutic exercise on functional impairment in individuals with chronic neck pain. **Journal of physical therapy science**, v. 29, n. 3, p. 531-535, 2017.

PATEL, K. C. et al. Massage for mechanical neck disorders. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 9, 2012.

PIMENTA, C. A. M; TEIXEIRA, M. J. Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, p. 473-483, 1996.

RAO, R. V. *et al.* Immediate effects of Maitland mobilization versus Mulligan Mobilization with Movement in Osteoarthritis knee-A Randomized Crossover trial. **Journal of bodywork and movement therapies**, v. 22, n. 3, p. 572-579, 2018.

SANT'ANNA, P. C. F. *et al.* Dor lombar crônica em uma população de mulheres do Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 28, p. 9-17, 2021.

SIQUEIRA, G. R.; SILVA, G. A. P. Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura. **Fisioterapia em movimento**, v. 24, p. 557-566, 2011.

STEEDS, C. E. The anatomy and physiology of pain. **Surgery (Oxford)**, v. 27, n. 12, p. 507-511, 2009.

VALADARES, J. V. *et al.* Prevalência da lombalgia e sua repercussão anatomofuncional em adultos e idosos: Revisão sistemática. **Amazônia: Science & Health**, v. 8, n. 3, p. 106-117, 2020.

VASCONCELOS, F. H.; ARAÚJO, G. C. Prevalence of chronic pain in Brazil: a descriptive study. **BrJP**, v. 1, p. 176-179, 2018.

METODOLOGIA PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE CARRO DE EMERGÊNCIA NA SALA DE PRIMEIROS SOCORROS EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO NO ESTADO DE GOIÁS

Reginaldo Dias Soares Filho¹

Jakeline Ferreira de Araújo Lobo²

RESUMO: A parada cardiorrespiratória é uma situação clínica de emergência grave, se não houver atendimento imediato, pode levar danos cerebrais irreversíveis e à morte. Nesse momento, é essencial contar com acesso imediato a materiais e medicamentos para proporcionar cuidados ao paciente. Essa disponibilidade é garantida por meio do Carro de Emergência (CE) que deve estar disponível em todas as unidades hospitalares. Objetivo: Desenvolver uma metodologia para CE que norteie todos os colaboradores de primeiros socorros da UNIFAN. Metodologia: Revisão de literatura das diretrizes e normas sobre a elaboração de procedimentos e treinamentos em CE. O Resultado gerou três rotinas: Normas institucionais sobre orientações para a utilização do CE, rotina de conferência e testagem do CE, rotina de limpeza concorrente e terminal do CE e de seus componentes acessórios. Implementação da metodologia possibilitou: agilidade no atendimento, maior segurança, organização dos materiais, coordenação da equipe médica e redução de desperdícios de recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Carro de Emergência. Parada Cardiorrespiratória. Urgência e Emergência.

1 INTRODUÇÃO

A Parada Cardiorrespiratória (PCR) ocorre quando as funções de respiração e circulação do corpo são interrompidas, levando a danos cerebrais irreversíveis e à morte se não houver atendimento imediato. O tempo de resposta a essa situação é crucial para o prognóstico do paciente: acredita-se que a cada minuto sem intervenção, as chances de sobrevivência diminuem em cerca de 10%. Isso a torna uma das situações clínicas de emergência mais sérias e graves (Iqbal, 2015).

A intervenção durante uma PCR em um ambiente hospitalar requer uma resposta rápida da equipe composta por profissionais de diferentes áreas, que devem ser capazes de identificar os sinais clínicos e iniciar as manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP). Nesse momento crítico, é essencial contar com acesso imediato a materiais e medicamentos

¹ Acadêmico do 8º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: naldofilho@gmail.com.

² Coordenadora do setor de laboratórios do Centro Universitário Alfredo Nasser.

para proporcionar cuidados ao paciente. Essa disponibilidade é garantida por meio de um carrinho móvel conhecido como Carro de Emergência (CE), que deve estar disponível em todas as unidades hospitalares (Guimarães, 2003).

O CE é uma estrutura portátil composta por compartimentos equipados com medicamentos, materiais e equipamentos necessários para prestar atendimento aos clientes. Ele deve ter rodinhas que permitam o deslocamento, quantidade suficiente de compartimentos para armazenar todo o material de forma organizada e estar situado em local de fácil acesso, com espaço amplo e portas largas para facilitar o transporte até o local de atendimento em situações de urgência e emergência (Ebserh, 2022). É fundamental que o carro seja equipado com tudo o que a equipe médica precisará para prestar atendimento aos pacientes (Crimlisk, 2022).

A padronização no Brasil do CE foi proposta pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) tendo como guia principal as diretrizes da *American Heart Association* (AHA) (Guimarães, 2003). Essa padronização foi implementada com o propósito de uniformizar tanto o conteúdo quanto a quantidade de itens disponíveis. Isso permite uma organização mais eficiente, garantindo a disponibilidade apenas do que é realmente essencial. O objetivo principal é agilizar o tempo de resposta no momento do atendimento, ao mesmo tempo em que se evita o desperdício de materiais em situações de emergência (Manetti; Amukugo; Shilunga, 2018).

A ausência de identificação clara dos materiais e medicamentos, juntamente com a falta de organização e o excesso ou a falta de itens no CE, dificulta a pronta visualização dos componentes e tem um impacto negativo no atendimento, colocando em risco a segurança do paciente. Em situações ideais, ao manipular o CE e abrir suas gavetas, todos os itens devem estar imediatamente visíveis, permitindo que o profissional selecione o item necessário para o atendimento em questão em questão de segundos. Isso é particularmente relevante na gaveta de medicamentos e soluções, já que a administração incorreta de soluções intravenosas pode ter implicações sérias, incluindo danos permanentes ou até mesmo o falecimento do paciente (Crimlisk, 2022).

Assim, os materiais para o carro de emergência são divididos de acordo com quatro finalidades: avaliação diagnóstica; controle das vias aéreas; acesso vascular e controle circulatório; e, por último, medicamentos. O conteúdo deve ser classificado em níveis de prioridades:

Nível 1: Itens essenciais, que devem estar disponíveis imediatamente.;

Nível 2: Itens altamente recomendados, que devem estar disponíveis em, no máximo, 15 minutos;

Nível 3: Itens recomendados, mas são opcionais.

Caso os fármacos e os equipamentos classificados como nível 2 não possam estar disponíveis na unidade para acesso em até 15 minutos, devem permanecer nos carros de emergência (Guimarães, 2003)

Vale ressaltar que os níveis de e materiais seguem a Atualização da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia (2019), então devem ser planejados de acordo com a realidade do trabalho de cada local, dispondo de um estoque mínimo de materiais e medicamentos, uma vez que o excesso ou falta deles prejudicam o atendimento.

Este projeto tem como objetivo desenvolver uma metodologia para carro de emergência para nortear todos os colaboradores, da Sala de Primeiros Socorros do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN-GO, no município de Aparecida de Goiânia-GO, com relação a padronização, no controle, organização e uso do carrinho de emergência nessa unidade. O estudo justifica-se pela necessidade de proporcionar um atendimento ágil, seguro e de qualidade em situações de emergência, minimizando riscos, otimizando recursos e seguindo as diretrizes clínicas mais atualizadas.

2 METODOLOGIA

Para este trabalho de desenvolvimento da metodologia foi delineada nas seguintes etapas:

1. Revisão das Diretrizes e Normas: Realizou uma revisão de literatura das diretrizes clínicas, normas regulatórias e recomendações relacionadas à organização e conteúdo de carros de emergência. Essa revisão foi utilizada como base para a elaboração da metodologia;

2. Desenvolvimento da Metodologia: com base na revisão das diretrizes, criou um conjunto de passos específicos para a implementação do carro de emergência na UNIFAN - GO. Isso pode incluir a definição dos itens essenciais para cada nível de prioridade, a estruturação dos compartimentos do carro, as orientações para reposição e manutenção, e os procedimentos de treinamento da equipe;

3. Seleção de Itens e Organização do Carro: realizou a seleção dos itens que foram incluídos no carro de emergência, levando em consideração as diretrizes, a natureza das

emergências atendidas e as necessidades específicas da UNIFAN - GO. Organização dos compartimentos do carro de forma lógica e acessível, garantindo a rápida localização dos materiais;

4. Elaboração de Procedimentos e Treinamentos: desenvolvimento de procedimentos claros e detalhados para a utilização do carro de emergência, desde a identificação de situações de uso até a reposição de materiais. Planejar sessões de treinamento para os colaboradores da Sala de Primeiros Socorros, abordando a metodologia e procedimentos definidos;

5. Implementação: colocar em prática a metodologia desenvolvida na UNIFAN - GO, realizando um período de avaliação piloto. Durante esse período, monitorar a utilização do carro de emergência pelos colaboradores, coletar *feedback* e identificar possíveis ajustes ou melhorias;

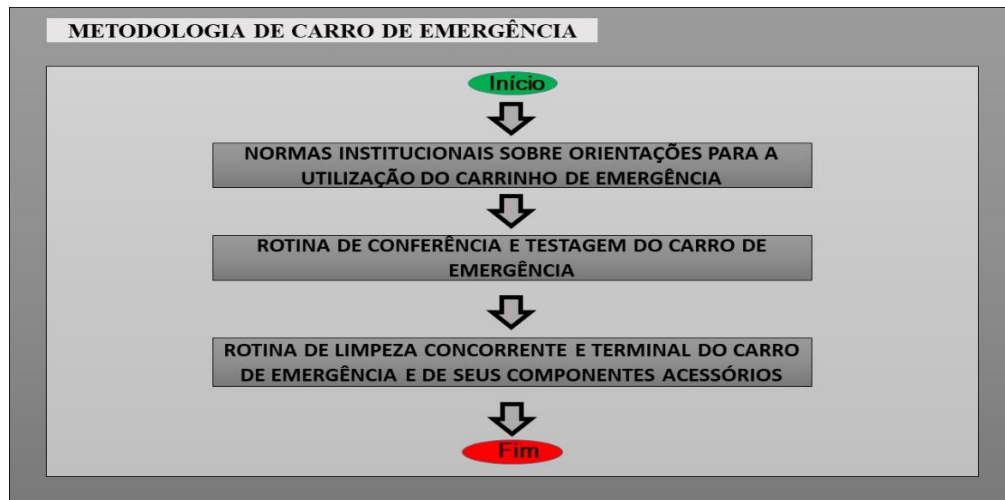
6. Avaliação e Ajustes Finais: com base nos resultados da avaliação piloto, fazer os ajustes necessários na metodologia e nos procedimentos. Garantir que a metodologia atenda às necessidades específicas da UNIFAN - GO e que seja eficaz na melhoria do atendimento de emergência;

7. Documentação e Disseminação: documentar todos os passos da metodologia desenvolvida, incluindo os resultados da avaliação piloto e os ajustes realizados. Disseminar os aprendizados e resultados do projeto para outros profissionais da área de saúde, contribuindo para a disseminação das boas práticas.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A partir dos itens 1,2,3 da metodologia chegou-se a definição de três rotinas para utilização do CE, demonstrados na figura 1.

Figura 1 - Metodologia para rotina do carro de emergência



Fonte: Próprio autor.

3.1 Normas institucionais sobre orientações para a utilização do carrinho de emergência

O carro de emergência (Figura 2) deve ser composto por um armário móvel equipado com gavetas em quantidade adequada para armazenar medicamentos, suprimentos e dispositivos destinados a serem utilizados em cenários de urgência e emergência. O veículo deve ser posicionado em um local estratégico, de fácil acesso e mobilidade. Quando não estiver em uso, ele deve permanecer lacrado ou fechado. A quebra do lacre deve ocorrer em situações que envolvam atendimento a urgências e emergências clínicas, ou durante procedimentos de conferência e auditoria. A composição do carro de emergência quanto a estrutura e componentes deverá seguir a seguinte sequência (Ebserh, 2022):

- Base superior: desfibrilador; caixa com os laringoscópios; caixa com materiais de intubação (opcional); impressos de controles;
- Lateral: tábua de compressão, suporte de soro e cilindro de oxigênio;
- Gavetas: deverão estar indicadas com fitas de cores padronizadas, com a descrição de suas receptivas composições.

Figura 2 - Metodologia para rotina do carro de emergência



Fonte: Próprio autor.

Os registros de controle e testagem do carro de emergência e de seus componentes acessórios deverão ser feitos em impressos específicos, a listagem dos itens (descrição e quantidade dos medicamentos e materiais) presentes no carro de emergência e os impressos de controle e testagem, deverão estar em uma pasta, localizada em sua base superior (Londrina, 2021).

As composições dos materiais e dos medicamentos do carro de emergência, seguindo as recomendações da Diretriz de Apoio e Suporte Avançado de Vida em Cardiologia e da Sociedade Brasileira de Cardiologia, e adequadas à realidade institucional e ao perfil da clientela assistida (Bernoche, 2019).

3.2 Rotina de conferência e testagem do carro de emergência

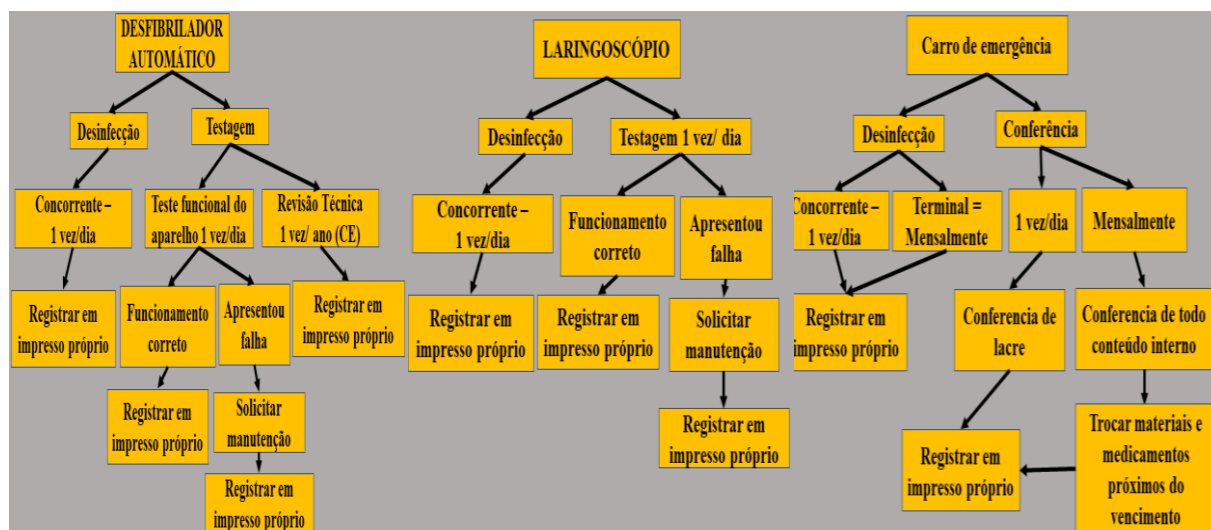
O carro de emergência e seus componentes acessórios deverão ser conferidos e testados periodicamente quanto à sua integridade e funcionamento, a rotina do carro de emergência deve seguir o Quadro 1 e Figura 3.

Quadro 1 - Rotina de Conferência e testagem do carro de emergência

Unidades do carro de emergência	Atividade	Periodicidade	Responsável
Carro de emergência	Conferência dos lacres	Início de cada plantão de trabalho	Enfermagem
	Controle periódico dos medicamentos (conferência de quantidade e validade)	Mensalmente (1x/mês) ou trimestralmente	Enfermagem/ Farmácia
	Controle periódico dos materiais (conferência de quantidade e validade)	Mensalmente (1x/mês)	Enfermagem
	Reposição de materiais/medicamentos após utilização ou perda por vencimento	Imediatamente após o uso	Enfermagem
	Teste funcional do desfibrilador	1 vez por semana (turno)	Técnico de Enfermagem
Desfibrilador Automático	Revisão técnica	1 vez por ano (1x/ano)	Engenharia Clínica
	Teste Funcional	Início de cada dia trabalho -	Enfermagem
	Desinfecção		
Laringoscópios	Teste funcional	Início de cada dia trabalho -	Enfermagem
	Desinfecção		
Cilindro de oxigênio	Teste Funcional	Início de cada dia trabalho	Enfermagem

Fonte: Adaptada de Ebserh, 2022.

Figura 3 - Rotina de Conferência e testagem do carro de emergência



Fonte: Adaptada de Ebserh, (2022)

3.3 Rotina de limpeza concorrente e terminal do carro de emergência e de seus componentes acessórios

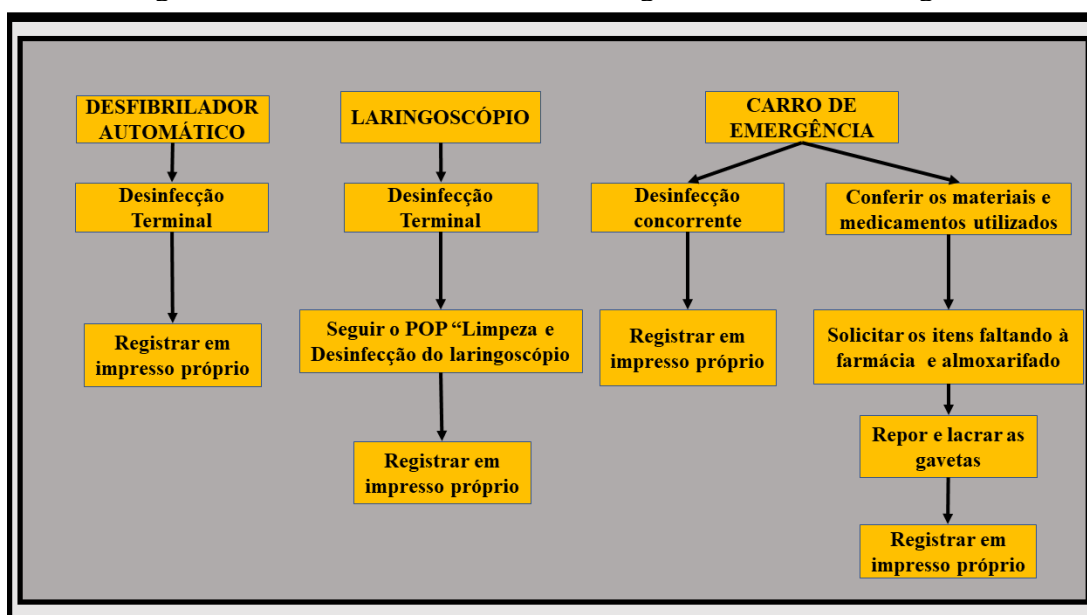
O carrinho de emergência deverá ser submetido a rotinas de limpeza concorrente e terminal (é um procedimento realizado em ambientes de saúde com o objetivo de manter a higiene e prevenir a propagação de infecções. Consiste na realização simultânea da limpeza e desinfecção de superfícies e objetos que estejam em contato frequente com os pacientes, como mesas, cadeiras, leitos, maçanetas, entre outros) e terminal (é um procedimento

realizado em ambientes de saúde como parte de um processo de higienização mais abrangente. Geralmente é realizado quando um paciente é liberado ou transferido para outro local, ou quando um quarto ou área está sendo desocupado por um longo período de tempo) (Londrina, 2021). A rotina de limpeza será realizada conforme Figura 2.

A limpeza e desinfecção concorrente/terminal do carro de emergência e do desfibrilador (carcaça, cabos) deverão ser realizadas com compressa úmida bem torcida com pouco sabão neutro (limpeza), seguido de compressa úmida bem torcida (remoção do sabão e resíduos), finalizando com compressa limpa, embebida em álcool 70% (desinfecção), exceto no visor. Atentar-se à sensibilidade do equipamento, à umidade e a produtos corrosivos (Ebserh, 2022).

Para limpeza do Desfibrilador Automático (DEA) e de seus acessórios não descartáveis a cada utilização ou ao constatar sujeira visível. Caso não tenha sido utilizado, recomenda-se que a limpeza seja realizada trimestralmente. Todo procedimento de limpeza deve ser realizado a temperatura ambiente (Ebserh, 2022).

Figura 4 - Rotina de Conferência e testagem do carro de emergência



Fonte: Adaptada de Ebserh, 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implementação da metodologia para o Carro de Emergência na Sala de Primeiros Socorros da UNIFAN - GO possibilitara: agilidade no atendimento de situações de

emergência, maior segurança para os pacientes devido à padronização e organização dos materiais, coordenação aprimorada da equipe médica, redução de desperdícios de recursos, conformidade com diretrizes clínicas reconhecidas, aumento da confiança da equipe, contribuição para a formação acadêmica dos alunos e impacto positivo na qualidade geral do atendimento de emergência. Estes resultados serão alcançados por meio da metodologia estruturada e treinamentos adequados, visando aprimorar o atendimento e proporcionar um ambiente mais seguro e eficiente na UNIFAN - GO.

Para trabalhos futuros será aplicado o protocolo e verificação do mesmo na sala de primeiros socorros; será desenvolvido um projeto para verificar se as unidades hospitalares da rede do Sistema único de Saúde de Aparecida de Goiânia - GO, possuem boas praticas para utilizar o carro de emergência.

REFERÊNCIAS

BERNOCHE, C. *et al.* Atualização da diretriz de ressuscitação cardiopulmonar e cuidados cardiovasculares de emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia-2019. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 113, p. 600-601, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/7hYYNQk4XHwckmPbFcFD7kP/?lang=pt>. Acesso em: 06 maio 2023.

CRIMLISK, Janet T. *et al.* Adult code cart redesign: clinical implications. **Nursing**2022, v. 48, n. 7, p. 58-61, 2022. Disponível em: https://journals.lww.com/nursing/Fulltext/2018/07000/Adult_code_cart_redesign__Clinical_implications.15.aspx. Acesso em: 15 jul. 2023.

EBSERH. Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Protocolo Assistencial Multiprofissional**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-uftm/documentos/protocolos-assistenciais/Protocolo_Carro_de_Emergenciav4final.pdf. Acesso: 25 maio 2023.

EBSERH. Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco. **Protocolo Operacional Padrão**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/aceso-a-informacao/gestao-documental/pop-procedimento-operacional-padrao>. Acesso em: 16 jun. 2023.

GOMES, A. G. *et al.* Diretriz de apoio ao suporte avançado de vida em cardiologia-Código Azul-Registro de ressuscitação normatização do carro de emergência. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia** v. 81, p. 3-14, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/7KFpNBjMJKV9XqYyVgTf6mS/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

GUIMARÃES, J. I. *et al.* Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretriz de apoio ao suporte avançado de vida em cardiologia - código azul - registro de ressuscitação - normatização do

carro de emergência. **Arq Bras Cardiol.** v. 81(supl IV), p. 1-14, 2003. Disponível em: scielo.com. Acesso em: 01 jul. 2023.

IQBAL, M. Bilal *et al.* Predictors of survival and favorable functional outcomes after an out-of-hospital cardiac arrest in patients systematically brought to a dedicated heart attack center (from the Harefield Cardiac Arrest Study). **The American journal of cardiology**, v. 115, n. 6, p. 730-737, 2015. doi: <https://doi.org/10.1016/j.amjcard.2014.12.033>. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0002914914023157?casa_token=Qg9Kd4ZMM7YAAAAA:O-UUbfaEIXBWsJNtVV_OG0KULf__nNML9hbowZrUAVsVhFveYmlY2m3xErJeZPW6bW-27WmOVUTf. Acesso em: 10 jul. 2023.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Saúde. **Procedimento operacional padrão-padronização do carrinho de emergência.** 2021. Disponível em: https://saude.londrina.pr.gov.br/images/protocolos-clinicos-saude/36-POP_CARRO_EMERGENCIA.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

MANETTI, Benjamin Klass Sebulon; AMUKUGO, Hans J.; SHILUNGA, Anna Panduleni. **Emergency trolley's contents and records:** audit study at maternity sections, state hospitals, Windhoek, Namibia. 2018. Disponível em: <https://repository.unam.edu.na/handle/11070/2352>. Acesso em: 26 jul. 2023.

**MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS QUE LEVARAM ÀS ALTERAÇÕES NA
GLICEMIA E DA PRESSÃO ARTERIAL NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-PANDEMIA:
revisão de literatura**

*Ana Clara Guedes Camargo*¹

*Aylana Vieira Alves*²

*Jakeline Ferreira de Araújo Lobo*³

RESUMO: A hipertensão arterial afeta de 11 a 20% da população com mais de 20 anos e a diabetes mellitus possui prevalência de 7,6% na população adulta, são consideradas doenças crônicas não transmissíveis e podem acarretar invalidez total ou parcial dos indivíduos portadores. O objetivo é a análise da variação dos níveis pressóricos e glicêmicos, em indivíduos portadores de DCNT no Brasil, no período pré e pós-pandemia. O método utilizado foi uma revisão de literatura de artigos científicos publicados entre 2019 e 2023. Os resultados obtidos foram o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, em especial a Hipertensão Arterial e a Diabetes Mellitus Tipo II. Com os benefícios alcançados pela pesquisa verificou-se que a conscientização da importância dos diagnósticos precoce, da alimentação, hábitos de vida saudáveis e prática de atividades físicas auxiliam na promoção e prevenção, proporcionando melhoria na qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: COVID 19. Doenças crônicas não transmissíveis. Hipertensão Arterial. Diabete Mellitus. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19, comumente conhecida como Coronavírus, é uma doença viral infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, responsável pela pandemia que se espalhou pelo mundo. O Brasil é considerado um dos países mais afetados pela doença que começou em 11 de março de 2020 e terminou em 5 de maio de 2023. O primeiro caso diagnosticado foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 (Estrela *et al.*, 2020).

Durante esse período foram implementadas várias medidas restritivas, tais como a adoção da quarentena, a proibição de aglomerações, a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) e o fechamento de locais com grande concentração de pessoas, como locais de trabalho e escolas, entre outros. Os efeitos dessas restrições, além das inúmeras mortes, foram bastante negativos para a saúde, e ainda podem ser observados nos dias atuais. É

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Enfermagem - UNIFAN. E-mail: anaclaracamargo56@gmail.com.

² Acadêmica do 5º período do curso de Fisioterapia - UNIFAN.

³ Professora e Coordenadora dos Laboratórios da Saúde – UNIFAN.

possível perceber a importância de se estudar o tema, uma vez que a presença de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) esteve associada a altas taxas de morbimortalidade. No Brasil, cerca de 70% dos casos fatais ocorreram em pessoas portadoras de DCNT (Albuquerque *et al.*, 2023).

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica que surge de uma combinação de fatores genéticos, ambientais, sociais, culturais e estilo de vida. Ela é caracterizada por níveis persistentemente elevados de pressão sanguínea e é mais comum em mulheres, idosos e pessoas com baixa escolaridade. Por outro lado, o diabetes mellitus é uma condição em que há altos níveis de glicose no sangue, conhecida como hiperglicemia. Isso acontece devido a problemas na produção de insulina e/ou em sua ação, podendo ser influenciado por fatores genéticos, ambientais e comportamentais (Luz *et al.*, 2022, Cole *et al.*, 2020).

A quantidade de pessoas com hipertensão é quase o dobro entre os que possuem diabetes em relação àqueles que não são diabéticos, e o perigo de doenças cardiovasculares é aproximadamente quatro vezes maior entre aqueles com ambos os problemas de saúde (Francisco *et al.*, 2016).

Portanto, é necessário analisar as mudanças comportamentais que levaram às alterações na glicemia e da pressão arterial nos períodos pré e pós-pandemia por meio de uma revisão de literatura.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, baseada na busca de artigos científicos pesquisados nas bases de dados *Scielo (Brasil Scientific Electronic Library Online)* e *Pubmed (U. S. National Library of Medicine)*. Utilizou-se as palavras chaves: COVID-19, Doenças crônicas não transmissíveis, Hipertensão Arterial, Diabete Mellitus e Pandemia. Foram encontrados um total de 129 artigos que atenderam os critérios de inclusão.

Foram selecionados os artigos pelas datas de publicação entre 2019 e 2023 em idiomas, português, inglês e que estivessem inseridos na área de ciências da saúde. Incluíram-se na pesquisa os artigos que se encontravam com acesso livre nos bancos de dados utilizados, sendo estes originais. Logo após, realizou-se a leitura dos artigos por completo, com o objetivo de encontrar uma relação que correspondesse ao assunto abordado na pesquisa

apresentada, os artigos excluídos foram os que não apresentaram objetivo correspondente a temática.

3 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 119 artigos *Scielo* e 10 artigos da *Pubmed*. No total foram encontrados 129 artigos baseados na busca com o uso dos descritores, desses 129 apenas 42 artigos atenderam a todos os critérios de inclusão. Dos 42 artigos, apenas 15 encontravam-se com os temas e os resumos coerentes com o objetivo do trabalho e 27 foram excluídos, por não atenderem a todos os critérios. O Quadro 1 descreve os resultados das mudanças comportamentais que levaram às alterações na glicemia e da pressão arterial nos períodos pré e pós pandemia.

Quadro 1 - Análise de artigos pré e pós-pandemia

AUTOR/ANO	PRÉ/PÓS- PANDEMIA	DADOS EPIDEMIOLÓGICOS	CONCLUSÃO
Santiago <i>et al.</i> , 2019.	Pré-pandemia	A prevalência da hipertensão do início do século XXI à 2010 teve um aumento de 5,2% (em dez anos). Nos países desenvolvidos, porém, ocorreu uma redução de 2,6% neste período, enquanto os países em desenvolvimento enfrentaram um aumento de 7,7%. No Brasil, estudos relatam que a hipertensão atinge aproximadamente 30% da população adulta, correspondendo a 36 milhões de indivíduos.	A prevalência de hipertensão foi elevada no semiárido da região de Pernambuco, e esteve associada a importantes fatores de risco, como aumento da idade, baixa classe socioeconômica, tabagismo ativo, excesso de peso e redução da tolerância à glicose e/ou DM.
Santos, <i>et al.</i> , 2019.	Pré-pandemia	De acordo com cálculos estimados para 2015 pela International Diabetes Federation (IDF), a prevalência de DM foi 415 milhões, representando 8,8% da população mundial. As projeções para o ano de 2040 apontam que 642 milhões de pessoas (10,4%) terão DM, constituindo assim um problema de saúde pública em potencial. De acordo com a IDF, o Brasil ocupa a quarta posição entre os países com o maior número de diabéticos, cerca de 14,3 milhões em 2015.	De acordo com o estudo, não ter companheiro, ser analfabeto, sedentarismo e a classe social tiveram maior influência para piora da qualidade de vida entre os diabéticos quando comparados à população geral.
Borges <i>et al.</i> , 2019.	Pré-pandemia	O letramento inadequado foi encontrado em mais de 70% dos hipertensos investigados. Esse achado	O estudo reflete a importância do estudo na população brasileira, uma vez que algumas habilidades

		reforça a necessidade de melhorar as habilidades para o autocuidado dos hipertensos, principalmente naqueles com maior idade e menos anos de estudo.	são necessárias para o autocuidado e estão associadas a melhores resultados em saúde, como a compreensão de informações escritas ou faladas sobre saúde, prescrições médicas e capacidade de realizar cálculos matemáticos simples para contar doses de medicamentos ou a quantidade de calorias em uma dieta.
Mill, 2019.	Pré-pandemia	Considerando aqueles com pressão arterial $\geq 140/90$ mmHg, ou em uso de anti-hipertensivos apresenta maior prevalência em homens. O estudo também mostrou diferenças entre as regiões, com prevalências menores no Norte e Nordeste e maiores no Sul e Sudeste. A doença também foi menos frequente em residentes rurais. Parte das diferenças regionais pode decorrer de diferentes composições de raça/cor.	O conhecimento epidemiológico sobre populações específicas é uma ferramenta essencial para o manejo da doença.
Silveira <i>et al.</i> , 2023.	Pós-pandemia	Ações estratégicas de educação no controle glicêmico e na prevalência de complicações crônicas em pacientes com diabetes tipo 1 e 2. Ocorreu um controle glicêmico ideal maior no tipo 2 que no tipo 1 (46,3% e 12,2% respectivamente).	Uma abordagem multidisciplinar com integração e qualidade foi associada a melhorias no controle glicêmico e redução da ocorrência de complicações crônicas do DM.
Oliveira <i>et al.</i> , 2022.	Pós-pandemia	A prevalência de HAS não diagnosticada na população varia de acordo com a faixa etária e as características socioeconômicas da população avaliada. Em países menos desenvolvidos, a população é mais exposta aos fatores de risco para DCNT e tem menos acesso a serviços preventivos e de promoção de saúde.	A falta de acesso a serviços de saúde e a procura por esses serviços apenas mediante o aparecimento de sintomas e complicações agudas são fatores que podem explicar a alta prevalência de HAS não diagnosticada na população geral brasileira.
Malta <i>et al.</i> , 2022.	Pós-pandemia	O estudo analisa a prevalência de diabetes autorreferido e fatores associados na população adulta brasileira. A prevalência de diabetes autorreferida foi de 7,7%.	A diabetes nos adultos brasileiros se associa a fatores sociodemográficos, envelhecimento, estilos de vida e morbidades. Esses resultados podem orientar políticas públicas para prevenção e controle da doença no Brasil.
Malta <i>et al.</i> , 2021.	Pós-pandemia	Redução de atividade física em 58%, no consumo de hortaliças em 12,7%, aumento no tempo de tela em 113,5%, consumo de congelados em 53,7%, salgadinhos em 31,2%, nos portadores de DCNT.	Evidenciou-se que adultos com DCNT tiveram seus estilos de vida mais alterados durante a pandemia de COVID-19.
Noce <i>et al.</i> , 2021.	Pós-pandemia	Estudos epidemiológicos demonstraram que uma ingestão diária ideal de antioxidantes, como polifenóis e vitaminas, é capaz de neutralizar o aparecimento de DCNTs e retardar sua progressão.	Alimentação desequilibrada, juntamente com sono insuficiente, sedentarismo, estresse psicológico, poluição ambiental, tabagismo ou abuso de álcool contribuíram para causar alterações metabólicas que

			podem levar ao aparecimento de DCNT.
Santos, <i>et al.</i> , 2021.	Pós-pandemia	A partir de um estudo observacional transversal, foi analisado que dos indivíduos com HAS, 53,3% apresentavam DM e 71,4% dos diabéticos apresentam HAS.	A prevalência de HAS foi superior à prevalência de DM nos indivíduos que foram a óbito por COVID-19. Em idosos, a prevalência foi superior à observada em indivíduos não idosos.

Diversos fatores como alimentação desequilibrada, sono insuficiente, sedentarismo, estresse psicológico, poluição ambiental, tabagismo ou abuso de álcool contribuem para causar alterações metabólicas que podem levar ao aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Durante a pandemia a COVID-19 trouxe consequências para a saúde global até os dias atuais, um dos principais fatores de risco foi a presença de DCNT. Nesse período, de isolamento social, houve mudanças no estilo de vida, principalmente, para os portadores desse tipo de doença, como por exemplo: redução de atividade física em 58%, no consumo de hortaliças em 12,7%, aumento no tempo de tela em 113,5%, consumo de congelados em 53,7% e consumo de salgadinhos em 31,2% (Malta *et al.*, 2021; Noce *et al.*, 2021).

De acordo com Oliveira *et al.* (2022), a prevalência de HAS não diagnosticada na população varia de acordo com as características socioeconômicas da população. Em países menos desenvolvidos, a população é mais exposta aos fatores de risco para DCNT. Como também, ocorreu no estudo de Santiago *et al.*(2019), mostrando que a prevalência da hipertensão teve um aumento de 5,2% (de 2000 a 2010). Já nos países desenvolvidos, ocorreu uma redução de 2,6%. No Brasil, estudos relatam que a hipertensão atinge aproximadamente 30% da população adulta, correspondendo a 36 milhões de indivíduos.

Com relação a DM, de acordo com o autor Santos *et al.* (2019), os cálculos estimados para 2015 pela International Diabetes Federation (IDF), a prevalência de DM foi 415 milhões e as projeções para o ano de 2040 apontam que 642 milhões de pessoas terão DM, constituindo assim um problema de saúde pública em potencial. Já o Brasil ocupa a quarta posição entre os países com o maior número de diabéticos, cerca de 14,3 milhões em 2015. A diabetes nos adultos brasileiros se associa a fatores sociodemográficos, envelhecimento, estilos de vida e morbidades. Esses resultados podem orientar políticas públicas para prevenção e controle da doença no Brasil (Malta *et al.*, 2022).

A partir dos estudos foi possível analisar que dos indivíduos com HAS, 53,3% apresentavam DM e 71,4% dos diabéticos apresentam HAS. Elas são doenças que muitas das vezes estão correlacionadas. No entanto, a prevalência de HAS foi superior à de DM nos indivíduos que foram a óbito por COVID-19. Sendo assim, o conhecimento epidemiológico sobre populações específicas é uma ferramenta essencial para o manejo da doença (Mill, 2019; Santos *et al.*, 2021).

Por consequência, foi analisado que, tanto em estudos pré-pandemia quanto pós-pandemia, ações estratégicas de educação, com abordagem multidisciplinar, integração e qualidade, são a melhor opção para o autocuidado e consequentemente controle glicêmico e pressórico. Exemplo disso é a compreensão de informações escritas ou faladas sobre saúde, prescrições médicas e capacidade de realizar cálculos matemáticos simples para contar doses de medicamentos ou a quantidade de calorias em uma dieta (Borges *et al.*, 2019; Silveira *et al.*, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto as DCNT estudadas (HAS e DM) foram fatores de risco para a pandemia da COVID-19 e possuem alta prevalência na população brasileira. A maioria dos fatores de risco para adquirir essas doenças vai de encontro, como: alimentação inadequada, sono insuficiente, sedentarismo, estresse psicológico, poluição ambiental, tabagismo e/ou abuso de álcool, idade avançada, falta de acesso aos serviços de saúde e principalmente condições socioeconômicas.

Houve um aumento significativo na prevalência de HAS e DM na população brasileira, no período pós-pandemia, devido às mudanças nos hábitos e qualidade de vida durante o isolamento social (quarentena), principalmente na prática de atividade física e alimentação. Sendo necessárias ações de conscientização e capacitação, sobre a importância de hábitos de vida saudáveis e sinais e sintomas das doenças para diagnósticos precoces.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. A. R.; MELO, M. D. T.; SOUSA, T. L. F.; NORMANDO, P. G.; FAGUNDES, J. G. M.; ARAÚJO-FILHO, J. A. B. Hospital admission and mortality rates for non-COVID-19 respiratory diseases in Brazil's public health system during the covid-19 pandemic: a nationwide observational study. **J Bras Pneumol.**, v. 49, n.1, 2023.

BORGES, F. M. *et al.* Health literacy of adults with and without arterial hypertension. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 3, p. 646–653, 2019.

COLE, J. B.; FLOREZ, J. C. Genetics of diabetes mellitus and diabetes complications. **Nat Rev Nephrol**. v. 16, n. 7, p. 377-390, 2020.

ESTRELA, F. M. *et al.* COVID-19 e doenças crônicas: impactos e desdobramentos frente à pandemia. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, n. 34, p.e36559 2020.

FRANCISCO, P. M. S. B.; SEGRI, N. J.; BORIM, F. S. A.; MALTA, D. C. Prevalência simultânea de hipertensão e diabetes em idosos brasileiros: desigualdades individuais e contextuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3829-3840, 2018.

LUZ, A. L. de A. *et al.* Função cognitiva e controle da pressão arterial em idosos hipertensos. **Ciência saúde coletiva**, v. 27, n. 6, 2022.

MALTA, D. C. *et al.* Diabetes autorreferido e fatores associados na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2643–2653, 2022.

MALTA, D. C. *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis e mudanças nos estilos de vida durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e210009, 2021.

MILL, J. G. Social Determinants of Hypertension. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 113, n. 4, p. 696-698, 2019.

NOCE, A.; ROMANI, A.; BERNINI, R. Dietary Intake and Chronic Disease Prevention. **Nutrients**, v. 13, n. 4, p. 1358. 2021.

OLIVEIRA, I. M. *et al.* Fatores associados à hipertensão não diagnosticada entre adultos mais velhos no Brasil - ELSI-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 2001-2010, 2022.

SANTIAGO, E. R. C. *et al.* Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica e Fatores Associados entre Adultos do Semiárido de Pernambuco, Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 4, p. 687-695, 2019.

SANTOS, R. L. B. dos; CAMPOS, M. R.; FLOR, L. S. Fatores associados à qualidade de vida de brasileiros e de diabéticos: evidências de um inquérito de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 1007-1020, 2019.

SANTOS, L. G. *et al.* Prevalência de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus em Indivíduos com COVID-19: Um Estudo Retrospectivo de Óbitos em Pernambuco, Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 117, n. 2, p. 416-422, 2021.

SILVEIRA, A. O. S. M.; GOMIDES, M. D. A.; SADOYAMA, G. Análise do impacto de um programa de educação em diabetes no controle glicêmico e prevalência de complicações crônicas. **Arquivos de Endocrinologia e Metabolismo**, v. 67, n. 3, p. 298-305, 2023.

NEUROCOGNIÇÃO, SONO E APRENDIZADO: explorando as interconexões

Kenneth Candeira Sampaio

Alice Campos Meneses

Daniel Rodrigues Silva Filho

Poliana Peres Ghazale

Marinaldo Soares Leite

RESUMO: O sono desempenha um papel vital na recuperação fisiológica, na limpeza de toxinas e no equilíbrio do corpo humano. Além disso, é fundamental para a consolidação da memória, armazenamento de informações e desempenho cognitivo. Nessa perspectiva, constitui-se como principal objetivo deste artigo investigar a influência do sono na formação do aprendizado, utilizando uma abordagem neurocognitiva. Para isso, foi utilizada a abordagem da revisão integrativa de literatura. As seguintes etapas foram seguidas: estabelecimento de hipótese e objetivos da revisão integrativa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados. Para a confecção do referencial teórico, foi realizado levantamento dos artigos na literatura na base de dados PubMed. Concluindo-se, assim, que o sono desempenha um papel essencial na consolidação da memória e no processamento cognitivo, e distúrbios do sono podem levar a déficits cognitivos.

PALAVRAS-CHAVE: Sono REM. Sono NREM. Memória. Consolidação da Memória. Cognição.

1 INTRODUÇÃO

O sono desempenha um papel fundamental na saúde e funcionamento do corpo humano. Além de promover a recuperação fisiológica, limpeza de toxinas e funções imunológicas, ele também é crucial para a consolidação da memória, armazenamento de informações e funções cognitivas. A qualidade e duração do sono são indicadores importantes de qualidade de vida, já que um sono restaurador contribui para disposição, produtividade e aprendizado. O cérebro aproveita o sono para drenar toxinas, especialmente durante o sono NREM, quando a atividade cerebral está relativamente baixa. No entanto, o sono REM, caracterizado por alta atividade metabólica cerebral semelhante à vigília, também desempenha um papel complexo. A privação de sono, embora seja usada para estudar a função do sono, pode aumentar o estresse e afetar negativamente a interpretação dos resultados (Wafford, 2021).

O sono, em particular o estágio NREM, é crucial para a consolidação da memória episódica, dependente do hipocampo, e para processos de aprendizagem. Durante o sono, fenômenos elétricos como ondas lentas e fusos do sono ocorrem, impulsionando os processos de aprendizado e maturação cerebral. A ativação das conexões neurais entre o hipocampo e o córtex cerebral é essencial para fortalecer e integrar informações, promovendo o armazenamento eficiente da memória. A neuroplasticidade, que é a capacidade do cérebro de se adaptar a novos estímulos, também está ativa durante o sono. A plasticidade sináptica ocorre tanto no curto prazo, minutos após a formação da memória, quanto em períodos mais extensos, de dias a semanas, com a consolidação da memória influenciada pelo sono (Stee *et al.*, 2021).

Portanto, o foco central deste trabalho é examinar o impacto do sono no processo de aprendizagem, empregando uma perspectiva neurocognitiva. Serão exploradas as consequências do sono na solidificação da memória, na adaptabilidade do cérebro e no desempenho intelectual, com o intuito de compreender os mecanismos fundamentais desse vínculo.

2 METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão integrativa, baseando-se em estudos anteriores. Na confecção da presente revisão integrativa, as seguintes etapas foram seguidas: estabelecimento de hipótese e objetivos da revisão integrativa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados (Hopia; Latvala; Liimatainen, 2016).

Para a confecção do referencial teórico, foi realizado levantamento dos artigos na literatura na base de dados PubMed. Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos publicados em inglês, artigos na íntegra que retratam a temática referente ao sono, cognição e memória e artigos publicados e indexados na referida base de dados nos últimos 7 anos com o título condizente com o tema do estudo. Logo, foram excluídos artigos publicados há mais de sete anos, trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra, estudos presentes em bases de dados diferentes do Pubmed, publicações que não estavam de acordo com o tema estabelecido e artigos que não foram publicados em inglês. Os descritores utilizados para busca dos artigos foram: Sleep, Sleep Deprivation, Sleep REM, sleep NREM, Memory,

Memory Consolidation, Learning, Cognition. A amostra final desta revisão integrativa foi constituída de 14 artigos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Power e Schlaggar (2017), a “plasticidade neural” refere-se à capacidade do sistema nervoso de alterar a sua própria estrutura e funcionamento em resposta à experiência e lesões. Essa capacidade permite que o cérebro reorganize e fortaleça as conexões sinápticas, especialmente durante os períodos de repouso. A plasticidade é fundamental para o desenvolvimento neural, o funcionamento normal do sistema nervoso e desempenha um papel essencial na consolidação da memória e na reconfiguração das vias neurais. Durante o sono, eventos neurofisiológicos complexos ocorrem, como a reativação de circuitos neuronais ligados a memórias recentes e a eliminação seletiva de sinapses menos utilizadas.

A plasticidade neural durante o sono envolve vários mecanismos, incluindo a liberação de neurotransmissores, a ativação de genes associados ao crescimento e à plasticidade sináptica, e a interação entre diferentes padrões de ondas cerebrais característicos de cada estágio do sono. Esses processos permitem a reorganização e consolidação das informações adquiridas durante o estado de vigília, contribuindo de maneira significativa para o processo de aprendizado, a formação de memórias e o processamento cognitivo em geral. A compreensão desses mecanismos oferece insights valiosos sobre como o cérebro otimiza seu funcionamento durante o sono para aprimorar a adaptação às experiências e promover a eficácia cognitiva (Gulyaeva, 2017).

O estudo de Mason e Lokhandwala (2021) descreve o padrão normal do sono, que é composto pela alternância entre os estágios REM (Rapid Eye Movement) e NREM (Non-Rapid Eye Movement). O sono NREM é caracterizado pela presença de ondas cerebrais sincronizadas no eletroencefalograma (EEG) e é dividido em quatro fases distintas: estágio 1, 2, 3 e 4. Os estágios 1 e 2 correspondem ao sono de ondas rápidas, enquanto as fases 3 e 4 são associadas ao sono de ondas lentas, também conhecidas como ondas delta. Durante o sono REM, o EEG apresenta ondas dessincronizadas e de baixa amplitude. A alternância entre os padrões de ondas do EEG durante o sono NREM-REM e a vigília é resultado da atividade neural nos circuitos tálamo-corticais, que envolvem os núcleos reticulares do tálamo e o

córtex cerebral. Esse padrão é modulado pela interação entre os núcleos neuronais monoaminérgicos e colinérgicos localizados no tronco encefálico.

Conforme abordado por Ginsburg e Jablonka (2021), a cognição é um processo essencial no funcionamento humano, abarcando uma série de funções mentais superiores. Esse processo envolve a habilidade de adquirir, processar e utilizar informações por meio de mecanismos complexos, como percepção sensorial, memória, linguagem, raciocínio e atenção.

A integridade dessas funções cognitivas desempenha um papel vital no desempenho eficaz das atividades cotidianas, na tomada de decisões e na solução de problemas. Distúrbios cognitivos, como demência e doenças neurológicas, têm o potencial de prejudicar consideravelmente a cognição, resultando em déficits na memória, atenção seletiva, habilidades verbais e visuoespaciais. Tais condições podem ter um impacto significativo na qualidade de vida e na independência dos indivíduos afetados.

AUTOR	ANO	TÍTULO	RESULTADO
Power e Schlaggar	2017	Neural plasticity across the lifespan	O termo “plasticidade” descreve a maleabilidade da conectividade e dos circuitos neuronais. Mudanças físicas no nível celular se manifestam como mudanças no nível do circuito nos padrões de disparo neuronal, e são essas mudanças no nível do circuito que nos permitem aprender, lembrar e nos adaptar às condições mutáveis do corpo e do ambiente. Essas mudanças físicas na estrutura neuronal resultam de uma combinação dos próprios pensamentos que temos
Gulyaeva	2017	Molecular Mechanisms of Neuroplasticity: An Expanding Universe	A neuroplasticidade pode ser observada em várias escalas, com comportamento adaptativo, aprendizado e memória no topo da hierarquia da neuroplasticidade. A base dessa pirâmide é formada por moléculas e suas interações, que estão por trás dos circuitos e redes subcelulares/sinápticos, celulares e neuronais. Um princípio fundamental subjacente à neuroplasticidade é a plasticidade das conexões sinápticas que são constantemente removidas ou recriadas, sendo o equilíbrio desses processos opostos amplamente dependente da atividade dos neurônios.
Mason e Lokhandwala	2021	Sleep and human cognitive development	O sono normal é composto pela alternância dos estágios REM (Rapid Eye Movement) e NREM (Non-Rapid Eye Movement). Durante o sono NREM, observa-se a presença de ondas cerebrais

			sincronizadas no eletroencefalograma (EEG) e esse estágio pode ser dividido em estágios 1, 2, 3 e 4. O sono REM é caracterizado pelo EEG com ondas dessincronizadas e de baixa amplitude. A alternância entre a sincronização e dessincronização das ondas cerebrais no sono NREM-REM e vigília ocorre devido à atividade neural nos circuitos tálamo-corticais, influenciados pela interação entre os núcleos monoaminérgicos e colinérgicos.
Ginsburg e Jablonka	2021	Evolutionary transitions in learning and cognition	Há muitas caracterizações de cognição chamada também de inteligência em organismos vivos. A aprendizagem engloba ou habilita todos os recursos, capacidades ou mecanismos de cognição, de modo que qualquer sistema com a capacidade de aprender pode ser descrito como um sistema cognitivo. A aprendizagem é definida como um processo que leva a uma resposta comportamental dependente da experiência de um sistema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial garantir um sono adequado para promover uma boa saúde cognitiva. A integridade das funções cognitivas, como percepção sensorial, memória, linguagem, raciocínio e atenção, é crucial para o desempenho eficiente de atividades diárias. O sono desempenha um papel fundamental na consolidação da memória e no processamento das informações adquiridas durante o dia. A privação do sono ou a alteração da arquitetura do sono podem levar a déficits cognitivos, como comprometimento da atenção, da memória de trabalho e do raciocínio.

Com relação às limitações do estudo, ainda existem poucos estudos experimentais acerca da relação do sono para a consolidação da memória. Logo, mais ensaios clínicos devem ser realizados para que essa relação seja melhor compreendida.

REFERÊNCIAS

GINSBURG, Simona; JABLONKA, Eva. Evolutionary transitions in learning and cognition. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v. 376, n. 1821, p. 20190766, 2021.

GULYAEVA, N. V. Molecular mechanisms of neuroplasticity: an expanding universe. **Biochemistry**, Moscow, v. 82, p. 237-242, 2017.

HOPIA, Hanna; LATVALA, Eila; LIIMATAINEN, Leena. Reviewing the methodology of an integrative review. **Scandinavian journal of caring sciences**, v. 30, n. 4, p. 662-669, 2016.

MASON, Gina M. *et al.* Sleep and human cognitive development. **Sleep medicine reviews**, v. 57, p. 101472, 2021.

POWER, Jonathan D.; SCHLAGGAR, Bradley L. Neural plasticity across the lifespan. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Developmental Biology**, v. 6, n. 1, p. e216, 2017.

STEE, Whitney; PEIGNEUX, Philippe. Post-learning micro-and macro-structural neuroplasticity changes with time and sleep. **Biochemical pharmacology**, v. 191, p. 114369, 2021.

WAFFORD, Keith A. Aberrant waste disposal in neurodegeneration: Why improved sleep could be the solution. **Cerebral Circulation-Cognition and Behavior**, v. 2, p. 100025, 2021.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA DOENÇA DE CHAGAS EM GOIÁS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

João Guilherme de Souza Ramos¹

Daniel Rodrigues Silva Filho

Nicole Garcia Brandão

Marinaldo Soares Leite²

RESUMO: Introdução: A doença de Chagas é uma questão de saúde pública endêmica e negligenciada em vários países tropicais e em desenvolvimento. Este estudo espera relatar o perfil epidemiológico daqueles confirmados com doença de Chagas no Estado de Goiás entre os anos de 2011 e 2021. **Metodologia:** Estudo observacional e descritivo que utilizou diversas bases de dados e notificações registradas no DATASUS. **Resultados:** Registrados apenas 5 casos da doença, predominante em mulheres brancas da zona urbana de cidades do nordeste goiano, prevalecendo a faixa etária dos 40 aos 59 anos, sendo preocupante que a partir dos Resultados, observa-se o pareamento com uma população vulnerável e, portanto, negligenciada, assim como os cuidados para com a doença. **Considerações Finais:** Observa-se que apesar da diminuição dos índices, é necessária atenção para a doença, não só por seu diagnóstico velado e subnotificado, mas para evitar a proliferação do vetor em locais que ele não vive.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Chagas. Brasil. Epidemiologia.

1 INTRODUÇÃO

A Doença de Chagas (DC) é uma doença de transmissão principalmente vetorial. Os triatomíneos introduzem, por meio de picadas, fezes com a forma infecciosa do protozoário *Trypanosoma cruzi* em pequenas lesões dérmicas ou pela própria mucosa de seres humanos. A também conhecida tripanossomíase americana pode ser transmitida também através de outros meios como transfusão de hemoderivados, órgãos transplantados, de maneira congênita ou até mesmo, por meio de bebidas ou alimentos contaminados (Bern, 2015).

Sua apresentação clínica pode ser aguda e/ou crônica, sendo aparente ou não e se manifestando dentre outras formas, na forma indeterminada, mas, principalmente, na forma

¹ Acadêmico do 9º Período do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2023/2. E-mail: joaoguilhermedsr@gmail.com.

² Professor, Supervisor de Habilidades Médicas e de Urgência e Emergência e Coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser.

cardíaca, que é a causadora dos aumentos da morbimortalidade da doença (Harrison; Bern, 2015; Rassi-Júnior; Rassi; Marin-Neto, 2010).

Apesar de ter sido descoberta e ter tido seus sintomas, ciclo e vetor conhecidos há mais de 100 anos através do trabalho de Carlos Chagas, ainda é uma doença bastante negligenciada e um problema de saúde pública em suas áreas endêmicas, por ser um reflexo de populações de pouca evidência no cenário social, portanto: pobres e desassistidas (Pérez-Molina; Molina, 2018).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a América Latina é responsável por mais de 90% dos infectados no mundo, dos quais cerca de 32% destes são brasileiros. Sendo isso, analisado a partir dos estudos realizados neste primeiro momento, em que a prevalência era de cerca de 4% na população brasileira moradora de zona rural e que, em 2008, não se chegou a 0,1% de prevalência nas zonas rurais (Ostermayer *et al.*, 2011).

De 1975 em diante, foi visto a necessidade de encontrar meios para diminuir os casos registrados. A partir disto, viu-se oportunidade com os doadores de sangue, órgãos e tecidos passando por uma melhor triagem, o tratamento efetivo para a doença fazendo o seu controle, auxiliaram com a diminuição da Chagas aguda no Brasil (Dias, 2016).

Mas, no II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, cita-se que os pesquisadores e autoridades no assunto consideram que ainda são muitos os infectados no continente americano, devido a ocorrência da transmissão através da ingestão de alimentos contaminados em regiões com populações mais vulneráveis, o que demanda muita atenção para os países; o Brasil, inclusive, tem a doença de Chagas como uma doença de notificação compulsória nacional e imediata (Brasil, 2021).

Sendo assim, considera-se que a transmissão da doença de Chagas além de ser principalmente intradomiciliar na região rural somado à sua relação, portanto, a questões socioeconômicas e, com isso, também sendo muito relevante sua transmissão extradomiciliar, por suas características, o estado de Goiás se faz como uma região endêmica para a Doença (Bern, 2015).

Nesse viés, o intuito deste estudo é descrever o perfil epidemiológico da doença de Chagas, em Goiás, entre os anos de 2011 e 2021, visto que o estado é endêmico para a doença, e observando dessa forma o impacto da doença refletido no comportamento dos indicadores goianos nos últimos 10 anos. Além disso, propõe-se verificar o perfil da população atingida pela doença de Chagas no Estado, mensurando como o perfil sociodemográfico é um forte fator de risco, compreendendo a importância da busca ativa para detecção de novos casos no estado endêmico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo observacional, que utilizou os dados de notificação de casos de doença de Chagas alimentados no DATASUS pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás durante o período de 2011 a 2021 e armazenados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde do Brasil, sendo sua última atualização/revisão feita em 01 de dezembro de 2022, não incluindo, portanto, dados referentes aos anos de 2022 e 2023. O estudo também se deu a partir da coleta de dados em bases de dados - PubMed, Scielo, Google Acadêmico, LILACS – e publicações de organizações-referência na área das ciências médicas - como Fundação Oswaldo Cruz, Organização Pan-Americana de Saúde - procurando observar os números de casos da doença de Chagas registrados, os números de óbitos e as possíveis causas associadas aos casos que foram atendidos. Outras variáveis analisadas incluem: perfil socioeconômico, gênero, idade, medidas de diagnóstico, região de incidência e período de notificação. Análises descritivas foram feitas, excluindo-se casos que não apresentavam confirmação diagnóstica.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Na fisiopatologia da doença de chagas, há a distinção em duas fases. Inicialmente, a fase aguda, com evolução rápida, sintomática e com alto número de parasitas presentes na corrente sanguínea. Os principais sintomas apresentados são: febre, edema facial e nas pernas, hepatoesplenomegalia, cefaleia, astenia, sinal de Romanã (inchaço e vermelhidão na região periorbital) e, pode ser visto uma espécie de furúnculo que corresponde à picada do barbeiro. Se não houver tratamento durante a fase aguda, o indivíduo pode evoluir para a fase crônica, que além de tardia, é lenta e tem baixo número de parasitas presentes no sangue do indivíduo, e inicialmente, não apresenta sintomas; mas está sujeita a complicações como insuficiência cardíaca devido a uma progressiva miocardite fibrosante, megaesôfago e megacólon chagásicos. Portanto, as informações fornecidas se dão a partir da fase aguda da doença, quando geralmente se é feito o diagnóstico através dos sinais e sintomas sugestivos somados aos testes parasitológicos diretos, bem como dados epidemiológicos a partir da notificação compulsória desses casos, que ratificam surtos em regiões endêmicas (Brasil, 2015; Lima; Teixeira; Lima, 2019).

A doença é causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* e transmitida principalmente pela via vetorial. No sistema digestório dos triatomíneos, há a transformação deste parasita em uma forma infectante que é eliminada junto às fezes do popularmente conhecido “barbeiro”, e quando adentram a corrente sanguínea dos seres humanos, infectam os mesmos, através da coceira ou pela picada. Vale ressaltar que os vetores são insetos que se procriam em rachaduras de habitações rurais feitas de pau-a-pique e taipas, comuns de serem construídas com esses materiais devido ao baixo custo e, portanto, refletindo o menor poder aquisitivo e a vulnerabilidade destes que as constroem, bem como, demonstrando que tanto a condição socioeconômica quanto o material-base da construção do domicílio, sendo importantíssimos fatores de risco para a Doença de Chagas (Lima; Teixeira; Lima, 2018).

Além da transmissão vetorial, pode existir transmissão oral, via transplante, e vertical. Porém, apesar da transmissão vetorial ter sido a mais frequente por um longo período de tempo, verificou-se que o padrão epidemiológico da doença se modificou, sendo a transmissão oral responsável por quase 70% dos casos entre os anos de 2000 e 2013. Teoriza-se que o principal vetor da Doença de Chagas, o *Triatoma infestans*, tenha sido aquele que difundiu a doença pelo cone sul. Porém, no fim do século XX e início do século XXI, a doença teve sua transmissão através de seu principal vetor, o *Triatoma infestans*, interrompida no território goiano, com certificação concedida pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

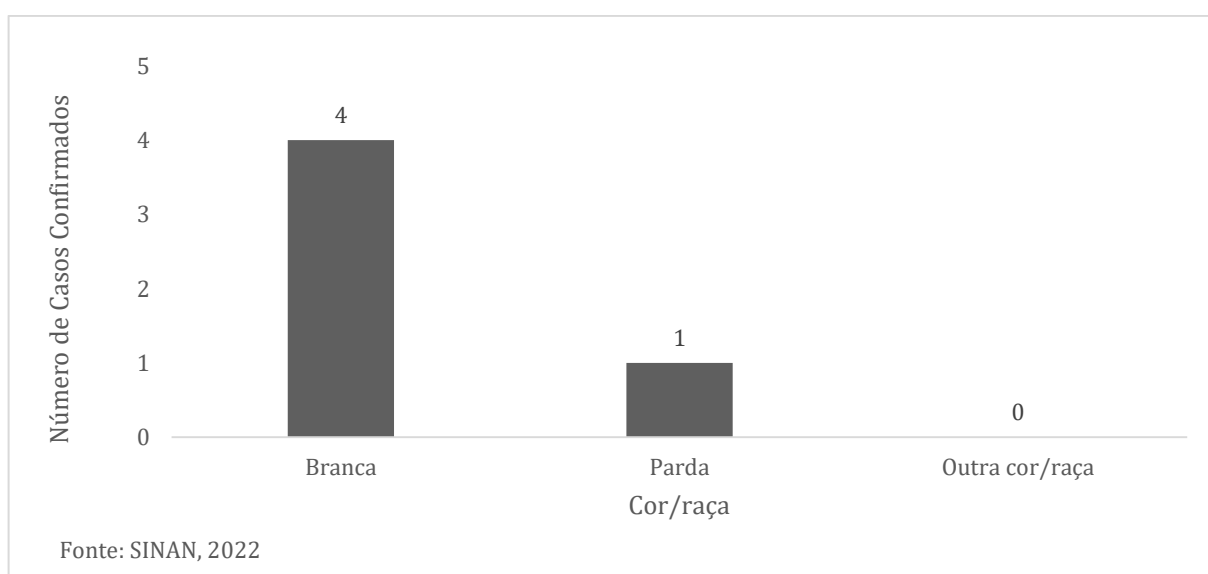
É importante salientar que o controle do vetor e principalmente a mudança do padrão de concentração da população brasileira nos últimos 40 anos, com um êxodo rural maciço, foram importantes para transformar esse padrão de transmissão (Oliveira; Silva, 2007; Sanghenis *et al.*, 2016; Brasil, 2021). Mas, cabe ressaltar que a chancela fornecida pela OPAS ressalta a necessidade de se monitorar os hábitos de moradia da população do Estado de Goiás, bem como, ter uma vigilância permanente e cotidiana para que Goiás não seja palco de uma nova infestação do inseto, já que, entre 2011-2021, 20% das infecções foram causadas a partir de contaminação vetorial (Brasil, 2022).

Com isso, percebe-se a importância de identificar os municípios altamente vulneráveis para transmissão do *T. cruzi*. Há prioridade para a região nordeste na execução de medidas de controle de atividades dos triatomíneos, devido à maior vulnerabilidade social, condições climáticas que a favorecem e o baixo aporte socioeconômico dentre as demais regiões brasileiras. Municípios goianos são citados como muito vulneráveis à ocorrência de triatomíneos, devido suas características climáticas; dos seis municípios citados, quatro são limítrofes à estados da região norte e nordeste: Cavalcante, Guarani de Goiás, Posse e

Simolândia, e devem ser observados de perto, porque o nordeste goiano, onde estão a maioria desses municípios, faz fronteira com o Estado da Bahia, onde ainda existe a circulação do *T. infestans* (Vinhaes *et al.*, 2013). Vale ressaltar que todos os casos confirmados de doença de Chagas em Goiás entre os anos de 2011-2021 foram identificados justamente no nordeste goiano, na microrregião do Vão-do-Paraná, aonde estão localizadas as cidades supracitadas de Posse e Simolândia (Brasil, 2022).

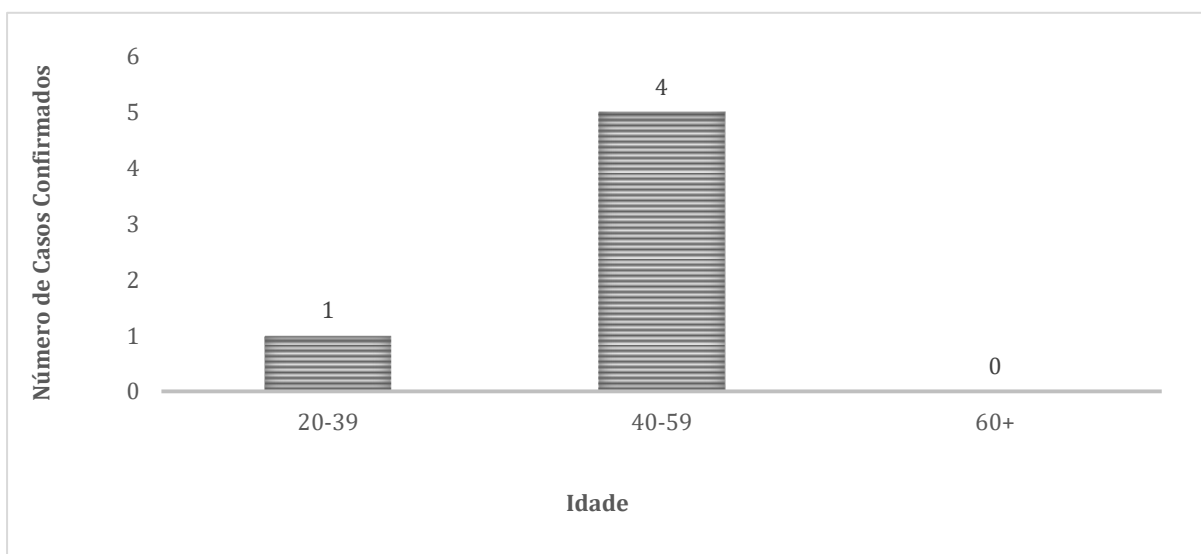
São animadores os cenários para o combate cada vez mais efetivo da doença de Chagas através de seus insetos vetores, visto que, foi descrito a performance do aplicativo Triatodex, já disponível para celulares que usam o sistema operacional Android, que auxiliará na identificação e, portanto, contenção dos vetores não só em Goiás, mas nas demais áreas endêmicas da patologia no solo brasileiro (Gonçalves *et al.*, 2021). No boletim epidemiológico específico para a doença de Chagas, em 2021, citando suas correlações com o COVID-19, percebe-se a redução da taxa de mortalidade por regiões em um período analisado de 10 anos, sendo a região centro-oeste, onde está localizado o estado de Goiás, uma das regiões que mais teve uma redução da taxa de mortalidade além da estimada no ano de 2020 por DC no Brasil, com apenas 5 casos confirmados e registrados entre 2011 e 2021 pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás. (Brasil, 2021; 2022). A distribuição de casos por gênero mostrou que os pacientes infectados pelo *Trypanosoma cruzi* no período analisado foram todos do sexo feminino, moradoras de áreas urbanas, sendo 80% delas mulheres de raça/cor branca.

Figura 1 – Distribuição dos casos de Doença de Chagas por cor/raça, diagnosticados no período de 2011-2021, no estado de Goiás



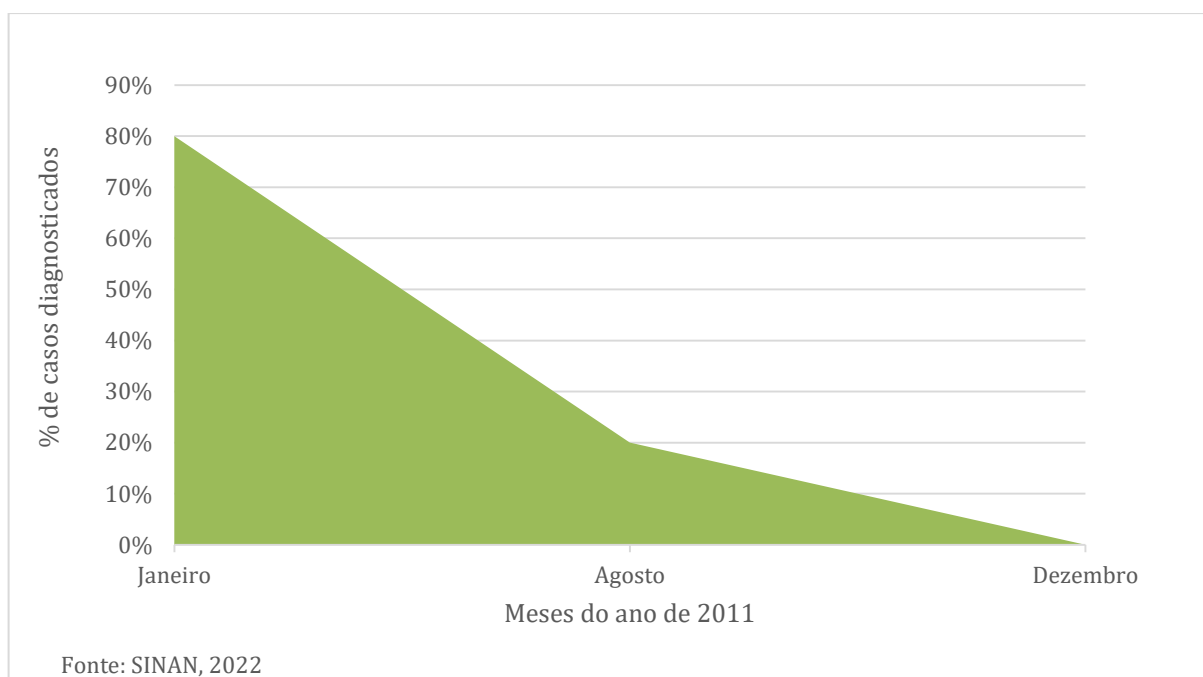
Com relação à distribuição etária, as mulheres até 39 anos representaram apenas 20% dos casos confirmados, e não foram relatados casos na população acima dos 60 anos, bem como, a periodicidade dos casos concentrada basicamente no início dos anos vigentes (BRASIL, 2022).

Figura 2 – Distribuição dos casos de Doença de Chagas por faixa etária, diagnosticados no período de 2011-2021, no estado de Goiás



Fonte: Sinan, 2022.

Figura 3 – Distribuição dos casos de Doença de Chagas ao longo dos meses do ano de 2011 no Estado de Goiás



Fonte: SINAN, 2022

De acordo com os dados analisados, 80% dos casos de DC foram diagnosticados a partir de confirmação laboratorial (Brasil, 2022), e é perceptível pelos gráficos que a requisição de exames para diagnóstico laboratorial da DC vem diminuindo desde o ano de 2018, assim como a distribuição de comprimidos de beznidazol 100mg, antiprotozoário usado no tratamento da doença (Brasil, 2021). Graças às medidas cabíveis tomadas ao longo dos anos, relata-se que dentre todos os casos diagnosticados e confirmados de DC, não foi declarado nenhum óbito e nenhum caso após o ano de 2012 (Brasil, 2022).

Claramente, não se pode deixar de lado a hipótese de subnotificação importante devido à pandemia do COVID-19, em que as doenças epidêmicas do país tiveram crescimento por causa do destino de esforços e atenções mais voltados para o combate ao Sars-Cov-2; como também a não precisão de diagnósticos, devido as comorbidades da DC serem muito similares e confundíveis com doenças cardíacas (Martins *et al*, 2012; Mota *et al*, 2014; Alencar *et al*, 2020; Brasil, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O declínio da mortalidade por Doença de Chagas no Brasil trouxe dificuldades para encontrar dados epidemiológicos seccionados da DC, especialmente no Estado de Goiás. Percebe-se que o combate à doença deve ser intensificado nas regiões em que ainda há resquícios de transmissão pelo *T. infestans*. Apesar de efetivas as medidas de controle do vetor, não se deve deixar de lado os outros modos de transmissão, principalmente o oral, através de alimentos contaminados. E também, pelos demais fatores sociais atrelados e pela gravidade das complicações trazidas pela forma crônica da doença, ela ainda é um problema de saúde relevante e importante no Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z: Doença de Chagas**. 2023. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/doenca-de-chagas>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informação e Informática do SUS. DATASUS. **Informações de Saúde: Epidemiológicas e Morbidades**, 2011-2021. Dados de 2021 atualizados em 01/12/2022, sujeitos à revisão. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinanet/cnv/chagasgo.def>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Doença de Chagas**, n. especial, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim_especial_chagas_14abr21_b.pdf. Acesso em: 07 mar. 2023.

DIAS, J.C.P., *et al.* II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. especial, p. 7-86, Brasília: 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/JrVJ3sYXSCYbvZdh8cH4Dqy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GERES, L. F.; RABI, L. T.; BONATTI, T. R. A importância da vigilância epidemiológica no combate à Doença de Chagas: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9492/5784>. Acesso em: 11 maio 2023.

GURGEL-GONÇALVES, R. *et al.* TriatoDex, an electronic identification key to the triatominae (Hemiptera: Reduviidae), vectors of Chagas disease: Development, description, and performance. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51945>. Acesso em: 12 jun. 2023.

JAMESON, L. *et al.* **Medicina Interna de Harrison**. 20. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021. 4040 p.

LIMA, R. S.; TEIXEIRA, A. B.; LIMA, V. L. S. Doença de chagas: uma atualização bibliográfica. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 51, n. 2, p. 103-106, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/11/1024821/rbac-vol-51-2-2019-ref-727.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023

MARTINS-MELO, F. R. *et al.* Prevalence of Chagas disease in Brazil: A systematic review and meta-analysis. **Acta Tropica**, v. 130, p. 167-174, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9349/1/2014_art_frmelo.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

MINUZZI-SOUZA, T. T. C., *et al.* Synanthropic triatomines as potential vectors of *Trypanosoma cruzi* in Central Brazil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 50, n.06, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/6rVt4F9LCvkLPnTBvHHFDxz/?lang=en>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. W. S.; SILVA, I. G. Distribuição geográfica e indicadores entomológicos de triatomíneos sinantrópicos capturados no Estado de Goiás. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 40, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0037-86822007000200011>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OSTERMAYER, A. L. *et al.* O inquérito nacional de soroprevalência de avaliação do controle da doença de Chagas no Brasil (2001-2008). **Suplemento II**, v. 44, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/TvkVZvPN45H6VGWT9GF7zjs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PEREIRA, J. M. *et al.* Climatic factors influencing triatomine occurrence in Central-West Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 108, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mioc/a/YMG8gWvSyLjqfSn7rqdjDpQ/?lang=en>. Acesso em: 11 maio 2023.

PÉREZ-MOLINA, J. A.; MOLINA, I. Chagas disease. **The Lancet**, v. 391, p. 82-94, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(17\)31612-4](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(17)31612-4). Acesso em: 02 mar. 2023.

RASSI-JÚNIOR, A.; RASSI, A.; MARIN-NETO, J. A. Chagas disease. **The Lancet**, v. 375, n. 9723, p. 1388-1402, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20399979/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

VIEIRA, T. R.; LIMA, N. T. Uma vitrine para os médicos do sertão: a Revista Goiana de Medicina e a doença de Chagas em Goiás (1955-1962). **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 76, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tQYmKqKy6N9PzNp6jxfDmNy/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2023.

VINHAES, M.C. *et al.* Assessing the vulnerability of Brazilian municipalities to the vectorial transmission of *Trypanosoma cruzi* using multi-criteria decision analysis. **Acta Tropica**, v. 137, p. 105-110, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0001706X14001727?via%3Dihub>. Acesso em: 11 maio 2023.

**PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DE CRISE DE PÂNICO EM SALA DE
PRONTO-SOCORRO: uma revisão sistemática da literatura**

Ayslan Rodrigues de Paiva

Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo

RESUMO: Introdução: A crise de pânico é um transtorno psiquiátrico caracterizado por ataques súbitos e intensos de medo intenso e desconforto físico, que frequentemente levam os pacientes a procurar atendimento médico de emergência. **Objetivos:** foi Identificar e analisar os melhores protocolos utilizados no manejo da crise de pânico em salas de pronto-socorro, levando em consideração sua eficácia, especificidades e diferenças. **Metodologia:** Foi realizada uma busca sistemática em bases de dados científicas, selecionando estudos que avaliaram diferentes abordagens terapêuticas no tratamento da crise de pânico em salas de pronto-socorro. **Resultados:** Foram selecionados os 10 melhores artigos que apresentaram protocolos eficazes no manejo da crise de pânico. Cada protocolo demonstrou eficácia na redução dos sintomas de pânico e no controle das crises, com abordagens e especificidades distintas. **Conclusão:** A escolha do protocolo ideal deve ser baseada nas características individuais do paciente, na gravidade dos sintomas e nas preferências do profissional de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Crise de pânico. Sala de pronto-socorro. Protocolo de atendimento.

1 INTRODUÇÃO

A crise de pânico é um transtorno psiquiátrico caracterizado pela ocorrência súbita e intensa de sintomas de ansiedade aguda, que podem incluir palpitações, sudorese, falta de ar, tontura, medo intenso de morrer, entre outros (American Psychiatric Association, 2013). Essas crises podem ser debilitantes e levar a uma busca de atendimento médico em salas de pronto-socorro, tornando essencial o estabelecimento de um protocolo adequado de atendimento.

Nas últimas décadas, houve um aumento significativo na procura por atendimento em salas de pronto-socorro devido a crises de pânico, o que implica a necessidade de desenvolver estratégias eficazes para lidar com essa demanda (Bandelow *et al.*, 2016; Morgan *et al.*, 2017). Portanto, este trabalho tem por objetivo a elaboração de um protocolo de atendimento padronizado pode melhorar a qualidade do cuidado, a eficiência e a satisfação do paciente, além de otimizar o uso dos recursos disponíveis por meio de uma revisão de literatura para ser implantado na Sala de Primeiros Socorros do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

2 METODOLOGIA

Para realizar esta revisão sistemática, foram conduzidas buscas nas principais bases de dados científicas da área da medicina, incluindo *PubMed*, *Scopus* e *Web of Science*. Os termos de busca utilizados incluíram “crise de pânico”, “ataque de pânico”, “sala de emergência”, “pronto-socorro”, “protocolo de atendimento” e suas variações. Foram selecionados estudos publicados nos últimos 10 anos, com ênfase em ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises.

Os critérios de inclusão para os estudos foram os seguintes: (1) envolvimento de pacientes adultos com crise de pânico atendidos em salas de pronto-socorro; (2) avaliação de protocolos de atendimento ou intervenções específicas; (3) desfechos relacionados à eficácia do protocolo, melhora dos sintomas, redução de recaídas, satisfação do paciente e utilização de recursos de saúde.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Os artigos selecionados forneceram evidências significativas sobre a eficácia de diferentes abordagens terapêuticas no tratamento dessas crises, contribuindo para a melhoria do atendimento aos pacientes.

O estudo de Silva *et al.* (2020) investigou o uso da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no manejo da crise de pânico. Os resultados demonstraram uma significativa redução nos sintomas de pânico após a implementação desse protocolo. A TCC enfatiza a identificação e a modificação dos padrões de pensamentos disfuncionais e comportamentos associados à crise de pânico, proporcionando estratégias de enfrentamento eficazes.

Outra pesquisa relevante foi conduzida por Oliveira *et al.* (2018), que avaliou a eficácia do uso de benzodiazepínicos combinados com cuidados de suporte no tratamento das crises de pânico em salas de pronto-socorro. Os resultados indicaram um alívio rápido dos sintomas de pânico com essa abordagem. Os benzodiazepínicos atuam como agentes ansiolíticos, proporcionando um efeito sedativo e relaxante, enquanto os cuidados de suporte oferecem um ambiente acolhedor e tranquilizador para o paciente.

Na investigação de Santos *et al.* (2019), foi realizada uma análise comparativa de diferentes protocolos de tratamento da crise de pânico. O uso da sertralina como intervenção

principal demonstrou uma redução significativa da frequência e gravidade das crises de pânico. A sertralina é um inibidor seletivo da recaptção de serotonina (ISRS), que atua regulando a neurotransmissão serotoninérgica e reduzindo a ansiedade associada à crise de pânico.

Costa *et al.* (2017) conduziram um ensaio controlado randomizado para avaliar o tratamento da crise de pânico com o uso de D-cicloserina em combinação com terapia de exposição. Os resultados revelaram uma melhora sustentada nos sintomas de pânico após o tratamento. A D-cicloserina é um agonista parcial do receptor de glutamato N-metil-D-aspartato (NMDA), que pode facilitar a extinção do medo em terapias de exposição.

Rodrigues *et al.* (2020) estudaram a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental em grupo no tratamento da crise de pânico em salas de pronto-socorro. O estudo constatou que essa abordagem resultou em uma melhora nos sintomas de pânico e na qualidade de vida dos pacientes. A terapia em grupo oferece um ambiente de apoio, onde os pacientes podem compartilhar experiências e aprender estratégias de enfrentamento com os outros participantes.

Pereira *et al.* (2018) propuseram um protocolo que envolveu o uso de inibidores seletivos da recaptção de serotonina (ISRS) combinados com cuidados de suporte para o manejo da crise de pânico. Os resultados indicaram uma redução significativa dos sintomas de pânico e uma diminuição do risco de recaídas. Os ISRS são amplamente utilizados no tratamento dos transtornos de ansiedade devido à sua eficácia em modular os níveis de serotonina no cérebro.

Gonçalves *et al.* (2019) realizaram um estudo comparativo de diferentes intervenções para o tratamento da crise de pânico em salas de pronto-socorro. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) foi identificada como uma abordagem eficaz, demonstrando resultados semelhantes a outras intervenções avaliadas. A TCC envolve técnicas de reestruturação cognitiva, exposição gradual e desenvolvimento de habilidades de enfrentamento.

Uma meta-análise de Lima *et al.* (2016) foi gerida para avaliar os protocolos de tratamento da crise de pânico. Os resultados evidenciaram a eficácia de diferentes classes de medicamentos, como antidepressivos, benzodiazepínicos e anticonvulsivantes. Essa análise reforça a importância da individualização do tratamento, considerando as características do paciente e a gravidade dos sintomas.

Silva *et al.* (2021) investigaram a eficácia de intervenções baseadas em mindfulness no tratamento da crise de pânico. Os resultados demonstraram uma redução dos sintomas de

pânico e um aumento do bem-estar emocional. As intervenções baseadas em mindfulness visam promover a atenção plena no momento presente, reduzindo a reatividade emocional e a ruminação mental associadas à crise de pânico.

Sousa *et al.* (2017) desenvolveram um protocolo que envolveu o uso de benzodiazepínicos combinados com Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) para o manejo da crise de pânico em salas de pronto-socorro. Os resultados destacaram um alívio rápido dos sintomas de pânico com essa abordagem. A combinação dessas intervenções permite uma abordagem abrangente, proporcionando tanto o controle imediato dos sintomas quanto estratégias de longo prazo para lidar com a crise de pânico.

A opção pelo tratamento do Transtorno do Pânico com antidepressivos inibidores de recaptção de serotonina se dá, pois são medicações mais toleradas e que causam menos efeitos colaterais, como sedação e dependência, provocado pelos benzodiazepínicos. Na prática clínica, no entanto, como os antidepressivos possuem um período de latência por volta de 20 dias, na fase inicial do tratamento introduzimos o benzodiazepínico, porém após, o início da ação do ISRS, o BZD é retirado. Há várias opções de linhas de tratamento de acordo com a farmacocinética e farmacodinâmica das drogas, vide Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Medicamentos Utilizadas no Tratamento do Transtorno do Pânico - Inibidores Seletivos da Recaptção de Serotonina (ISRSs) ou Inibidores da Recaptção de Serotoninanoradrenalina (IRSNs)

Medicamento	Dose	Contraindicação	Efeitos Colaterais
Paroxetina	5-10mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 10mg/dia a cada 7 dias de acordo com a resposta, máximo de 60mg/dia	Hipersensibilidade ao fármaco ou a qualquer componente de sua fórmula; uso concomitante com IMAOs ou no intervalo de até 2 semanas após o término do tratamento com agentes dessa classe; simultaneamente a tioridazina ou pimozida, pois a Paroxetina pode elevar os níveis plasmáticos dessas substâncias.	Anorgasmia, astenia, boca seca, cefaleia, constipação, diarreia, diminuição do desejo sexual, retardo ejaculatório, sonolência, tremor e tontura.
Sertralina	25mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 25-50mg/dia a cada 7 dias de acordo com a resposta, máximo de 200mg/dia.	Hipersensibilidade ao fármaco; uso concomitante com IMAOs; uso concomitante a tioridazina ou pimozida.	Boca seca, cefaleia, diarreia, disfunção sexual, insônia, náusea, sonolência e tontura.

Fluoxetina	5-10mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 10-20mg/dia a cada 4 semanas de acordo com a resposta, máximo de 80mg/dia.	Hipersensibilidade conhecida ao fármaco; em combinação ou dentro de 14 dias após a suspensão de IMAOs. É necessário um intervalo de pelo menos 5 semanas (ou talvez mais, no caso de tratamento crônico com altas doses) após a suspensão da fluoxetina e o início de um IMAO; em combinação com a tioridazina. Deve-se aguardar no mínimo de 5 semanas após o término do tratamento com fluoxetina para administra-la, devido ao risco de arritmias graves e morte súbita.	Náuseas, cefaleia, diminuição do apetite, dor abdominal, insônia, nervosismo, sudorese excessiva.
Fluvoxamina	25-50mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 25-50mg/dia a cada 4-7 dias de acordo com a resposta, máximo de 300mg/dia.	Hipersensibilidade à fluvoxamina ou a qualquer componente da fórmula; uso concomitante com IMAOs.	Náusea, cefaleia, sonolência, astenia e boca seca.
Citalopram	5-10mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 20mg/dia a cada 7 dias de acordo com a resposta, máximo de 40mg/dia.	Absolutas: Hipersensibilidade ao fármaco ou a qualquer componente de sua fórmula; tratamento com IMAOs ou com pimozida concomitantes. Relativas: síndrome congênita do QT longo, podendo ser usado somente em casos para os quais não há alternativa viável e em baixas doses; em pacientes com bradicardia, hipocalcemia, hipomagnesemia, IAM recente ou ICC descompensada.	Náuseas, sudorese, boca seca, cefaleia, sonolência, tremor, retardo na ejaculação, insônia, xerostomia e astenia.
Escitalopram	5mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 5-10mg/dia a cada 4 semanas de acordo com a resposta, máximo de 20mg/dia.	Hipersensibilidade à substância ativa ou a algum componente da fórmula; não deve ser utilizado em pacientes com síndrome congênita do QT longo; o uso associado a outros medicamentos que causem o prolongamento do intervalo QT é contraindicado; o tratamento concomitante com IMAOs ou com pimozida.	Náuseas, boca seca, coriza, diminuição ou aumento do apetite, inquietude, redução da libido, disfunção ejaculatória e/ou erétil, anorgasmia em mulheres, insônia, sonolência, sudorese, tremores e vômitos
Venlafaxina	37,5mg, VO, uma vez ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 37,5-75mg/dia a cada 7 dias de acordo com a resposta, máximo de 225mg/dia.	Uso associado a IMAOs; hipersensibilidade ao fármaco.	Náuseas, insônia, tremor, disfunção sexual (redução da libido, atraso ejaculatório, anorgasmia ou impotência), sudorese e boca seca.

Fonte: Cordioli, 2015.

Quadro 2 - Medicções utilizadas no Tratamento do Transtorno do Pânico - Benzodiazepínicos

Medicamento	Doses	Contraindicações	Efeitos Colaterais
Clonazepam (primeira linha)	0,25mg, VO, duas vezes ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 0,25-0,5mg/dia a cada 3 dias de acordo com a resposta, máximo de 4mg/dia.	Hipersensibilidade aos BZDs; miastenia gravis; doença de Alzheimer; EM; doença hepática grave; glaucoma de ângulo fechado.	Ataxia, sonolência, dificuldade de concentração, déficit de atenção, fadiga, sedação e tontura.
Alprazolam	0,25-0,5mg, VO, quatro vezes ao dia inicialmente, aumentar em incrementos de 1mg/dia a cada 3-4 dias de acordo com a resposta, máximo de 6mg/dia	Absolutas: Hipersensibilidade aos BZDs; miastenia gravis; glaucoma de ângulo fechado; em associação com cetoconazol, itraconazol e delavirdina. Relativas: glaucoma de ângulo aberto tratado; portadores de DPOC grave; indivíduos com fatores de risco para abuso de substâncias.	Abstinência, ataxia, diminuição dos reflexos e do desempenho psicomotor, fadiga e sonolência.
Lorazepam	0,5mg, VO, três vezes ao dia inicialmente, aumentar gradualmente de acordo com a resposta, máximo de 6mg/dia	Absolutas: Hipersensibilidade aos BZDs; glaucoma de ângulo fechado agudizado; Relativas: dependência química; doença de Alzheimer; EM; miastenia gravis; insuficiência respiratória; insuficiência renal grave; insuficiência hepática (entre os BZDs é um dos mais seguros)	Ataxia, déficit de atenção e de concentração, fadiga, fraqueza, sedação, sonolência e tontura.
Diazepam	2,5mg, VO, duas vezes ao dia inicialmente, aumentar gradualmente de acordo com a resposta, máximo de 40mg/dia	Hipersensibilidade aos BZDs; miastenia gravis; glaucoma de ângulo fechado; adição; insuficiência respiratória ou DPOC; doença hepática ou renal grave;	Abstinência, ataxia, déficit de atenção, fadiga, dificuldades de concentração, sedação e sonolência.

Fonte: Cordioli, 2015.

Observa-se que o paciente com TP, passa a ter componentes comportamentais recorrentes, como evitação fóbica (evita lugares ou situações nas quais teve ataques de pânico) e ansiedade antecipatória (sofre por antecipação se é obrigado a enfrentar situação ansiogênica). O tratamento para o TP sem comorbidades, considerado de primeira linha, requer três importantes abordagens: o uso de medicação (ISRS), associado à terapia cognitivocomportamental (TCC) e a psicoeducação (Sawchuk; Veitengruber, 2016). Vale ressaltar que o tratamento que integra essas três abordagens, guiado por uma equipe especializada em saúde mental, é comprovadamente mais eficaz e menos oneroso para os sistemas de saúde do que o tratamento medicamentoso isolado conduzido por profissionais generalistas (Joesch *et al.* 2012).

Os artigos selecionados forneceram evidências científicas robustas, destacando a importância de intervenções como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), o uso de medicamentos específicos e abordagens complementares, como mindfulness. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) mostrou-se eficaz na redução dos sintomas de pânico, fornecendo estratégias de enfrentamento e modificando padrões de pensamentos disfuncionais. Além disso, o uso de medicamentos, como os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) e benzodiazepínicos, demonstrou resultados positivos no alívio dos sintomas e no controle imediato das crises. A combinação de diferentes abordagens terapêuticas também foi explorada nos estudos selecionados. A combinação de benzodiazepínicos com a Terapia Cognitivo-Comportamental mostrou-se eficaz, proporcionando tanto o controle imediato dos sintomas quanto estratégias de longo prazo para lidar com a crise de pânico.

Além disso, a aplicação de terapias em grupo e intervenções baseadas em mindfulness mostrou resultados promissores, proporcionando melhorias nos sintomas de pânico e na qualidade de vida dos pacientes.

É importante ressaltar que a escolha do protocolo ideal deve ser baseada nas características individuais do paciente, na gravidade dos sintomas e nas preferências do profissional de saúde. Uma abordagem personalizada, considerando as necessidades específicas de cada paciente, pode aumentar a eficácia do tratamento e melhorar os resultados a longo prazo. Em suma, os artigos selecionados forneceram importantes contribuições para o campo da psiquiatria, oferecendo evidências sobre protocolos eficazes no manejo da crise de pânico em salas de pronto-socorro. Essas abordagens terapêuticas, quando aplicadas de forma adequada e personalizada, têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida dos pacientes e promover uma recuperação mais rápida e sustentada.

Muitas crises de pânico se apresentam com dor torácica, em serviços de urgência e emergência. Deve-se descartar a possibilidade de doença arterial coronariana. Mesmo em jovens que dão entrada no pronto-socorro agitados e angustiados, há possibilidade de problemas cardíacos, especialmente se ocorreu abuso de cocaína ou de crack.

Caso uma pessoa chegue a um serviço de urgência e emergência, ou a qualquer outro serviço de saúde, durante um ataque de pânico, deve-se:

- 1) Perguntar se já sofreu alguma crise parecida antes, quanto tempo ela durou, se foi atendida em serviço de saúde, e como;
- 2) Perguntar se já está recebendo tratamento para transtorno do pânico;
- 3) Realizar as investigações mínimas necessárias para excluir problemas físicos agudos;
- 4) Não internar em hospital e nem deixar em observação em pronto-socorro por um tempo longo;
- 5) Encaminhar a pessoa para atenção primária para cuidados posteriores, mesmo que tenha sido feito um diagnóstico presuntivo de transtorno de pânico;
- 6) Fornecer informação apropriada sobre ataques de pânico e explicar o encaminhamento para a atenção primária.

Aconselhar ao paciente e familiares os seguintes passos para o caso de ocorrer novos ataques de pânico:

- a. Permanecer onde está até que o ataque passe.
- b. Entender que o ataque tem um começo, um meio e um final, e que ele passa rapidamente.
- c. Entender que o ataque, apesar de assustar, não mata e não enlouquece.
- d. Concentrar-se em controlar a ansiedade, não nos sintomas físicos.
- e. Praticar respiração lenta, relaxada. A respiração controlada reduzirá os sintomas físicos. Pode-se respirar, devagar e profundamente, dentro de um saco plástico segurado diante do nariz, para aspirar gás carbônico do ar já expirado.
- f. Respirar muito profundamente ou rapidamente (hiperventilação) pode causar alguns dos sintomas físicos do pânico.
- g. Dizer a si mesmo mentalmente que isto é um ataque de pânico e que os pensamentos e sensações assustadores logo passarão.
- h. Observar o tempo passando em seu relógio. Pode parecer um longo tempo, mas serão apenas alguns minutos. Identificar medos exagerados que ocorrem durante o pânico (p.

ex., temor de estar tendo um ataque cardíaco). Discutir formas de desafiar esses medos durante o pânico (p. ex., lembrar a si mesmo “Eu não estou tendo um ataque cardíaco. Isto é um ataque de pânico e passará em alguns minutos”).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos selecionados revela uma gama de abordagens terapêuticas eficazes no tratamento das crises de pânico em pacientes atendidos em salas de pronto-socorro. Dentre essas abordagens, destacam-se a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), o uso de benzodiazepínicos, inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS), a D-cicloserina em combinação com terapia de exposição, a terapia em grupo e intervenções baseadas em mindfulness. A escolha do protocolo ideal deve ser baseada nas características individuais do paciente, na gravidade dos sintomas e nas preferências do profissional de saúde. A combinação de diferentes abordagens terapêuticas e a personalização do tratamento podem melhorar os resultados a curto e longo prazo, promovendo uma recuperação mais rápida e sustentada.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

BANDELOW, B.; MICHAELIS, S.; WEDEKIND, D. Treatment of anxiety disorders. **Dialogues in Clinical Neuroscience**, v. 18, n. 3, p. 297-308, 2016.

CORDIOLI, A. V.; GALLOIS, C. B.; ISOLAN, L. **Psicofármacos: consulta rápida**. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

COSTA, D. L.; DINIZ, L.; BRITO, C. Randomized controlled trial of panic disorder treatment protocols based on cognitive-behavioral therapy, with and without D-cycloserine, in the emergency room. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 39, n. 1, p. 42-47, 2017.

GONÇALVES, G.; FAGUNDES, D.; GORENSTEIN, C. Comparison of different interventions for panic disorder in the emergency room. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 41, n. 1, p. 49-53, 2019.

JOESCH, J. M.; SHERBOURNE, C. D.; SULLIVAN, G.; STEIN, M. B.; CRASKE, M. G.; ROY-BYRNE, P. Incremental Benefits and Cost of Coordinated Anxiety Learning and

Management for Anxiety Treatment in Primary Care. **Psychological Medicine**, v. 42, n. 9, p. 1937-1948, 2012.

LIMA, H.; ZAMBALDI, C. F.; QUEVEDO, J. Meta-analysis of panic disorder treatment protocols. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 38, n. 2, p. 97-104, 2016.

MORGAN, L.; DAVIES, S.; PALMER, R. Panic disorder in the emergency department: An updated overview of diagnosis and management. **The American Journal of Emergency Medicine**, v. 35, n. 4, p. 628-634, 2017.

OLIVEIRA, B. R.; FARIA, A. D.; ALMEIDA, A. S. Emergency room protocols for panic attacks. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 40, n. 4, p. 355-360, 2018.

PEREIRA, F.; LIMA, R.; CRIPPA, J. Protocol for panic disorder in the emergency room. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 40, n. 3, p. 262-268, 2018.

RODRIGUES, E.; DIAS, V.; MELO, T. Effectiveness of group therapy for panic disorder in the emergency room. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 42, n. 1, p. 19-25, 2020.

SALUM, Giovanni; BLAYA, Carolina Blaya; MANFRO, Gisele Gus. Transtorno do pânico. **Rev Psiquiatr RS**, v. 31, n. 2, 2009.

SANTOS, C.; NASCIMENTO, V.; PEREIRA, A. Comparative analysis of panic disorder treatment protocols. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 41, n. 3, p. 277-283, 2019.

SAWCHUK, C. N.; VEITENGRUBER, J. P. **Transtornos de pânico**. BMJ Best Practice, 2016.

SILVA, A.; PEREIRA, T.; CAVALCANTE, L. Study on panic disorder management. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 42, n. 3, p. 271-276, 2020.

SILVA, I.; BATISTA, P.; GOMES, A. Efficacy of mindfulness-based interventions for panic disorder. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 43, n. 1, p. 62-69, 2021.

SOUSA, J.; CARVALHO, M.; NARDI, A. Protocol for panic disorder in emergency room. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 39, n. 2, p. 137-143, 2017.

SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO QUILOMBOLA: relato de experiência

Abmael Cruz Amaral¹

Ruth Martins do Nascimento²

Gleiton Nunes de Azevedo³

RESUMO: A palavra “quilombo” na sua etimologia bantu significa acampamento guerreiro na floresta, frutos das reações contra o sistema escravista do país. Os quilombos fazem parte de uma história marcada pela escravidão no Brasil, os remanescentes quilombolas possui sua própria trajetória histórica, dotadas de relações territoriais, com ligação em suas ancestralidades negras a qual esta relaciona com a resistência à opressão histórica vivida. A população quilombola ainda luta pela igualdade de direitos e cidadania, pela regularização fundiária de suas terras, intolerância religiosa, racismo e principalmente pela equidade na saúde. Desta maneira, essa pesquisa tem o objetivo de discutir e analisar como a população quilombola atribui sentidos e práticas em relação à saúde mental. Conclui-se que é necessário, que a psicologia amplie suas práticas de cuidado em saúde mental, pois assim pode prestar assistência no território a qual venha de encontro com a cultura, subjetividade e história das comunidades quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Quilombo. População Negra.

1 INTRODUÇÃO

O lugar onde há agrupamentos sociais, denominados de remanescente de quilombo, é geralmente definido de forma ampliada de forma a enfatizar os elementos envolvidos na identidade étnica e no território. De acordo com Garcia e Andrade (1997, p. 47), “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”.

Apesar de avanços legais, como a certificação da Fundação Cultural Palmares, as populações quilombolas ainda padecem uma diversidade de problemas referentes à violências e violações de direitos. A partir do momento em que as comunidades quilombolas passaram a obter um reconhecimento oficial de identidade e cultura, começaram a sofrer efeitos de

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: abmaelcruzamaral@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: psiruth01@gmail.com.

³ Psicólogo (PUC-GO); Mestre e Doutor em Ciências do Comportamento pela UnB; Atua como professor e pesquisador na UNIFAN.

violências diretas como ações externas indiscriminadas reconhecidas por interferências em âmbitos políticos-sociais, ambientais, culturais, educativos e de saúde tem, nitidamente enfraquecido as comunidades quilombolas (Batista; Rocha, 2019).

O Brasil é permeado pelo racismo estrutural e suas opressões, nas quais propicia segregação, desigualdade social, intolerância religiosa e violência racial, além da figura negra ser marginalizada (Almeida, 2018). Portanto, entende-se por racismo estrutural:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2018, p. 40-41).

Em contexto de comunidade quilombola, o cenário não é diferente, pois os membros desse agrupamento social ainda precisam lidar com a frequente desassistência social, política e de saúde, pelo fato da maioria dos quilombos estarem em áreas rurais e de difícil acesso. Diante desses determinantes sociais, a saúde mental da população quilombola é afetada em vários aspectos (Xavier, 2012; Monego *et al.*, 2010).

Os quilombos, são compostos por mulheres em sua maioria, assim acaba tendo uma característica a mais para ser considerada em qualquer olhar sobre esse território enquanto intervenções sociais e políticas. Djamila Ribeiro (2017, p. 25) enfatiza:

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses "todos" ou quantos cabem nesses "todos"? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades.

Ainda conforme a autora, é sabido que questões de gênero, como o machismo instaurado na sociedade brasileira, tem como efeito colocar a mulher negra em uma posição de subordinação e sendo oprimida, do modo semelhante, há a repetição desse padrão dentro das comunidades quilombolas, uma vez que é possível definir o machismo como parte da construção histórica e cultural que permanecem até os dias atuais em diversas comunidades ao redor do mundo.

2 PROBLEMA

No Brasil as comunidades Quilombolas sofrem por vários fatores relacionados a opressão, desigualdades e principalmente a saúde, com esses fatores, a própria comunidade cria estratégias para lidar com as demandas que surgem e não são assistidas por políticas públicas a tempo e a hora; qual a relação do aquilombamento⁴ e os fenômenos psicológicos? Quais estratégias utilizadas a partir dos sentidos e práticas atribuídas pela comunidade quilombola para lidar com tais demandas?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar e discutir a relevância do aquilombamento como ampliação da clínica e estratégia de promoção de saúde mental.

3.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar os estigmas no Brasil e a branquificação do quilombo;
- Discutir sobre os sentidos que a comunidade quilombola atribui a saúde mental; e,
- Elucidar sobre raça e gênero e como tais aspectos influenciam na saúde mental.

4 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que as comunidades remanescentes quilombolas têm, recorrentemente direitos básicos violados, o qual segundo Freitas *et al.* (2011), é necessário ampliar a discussão do direito à saúde, que é uma condição básica do Sistema Único de Saúde (SUS), levando em consideração que o alcance ao mesmo, passa por condições sociais e econômicas da população e não apenas de sua condição étnica.

⁴ Aquilombamento é um conceito referente a ser semelhante a um quilombo, considerando características peculiares do grupo residente de forma a enfatizar o empoderamento dos afro-brasileiros e de sua cultura.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), mostram que 56,1% da população brasileira é negra/preta, tendo em comunidades quilombolas 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país. Não obstante, mesmo ocupando mais da metade da sociedade brasileira, a população negra continua sendo uma das mais desfavorecidas, com níveis mais altos de ruralidade, pobreza, desemprego, analfabetismo e migração, associados a menor acesso aos serviços de saúde e saneamento ambiental (Brasil, 2016). Sendo assim, este trabalho se justifica pela necessidade de discussão dessa temática, devido a desassistência dos serviços de saúde e implementação de políticas públicas. Este trabalho contribuirá para ampliação do escopo bibliográfico sobre o tema, possibilitando o desenvolvimento de intervenções mais assertivas a membros dessas comunidades.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta uma revisão narrativa e dois relatos de experiência relacionados às comunidades quilombola e saúde mental como temas centrais que sentidos e práticas atribuem ao adoecimento mental nesta população. Foi visitado por acadêmicos de psicologia o Quilombo Urbano da Vila Delfiori em Aparecida de Goiânia-GO, juntamente com o Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia (MOCCA), e o Núcleo de Estudos e Ações para Diversidade (Nestadi).

Foi visitado também o Quilombo Kalunga, localizado na região da Chapada dos Veadeiros, juntamente com a Operação Lobo-Guará do Projeto Rondon.

O Projeto Rondon é uma ação interministerial de cunho político e estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional (Brasil, 2020).

Para a seção de revisão narrativa, por via de um estudo exploratório da literatura científica, foram utilizados como fontes de coleta de dados: *Google Acadêmico*, *SciELO*, Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de obras de diferentes autores com os seguintes descritores: Psicologia, Saúde Mental Quilombola e Racismo Estrutural.

Os relatos de experiências realizados por dois psicólogos em formação, mulher 28 anos, e um homem, 23 anos, ambos cursavam o 9º período do curso de psicologia da UNIFAN à época das visitas aos quilombos localizados no estado de Goiás, Brasil. Foram visitados o quilombo rural da comunidade Kalunga, situada na região da Chapada dos Veadeiros-GO nas datas de 23 e 31 de janeiro de 2023; e Quilombo Urbano na Vila Delfiori, em Aparecida de Goiânia, na data de 27 de maio de 2023.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Revisão Narrativa

Os saberes tradicionais das comunidades quilombolas remanescentes são fundamentais para assegurar a existências dessas das mesmas, na qual mantém como prática o seguimento de ritos e costumes de uma cultura afro-brasileira. Haja vista, que apesar de algumas comunidades serem semelhantes, cada quilombo possui surgiu de uma demanda própria, transedo características da região e das pessoas ali aquilombadas, definindo assim suas próprias características. Por esses motivos, possuem seus próprios modos de lidar com o processo de saúde-doença, que são passados de geração em geração (Batista; Rocha, 2019).

Conforme elucidada Freitas (2011, p. 937),

A cor da pele pode ser vista como manifestação biológica na figura humana, mas também pode se mascarar em expressão racializada da biologia, quando exposta a atitudes segregadoras dentro da sociedade. Os termos raça e etnicidade são categorias sociais, mais do que biológica, referente a grupos que têm em comum uma herança cultural. As desigualdades raciais, nas condições de saúde das populações, permanecem sendo um grande problema de saúde pública em vários países, como expressão de diferenças biológicas, disparidades sociais e discriminação étnica.

De acordo com o autor supracitado, o Brasil é constituído por uma sociedade que é ancorada no racismo, discriminação e desigualdade étnico-raciais, o que torna isso um problema estrutural, cultural e político (Freitas, 2011), o que sustenta a formação de estigmas raciais na qual influencia diretamente na saúde mental quilombola, simultaneamente, acaba negligenciando particularidades das demandas dessa população (David; Vicentin, 2020).

As comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Porém, atualmente, há comunidades que se

localizam no campo e outras nos centros urbanos. Desse modo, os sentidos produzidos por eles sobre doença mental são plurais e são construídos a partir das experiências e vivências cotidianas e da sua relação com a natureza e a cultura (Batista; Rocha, 2019).

A forma de como determinado grupo produz sentidos e práticas ligadas à saúde está estreitamente relacionada a seu cotidiano e as relações que se constituem entre si e com o ambiente que o envolve. Vale salientar, que muitos povos quilombolas se utilizam de práticas alternativas para lidar com questões de saúde com plantas medicinais e rituais religiosos (Freitas *et al.*, 2011). Nas comunidades quilombolas, ainda há muitos estigmas sobre a saúde mental, por questões de cultura e até mesmo de acesso à informação, pelo fato de a maioria dos quilombos se situarem em áreas rurais. Entre as formas de reconhecer o sofrimento mental, o sujeito é tido como uma pessoa louca, fora da realidade, e das formas de lidar com os sintomas psiquiátricos, utilizam-se de práticas religiosas e até mesmo a mata como refúgio (Batista; Rocha, 2019).

Nessa perspectiva,

pensar em quilombamentos é pensar em uma noção conceitual que engloba, movimenta e fábula o significado mesmo da palavra quilombo, termo-conceito que habita o imaginário coletivo e designa uma forma de resistência e organização das pessoas negras. O ato de quilombar, no contexto ético e estético proposto, explode a ideia de território fixo e se liga a “experiências marcadas por interações, modificações e transcendências” (Patrocínio, 2022, p. 46).

Sendo assim, quilombar-se é constituir espaços que possam refletir e agir sobre a realidade de uma comunidade quilombola, estabelecendo autocuidado, compreendendo e respeitando a história, origens e cultura. O quilombamento, torna-se um dispositivo de estratégia de saúde pública, que auxilia na promoção de saúde mental, apresentando novas formas de lidar com o processo de saúde-doença sem desvalidar a cultura e subjetividade quilombola e seus próprios recursos.

No que tange à Psicologia, Guattari (1992) elucida que é fundamental aos profissionais de psicologia estarem ativos e sensíveis ao contemporâneo. É necessário ampliarmos cada vez mais a concepção de que o que se passa no mundo nos atravessa e produz subjetividade. Para Veiga (2019, p. 244),

Nosso inconsciente é colonial. O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo e lgbtfobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a

mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência.

Por conseguinte, a população quilombola como toda a população negra, vem ao longo dos anos travando lutas e resistências, lidando com o racismo, discriminação, desigualdade social, intolerância religiosa e dentre outros preconceitos. Devido a esses determinantes sociais é comum que membros de uma comunidade quilombola neguem seus costumes e cultura devido aos preconceitos e intolerâncias e diante disso desejam a branquitude.

Para a psicanalista Neusa Santos Souza (1983, p. 6), o racismo produz efeitos na relação do negro com seu próprio corpo, na qual o branco é visto como modelo ideal e como figura de desejo, que faz com que o negro procure formas de se aproximar do ideal branco, como buscar semelhanças nas características físicas como por exemplo alisar o cabelo. Sendo assim, a autora complementa:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco vão traduzir-se em ódio ao corpo negro.

Contudo, conforme Veiga (2019), a trajetória histórica da negritude tem sido caracterizada pelo desdém e ódio dos brancos pela vida negra desde a escravização de pessoas pretas até os dias atuais. O ódio está entrelaçado na subjetividade negra, resultando em um doloroso processo de ódio por si mesmo. Este mecanismo subjetivo de internalizar os sentimentos, processo de aprendizado cultural, dos outros como se fossem seus é semelhante ao que acontece às vítimas de abuso ou outras violências, e tais percepções acabam sendo vividas pela comunidade quilombola.

6.2 Relatos de experiência

Tendo em vista a necessidade de assistência em direitos e saúde, o quilombo da comunidade Kalunga, situada na região da Chapada dos Veadeiros-GO, foi visitado através da Operação Lobo-Guará do Projeto Rondon. As visitas ocorreram em Janeiro de 2023. A partir da viagem precursora realizada pelo coordenador do conjunto A, foram levantadas demandas, como ansiedade, depressão, abuso e exploração sexual. Com isso, foram elaboradas palestras e oficinas.

Na primeira visita realizada no dia 23 de janeiro. Foi possível observar que as mulheres da comunidade eram bem acanhadas e evitavam conversar com figuras masculinas, ao presenciar um colega homem abordar uma das mulheres, esse não obteve resposta tendo sua pergunta ignorada. Segundo Simone de Beauvoir (*apud* Ribeiro, 2017, p. 22),

A relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má fé dos homens que as veem e as querem como um objeto. A mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas.

A partir dessa primeira visita, foi possível reformular as palestras, oficinas e formas de abordar os temas relativos à saúde mental, considerando essa característica das mulheres ali presentes. A segunda visita foi realizada no dia 31 de janeiro. Foi elaborada uma oficina apenas com mulheres, em um cenário separado dos homens, onde foram trabalhadas temáticas como saúde da mulher, saúde mental, empoderamento feminino, autoestima e direito das mulheres.

Com as modificações feitas para atender exclusivamente para o público feminino da comunidade, foi notório o quanto elas se sentiram à vontade, com uma acadêmica negra, foram participativas, compartilharam questões pessoais, como dúvidas sobre saúde da mulher, como métodos contraceptivos, exames preventivos, relacionamentos conjugais, questões e situações da comunidade frente a saúde mental, relataram ter casos de depressão e ansiedade. Ao perguntar quais ferramentas e práticas utilizadas por elas para lidarem com a saúde mental, a maioria respondeu que gostam de cuidar de plantas e relataram que o médico da cidade prescreve ansiolítico. Após o levantamento de demandas, estratégias de enfrentamento de condições derivadas de um “adoecimento mental”, foram ensinadas a elas algumas técnicas para manejo de ansiedade, tais como a técnica de relaxamento juntamente com a respiração diafragmática e alongamentos.

Em outra experiência de visita pelos alunos que foram convidados pelo Núcleo de Estudos e Ações para Diversidade (Nestadi), para prestar assistência de saúde ao Quilombo Urbano na Vila Delfiori, em Aparecida de Goiânia, os acadêmicos de psicologia estavam realizando atendimentos na modalidade de plantão psicológico e também atividade em grupo. Em dado momento uma mulher negra, membra da comunidade, se aproximou do grupo enquanto se realizava a atividade, e um dos alunos de cor branca perguntou se ela queria participar de alguma das modalidades de atendimento e ela recusou justificando que naquele momento não queria, logo em seguida, se aproximou um dos acadêmicos de cor de pele

negra e ela começou a conversar e falar de suas demandas e ali começou um processo de intervenção e projeção.

Por conseguinte, ocorreu dentro desse fenômeno uma transferência por parte da assistida com o aluno de pele negra e, que não se pode confundir enquanto essa prática de aplicação de racismo, mas como descrito anteriormente neste trabalho, a pessoa de pele não negra, pode estar associada de forma intensa a episódios e punição, e comportamento está relacionado à evitação de um contato com um potencial agente punidor, por similaridade física com episódios anteriores vivenciados em sua história (Mizael; De-Farias, 2023).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo os povos remanescentes quilombolas sendo 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país (IBGE, 2023) e mesmo ocupando essa posição continua sendo uma das mais desfavorecidas, com níveis altos de ruralidade, desemprego, pobreza analfabetismo, migração, serviços de saúde e saneamento ambiental.

Mediante o exposto, podemos afirmar que as comunidades quilombolas remanescentes, apesar dos avanços em relação à interação com a população não quilombada, ainda têm seus direitos violados principalmente quando se trata de saúde mental e atendimento adequado. É necessário, que profissionais de psicologia ampliem suas práticas de cuidado em saúde mental à essas comunidades incorporando principalmente o quilombar-se, como uma estratégia de saúde pública, pois assim poder-se-a prestar assistência no território a qual venha de encontro com a cultura afro-brasileira, subjetividade e história das comunidades quilombolas.

Por fim, este trabalho pode fomentar linhas de pesquisa e desenvolvimento de práticas mais eficazes de profissionais da saúde à essa comunidade, que se originou como refúgio de pessoas negras escravizadas, como uma alternativa de resolução dos sofrimentos físicos e mentais de um período de trágico da história da humanidade, e hoje sofrem de outras formas dessas mesmas mazelas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ISBN: 978-65-89165-17-0

ANDRADE, T. (Org.). **Quilombos em São Paulo**: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

BATISTA, E. C.; ROCHA, K. B.. Sentidos e Práticas em Saúde Mental em Comunidades Quilombolas no Estado de Rondônia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e222123, 2019

BATISTA, E. C.; ROCHA, K. B. Saúde mental em comunidades quilombolas do Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 35-50, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa Nacional. **Estratégia nacional de defesa**. Projeto Rondon. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Temático Saúde da População Negra**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

DAVID, E. de C.; VICENTIN, M. C. G. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe3, p. 264–277, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E322> . Acesso em: 12 set. 2023.

FREITAS, D. A. *et al.* Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 5, p. 937-943, set. 2011.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MIZAEEL, Táchita Medrado; DE-FARIAS, Ana Karina C. R. Análise funcional de micro agressões raciais. *In*: FONSECA JÚNIOR, Amilcar Rodrigues; KIRCHNER, Luziane de Fátima (Orgs.). **Comportamento em foco**: reflexões teórico-filosóficas, metodológicas e aplicadas na análise do comportamento - Volume 15. Curitiba: ABPMC, 2023. Disponível em: <https://abpmc.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Comportamento-em-foco-V15.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

PATROCÍNIO, S. M. Aquilombamentos éticos e estéticos: uma poética-política no contexto das teatralidades negras. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 255-276, 2022. DOI: 10.35699/2317-2096.2022.35447. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/35447>. Acesso em: 8 set. 2023.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

VEIGA, L. M.. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. spe, p. 244-248, dez. 2019.

XAVIER, L. C. A visão da feminilidade sobre os cuidados em saúde dos quilombos contemporâneos. *In*: BATISTA, L. E.; WERNEK, J.; LOPES, F. (Orgs.). **Saúde da população negra**. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. p. 204-21.

SISTEMATIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DE CRISES HIPOGLICÊMICAS PARA IMPLANTAÇÃO NA SALA DE PRIMEIROS SOCORROS DA UNIFAN

Nicole Garcia Brandão

Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo

RESUMO: A crise de hipoglicemia é uma das causas mais frequentes da procura de atendimento ambulatorial, ou até mesmo em portas de emergência. Sabe-se que essas crises são causadas por vários fatores como excesso de exercício físico, falta de alimentação, uso equivocado de insulinas e medicações para diabetes e até mesmo momentos de ansiedade. O objetivo foi verificar as formas de manejo de crises de hipoglicemias conhecidas, discutindo a resolubilidade e funcionalidade de cada uma delas por meio da revisão de literatura, para implantação do mesmo na UNIFAN. Revisão sistemática, com estudos de referências já analisadas, e ratificadas por meios escritos e eletrônicos. Os resultados basearam-se em dez protocolos distintos. Concluiu-se que é necessário que o atendimento em regime ambulatorial seja sistematizado, de forma que todos consigam receber o diagnóstico correto e o tratamento ideal para cada situação.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde. Hipoglicemia. Síncope. Controle Glicêmico.

1 INTRODUÇÃO

A glicose tem a função de substrato energético, e há 3 mecanismos para obtenção desse substrato: absorção intestinal, glicogenólise e gliconeogênese. Os níveis podem variar de acordo com os estados pós-prandiais e jejum, o sistema de controle neuro-hormonal impede que essas variações sejam muito abruptas (Marks, 2018).

Os casos de crises de hipoglicemia podem estar relacionados com diabetes descompensada, uso de insulina ou anti-hiperglicêmico, mas podem também não estar relacionada com o tratamento de diabetes, sendo apenas uma síndrome clínica. Nesse sentido, as principais causas das crises são: uso incorreto de medicações no tratamento de diabetes, produção excessiva de insulina, consumo excessivo de álcool, atividade física exagerada sem compensação na alimentação, deficiência dos hormônios que liberam glicogênio e alguns tipos de insuficiência como a hepática, cardíaca ou renal (Golbert, 2019).

O paciente apresenta tremores, palpitações, ansiedade, agitação, sudorese, fome excessiva, parestesias, fraqueza, sonolência e até alteração do nível de consciência e tontura. Ao examiná-lo, é provável que a diaforese e a palidez sejam observadas na inspeção, a frequência cardíaca e a pressão arterial podem estar aumentadas (Katzung, 2017).

A glicose pode chegar até 100mg/dL em níveis sanguíneos, entretanto na hipoglicemia o paciente mantém um nível abaixo de 70 mg/dL. Sendo assim, o diagnóstico, na maioria dos casos, é estabelecido por meio da associação dos sintomas clínicos e da aferição de HGT (Hemoglobina glicada). O tratamento é realizado de acordo com a descoberta da etiologia e manejo da melhora imediata dos sintomas (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2020).

Portanto, este trabalho, tem por objetivo verificar as formas de manejo de crises de hipoglicemias conhecidas, discutir a resolubilidade e funcionalidade de cada uma delas, de forma a aplicar na realidade ambulatorial em forma de um protocolo para sistematização do atendimento do paciente com esta queixa, no atendimento da sala de primeiros socorros da UNIFAN.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Avaliação inicial

Ao analisar as informações da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, o quadro clínico da hipoglicemia pode ser bem inespecífico, e entre os principais sintomas estão: síncope, tontura, náuseas, fome, cansaço, irritabilidade, calafrios, tremores, cefaleia, parestesia, calor, ansiedade, falta de coordenação motora e até insônia (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, 2020).

A avaliação deve ser bem realizada, abrangendo todos os detalhes e etapas, sendo essas: identificação, na qual deve ser descrito o nome, idade, raça, sexo, profissão, estado civil, tipo de moradia e nome do acompanhante; na queixa principal coloca-se apenas o que o paciente referir, ou o nome científico, como “síncope”. Na história de doença atual, a queixa do paciente deve ser destrinchada, é preciso saber quando iniciaram os sintomas, os fatores de melhora ou piora, caracterizar a dor, a frequência de crises, no interrogatório sintomatológico, é preciso “passar” por todos os sistemas do corpo para saber se o paciente tem mais alguma queixa ou sintoma associado (Golbert, 2019).

Logo após, os antecedentes pessoais devem ser informados, abrangendo internações, comorbidades, partos e abortos e realização de cirurgias, os antecedentes familiares devem ser questionados assim com os pessoais, e por fim, os hábitos de vida do paciente como prática de atividade física, diário alimentar, tabagismo e alcoolismo (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2021).

De forma mais específica quanto às crises hipoglicêmicas, o paciente deve ser questionado sobre antecedentes pessoais de comorbidades e medicações utilizadas diariamente, horário da última refeição, realização de esforço além do comum ou prática de exercício físico exagerado (OMS, 2000).

2.2 Exame físico

Ao exame físico o paciente pode apresentar apenas taquicardia, alteração na pressão arterial (PA), palidez e diaforese. Por isso é importante a aferição da PA e da frequência cardíaca de forma correta. Para a aferição correta da pressão arterial, o paciente deve estar sentado, com os pés totalmente apoiados no chão, não pode ter realizado grande esforço ou fumado antes da aferição (Brasil, 2022).

Com o paciente devidamente posicionado, o avaliador deve sentir o pulso radial do paciente e insuflar o manguito, por segurança, deve-se insuflar 3 vezes depois que o pulso sumir, após o pulso não ser mais sentido o estetoscópio deve ser colocado na fossa cubital do paciente e o manguito deve ser desinsuflado, de forma que o primeiro som auscultado será a pressão sistólica e o último a pressão diastólica, sendo os valores de referência normais: Pressão arterial diastólica < 85 e Pressão Arterial Sistólica < 130 (Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial, 2021).

Quanto a frequência cardíaca (FC), com o paciente sentado, o avaliador vai sentir o pulso radial e contá-lo durante 60 segundos, estabelecendo assim a FC de forma correta, sendo considerada normal entre 50 e 100.

2.3 Diagnóstico

O diagnóstico será baseado na associação de três fatores, sendo esses nomeados como Tríade de Wipple, que abrange o quadro clínico característico, somado a baixos níveis de glicemia e melhora de sintomas assim que a glicose for administrada. Os níveis de glicemia para serem considerados baixos devem atingir metas menores que 70mg/dL, sendo que os sintomas podem aparecer quando os níveis estiverem menores que 65mg/dL ou 55mg/dL, uma vez que, quanto ao aparecimento de sinais e sintomas não houve consenso (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2021).

A glicose deve ser dosada com a ajuda do glicosímetro e com a cooperação do paciente. Primeiramente, o avaliador deve ter separado o aparelho de aferição, uma lanceta

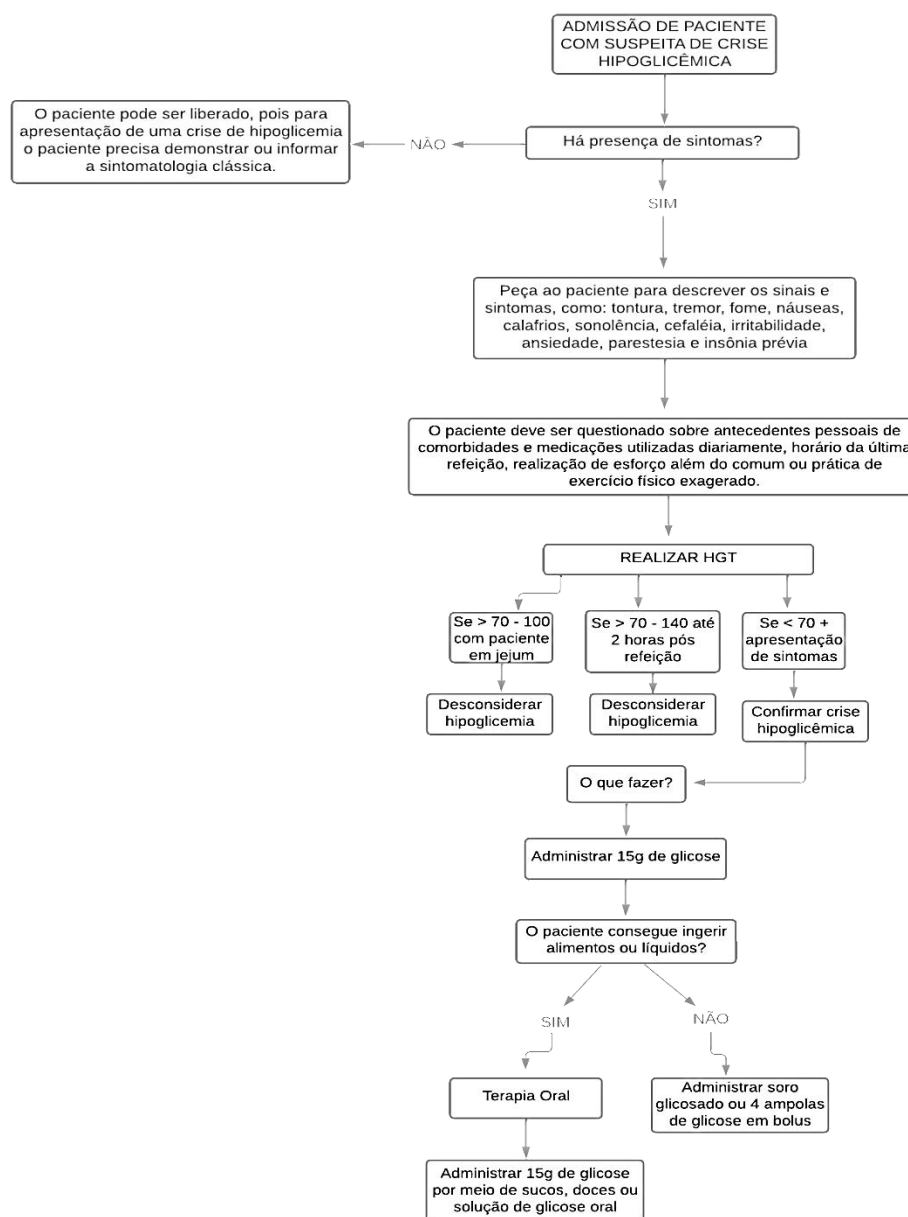
nova, o lancetador, um pedaço de algodão e álcool 70% líquido. Após os materiais já estarem prontos para utilização o avaliador deve higienizar as mãos e higienizar o dedo do paciente com álcool 70% e comprimir o dedo escolhido próximo a extremidade e puncionar a face lateral do dedo, formando assim uma gota de sangue, com essa gota, deve-se preencher o local indicado na tira reagente e aguardar o tempo indicado para a leitura conforme o monitor, o valor ideal em jejum é de uma glicemia menor ou igual a 100mg/dL e 2 horas após refeição entre 70 e 140mg/dL (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, 2020).

2.4 Tratamento

Por fim, o tratamento ambulatorial deve ser baseado na administração de glicose para o paciente seguindo a “regra dos 15”, ou seja, 15g de glicose devem ser administradas. No paciente que consegue ingerir líquidos ou sólidos via oral, a conduta imediata pode ser tentar ingestão de sucos ou até mesmo algum doce que possivelmente melhorará os sintomas. Entretanto, se a terapia via oral não for viável pode ser utilizado soro glicosado, ou até mesmo 4 ampolas de glicose em bolus.

Para esclarecer e otimizar o atendimento das crises hipoglicêmicas, a Figura 1 detalha a organização e sistematização das condutas a serem tomadas.

Figura 1 - Fluxograma de atendimento completo ao paciente com crises hipoglicêmicas



Fonte: Figura autoral.

3 METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi a revisão de literatura, em formato de revisão sistemática, realizada a partir do estudo de referências já analisadas, e ratificadas por meios escritos e eletrônicos.

O estudo consiste em um levantamento bibliográfico nas bases de dados da plataforma do Google Acadêmico, Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Diabetes, Organização Mundial da Saúde, Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, além de livros base de Clínica

Médica, selecionando apenas materiais publicados dentro do período de 2005 a 2022, em âmbito mundial. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves em português: síncope, hipoglicemia, saúde e controle glicêmico. O levantamento gerou 21 artigos, dos quais foram julgados pertinentes a este estudo.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Dos 21 artigos pesquisados, apenas 10 foram selecionados, porque atenderam os critérios de inclusão.

Quadro 1 - Descrição dos artigos incluídos na revisão

Autores/ano da publicação	Anamnese e exame físico	Diagnóstico	Tratamento
Brutsaert, 2022	Presença de sintomas como: sudorese, náuseas, calor, ansiedade, tremores, palpitações, fome e parestesias. Pode ser relatado também: cefaleia, diplopia, confusão, afasia e até mesmo agitação.	Medição do nível de glicose no sangue Nível 1: < 70mg/dL Nível 2:<54mg/Dl Nível 3: necessidade de ajuda por causa de alteração do estado mental ou físico.	Açúcares por via oral ou glicose IV, pode ser utilizado também o glucagon por via parenteral
Ministério da saúde, 2022	Questionar sobre a alimentação do paciente, prática de exercícios e ingestão de álcool. Observar presença de tremor, calafrios, ansiedade, taquicardia, tontura, fome náusea e modificação de humor .	Pesquisa quantitativa do nível plasmático de glicose. O diagnóstico se dá quando < 70mg/dL	Açúcares por via oral ou glicose IV, pode ser utilizado também o glucagon por via parenteral.
Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas do diabete melito tipo 1, 2020.	A maioria das pessoas precisam apresentar a glicemia muito alterada para apresentação de sintomas. Observar presença de desmaios,tremores, taquicardia, agitação e cefaléia	Pesquisa quantitativa do nível plasmático de glicose. O diagnóstico ocorre com a glicose < 70mg/dL, e os sintomas iniciam quando chega a 60mg/dL.	O tratamento imediato baseia-se em fornecimento de glicose. Em pacientes que conseguem cpmer ou beber, podem ingerir sucos, água com açúcar ou soluções com glicose, além de mastigar alimentos doces. Segue-se a regra dos 15g, de glicose ou sacarose à serem ingeridos.

Sociedade Brasileira de diabetes, 2020	Atentar-se ao quadro clínico do paciente: tremor, nervosismo ou ansiedade, calafrios, impaciência, delírio, sonolência, fome, falta de coordenação motora e insônia.	Diagnóstico clínico baseado na anamnese e no quadro clínico associado à aferição de glicemia (< 70mg/dL).	O Tratamento imediato requer consumo de 15 a 20 gramas de glicose.
Sociedade brasileira de endocrinologia e metabologia, 2020.	Analisar quadro clínico (tremor, calafrios, ansiedade, taquicardia, tontura, fome náusea) e presença de taquicardia ao exame físico.	Pesquisa do nível de glicose que deve ser menor que 70mg/dL e os sintomas tendem a aparecer quando menor que 65mg/dL.	Administração de 15g de glicose seja por via oral ou parenteral.
Golbert, 2019.	Avaliar presença de sintomas característicos: sudorese, náuseas, calor, ansiedade, tremores, palpitações, fome e parestesias.	Associação do quadro clínico, com baixos níveis de insulina no plasma e melhora da glicemia com administração de glicose.	Açúcares por via oral ou glicose IV, pode ser utilizado também o glucagon por via parenteral.
American Diabetes Association (ADA), 2019.	Analisar presença de tremores, palpitações, ansiedade, sudorese, fome, parestesias, presença de taquicardia, palidez e diaforese.	Pesquisa quantitativa do nível plasmático de glicose, < 70mg/dL, e os sintomas iniciam a 55mg/dL.	O tratamento deve ser feito com 15 a 20 g de glicose por via oral, preferencialmente, de forma líquida por ser de mais rápida absorção.
Goldman, 2019	Presença de sinais e sintomas de diabetes descompensada (polidipsia, poliúria, perda ponderal, polifagia), presença de síncope ou tontura, questionar sobre quanto tempo o paciente permaneceu sem alimentar-se.	Associação de anamnese e quadro clínico com os seguintes exames (descoberta etiológica): hemoglobina glicada, glicemia de jejum, glicemia pós-prandial, TOTG, urina 1, fundoscopia e hemoglobina glicada.	- Mudança do estilo de vida como: suporte psicológico, prática de exercício físico moderado, monitorização da glicemia; - Manobra de Valsalva ou exercício que eleve a PA; - Pode ser utilizado soro glicosado.
Katzung, 2018	Questionar sobre a presença de sintomas, horário da última refeição e presença de taquicardia.	Tríade de Wipple.	Observar melhora clínica no paciente com administração de glicose seja via oral ou adm de soro glicosado.
OMS, 2000	Correlacionar sintomas com prováveis etiologias como: tontura, desmaio, palpitações, fome, sonolência, náuseas, insônias.	Diagnóstico baseado em glicemia plasmática < 70, quadro clínico compatível e melhora clínica com tratamento.	Administração de 15 a 20 gramas de glicose via oral imediata

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então com a associação das formas de manejo de crises de hipoglicemias conhecidas, que a resolubilidade e funcionalidade das condutas são semelhantes e eficazes.

Sendo assim, aplicando na realidade ambulatorial do atendimento do paciente com esta queixa, foi criado um fluxograma resumido para lembrar o manejo de casos de crises de hipoglicemias já detalhados no decorrer do artigo.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Screening for diabetes**. Diabetes Care, 2022.
- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Glycemic Targets: Standards of Medical Care in Diabetes**, 2018.
- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Standards of Medical Care in Diabetes - 2017**. Diabetes Care, 2017.
- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Standards of Medical Care in Diabetes - 2020**. Diabetes Care, Alexandria, v. 43, n.1, 2019.
- BRUTSAERT, Erika F. **Hipoglicemia**. New York: Medical College, 2022.
- BUSE, J. B. **Primary prevention of cardiovascular diseases in people with diabetes mellitus (Scientific Statement)**. 30 ed. Diabetes Care, 2007.
- GOLBERT, Airton; VASQUES, Ana Carolina Junqueira *et al.* **Diretrizes Da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. Clannad editora científica, 2020.
- GOLBERT, Airton; VASQUES, Ana Carolina Junqueira *et al.* **Diretrizes Da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. Clannad editora científica, 2019.
- GROSS, J. L., SILVEIRO, S. P., CAMARGO, J. L., REICHEL, A. J., & AZEVEDO, M. J. de. **Diabetes Mellito: Diagnóstico, Classificação e Avaliação do Controle Glicêmico. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, 2020.
- KATZUNG, Bertram G. **Basic and Clinical Pharmacology**. 14. ed. 2017.
- MAIA, F. A hipoglicemia silenciosa é parte do controle glicêmico ideal em pacientes com DM1. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 52, 2018.
- MARKS, A. D.; SMITH, C.; LIEBERMAN, M. **Bioquímica Básica de Marks: um enfoque clínico**. 5. ed. LWW, 2018.
- MCCOY, R. G.; HOUTEN, H. K., ZIEGENFUSS, J. Y.; SHAH, N. D.; WERMWERS, R. A.; SMITH, S. A. **Increased Mortality of Patients With Diabetes Reporting Severe Hypoglycemia**. Diabetes care, 2012.
- NERY, M. Hipoglicemia como fator complicador no tratamento do diabetes melito tipo 1. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 25, 2018.

REPETTO, Marizel. **Hipoglicemia en el recién nacido de riesgo, guías clínicas de diagnóstico e intervención 2017**. Montevideo, 2017 .

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Atualização brasileira sobre diabetes**. Rio de Janeiro. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Consenso Brasileiro sobre diabetes 2002: diagnóstico e classificação do diabetes melito e tratamento do diabetes melito tipo 2**. Rio de Janeiro, 2005.

VALE, B. M. **Hipoglicemias: causas, diagnóstico e abordagem terapêutica**. Porto, Portugal, 2010.

VILAR, Lucio. **Endocrinologia clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Definition, diagnosis and classification of diabetes mellitus and its complications: report of a WHO consultation Geneva**, World Health Organization, 1999.

**TÉCNICAS UTILIZADAS NA CONSERVAÇÃO DOS CADÁVERES
EXPOSTOS EM AULAS PARA FINS DIDÁTICOS NO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER**

*Janaina Carla de Castro*¹

*Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo*²

RESUMO: Introdução: o cadáver usado para fins didáticos deve ser conservado e dissecado para exposição em laboratório. O presente relato de caso tem como objetivo detalhar as diversas técnicas usadas para conservação de cadáveres para fins didáticos. **Relato Experiência:** relato da experiência com a técnica de glicerina Laskowky modificada nas dependências do Centro Universitário Alfredo Nasser. **Resultados e Discussão:** são apresentados oito métodos, suas vantagens e desvantagens. **Conclusão:** embora a formalização seja a mais amplamente utilizada, a glicerinação é a mais vantajosa se comparada com as demais.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação de cadáveres. Glicerinação. Solução Laskowski.

1 INTRODUÇÃO

Baseados no conhecimento empírico, os métodos de conservação de cadáveres tiveram seus primeiros episódios no Egito antigo. A preservação de cadáveres começou próximo ao ano 3200 a.C. durante a primeira dinastia egípcia. Neste período, aquele que se encarregava dessas atividades tornavam-se membros de uma sociedade privilegiada. Os primeiros embalsamentos registrados utilizavam ervas naturais, óleo de cedro, resinas derivadas de árvores e gomas. Mais adiante, os procedimentos de remoção das vísceras foram introduzidos. Outros meios foram utilizados de maneira mais discreta, como por exemplo, o aquecimento do corpo com mercúrio e a imersão em mel, sendo esta última, utilizado para conservar o corpo de Alexandre, “O Grande” durante o transporte do corpo da Babilônia até Alexandria (Bechmann *et al.*, 2015; Oliveira, 2021).

A preocupação quanto à conservação de peças anatômicas existe há mais de cinco mil anos. O uso de peças cadavéricas naturais é indispensável para o ensino, contribui para o aprendizado prático; melhora as habilidades aplicativas; assimilativas e compreensivas; e prepara os estudantes para a situação real. Além disso, busca-se preservar de maneira mais

¹ Fisioterapeuta, graduada pela UNIFAN.

² Professora e Coordenadora dos Laboratórios da Saúde da UNIFAN.

próxima os corpos das características *in vivo*, tais como a morfologia, coloração, consistência e a flexibilidade das peças. Para alcançar esse objetivo, várias técnicas foram desenvolvidas ao longo dos anos para a preservação dos tecidos, com a preocupação da durabilidade e permanência apta para o ensino ou exposição (Rodrigues, 2010).

Há de se destacar a diferença entre conservação e fixação. O formaldeído é utilizado como fixador celular universal, ao interromper o processo de autólise celular, por meio da desnaturação das proteínas. A formalina (formaldeído diluído a 10%) é a melhor opção para fixação celular. A conservação visa preservar ao longo do tempo as características dos tecidos (Rodrigues, 2010; Oliveira, 2021).

Dentre as várias técnicas utilizadas na conservação de corpos, destaca-se a glicerinação, técnica de conservação feita a partir da glicerina, uma substância viscosa e inodora de caráter antisséptico, descoberta por Karl Wilhelm Scheele, no ano de 1762. A glicerina traz menos riscos à saúde e teoricamente apresenta bons resultados na conservação de cadáveres. O que se tem na literatura e nas bases de dados científicas é que a glicerinação, é mais vantajosa quando comparada à formalização, uma vez que apresenta baixo índice de toxicidade e irritação, facilitando o manejo e estudo, além de requerer baixo grau de manutenção (Marcelino *et al.*, 2022).

A partir de 1977 uma nova técnica de preparação de peças anatômicas foi desenvolvida. Essa descoberta foi feita pelo médico e professor da universidade de Heidelberg na Alemanha, Gunther Von Hagens, que criou e desenvolveu o processo batizado por ele de plastinação, que consiste numa forma moderna de mumificação fazendo com que os corpos tenham uma alta durabilidade. Cerca de 70% dos nossos corpos consistem de fluidos. Eles são indispensáveis tanto para a vida quanto para a decomposição. Com a plastinação, fluidos intercelulares são substituídos por reativos plásticos, tais como borracha de silicone, resina de epóxi ou de poliéster resinado, em um especial processo de vácuo (Zoffoli, 2017).

A plastinação é um processo no qual é utilizado algum polímero, que pode ser silicone, epóxi ou poliéster e será o material substituinte da água e tecidos do corpo. Segundo Géra *et al.* (2017), desta forma a peça torna-se livre de toxicidade e mais durável. Esse método envolve de 3 a 4 etapas, um processo inicial com o objetivo de não ocorrer a autólise das células, e para isto é realizada a fixação em formaldeído; a desidratação mergulhando o cadáver em acetona para evitar o ataque de bactérias; e por último a impregnação forçada e catalisação química luminosa ou por temperatura (Zoffoli, 2017).

Além do formol, do álcool e da glicerina, muitas outras substâncias, quando em contato com os tecidos, impedem a proliferação de microrganismos. Existe uma variedade

muito grande dessas substâncias, o que determina uma diversidade na forma de agrupá-las e de classificá-las. Os principais grupos seriam os seguintes: fenóis, aldeídos, ácidos, compostos halogenados, agentes oxidantes, metais pesados e tiosulfatos. Os ácidos mais usados são: pícrico, acético, bórico, salicílico, arsênico, etc (Rodrigues, 2010).

A proposta deste relato é descrever acerca da conservação dos cadáveres e peças anatômicas avulsas disponíveis no acervo de peças naturais designados para fins didáticos no Centro Universitário Alfredo Nasser. Com esse propósito será aprofundado algumas das técnicas que foram utilizadas, e outras que existem, mas não foram possíveis de serem incrementados na instituição por inviabilidade devida alguns fatores, ambientais ou financeiros. Além disso, discorrer sobre a técnica atualmente utilizada e os prós e contras de cada uma das possibilidades já aplicadas anteriormente às técnicas de glicerinação.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nos laboratórios da UNIFAN, é empregada a técnica de glicerinação Laskowsky modificada. Trata-se da técnica de glicerinação usual, com a adição de sais ácidos com a finalidade de maximizar as propriedades antissépticas, antifúngicas e adstringentes do conservante. Para um resultado satisfatório, as etapas devem obedecer a seguinte ordem:

1. Fixação em formalina a 10% (injeção intra-arterial, o quanto antes após o óbito);
2. Desidratação em etanol puro para análise* (2 a 3 meses);
3. Conservação em glicerina pura para análise* (8 partes) + etanol puro para análise* (2 partes) + 2,5 % de ácido fênico + 2,5 % de ácido bórico. (6 meses ou até afundar). (Rodrigues, 2010). * PA: Substância pura, absoluta e homogênea, ou seja, não contém mistura com nenhuma substância.

A fixação tecidual é realizada com formaldeído PA diluído na proporção de 9 partes para 1 (formalina 10%). Sempre que possível este procedimento é realizado nas dependências do instituto médico legal, a fim de minimizar o contato e o uso do formaldeído dentro das dependências da instituição. Após este processo o cadáver é encaminhado para doação, já fixado, este é descrito, fotografado, lavado e tricotomizado, em seguida, parte-se para as etapas de conservação em glicerina Laskowsky.

A solução Laskowsky consiste nas seguintes proporções: 240 litros de glicerina bidestilada PA; 60 litros de etanol PA; 7,5 quilos de ácido bórico e 5 quilos de ácido fênico, total de 300 litros da solução, volume suficiente para submergir quatro cadáveres em um

tanque de 2,2 x 1,2 x 1,0 m. A troca da solução deve acontecer a cada dois anos, ou quando ficar escura e gelatinosa em demasia.

Recentemente, a instituição recebeu dois novos cadáveres masculinos e um feminino, respectivamente, provenientes de doação da superintendência da polícia técnico científica de Goiás (SPTC-GO). Após fixação arterial com formol a 10%, as peças foram deixadas de molho em etanol PA por quarenta dias. Por se tratarem de cadáveres íntegros, uma incisão xifo-pubiana foi realizada no abdome até peritônio, para que o etanol e glicerina penetrassem com facilidade na cavidade abdominal. Após o período de desidratação em etanol, as peças foram submergidas na solução Laskowsky, onde permaneceram por seis meses, antes de serem dissecadas.

Após o período decorrido, observou-se integridade morfológica e odor discreto, dentro dos parâmetros esperados. De acordo com o corpo técnico da instituição, a principal vantagem do uso da glicerina como conservante é a facilidade no manejo das peças, pois estas podem ficar em temperatura ambiente e fora do conservante por meses, desde que molhadas com glicerina semanalmente; a menor toxicidade em relação ao formol e o conforto que o odor suave da glicerina proporciona. O escurecimento tecidual provocado pela glicerina pode ser contornado imergindo a peça em peróxido de hidrogênio 10% por 48h, antes da etapa de desidratação.

Além da técnica Laskowsky, a instituição também utiliza a conservação em solução alcoólica absoluta em algumas peças de sistema nervoso.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Foram encontrados um total de 13 artigos científicos publicados nas plataformas *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e *PubMed (National Library of Medicine)*. Os trabalhos abrangeram as línguas inglesa e portuguesa. Dentre eles, 07 se enquadraram no assunto abordado e foram utilizados na atual pesquisa. Por meio dos artigos selecionados foi possível apontar os benefícios das técnicas de conservação e maneiras de aplicação e preparo da solução em questão (Quadro 1).

Quadro 1 - Métodos de conservação de cadáveres suas vantagens e desvantagens

AUTORES/ ANO	MÉTODO	METODOLOGIA	RESULTADO	
			VANTAGEM	DESvantAGEM
Varlet <i>et al.</i> , 2019.	Embalsamamento	O embalsamamento no Antigo Egito era uma etapa do processo de mumificação, incluindo evisceração, exsanguinação, secagem e bálsamos, administração de óleos antes do envolvimento das bandagens. Hoje, o embalsamamento é usado para definir a perfusão do corpo por fluidos de embalsamamento e a retirada total das vísceras toraco-abdominais durante as operações de tanatopraxia.	O embalsamamento moderno típico contém uma variedade de conservantes, biocidas, agentes hidratantes e corantes. As composições são muito diversas e devem obedecer aos objetivos do embalsamamento: preservação minuciosa e completa; maciez dos tecidos, cor dos músculos e órgãos. Muito utilizado em serviços funerários.	Os fluidos de embalsamamento são altamente contaminantes ao meio ambiente. Além disso, a decomposição dos corpos embalsamados pode contaminar o lençol freático.
Varlet <i>et al.</i> , 2019.	Tanatopraxia	A tanatopraxia refere-se à arte, à ciência ou às técnicas modernas que permitem a preservação de cadáveres humanos da decomposição pela destruição de micro-organismos patogênicos, a fim de apresentá-los com uma aparência viva para exibição pública ou privada para o funeral.	A tanatopraxia é o método mais usado para fins funerários e traslado de corpos, devido o seu alto poder conservante.	É um procedimento caro e não acessível para todos.
Zoffoli, 2017.	Plastinação	A acetona substitui a água do corpo por difusão, indo do meio menos concentrado para o mais concentrado. Para evaporar a acetona, o cadáver é colocado em uma câmara de vácuo e após isso, o espaço vazio deixado nas células é preenchido por algum material plástico. Esse processo leva de semanas até meses. Depois do preenchimento com	As peças anatômicas podem ser conservadas indefinidamente e ficam mais práticas para o manuseio.	É uma técnica cara e requer um alto grau de especialização e infraestrutura para sua elaboração, sendo feita somente em laboratórios especializados.

		material plástico, o corpo é moldado em alguma posição. Por último, o cadáver é seco com gás, luz ou calor, dependendo do material plástico utilizado. Assim, o cadáver fica enrijecido e seco e ganha olhos de vidro.		
Zero, 2017.	Formaldeído	Por dificultar o crescimento de microrganismos, esta substância é aplicada como um elemento químico que age como desinfetante, anti séptico e germicida. Ainda é usada como fixador universal e é a primeira etapa do processo de glicerinação.	O custo é acessível, e é o fixador e conservante mais utilizado nos laboratórios de anatomia, comumente em solução aquosa a 10%, que além de ser uma substância barata, possui a característica de penetrar rapidamente nos tecidos.	Apresenta forte odor, toxicidade e é prejudicial à saúde, o que leva a questionamentos sobre ser uma substância cancerígena, e trazer sérios riscos à saúde humana. O manuseio e descarte inadequado dos tecidos pode contaminar o meio ambiente.
Gera, 2017.	Glicerinação	Uma alternativa ao uso da formalização são os protocolos de glicerinação que se baseiam na associação de glicerina e álcool absoluto.	Como a glicerina tem a capacidade de desidratação celular, atua contra fungos e bactérias, a peça adquire leveza no processo de conservação, a morfologia é preservada o mais próximo da forma original, facilitando a identificação de várias estruturas de difícil visualização.	O alto custo impede instituições com baixo orçamentos de utilizá-la. O litro da solução gira em torno de R\$ 28,90 a R\$ 45,00. Além disso, a reação da glicerina com oxigênio gera a ferritina, escurecendo os tecidos.
Santana; Guimarães, 2014.	Fenol	É amplamente utilizado nas preparações para conservação de cadáveres, podendo ser utilizado tanto na forma líquida quanto na forma de cristais, não de forma isolada.	O fenol líquido ou em forma de cristais não endurece os tecidos e torna o meio estéril, protegendo o material da ação de fungos.	O potencial risco genotóxico e carcinogênico, aos órgãos do sistema digestório, respiratório e a pele, faz desta uma técnica de alto risco de contaminação humana daqueles que fazem o manuseio.
Kimura; Carvalho, 2010.	Álcool Etílico a 96° GL	Utilizado de forma isolada e em pequenas peças anatômicas. Também pode ser utilizado em outros	É utilizado como agente fixador, pois possui grande afinidade e ótima capacidade de	O álcool não é comumente empregado para a conservação direta de cadáveres inteiros,

		métodos de conservação a partir da desidratação das peças, permitindo a entrada de outras soluções.	penetração nos tecidos, além de ser de baixo custo e fácil aquisição, tendo como principal vantagem, a leveza, maciez e maior facilidade de manuseio. Utilizado de forma isolada e em pequenas peças anatômicas. Também pode ser utilizado em outros métodos de conservação a partir da desidratação das peças, permitindo a entrada de outras substâncias hidrofóbicas.	mas sim em peças de pequeno porte como membros e órgãos seccionados. Devido à evaporação, e desidratação contínua, é mais utilizado em fases de técnicas de conservação, como a Laskowski na perfusão, e Giacomini, sendo utilizado na fase inicial de preparo.
Rodrigues, 2010	Esplancnotécnicas	Método ideal para conservação de vísceras ocas como estômago e alças intestinais.	Não necessitam de meio líquido conservante, apenas insuflamento das vísceras, pulverização com terenbetina e camada de verniz incolor.	Por vezes as vísceras adquirem tonalidade opaca, enrijecimento e aspeto “sintético”, afastando-as do aspecto morfológico <i>in vivo</i> .

Da literatura analisada, compreende-se que o cadáver ainda é a ferramenta preferível para o ensino de anatomia nas instituições de ensino no Brasil, para tanto, é preciso fixá-lo e conservá-lo adequadamente. A função da fixação é impedir a autólise celular que ocorre após a morte. A conservação visa manter os tecidos firmes, insolúveis e protegidos contra a deterioração, prolongando o efeito da fixação. Agentes conservantes evitam também a proliferação de patógenos que possam causar doenças nas pessoas que frequentam o laboratório.

A escolha do método de conservação leva em conta fatores financeiros, de manuseio didático, manutenção, pós-preparo e estrutura da instituição. Por conta do seu baixo custo, o formaldeído ainda é o método mais empregado pelas instituições de ensino (Silva, 2016). Entretanto, é altamente tóxico, carcinogênico, provoca irritação no bulbo ocular, pele e nas vias aéreas superiores. Métodos menos tóxicos e igualmente eficazes foram desenvolvidos para substituir o formaldeído, prolongando seu efeito.

O uso de óleos vegetais vem crescendo e tornando-se destaque nos últimos anos. Frente às possibilidades de fixação, preservação e conservação, buscou-se testar óleos vegetais como uma alternativa viável e menos nociva ao meio ambiente e à saúde humana. Os

óleos vegetais tipicamente compreendem triglicerídeos misturados e possuem ácidos graxos quimicamente ligados à glicerina. São exemplos os óleos de milho, girassol e canola (Oliveira, 2018).

4 CONCLUSÕES

Os resultados indicam que inúmeras instituições de ensino ainda utilizam a formalização como método de conservação de cadáveres, e representa a maior parte se comparada a outras técnicas menos nocivas. No entanto, parte das instituições que utilizam o formaldeído desejam substituí-lo, em virtude, principalmente, da sua insalubridade, sendo a glicerinação o método mais almejado. A glicerinação apresenta uma relação custo/benefício excelente quando comparada a outras formas de conservar os cadáveres para fins didáticos institucionais. Além disso, a glicerinação proporciona maiores vantagens em relação à saúde da pessoa exposta e ao meio ambiente, por ter uma toxicidade consideravelmente menor em relação ao formol. Tendo em vista estes estudos, A UNIFAN adotou a glicerinação Laskowsky modificada como seu método de conservação de cadáveres principal.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA, D. B.; LOULY, C. C. B.; CARDOSO, J. R.; SILVA, M. S. B.; MENDONÇA, A. C.; ALBERNAZ, I. L. X.; ANDRADE, J. G. S. Comparação entre as técnicas anatômicas de formolização, glicerinação e preenchimento/corrosão no sistema respiratório de cães. **Colloquium Agrariae**, v. 13, n. Especial 2, p. 124-128, 2017.
- FONTOURA, E. L. L.; MELLO, S. T.; GOMES, C. R. G.; MELLO, J. M. Conservação de peças anatômicas: vantagens e desvantagens de diferentes métodos. **Revista Uningá**. v. 57, n. 2, p. 34-46, 2020.
- GÉRA, Á. S.; AMADO, M. V.; BITTENCOURT, A. S. Contribuições da técnica de plastinação para a cultura científica. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2017.
- LIMA, P. G. C.; BARBOSA, L. P.; MELO, A. P. A.; NASCIMENTO, U. F. S.; PEREIRA, A. C. S.; BRITO, L. S.; RIZZO, H. Comparação entre diferentes técnicas empregadas na conservação e manutenção de peças anatômicas. **Ciência Animal**, v. 32, n. 1, p. 01-08, 2022.

MARCELINO, M. H. V.; SILVA, W. H. M.; ORTUNHO, V. V. novas tecnologias: conservação de peças anatômicas visando maneiras mais sustentáveis. **Anais do Fórum de Iniciação Científica do UNIFUNEC**, v. 13, n. 13, 2022.

OLIVEIRA, I. **Estudo retrospectivo das técnicas alternativas e meio de fixação, preservação e conservação de tecidos corpóreos**. Artigo apresentado como requisito parcial a conclusão do curso de Graduação em Medicina Veterinária da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2021.

SCHMITT, M. T.; FIORIN, P. B. G. Técnicas de conservação de peças anatômicas: uma revisão da literatura. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

SILVA, C. H. *et al.* Associação das técnicas anatômicas de desidratação por insuflação com plastinação em pulmões de animais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 25760-25768, 2021

SILVA, G. R.; CORTEZ, P. O. C.; LOPEZ, I. S. L. L.; TEIXEIRA, B. A. C. B.; LEAL, N. M. S. Métodos de conservação de cadáveres humanos utilizados nas faculdades de medicina do Brasil. **Rev Med**, v. 95 n. 4, p. 156-61. 2016.

TERRITÓRIO E SAÚDE COLETIVA: relato de experiência e aspectos psicossociais em um ambulatório neurofuncional

Ruth Martins do Nascimento¹

Francisnon Vasconcelos Roque²

Leonel Cardoso dos Santos³

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é apresentar os aspectos psicossociais presentes em um ambulatório de intervenções neurofuncionais. Por meio da metodologia do relato de experiência e de um conjunto de referências em Saúde Coletiva, o trabalho busca apresentar discutir a importância de que profissionais da saúde levem em consideração os aspectos do território de seus pacientes em seu tratamento, bem como apresentar os modos pelos quais a interação entre diferentes disciplinas da saúde é importante para uma construção efetiva de respostas às necessidades dos usuários. O trabalho parte da análise das vulnerabilidades socioeconômicas e a redução de mobilidade física dos pacientes de um serviço escola de ambulatório neurofuncional e a interação entre uma equipe de fisioterapia e psicologia na respostas às demandas dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Território. Ambulatório Neurofuncional. Interdisciplinaridade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na discussão da saúde coletiva e dos aspectos psicossociais presentes na relação entre usuários e dispositivos de saúde. A discussão a ser elaborada aqui ressalta a importância da saúde em uma perspectiva que supera modelos apenas biomédicos e insere nas lógicas de cuidado um olhar para as determinações sociais e psicológicas de modo a compreendê-las como partes integrantes dos modos pelos quais a assistência à saúde é realizada.

O trabalho parte de um relato de experiência de um estágio obrigatório supervisionado realizado em um ambulatório neurofuncional de fisioterapia. Nosso interesse é colocar em discussão aspectos psicossociais, que durante o processo das práticas de estágio, revelaram-se centrais e impactantes. Nos chamou atenção os modos pelos quais os/as usuários/as acessaram

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: psiruth01@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN. E-mail: francisnonvasconcelosroque@gmail.com.

³ Psicólogo Leonel Cardoso dos Santos; Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Atua como professor e pesquisador na UNIFAN.

os serviços, a complexidade das demandas e as formas pelas quais as equipes envolvidas nos atendimentos buscavam responder e, então, realizar práticas de cuidado.

Os aspectos psicossociais são fundamentais para a compreensão da produção do cuidado em saúde em uma perspectiva orientada pela saúde coletiva, que norteou nossa prática, bem como nossa construção analítica no presente trabalho. A saúde coletiva aborda questões de saúde em uma perspectiva mais ampla, considerando fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais que afetam a saúde de uma comunidade ou população, diferindo-se da abordagem biomédica clássica sobre a compreensão das necessidades de usuários e os modos pelos quais um serviço se insere em uma rede de cuidados (Feuerwerker, 2014; Souza, 2014).

Um importante conceito para este trabalho é a noção de território, que possui diversas acepções e usos. Nos interessa, em específico, a compreensão do geógrafo Milton Santos (2006; 2001). O território é uma parte integrante do espaço geográfico, que é um sistema complexo de relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o espaço geográfico é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas, fazendo que um determinado território seja não apenas um espaço físico, mas também um espaço de relações sociais e de poder, bem como da subjetividade.

Santos (1978) introduz o conceito de “territorialidade” para descrever a forma como as pessoas e grupos constroem relações com o espaço. Isso envolve a apropriação, uso e significado do espaço, bem como a defesa de interesses territoriais. A territorialidade coloca em evidência as relações que as pessoas têm com territórios e a partir deles.

Na saúde coletiva, a noção de território foi incorporada de modo a permitir a compreensão do território como relevante na promoção da saúde. Isso inclui o desenvolvimento de formas de cuidado e assistência que levam em consideração os ambientes físicos e sociais das pessoas, criando condições propícias para o bem-estar.

A experiência a ser descrita é advinda das atividades realizadas durante o estágio profissional específico supervisionado II, do curso de psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). As práticas do estágio se desenvolveram a partir das atividades do Ambulatório Neurofuncional do Curso de Fisioterapia da instituição. Por meio de uma parceria entre os dois cursos, usuários do ambulatório eram selecionados, com base em critérios clínicos e socioeconômicos, para, caso desejassem, serem atendidos por uma equipe de psicologia.

Para além da escuta psicológica, o objetivo da parceria entre os cursos foi de desenvolver uma perspectiva de trabalho que ativamente partisse e se beneficiasse da interlocução entre diferentes campos disciplinares em uma produção de cuidado em saúde que

atende com maior chances de sucesso as necessidades de saúde dos usuários. O presente relato refere-se às atividades realizadas entre março e junho de 2023.

2 PROBLEMA

Como os aspectos psicossociais podem influenciar nas práticas de estágio e qual sua importância na produção do cuidado em saúde em uma perspectiva interdisciplinar?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar e discutir os aspectos psicossociais, que durante o processo das práticas de estágio, manifestaram-se centrais e impactantes. E como a contribuição interdisciplinar de duas áreas de atuação, baseadas na saúde coletiva, podem auxiliar na promoção de saúde e qualidade de vida.

3.2 Objetivos Específicos

- Abordar sobre a importância da saúde coletiva e trabalho interdisciplinar;
- Discutir como os aspectos psicossociais podem contribuir para a compreensão da produção do cuidado em saúde; e,
- Analisar e discutir relatos de casos atendidos na clínica-escola de fisioterapia neurofuncional e psicologia, a fim de elucidar esta interação e verificar sua construção e produção.

4 JUSTIFICATIVA

Compreende-se que as lesões neurofuncionais provocam limitações significativas na vida do indivíduo, podendo modificar seus aspectos físicos, cognitivos, relacionais e psicológicos. Influenciando na qualidade de vida e no território do sujeito. Sendo assim, o

trabalho interdisciplinar entre fisioterapia e psicologia se baseou nos protocolos da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), na qual preza por um olhar amplo e positivo frente a situação do indivíduo, buscando valorizar as suas potencialidades e seus aspectos psicossociais. Deste modo, foi possível estabelecer uma comunicação entre os/as profissionais acerca dos aspectos que interferiam na saúde deste paciente e em sua funcionalidade, como os fatores sociais, econômicos e ambientais (Alves *et al.*, 2019).

Por conseguinte, este trabalho se justifica pela necessidade de discussão dessa temática, devido aos aspectos psicossociais. Este trabalho contribuirá para ampliação do escopo bibliográfico sobre o tema, possibilitando o desenvolvimento de intervenções mais assertivas.

5 METODOLOGIA

Nosso trabalho se estrutura metodologicamente a partir do relato de experiência, que consiste na descrição de uma intervenção já realizada com a finalidade de contribuir com discussões acadêmicas e científicas, quanto comunicar achados de valor “prático” ou técnico para futuras intervenções (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Neste caso, a principal contribuição é a descrição e a reflexão crítica dos aspectos vivenciados em uma determinada realidade profissional.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Reabilitação e Vulnerabilidade Social: Conhecendo os territórios

Entre os aspectos mais desafiadores na conquista de boas condições de saúde está a vulnerabilidade socioeconômica, que afeta os modos da quantidade e qualidade de recursos ou redes de proteção de um sujeito.

A manutenção da frequência é um dos critérios para que os/as usuários/as sejam mantidos como pacientes do ambulatório. No entanto, não foi incomum observarmos faltas às sessões sem justificativas ou avisos prévios por parte dos usuários. Ao longo dos atendimentos e conversas, muitas das vulnerabilidades socioeconômicas foram se tornando

mais visíveis, sobretudo o modo como tais vulnerabilidades tornavam a mobilidade urbana de muitos pacientes um desafio.

A este respeito, nos chamou atenção o caso de Júlia. Estava vinculada ao ambulatório há cerca de um ano por conta de um acidente vascular encefálico isquêmico (AVE). À época dos atendimentos, Júlia era uma mulher de quase 60 anos e vivia com uma paralisia parcial do lado direito do corpo, para além de uma subluxação em um dos ombros e uma rigidez muscular em uma de suas mãos. Tal condição física impedia a paciente de trabalhar e realizar tarefas básicas como tomar banho e cozinhar, por exemplo. Sua locomoção era realizada com o apoio de uma cadeira de rodas e uma órtese AFO articulada. Dois aspectos presentes e constantes no território de Júlia faziam com que sua experiência de acessar as sessões fosse quase sempre um desafio. Não raro, Júlia dependia da ajuda de pessoas próximas para que pudesse custear os gastos com seu transporte até o ambulatório.

Portanto, um segundo desafio passava pela mobilidade urbana. Quase sempre chegava ao ambulatório em carros de aplicativo, que já chegaram a negar corrida a mesma ao se depararem com as dificuldades. Além de sua condição física e suas limitações, a condição socioeconômica era um fator que influenciou muito seu estado emocional, desde a dificuldade de acesso ao ambulatório até principalmente, a dificuldade de locomoção dentro da sua própria casa, assim como eventualmente a falta de alimento.

Entretanto, outro caso que nos chamou a atenção foi o de Marcelo. É um homem de 40 anos, está vinculado ao ambulatório há quase dois anos, devido a um aneurisma cerebral que lhe gerou prejuízo em sua mobilidade física, acarretando enfraquecimento de suas funções do dia a dia, como por exemplo, exercer suas funções laborais até as coisas mais simples como tomar banho sozinho e se vestir. Segundo a equipe de fisioterapia, Marcelo realiza movimentos de alcance com amplitude de ombro reduzida, compensando com rotação de tronco de ambos os lados, entretanto, isto prevalece no braço esquerdo, possui dor crônica nos braços, na qual está relacionada ao seu psicológico. Marcelo também teve perda parcial de suas funções cognitivas, apresentando perda da memória de curto prazo, tem dificuldades de lembrar de rostos e nomes.

Além do mais, Marcelo sofreu grande impacto na sua vida socioeconômica, uma vez que assumia o papel de provedor de sua família, apesar de poder contar com uma rede de apoio durante seu processo de reabilitação, também se deparava com dificuldades para frequentar as sessões de fisioterapia e psicoterapia. Devido morar longe do ambulatório, dependia de que outras pessoas o levassem.

Entretanto, além das limitações físicas e cognitivas, Marcelo apresentou estar com seu estado emocional bastante abalado, devido aos desafios que vem enfrentando após seu diagnóstico e prognóstico.

6.2 Os diálogos entre Fisioterapia e Psicologia: em busca de uma prática de saúde biopsicossocial

Um ponto importante a ser discutido, foi a interlocução entre fisioterapia e psicologia. Que partiu de uma perspectiva de um cuidado interdisciplinar, na qual objetivava o auxílio na promoção de saúde e qualidade de vida. As trocas de saberes entre as/os estagiárias e professores foi fundamental para que os casos fossem discutidos e esclarecidos sob a ótica de duas áreas diferentes e para que fosse possível traçar uma linha de cuidado.

Para uma melhor compreensão dos casos e sintomas que apareciam na clínica, foi realizado pelas estagiárias de psicologia observações nas sessões de fisioterapia, de modo a analisar a forma em que a equipe de fisioterapia lidavam com os casos, especialmente com as questões emocionais que apareciam nas sessões frente a uma expectativa frustrada por parte da/o paciente. As observações eram fundamentais para uma melhor clareza dos exercícios e suas funcionalidades quanto à orientação da equipe de fisioterapia.

Vale salientar a forma em que a/o paciente em questão lidou com essa junção de cuidado de duas áreas e principalmente como Júlia lidava com a troca de estagiárias/os de fisioterapia ao longo do semestre. Observou-se, que Júlia desenvolvia mais afinidade com uns do que com outros, o que influenciava no seu desempenho, durante as últimas sessões de fisioterapia Júlia se identificou muito com um estagiário específico, na qual foi notório sua evolução. Júlia não se sentia confortável com a presença da estagiária de psicologia nas sessões de fisioterapia, devido a questões pessoais que ela levava para análise, sendo assim, a estagiária de psicologia sempre pedia permissão para realizar as observações que nem sempre eram concedidas por parte de Júlia.

Diante do caso de Marcelo, foi averiguado entre a equipe de fisioterapia e psicologia, que este costumava apresentar maior sensibilidade à dor e indisposição na execução de alguns exercícios quando estava na presença de sua esposa e ainda, quando não estava dialogando sobre algo que lhe gerasse prazer, como por exemplo, o violão. Devido ter sido observado que a interação entre estagiária/paciente era algo significativo para seu desempenho, como a realização dos exercícios e um limiar de dor menor, a equipe multiprofissional passou a trabalhar e instigar a fala e a comunicação durante a prática fisioterápica. Ainda assim,

observamos que uma das estagiárias de fisioterapia possuía um olhar mecânico do fazer saúde e sobretudo, da noção de cuidado. Não valorizando as particularidades do paciente e atuando de maneira generalizada, mecânica e organicista.

Contudo, se tornou perceptível o baixo desempenho e dor constante de Marcelo quando ele estava sob o cuidado desta estagiária. Por conseguinte, com uma outra estagiária específica na qual, interagiu e praticava a escuta ativa e particularizada do paciente, foi percebido um melhor desempenho em suas atividades e este expressava um limiar de dor menor e por vezes, não expressava nenhuma dor. Sobretudo, nota-se a importância de trabalhar com a saúde coletiva e os aspectos psicossociais do indivíduo. Entende-se que estes fatores podem influenciar de maneira significativa nos resultados obtidos por ambas as equipes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto, entendemos a importância da atuação interdisciplinar para a promoção da saúde, além da eficácia desta integração para a saúde coletiva e identificação dos aspectos psicossociais envolvidos na realidade da/o paciente. Para mais, afirmamos que os aspectos psicossociais influenciam diretamente no desempenho do trabalho interdisciplinar e na adaptação da/o paciente em seu processo de reabilitação. Sendo estes, os fatores físicos, socioeconômicos, cognitivos, culturais, relacionais e psicológicos da vida da pessoa. Além disso, esses aspectos proporcionam uma leitura mais ampla de cada caso, possibilitando uma atuação interventiva que engloba as particularidades de cada paciente, produzindo saúde e qualidade de vida.

Por fim, este trabalho pode fomentar linhas de pesquisa e desenvolvimento de práticas interdisciplinares de profissionais da saúde e discentes. Proporcionando a estes uma visão atual do trabalho integrativo, além de direcionamentos quanto aos aspectos psicossociais existentes dentro de uma clínica-escola de fisioterapia e psicologia e como estes podem influenciar na atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mariana; CAVALCANTI, Alessandra; GARAVELLO, Ivânia; KOSOSKI, Edinara; DUTRA, Fabiana. Desempenho ocupacional e aplicação da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) em um serviço de reabilitação. **Revista Salud Pública**, v. 21, n. 3, p. 307316, 2019.

FEUERWERKER, Laura C. M. **Micropolítica e saúde**: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: UNIDA. 2014.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Editora Hucitec, 1978.

TIPOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXISTENTE NO MERCADO E UTILIZADOS NOS LABORATÓRIOS DA SAÚDE UNIFAN

Helyandro Manoel Rodrigues¹

Wilson Henrique Oliveira Silva²

Ana Carolina Rozal Pestana³

Samuel Henrique Roque Ribeiro⁴

Jakeline Ferreira de Araujo Lobo⁵

RESUMO: Controle de qualidade é um conjunto de medidas destinadas a verificar a qualidade dos produtos sujeitos à vigilância, segundo a ANVISA. O objetivo deste trabalho é demonstrar os tipos de processos de gestão no controle de qualidade existentes e adotados pelos laboratórios da saúde do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), bem como, as suas vantagens e desvantagens, por meio de uma revisão de literatura. Este estudo é uma revisão de literatura, que consiste em uma pesquisa de artigos selecionados nas bases de dados *NCBI, Scielo e Scopus*. Após a pesquisa primária dos artigos foram obtidos um total de 895 artigos, ao aplicar os critérios de inclusão/exclusão apenas 20 artigos foram incluídos. Foi possível observar que os métodos mais utilizados em laboratórios de pesquisa são controle documental, controle de insumos e processos, controle de detecção de erros de insumos e equipamentos, controle externo comparativo, controle interno comparativo.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de qualidade. Qualidade laboratorial. Ensino e pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Conceituar qualidade é um desafio, pois existem amplos conceitos e esses podem variar com o passar do tempo. No âmbito da gestão, a qualidade pode ser definida como uma junção de características e propriedades de um produto, processo ou serviço que possa fornecer uma capacidade de satisfazer as necessidades explícitas ou implícitas de um cliente. Para o Ministério da Saúde (2020) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), controle de qualidade é um conjunto de medidas destinadas a verificar a qualidade dos produtos sujeitos à vigilância, em que o objetivo é verificar a satisfação e os critérios de atividade, pureza, eficácia e segurança (De arruda., *et al.*, 2016; ANVISA, 2020; Lizardo; Ribeiro, 2020).

¹ Acadêmico do 8º período do curso de Biomedicina - UNIFAN. E-mail: helyandrorodrigues@unifan.edu.br.

² Acadêmico do 4º período do curso de Medicina - UNIFAN.

³ Acadêmico do 5º período do curso de Biomedicina - UNIFAN.

⁴ Biomédico, graduado pela UNIFAN.

⁵ Professora e Coordenadora dos Laboratórios da Saúde – UNIFAN.

Para que o controle, segurança e a gestão da qualidade aconteçam de forma eficaz é importante que a empresa ou órgão responsável tenha a documentação que comprove a confiabilidade dos processos, por exemplo: registro de controle de qualidade interno e externo, registros de ação corretiva de controle de qualidade, registro de auditoria interna. Além disso, a presença de profissionais capacitados, que controlam de forma sistemática de acordo com os procedimentos estabelecidos e registrados (Theodorou, Giannelos, 2014; Chandra *et al.*, 2022).

O processo de qualidade quando relacionado a laboratórios, ocorrem em três etapas distintas, que por fim, culminam para a entrega de um resultado, seja ao paciente ou ao profissional de saúde solicitante, essas etapas são: pré-analítica (preparo do paciente e identificações), analítica (qualificação e materiais adicionais) e por fim pós-analítica (transcrições de resultados e laudos). A qualidade laboratorial tem sua garantia nas etapas de análise (Lima-Oliveira *et al.*, 2017; Plebani, 2018).

Este artigo tem como objetivo demonstrar os tipos de processos de gestão no controle de qualidade existentes e adotados pelos laboratórios da saúde do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), por meio de uma revisão de literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do controle de qualidade

A garantia da qualidade de um produto foi introduzida em indústrias e comércios antes mesmo da Revolução Industrial em 1760, e os produtos tinham que ser inspecionados junto ao cliente, e alí, era verificado se havia algum defeito ou falha na produção. Ao passar da Revolução Industrial, este cenário mudou, foram criados departamentos especializados para cada etapa de produção (Galende *et al.*, 2014; Gonçalves *et al.*, 2020).

O controle de qualidade apura a qualidade do produto final, assegura que está dentro dos padrões exigidos por meio de uma análise padronizada. A garantia de um produto em excelência, deve manter o controle em qualidade de todo o processo de produção, e também do produto final, ao manter o constante aprimoramento dos setores da instituição ou organização, reduzir o tempo de produção do laudo, minimizar o desperdícios de materiais, manter a padronização do procedimento, a qualidade do ambiente, dos insumos utilizados e

consequentemente do produto final. (Lachman *et al.*, 2001; ABNT, 2008; Gonçalves *et al.*, 2020).

2.2 Controle e gestão de qualidade em laboratório de saúde

A gestão eficaz dos laboratórios depende de uma compreensão dos princípios de controle de qualidade e garantia do produto. Quando usados de forma eficaz, estes processos reduzem o risco da emissão de laudos não confiáveis aos pacientes e promovem a melhoria da qualidade. Os laboratórios cientes das diretrizes visam reduzir acidentes e estabelecer um diagnóstico com uma boa interpretação dos resultados (Badrik, 2021).

Uma abordagem comum na gestão de qualidade é a implementação de sistemas baseados em normas reconhecidas internacionalmente, como a ISO 9001. Estudos recentes têm destacado a importância dessa norma na padronização de processos, controle de documentos, rastreabilidade de resultados e garantia da qualidade em laboratórios de ensino e pesquisa (Neto *et al.*, 2019).

A Norma Regulamentadora nº 6, com última alteração dada pela Portaria n. 877, de 24 de outubro de 2018, informa sobre o uso dos EPI's (equipamentos de proteção individual) a todo indivíduo que trabalha em um ambiente de risco e o modo de utilização desses equipamentos, para evitar ameaças a sua segurança e consequentemente a sua saúde. Alguns riscos presentes na prática laboratorial é a utilização de perfurocortantes como tesouras, agulhas, pinças, bisturis que podem levar ao indivíduo a se contaminar ou mesmo se ferir. A manipulação de substâncias voláteis, sem a utilização de um exaustor e de uma máscara podem resultar na contaminação do ambiente e na inalação de tais substâncias, e levar a intoxicação desse trabalhador (ABNT, 2018; Pimentel; Thomé, 2021).

O controle de qualidade em laboratórios de saúde verifica aspectos internos e externos, que tem o objetivo de validar ou não os resultados qualitativos e quantitativos, ou seja, completos e sem erros. Nesta avaliação, observam-se os manuais de equipamentos, procedimentos, fluxogramas e políticas do próprio laboratório. O Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ) é um conjunto de ações que visam garantir a precisão dos resultados e a verificação dos parâmetros que continuamente intervêm no processo. Este deve ser constante e permanente em todas as atividades do laboratório (Santos; Trevisan, 2021).

As atividades laboratoriais são divididas em três fases: a pré-analítica, que consiste no preparo do paciente, identificação, coleta, processamento e armazenamento; fase analítica, que é a execução dos testes e a interpretação dos resultados, durante a qual são analisados os

métodos utilizados antes de entrar na rotina quanto ao tipo de amostra, duração do teste, exatidão, precisão, sensibilidade dos resultados; e pós-analítica, que se inicia após a análise quantitativa e/ou realização de análises qualitativas dos resultados obtidos e finaliza com a apresentação de um relatório (Santos; Trevisan, 2021).

O esperado em uma equipe de profissionais capacitados é observar, projetar experimentações, testar rapidamente e propor soluções. Criar gerenciamento de projetos fortes, habilidades em análise de dados, comunicação e facilitação, treinar especialistas em métodos de inovação, que tenham características como empatia profissional e colaboração. A equipe é composta por profissionais com experiência (ANVISA, 2005).

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão de literatura, que consiste em uma pesquisa de artigos nas bases de dados *NCBI* (National Center for Biotechnology information), *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*) e *Scopus*. Durante a pesquisa aplicou-se os descritores combinados (Decs/Mesh): *Quality management OR Quality control OR Quality AND laboratory OR university laboratory OR research Center AND NO laboratory clinic ·NOT “review” NOT “meta-analysis” NOT “case report”* e obteve-se uma quantidade de 895 artigos.

Os critérios de exclusão foram: artigos com mais de cinco anos de publicação, artigos de revisão de literatura, revisão sistemática, ciênciometrias, meta-análises, artigos com qualquer objetivo que não se relacionasse na aplicação do controle de qualidade em laboratório universitário ou de ensino e pesquisa. Para análise e processamento dos dados, serão utilizados os aplicativos do Excel[®].

4 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Após a pesquisa primária foi obtido um total de 895 artigos, ao realizar a leitura dos títulos e resumos dos artigos, foram excluídos 770 artigos e assim obteve-se 125 artigos. Foi realizada a leitura dos artigos na íntegra, e foram excluídos 105 artigos. Totalizando 20 artigos condizentes com os critérios de inclusão/exclusão. O intuito da utilização deste método foi de impedir possíveis inconsistências e manter a qualidade dos dados. O Quadro 1

descreve os diferentes métodos de controle de qualidades com as vantagens e desvantagens de cada um.

Quadro 1 - Descrição de diferentes métodos de controle de qualidades com as vantagens e desvantagens de cada um

Autor/ Ano	Método	Aplicação	Vantagens	Desvantagens
Hewera <i>et al.</i> , 2020.	Software eLabFTW	Controle Documental	Criptografia forte e base de código moderna (somente ELN com classificação A+ no observatório da Mozilla), carimbo de data e hora de experimentos compatível com RFC 3161, desenvolvido pela comunidade por meio de voluntários (por cientistas, para cientistas) e compatível com todos os navegadores comuns (também móveis).	Todos os colaboradores envolvidos devem conhecer de informática avançada.
Dong <i>et al.</i> , 2021.	Capacidade potencial do processo (C_p) e Capacidade efetiva do processo (C_{pk})	Avaliação de insumos e processos	Descobrem problemas com ensaios por meio de análises abrangentes de ambos os parâmetros coletados de laboratórios de cadeia e comparando C_p e C_{pk} entre dados coletados de um único centro e os valores padrão nos 20% principais. Melhora a precisão e a veracidade dos testes.	Pode ser influenciada pelas especificações de qualidade dos laboratórios envolvidos na comparação, a divisão artificial de “outliers” nas estatísticas e o número de laboratórios no grupo de comparação, falso positivo, ou falso negativo ocorreria. É necessário Software comercial como Unity Real Time.
Poh <i>et al.</i> , 2021	Média móvel simples, média móvel ponderada, média móvel ponderada exponencialmente.	Controle e detecção de erros de equipamentos e insumos	A partir dos gráficos da função potência, em comparação com as regras de Westgard, todos os três algoritmos de média móvel apresentaram melhor probabilidade de detecção de erros. Além disso, eles também tiveram ANEed mais baixo em comparação com as regras de Westgard. As taxas de falsos positivos foram comparáveis entre os algoritmos de média móvel e as regras de Westgard (todos <0,5%).	Avaliação única pode possibilitar viés de erro em detrimento da variação de lote de equipamentos e insumos.

Cheng-Yu, <i>et al.</i> , 2022	Precisão de emparelhamento de cadeia e monitoramento de contaminação cruzada de amostras	Controle interno comparativo.	Metodologia simples com uso de duas alíquotas com duas amostras clonais de tecidos diferentes. Além disso, elaboração de banco de dados para pesquisas futuras; Ex.: Utilização de métodos de reprodução celular.	Compromisso estatístico por conta das amostras não serem clones reais; Risco de contaminação por PCR, colocando em risco todo o controle de qualidade de uma pesquisa; necessidade de pessoal especializado para criação de um banco de dados.
Gravano <i>et al.</i> , 2020	Controle remoto de qualidade de laboratórios de recursos compartilhados.	Controle de equipamentos	Independência e transparência com o cliente, possibilidade de autoatendimento do cliente e uma menor quantidade de pessoal no laboratório. Possibilidade de promover o controle de qualidade de forma compartilhada.	Dependência de múltiplos meios de comunicação; Disponibilização de POP's escritos e em vídeo para treinamento de pessoas para autoatendimento.
Verdeiro <i>et al.</i> , 2019	Avaliação externa e controle de qualidade em laboratório.	Controle externo comparativo	Minimiza o risco de erros por meio de várias avaliações de um mesmo material por laboratórios diferentes, dessa forma diversos avaliadores externos podem apresentar suas análises que devem apresentar uma reprodutibilidade dos resultados da amostra em questão.	Criação de uma equipe de laboratórios diferentes para análises de materiais para verificação de reprodutibilidade. Necessidade de disponibilização de protocolos padrões para todos os laboratórios participantes e mostras avaliadas. Cuidado na fase pré-analítica como transporte e armazenamento das amostras para garantir reprodutibilidade de resultados.
López <i>et al.</i> , 2021	Biomonitorização humana com objetivo de criar uma rede de laboratórios que forneçam dados analíticos comparáveis de alta qualidade.	Comparação de biomarcadores de um mesmo indivíduo em laboratórios distintos.	Considerada padrão ouro para avaliar exposição real a contaminantes, compartilhamento de informações de pacientes com laboratórios interligados.	Ausência de uma plataforma comum de laboratórios de biomonitoramento humano para padronização de protocolos; Poucos fornecedores de testes de proficiência para biomarcadores HBM; Dados fragmentados e ainda pouco comparáveis.

Fonte: autoria própria.

Hewera *et al.* (2020) implementaram o Software *eLabFTW*[®], banco de dados para os procedimentos e processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e armazenamento

digital de diários de laboratório, como um controle documental. Neste software foi introduzido Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) e documentos do laboratório, bem como um biobanco gerenciado pelos servidores. O grande problema com o software e sua implementação é o treinamento e costume dos colaboradores, pois é necessário que cada informação seja fidedigna.

Dong e colaboradores (2021) estabeleceram uma nova forma de avaliação da precisão e da veracidade dos ensaios e testes. O convencional é a implantação do controle interno baseado no coeficiente de variação (CV) usando as ferramentas de regras padrão de Westgard, ou do controle externo, ensaio de proficiência. Assim, implementaram o índice de Capacidade potencial do processo (C_p) e índice de Capacidade efetiva do processo (C_{pk}). Pois, como já relatado por Aslam e colaboradores (2013), quanto maior forem os valores dos índices de capacidade do processo, maior será número de produtos que podem ser produzidos dentro das especificações permitidas.

Em contrapartida, Poh *et al.* (2021) utilizaram outra metodologia para avaliar a precisão e a veracidade dos ensaios. A aplicação de um algoritmo SMA (média móvel) que melhorou a detecção sistemática de erros em comparação com as regras de Westgard. A aplicação de algoritmos SMA pode simplificar a estratégia de controle interno da qualidade dos laboratórios.

Cheng-Yu *et al.* (2022) testaram dois métodos de reprodução celular com o uso do controle interno comparativo. Um simples com uso de duas alíquotas com duas amostras clonais de tecidos diferentes. Além disso, elaboração de banco de dados para pesquisas futuras.

Gravano *et al.* (2020) descreveram uma forma de realizar um controle de qualidade efetivo em casos de redução de quadro de colaboradores presenciais (como na pandemia de COVID-19). Expõem a ideia de autoatendimento do consumidor a fim de reduzir a morosidade do processo, por meio de um treinamento da empresa de forma rápida e intuitiva por meio de POP's escritos e vídeos. Há também a necessidade de oferta de um suporte remoto e em último caso presencial, para que de forma alguma o cliente faça algo que não é esperado pela equipe laboratorial.

Verderio *et al.* (2019) apresentaram um esquema de avaliação externa da qualidade nas quais uma rede de laboratórios realizou uma análise de um mesmo material e com padronização de valores de referência. Forma ideal para verificação da qualidade analítica e reprodutível, para que essa metodologia seja realizada com eficácia é necessária a idealização de um protocolo padrão para que todos os laboratórios envolvidos na avaliação externa de

qualidade tenham as mesmas condições de análise. É necessário ainda um banco de dados para comparação dos resultados das amostras examinadas e que a comparação de resultados seja realizada de forma periódica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, foram evidenciados os métodos de controle de qualidade que podem ser aplicados a laboratórios de ensino e pesquisa, a exemplo de métodos comparativos de amostra, que tem grande confiabilidade de resultados. Evidenciou-se que os métodos mais utilizados em laboratórios de pesquisa são controle documental, controle de insumos e processos, controle de detecção de erros de insumos e equipamentos, controle externo comparativo, controle interno comparativo. Assim, todos esses métodos realizados de forma sistemática garantem resultados confiáveis.

REFERÊNCIAS

ASLAM, M. *et al.* Inspeção de amostragem variável para lotes reenviados com base no índice de capacidade do processo Cpk para itens normalmente distribuídos. **Modelo matemático de aplicação**. v. 37, p. 667-675, 2013.

BADRICK, T. Integrando controle de qualidade e garantia de qualidade externa. **Revista Clinical biochemistry**. v. 95, p. 15-27, 2021.

BERLITZ, F. A. Controle da qualidade no laboratório clínico: alinhando melhoria de processos, confiabilidade e segurança do paciente. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 46, n. 5, p. 353-363, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005. Dispõe sobre regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Brasília (DF): **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2005.

CHANDRA. S. *et al.* Analytical and Post Analytical Phase of an ISO 15189:2012 Certified Cytopathology Laboratory-A Five Year Institutional Experience. **J Cytol.**, v. 39, p. 37-43, 2022.

CHUNG, C. Y. *et al.* Quality Control: Chain Pairing Precision and Monitoring of Cross-Sample Contamination: A Method by the AIRR Community. **Methods Mol Biol.** v. 2. p. 423- 437, 2022.

DE ARRUDA A. I. B. *et al.* Análise da gestão da qualidade em uma indústria de alimentos em Caruaru - PE: estudo sobre a utilização das ferramentas da qualidade. **Encontro Nacional De Engenharia De Produção**, [S. L.], p. 35-55, 3 out. 2016.

DIAS, V. S.; BARQUETTE, F.; BELLO, A. R. “Padronização da qualidade: alinhando melhorias contínuas nos laboratórios de análises clínicas.” **RCBAC**. v. 49, n. 2, p. 164-169, 2017.

DONG, P. *et al.* Utility of process capability indices in assessment of quality control processes at a clinical laboratory chain. **J Clin Lab Anal.**, v. 35, p. e23878, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/journal/10982825?journalRedirectCheck=true>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GRAVANO, D. M. *et al.* Solutions for Shared Resource Lab Remote Quality Control and Instrument Troubleshooting during a Pandemic. **Cytometry A.**, v. 99, n. 1, p. 51-59, 2021.

HEWERA, M. N. A. C. *et al.* An inexpensive and easy-to-implement approach to a Quality Management System for an academic research lab. **F1000Res**.v 30. p 660. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-ndc-n-390-de-26-de-maio-de-2020-258911913>. Acessado em 02 de março de 2023.

LIMA-OLIVEIRA, G.; *et al.* Pre-analytical phase management: a review of the procedures from patient preparation to laboratory analysis. **Scand J Clin Lab Invest**. v. 77, p. 153-163, 2017.

LIZARDO, C.; RIBEIRO, P. A importância da gestão da qualidade e aplicação das suas ferramentas na logística com vista à satisfação dos clientes. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 28, p. 3-28, 31 jul. 2020.

LÓPEZ. E, M. *et al.* The European human biomonitoring platform - Design and implementation of a laboratory quality assurance/quality control (QA/QC) programme for selected priority chemicals. **Int J Hyg Environ Health**. v. 234, n. 1. p. 51-59, 2021.

OLIVEIRA, A. *et al.* Desempenho das Funções dos Técnicos Coordenadores de Análises Clínicas e de Saúde Pública da Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. **Bioanálise**, ano II. n. 2, 2005.

PIMENTEL, R. M. S.; THOMÉ, S. M. G. Equipamento de Proteção Individual na educação profissional: sensibilizar para prevenir acidentes e promover saúde. **Revista Sustinere**, v. 9, p. 514-536, 2021.

PLEBANI, M. Clinical laboratory: bigger isn't always better. **Diagnosis**.v. 5, p 41-46, 2018.

PLEBANI, M. The quality indicator paradox. **Clin Chem Lab Med.**, v. 54, p. 1119-1122, 2016.

POH, D. K. H. *et al.* Internal quality control: Moving average algorithms outperform Westgard rules. **Clin Biochem.**, v. 98, p. 63-69, 2021.

SANTOS, K. A; TREVISAN, M. A importância do controle de qualidade nos laboratórios de análises clínicas – Uma revisão integrativa. **PubSaúde**, n. 1 ,p. a168, 2021.Disponível em: <https://pubsaude.com.br/>

THEODOROU, D; GIANNELLOS. P. Medical laboratory quality systems - a management review. **Int J Health Care Qual Assur.**, v. 28, n. ,p. 267-73, 2015.

VERDERIO, P. *et al.* Methodological and statistical issues in developing an External Quality Assessment scheme in laboratory medicine: Focus on biomarker research. **N Biotechnol.**,v. 52, n. 25, p. 54-59, 2019.

**TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A DOENÇA
DE HUNTINGTON: uma análise cienciométrica**

*Jorge Armando Pereira de Godoy*¹

*Jakeline Soares Fortes*²

RESUMO: Conhecida por provocar sintomas característicos como movimentos motores involuntários e transtornos psiquiátricos, além de um sofrimento devastador nos familiares e amigos da pessoa afetada, a doença de Huntington é uma doença genética neurodegenerativa causada por uma mutação no gene HTT. O objetivo da presente pesquisa foi analisar as publicações científicas disponíveis sobre a doença, por meio de uma revisão cienciométrica de artigos científicos. Foi realizada uma pesquisa no bando de dados *Pubmed*, onde foram encontrados um total de 3.005 artigos, 2.882 artigos foram excluídos e 123 artigos foram aceitos. Destes, um total de 791 autores foram identificados e cada publicação contava com em média 8,23 colaboradores. Squitieri F. publicou 8 estudos e foi possível observar que o tamanho das repetições CAG variaram e que houve uma relação inversamente proporcional entre o número de repetições CAG e a idade com que os indivíduos desenvolveram os primeiros sintomas da Doença de Huntington.

PALAVRAS-CHAVE: Gene HTT. Mutação Genética. Huntingtina.

1 INTRODUÇÃO

A doença de Huntington se encontra no grupo das doenças neurodegenerativas, com padrão de herança autossômico dominante (Taran *et al.*, 2020). A mutação que gera o desenvolvimento e a progressão da doença, ocorre no cromossomo 4, no gene HTT. Este gene é incumbido de conter as informações genéticas necessárias para a tradução de uma proteína chamada huntingtina (Wiggins; Feigin, 2021). Esta proteína desempenha diferentes funções no organismo humano, uma delas é ter uma importância fundamental na formação e diferenciação neural e na conexão entre os neurônios (Difiglia *et al.*, 1995; Godin *et al.*, 2010; Nguyen *et al.*, 2013; Jimenez-Sanchez *et al.*, 2016).

O desenvolvimento clínico da doença de Huntington depende da quantidade de repetições do códon CAG que o indivíduo apresenta em seu gene, uma quantidade superior a 39 significa o surgimento da DH, uma quantidade inferior a 39 o indivíduo pode vir a desenvolver ou não os sintomas, ambas as chances equivalentes. O gene considerado

¹ Estudante do curso de Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: jp745849@gmail.com.

² Professora Instrutora I do Centro Universitário Alfredo Nasser e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade Federal de Goiás.

selvagem apresenta um número de repetição do códon igual ou inferior a 35, neste caso, sem expressão da doença (Wiggins; Feigin, 2021).

Não existe uma previsão exata de quando um indivíduo portador do gene *mHTT* irá manifestar os sintomas da DH, geralmente isso ocorre entre os 35 e 45 anos de idade; contudo isso não é uma regra, essa idade varia de acordo com a quantidade de repetições do códon CAG que o indivíduo apresenta. A doença quando diagnosticada em idade precoce está associada a um número maior de repetições de CAG (Talukder *et al.*, 2021). A gravidade dos distúrbios decorrentes da DH irá variar com a idade em que se manifestam (Andresen *et al.*, 2006).

Os genes são os grandes responsáveis por deter as informações que irão produzir as proteínas que são componentes fundamentais para o bom funcionamento do organismo humano, porém quando existe uma mutação em um desses genes, a proteína que antes era a responsável por uma determinada função benigna adquire um teor tóxico para um tecido ou órgão, se tornando a precursora de uma doença (Talukder *et al.*, 2021). Na DH acontece a formação de uma tríade que irá destruir progressivamente o indivíduo, em decorrência do sistema afetado ocorre um desequilíbrio motor, cognitivo e comportamental (Wiggins; Feigin, 2021).

A característica mais marcante da doença de Huntington são os movimentos que ocorrem de forma involuntária por todo o corpo, esse quadro recebe o nome de Coreia, o indivíduo vai lentamente perdendo o controle motor de seu corpo, como consequência da morte dos neurônios espinhosos médios (Plotkin; Surmeier, 2015; Wyant; Ridder; Dayalu, 2017). A gravidade do comprometimento cognitivo é variável, desencadeando uma dificuldade para o processamento de informações, lentidão cognitiva, incapacidade de aprender coisas novas devido à perda de memórias de curto prazo, presença de problemas na execução de atividades por parte do indivíduo e comprometimento da capacidade viso espacial cerebral (Ghosh; Tabrizi, 2013; Papoutsi *et al.*, 2014).

Os problemas psiquiátricos/comportamentais podem ocorrer antes ou durante a manifestação completa da doença de Huntington (Tabrizi *et al.*, 2013). Os sintomas envolvem desde ansiedade e depressão, até TOC e transtornos psicóticos (Talukder *et al.*, 2021). A apatia é um dos sintomas que progridem com o passar dos anos (Tabrizi *et al.*, 2013). Em contrapartida sintomas como a depressão, ansiedade e irritabilidade tem os seus efeitos controlados devido a prescrição de medicamentos com considerada eficácia (McColgan; Tabrizi, 2017).

A doença de Huntington uma vez manifesta, os sintomas progridem de forma ininterrupta levando o indivíduo a necessitar de cuidados em tempo integral devido a evolução do quadro clínico neurodegenerativo (McColgan; Tabrizi, 2017; Wyant; Ridder; Dayalu, 2017). Após o diagnóstico o paciente vive mais ou menos 20 anos, a DH não tem cura e seu prognóstico final é a morte (Wyant; Ridder; Dayalu, 2017). Tendo em vista o prognóstico, tratar de alguns sintomas como a coreia e alguns psíquicos/comportamentais é a única opção enquanto não surti nenhum tratamento terapêutico capaz de retardar a evolução da doença de Huntington (Wyant; Ridder; Dayalu, 2017).

Ao realizar um levantamento dos artigos científicos em torno da Doença de Huntington, analisando de forma quantitativa as produções para obter dados concretos e estatísticos sobre a doença, é possível conhecer os avanços conquistados pela ciência em relação a ela, a preocupação mundial com a DH observando a quantidade de estudos e produções científicas realizadas atualmente a abordando como tema central, assim como os países que mais promovem conhecimento e discussões sobre esse assunto, bem como aqueles que são mais afetados por esta condição, por fim, sendo capaz de analisar os possíveis tratamentos e perspectivas futuras sobre a Doença de Huntington. A partir disso, busca-se responder a seguinte problemática, os avanços da ciência em relação a Doença de Huntington desde sua descoberta aproximam de sua cura?

Com tudo isso, identificar o avanço científico a respeito da Doença de Huntington e os métodos de tratamento da população afetada descrita na literatura por meio de uma revisão cienciométrica, se torna o objetivo.

2 METODOLOGIA

Este projeto tem como metodologia a elaboração de uma revisão cienciométrica de artigos científicos publicados e disponíveis no banco de dados *Pubmed*. Além da busca, será realizada a seleção de trabalhos que investiguem Doença de Huntington e que abordem dados em relação a etiologia, epidemiologia e tratamento da doença.

Foi realizada uma pesquisa no bando de dados *Pubmed*, utilizando o método de busca (“huntington disease “OR” huntington korea”) AND HTT, onde foram encontrados um total de 3.005 artigos relacionados, após isso estes artigos foram salvos e incorporados ao software Rayyan. Foi estabelecido após todas as análises uma análise quantitativa dos países que mais tem publicado ao longo dos anos sobre a doença e um levantamento sobre os principais

tratamentos e seus desfechos nas populações analisadas. Para análise e processamento dos dados, foi utilizado o aplicativo de tabulação Excel®.

No Rayyan, os artigos foram analisados para a seleção levando em consideração o conteúdo abordado, tipo de estudo e os objetivos da pesquisa. Ao final do processo de seleção um total de 2.882 artigos foram excluídos e 123 aceitos. Como resultado da análise, 123 artigos foram incluídos e a partir deles dados estatísticos foram produzidos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O período de publicações dos trabalhos variou entre 1993 e 2023, tendo oscilações significativas durante os anos de publicação, ficou evidente que os anos com os maiores números de publicação sobre o tema foram 2016 e 2017 com 11 e 13 artigos respectivamente, em paralelo a isso observa-se que a partir dos anos 2000 um aumento nas produções científicas em torno da doença de Huntington e outras doenças de caráter genético se tornou uma realidade, isso deve-se aos conhecimentos adquiridos com a conclusão do Projeto Genoma Humano (Góes; Oliveira, 2014; Corrêa, 2002). O ano de 1993 se consolidou como o que teve o maior número de citações e isso se justifica pelo trabalho de Nørremølle *et al.*, associando o comprimento das repetições CAG com a idade de início da DH.

Um total de 791 autores foram identificados nos artigos, e cada publicação contava com em média 8,23 colaboradores, dentre todos eles o italiano Squitieri F. colaborou com 8 estudos sobre a Doença de Huntington, recebendo destaque pelos seus trabalhos principalmente o estudo epidemiológico da DH no seu país natal. 15,45% dos artigos analisados contaram com a participação de mais de um país, Estados Unidos da América e Espanha assumiram o protagonismo mundial quando o assunto é países que mais publicaram sobre a DH, com respectivas 97 e 57 publicações. Essa característica se deve aos investimentos em pesquisas que ocorrem nestas nações (Negri; Squeff, 2014; Squeff; Alves; Barcelos, 2017).

Foram levantadas 504 palavras-chaves, porém algumas assumiram o topo do ranking de utilização nos artigos, são elas: Humanos; Macho; Fêmea; Meia – Idade e Adulto, refletindo principalmente nos aspectos da própria doença de Huntington, tendo em vista que ela afeta humanos em todo o planeta sem distinção de sexo, e é mais frequente em adultos do que em crianças. A principal instituição vinculada a publicações de artigos foi a *University Of Auckland* com 37 participações, por último foi observado os periódicos que mais aceitaram e

publicaram produções sobre a DH, e ficou nítido que não existe grandes diferenças entre a quantidade de publicações por periódicos.

Nos artigos selecionados o tamanho das repetições CAG transitaram entre curtas e longas, sendo que os comprimentos mais frequentes estavam na casa das 40 repetições, alguns estudos fizeram correlação entre o comprimento CAG e a idade de início dos sintomas da doença.

Foram encontrados 3 artigos que se dedicaram a análise da população brasileira, o primeiro deles publicado em 2012, investigou indivíduos de diferentes localidades do país como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, contando com 61 participantes neste estudo, 55,3% os participantes tiveram sintomas antes dos 49 anos de idade, um dos indivíduos era natural da Ervália e contava com 27 e 48 CAG e apresentou as manifestações clínicas aos 28 anos de idade. A herança paterna para a doença foi de 55,3% e o tamanho médio das repetições CAG para este estudo foi de 42,5. O segundo estudo publicado em 2015, foi conduzido na cidade de Ervália, estado de Minas Gerais e contou com 32 participantes, 20 deles tinham a mutação para a doença de Huntington, a idade média para o início dos sintomas foi de 42,76 anos e as repetições CAG foram de 40 a 54. Se apoiando em dados do IBGE e em seus próprios achados, os pesquisadores chegaram em uma prevalência mínima de 7,2/10.000.

O terceiro e último estudo realizado no país em 2020, investigou e caracterizou a doença em Manaus, capital do estado do Amazonas, 33 dos 45 indivíduos participantes tinham a alteração promotora da doença, 19 deles eram homens, 26 já tinham a patologia estabelecida, o tamanho médio das repetições CAG foi de 46,6. 2 casos de doença de Huntington Juvenil foram relatados, com sintomas manifestos antes dos 20 anos de idade, por fim, com base nas informações fornecidas pelos indivíduos, pode-se inferir que a alteração responsável pela doença de Huntington neste estado é proveniente de outras localidades do país, como o Nordeste por exemplo.

Em 2019 foi publicado um artigo que na presente análise, apresentou o maior número de indivíduos analisados, totalizando 14.196 indivíduos analisados, com idade entre 18 a 99 anos de idade, onde destes 56,3% eram do sexo feminino. Deste grupo, 1.520 mostraram repetições na faixa intermediária em um gene que está associado à doença de poliglutamina, 190 tinham a expressão dentro da faixa responsável por desencadear a doença, onde nesta população obteve-se uma prevalência de 10,7% entre aqueles com alelo no tamanho intermediário e 1,3% entre os doentes.

O primeiro estudo publicado sobre o tema foi realizado por Nørremølle et al., (1993) neste estudo, foi avaliado 71 indivíduos diagnosticados com a doença, onde destes, em 52 indivíduos foi observado a relação entre o tamanho das repetições CAG e a idade do começo dos sintomas, a idade variou entre 16 e 63 anos de idade, onde 9 indivíduos apresentaram sintomas apenas após os 51 anos, e com comprimento de repetições até 41 e somente 1 tinha o comprimento CAG maior que 41. Quatro indivíduos apresentaram uma quantidade maior ou igual a 55 CAG repetições e apresentaram sintomas antes dos 30 anos de idade, e no grupo, indivíduos que tiveram o início dos sintomas aos 22 as repetições CAG variaram entre 40 e 52. Com base nesses dados e observações Nørremølle et al., chegaram à conclusão de que existe uma relação inversamente proporcional entre o número de repetições CAG e a idade com que o indivíduo desenvolve os primeiros sintomas da Doença de Huntington.

O segundo estudo publicado em torno da doença em 1994, Novelletto *et al.* lançaram mão de 2 métodos distintos para determinar as repetições CAG. O primeiro método abarcou a tipagem de um total de 163 indivíduos, enquanto que o segundo método quantificou 88 tipagens. Um total de 55 indivíduos foram submetidos aos dois métodos; sendo 47 cromossomos mutantes e 66 saudáveis, destes normais, um montante de 6% carregavam um fragmento muito expressivo de CCG, desta forma essa presença anormal ou anormalidades de ligação nos trechos CCG e CAG, tem significância consideravelmente elevada. A deleção A2642 no gene HTT foi notado em 18,6% dos cromossomos mutantes, mas não houve diferença na idade de início ou número de repetições CAG na presença ou ausência desta deleção.

Os artigos selecionados tiveram em sua grande maioria como objeto de estudo, análise e observação indivíduos adultos que muitas vezes pertenciam a famílias distintas, as idades são variáveis, contudo aqueles com mais de 20 anos de idade foram os mais frequentes nas publicações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doença de Huntington é provocada pelo aumento das repetições CAG no gene HTT encontrado no cromossomo 4 em decorrência de mutação neste gene e o comprimento dessas repetições se relaciona com a idade de início dos sintomas. Alguns fármacos tem um potencial considerável para melhorar a vida do portador, além de diminuir alguns sintomas, dentre eles fármacos imunológicos como: Minociclina, canabinóides, Laquinimod, inibidores de TNF- α ,

Anticorpos Monoclonais (SEMA); fármacos que modulam a epigenética como: Fenilbutirato, Butirato de sódio, Inibidor HDACi 4b, Tubastatina A; fármacos que impedem acúmulo ou destruição de mHTT como: Cistamina, Vermelho Congo, Crisamina G;

O tratamento mais eficaz e que se mostra promissor não só para a doença de Huntington é a terapia gênica, mas enquanto ela não vem opções secundárias como oligonucleotídeos antisense (ASOs) na supressão genética estão sendo estudadas e testadas. No diagnóstico os métodos utilizados foram PCR, testes de DNA, teste de sequenciamento de DNA, ressonância magnética, exames clínicos, e além desses testes e exames a história familiar e clínica do indivíduo se mostrou muito relevante no direcionamento do diagnóstico.

A doença de Huntington é rara, acomete um total de 0,42 a 17,2 a cada 100.000 pessoas pelo mundo. 10,6 a 13,7 a cada 100.000 indivíduos é a prevalência no ocidente. Já no Brasil a prevalência mínima foi estabelecida em cerca de 7,2 a cada 10.000 indivíduos. Outros fatores, além dos genéticos podem interagir com a DH e agravar o quadro, a exemplo disso, alguns artigos relatam situações como a disbiose, neuroinflamação favorecida por células Th 17.1 e diabetes mellitus tipo 2.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, L. A. *et al.* Clinical and genetic investigation of a Brazilian family with Huntington's disease. **Functional neurology**, Itália, v. 31, ed. 3, p. 135-142, jul.-set. 2016. DOI 10.11138/fneur/2016.31.3.135. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27678206/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

AGOSTINHO, L. A. *et al.* A Study of a Geographical Cluster of Huntington's Disease in a Brazilian Town of Zona da Mata, Minas Gerais State. **European neurology**, Suíça, v. 74, ed. 1-2, p. 62-68, 2015. DOI 10.1159/000434630. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26202874/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ANDRESEN, J. M. *et al.* The relationship between CAG repeat length and age of onset differs for Huntington's disease patients with juvenile onset or adult onset. **Annals of human genetics**, Oxford, v. 71, ed. 3, p. 295-301, maio 2007. DOI 10.1111/j.1469-1809.2006.00335.x. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17181545/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BAIG, S. S.; FORTE, M.; QUARRELL, O. W. The global prevalence of Huntington's disease: a systematic review and discussion. **Neurodegenerative disease management**, Londres, v. 6, ed. 4, p. 331-343, ago. 2016. DOI 10.2217/nmt-2016-0008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27507223/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BATES, G. P. *et al.* Huntington disease. **Nature reviews**. Disease primers, Londres, v. 1, n. 15005, p. 1-21, abril 2015. DOI 10.1038/nrdp.2015.5. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27188817/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRITO, D. V. *et al.* Genetic analysis of Huntington's disease in a population from the Brazilian Amazon. **Parkinsonism & related disorders**., Inglaterra, v. 78, p. 94-95, set. 2020. DOI 10.1016/j.parkreldis.2020.07.013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32771600/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CORRÊA, M. V. O Admirável Projeto Genoma Humano. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 2, p. 277-299, dez. 2002. DOI 10.1590/S0103-73312002000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/sKvpbGwcTGYK8PgcvW5zjrL/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2023.

DIFIGLIA, M. *et al.* Huntingtin is a cytoplasmic protein associated with vesicles in human and rat brain neurons. **Neuron**, Cambridge, v. 14, ed. 5, p. 1075-1081, maio 1995. DOI 10.1016/0896-6273(95)90346-1. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7748555/>. Acesso em: 8 maio 2022.

FISHER, E. R.; HAYDEN, M. R. Multisource ascertainment of Huntington disease in Canada: prevalence and population at risk. **Movement disorders: official journal of the Movement Disorder Society**, Nova York, v. 29, ed. 1, p. 105-114, janeiro 2014. DOI 10.1002/mds.25717. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24151181/>. Acesso em: 14 maio 2022.

GHOSH, R.; TABRIZI, S. J. Clinical aspects of Huntington's Disease. **Current topics in behavioral neurosciences: Behavioral neurobiology of Huntington's disease and Parkinson's disease**, Heidelberg, v. 22, p. 3-31, agosto 2013. DOI 10.1007/7854_2013_238. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23975844/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GODIN, J. D. *et al.* Huntingtin is required for mitotic spindle orientation and mammalian neurogenesis. **Neuron**, Cambridge, v. 67, ed. 3, p. 392-406, agosto 2010. DOI 10.1016/j.neuron.2010.06.027. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20696378/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

GÓES, A. C. S.; OLIVEIRA, B. V. X. Projeto Genoma Humano: um retrato da construção do conhecimento científico sob a ótica da revista Ciência Hoje. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 20, ed. 3, p. 561-577, jul.-set. 2014. DOI 10.1590/1516-73132014000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/6NMQtBZN8C98xyFcZSgsWFn/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2023.

MCCOLGAN, P.; TABRIZI, S. J. Huntington's disease: a clinical review. **European journal of neurology**, Oxford, v. 25, ed. 1, p. 24-34, jan. 2018. DOI 10.1111/ene.13413. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28817209/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MORRISON, P. Prevalence estimates of Huntington disease in caucasian populations are gross underestimates. **Movement disorders: official journal of the Movement Disorder Society**, Londres, v. 27, ed. 13, p. 1707-1708, nov. 2012. DOI 10.1002/mds.25266. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23192932/>. Acesso em: 7 maio 2022.

NGUYEN, G. D. *et al.* Selective roles of normal and mutant huntingtin in neural induction and early neurogenesis. **PloS one**, São Francisco, v. 8, n. e64368, ed. 5, maio 2013. DOI 10.1371/journal.pone.0064368. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23691206/>. Acesso em: 8 maio 2022.

NØRREMØLLE, A. *et al.* Trinucleotide repeat elongation in the Huntingtin gene in Huntington disease patients from 71 Danish families. **Human molecular genetics**, Inglaterra, v. 2, ed. 9, p. 1475-1476, set. 1993. DOI 10.1093/hmg/2.9.1475. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8242074/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NOVELLETTO, A. *et al.* Polymorphism analysis of the huntingtin gene in Italian families affected with Huntington disease. **Human molecular genetics**, Inglaterra, v. 3, ed. 7, p. 1129-1132, jul. 1994. DOI 10.1093/hmg/3.7.1129. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7981682/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAPOUTSI, M. *et al.* The cognitive burden in Huntington's disease: pathology, phenotype, and mechanisms of compensation. **Movement disorders: official journal of the Movement Disorder Society**, Nova York, v. 29, ed. 5, p. 673-683, abr. 2014. DOI 10.1002/mds.25864. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24757115/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PLOTKIN, J. L.; SURMEIER, D. J. Corticostriatal synaptic adaptations in Huntington's disease. **Current opinion in neurobiology**, Londres, v. 33, p. 53-62, ago. 2015. DOI 10.1016/j.conb.2015.01.020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25700146/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RAWLINS, M. D. *et al.* The prevalence of Huntington's disease. **Neuroepidemiology**, Basileia, v. 46, ed. 2, p. 144-153, jan. 2016. DOI 10.1159/000443738. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26824438/>. Acesso em: 7 maio 2022.

RAWLINS, M. Huntington's disease out of the closet?. **Lancet**, Londres, v. 376, ed. 9750, p. 1372-1373, out. 2010. DOI 10.1016/S0140-6736(10)60974-9. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20594589/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SABANDO, A. R. *et al.* Spanish HTT gene study reveals haplotype and allelic diversity with possible implications for germline expansion dynamics in Huntington disease. **Human molecular genetics**, Inglaterra, v. 32, ed. 6, p. 897-906, 15 mar. 2023. DOI 10.1093/hmg/ddac224. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9990985/>. Acesso em: 4 maio 2023.

SANCHEZ, M. J. *et al.* Huntington's disease: mechanisms of pathogenesis and therapeutic strategies. **Cold Spring Harbor perspectives in medicine**, Woodbury, v. 7, n. a024240, ed. 7, p. 1-22, jul. 2017. DOI 10.1101/cshperspect.a024240. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27940602/>. Acesso em: 8 maio 2022.

SQUEFF, F. H. S.; ALVES, C.; BARCELOS, C. Como a união europeia financia a pesquisa? **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasil, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7837/1/Radar_n50_como_a_Uni%C3%A3o.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

SQUEFF, F. H. S.; NEGRI, C. Investimentos em P&D do governo norte-americano: evolução e principais características. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasil, 2014. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/radar_36_11122014_cap_2.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

TABRIZI, S. J. *et al.* Predictors of phenotypic progression and disease onset in premanifest and early-stage Huntington's disease in the TRACK-HD study: analysis of 36-month observational data. **The Lancet. Neurology**, Londres, v. 12, ed. 7, p. 637-649, jul. 2013. DOI 10.1016/S1474-4422(13)70088-7. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23664844/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

TALUKDER, P. *et al.* Huntington's Chorea-a rare neurodegenerative autosomal dominant disease: insight into molecular genetics, prognosis and diagnosis. **Applied biochemistry and biotechnology**, Clifton, v. 193, ed. 8, p. 2634-2648, ago. 2021. DOI 10.1007/s12010-021-03523-x. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34235640/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TARAN, A. S. *et al.* Huntington's disease-an outlook on the interplay of the HTT protein, microtubules and actin cytoskeletal components. **Cells**, Basileia, v. 9, n. 1514, ed. 6, p. 1-20, jun. 2020. DOI 10.3390/células 9061514. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32580314/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WIGGINS, R.; FEIGIN, A. Emerging therapeutics in Huntington's disease. **Expert opinion on emerging drugs**, Londres, v. 26, ed. 3, p. 295-302, set. 2021. DOI 10.1080/14728214.2021.1962285. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34319843/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WYANT, K. J; RIDDER, A. J; DAYALU, P. Huntington's disease-update on treatments. **Current neurology and neuroscience reports**, Filadélfia, v. 17, n. 33, ed. 4, p. 1-11, mar. 2017. DOI 10.1007/s11910-017-0739-9. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28324302/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

**TRANSEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL NO BRASIL:
uma revisão integrativa da literatura**

Ayslan Rodrigues de Paiva

Júlio Cesar Borges

RESUMO: No Brasil, o diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero permite o acesso a tratamento pelo SUS. A transgeneridade desafia o binarismo de gênero e exige apoio social para a integração identitária não patologizada. Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre transexualidade e saúde mental no contexto brasileiro. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com busca em bases de dados científicas, focando em estudos relacionados à transexualidade e saúde mental no Brasil nos últimos 23 anos. A pesquisa revelou uma alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil, incluindo depressão, ansiedade e ideação suicida. Fatores como discriminação, estigma e acesso limitado aos serviços de saúde mental contribuem para essa situação. A dissonância de gênero, o ciclo de estigma e sofrimento, e o impacto da discriminação são fatores cruciais que afetam a saúde mental dessa população. A alta prevalência de transtornos mentais destaca a necessidade de intervenções específicas, incluindo tratamento psicoterapêutico culturalmente sensível, redução do estigma e criação de ambientes seguros. O acesso limitado aos serviços de saúde mental e a discriminação são desafios críticos. Conclui-se que a promoção da igualdade de gênero e do bem-estar psicológico das pessoas transexuais deve ser uma prioridade. Políticas inclusivas e programas de intervenção são essenciais para melhorar a saúde mental dessa comunidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: transexualidade; saúde mental; transtornos psiquiátricos; sistema único de saúde

1 INTRODUÇÃO

Compreender a relação entre transexualidade e saúde é entender os seus fatores de risco e proteção, assim como suas principais patologias e epidemiologia na especificidade de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma vez que, com a criação de uma política nacional de atenção à saúde LGBT que preconiza o atendimento integral pela Portaria no 2.836 (Brasil, 2013), torna-se evidente a necessidade de se falar da saúde mental desse grupo. De acordo com Peres (2008) a necessidade de estudos sobre o estado mental dessa população é extremamente necessária, haja vista que a discriminação e o preconceito, vivenciados por essa população diariamente, interferirá diretamente no processo de saúde-doença.

Compreender a relação entre transexualidade e saúde é fundamental para abordar os fatores de risco e proteção, bem como as principais patologias e epidemiologia entre usuários

do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da política nacional de atenção à saúde LGBT (Brasil, 2013). A discriminação e o preconceito enfrentados diariamente por essa população têm um impacto direto na saúde mental (Peres, 2008).

Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões independentes, com cisgênero e transgênero representando identificações com o gênero atribuído ao nascimento e identificações diferentes, respectivamente (Butler, 2004; Jesus, 2012). O SUS oferece assistência à transexualidade desde 2008, com prioridades definidas em 2013 (Brasil, 2013).

A transexualidade desafia o binarismo de gênero e requer apoio social para promover a integração não patologizante na sociedade (Bomtempo; Mendes, 2020). O desconforto causado pela discordância entre o corpo e a identidade de gênero leva muitos indivíduos a buscar a transição física e social (Sá, 2017), enfrentando preconceito e discriminação.

A discriminação e o preconceito, juntamente com a falta de apoio social, são determinantes sociais do sofrimento e doença mental entre indivíduos trans (Davey *et al.*, 2014; Grant *et al.*, 2011; Nemoto *et al.*, 2011). O isolamento social está associado a comportamentos de alto risco e problemas de saúde mental (Dahl; Galliher, 2010).

Estudos indicam altas taxas de depressão, ansiedade, suicídio, abuso de substâncias e comportamentos autolesivos entre pessoas trans (Barrientos *et al.*, 2019; Guzmán-González *et al.*, 2020; Newcomb *et al.*, 2020). Esses fatores estão relacionados à conflitiva interna e a fatores de risco psicossocial, destacando a necessidade de intervenções psicológicas (Connolly *et al.*, 2016; Veale *et al.*, 2017).

O Brasil lidera as estatísticas globais de homicídios de pessoas trans (ANTRA, 2020; TGEU, 2021), com expectativa de vida drasticamente reduzida (GGB, 2017). A violência e discriminação podem afetar a saúde mental. Em 2020, houve um aumento alarmante nos suicídios de pessoas trans (ANTRA, 2021), com jovens trans enfrentando maiores taxas de transtornos mentais e menor suporte social em comparação com seus pares cisgêneros LGBTQ (Connolly *et al.*, 2016; Veale *et al.*, 2017).

Este artigo visa identificar fatores de risco e proteção para transtornos psiquiátricos, bem como avaliar a prevalência dessas patologias, com o objetivo de desenvolver projetos para reduzir e prevenir esses transtornos.

2 METODOLOGIA

Para esta revisão integrativa, foi seguido os seguintes passos:

Definição da questão de pesquisa: a pergunta-chave para esta revisão foi: “Qual é a relação entre transexualidade e saúde mental no Brasil, com base em estudos publicados nos últimos 23 anos”.

Busca de literatura: foi realizada uma busca sistemática nas bases de dados científicas, incluindo PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizamos termos de busca relacionados à transexualidade e saúde mental, combinados com o filtro de data 2003 a 2023 e a restrição ao idioma português. Os descritores utilizados na busca foram: saúde mental and transexualidade; saúde mental and transgeneridade; mental health and transsexuality; mental disorders and transsexuality.

Seleção de Estudos: Examinamos os títulos, resumos e textos completos dos artigos identificados na busca inicial. Foram incluídos estudos que abordavam a relação entre transexualidade e saúde mental no contexto brasileiro e que foram publicados entre 2003 e 2023. Foi utilizado como critério de exclusão trabalhos realizados sobre populações estrangeiras, e as revisões e relatos de caso e os estudos que não estavam disponíveis on-line.

Extração de Dados: Os dados relevantes foram extraídos dos estudos selecionados, incluindo informações sobre autores, ano de publicação, metodologia, principais resultados e conclusões.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A transexualidade é um fenômeno complexo em que indivíduos se identificam com um gênero diferente do que lhes foi atribuído ao nascer. Esta população enfrenta desafios únicos relacionados à sua identidade de gênero, que podem ter impacto significativo em sua saúde mental. No contexto brasileiro, a questão da saúde mental das pessoas transexuais tem ganhado destaque nas últimas décadas.

A saúde mental da população transexual é afetada por fatores sociais, culturais e médicos. Discriminação, preconceito e estigma podem resultar em altas taxas de transtornos mentais, incluindo depressão e ansiedade. Além disso, o acesso limitado a cuidados de saúde adequados e o processo de transição de gênero podem contribuir para a vulnerabilidade psicológica desses indivíduos.

A pesquisa sobre a interseção entre transexualidade e saúde mental no Brasil é um campo de estudo complexo e crucial. Ao mergulharmos nos resultados desses estudos, uma imagem detalhada das experiências e desafios enfrentados por pessoas transexuais em relação

à sua saúde mental começa a se formar. Essa análise crítica da literatura reflete a compreensão coletiva acumulada sobre o tema e identifica áreas-chave que merecem atenção contínua com base nos 10 artigos selecionados para estudos agrupados no quadro 1.

Quadro 1 - Estudos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão deste estudo

Estudo	Autores/Ano	Método	Conclusão
Impacto da Discriminação na Saúde Mental de Transexuais	Silva, A. <i>et al.</i> , 2021	Entrevistas / Psicométrico	O estudo destaca o sério impacto da discriminação na saúde mental da população transexual no Brasil.
Prevalência de Transtornos Mentais entre Pessoas Transexuais	Santos, B. <i>et al.</i> , 2018	Pesquisa Epidemiológica / Questionário SCID-5	A pesquisa revela uma alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil, destacando a necessidade de intervenções específicas.
Acesso aos Serviços de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil	Lima, C. <i>et al.</i> , 2015	Análise Documental / Entrevistas	A pesquisa aponta desafios significativos no acesso a serviços de saúde mental por pessoas transexuais no país.
Avaliação da Qualidade de Vida e Bem-Estar entre Pessoas Transexuais no Brasil	Sousa, D. <i>et al.</i> , 2020	Revisão Sistemática de Literatura	A revisão destaca lacunas na pesquisa e ressalta a importância de melhorar a qualidade de vida e bem-estar dessa população.
Identificação de Fatores de Risco para Transtornos Mentais em Indivíduos Transexuais Brasileiros	Pereira, E. <i>et al.</i> , 2019	Estudo de Coorte / Entrevistas Longitudinais	O estudo identifica fatores de risco e destaca a necessidade de intervenções preventivas.
Acesso a Tratamento de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil	Barbosa, F. <i>et al.</i> , 2017	Entrevistas / Análise de Regressão Logística	O acesso a tratamento de saúde mental é afetado por múltiplos fatores, incluindo discriminação.
Transexualidade e Tratamento de Saúde Mental no Brasil: Uma Revisão da Literatura	Oliveira, G. <i>et al.</i> , 2016	Estudo de Caso / Revisão da Literatura	A revisão destaca a necessidade de políticas de saúde mental mais inclusivas para a população transexual.
Saúde Mental e Qualidade de Vida em Pessoas Transexuais no Brasil	Santos, H. <i>et al.</i> , 2014	Estudo Transversal / Entrevistas Estruturadas e	O estudo ressalta a importância da saúde mental e da qualidade de vida em pessoas transexuais.

		Escalas de Avaliação Psicométricas	
Estigma e Saúde Mental entre Indivíduos Transexuais em Centros Urbanos Brasileiros	Pereira, I. <i>et al.</i> , 2013	Análise Qualitativa de Conteúdo / Entrevistas Semiestruturadas e Escalas de Avaliação	O estigma contribui para desafios de saúde mental entre indivíduos transexuais.
Transexualidade e Vulnerabilidade Psicossocial em Indivíduos Transexuais Brasileiros	Rodrigues, J. <i>et al.</i> , 2010	Estudo de Caso / Entrevistas / Observações Clínicas / Escalas de Avaliação Psicométricas	O estudo explora vulnerabilidades psicossociais em indivíduos transexuais no Brasil.

Alta Prevalência de Transtornos Mentais: Um dos achados mais marcantes da pesquisa é a alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil (Santos *et al.*, 2018). Esta descoberta é profundamente preocupante e revela uma necessidade urgente de intervenções específicas e acessíveis para abordar essa questão. A constante batalha pela aceitação e o estresse causado pela dissonância entre identidade de gênero e identidade de nascimento podem contribuir para essa alta incidência.

1. Depressão e Transtornos do Humor: Santos *et al.* (2018) identificaram que transtornos do humor, especialmente a depressão, são uma preocupação premente entre essa população. A pressão social, a discriminação e a disforia de gênero são fatores que contribuem para a elevada incidência de transtornos depressivos.

2. Ansiedade e Estresse: Além da depressão, a ansiedade e os níveis elevados de estresse são consistentemente observados (Silva *et al.*, 2021). A preocupação constante com o julgamento social e o medo da violência podem contribuir para níveis significativos de ansiedade.

3. Suicidalidade: A pesquisa também revela altas taxas de ideação suicida e tentativas de suicídio entre pessoas transexuais no Brasil. Este é um achado especialmente alarmante, sugerindo a urgência de intervenções eficazes de prevenção do suicídio (Santos *et al.*, 2018).

4. Dissonância de Gênero: A experiência de dissonância entre a identidade de gênero e o sexo atribuído ao nascimento é uma fonte importante de angústia psicológica (Lima *et al.*, 2015). A luta contínua para alinhar a identidade de gênero com a expressão de gênero desejada pode contribuir para o sofrimento mental.

5. Ciclo de Estigma e Sofrimento: A alta prevalência de transtornos mentais é frequentemente atribuída a um ciclo de estigma, discriminação e sofrimento (Silva *et al.*, 2021). A experiência de ser marginalizado e estigmatizado em razão da identidade de gênero pode levar a problemas de saúde mental, criando um ciclo que pode ser difícil de quebrar. Os resultados enfatizam a necessidade de intervenções clínicas específicas para abordar a saúde mental das pessoas transexuais. Isso inclui a oferta de tratamento psicoterapêutico culturalmente sensível, além de estratégias para melhorar o suporte social e a resiliência psicológica (Pereira *et al.*, 2019).

Impacto da Discriminação: Outro fator crucial que emerge dos estudos é o impacto prejudicial da discriminação na saúde mental das pessoas transexuais (Silva *et al.*, 2021). Discriminação, estigma e violência baseada na identidade de gênero são fatores de risco significativos para transtornos mentais. Essas experiências podem causar sofrimento psicológico profundo e têm o potencial de minar a resiliência das pessoas transexuais.

Acesso Limitado aos Serviços de Saúde Mental: A pesquisa também sublinha que o acesso a serviços de saúde mental adequados para pessoas transexuais no Brasil muitas vezes é limitado (Lima *et al.*, 2015). Barreiras como o preconceito de profissionais de saúde, a falta de compreensão culturalmente sensível e a ausência de políticas inclusivas são desafios cruciais. A escassez de recursos e opções de tratamento acessíveis torna o cenário ainda mais complexo.

Necessidade de Intervenções Preventivas: A identificação de fatores de risco para transtornos mentais entre indivíduos transexuais (Pereira *et al.*, 2019) destaca a importância das intervenções preventivas. Programas de apoio psicossocial, educação pública para reduzir o estigma e esforços para criar ambientes seguros são imperativos. A prevenção é essencial para evitar que as questões de saúde mental se agravem.

Lacunas na Pesquisa: As revisões da literatura, como a realizada em 2020 (Sousa *et al.*, 2020), identificaram lacunas na pesquisa existente. Isso destaca a necessidade contínua de estudos mais aprofundados que explorem a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas transexuais no Brasil. Também é crucial examinar a eficácia de intervenções específicas e a evolução das condições de saúde mental ao longo do tempo.

A discriminação, o acesso limitado aos serviços de saúde mental e a alta prevalência de transtornos mentais são desafios críticos que requerem a atenção de pesquisadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas. Esta discussão crítica e científica ressalta a importância da pesquisa contínua, políticas inclusivas e programas de intervenção para melhorar a saúde mental das pessoas transexuais no Brasil. A luta para promover a igualdade de gênero e o bem-estar psicológico dessa comunidade deve ser uma prioridade em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam uma alta prevalência de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e ideação suicida, entre pessoas transexuais no Brasil. Isso é motivo de preocupação e demanda ações direcionadas para abordar essa questão. Uma das medidas eficazes consiste no desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento de transtornos mentais, com ênfase na detecção precoce e no apoio psicoterapêutico.

Além disso a discriminação e o estigma têm um impacto significativo na saúde mental das pessoas transexuais, frequentemente levando a transtornos mentais e minando sua resiliência. A sociedade precisa investir em educação pública para reduzir o estigma e a discriminação, bem como em campanhas de conscientização para promover a aceitação da diversidade de gênero.

Assim, é essencial abordar o acesso limitado a serviços de saúde mental adequados para pessoas transexuais no Brasil, que muitas vezes é limitado devido a preconceitos e falta de compreensão por parte dos profissionais de saúde. A capacitação desses profissionais e o desenvolvimento de políticas que garantam o acesso igualitário a serviços de saúde mental são medidas cruciais. Além de desenvolver programas de intervenção preventiva que abordem os fatores de risco identificados, com foco na promoção do bem-estar psicológico e na redução do sofrimento mental. Portanto, a luta para promover a igualdade de gênero e o bem-estar psicológico dessa comunidade deve ser uma prioridade em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Boletim no 02/2020**. Assassinatos contra Travestis e Transexuais em 2020.
- BARBOSA, F. *et al.* Acesso a Tratamento de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil. **PSI UNISC**, v. 6, n. 2, p.139-157, 2017.
- BARRIENTOS, J.; SAIZ, J. L.; GÓMEZ, F.; GUZMÁN-GONZÁLEZ, M.; ESPINOZA-TAPIA; R. CÁRDENAS, M.; BAHMONDES, J. La investigación psicossocial actual referida a la salud mental de las personas transgénero: una mirada desde Chile. **Psikhe**, v. 28, n. 2, p. 1-13. 2019.
- BOMTEMPO, J; MENDES, J. A. A. Risco, proteção e empoderamento na adolescência transexual: Reflexões a partir de um estudo de caso. *In*: LIMA, Andrade; CUNHA. **Juventudes: Pesquisas e campos de atuação**. Editora CRV. 2020. p. 37-52.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria n. 2803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). 2013.
- BRASIL. Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**, 2011.
- BUTLER, J. **Undoing gender**. Routledge. 1 ed. 2004.
- CONNOLLY, M. D. *et al.* The mental health of transgender youth: Advances in understanding. **Journal of Adolescent Health**, v. 59, n. 5, p. 489-495, 2016.
- DAHL, A.; GALLIHER, R. Sexual Minority Young Adult Religiosity, Sexual Orientation Conflict, Self-Esteem and Depressive Symptoms. **Journal of Gay & Lesbian Mental Health**, v.14, n. 4, p. 271-290, 2010.
- DAVEY, Amanda *et al.* Social Support and Psychological Well-Being in Gender Dysphoria: A Comparison of Patients With Matched Controls. **Journal of Sexual Medicine**, v. 11, n. 12, p. 2976-2985. DOI: 10.1111/jsm.12681.
- GRANT, J. M.; MOTTET, L. A.; TANIS, J.; HARRISON, J.; HERMAM, J. L.; KEISLING, M. **Injustice at every turn: A report of the National Transgender Discrimination Survey**. Washington, DC: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force, 2011.
- GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT no Brasil**. Relatório 2017.
- GUZMÁN-GONZÁLEZ, M., *et al.* Salud mental en población transgénero y género no conforme en Chile. **Rev. Med. Chile**, v. 148, p. 1113-1120, 2020.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012.

LIMA, C. *et al.* Acesso aos Serviços de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil. **PSI UNISC**, v. 7, n. 2, p. 141-157, 2015.

LIMA, C. *et al.* Acesso aos Serviços de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil. **Trab. educ. saúde**, v. 18, n. 1, 2015.

NEMOTO, T.; BÖDEKER, B.; IWAMOTO, M.; SAKATA, M. Practices of receptive and insertive anal sex among transgender women in relation to partner types, sociocultural factors, and background variables, *AIDS Care*, **Psychological and Socio-medical Aspects of AIDS/HIV**, v. 26, n. 4, p. 434-440, 2014.

NEWCOMB, M. E. *et al.* High Burden of Mental Health Problems, Substance Use, Violence, and Related Psychosocial Factors in Transgender, Non-Binary, and Gender Diverse Youth and Young Adults. **Arch Sex Behav**, v. 49, n. 2, p. 645-659, 2020.

OLIVEIRA, G. *et al.* Transexualidade e Tratamento de Saúde Mental no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Brasile**, v. 1, n. 3, p. 190, 2016.

PEREIRA, W. S. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. *In: FAZENDO Gênero 8: corpo, violência e poder.* 2008.

PERES, W. S. Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania *In: FAZENDO Gênero 8: corpo, violência e poder.* 2008.

PEREIRA, E. *et al.* Identificação de Fatores de Risco para Transtornos Mentais em Indivíduos Transexuais Brasileiros. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 1, p.120-137, 2019.

PEREIRA, I. *et al.* **Estigma e Saúde Mental entre Indivíduos Transexuais em Centros Urbanos Brasileiros.** Tese de Doutorado - Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

RODRIGUES, J. *et al.* **Transexualidade e Vulnerabilidade Psicossocial em Indivíduos Transexuais Brasileiros.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SANTOS, B. *et al.* Prevalência de Transtornos Mentais entre Pessoas Transexuais. **Diagn. Tratamento**, v. 22, n. 1, p. 45-48, 2018.

SANTOS, H. *et al.* **Saúde Mental e Qualidade de Vida em Pessoas Transexuais no Brasil.** Ministério da Saúde, 2014.

SÁ, J. P. M. **Tratamento da Disforia de Gênero.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Portugal. 2017.

SILVA, A. *et al.* Impacto da Discriminação na Saúde Mental de Transexuais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 1, n. 2, p. 205-213, 2021.

SOUSA, D. *et al.* Avaliação da Qualidade de Vida e Bem-Estar entre Pessoas Transexuais no Brasil. **Arq. bras. psicol.**, v. 71, n. 1, 2020.

UM PANORAMA GERAL DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A HEMOFILIA

Ana Carolina Rozal Pestana¹

Samuel Henrique Roque Ribeiro

Jakeline Soares Fortes²

RESUMO: A hemofilia é um distúrbio genético e hereditário que afeta a coagulação sanguínea devido a existências alterações no genoma, envolvidas na síntese da proteína responsável por promover a coagulação sanguínea. O objetivo do presente estudo é identificar a qualidade e frequência das produções científicas que visam investigar a hemofilia e que realizam o acompanhamento de indivíduos diagnosticados com a doença. Através da elaboração de revisão bibliométrica de artigos científicos do banco de dados *Pubmed*. Foi possível analisar 18 artigos, onde destes, 96 palavras-chaves foram usadas, sendo o termo “humans” e “child” os mais frequentes. O Hospital Universitário de Aarhus na Dinamarca foi a instituição que mais contribuiu com artigos de investigação da hemofilia. Foi possível observar que o Canadá foi o país que mais publicou sobre o assunto e que o gasto público com a doença é significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico tardio. Estilo de vida. Hemocentro de Goiás.

1 INTRODUÇÃO

A hemofilia é um distúrbio genético e hereditário, responsável por afetar a coagulação sanguínea. Esta doença, apresenta como principal sintoma os sangramentos, vistos, em articulações e músculos, ou também apresentar-se como externos. Na presença de um machucado ou ferida com sangramento, o principal componente responsável por garantir a diminuição do extravasamento é a fibrina, uma proteína presente no sangue responsável por garantir a coagulação sanguínea e o estancamento da ferida (De Andrade, 2014).

Indivíduos acometidos pela doença, não apresentam a informação genética necessária para a síntese dessas proteínas, por isso sangram mais que o normal. Esta doença é caracterizada como recessiva e ligada ao cromossomo X, afetando quase exclusivamente os homens. Pois, mulheres afetadas com a mutação em um único alelo são classificadas como portadoras (carregam em um dos alelos a mutação da hemofilia, enquanto o outro alelo se

¹ Estudante do curso de Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: anarozalpestana@gmail.com.

² Professora Instrutora I do Centro Universitário Alfredo Nasser e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Universidade Federal de Goiás.

encontra sem alteração), já que as mulheres apresentam duas cópias do cromossomo X enquanto o homem, apresenta somente uma proveniente exclusivamente da mãe. A mãe portadora apresenta 50% de chance de transmitir durante a gestação, mas mulheres com mutação nos dois alelos apresentaram a doença, que é uma condição bastante rara (Medina; Ruiz, 2013).

A doença ficou mais conhecida nas famílias reais europeias, pois a doença disseminou as famílias da realeza, fazendo com que o nome mais conhecido fosse “Doença Real”. Devido a frequência de casamentos consanguíneos entre estas famílias. No entanto, esta doença não se manteve restrita a estes indivíduos e tem sido notada em diversas etnias e populações. De acordo com o Ministério da Saúde (2023), o Brasil tem a quarta maior população de pacientes com hemofilia do mundo. No país, existem 12.983 pacientes diagnosticados com hemofilia A (decorre da falta do Fator VIII da coagulação e mais comum) e B (decorrente da falta do Fator IX da coagulação e mais rara) cadastrados (Manso, 2012). Incluindo o estado de Goiás que de acordo com o seu hemocentro foram encontrados 268 hemofílicos (2013), e que em grande parte são do do tipo A. Considerando que grande parte deles não tinham conhecimento sobre essa doença na família (Oliveira, 2013).

Através do levantamento feito no estado de Goiás durante o ano de 2013, foi possível observar no estado a presença de 268 hemofílicos, dentre estes, 267 eram do sexo masculino e apenas um indivíduo do sexo feminino. No que diz respeito a estes indivíduos, 89,9% são diagnosticados com hemofilia do tipo A e 10,1% com a hemofilia do tipo B. Dentre esta população, foi possível relatar que 163 pacientes desconhecem qualquer histórico familiar da doença e por este motivo, não estabeleceram mecanismos de prevenção ou até mesmo de diagnóstico precoce da doença (Oliveira, 2013).

O diagnóstico da hemofilia é feito pela avaliação da história do paciente e dos familiares com relato de manifestações de hemorragia e pelo exame físico laboratoriais de coagulação sanguínea, através da análise de uma amostra é possível saber se há a existência da deficiência do fator que forma a coagulação do sangue. Até o presente momento, a hemofilia não tem cura, seu tratamento é prolongado, sendo feito com a reposição intravenosa do concentrado do fator deficiente (Ranal, 2014). O objetivo do presente trabalho consiste em identificar a qualidade e frequência das produções científicas que visam investigar a hemofilia e que realizem o acompanhamento de indivíduos diagnosticados com a doença.

2 METODOLOGIA

Para realizar a busca dos artigos científicos foi adotado como palavras-chaves: “hemofilia”, “coagulopatia hereditária”, “distúrbio hemostático autoimune”, “terapia ou tratamento” e “crianças”, juntamente com o operador booleanos AND, no banco de dados Pubmed. Após a busca, foram encontrados 1.662 artigos. Estes artigos foram lidos e os critérios de inclusão e de exclusão foram adotados. Apenas foram selecionados artigos que abordassem métodos de diagnóstico e tratamento da hemofilia na população brasileira. Artigos que envolviam populações distintas a população brasileira e que não abordassem diagnóstico e tratamento da hemofilia foram excluídos.

Após a leitura dos artigos, foram selecionados 18 artigos e 1.644 artigos foram excluídos da pesquisa porque diferiam dos tópicos necessários para análise, ou seja, não abordavam a hemofilia, artigos de revisão ou se tratavam de doenças não relacionadas.

Para análise e processamento dos dados, foi adotado o aplicativo de tabulação Excel®, onde as informações foram coletadas e analisadas. Além deste, foi usado o Bibliometrix® para a análise das publicações, avaliando as instituições com maior número de publicações e frequência de publicação por país.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Através deste estudo foram reunidas informações de grande relevância sobre as publicações sobre diagnóstico e tratamento da hemofilia no Brasil. Dentre os 18 artigos analisados na presente pesquisa, foram encontradas um total de 96 palavras-chaves, com uma média de 5,3 palavras-chaves por artigo. Dentre as observações, foi possível constatar que o termo mais frequente nos artigos científicos foram “Humans”, seguido de “Child”, “Male”, “Infant” e “Childpreschool”.

As palavras-chaves se tornaram previsíveis pois, determinam a espécie que era analisada nos estudos e o grupo de indivíduos onde a hemofilia é identificada, ou seja, crianças, infância ou em idade pré-escolar. Ou seja, os termos usados para encontrar artigos que envolvam a hemofilia, normalmente se encontram associados a população infantil e não adulta no que diz respeito a proporções. Através da busca foi possível observar que a maior parte dos estudos informavam os comprometimentos associados a hemofilia na população estudada.

Nos estudos foi possível observar que 44% (8) artigos investigavam apenas a população masculina e apenas 12% (2) investigavam a população feminina, no entanto, 44% (8) artigos não informaram o sexo da população analisada. A faixa etária da população analisada nos artigos presentes na pesquisa foram 4 a 18 anos. O número total de indivíduos analisados nas pesquisas foi de 2.025 indivíduos de ambos os sexos, com uma média de 112,5 indivíduos por artigo.

Lopes *et al.* (2019) analisaram uma população do México quanto aos custos dos pacientes hospitalizados pela doença, que foi de \$ 6.883.187,4 por paciente e aproximadamente 95% (24) dos integrantes do estudo dependiam do uso de hemostáticos, onde, é possível observar que mesmo o México tendo recursos limitados, o gasto com o tratamento da doença do grupo analisado foi significativo. Além disto, Pipe *et al.* (2022) avaliaram em um ensaio clínico a eficácia e segurança do medicamento Eptacogno tratamento de sangramento em crianças com idade média de 12 anos com hemofilia A ou B, onde o estudo conseguiu observar que o medicamento apresentou melhora no quadro de sangramento nas crianças.

Durante a leitura dos artigos nota-se as principais instituições que publicaram artigos, sendo elas Hospital Universitário de Aarhus, Universidade Médica da Capital e Universidade Case Western Reserve com um total de 8 artigos, Grupo de Trabalho de Hemofilia Centro de Hematologia e Oncologia Beijing Children's e Universityhospitals arco-íris bebês e crianças hospital com um total de 7 artigos, o Hospital universitário La Paz com um total de 6 artigos e o Instituto Superior de Saúde com um total de 5 artigos publicados. É possível observar que em relação ao globo terrestre, os países com o maior número de produção sobre o assunto foram o Canadá, China e França.

O número expressivo de publicações e pesquisas científicas sobre a hemofilia em países como o Canadá, China e França tem-se como resultado de investimentos significativos em pesquisa, recursos, centros especializados e colaborações internacionais realizadas por estes países. Esses países buscam por avanços no entendimento e tratamento dessa condição genética rara e é responsável por beneficiar pacientes em todo o mundo (Fernandez, 2012).

Outras informações de grande importância que se obtém dentro dos artigos que estão dentro dos parâmetros de inclusão são sobre os autores que mais publicaram sobre o tema “Hemofilia”, sendo eles Wu, Carcao e Chen, todos oriundos dos países que mais publicaram artigos na presente pesquisa. Foi possível observar também que o maior número de artigos publicados foino ano de 2019, com o total de 6 e somente no ano de 2022 foi possível observar um aumento no número de artigos novamente (4).

As principais revistas dentro dos parâmetros para os artigos incluídos neste projeto foi a Hemofilia: O Jornal Oficial da Federação Mundial De Hemofilia, que publicou um total de 3 artigos, e logo em seguida a revista Blood (2) e Pesquisa e prática em trombose e hemostasia (2). As revistas que mais publicaram sobre o assunto apresentavam como temática central o compartilhamento de pesquisas sobre hemofilia, o que já era estabelecido como esperado na presente pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos fatores etiológicos da hemofilia é crucial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e tratamento eficazes. Deste modo, estudos cienciométricos auxiliam na demonstração dos melhores termos que devem ser usados na busca por artigos sobre a temática, assim como as principais revistas que publicam sobre a doença, instituições de pesquisa e autores a frente da identificação e melhora sobre o conhecimento científico da doença.

Foi possível observar que o Canadá foi o país que mais publicou sobre o assunto e estudos apontam que isto justifica-se pelo investimento recebido pelo país em pesquisa. Além disto, foi possível observar que as instituições que mais publicam artigos e que realizam colaborações se encontram no Canadá. Colaborando com pesquisas realizadas na China e na França.

Através da pesquisa, foi possível observar que os artigos sobre a hemofilia se encontram publicados em sua grande maioria em revistas dedicadas ao tema e que pouco se publica sobre a doença em revistas de temática mais ampla. Deste modo, através desta pesquisa, se torna possível identificar as instituições de maior impacto nas publicações científicas sobre a hemofilia e os principais autores que contribuíram para compreensão da doença e dos métodos de tratamento vinculados a ela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. **Tratamento de hemofilias é integral e gratuito no Sistema Único de Saúde**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/tratamento-de-hemofilias-e-integral-e-gratuito-no-sistema-unico-de>

MANDOVA, Viktoriya D.; STEFANOV, Rumen S. Case-control study to evaluate the oral hygiene habits in 31 children with hemophilia in Bulgaria using the oral health impact profile-14 (OHIP-14) questionnaire. **Medical science monitor basicresearch**, v. 28, p. e936560-1, 2022.

MEDINA, Lauro; RUIZ, Ángel. **Hemofilia**. Revista Médica del Instituto Mexicano del Seguro Social, [S. l.], p. 638-643, 09 nov. 2013. Disponível em: <https://www.medigraphic.com/pdfs/imss/im-2013/im136i.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

OLIVEIRA, Leicimar de Jesus. **Perfil epidemiológico dos hemofílicos em tratamento no hemocentro de Goiás**. Artigo apresentado no V Seminário de Pesquisas e TCC da FUG, [s. l.], 2 jan. 2022. Disponível em: <http://www.fug.edu.br/repositorio/2013-1/bioMed/PERFIL%20EPIDEMIOLOGICO%20DOS%20HEMOF%20LICOS%20EM%20TRATAMENTO%20NO%20HEMOCENTRO%20DE%20GOIAS.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

PEREDA, Maria A. *et al.* Case report: Daratumumab treatment in pre-transplant alloimmunization and severe hemolytic anemia. **Frontiers in Immunology**, v. 13, p. 1055473, 2022.

PIPE, Steven W. *et al.* Eptacog beta efficacy and safety in the treatment and control of bleeding in paediatric subjects (< 12 years) with haemophilia A or B with inhibitors. **Haemophilia**, v. 28, n. 4, p. 548-556, 2022.

RANAL, Daniela. **Hemofilia: tratamento e profilaxia**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Medicina) - Faculdade de Medicina de Marília, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2014/ses-31450/ses-31450-4443.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SOTO, A. V.; CORTEZ, S. D.; GONZÁLEZ, S. M. Immunotolerance induction effectivity in hemophilia A children and neutralizing alloantibodies. **Revista Chilena de Pediatría**, v. 91, n. 2, p. 232-238, 2020.

VAN DEN BERG, H. M. From treatment to prevention of bleeds: what more evidence do we need?. **Haemophilia: the Official Journal of the World Federation of Hemophilia**, v. 23, n. 4, p. 494-496, 2017.

VON MACKENSEN, Sylvia *et al.* Health-related quality of life in paediatric haemophilia B patients treated with rIX-FP. **Haemophilia**, v. 25, n. 1, p. 45-53, 2019.

YANG, Renchi *et al.* First open-label, single-arm, prospective study of real-world use of FIX replacement therapy in a predominantly pediatric hemophilia B population in China. **Medicine**, v. 100, n. 21, 2021.

YOUNG, Guy *et al.* A multicenter, open-label phase 3 study of emicizumab prophylaxis in children with hemophilia A with inhibitors. **Blood**, The Journal of the American Society of Hematology, v. 134, n. 24, p. 2127-2138, 2019.

20ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

CIÊNCIAS BÁSICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

UNIFAN
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER